

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCELO GONÇALVES MARCELINO

AS ELITES TECNOCRÁTICAS ESTRATÉGICAS NA PRESIDÊNCIA DO BANCO CENTRAL
DO BRASIL: A CLASSE DOMINANTE NA SUA LEGITIMIDADE ESTATAL CAPITALISTA
NA DITADURA CIVIL-MILITAR-EMPRESARIAL (1965-1985)

CURITIBA

2022

MARCELO GONÇALVES MARCELINO

AS ELITES TECNOCRÁTICAS ESTRATÉGICAS NA PRESIDÊNCIA DO BANCO CENTRAL
DO BRASIL: A CLASSE DOMINANTE NA SUA LEGITIMIDADE ESTATAL CAPITALISTA
NA DITADURA CIVIL-MILITAR-EMPRESARIAL (1965-1985)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS na linha de pesquisa Cidadania e Estado do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Dr. Ricardo Costa de Oliveira

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Marcelino, Marcelo Gonçalves

As elites tecnocráticas estratégicas na presidência do Banco Central do Brasil : a classe dominante na legitimidade estatal capitalista na ditadura civil-militar-empresarial (1965-1985). / Marcelo Gonçalves Marcelino. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Doutorado (Tese) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira.

1. Classe alta. 2. Famílias de classe alta. 3. Banco Central do Brasil - Presidentes. 4. Mercado financeiro – Brasil. I. Oliveira, Ricardo Costa de, 1964-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

Bibliotecária : Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

ATA Nº10

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO
GRAU DE DOUTOR EM SOCIOLOGIA**

No dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e dois às 14:00 horas, na sala Remota, Defesa remota, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese do doutorando **MARCELO GONÇALVES MARCELINO**, intitulada: **AS ELITES TECNOCRÁTICAS ESTRATÉGICAS NA PRESIDÊNCIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: A CLASSE DOMINANTE NA LEGITIMIDADE ESTATAL CAPITALISTA NA DITADURA CIVIL-MILITAR-EMPRESARIAL (1965-1985)**, sob orientação do Prof. Dr. **RICARDO COSTA DE OLIVEIRA**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: **RICARDO COSTA DE OLIVEIRA** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), **JOSÉ MARCIANO MONTEIRO** (UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE), **DAIANE CARNELOS RESENDE** (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL), **ALESSANDRO CAVASSIN ALVES** (CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE), **MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART** (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela **APROVAÇÃO**. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de doutor está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, **RICARDO COSTA DE OLIVEIRA**, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 25 de Março de 2022.

Assinatura Eletrônica

25/03/2022 18:40:08.0

RICARDO COSTA DE OLIVEIRA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

25/03/2022 23:29:14.0

JOSÉ MARCIANO MONTEIRO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE)

Assinatura Eletrônica

25/03/2022 18:24:57.0

DAIANE CARNELOS RESENDE

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL)

Assinatura Eletrônica

25/03/2022 18:27:53.0

ALESSANDRO CAVASSIN ALVES

Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE
ANDRADE)

Assinatura Eletrônica

25/03/2022 19:23:02.0

MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO
PARANÁ)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **MARCELO GONÇALVES MARCELINO** intitulada: **AS ELITES TECNOCRÁTICAS ESTRATÉGICAS NA PRESIDÊNCIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: A CLASSE DOMINANTE NA LEGITIMIDADE ESTATAL CAPITALISTA NA DITADURA CIVIL-MILITAR-EMPRESARIAL (1965-1985)**, sob orientação do Prof. Dr. RICARDO COSTA DE OLIVEIRA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 25 de Março de 2022.

Assinatura Eletrônica

25/03/2022 18:40:08.0

RICARDO COSTA DE OLIVEIRA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

25/03/2022 23:29:14.0

JOSÉ MARCIANO MONTEIRO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE)

Assinatura Eletrônica

25/03/2022 18:24:57.0

DAIANE CARNELOS RESENDE

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL)

Assinatura Eletrônica

25/03/2022 18:27:53.0

ALESSANDRO CAVASSIN ALVES

Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE
ANDRADE)

Assinatura Eletrônica

25/03/2022 19:23:02.0

MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO
PARANÁ)

Rua General Carneiro, 460 - 9º. Andar - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5173 - E-mail: pgsocioufpr@hotmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 168575

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prpgg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 168575

RESUMO

O presente trabalho procura explicar como os representantes da classe dominante controlam o processo decisório do capitalismo financeiro no Brasil junto a conexões globais a partir das suas principais instituições do Estado e por intermédio das famílias históricas tradicionais em consonância com diversas frações de classe burguesas mais recentes. A grande maioria dos presidentes do Banco Central do Brasil pertence às famílias históricas da classe dominante, também as frações de classe burguesas vinculadas ao mercado financeiro por intermédio de universidades nacionais e estrangeiras, assim como grandes bancos e demais organismos financeiros nacionais e internacionais. No caso brasileiro os interesses do mercado financeiro nacional e estrangeiro forjaram as necessidades de acumulação e reprodução do capitalismo dependente no processo de globalização no imperialismo na sua fase de expansão neoliberal. Para assumir cargos de confiança e exercer o poder de decisão frente aos interesses de dominação econômica e financeira nacional e internacional indivíduos pertencentes aos extratos dominantes no circuito social brasileiro assumem as funções de guardiões do poder de Estado a serviço da classe dominante a qual em grande medida também são membros em amplo espectro. A grande maioria desses indivíduos advém de famílias repletas de heranças com acúmulos de capitais dos mais variados trazidos da longa tradição colonial e outros grupos também dominantes de frações de classe da imigração, além de camadas sociais ascendentes, principalmente a partir da denominada revolução burguesa ou da grande metamorfose de transição da economia agrária exportadora para a industrial dirigista da década de 1930 em diante. Mas para isso o objeto central desse trabalho de tese tem o objetivo de identificar e analisar sociologicamente a trajetória dos tecnocratas presidentes do Banco Central desde a sua fundação até o início da redemocratização em 1985 e as próprias transformações ocorridas no próprio BCB. O objeto da pesquisa passa pelas análises desses indivíduos e suas posições no campo e subcampo político institucional que pretendemos realizar através do método biográfico utilizando muitas das entrevistas realizadas pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas – FGV em parceria com o Banco Central do Brasil e demais artigos de jornais, revistas e artigos científicos, além de documentos disponíveis na internet. Ressaltamos que a abordagem está lastreada teoricamente nas abordagens centrais de Marx e Bourdieu e demais autores contemporâneos brasileiros que estudam as famílias históricas da classe dominante onde cabem incursões na economia política, sociologia política e sociologia histórica.

Palavras-chave: classe dominante; biografias; famílias; genealogia; frações de classe; burguesia; mercado financeiro e Banco Central.

ABSTRACT

The present work tries to explain how the representatives of the dominant class control the decision-making process of financial capitalism in Brazil together with global connections from its main State institutions and through the traditional historical families in consonance with various fractions of the bourgeois class as a most recent. The great majority of the two presidents of the Central Bank of Brazil belong to the historical families of the dominant class, and also to fractions of the bourgeois class linked to the financial market through national and foreign universities, as well as large banks and other national and international financial organizations. In the Brazilian case, the interests of the national and foreign financial market forge the needs of accumulation and reproduction of dependent capitalism, not the process of globalization, not imperialism in its phase of neoliberal expansion. To assume positions of trust and exercise or decision-making power in the face of the interests of national and international economic and financial domination, individuals belonging to the dominant parties in the Brazilian social circuit assume the functions of guardians of State power at the service of the class dominant to which to a great extent are also members in a wide spectrum. A great majority of these individuals come families full of heritage with accumulations of capitals two more varied traced by the long colonial tradition and other groups also dominant of fractions of *classe da imigração*, in addition to ascending social groups, mainly from the so-called bourgeois revolution or the great metamorphose of transition from the exporting agricultural economy to the industrial manager from the 1930s in the past. But for the central purpose of this work, the objective is to identify and socio-logically analyze the trajectory of two technocrat presidents of the Central Bank since its foundation at the beginning of the democratization in 1985 and the transformations that have occurred outside of the BCB. The object of the research passes through the analyzes of these individuals and their positions in the institutional political field and subfield that we intend to carry out through the biographical method using many interviews conducted by CPDOC da *Fundação Getúlio Vargas* – FGV in partnership with the Central Bank of Brazil and other articles from journals, magazines, and scientific articles, in addition to documents available on the internet. We emphasize that the approach is theoretically weighed down by the central approaches of Marx and Bourdieu and other contemporary Brazilian authors who study the historical families of the ruling class where there are incursions into political economy, political sociology, and historical sociology.

Keywords: ruling class; biography; families; genealogy; class fractions; bourgeoisie; financial market and Central Bank.

LISTA DE SIGLAS

ALALC	-	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ARENA	-	Aliança Renovadora Nacional
BACEN	-	Banco Central do Brasil
BC	-	Banco Central do Brasil
BCB	-	Banco Central do Brasil
BIRD	-	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BIS	-	Banco de Compensações Internacionais
BNDE	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNH	-	Banco Nacional da Habitação
CMN	-	Conselho Monetário Nacional
CNE	-	Conselho Nacional de Economia
CPDOC	-	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPI	-	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPOR	-	Centros de Preparação de Oficiais da Reserva
CUT	-	Central Única dos Trabalhadores
CVM	-	Comissão de Valores Imobiliários
CVRD	-	Companhia Vale do Rio Doce
DASP	-	Departamento Administrativo do Serviço Público
EUA	-	Estados Unidos da América
FCEARJ	-	Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro
FGV	-	Fundação Getúlio Vargas
FMI	-	Fundo Monetário Internacional
IBAD	-	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBRE	-	Instituto Brasileiro de Economia
IPEA	-	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPES	-	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
JK	-	Juscelino Kubitschek
MST	-	Movimento Sem Terra
NEP	-	Núcleo de Estudos Paranaenses
ONU	-	Organização das Nações Unidas
OPEP	-	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAEG	-	Programa de Ação Econômica do Governo
PCB	-	Partido Comunista Brasileiro
PDG	-	Programa de Direção Geral

PIB	-	Produto Interno Bruto
PND	-	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPGS	-	Programa de Pós-Graduação em Sociologia
PSD	-	Partido Social Democrático
PT	-	Partido dos Trabalhadores
PTB	-	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	-	Pontifícia Universidade Católica
SFN	-	Sistema Financeiro Nacional
SUMOC	-	Superintendência da Moeda e do Crédito
UDN	-	União Democrática Nacional
UFPR	-	Universidade Federal do Paraná
URSS	-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	-	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 INCURSÕES METODOLÓGICAS	45
2 BANCOS CENTRAIS NO CONTEXTO DA ECONOMIA POLÍTICA E DA SOCIOLOGIA HISTÓRICA DO CAPITALISMO NA FASE DO IMPERIALISMO E NO DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO	47
2.1 FORMAÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE NA BASE DESENVOLVIMENTISTA COMO ANTECEDENTES SÓCIO-HISTÓRICOS DA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DO BANCO CENTRAL DO BRASIL	54
2.2 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E BANCO CENTRAL NO REGIME AUTORITÁRIO NA TRANSIÇÃO DA DEPENDENCIA DO CAPITAL FINANCEIRO	74
2.3 CONFIGURACAO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E A INSERCAO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL NO CAPITALISMO INTERNACIONAL	83
3 TRAJETÓRIAS DOS PRESIDENTES DO BANCO CENTRAL ENTRE 1965-1985: ANÁLISE SOCIOLÓGICA NO CONTEXTO POLÍTICO E ECONOMICO NO REGIME AUTORITÁRIO NA ÓRBITA DE INFLUÊNCIAS DOS CAMPOS, SUBCAMPOS E CAPITAIS DE INFLUÊNCIA E DOMINACAO	106
3.1 RECORTANDO O OBJETO DE PESQUISA: BANCO CENTRAL NA PERSPECTIVA INSTITUCIONAL DA ECONOMIA POLÍTICA NO LIMIAR QUE ANTECEDE A ABORDAGEM SOCIOLÓGICA DOS PRESIDENTES DO BACEN (1965-1985)	108
3.2 ABORDAGEM TEÓRICA E CONCEITUAL ENVOLVENDO CAMPO, SUBCAMPO E CAPITAIS DE DOMINACAO NA ANÁLISE SOCIOLÓGICA.....	109
4 ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS TRAJETÓRIAS DOS PRESIDENTES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL ENTRE 1965-1985: PODER ECONOMICO E POLÍTICO NO REGIME AUTORITÁRIO REPRESENTADOS PELAS ELITES TECNOCRÁTICAS ESTRATÉGICAS DO ESTADO CAPITALISTA DEPENDENTE BRASILEIRO	119

4.1 - BIOGRAFIAS DOS PRESIDENTES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL (1965-1985)	120
4.1.1 Dênio Chagas Nogueira (Presidente do Bacen 1965-1967).....	122
4.1.2 Ruy Aguiar da Silva Leme (Presidente do Bacen 1967-68).....	193
4.1.3 Ernane Galvêas (Presidente do Bacen 1968-1974 E 1979-1980).....	229
4.1.4 Paulo Hortêncio Pereira Lira – Presidente do Banco Central do Brasil (1974-79)	267
4.1.5 Carlos Brandão (Presidente do Banco Central (15/03/1979 A 17/08/ 1979)	287
4.1.6 Carlos Geraldo Langoni (Presidente do Banco Central 1980-1983).....	310
4.1.7 Afonso Celso Pastore (Presidente do Banco Central 1983-85)	320
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	330
REFERÊNCIAS	334
ANEXO DA CRIAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	346

1 INTRODUÇÃO

Há muito as ciências sociais brasileiras permanecem, pelo menos em grande medida, negligenciando a inclusão da abordagem da economia política e da discussão da relevância dos estudos empíricos sobre as famílias da classe dominante no poder nas instituições estatais e privadas no Brasil. O Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFPR desde 1994 procura apresentar artigos, projetos de pesquisa e diversos trabalhos acadêmicos que defendem a tese de que a relevância dos estudos sobre o papel das famílias nas ciências sociais assume cada vez mais importância como objeto de pesquisa que explica as relações de poder nas diversas esferas da sociedade.

Diante dessa perspectiva crítica esse trabalho procura relacionar os seguintes eixos interativos macro estruturantes: economia política, sociologia política e sociologia histórica. Essas abordagens serão integradas na análise sociológica que envolve a principal instituição econômica e financeira em termos de poder decisório na atualidade no Brasil – o Banco Central (BACEN, BC ou ainda BCB). Para compreendermos o papel preponderante do BC na política econômica do país na atualidade cabe recuperarmos as primeiras duas décadas de construção dessa importante instituição econômica tecnocrática nacional no período do regime militar e seus principais representantes ao longo dos vinte e um anos da ditadura civil-militar-empresarial.

Para compreendermos melhor esse objeto de pesquisa na sua centralidade, que são os presidentes do Banco Central do Brasil desde a sua gênese precisamos recuperar alguns dos principais aspectos que envolvem a construção da trajetória do capitalismo financeiro inserido na lógica do imperialismo na entrada do século XX, além da criação dos bancos centrais e de todo o aparato financeiro internacional.

Partimos do ponto onde o sistema capitalista transita do capitalismo concorrencial entre meados e o final do século XIX para a entrada do século XX onde o capitalismo monopolista assume a sua fase imperialista expansionista na fusão do capital comercial, bancário e industrial a partir da perspectiva de dominação das grandes potências europeias e dos EUA.

No caso de países dependentes e atrasados como o Brasil a órbita de influência da hegemonia imperialista exigia do país um esforço agrário exportador na direção de abastecer de matérias-primas as nações mais desenvolvidas e fazer com que o grande capital das nações hegemônicas pudesse produzir mercadorias com o objetivo

de garantir e extrair “mais valor” a partir da exploração dos trabalhadores engendrados no processo produtivo. O processo de acumulação, reprodução e ampliação do capital exige além da exploração dos trabalhadores e da expropriação das riquezas dos países dependentes uma capacidade de investimento e financiamento a partir do capital financeiro como alicerce do capitalismo na fase imperialista.

Entrementes, além do capital necessário para impulsionar o sistema produtivo o capital financeiro encontrou formas diferenciadas e diversificadas de acumular capital na forma da remuneração através dos ganhos de juros e de capital fictício como aponta Marx no livro III do Capital editado por Engels em 1894 onde explicava que por intermédio da negociação de títulos privados e também públicos o capital se valoriza descolado da produção tendo o setor bancário como a principal instituição intermediadora desse processo.

A construção desse objeto de pesquisa procura conectar uma abordagem histórico-sociológica que envolve a instituição chave da República na contemporaneidade denominada Banco Central do Brasil (BACEN, BC ou BCB) criado no início da ditadura civil-militar-empresarial no Brasil no apagar das luzes de 1964, mas que teve o seu embrião ainda no final do primeiro governo de Getúlio Vargas com a inovadora criação da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito). Enquanto instituições financeiras embrionárias do sistema econômico-financeiro brasileiro o pós-segunda guerra mundial marca a ascensão de uma nova ordem global do imperialismo sob a égide da lógica estadunidense como motor do capitalismo.

Sob essa lógica econômico-financeira o Brasil construiu suas instituições modernas do capitalismo dependente e ainda carregou sobre seus ombros séculos de história colonial, onde a análise sociológica faz-se presente através das suas instituições sobre o guarda-chuva de dominação da classe dirigente desde o início do processo de colonização. Ao contrário da tese defendida e difundida por alguns autores no que diz respeito às características centrais do modelo econômico, político e social brasileiro do tipo feudal acredito ser importante já de largada refutar essa caracterização central. Adotamos as teses de Gorender e de Furtado como basilares para compreender esse processo de formação do Estado e da sociedade brasileira.

Segundo Furtado (2001, p. 9):

Um conjunto de fatores particularmente favoráveis tornou possível o êxito dessa primeira grande empresa colonial agrícola europeia. Os portugueses haviam já iniciado há algumas dezenas de anos a produção, em escala rela-

tivamente grande, nas ilhas do Atlântico, de uma das especiarias mais apreciadas no mercado europeu: o açúcar. Essa experiência resultou ser de enorme importância, pois, demais de permitir a solução dos problemas técnicos relacionados com a produção do açúcar, fomentou o desenvolvimento em Portugal da indústria de equipamentos para os engenhos açucareiros. Se se tem em conta as dificuldades que se enfrentavam na época para conhecer qualquer técnica de produção e as proibições que havia para a exportação de equipamentos, compreende-se facilmente que, sem o relativo avanço técnico de Portugal nesse setor, o êxito da empresa brasileira teria sido mais difícil, ou mais remoto.

A partir dessa passagem de Furtado adotamos a posição de que a construção ou formação de uma colônia nos moldes da extensão de um modo de produção capitalista, mesmo que ainda incipiente ocorria de forma embrionária a partir do início da produção açucareira no Brasil. Para isso era necessário todo um conjunto de maquinários e equipamentos que combinados com a exploração escravista permitia que a produção açucareira fosse realizada e remetida ao comércio exterior a maneira de acumular nos moldes do capitalismo comercial ultramarino.

Na sequência desse trabalho de tese iremos explorar alguns aspectos teóricos e conceituais acerca do processo de construção do Estado brasileiro desde as origens, assim como pontos de intersecção entre o conceito de elites e classe dominante e suas diferenças e os aspectos relativos à economia política e à sociologia histórica.

Entrementes, a construção da relação entre instituições e classe dominante está inserida num arcabouço teórico-conceitual que busca recuperar a construção da sociologia histórica brasileira na relação existente entre a burguesia e a desigualdade social, os aspectos principais do desenvolvimento da economia política brasileira no interior da lógica do imperialismo capitaneado pelos EUA e ainda conformando as instituições modernas desde o desenvolvimentismo.

Para não perdermos de vista o objeto de pesquisa que subjaz esse trabalho acadêmico cabe ressaltarmos os seus aspectos epistemológicos no que tange a construção da sociologia histórica brasileira como alicerce do conhecimento acerca do tema desta pesquisa. Sendo assim, apontamos algumas considerações no que diz respeito a problemática que envolve a discussão sobre o capitalismo brasileiro na sua gênese. A ordem estamental das hierarquias sociais não se contrapõe a conformação das classes burguesas no interior do processo de construção do escravismo colonial como um empreendimento da classe dominante na sua gênese.

Desde o início do processo da conquista ibérica o Brasil apresentou uma especificidade *sui generis* que até o presente suscitam debates e controvérsias de cunho

epistemológico e analítico, mas que merecem uma atenção importante para que possamos aprofundar a interpretação sobre a natureza do Estado brasileiro e da raiz da formação da classe dominante com suas estratégias de reprodução e dominação no processo histórico. As controvérsias mencionadas acima ocorrem em grande medida devido às próprias especificidades do processo de formação colonial brasileiro desde as suas origens dificultando as interpretações acerca dos aspectos econômicos, políticos e sociais dessa sociedade.

Desta maneira, à luz das interpretações mais relevantes no que tange a perspectiva crítica marxista pretendemos recuperar algumas passagens de autores clássicos e contemporâneos sobre a formação do Estado brasileiro e da classe dominante para apontarmos o itinerário de pesquisa no sentido metodológico e consideramos em primeiro plano a definição de categorias sociológicas marxistas como modelo teórico e conceitual explicativo na formação do Estado e da classe dominante brasileira desde a sua gênese. Para iniciarmos nossa abordagem teórica e conceitual se fazem necessárias algumas considerações acerca dos aspectos históricos e sociológicos do posicionamento da classe dominante brasileira perante a sua formação colonial.

Segundo Gorender (1978, p. 525-526):

O próprio título de *senhor* de engenho já pretendia indicar uma condição estamental nobilitante. Ser senhor de engenho – afirmou Antonil – “bem se pode estimar no Brasil quanto proporcionadamente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino”. E numerosos outros observadores da sociedade brasileira da época, a exemplo de Saint-Hilaire, salientaram a mesma coisa. Mas semelhante condição estamental do senhorio de engenho no Brasil não equivalia à da nobreza feudal do Reino. Em primeiro lugar, não havia barreiras jurídicas de qualquer espécie que impedissem o plebeu de ascender à posição de senhor de engenho. Para tanto, bastava dispor de uns tantos milhares de cruzados, próprios ou emprestados. Em consequência, o *status* senhorial dispensava a origem nobre e tampouco requeria a concessão formal de um título de nobreza. Por último, a condição estamental estava sempre marcada pela ambiguidade, pois o senhor de engenho não passava, afinal, de proprietário de um estabelecimento dependente de resultados mercantis. Com a perda do engenho - ocorrência nada incomum -, perdia-se a equívoca condição estamental. Assim, a sociedade colonial era uma rígida sociedade de castas - sem deixar de ser sociedade de classes – enquanto a percorria de alto a baixo a linha divisória entre os escravos e homens livres. Exceção feita à geração que alcançou o final abolicionista, a imensa maioria dos escravos morreu na escravidão e os que obtiveram a condição de libertos precisaram carregar consigo o estigma de um pecado original, tanto mais quando se faziam reconhecer pelos traços raciais. Já no âmbito dos homens livres, vigorava uma hierarquização estamental à qual, todavia, era imprescindível a sanção das relações de mercado.

Os herdeiros da cultura e da política da ordem estamental a partir dos ditames e da organização da Coroa portuguesa constituíram-se ao longo das gerações numa

burguesia mercantil brasileira. Se por um lado o Estado português expropriou as riquezas brasileiras durante séculos de colonização pela via da lógica da expansão do comércio ultramarino no contexto das disputas geopolíticas do capitalismo comercial moderno, por outro, vale todo um arcabouço da constituição sócio-histórica do Estado moderno português com sua estrutura política-administrativa e cultural específica.

O Estado moderno português levou até a Colônia brasileira ainda incipientes formas que combinavam uma organização estamental e de castas inseridas sob a insígnia de um sistema de títulos honoríficos de nobreza feudal onde as hierarquias sociais se estabeleciam e as próprias distinções sociais se legitimavam através do prestígio conferido a esses indivíduos “escolhidos” para administrar as terras e seus respectivos cultivos.

Apesar de receberem títulos e terras por pertencerem a determinados grupos privilegiados isso não significou que uma estrutura social e econômica capitalista não pudesse ser formada pela via do empreendimento empresarial mesmo que na base do escravismo colonial como aponta Gorender. A dialética metodológica procura também trazer à discussão a abordagem dos autores clássicos que contribuem para a explicação da formação do Estado brasileiro a despeito de considerarmos a tese que mescla a posição econômica e política do Estado brasileiro entre um modelo de características feudais ou semif feudais com formas de organização capitalista como defende Faoro.

Apesar do seu posicionamento analítico de cunho weberiano o autor contribui com algumas passagens importantes no que tange uma melhor compreensão sobre a formação da estrutura social, política, cultural e econômica brasileira a partir da influência da Coroa portuguesa.

De acordo com Faoro (2001, p.128-29):

Na dinâmica mercantil e Europeia, que avassalava os três continentes e os oceanos, uma aparente regressão. Regressão, para muitos historiadores, de caráter feudal, com o estabelecimento agrícola, autônomo, em lugar do polvo comercial, vinculado ao mundo dos negócios, concentrado em Lisboa, mas não comandado por Portugal. Um dado comprovaria a tese, dado não apreciado convenientemente no estudo do primeiro século da colonização: o açúcar, mercadoria vinculada ao movimento comercial, encontra-se, nas duas primeiras décadas do século XVI, em crise de superprodução nos mercados portugueses. A expedição de Martin Afonso de Souza e o regime das capitânias hereditária (1534-49) se alimentariam de outro propósito, provavelmente o de fixar populações ociosas e assegurar, com a povoação, a defesa do território. Essa particularidade infundiria à conquista um rumo característico, alheio a mão diretora do comércio, longe estreita vigilância pública. Daí, sobre

as ondas do impulso inicial, a sociedade se constituiria cada vez mais brasileira, com sentido e autonomização. O império manuelino, militar e marítimo, comercial e especulador, sofreria súbito colapso com o plano de Dom João III. A colonização, redescobertos os motivos edênicos, seria uma transmigração, festiva e aventureira, na descoberta do outro lado e o mundo novo, calçado de promessas e ilusões. A iniciativa particular, "sumítico" o Estado, teria operado maravilhas. O engenho de açúcar, mais tarde próspero, acentuaria a tendência, consolidando-a, de modo definitivo, permanente, estável. Nada mais enganador. A colonização foi obra do Estado, como as capitanias representaram desagregação pública de poderes, sem exclusão da realeza. Na verdade, o açúcar aparece palidamente nos preparativos e debates acerca da colonização. A famosa carta do doutor Diogo de Gouveia, escrita em 1532, faz supor que a colonização não se vincula aos engenhos, mas aponta para a defesa do pau-brasil, o mais importante aspecto do comércio da Coroa, cobiçado belicosamente pelos franceses.

As abordagens de Faoro são importantes para designarmos o caráter semi-feudal da nossa formação colonial e ao mesmo tempo não permitindo ratificar a posição de que a Coroa portuguesa tenha desempenhado um papel anticapitalista ao modo de produção, ou desconsiderado; mesmo que parcialmente os aspectos relacionados ao capitalismo comercial guiado pelo empreendimento empresarial capitalista apesar da influência evidentemente sofrida e transmigrada de muitos dos aspectos do feudalismo para a recente Colônia conquistada a fórceps pelos braços armados da Coroa.

A formação da sociedade brasileira desde a sua gênese esteve associada a diversas contradições que certamente orbitavam entre formas hierárquicas sociais e culturais e até mesmo reconhecidamente políticas de cunho feudais, mas, ao mesmo tempo inserida numa disposição de uma sociedade de conformidade de classes na ordem vigente do capitalismo comercial moderno.

Quanto ao favorecimento político sob o guarda-chuva de proteção da Coroa a determinados grupos de concessão econômica não há dúvida que essas práticas rompem com a lógica do liberalismo econômico aplicado nas praças do capitalismo mais avançado como a França, Inglaterra e especialmente a Holanda por ser o país das finanças e da organização capitalista mais desenvolvido entre os séculos XVI e XVII.

A construção da sociedade brasileira a partir do processo da conquista colonial ocorreu de maneira complexa e muito particular, tanto nos seus aspectos socio-políticos e culturais quanto econômicos dialeticamente imbricados entre uma organização social lastreada sob a égide da ordem hierárquica estamental e da salvaguarda da proteção do Estado português para com os arrendatários, senhores de engenho e

donos de escravos e ainda de forma paradoxal com tipificações de organização capitalista comercial.

Mas, ainda segundo Faoro (2001, p. 151-52);

O Sistema de colonização do Brasil teria lançado, no mundo rural, as raízes do feudalismo indígena. Feudalismo neste lado do Atlântico, gerado espontaneamente pela conjunção das mesmas circunstâncias que produziram o europeu. Feudalismo renascido na América, renovo da velha arvore multisecular portuguesa. Feudalismo, no século XVI ainda vivo na Península Ibérica, que se prolongou no Brasil. Teses de muitas cores, teimosas todas e fascinadas pelo mundo feudal, chave que explicaria muitos séculos de história. Perdido na sua integridade histórica ou como tipo ideal, persistiria a reminiscência, por meio dos “traços”, “aspectos”, “restos” - no horizonte remoto ou diante dos olhos, sempre o feudalismo. O quadro teórico daria consistência, conteúdo e inteligência ao mundo nostálgico de colonos e senhores de engenho, opulentos, arbitrários, desdenhosos da burocracia, com a palavra desafiadora a flor dos lábios, rodeados de vassallos prontos a obedecer-lhes ao grito de rebeldia. Senhores de terras e senhores de homens, altivos, independentes, atrevidos – redivivas imagens de barões antigos. A idade média europeia arderia, transformada em outra língua e em trajes diferentes em Pernambuco e em São Vicente.

Para compreender melhor o Estado brasileiro e a formação da sua classe dominante é necessário recuperarmos algumas passagens da nossa trajetória colonial com suas especificidades e contradições na sua organização secular a partir do Estado português. A tese do feudalismo brasileiro defendida por Faoro nas suas diversas passagens com análises de conteúdo teórico e também a partir das descrições de uma série de elementos constitutivos das formas político-institucionais das relações entre a Coroa portuguesa e a Colônia nos permitem avançar no que diz respeito a formação do Estado brasileiro e da sua classe dominante. Muitos dos aspectos levantados por Faoro refletem as contradições existentes desde a gênese no processo de formação estatal brasileira e que também são discutidas por Gorender.

De acordo com Gorender (1978, p. 526-27):

Visto tais aspectos contraditórios da estrutura social, passemos a uma apreciação sumária do privilegiamento econômico dos plantadores pela Coroa portuguesa. Desde logo, a própria montagem de engenhos dependia de licença concedida pela autoridade colonial. Embora isenta de condicionamentos estamentais e sendo do interesse da Coroa que o número de engenhos sempre aumentasse, o fato de sua montagem depender de licença implicava algum favorecimento, sobretudo no que se refere a localização. Inspirado no liberalismo econômico, Rodrigues de Brito protestou contra “essa espécie de monopólio natural”, finalmente abolido pela Lei de 13 de novembro de 1827, que em seu art. 1. estatuiu: “É livre a qualquer pessoa levantar engenhos de açúcar nas suas terras, em qualquer distância de outros engenhos, sem dependência de licenças alguma”. Já no século XVI, como refere Fernão Cardim, instituiu o governo metropolitano isenção de direitos aduaneiros para os senhores de engenho que em-

barcassem o seu açúcar por conta própria, isenção completa durante os primeiros dez anos depois de instalado o engenho e de metade a seguir. Igualmente em benefício dos senhores de engenho, uma Carta Régia de 1701 proibiu a criação de gado numa faixa de terra até dez léguas de distância do litoral marítimo. O regime territorial de concessão de sesmarias funcionou plenamente, como já vimos, em favor dos plantadores e fazendeiros de gado. Foi, contudo, sob um aspecto bem particular que se manifestou, mais significativamente, a proteção da Coroa aos grandes escravistas, o sentido especial da aliança entre os círculos dominantes da metrópole e a classe dos plantadores coloniais, ou seja, sob o aspecto da defesa dos seus bens contra a execução por dívidas. O que não representava senão a extensão a Colônia da norma anticapitalista vigente a Metrópole, onde o devedor, quando homem da nobreza – senhor de domínios rurais ou ocupante de alto cargo público – tinha como esquivar-se do credor, geralmente o burguês mercador - banqueiro.

No que tange a manutenção dos privilégios legais e as vantagens político-institucionais de proteção aos senhores de engenho por parte da Coroa o autor assinala um importante aspecto relacionado à aliança estabelecida entre os grupos dominantes do Estado português e a classe social privilegiada na Colônia. Raimundo Faoro reforça que todas as características herdadas da Coroa fazem da recém-fundada Colônia uma experiência estendida do medievo europeu, ainda que incompleta e com traços peculiares e até híbridos em relação a todo peso trazido da longa tradição feudal. Segundo Faoro (2001, p.153-54):

A expressão plástica da tese do feudalismo brasileiro mostra, com abundância de provas, o processo que a ditou. O senhor de latifúndios e de escravos - o senhor de engenho -, opulento e liberal nos gastos, se incorpora a uma categoria social, a aristocracia ou a nobreza, de ordem rural. O fazendeiro, sempre vinculado ao açúcar, se transmuta em nobre, por analogia com o aristocrata europeu, também ele proprietário de terras. De nobre se faz culto e instruído, exigindo o poder político, que a Independência lhe daria, e plano nacional, acima do refúgio de quatro séculos nas acanhadas municipalidades. Há um trânsito entre os estados, em estratificação ascendente: da riqueza à aristocracia e da aristocracia ao poder político. Uma simplificação completará o sistema: nobreza territorial será sempre nobreza feudal. Outra face da mesma persuasão funda-se em duas hipóteses: a colonização se processou sob o sistema feudal, com as chamadas colônias de plantação, ou a colonização americana ferida pelas circunstâncias, retrocedeu a era feudal, estimulada pelas capitânias. O caráter aristocrático teria decorrido dos donatários, realmente vinculados a pequenas casas nobres de Portugal. A conjugação de todos esses fatores - a forma de colonização, o enriquecimento, o transplante da nobreza, o retrocesso a um modelo gerador da sociedade portuguesa – ativou-se com dispersão territorial dos capitães e colonos, fazendo nas suas casas senhoriais, a autoridade política, anuladas as mãos do rei pela distância. O primeiro século teria sido “o nosso século feudal de colonização”, como o batizou Silvio Romero, período que, segundo Oliveira Martins, se prolongaria até o século XVIII, com vivas persistências, na forma de generalidade das opiniões, ainda no momento presente. “A conclusão iniludível” - acentua um lúcido representante da corrente feudalizadora – “é que o modo ou regime de colonização posto em prática no Brasil por D. João III foi real e verdadeiramente de caráter feudal, embora, no momento de ser ele adotado, meio século já se estivesse escoado sobre o tumulto da Idade Média, embora

o feudalismo puro não tivesse existido em Portugal, como pretende A. Herculano; embora as leis do reino bafejadas pelo hábito imperialista do direito romano trouxessem expressas nas suas letras a condenação dos privilégios feudais.

Para efeito dessas abordagens introdutórias do presente trabalho acadêmico se faz necessário expor os argumentos no que tange a natureza do Estado brasileiro e da formação do seu patronato político e da própria classe dominante. A robusta tese argumentativa de Faoro demonstra fôlego teórico e empírico em muitas de suas considerações de fonte documental e por isso a sua persistente relevância. E para não haver dúvida da disposição do autor em defender o caráter feudal do ainda incipiente Estado brasileiro uma incursão no processo de formação social e político-administrativo contribuirá para elucidar sociologicamente o caráter do Estado nesse caso particular.

Entretanto, o próprio Faoro ao examinar as características do Estado português e da formação da Colônia brasileira expôs argumentos importantes com o objetivo de explicar que a relação Coroa-Colônia não refletia a formação “clássica” de um Estado tipicamente feudal de traços nitidamente herdados da tradição medieval, assim como nem o próprio Estado português um dia conseguiu ser por diversas razões sócio-históricas.

E, além disso, o que está em jogo nessa discussão de fundo, também para Faoro, se refere à análise sociológica mais profunda no que diz respeito à gênese da formação social e política brasileira levando em consideração todo o debate e controvérsia historiográfica que atravessa o século XX até o presente, inclusive nesse trabalho. Apesar da controvérsia de base teórica weberiana e de apontamento para especificidades feudais na formação do Estado brasileiro desde a sua origem colonial a obra de Faoro também traz elementos que constituem aspectos capitalistas diante das relações econômicas engendradas sob a lógica do capitalismo mercantil mesmo que na órbita de relações ambíguas e contraditórias.

A abordagem lúcida do autor muitas vezes termina por ser negligenciada nos apontamentos críticos a sua obra por mais que mereçam apreciações dessa natureza; evidente. Por certo que o capitalismo atrasado e dependente brasileiro nos seus primórdios constitutivos tenha tido desdobramentos seculares até o presente e as suas contradições se mostraram desde o início da formação colonial e alguns dos elementos mais relevantes foram trazidos por Faoro na sua obra, além das características feudais mais marcantes.

De acordo com Faoro (2001, p. 155-56):

A transposição – de senhor de engenho a fidalgo – obedece a um pressuposto. Não basta o cabedal, é necessário cabedal e governo, para que se confirmem a ele os poderes senhoriais. Além disso, o trânsito de uma a outra ordem não se calca na realidade, senão que aponta para a analogia, que é um confronto de fatos próximos e não iguais. Não há dúvida, entretanto, que o modelo de Antonil, seu ponto de referência, é a organização feudal, com base na dependência da terra. Para evitar o risco de inúteis repetições (v. cap. 1, 3), sem pretender solucionar a polêmica, definitivamente instaurada na historiografia brasileira, a tese mais convincente em nossa história repele o chamado feudalismo brasileiro. A empresa de plantação teve nítido cunho capitalista – dentro do capitalismo mercantil e politicamente orientado do século XVI português. As relações entre os capitães-governadores e o rei e entre os potentados rurais e o governo tiveram, de outro lado, acentuado cunho patrimonial, pré-moderno. O donatário caracteriza-se pela qualidade dupla, de fazendeiro e de autoridade, sem a fusão de ambas, fusão incompatível com a ordem legal portuguesa, vigorante no século XVI. Opõe-se ao feudalismo a própria natureza dos favores concedidos aos donatários, favores de estímulo a uma empresa que o rei engordava para colher benefícios futuros – é o capitalismo politicamente orientado em ação. O rei delimitou as vantagens da colonização, reservando para si o dízimo das colheitas e do pescado, o monopólio do comércio do pau-brasil, das especiarias e das drogas, o quinto das pedras e metais preciosos. O governo português não punha no negócio o seu capital, ao tempo escasso e comprometido em outras aventuras. Servia-se dos particulares – nobres e ricos, com suas clientelas e parentes em cabedal acenando-lhes com a opulência e o lucro fácil, móveis de ação tipicamente capitalistas, como capitalista seria a oferta aos pobres da fácil vida americana. A propriedade rural brasileira tomou fôlego e se expandiu para a exploração de artigos exportáveis, ligados ao mercado mundial, pela via de Lisboa. Não encontrou ela, ao se constituir, uma camada social a que se pudesse superpor, formando a estratificação de dois graus, entre senhores e vassalos. O feudalismo brasileiro se reduz, em consequência, na palavra de um historiador, a uma “figura de retórica”. Não havia no sistema brasileiro, nem o feudo nem o vínculo de vassalagem, triturados ambos pela economia mercantil, derretido pelo açúcar.

Cabe ressaltar nessa passagem do autor formas que combinam uma orientação política e econômica inseridas na lógica do capitalismo mercantil como também uma organização conformada nos moldes patrimonialistas onde os senhores de engenho em muitos dos casos assumem funções político-administrativas nos aparelhos de Estado. Essa dupla função dos potentados indivíduos privilegiados da classe dominante que orbita entre os interesses dos negócios e a administração pública é um reflexo dos processos que constituíram a Colônia desde a sua gênese no Estado português a partir da Coroa. A estrutura social brasileira foi forjada diante de um contexto de disputas geopolíticas e econômicas na conformação ultramarina sob a égide do capitalismo mercantil, assim como todo um aparato herdado da arcaica tradição feudal com as especificidades da ordem estamental portuguesa e sua cultura sociopolítica muito peculiar e adaptativa as circunstâncias próprias e inerentes as particularidades

de manutenção e ampliação da organização administrativa e política da Colônia brasileira.

Segundo a posição de Gorender (1978, p. 535):

O escravismo esteve assim, ao longo de sua existência, atravessado por esta contradição de interesses econômicos de classe entre os plantadores escravistas e a burguesia mercantil. À contradição de interesses econômicos se juntava a oposição de tipo estamental. O *status* do senhor de engenho, no período colonial, ou do grande proprietário rural, que no Império recebia um título de nobreza, implicava prestígio superior, supremacia social e vantagens políticas. A essas duas oposições – a econômica e a de *status* acrescentou-se aí outra, decorrente do fato de pesar sobre o comerciante a peculiaridade e aparecerem com a fachada de uma classe “estrangeira”. O que foi particularmente característico do período colonial, porém se manteve em grande parte no período imperial.

Mesmo autores de cunho marxista como Gorender compreenderam a complexidade analítica apontada por Faoro apesar das diferenças de natureza mais epistemológica no que tange a lógica do capitalismo mercantil e do posicionamento da sociedade de classes. As formas da organização da sociedade brasileira orbitaram desde sempre em torno de grandes acordos entre os senhores da terra e a Coroa portuguesa, além de uma série de elementos da ordem estamental como *status*, prestígio, poderes régios distribuídos, cargos públicos concomitantes às formas de empreendimentos empresariais ligados ao engenho. Essas formas híbridas que combinavam ordenamentos sociais herdados de pilares feudais seculares foram acompanhadas pelo avanço do capitalismo comercial impulsionado pelo mercantilismo ultramarino dos últimos séculos, antes mesmo das conquistas ibéricas nas Américas.

A posse da terra desde sempre construiu os laços de sociabilidade na Colônia a partir dos capitais sociais desenvolvidos e reproduzidos na gênese da formação do Estado português. As formas de concessão e a posse da terra ao longo dos séculos foram desenvolvidas concomitantemente a organização política e administrativa da Colônia como extensão dos poderes da Coroa. Para que esse apêndice ultramarino do outro lado do Atlântico fosse salvaguardado em termos de empreendimento lucrativo era preciso constituir grupos políticos e econômicos dominantes que pudessem servir as ordens do Estado patrono e imprimir os brasões da Coroa através das heranças sociais, políticas e culturais inseridas e perpetradas no seio da sociedade nascente.

O controle da administração política do Estado e a posse da terra foram os eixos norteadores da construção da incipiente sociedade brasileira desde os séculos

iniciais até o presente. Controlar os aparelhos institucionais decisórios e de justiça, de acesso ao orçamento e as finanças e aqueles fiscalizatórios correspondentes a arrecadação dos tributos continua sendo a chave do processo de dominação. Os lucros advindos da exploração das matérias primas, da exportação de bens quaisquer, inclusive do tráfico humano caminhavam conjuntamente com as posições hierárquicas de poder no Estado, além dos títulos honoríficos que conferiam status e prestígio como alicerce de capitais sociais e políticos relevantes para a constituição de uma classe dominante nas terras recém-conquistadas.

Segundo Oliveira (2001, p. 37):

A estrutura social da classe dominante é a posse da terra. A história agrária do Brasil é a história política do acesso e controle das propriedades agrárias pelo senhoriato rural. A fundação da classe dominante tem um dos seus pilares na posse do bem de raiz primordial, representado pela terra. Na legitimidade outorgada pela Coroa para os grandes proprietários, mediante o instituto das sesmarias, verifica-se a mediação entre o Estado Colonial e os proprietários. Muitas vezes a concessão de uma sesmaria era apenas um reconhecimento oficial por parte da Coroa de terras que já eram ocupadas pelo proprietário há bastante tempo. A concessão de sesmarias reproduzia juridicamente a dominação política e econômica de fato, uma vez que os solicitantes deveriam ter posição social e escravos suficientes para justificar, garantir e conseguir a sua sesmaria. O sesmarialismo com a formação de um senhoriato rural possui características fundamentais na construção de relações de prestígio e de poder. (OSÓRIO SILVA, 1996, p. 37-75)

O grupo social superior que tem direito às sesmarias em função de seus cabedais e escravos, passa a formar as estruturas elementares do poder político local no Brasil Colônia. Nos documentos antigos, é referido como “*a nobreza da terra*”, “*as principais famílias da vila*” ou detém o conceito de “*homens bons*”. Este grupo social de origem heterogênea era composto de diferentes matrizes sociais. Desde pessoas humildes em Portugal, e que no Brasil tornaram-se aventureiros, comerciantes ou senhores da guerra, até aqueles identificados como elementos oriundos da baixa nobreza e mesmo da grande fidalguia portuguesa. Esses quadros formam e representam um papel político fundamental na governança das vilas brasileiras.

Uma importante consideração apontada por Oliveira já no final da citação refere-se à formação do senhoriato rural brasileiro ao longo das gerações. Algumas famílias mais modestas de Portugal que vieram ao Brasil se estabeleceram através de composições bem articuladas através de serviços prestados como aventureiros e guerreiros em favor de famílias de maior prestígio e até do próprio Estado. As famílias de alguns pequenos comerciantes iniciaram negócios que orbitaram em torno de pequenas vilas ainda incipientes e dependendo das articulações políticas puderam ascender socialmente através da concessão de títulos e terras ao longo do tempo. O patronato político brasileiro tem imbricações estreitas com os mandatários a serviço da Coroa sendo muitas vezes o mesmo indivíduo político detentor da posse da terra,

responsável político por alguma instituição importante e ainda negociante de escravos e mercador.

O Estado brasileiro foi se constituindo de maneira *sui generis* no seu *modus operandi* e racionalidade política administrativa durante séculos de gestação a partir de formas contraditórias de interação e de pavimentação de um itinerário socioeconômico conduzido subjetivamente por padrões hierárquicos de distinção social e política no mundo dos negócios e da própria dominação sob a lógica estamental, também material, pelas formas capitalistas de exploração e de relações de troca comerciais.

Desta maneira cabe incluir mais dois atores clássicos da sociologia política e histórica brasileira nesse debate que subjaz a introdução desse trabalho. Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior são dois representantes dessa literatura acerca da formação social, econômica e política do Estado brasileiro e podemos incluí-los à guisa de complemento dessa abordagem. A contribuição de Sodré reside em explicar as relações mercantis do Estado brasileiro vinculadas ainda com as bases do feudalismo e diferenciar o capitalismo comercial do período das colônias com aquele vinculado ao capitalismo industrial. Algumas das passagens na obra *Formação Histórica do Brasil* de Sodré cabem algumas considerações importantes.

De acordo com Sodré (1976, p. 23-24):

É indispensável conhecer e distinguir perfeitamente o papel daquilo que se conhece como capital comercial na época dos descobrimentos e daquilo que é o capital comercial hoje, no modo capitalista de produção. Este aparece quando a produção domina o comércio, subordina-o ao seu desenvolvimento; aquele, ao contrário, aparece quando a produção simples de mercadorias alcança um certo desenvolvimento e o dinheiro facilita as trocas. Desenvolve-se com a ampliação do mercado e com o aumento da produção de mercadorias, “mas o seu desenvolvimento, em si mesmo, é insuficiente para poder realizar e explicar a passagem de uma ordem de produção a outra”, isto é, da ordem feudal à ordem capitalista. O aparecimento do capital comercial é muito anterior, assim, ao aparecimento do capitalismo como modo de produção. O primeiro é capital aplicado unicamente na esfera da circulação de mercadorias: todo produto suscetível de troca era apoderado pelo capital comercial, fosse produzido como fosse, que auferia lucro da exploração dos extremos com os quais operava.

Apesar dessas considerações elucidativas realizadas por Sodré a afirmação de que o modo de produção feudal se concretiza no Brasil de forma predominante nos primeiros séculos do controle português não representa a lógica do domínio colonial. O modelo escravagista adotado nas colônias, primeiramente com os indígenas e a expansão das fronteiras geopolíticas rumo ao oeste, ao norte e ao sul da América no caso brasileiro obedece a lógica pela busca de metais preciosos, captura de índios

para a escravização, abertura de rotas e exploração através do extrativismo vegetal já não correspondia as características do feudalismo clássico como se sugere, mesmo porque coexistem duas formas distintas no interior da colônia brasileira, principalmente nos três primeiros séculos da construção da extensão do Estado português ultramar.

O objetivo geral da exploração colonial ultramarina se assenta no extrativismo do Pau Brasil primeiramente e de maneira mais empresarial através da indústria da cana de açúcar nos dois primeiros séculos. Mas, a necessidade de buscar por novas fontes de recursos e rendimentos impulsionou as “entradas” e as bandeiras” rumo a expansão para o interior do Brasil, e assim constituir novas formas de organização econômica e social com outros empreendimentos que não estivessem necessariamente atrelados aos projetos de exploração colonial por intermédio dos ditames da coroa portuguesa. A tese da existência de uma organização econômica, política e social lastreada soba égide do feudalismo não coaduna com os interesses e o formato de expansão do capitalismo mercantil ultramarino. A organização empresarial que articula o controle político da coroa portuguesa com interesses de agentes privados na empresa mercantil não sustenta a tese do feudalismo na principal colônia do hemisfério sul; ao mesmo tempo que não confere a esses primeiros séculos; nem mesmo no mundo mais desenvolvido (Europa Ocidental – países ibéricos, países baixos e Grã-Bretanha e França) denominarmos o atual estágio econômico de capitalismo tal qual conhecemos hoje.

Segundo Junior (2004, p. 22-23):

Há um ajustamento entre os tradicionais objetivos mercantis que assinalam o início da expansão ultramarina da Europa, e que são conservados, e as novas condições em que se realizará a empresa. Aqueles objetivos, que vemos passar para o segundo plano nas colônias temperadas, manter-se-ão aqui, ditando-lhes o destino. No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. Se vamos a essência na nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra

de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira.

A formação sócio-histórica brasileira advém da grande tradição ibérica colonial e apesar de mesclar heranças da cultura estamental do medievo do longo passado feudal com suas configurações hierárquicas típicas; já na fase das expansões ultramarinas a grande empresa colonial demonstrou vigor nos empreendimentos da exploração da mão-de-obra escrava em vista do extrativismo das matérias-primas rumo ao comércio mundial. A exploração mercantil desde sempre foi o mote do processo de acumulação e não a apropriação para o consumo doméstico como o objetivo central. A lógica já não era mais feudal, no momento em que as potências marítimas aproveitaram a exploração econômica das colônias.

O diálogo estabelecido entre Faoro e Gorender no preâmbulo das discussões acerca da natureza do Estado brasileiro e da formação da classe dominante local, regional e nacional serve de alicerce para a compreensão do Brasil desigual do presente e do atual desenvolvimento do capitalismo dependente com algumas instituições modernas, mas que são apêndices do imperialismo do século XXI. A literatura da sociologia política e histórica clássica brasileira nos apresenta a um conteúdo teórico e conceitual que possibilita a construção do objeto de pesquisa na introdução desse trabalho. No mesmo sentido os autores contemporâneos nos apresentam incursões teóricas e metodológicas que contribuem para explicar diferentes objetos de pesquisa e nos colocam sob uma perspectiva analítica e crítica com diversas vertentes de abordagem empírica.

Conhecer as instituições de maneira mais aprofundada assim como suas elites e/ou classes dominantes específicas requer um mergulho sociológico mais embasado, onde teorias, conceitos e metodologias precisam ser categoricamente mais bem definidos e delimitados. Objetos de pesquisa que buscam investigar o Estado, as instituições e as classes sociais associadas a macroestrutura sócio-histórica e de cunho econômico-político exigem categorias de análise robustas e tratamento empírico com metodologias correspondentes a essas junções.

De acordo com Oliveira (2001, p. 193):

A grande tarefa de se trabalhar com o Estado passa pela construção de teorias que o reconheçam como instituição relativamente autônoma, sem os problemas do reducionismo (seja estatal ou societal). A questão de uma teoria mais ampla do Estado consiste em uma orientação heurística, que valorize a pesquisa e os Estados concretos, em conjunturas históricas bem definidas.

Pensamos que as relações entre as classes dominantes e o Estado podem ser estabelecidas estruturalmente. Somente por meio da pesquisa estas relações estruturais podem ser apreendidas e demonstradas. As ações políticas concretas se revelam em sua riqueza e singularidade frente ao Estado em estudos de caso bem fundamentados e documentados. O Estado é uma organização política e institucional que expressa os interesses da dominação de classe; é uma entidade distinta da classe dominante e diferenciada das classes. O Estado brasileiro é uma ramificação e um desdobramento do Estado português de alguns séculos atrás. Sendo o Estado lusitano a primeira experiência de Estado Nacional, a sua presença é muito acentuada na formação brasileira.

Sem a compreensão sobre a formação do Estado nacional e sua organização cultural, social, política e econômica historicamente determinada pelas relações coloniais no caso brasileiro termina por desconsiderar elementos cruciais que contribuem para análises sociológicas do presente. A construção do Estado e da sua classe dominante reflete as formas de organização política e de suas heranças históricas de lastro colonial. A relação existente entre as instituições políticas e administrativas do Estado e sua classe dominante são estreitas desde sempre. A introdução desse trabalho acadêmico procura explicar teórica e conceitualmente a necessidade metodológica de uma abordagem holística entre as principais áreas das ciências sociais para esse objeto de pesquisa específico, isto é, o Banco Central do Brasil (BACEN, BC ou ainda BCB) como instituição chave da política econômica brasileira contemporânea inserida sob a égide estatal e supraestatal com suas elites tecnocráticas específicas no bojo da classe dominante.

Entrementes, a abordagem teórica holística trabalha o objeto em três grandes áreas do conhecimento, a saber; a sociologia política e histórica como elementos centrais do objeto de pesquisa que interagem entre a instituição estatal e a classe dominante representada pelas elites tecnocráticas dirigentes do Banco Central do Brasil e a terceira, e, não menos importante chave explicativa de conhecimento teórico; a economia política, que para essa tarefa acadêmica será utilizada na forma de um fio condutor teórico dos processos interativos entre as conexões econômicas da ordem global imperialista na complexidade e da dinâmica da globalização econômica e financeira neoliberal e as formas de condução da política econômica por parte da instituição estatal nacional correspondente e seus aspectos sociopolíticos.

O Banco Central do Brasil nasceu como instituição econômica e financeira no apagar das luzes do ano de 1964, logo no primeiro ano do golpe civil-militar-empresarial brasileiro. As disputas geopolíticas estratégicas do imperialismo e seus consortes internacionais em plena “guerra fria” entre o bloco capitalista capitaneado pelos EUA,

e do outro lado, a ex-URSS como oponente no socialismo real impuseram transformações econômicas e políticas na dinâmica da economia política capitalista, além das exigências intrínsecas ao modo de produção capitalista e das próprias finanças globais e que colocaram os países dependentes e importantes geopoliticamente como o Brasil na mira dos ditames das grandes corporações transnacionais.

O acordo de Bretton Woods de 1944 definiu o padrão ouro-dólar para a economia mundial, e, inseridos na mesma lógica da reconstrução econômica e financeira internacional pós-segunda guerra foram também criadas instituições financeiras multilaterais como o FMI (Fundo Monetário Internacional), BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) que compõem o Banco Mundial e outras instituições financeiras imperialistas sob o ordenamento e a coordenação do Banco BIS (Banco de Compensações Internacionais - 1930) criado logo após a crise econômica e financeira de 1929 e que até o presente momento comanda as finanças globais por ser considerado o “Banco Central dos Bancos Centrais”.

Segundo Fatorelli (2013, p. 30-31):

Criados em 1944 na mesma reunião de Bretton Woods que estabeleceu a hegemonia do dólar norte-americano, o FMI e o Banco Mundial têm sido destacadas engrenagens do Sistema da Dívida. A atuação de ambos tem deixado importantes marcas tanto em países de economia desenvolvida quanto subdesenvolvida.

A missão do FMI está descrita em seu Estatuto Constitutivo e, de acordo com seus objetivos, se encarregaria de velar pela estabilidade do sistema financeiro internacional. Na prática, seu papel tem sido o de líder e guardião de ordens monetária e financeira, atuando em favor dos bancos privados, e não dos países membros. Embora o artigo primeiro de seu estatuto determine que deveria contribuir para a viabilização de altos níveis de emprego, faz exatamente o contrário.

A compreensão sobre os aspectos que envolveram a criação e o desenvolvimento das instituições financeiras multilaterais internacionais está relacionada aos dois conflitos bélicos mundiais, a falência do liberalismo econômico clássico, o avanço do socialismo real capitaneado pela ex-União Soviética e em grande medida sobre o guarda-chuva da reconstrução do capitalismo monopolista de Estado pela via do pacto da seguridade social keynesiana sob a órbita de influência do imperialismo capitaneado pelos EUA.

Desta forma, existem alguns divisores de águas cruciais para compreendermos os contextos históricos do desenvolvimento do capitalismo do século XX, seus aspectos sociopolíticos na dinâmica interna dos países capitalistas desenvolvidos e periféricos como o Brasil e suas relações geopolíticas já inseridas na ordem global

imperialista. Os entraves entre os países desenvolvidos e estabelecidos em disputa com as nações de industrialização tardia marcam a ascensão da fase do imperialismo na entrada do século XX.

Os bancos centrais nos países desenvolvidos nascem inseridos nessa lógica imperialista de dominação pela fusão dos capitais econômicos como o capital comercial, industrial e financeiro. Apesar de muitos bancos pertencentes ao Estado terem sido criados há mais de um século antes da entrada do imperialismo do século XX as funções de banco central na organização tecnocrática contemporânea assumem características de controle da emissão monetária, o fluxo dos capitais financeiros, o ordenamento e a fiscalização dos demais bancos e a intermediação das relações financeiras nacionais e internacionais somente na entrada do século XX na configuração do capitalismo contemporâneo.

No caso brasileiro os principais bancos nascem na entrada da Era Imperial com a chegada da família real portuguesa em 1808. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal que já completaram mais de duzentos anos de história uniram-se a Casa da Moeda como instituições históricas da organização econômica tecnocrática do Estado. Mas somente em 1945, com a criação da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) foi constituída uma instituição responsável pelo papel de controle monetário; uma espécie de banco central brasileiro, com certas limitações. A criação da SUMOC representou a mais robusta experiência nessa direção até então; que somente ocorreu na confluência de interesses dos novos ordenamentos do sistema financeiro internacional do pós-segunda guerra e já no final do primeiro governo Vargas.

Diante desses amplos contextos históricos cabe compreender o papel da classe dominante brasileira, principalmente a partir do desenvolvimentismo, onde uma nova tecnocracia estatal ascendia como apêndice do capital nacional dirigista e suas articulações com o imperialismo¹. A classe dominante histórica tradicional de longa

¹ De acordo com o dicionário do pensamento social do século XX sobre a abordagem marxista do imperialismo a qual adotamos nessa tese (1996, p. 377): “As duas principais variantes das teorias marxistas sobre o imperialismo foram as de Rudolf Hilferding (1910) e Rosa Luxemburgo (1913). Hilferding foi buscar as origens do imperialismo numa mutação fundamental nos processos de acumulação devido a três tendências inter-relacionadas: a crescente concentração e centralização do capital; a difusão de práticas monopolistas; e o domínio orgânico do capital financeiro sobre o capital industrial. Em certo estágio de seu desenvolvimento – afirmou-se -, essas tendências fizeram crescer as rivalidades territoriais entre estados. Não obstante, ao centralizar o controle do aparato industrial nas mãos de umas poucas instituições financeiras, também criaram as condições organizacionais para uma tomada “socialista” de economias nacionais”.

duração e muita enraizada com os vínculos da posse da terra desde o processo da colonização passa a se metamorfosear com maior profundidade no sentido social, econômico e político e até cultural na transição para a industrialização planejada estatal da entrada da década de 1930 a partir das primeiras transformações do controverso, mas recém endossado governo de Getúlio Vargas.

A classe dominante agrária-exportadora encontra o setor industrial ainda incipiente, as formas de comércio e serviços financeiros e de seguros imbricados com o capital externo e as nascentes estruturas burocráticas de Estado e com as áreas e setores mais desenvolvidos da tecnocracia institucional como suporte do capitalismo dependente. Estudar as instituições chave do Estado inseridas em contextos dinâmicos da economia política faz mais sentido através da descoberta dos aspectos decisivos que demonstram as formas e os interesses dos grupos sociais que controlam essas instituições.

A modernidade tardia trouxe ao país, por intermédio do aprofundamento das cisões entre a classe dominante mais tradicional e agrária em relação aos dirigentes industriais nacionais, também por influência do setor externo na lógica da dinâmica imperialista a construção de instituições estatais do desenvolvimento econômico que permitiram o avanço das forças produtivas e a inserção do país no bloco de países industrializados, mesmo que ainda atrasado e dependente. O desenvolvimento capitalista tardio de inspiração liberal, também keynesiana devido à crise internacional na órbita do próprio fracasso do liberalismo econômico permitiu a ascensão de uma classe dominante emergente advinda da tecnocracia, também dos circuitos da grande imigração, que desde o século XIX até o pós-segunda guerra continuou ocorrendo com grande intensidade.

Grandes capitalistas nacionais que começaram a se desenvolver já no final do século XIX e a incorporação de grandes empresas capitalistas estrangeiras lapidaram as carreiras profissionais e genealógicas de muitos indivíduos que constituem a classe dominante mais ampla, onde muitos dos seus representantes estão inseridos nos mais diversificados negócios da burguesia e nas instituições estatais e nos poderes instituídos da República.

O aperfeiçoamento dos poderes advindos de vínculos familiares foi sendo lapidados nas instituições públicas e privadas e assim como no início da colonização brasileira as relações de interdependência se fizeram presentes através de maneiras híbridas de transformar interesses mútuos pela via de acordos, conciliações, títulos

honoríficos ligados a nobreza, vínculos familiares hereditários e cargos em serviços públicos concomitantemente a negócios da riqueza privada.

Uma abordagem importante no que tange aos aspectos relacionados à família nas relações de produção, acumulação e ampliação dos interesses próprios e da classe dominante a qual pertence se refere à órbita vinculada à gênese da riqueza e da dominação política secular ou recente por parte de grupos privilegiados específicos. A porta de entrada, permanência e transferência de poderes ocorre através do contrato jurídico que garante tanto a posse da terra quanto a inserção institucional nos aparelhos de Estado. Para obter vantagens e conquistar privilégios e benefícios dessa envergadura é necessário ser bem-nascido e manter os vínculos hereditários familiares pela via do casamento com famílias de prestígio e poder político ou por intermédio de laços de sangue herdado nas gerações anteriores já estabelecidas.

Para aqueles indivíduos não pertencentes aos círculos do poder existem estratégias que possibilitem a ascensão nas carreiras do Estado mais influentes e pela tecnocracia mais elitizada nos escalões das instituições chave do Estado. Mas, para uma sociedade com baixíssima mobilidade social como a brasileira, como alcançar tais níveis nas instituições estatais? O acesso à educação de qualidade, as condições mínimas de infraestrutura familiar em termos socioeconômicos e a formação continuada específica que possam permitir disputar o acesso às carreiras de Estado também dependem dos denominados “capitais”. Isso explica em grande medida o tamanho da desigualdade brasileira, já definida na partida da corrida pelo acesso aos privilégios de classe de alguns e a dificuldade de sobrevivência da esmagadora maioria da população. E nesse último caso segue uma luta pelo acesso básico de condições mínimas de existência; ao contrário dos privilégios; que apenas uma minoria adquire ou possui por razões distintas.

A sociologia de Pierre Bourdieu tem a virtude de apresentar uma abordagem teórica e conceitual que construa um terreno fértil de possibilidades em torno de um conhecimento crítico e reflexivo sobre a sociedade; em especial no que tange a noção de “capitais”. O conceito de *habitus* é compreendido numa dimensão estrutural; que incorporada nos sujeitos (agentes), serve de matriz para a prática em várias dimensões estruturantes dessa imensa e complexa estrutura social. As noções de campo e espaço social cujas regularidades compõem essa imensa estrutura, onde o “habitus” conforma as práticas estruturantes da macroestrutura, ao mesmo tempo, a dimensão estruturante dessa estrutura.

A partir desse aparato metodológico Bourdieu fornece esse instrumental profícuo para a elaboração de uma arquitetura das propriedades regulares na sociedade. “Através do passado incorporado dos agentes e de sua posição no espaço social, é possível ver a estrutura diferencial de gostos, consumo cultural, escolhas matrimoniais, comportamento econômico, preferências políticas, profissionais, entre outras”, parafraseando Bourdieu. A força motriz do contexto sócio-histórico é o jogo entre agentes dotados de uma série de dispositivos interacionais que organizam o modo da vida social.

O capital cultural, compreende o conhecimento, as habilidades técnicas informacionais, as habilidades e técnicas artísticas, de linguagem, a manipulação das informações, de um conjunto de dados, o repertório intelectual produzido e compartilhado entre seus pares no interior do campo e subcampo de atuação, com seus *habitus* na prática cotidiana. No interior das classes sociais são transmitidas pela família, e pelas instituições escolares, sob três formas: o estado incorporado, como disposição durável do corpo (por exemplo, a forma de se apresentar em público); o estado objetivo, como a posse de bens culturais (por exemplo, a posse de obras de arte); estado institucionalizado, sancionado pelas instituições, como os títulos acadêmicos. Bourdieu salienta que o campo, subcampo, *habitus* e demais capitais são compreendidos como formas organizacionais da sociedade disponibilizadas nas diferenciações das classes sociais.

O capital social, correspondente ao conjunto de acessos sociais, que compreende o relacionamento e a rede de contatos.

O capital simbólico, correspondente ao conjunto de rituais de reconhecimento social, e que compreende o prestígio, a honra etc. O capital simbólico é uma síntese dos demais (cultural, econômico e social).

No interior do campo dá-se uma dinâmica de concorrência e dominação, derivada das estratégias de conservação ou subversão das estruturas sociais. Em todo campo a distribuição de capital é desigual, o que implica que os campos vivam em permanente conflito, com os indivíduos e grupos dominantes procurando defender seus privilégios em face do inconformismo dos demais indivíduos e grupos.

As estratégias mais comuns são as centradas: na conservação das formas de capital; no investimento com vistas à sua reprodução; na sucessão, com vistas à manutenção das heranças e ao ingresso nas camadas dominantes; na educação, com

os mesmos propósitos; na acumulação, econômica, mas, também, social (matrimônios), cultural (estilo, bens, títulos) e, principalmente, simbólica (*status*).

Para Bourdieu, os condicionamentos materiais e simbólicos agem sobre nós (sociedade e indivíduos) numa complexa relação de interdependência. (A posição social ou o poder que detemos na sociedade não dependem exclusivamente do volume de dinheiro que acumulamos ou de uma situação de prestígio que usufruímos por possuir escolaridade ou qualquer outra particularidade de destaque, mas está na articulação de sentidos que esses aspectos podem assumir em cada momento histórico.

Bourdieu considera que o gosto e as práticas de cultura de cada um de nós são resultados de um feixe de condições específicas de socialização. É na história das experiências de vida dos grupos e dos indivíduos que podemos apreender a composição de gosto e compreender as vantagens e desvantagens materiais e simbólicas que assumem.

Mais especificamente Bourdieu afirma que as práticas culturais são determinadas, em grande parte, pelas trajetórias educativas e socializadoras dos agentes. Dito com outras palavras, Bourdieu afirma, causando um grande mal-estar na época, que o gosto cultural é produto e fruto de um processo educativo, ambientado na família e na escola e não fruto de uma sensibilidade inata dos agentes sociais.

De acordo com Torres (2020, p. 01), em texto publicado no portal Núcleo de estudos da violência organizacional (NUEVO)

Bourdieu desenvolveu a Teoria do Campo Social para superar a dicotomia subjetivismo e objetivismo. Para Bourdieu (1996), o campo social é um espaço estruturado por agentes e organizações burocráticas, podendo ser científico, artístico, editorial, político, acadêmico, entre outros. Essa ideia de espaço social advém da visão de mundo, no qual as pessoas que ali estão se diferenciam uma das outras e tem interesses específicos. Além disso, cada agente ocupa posições distintas no espaço. São essas diferenças geradoras da distribuição de capitais e poder. O *habitus* é o responsável pelas diferenças. O *habitus* é interiorizado pelo agente durante sua trajetória de socialização, mas ele também exterioriza esse *habitus*, em forma de práticas, visões, pensamentos, no campo em que se encontra inserido. Além disso, o agente pode interiorizar novas práticas, visões e pensamentos, do campo. Assim, o *habitus* é estruturado e estruturante, exteriorizado e interiorizado. É um “sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, funcionando como princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações [...]”[v].

Destaca-se, que o *habitus* está atrelado a estratégias do agente no campo, em busca de capital e poder[vi]. Os capitais em disputa no campo, são quatro: 1) capital econômico – relacionado a bens materiais, dinheiro, entre outros; 2) capital cultural – relacionado ao conhecimento adquirido por meio de leitura de livros, quadros, além da formação acadêmica; 3) capital social – trata-se da rede de relações do agente e do benefício que essa rede proporciona; e

por fim, 4) capital simbólico – que está relacionado a todo tipo de honra, mérito, *status*. É possível verificar que os capitais econômico, cultural e social, levam o agente a posse de capital simbólico. Assim, o capital simbólico remete ao poder simbólico. Outro ponto interessante de se observar é que um capital pode ser transformado em outro, como o capital cultural em econômico, por exemplo. O interesse do agente ou das organizações que compõem o campo é possuir o capital específico do campo de modo a ser suficiente para a ocupação de posições dominantes nos seus campos respectivos[viii]. Com a posição mais elevada, é possível mudar práticas e até mesmo a taxa de câmbio do capital em jogo. O interesse do agente ou das organizações são atrelados pela “[...] conservação ou a transformação da ‘taxa de câmbio’ entre os diferentes tipos de capital e, do mesmo modo, o poder sobre as instâncias burocráticas que podem alterá-la por meio de medidas administrativas”[viii]. Dessa forma, os dominados no campo podem usar de estratégias de subversão para desvalorizar o capital adquirido pelos dominantes, assim como os dominantes podem usar de estratégias de conservação para manter o valor de seu capital adquirido. O dominante que obtém reconhecimento e aceitação possui o poder simbólico no campo.

Para Bourdieu, tanto a família quanto a escola, seriam responsáveis pela formação do *gosto* cultural dos indivíduos. Seria, especificamente, o que chamamos de “*capital cultural incorporado*”, uma dimensão do *habitus* de cada um; uma predisposição a gostar de determinados produtos da cultura, por exemplo, filmes, livros ou música, consagrados ou não pela *cultura culta*; uma tendência desenvolvida em cada um de nós, incorporada e que supõe uma interiorização e identificação com certas informações e/ou saberes; um *capital*, enfim, em uma versão simbólica, transvertido em disposições de cultura, portanto, fruto de um trabalho de assimilação, conquistado a custa de muito investimento, tempo, dinheiro e desembaraço no caso dos grupos privilegiados.

Em uma sociedade hierarquizada e injusta como a nossa, não são todas as famílias que possuem a bagagem culta e letrada para se apropriar e se identificar com os ensinamentos escolares. Alguns de origem social superior terão certamente mais facilidade do que outros, pois já adquiriram parte desses ensinamentos em casa.

Desta forma, a família tornou-se ao longo da formação social e política brasileira uma condição *sine qua non* para atingir e permanecer no poder por incontáveis gerações. A classe dominante sempre orbitou em torno da posse da terra e do controle dos aparelhos de Estado e construiu um itinerário a partir de estratégias de poder que combinassem diversas formas de organização política, social, econômica, cultural e de caráter amplo e ramificado.

De acordo com Oliveira (2018, p. 33-34):

A família patriarcal era uma forma de poder que criou uma pequena bolha que protegia seu autopoder, a grande propriedade e seus privilégios dentro do aparelho de Estado. Era quase um corolário; esta grande família patriarcal

que está no passado colonial brasileiro só pode existir e se reproduzir dentro do Estado. Então, não há ninguém, nenhum setor mais estatófilo, mais antigo, mais amante do estado do que a classe dominante. Por mais que os discursos de alguns setores neoliberais, como os discursos de Eugênio Gudin e Roberto Campos, preguem o contrário. Você já viu alguém poderoso correr do Estado? Fugir do Estado? É exatamente ao contrário, todos querem estar no Estado. Então, para a família patriarcal existir, se reproduzir, é o Estado a centralidade. Essa centralidade do Estado para a família patriarcal é observada desde o primeiro momento das genealogias, da gênese da formação. Uma família do período colonial e que tinha grande poder, ela tinha que estar dentro do Estado e receber sesmarias. O que é o instituto das sesmarias? – A sesmaria é a chancela estatal, a carta de data da grande propriedade, a gênese do latifúndio. Isso é apontado por toda a sociologia clássica, principalmente na obra de Raimundo Faoro, “Os donos do Poder”. Tivemos sesmarias do século XVI até o início do século XIX. No Paraná a grande obra clássica é da historiadora Marina Ritter. Ela estuda todas as sesmarias concedidas no paraná, do período colonial até o início do império e faz um mapa, um geoprocessamento dessas propriedades. Uma pergunta elementar para a Sociologia Histórica e Política: onde estão os descendentes dos sesmeiros? Essas pessoas que podem comprovar pelas suas genealogias familiares serem os descendentes dos proprietários das grandes sesmarias do período colonial? Será que eles desapareceram com a modernidade? Sumiram com o progresso social, econômico e cultural do Brasil?

A questão apontada por Oliveira (2018), acima, corrobora com a necessidade de termos adotado nessa introdução a premissa de que era e continua sendo necessário compreendermos melhor a natureza do Estado e a formação social e política da classe dominante brasileira. Desde a organização política e administrativa das capitânias hereditárias passando pelas sesmarias o Brasil construiu uma classe dominante tradicional de longa duração alicerçada desde sempre na posse da terra e na permanência institucional através da ascensão social e política por intermédio dos cargos públicos.

Um objeto sociológico relevante suscita enormes possibilidades de discussão a partir de múltiplas incursões de profundidade teórica-metodológica como no caso das elites tecnocráticas da mais importante instituição econômica brasileira – o Banco Central. Se tomarmos como modelo teórico explicativo essa instituição econômica e financeira encontraremos respostas importantes acerca dos questionamentos levantados por Oliveira na passagem acima. Afinal, a classe dominante tradicional da posse da terra e do controle das instituições públicas pode ser encontrada nas elites tecnocráticas e estratégicas na presidência do Banco Central do Brasil entre o final do século XX e as duas primeiras décadas do XXI? A classe dominante tradicional e/ou emergente, isto é, aquela que ascendeu principalmente a partir do pós-segunda guerra e na fase do Brasil desenvolvimentista mantém ou estabelecem vínculos com o país agrário exportador das velhas oligarquias da posse da terra e do controle dos

aparelhos de Estado? Em que medida as elites tecnocráticas financeiras do Banco Central ou de quaisquer instituições relevantes de Estado podem ser confundidas com a classe dominante brasileira?

Do Brasil arcaico ao moderno partimos da premissa de que existem conexões sociológicas profundas onde a posse da terra e o Estado continuam preeminentes e precisam ser esmiuçadas e compreendidas como um fenômeno relevante para traduzir o país do presente e de toda a sua formação sócio-histórica. Temos duas questões importantes para contribuir com o questionamento de Oliveira acerca da configuração da classe dominante em torno da posse da terra. A primeira refere-se à permanência da classe dominante com vínculos em relação a grande propriedade e a segunda ao modo como essa classe social penetra no Estado e controla as instituições administrativas, tecnocráticas, políticas e jurídicas na contemporaneidade.

Uma apreciação importante se faz necessária acerca de definições conceituais e delimitações teóricas de abordagem introdutória como no caso dos termos elite e classe dominante. Partimos do ponto da interpretação sociológica em que a teoria marxista subjaz a estrutura de suporte do conteúdo da pesquisa acadêmica em consonância com grande parte dos trabalhos apresentados pelo Núcleo de Estudos Paranaense (NEP) ao longo dos quase trinta anos de existência do grupo de pesquisa ligado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da UFPR.

A permanência do termo elite nessa pesquisa é proposital e somente faz sentido quando utilizado conjuntamente com o termo classe dominante; mas é nesse último que a abordagem teórica-conceitual pretende se apoiar como explicação histórica do processo de formação social e política dos grupos que controlam os meios de produção e o Estado. O termo classe dominante exprime por final a essência da profundidade sociológica no que tange a análise das formas de organização social, política, cultural e econômico dos grupos sociais privilegiados por diversas razões e contextos históricos macro estruturantes e específicos.

De acordo com Poulantzas (1977, p. 224):

O Estado capitalista apresenta igualmente, em virtude da sua estrutura específica, e nas suas relações com as classes e frações dominantes, uma particularidade em relação aos outros tipos de Estado. Trata-se do problema do “bloco no poder”: o conceito de hegemonia poderá ser útil aqui a fim de estudar o funcionamento das práticas políticas das classes ou frações dominantes no bloco no poder, e a fim de situar as relações entre o Estado e esse bloco. Constatamos efetivamente, no caso deste tipo de Estado, uma relação específica entre as classes ou frações a cujos interesses políticos esse Estado responde. Isto permite precisamente situar as relações entre as formas de

Estado desse tipo e a configuração típica que esta relação apresenta entre classes e frações dominantes em um estágio de uma formação capitalista.

Cabe compreender que o conceito de elite não consegue explicar o funcionamento do Estado capitalista na sua dinâmica política, social e econômica no processo de interação e disputas entre os interesses das diversas classes e frações de classe em jogo na sociedade e o próprio fenômeno complexo do bloco no poder.

Ainda de acordo com Poulantzas (1977, p. 224):

Todavia, esta característica não basta para explicar o fenômeno do bloco no poder, que parece realmente ser um fenômeno particular das formulações capitalistas. Com efeito, se essa coexistência de várias classes constitui um caráter geral de toda a formação social, ela assume, contudo, formas específicas nas formações capitalistas. Podemos estabelecer, nestas formações, a relação entre, por um lado, um jogo institucional particular inscrito na estrutura do Estado capitalista, jogo que funciona no sentido de uma unidade especificamente política do poder de Estado, e, por outro lado, uma configuração particular das relações entre as classes dominantes: essas relações, na sua relação com o Estado, funcionam no seio de uma unidade política específica recoberta pelo conceito do bloco no poder.

A complexidade do modo de produção capitalista mesmo em sociedades atrasadas e dependentes requer um aprofundamento na análise sociológica que depende do olhar à luz da teoria social. Uma questão importante da sociologia diante da dinâmica sociopolítica capitalista pode ser colocada para a discussão: como as classes sociais e as frações de classe burguesas estão dispostas a conformação social e inseridas nas disputas da institucionalidade no interior dos aparelhos de Estado e de que maneira a luta de classes aparece como estrangulamento no processo de dominação econômica e social por parte da classe dominante?

Uma classe dominante controla o processo decisório nos aparelhos de Estado, os meios de produção e reprodução do capitalismo, as formas de dominação cultural e política através de uma série de dispositivos sociais e institucionais. Grupos sociais no poder pertencem a uma determinada classe social repleta de “capitais” sob o seu controle, e que conseguem, por vezes, manter o domínio das condições de existência material por diversas gerações inclusive.

A reprodução das diversas formas de poder por parte da classe dominante é o resultado de vários séculos de construção de dispositivos econômicos, sociais e políticos através da posse da terra, do controle dos poderes do Estado e da associação nos empreendimentos privados através de várias articulações empresariais quase sempre imbricadas no Estado.

Se de um lado o alto nível de dominação e controle da classe dominante sobre os dispositivos legais, institucionais, econômicos e ideológicos aumenta o poder e a capacidade de persuasão da classe dominante sobre as classes populares, por outro ocorrem também disputas entre as classes e as frações de classe no interior da própria burguesia, que lutam por melhores condições de vida, também por espaços de poder no seio da própria classe dominante.

No caso do Banco Central do Brasil, principalmente em tempos de globalização econômica e financeira a partir do Plano Real (1994) as elites tecnocráticas estratégicas agem em consonância com os interesses do imperialismo e da própria classe dominante, a qual também em grande medida pertence esses indivíduos presidentes da instituição chave da política econômica. Partimos do pressuposto nessa discussão entre elites e classe dominante que os presidentes do Banco Central a partir do Plano Real fazem parte de uma elite tecnocrática repleta de capitais acadêmicos e profissionais e ao mesmo tempo pertence a classe dominante brasileira, com raras exceções.

Pretendemos para efeito desse trabalho acadêmico não adentrar na denominada teoria das elites elaborada por teóricos de vertente weberiana por não considerarmos necessária no que tange ao objeto de pesquisa. Cabe definirmos ligeiramente que uma elite tecnocrática, por exemplo, não pode ser considerada como sinônimo ou aproximação teórica-conceitual de classe dominante. Um indivíduo ou grupo pertencente as elites podem se diferenciar em termos de uma capacidade profissional, acadêmica ou cultural muito peculiar ou específica, mas nem sempre significa que seus membros pertencem aos círculos sociais da classe dominante.

A classe dominante é um fenômeno social mais robusto, complexo e já consolidado por gerações, principalmente de base familiar que controlam e dominam recursos dos mais variados e ainda mantém e expandem conexões com vínculos estreitos com as demais famílias históricas da ordem burguesa, inclusive com indivíduos advindos de outras nações e se utilizam do Estado como suporte intermediador e legitimador de condutas e práticas rotineiras da produção e reprodução dos “capitais de dominação”.

Equívocos muito comuns ocorrem frequentemente por parte dos adeptos da teoria das elites ao considerar a terminologia analítica “classe dominante” como sendo de cunho estreitamente economicista, não percebendo que a teoria marxiana esteve na sua maturidade analítica alicerçada na totalidade da análise social ou na

explicação holística de amplo espectro. Compreendemos o termo classe dominante como sendo uma categoria crucial para as ciências humanas e sociais, em particular para esse trabalho acadêmico que propõe explicar como a classe social dos potentes detentores dos mais variados “capitais” controlam os recursos da sociedade capitalista. Uma importante contribuição para a essa discussão podemos encontrar em distintas formas de abordagem desse problema como é o caso das denominadas posições sociais assumidas a partir da herança e definidas assim na sua grande maioria as vantagens e privilégios da classe dominante na partida e não isoladamente conquistada a partir de um pseudo mérito.

Segundo Bertaux (1979, p. 79):

Como funciona a instituição da herança? Seria conveniente observar que ela não consiste na transmissão de coisas, mas de títulos de propriedade. Não são as terras, os imóveis as fabricas, as lojas, as partes do capital físico que trocam de mãos no universo atarefado dos escritórios dos tabeliães; é essa relação de propriedade privada com esses meios de produção que mudam de suporte. O que estabelece a instituição da herança é a transmissão de uma relação. E como, além do mais, o capital é uma relação social e não uma coisa, a herança deve ser concebida como uma relação de transmissão de uma relação a uma relação. Mais ainda do que as relações de produção, que pelo menos passam por formas físicas e introduzem práticas de apropriação real, tudo aqui são relações sociais instituídas, relações puramente jurídicas: é o reino silencioso do Direito.

São, portanto, essas relações jurídicas que conferem as crianças a sua identidade social. Antes mesmo de seu nascimento, o filho ou a filha de um proprietário já é um proprietário em potencial; uma relação instituída liga-o aos bens de sua família, independentemente da vontade sua ou de seus pais.

Essas considerações de Bertaux (1979) reforçam ainda mais a necessidade de utilizarmos uma análise sociológica calçada na terminologia “classe dominante” que expressa com maior profundidade analítica às relações sociais e as estruturas de poder. Nesse caso, as transferências dos diversos capitais familiares são reproduzidas por gerações, independente da vontade dos seus herdeiros e a classe social mais privilegiada foi constituída e lapidada através de gerações de longa duração, onde a questão do mérito e da própria mobilidade social precisa de uma apreciação crítica. A teoria das elites não aprofunda a questão das famílias históricas como núcleo duro do poder na sociedade. A classe dominante é produto da construção sócio-histórica de grupos sociais privilegiados que em determinados contextos históricos reuniram condições políticas e econômicas e acumularam capitais enquanto outros herdaram capitais de antigas monarquias absolutistas. Títulos de nobreza e de propriedade, concessões para importantes cargos na administração pública e diversos tipos de proteção e vantagens para os negócios privados sempre foram os expedientes utilizados

na forma de acordos e dispositivos de poder entre as classes dominantes. As relações de compadrio e casamento sempre estiveram entre as estratégias da classe dominante e para alçar melhores condições e conseguir a ampliação e a reprodução dos seus capitais esse processo mesmo no presente continua sendo habitual, algo que o conceito e a terminologia das elites não conseguem abarcar.

Ainda segundo Bertaux (1979, p. 81):

O desejo de assegurar os sucessores no futuro emana de uma necessidade político-estrutural do presente, ade consolidar a relação de apropriação privada; voltaremos a isso no decorrer do capítulo seguinte, em relação a nobreza latifundiária do século XVIII.

Se nas famílias dos proprietários os filhos são produzidos como herdeiros (as), existe também uma preocupação com os herdeiros desses herdeiros: o casamento dos filhos é controlado pelos pais. Como não é possível o casamento entre irmãos e irmãs (uma das consequências da monogamia), torna-se necessário então aliar-se a outras famílias.

É possível observar, durante séculos, que os proprietários procuravam assegurar, pelo casamento, não a “felicidade de seus filhos”, noção incongruente, e sim a perpetuação do vínculo entre a propriedade e a linhagem. Daí os casamentos por conveniência em que, mais do que um homem e uma mulher, são duas fortunas que se esposam.

Dir-se-á que tudo isso pertence ao passado. Não houve uma grande transformação nos costumes, fazendo com que hoje, cada um se case livremente? Os casamentos “arranjados” terminaram; o tempo dos dotes e da caça violenta aos bons partidos descritos tão bem por Balzac! Terminaram? De jeito algum: no capítulo consagrado a oligarquia financeira, na França contemporânea, mostraremos que essas práticas ainda subsistem e contribuem para assegurar a coesão interna e a renovação extremamente seletiva da oligarquia.

Muito além das elites do poder a classe dominante se estabelece, permanece e se reproduz através de uma série de estratégias históricas onde as formas de penetração nas instituições privadas e públicas, o domínio e o controle do poder político e econômico transitam entre a classe social dominante e as frações de classe privilegiadas e dotadas de capitais dos mais variados ainda no século XXI, apesar das inúmeras transformações do capitalismo contemporâneo. A estratégia do casamento permanece como uma forma de acesso, consolidação e reprodução hereditária de capitais que estão sob o domínio das famílias mais poderosas em diversos ramos de atividade econômica dentro e fora dos aparelhos de Estado.

Em muitos casos as instituições estatais da administração pública e da tecnocracia estão repletas de famílias do poder jurídico e político há muito tempo estruturadas, em particular no Brasil; e quando não estão inseridas nos escalões da República estabelecem conexões poderosas com o Estado e capacidades de influências múltiplas com reciprocidades institucionais legitimadoras.

As questões que envolvem o casamento como estratégia relevante para manter a posição social e os privilégios de classe há muito estão presentes e permanecem como fortes componentes das formas de organização do poder econômico e político, principalmente no Brasil.

Segundo Samara (1983, p. 42):

Na sociedade brasileira, especialmente no século XIX os matrimônios se realizavam num círculo limitado e estavam sujeitos a certos padrões e normas que agrupavam os indivíduos socialmente em função da origem e da posição socioeconômica ocupada. Tal fato, entretanto, não chegou a eliminar a fusão dos grupos sociais e raciais, que ocorreu paralelamente através das uniões esporádicas e da concubinação.

Por isso, é possível estabelecer uma íntima relação entre casamento, cor e grupo social. Os matrimônios, que eram a opção de uma certa parcela da população, estiveram também preferencialmente circunscritos aos grupos de origem, representando a união de interesses, especialmente entre a elite branca. Esta, interessada na manutenção do prestígio e da estabilidade social, procurava limitar os casamentos mistos quanto a cor, assim como em desigualdade de nascimento, honra e riqueza.

A partir das contribuições de alguns autores clássicos e contemporâneos citados anteriormente compreendemos que esse processo sociocultural que envolve o matrimônio ainda se faz atual e de certa maneira rotineiro, mesmo porque, nos parecem bastante nítidas historicamente essas formas de organização social e política por parte da classe dominante brasileira devido às especificidades sócio-históricas as quais abordamos nos debates acerca da formação do Estado e da classe dominante no Brasil.

A classe dominante, em particular no Brasil perpetua seus capitais em grande medida devido às estratégias de casamento e compadrio; e com isso conseguiu se diversificar e transitar em múltiplos setores e circuitos do poder econômico, político e social da sociedade, onde o prestígio, status e as oportunidades de negócios e acessos a influência política estão sempre presentes. Para não recairmos numa retórica tautológica referente a exposição e a análise sociológica em relação as estratégias da classe dominante para permanecer no topo ou ascender socialmente, passamos para a apreciação sociológica de cunho posicional e de capitais.

Mas como podemos definir e distinguir a classe dominante das demais na sociedade em geral? Numa análise sociológica mais elaborada não podemos deixar de descrever conteúdos estruturantes de maior profundidade no que tange não apenas a sua posição, detenção e absorção de capitais dos mais variados e complexos

de base material e subjetiva como também suas formas de representação e apreensão simbólicas. Os capitais adquiridos e/ou herdados muitos deles são simbólicos, mas no caso da definição da classe social e sua distinção social torna-se necessário tecermos algumas considerações.

Segundo Bourdieu (2007, p.14):

Uma classe não pode jamais ser definida apenas por uma situação e por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantem objetivamente com as outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática tendendo a transmutá-las em distinções significantes.

Essas distinções se estabelecem a partir de diversas formas de interação entre a classe social dominante com suas frações de classe, assim como com as demais classes sociais através de representações simbólicas objetivas e subjetivas, além de relações objetivas concretas nas disposições materiais, nos conflitos e pactos entre as classes e frações de classe.

Para avançarmos na construção do nosso itinerário de pesquisa a partir do arcabouço teórico e conceitual é necessário compreender que as estratégias da classe dominante orbitam em torno da conquista dos capitais mais diversificados e/ou ao mesmo tempo do aproveitamento dos recursos herdados das gerações que as antecederam na esfera familiar. A importância de conquistar, assegurar, acumular e reproduzir capitais é uma estratégia sociocultural e definidora da classe dominante secular e emergente.

Ainda de acordo com Bourdieu (2008, p.106-107):

Obedecendo à preocupação de recompor as unidades mais homogêneas do ponto de vista das condições de produção dos *habitus*, ou seja, no tocante as condições elementares de existência e os condicionamentos que elas impõem, é possível construir um espaço, cujas dimensões fundamentais sejam definidas pelo volume e estrutura do capital, assim como pela evolução no tempo dessas duas propriedades - manifestada por sua trajetória passada e seu potencial no espaço social.

As diferenças primárias - aquelas que estabelecem a distinção entre as grandes classes de condições de existência - encontra sua origem no volume global do capital (capital econômico, capital cultural e, também, capital social) como conjunto de recursos e poderes efetivamente utilizáveis; as diferentes classes (e frações de classe) distribuem-se, assim, desde as mais bem providas, a um só tempo, em capital econômico e cultural, até as mais desprovidas nestes dois aspectos.

Para nossa pesquisa acadêmica procuramos encontrar uma explicação sociológica plausível e trouxemos alguns dispositivos teóricos e conceituais importantes

nesse caminho metodológico. Partimos de uma base marxista e bourdiesiana onde essas posições convergem no tocante às questões que envolvem a disposição da classe dominante detentora de capitais dos mais variados com suas capacidades utilizáveis nas formas de organização social, política e econômica. As elites tecnocráticas do Banco Central são detentoras de capitais educacionais (culturais, acadêmicos) como ponto de partida, sem ainda adentrarmos nos demais capitais, mas o campo das finanças detém uma especificidade peculiar no que tange a um circuito que envolve uma gama enorme de recursos na forma de poder político e econômico historicamente dispostos.

Para avançarmos nesse conjunto de disposições teóricas e metodológicas é fundamental incluirmos o aspeto do espaço social, além dos capitais auferidos pelos agentes tecnocráticos e pela própria classe dominante ao longo do tempo. Os capitais adquiridos e herdados orbitam em torno de um determinado espaço social ou campo específico, apesar de poderem convergir em outros campos, desde que não sejam opostos no sentido do conflito ou da divergência de interesses.

Nesse sentido Bourdieu (2003, p.133-34) ainda avança:

Num primeiro tempo, a sociologia apresenta-se como uma *tipologia social*. Pode-se assim representar o mundo social em formas de um espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder nesse universo. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço, e não se pode ocupar realmente duas regiões opostas do espaço – mesmo que tal seja concebível. Na medida em que as propriedades tidas em consideração para se construir esse espaço são propriedades atuantes, ele pode ser descrito também como campo de forças, quer dizer, como um conjunto de relações de força objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irreduzíveis as intenções dos agentes individuais ou mesmo as interações discretas entre os agentes.

Nosso objeto de pesquisa está delimitado no subcampo do mercado financeiro representado pela instituição econômico-financeira mais importante da contemporaneidade no Brasil. O Banco Central tornou-se ao longo da história recente brasileira a instituição político-administrativa que domina a política econômica na sua matriz decisória sendo responsável pela intermediação do capital financeiro nacional e internacional e ainda estabelecendo um papel articulador institucional econômico e também indiretamente orçamentário entre o setor real da economia (bens e serviços) com o mercado financeiro e ainda com a administração pública do Estado nos três

poderes da República conjuntamente com os próprios recursos destinados as políticas públicas numa vinculação estreita constitucional com o Tesouro Nacional.

O campo do mercado financeiro está engendrado na lógica da economia política do imperialismo na Era da globalização econômico-financeira do modelo neoliberal e para expandir sua força no sentido da acumulação, reprodução e ampliação do capital de base material e financeira tornou-se estrategicamente viável utilizar-se do sistema financeiro como instrumento impulsionador e acelerador desse processo.

Hoje a denominada “financeirização” é mais do que um fenômeno da economia política apesar das suas origens de base investigativa epistemológica *strictu sensu*. A economia e a sociologia política encontram nesse objeto de pesquisa uma teoria que envolve diversas áreas das ciências humanas em particular nas sociais. Mas o que podemos dizer e explicar sobre o campo de acordo com os estudos de Bourdieu e como conectar aos objetos de pesquisa?

De acordo com Monteiro (2016, p. 194-95):

A estrutura social está, para ele, constituída por agentes, grupos e classes sociais, assentados no processo constante de acúmulo de capitais. Quanto maior o volume e capitais adquiridos pelos agentes grupos e classes sociais, maiores são a probabilidade do exercício de processos de dominação. É com esta abordagem que o conceito de campo se apresentará como um dos conceitos essenciais. O conceito de campo em grande medida é herdado da física, porém pensados pela lógica sociológica das esferas sociais em Max Weber e da concepção estrutural de sociedade existente no pensamento de Durkheim. O conceito de Campo, em Bourdieu, pode ser concebido como uma esfera/espaco de realização da ação humana dentro do espaço social. É um espaço estruturado. Os indivíduos quando nascem são lançados no mundo social. Mundo este que se encontra estruturado em campos que funcionam pela distribuição desigual de capitais. Daí falar em campo político, campo artístico, campo religioso, campo econômico, campo jurídico. Neles os capitais são distribuídos desigualmente. Para cada campo, afirma Bourdieu, existe um capital específico. Os dois capitais que estruturam a sociedade capitalista é o capital econômico e o capital cultural. Quem os detém muito pouco prováveis não se encontrará no polo dominante. Todavia, cada campo possui um capital específico que permite o reconhecimento do agente dentro do espaço social, espaço que se configura relacionalmente. Com tal perspectiva, vê-se que, em Bourdieu, aquilo que se produz socialmente nas sociedades capitalistas é distribuído de forma desigual no espaço social, isto é, a distribuição desigual dos distintivos que operam no espaço da prática – capital que não necessariamente é capital econômico – gera a divisão entre dominantes e dominados e determina a configuração do campo em um dado momento.

A síntese de Monteiro sobre os conceitos de Bourdieu vêm de encontro a posição de que os conceitos de *campo*, *habitus* e de *capitais* estão todos interligado na explicação sociológica desse trabalho sobre as elites tecnocráticas e financeiras do Banco Central do Brasil que em grande medida pertencem a classe dominante brasi-

leira como pretendemos discutir nesse espaço acadêmico. O campo mercado financeiro tornou-se um dos maiores blocos de poder da classe dominante do imperialismo e do Brasil, onde o subcampo Banco Central, como instituição chave da política econômica nacional opera como um aparelho de Estado a serviço do processo de intermediação, reprodução, acumulação e ampliação financeira em nível doméstico e global.

As elites tecnocráticas e financeiras do Banco Central principalmente a partir do Plano Real na transição do governo Fernando Collor para o de Itamar Franco estão posicionadas estrategicamente na função de presidentes dessa instituição repletas de exigências do imperialismo na dinâmica do processo de intensificação da globalização econômica e financeira a partir do “Consenso de Washington” do final da década de 1980.

Os capitais cultural e educacional estão entre os principais atributos exigidos dessas elites dirigentes e o capital econômico herdado, adquirido e lapidado historicamente estão internalizados também pelo *habitus* de classe desses indivíduos na sua esmagadora maioria como iremos analisar na sequência do nosso trabalho.

Para conduzir esse trabalho acadêmico o recorte epistemológico adotado engloba a construção do contexto social e histórico, além do econômico na base do imperialismo, onde os Bancos Centrais internacionais se constituem como um dos principais alicerces do sistema de dominação econômica e política. O Banco Central do Brasil nasce no bojo da construção do capitalismo monopolista de Estado em consonância aos ditames das exigências do imperialismo em plena ascensão do regime ditatorial civil-militar-empresarial no Brasil. Com o avanço do processo de globalização econômica e financeira neoliberal entre o final da década de 1980-90 a financeirização torna-se o principal braço de acumulação capitalista e o Plano Real conduzido pela dominação econômica institucional do Banco Central um eixo articulador fundamental estratégico.

Para comandar a mais poderosa instituição tecnocrática brasileira contemporânea os “homens bons” são recrutados para administrar os negócios da classe dominante com legitimidade estatal, sendo que grande parte dessas elites tecnocráticas também pertencem a classe dominante como iremos apresentar. Esses homens repletos de capitais diversificados de curta e até longa duração e tradição manejam as políticas econômicas e atuam no mercado privado em ramos de atividade do mercado

financeiro, universidades renomadas no Brasil e no exterior, instituições multilaterais globais, consultorias e demais negócios da burguesia nacional e estrangeira.

Cabem já no preâmbulo dessa discussão fazermos algumas explicações teóricas e conceituais importantes antes mesmo de apresentarmos as sessões desse trabalho de tese. Iremos denominar “campo”² para esse objeto de pesquisa no conceito a partir de Bourdieu como sendo o espaço social das disputas no interior das regras do jogo do macro setor econômico e financeiro que orbita no “subcampo”³ a instituição tecnocrática econômico-financeira mais importante do Brasil contemporâneo – o Banco Central do Brasil.

Desta forma, cabe apresentar a disposição dos capítulos a serem desenvolvidos nesse trabalho de tese. No próximo capítulo desenvolvemos uma abordagem que envolve a economia política e a sociologia histórica no contexto do imperialismo e da construção dos bancos centrais mundiais com suas agências financeiras no bojo da globalização financeira neoliberal, que moldam também o capitalismo dependente brasileiro, com suas experiências institucionais financeiras que antecedem o próprio Banco Central do Brasil.

No capítulo 3, a trajetória do Banco Central e a configuração econômica e política de acordo com os ditames do processo de globalização econômica e financeira neoliberal e os impactos sobre o orçamento e as políticas públicas brasileiras com a participação das elites tecnocráticas financeiras da instituição responsável pela política econômica brasileira e pela intermediação financeira entre o Estado, o mercado financeiro nacional e internacional.

No capítulo 4 apresentamos os presidentes do Banco Central do Brasil com suas trajetórias individuais e seus capitais herdados e conquistados inseridos no contexto da dinâmica do Banco Central com suas vinculações entre o setor público e privado nacional e internacional. Entre as elites e a classe dominante na dominação

² De acordo com Lallement (2004, p. 188): “Para Pierre Bourdieu, os agentes sociais são vítimas da “magia social” das instituições que erigem em interesses específicos os apelos ligados ao funcionamento de cada campo da prática. Este apelo é ao mesmo tempo interesse e ilusão (illusio, em latim, quer dizer: “lançar-se em um jogo e enganar-se”, jogar e ser o brinquedo de”) Pode-se então compreender o conceito de investimento definido como “inclinação a agir que gera na relação entre um espaço de jogos propondo certos desafios (o campo) e um sistema de disposições ajustadas a esse jogo (habitus)” (Questões de sociologia, 1980). Se é que há algum investimento, então os agentes sociais podem ter, conscientemente ou não, estratégias de longo prazo, com vista, pelo jogo da metamorfose do capital, à valorização do seu patrimônio global (Texto 36)”.

³ Tratamos o subcampo como o espaço das disputas no interior das instituições como no caso do Banco Central do Brasil que pertence ao campo econômico-financeiro. Nesse subcampo existem regras ainda mais específicas dentro de um jogo político e institucional.

do capitalismo dependente brasileiro existem explicações necessárias nesse caminho conceitual e teórico. Esses presidentes estão todos no contexto da ditadura civil-militar-empresarial entre 1964 e 85.

No final dessa apresentação serão realizadas as considerações finais acerca da relação existente entre a principal instituição tecnocrática econômica e financeira e a classe dominante brasileira com suas vinculações entre o público e o privado na engrenagem do modo de produção capitalista nas interações com o mercado financeiro.

1.1 INCURSÕES METODOLÓGICAS

Para esse trabalho de tese iremos adotar sobretudo nos dois primeiros capítulos uma abordagem teórica e conceitual acerca dos processos sócio-históricos da construção do capitalismo dependente brasileiro no contexto do imperialismo do século XX e XXI. A maneira pela qual os bancos centrais foram sendo criados pelo mundo a partir dos países mais desenvolvidos num plano em que pesa a discussão que envolve a sociologia política, sociologia histórica e a economia política onde as elites estratégicas do Estado e a própria classe dominante forjaram as suas trajetórias desde o processo de colonização do país é um dos eixos de discussão teórica e conceitual do nosso objeto de pesquisa que procura entrelaçar atores políticos e tecnocráticos com a principal instituição estratégica da política econômica e da economia política brasileira do século XXI.

A partir do capítulo 3 iremos analisar sociologicamente a trajetória dos presidentes do Banco Central do Brasil desde o primeiro em 1965 até o último nomeado no regime autoritário as vésperas da entrada do governo civil de José Sarney. Esse modelo de Banco Central sofreria uma gama enorme de transformações desde o início em 1965, mas teria uma incumbência relevante na organização da economia política brasileira, em especial no que tange aos processos de intermediação econômica e financeira. Essa análise será realizada a partir das entrevistas concedidas pelos ex-presidentes do BACEN em cada um dos volumes da obra ***Histórias Contadas do Banco Central do Brasil*** em parceria com o CPDOC da FGV, também do próprio arquivo dos personagens presidentes do BACEN que não estão contemplados nos volumes dessa obra. Essas biografias dos presidentes não contemplam uma pesquisa

genealógica mais profunda devido a quantidade de presidentes que procuramos incluir nesse período de 20 anos (1965-85), e por isso optamos por analisar as entrevistas desses atores tecnocráticos e em alguns momentos incluir mais informações que complementam esses personagens.

Em alguns casos quando conseguimos informações em sites de genealogia, artigos de jornais e revistas e até artigos acadêmicos e periódicos optamos em adicionar essas informações sempre dialogando com a teoria sociológica e da economia política num contexto sócio-histórico no bojo do capitalismo dependente brasileiro e subserviente ao imperialismo. Durante nosso trabalho de tese abrimos esse diálogo crítico que envolve a teoria de Bourdieu e de Marx e muitos autores nacionais que pesquisam as famílias da classe dominante e a genealogia dos atores políticos mais relevantes. Aqui optamos pelas biografias de cada um e não pela prosopografia devido ao grande volume desse trabalho ao longo dos três capítulos e mais as suas considerações finais.

2 BANCOS CENTRAIS NO CONTEXTO DA ECONOMIA POLÍTICA E DA SOCIOLOGIA HISTÓRICA DO CAPITALISMO NA FASE DO IMPERIALISMO E NO DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO

O desenvolvimento do capitalismo concorrencial em nível industrial ocorreu ao longo do século XIX onde o capitalismo comercial e o sistema bancário já coexistiam na trajetória de construção do sistema econômico, político e social mais desenvolvido de matriz europeia e que a partir de meados do século XIX incluía também os EUA. Esse desenvolvimento das forças produtivas abarcaria grande parte do planeta nos pós segunda guerra capitaneado pelos EUA e seus consortes imperialistas e que conduziria a maioria das nações ao status de subserviência a esses ditames geopolíticos estratégicas na dinâmica do capitalismo monopolista de Estado incluindo inclusive a URSS e seus satélites, por mais que o “socialismo real” tivesse marcado sua posição com um capitalismo de Estado de lastro ideológico comunista.

A fusão dos capitais na base industrial e do sistema bancário no final do século XIX impulsionou o capitalismo e fizeram ascender as disputas entre as nações na entrada do século XX iniciando a fase imperialista do capitalismo monopolista de Estado. Os bancos centrais dos países centrais passam a ser construídos entre o final do século XIX e início do XX e outros mais históricos e tradicionais como o da Inglaterra passam a ter outras atribuições e cumprir papéis de controle, regulação e intermediação financeira bem mais aperfeiçoados diante das imposições do sistema capitalista na sua fase expansionista imperialista.

Segundo Corazza (2001, p. 124):

O primeiro banco central, o da Inglaterra, foi criado em 1694 e seu desenvolvimento tornou-se o modelo para os demais países. O da França foi criado em 1800, o da Alemanha em 1875, o do Japão em 1882, o da Itália em 1893, e o dos Estados Unidos em 1913. Na década de 1920, a Conferência de Bruxelas incentivou a criação de bancos centrais (BCs) em todos os países. Entre 1929 e 1952, foram criados 48 BCs, dentre os quais a maioria dos latino-americanos. Na década de 1960, quase todos os países do mundo possuíam seu BC. O Brasil era uma das raras exceções, até 1964, quando foi criado o Banco Central do Brasil. Quais as razões históricas da existência dos BCs? São eles criações arbitrárias do Estado ou uma necessidade de sobrevivência do sistema bancário privado? Que fatores impulsionaram a centralização do sistema bancário e sua hierarquização em torno de BCs? Por que o sistema de bancos livres e de moedas privadas não se sustenta sem um banco e uma moeda centrais? Buscando responder a estas questões, o presente texto analisa a formação histórica dos BCs e a evolução de suas funções básicas, através das quais se procura mostrar a racionalidade do processo geral que deu origem aos BCs e lhes conferiu uma ambivalência estrutural. Explicitar essas peculiaridades dos BCs revela-se de fundamental importância para que

se possa entender a racionalidade, as contradições e os conflitos que permeiam suas ações na atualidade.

A abordagem de Corazza explica que além do período histórico da criação dos bancos centrais existe uma forte relação entre esses bancos com a necessidade de administrar a emissão monetária, controlar o sistema bancário e servir de alicerce do sistema capitalista na fase imperialista, essa última, acrescida a partir da perspectiva crítica desse trabalho. Considera-se nessa abordagem a teoria marxista sobre o desenvolvimento do capitalismo mundial na entrada do século XX onde o imperialismo torna-se a forma de organização do sistema de poder e dominação na versão do capitalismo de Estado monopolista. O mercado ou sistema financeiro internacional passa a se organizar de forma mais aperfeiçoada a partir da construção dos bancos centrais no formato de instituições reguladoras do sistema. Nessa fase do desenvolvimento capitalista as instituições de Estado passam a ser constituídas com a finalidade de servirem como alicerce do sistema econômico e financeiro e aperfeiçoar o processo de acumulação e reprodução do capital.

De acordo com Lênin (2005, p. 31):

A operação fundamental e inicial que os bancos realizam é de intermediários nos pagamentos. É assim que eles convertem o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, em capital que rende lucro; reúnem toda a espécie de rendimentos em dinheiro e colocam-nos à disposição da classe capitalista. À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, os bancos convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipresentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação dos numerosos modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista, e por isso devemos deter-nos, em primeiro lugar, na concentração bancária.

Os bancos centrais estão inseridos na lógica da expansão do capitalismo financeiro sob a égide do imperialismo onde a concentração dos mercados capitalistas encontrou na fusão dos capitais industrial e financeira as formas híbridas de acumulação e reprodução do capital em ampla escala internacional. A crise de 1929 e a ascensão do “socialismo real” a partir da ex-URSS impôs ao capitalismo um rearranjo das forças produtivas e abriu espaços para o dirigismo estatal de inspiração keynesiana criando instituições de Estado de alicerce ao modo de produção capitalista nos EUA, Europa e países dependentes na órbita de influência e coerção imperialista geopolítica e estratégica como o Brasil.

Os bancos centrais acompanharam o desenvolvimento dos monopólios capitalistas com suas respectivas crises e o seu aperfeiçoamento como instituição estatal ou independente como nos EUA influenciou a construção dos bancos centrais em países periféricos ou em desenvolvimento.

Ainda segundo Corazza (2001, p. 126-27):

Primeiramente, uma crítica à posição de Smith. Parece certo que o Reichsbank e o Federal Reserve já foram criados como BCs, após uma longa e problemática experiência de atividades bancárias sem instituições centrais reguladoras. O motivo principal de sua criação não foram as necessidades do Tesouro, mas a necessidade da unificação monetária e a das crises financeiras. Além disso, tanto o Banco da Inglaterra, como o Banco da França foram criados como bancos governamentais, mas não com as funções de BCs, nem com o objetivo de exercê-las. Eles foram se tornando BCs à medida que passaram a assumir responsabilidades em relação aos demais bancos. Suas funções de BCs nasceram da evolução das práticas do mercado. O fato de terem sido esses dois bancos que foram se tornando BCs e não outros, isto sim, se deve à posição privilegiada proeminente que ocupavam dentro do sistema bancário da época. Certamente, se não houvesse bancos governamentais que, por sua situação privilegiada e por sua liderança, fossem assumindo funções de BCs, outros bancos mais fortes, mesmo que privados, teriam assumido essas funções de caráter público e se transformado em bancos centrais, e nesta passagem teriam deixado de ser organismos privados e assumido uma natureza pública, tal como ocorreu, por exemplo, com a substituição das câmaras de compensação por um banco central nos Estados Unidos, no início do século passado.

Devido a intensificação das transformações dos monopólios capitalistas a partir dos países desenvolvidos o sistema financeiro passa a se ampliar e exigir as regulações mínimas para a estabilidade do sistema. Conjuntamente a criação dos bancos centrais as empresas estatais e as instituições tecnocráticas do Estado passam a servir de braço estratégico do capitalismo monopolista na forma imperialista e países dependentes, mas importantes estrategicamente como o Brasil adotam o desenvolvimento como processo indutor do aperfeiçoamento estrutural do capitalismo na fase dos monopólios sob diversos processos de influências externas imperialistas.

Segundo Dowbor (1982, p. 107):

As economias do centro, da mesma forma que o Brasil, constituem não conjuntos estáticos, mas uma dinâmica contraditória que exige em particular uma readaptação periódica das relações de produção ao nível de desenvolvimento das forças produtivas.

Da crise estrutural do fim do século XIX o capitalismo emerge sob a sua forma imperialista: "O imperialismo é o capitalismo numa etapa de desenvolvimento que leva à dominação dos monopólios e do capitalismo financeiro, ao aumento da importância da exportação de capitais, à repartição do mundo entre os trustes internacionais e à conclusão da divisão do globo terrestre pelos grandes países capitalistas".

As contradições do capitalismo no mundo e no Brasil combinaram formas de organização econômica e política guiadas tanto pelas exigências de expansão do processo de acumulação através da concentração dos mercados via monopólios quanto pela participação do Estado dirigista e regulador das atividades financeiras e da construção de empresas estatais e aparatos institucionais tecnocráticas de alicerce do desenvolvimento em plena crise estrutural do capitalismo do final da década de 1920.

O sistema financeiro regulado pelos bancos centrais também foram submetidos pelos ordenamentos dos bancos internacionais multilaterais como o Banco de Compensações Internacionais de 1930 (BIS) responsável pela supervisão bancária com intuito de promover a compensação entre os bancos centrais dos vários países do mundo e mais tarde as instituições multilaterais mundiais criadas no pós segunda guerra como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de desenvolvimento BID e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) que fazem parte do aprimoramento do sistema financeiro global já na fase mais expansiva keynesiana capitaneada pelos EUA na lógica do modelo do padrão ouro-dólar de Bretton Woods de 1944.

O processo de construção histórica dos bancos centrais em países desenvolvidos e periféricos leva em consideração diversos aspectos concomitantes que devemos destacar como partes constitutivas do sistema capitalista na fase imperialista dentro da lógica da economia política macro estruturante. O avanço das formas híbridas diante da dominação capitalista imperialista revelam as próprias contradições do sistema, como a fusão dos capitais comercial, industrial e financeiro, o aparato estatal das empresas dirigistas do Estado capitalista mesmo no modelo do “socialismo real”, a regulação do sistema financeiro que pela lógica da sua acumulação e reprodução precisa escapar das amarras institucionais apesar de depender de certo grau paradoxal de controle e toda a crise produzida justamente pela formação e a ampliação dos monopólios capitalistas das grandes corporações transnacionais expandidas durante o século XX.

A necessidade de regulação do sistema bancário, o controle da emissão de moeda, a intermediação financeira no processo de transferência de capitais e do aporte de recursos para investimentos produtivos com alocação de recursos orçamentários e por parte do sistema financeiro privado, além de outras tantas atribuições por

parte dos bancos centrais foram e ainda são formas que a engenharia financeira institucional de regulação encontrou para aperfeiçoar a administração do processo de acumulação e reprodução do capital no imperialismo.

Vale o destaque de Corazza (2001, p. 142-43):

A história da gênese dos BCs mostrou sua metamorfose de bancos comerciais, privilegiados por suas relações especiais com o governo, em banco dos bancos. Eles não foram criados pelo Estado nem resultaram apenas das leis do mercado, mas constituem produto da interação entre a evolução do sistema de pagamentos e a ação pública estatal. Esse fato implica que os bancos centrais carregam a contradição e a racionalidade de serem, ao mesmo tempo, partes constitutivas e órgãos semiautônomos tanto em relação ao governo como em relação ao sistema financeiro. Sua existência e sua posição estratégica de mediação representam a solução institucional de um conflito entre o Estado e os bancos privados pelo controle do poder monetário de emissão. Como resultado desse conflito, o poder monetário acabou ficando partilhado entre os organismos que formam o tripé em que se apoia o sistema monetário moderno – o governo, os bancos centrais e os bancos privados – e o conjunto das relações formais entre eles formam a institucionalidade que permite a gestão da moeda e do crédito numa economia capitalista. A análise da evolução das funções dos BCs mostrou que a metamorfose dessas instituições, de bancos do governo em banco dos bancos, foi um processo longo, muitas vezes secular, quase sempre permeado por muitos conflitos de interesses. O resultado final de todos esses casos nacionais revela, porém, uma mesma racionalidade que marca a existência dos BCs, como instituições singulares, caracterizadas por relações estruturais com o governo e com o sistema privado de crédito. Ao assumirem sua função básica, como banco dos bancos, os BCs não perderam sua função inicial de bancos do governo. É por essa razão que eles não podem ser considerados como simples órgãos governamentais, pois o fato de serem, antes de tudo, bancos e não apenas bancos, mas bancos dos bancos implica que suas relações com o governo são afetadas pelo conflito que marca suas relações com o sistema de crédito. Queremos ressaltar que o caráter público dos BCs não decorre de sua inserção na estrutura estatal, mas, ao contrário, de sua relação com os bancos privados. É pelo fato de estarem no topo do sistema privado de crédito que não podem ser bancos privados e devem integrar a estrutura estatal, ou seja, é sua dimensão privada que lhes cobra uma ação de caráter público e não o fato de serem órgãos governamentais. Dizendo de outra forma, sua inserção no aparelho de Estado não é uma exigência de sua função de ser banco do governo, pois, esta pode ser exercida por bancos comerciais, mas uma decorrência de sua função de banco dos bancos. Foi o exercício dessa última função que determinou a transformação dos bancos comerciais, públicos ou privados, em BCs.

A abordagem de Corazza é esclarecedora ao colocar a questão da construção dos bancos centrais numa perspectiva entre a economia política e a sociologia política já que não são os aspectos técnicos que precisam ser explicados nesse trabalho acadêmico, mas sim, suas relações de poder que envolvem as disputas políticas dentro e fora dos aparelhos tecnocráticos de Estado. As relações entre o Estado através dos governos, a composição orgânica dos interesses do setor privado e a “autonomização” das decisões tecnocráticas por parte das instituições de Estado representado nesse

caso pelos bancos centrais, tanto em países desenvolvidos quanto em periféricos ou dependentes; e, no caso desse último sofrendo ainda maiores coerções do imperialismo são conformações de frações de classe e disputas políticas entre os interesses privados e a organização política estatal.

De acordo com Miliband (1972, p. 68-69):

Um segundo elemento do sistema estatal que requer investigação é o elemento administrativo, que se estende hoje muito além da tradicional burocracia, do Estado e que abrange a uma ampla variedade de órgãos muitas vezes ligados a determinados departamentos ministeriais ou que governam em grau maior ou menor de autonomia – corporações públicas, bancos centrais, comissões regulares etc. – e ocupados com a administração de atividades econômicas, sociais, culturais e outras, com as quais o Estado atualmente está, direta ou indiretamente, envolvido. O extraordinário crescimento desse elemento administrativo e burocrático em todas as sociedades, inclusive as capitalistas avançadas, constitui sem dúvida uma das características mais nítidas da vida contemporânea. O exame da relação entre seus membros dirigentes e o governo e a sociedade é também vital para determinar o papel do Estado. Por toda a parte e de maneira inevitável, o processo administrativo é também parte do processo político. A administração é sempre tanto política como executiva, pelo menos aos níveis em que a decisão política é relevante, pelo menos aos níveis que a decisão política é relevante, ou seja, nos escalões superiores da vida administrativa.

Os bancos centrais a partir da consideração de Miliband pertencem a um conjunto de instituições chave para a administração estratégica do Estado por ser fundamental no processo de intermediação econômica e financeira entre o fluxo monetário dos capitalistas dos setores internos e externos da burguesia, entre as relações capital-trabalho com seus setores produtivo e financeiro e entre os residentes domésticos e externos compondo os interesses da classe dominante em diversos ramos de atividade na economia capitalista na fase imperialista.

Além das características da composição orgânica do capital de base imperialista, com suas disputas e suas contradições inerentes ao sistema capitalista em relação as instituições tecnocráticas estratégicas como o Banco Central quem administra o sistema financeiro está repleto de capitais de dominação expandidos sob o controle dessas elites tecnocráticas dirigentes e selecionadas para compor o corpo de servidores públicos do alto escalão a serviço da classe dominante; isso quando muitos que compõem essas elites também pertencem a classe dominante com capitais herdados, adquiridos ou conquistados pelo itinerário histórico desses indivíduos distintos socialmente. Vale destacar para o preâmbulo dessa discussão o papel exercido pelos dirigentes políticos e tecnocratas a partir dessa fase de ampliação da acumulação capitalista na formação dos monopólios transnacionais.

Segundo Mills (1965, p. 52):

A indústria moderna exige quadros treinados especificamente. Mais tais postos serão preenchidos sem qualquer ligação com o tipo de sistema político no qual essa indústria moderna se situa. As possibilidades de poder político para os que preenchem os postos tecnicamente indispensáveis não é uma função de suas atividades técnicas, mas de sua posição de classe e sua filiação política, quaisquer que sejam.

A economia política procura discutir os aspectos relativos as formas como o capitalismo vem se desenvolvendo na transição do capitalismo mercantil para o industrial entre o final do século XVIII e início do XIX e se transformar no capitalismo concorrencial nesse mesmo século até um novo salto para o imperialismo da entrada do século XX. Os bancos centrais são o fruto do desenvolvimento das orças produtivas e da as associações com o capital financeiro onde o papel dos bancos torna-se fundamental para o processo de acumulação e reprodução do capital. Nossa discussão nesse trabalho coloca sob uma perspectiva da sociologia histórica a partir do momento que procura-se trazer os aspectos das transformações do capitalismo histórico ocidental e brasileiro e incluir o debate da sociologia política como forma de pensar as formas pelas quais as instituições de Estado no capitalismo estão inseridas nessa lógica de acumulação e como os atores tecnocratas agem no sentido de produzir efeitos de racionalidade técnica e instrumental na direção de viabilizar e proporcionar resultados para o funcionamento do mercado financeiro na fase do capitalismo monopolista de Estado.

Os bancos centrais como uma instituição que representa um subcampo do mercado financeiro representam interesses do sistema capitalista onde cabem disputas entre grupos políticos inseridos na esfera estatal, a classe dominante e suas frações de classe e os interesses do público em geral onde as camadas populares exercem pressões mesmo que limitadas diante à dominação ampla da infraestrutura e da superestrutura do capitalismo tanto em países desenvolvidos quanto dependentes.

Ainda em destaque a consideração de Corazza (2001, p. 143-44):

A função básica de BC, a de ser banco dos bancos, foi sendo assumida pelos bancos que já detinham o monopólio da emissão e concentravam as reservas de ouro e notas dos demais bancos. Entretanto, ser banco de emissão não constitui em si mesma, uma função pública nem uma função exclusiva de um BC, tanto assim que, no início, foi exercida por bancos essencialmente privados. Mas ser banco dos bancos veio a ser uma função pública, típica de um BC, porque seu exercício mostrou-se incompatível com o objetivo do lucro, razão de ser de um banco privado. O curioso e paradoxal desse processo é que a função pública de um BC não se originou a partir da sua relação com o governo, mas, sim, de seu relacionamento com os bancos privados. Por outro

lado, embora a dimensão pública dos BCs decorra de sua relação privada com os bancos, o exercício dessa função só é possível porque eles são também organismos governamentais que participam do poder político do Estado.

A ambivalência da qual Corazza se refere no que diz respeito a construção histórica institucional dos bancos centrais contribui para pensarmos na dialética entre o público e o privado nas formas de organização do capitalismo na fase imperialista já que as funções desses bancos também foi assumida pela banca privada em alguns países com maior ou menor intervenção estatal ou administração política em decorrência da sua intrínseca relevância devido a necessidade de agir como pêndulo não apenas do sistema financeiro como também do próprio capitalismo contemporâneo.

Já entre a primeira grande guerra e a crise de 1929 os bancos centrais começaram a ter um protagonismo a frente das decisões referentes ao controle monetário e o processo de intermediação financeira nos países centrais. A formação dos monopólios capitalistas ainda no final do século XIX e o fortalecimento do Estado enquanto parte integrante fundamental para a expansão do imperialismo exigiu a presença de instituições tecnocráticas no aparato de gestão coparticipativa do capitalismo monopolista, assim como de um corpo de técnicos especialistas na condução dos negócios da burguesia e das políticas estatais. No Brasil esse processo irá ocorrer em grande medida após a revolução burguesa de 1930 onde o aparato institucional e tecnocrático conduzirá o processo de modernização brasileira no modelo keynesiano desenvolvimentista rumo a um projeto de industrialização.

2.1 FORMAÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE NA BASE DESENVOLVIMENTISTA COMO ANTECEDENTES SÓCIO-HISTÓRICOS DA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Atualmente existe uma farta bibliografia sobre os estudos do desenvolvimentismo no Brasil e certamente não nos debruçaremos nesse debate de forma longa devido à natureza desse nosso objeto de pesquisa que vale a pena retomar para ratificar a posição de que se trata de uma pesquisa que procura explicar e relacionar de forma sociológica as estratégias da política de intermediação do capital financeiro no Brasil a partir do Plano Real (1994) tomando como ponto de partida o governo de Itamar Franco em 1992 e toda a articulação que envolveu a construção do plano econômico como seus antecedentes econômicos e políticos.

Compreender como as elites tecnocráticas financeiras na mais importante instituição da política econômica brasileira desempenharam papéis para privilegiar os interesses do mercado financeiro em detrimento das políticas públicas no país. Essas elites na forma de presidentes do Banco Central do Brasil receberam status e poderes de ministros de Estado a partir da presidência de Henrique Meirelles à frente dessa poderosa instituição já no início do governo Lula em 2003. Partimos da abordagem preliminar de que os presidentes do Banco Central entre 1992 e 2021 além de pertencerem a elite financeira do campo mercado financeiro e do subcampo institucional Banco Central também estão inseridas na categoria sociológica como posição social da classe dominante por herdarem, conquistarem e acumularem “capitais” dos mais variados segundo Bourdieu.

Desta forma, procurar explicar como os presidentes do Banco Central estão posicionados socialmente através das suas trajetórias biográficas e genealógicas torna-se crucial para esse objeto afim de relacionar seus campos de inserção as decisões inerentes as intermediações que ocorrem entre o Banco Central e o sistema financeiro nacional e internacional na fase expansionista do imperialismo da globalização econômica e financeira neoliberal.

Ao mesmo tempo procuramos traçar um fio condutor histórico, econômico e sociopolítico que explique a configuração do Sistema Financeiro Nacional na sua fase embrionária até o presente momento pela via da compreensão da fase da construção do “moderno” capitalismo dependente.

O intervencionismo estatal ou dirigismo de Estado através do planejamento e da criação de empresas e instituições burocráticas e tecnocráticas passa a também ser denominado de desenvolvimentismo. Nesse desenvolvimentismo construíram-se ciclos ou etapas desse processo que se inicia no primeiro governo Vargas entre 1930-45, o segundo mandato mais conhecido como sua fase democrática e da criação de empresas estatais e mistas de ponta como a Petrobras e a Vale do Rio Doce, além do banco de fomento e desenvolvimento BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) que ainda não tinha o social na sua nomenclatura oficial. Esse período ou ciclo começa na posse de Vargas em 1951 até o seu suicídio em 1954.

O governo de Juscelino Kubistchek (1956-60) deu prosseguimento a criação de alguns órgãos e instituições, mas não na mesma intensidade que Vargas e coube por exigência da necessidade de desenvolver a infraestrutura nacional aos governos

militares de Médici e Geisel com seus planos de desenvolvimento continuarem a expansão da última fase considerada desenvolvimentista a despeito dos debates acerca do segundo mandato de Lula à presidência da República.

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento I do general presidente Médici (1969-74) e II de Geisel (1974-79) construíram com o aporte de recursos em grande medida adquiridos via capital externo uma parte importante da infraestrutura energética nacional como a construção da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional e de obras e empresas públicas de diversos setores.

A formação do denominado Sistema Financeiro Nacional passa necessariamente pela construção do projeto desenvolvimentista que em consonância com os interesses do imperialismo pós-segunda guerra passa a integrar uma cadeia dinâmica e complexa em conjunto com instituições multilaterais e bancos centrais mundiais como forma de organização do que convencionamos denominar de sistema financeiro global ou mundial.

Nesse debate cabem também reflexões sobre o caminho da revolução burguesa considerando que em muitos dos seus aspectos tenham ocorrido fatores de conciliação, rearranjos e reformas costumeiras entre a denominada República Velha ou Primeira República incluindo dirigentes das oligarquias tradicionais e derrotadas diante do processo revolucionário. A permanência de muitos membros da classe dominante remanescentes da revolução burguesa e de muitos dos seus herdeiros do poder ocorreu por muitas vias, mesmo na oposição a Vargas, assim como o próprio Vargas tenha em algum momento relutado em adotar medidas políticas mais modernizantes e construir alicerces de um projeto desenvolvimentista de cunho mais robusto com discute Bielschowsky (2000).

Cabe ressaltar que, segundo Bielschowsky (2000, p. 249):

A interpretação corrente sobre o significado da Revolução de 30 é que ela teria quebrado a hegemonia política das oligarquias regionais, abrindo espaço, inserir novos atores no universo restrito às elites dirigentes do país. Não há, segundo nos conta, nenhuma interpretação de que tenha sido uma revolução de cunho industrialista. No máximo, dir-se-ia, como Ianni (1971), que a Revolução de 30 "abriu" condições para o desenvolvimento do Estado burguês, como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais do tipo propriamente burguês". De resto, predomina até mesmo a opinião de que foi inexpressiva participação efetiva dos industriais nos acontecimentos nacionais do período.

O impacto da crise de 1929 no primeiro momento não consegue catalisar um movimento na direção da construção de um projeto nacional desenvolvimentista. Os

desdobramentos da denominada Revolução de 1932 exerceram impactos na Constituição de 1934 e somente de forma paulatina o governo Vargas passa a adotar medidas de política econômica e de um projeto nacional desenvolvimentista também impulsionado pelas influências do *New Deal* estadunidense de Roosevelt. Não apenas muitas instituições foram criadas desde o primeiro governo Vargas como também a inserção de muitos técnicos profissionais para exercerem funções na burocracia estatal e esse corpo técnico dentro da estrutura estatal passa a acumular cargos e funções também com influência política.

Em relação a formação desse grupo de técnicos a partir da década de 1930 no Brasil cabe destacar que em momentos de transição no modelo político e econômico principalmente em períodos mais autoritários a composição política e social desse grupo emerge em condições de múltiplas oportunidades e abertas a relações estreitas entre o corpo técnico e científico e os políticos profissionais que transitam também no setor privado. A ambivalência na formação e atribuição dos Bancos centrais reflete a própria ambivalência constante entre o setor público e privado seja em nações desenvolvidas ou dependentes. A construção das instituições públicas e das organizações estatais e da própria composição política e social dos indivíduos no capitalismo dos monopólios exige um corpo de administradores, especialistas técnicos e indivíduos ligados a ciência e a intelectualidade.

A tecnocracia é fruto da ampliação e da complexidade das interações sociais, econômicas, políticas e culturais do capitalismo contemporâneo e no caso brasileiro as imbricações entre o tradicional e o "moderno" ocorrem meio as disputas por permanências e inserções em novos campos profissionais e no aparelho político em consonância com as conjunturas nacionais e internacionais nas dinâmicas do imperialismo.

Segundo Solla (1998, p. 45-46):

O uso do termo *tecnocracia* pressupõe que se satisfaça a dois requisitos: 1) a existência de uma doutrina sobre a derivação da autoridade que legitime o exercício do poder por parte de seus defensores em termos de sua posse exclusiva de um atributo especial: competência técnica com base no conhecimento científico; e 2) relativa neutralidade política e ideológica, tal como se manifestaria na adesão aos princípios universais e, portanto, impessoais da ciência e da eficiência técnica – seria o principal ativo político de seus portadores. As evidências disponíveis sugerem, entretanto, que não é possível falar na existência de uma ideologia tecnocrática propriamente dita em relação a qualquer das posições observadas dentro do espectro ideológico relevante ao longo da vigência da democracia populista. Esse fenômeno se explica, como se verá, a partir de uma constatação aparentemente paradoxal. A situação objetiva dos técnicos, assim como sua atitude ambivalente em relação

ao sistema partidário e aos políticos profissionais em geral, levou-os a optar conscientemente por padrões de ação política indireta para dar impulso ao desenvolvimento capitalista no Brasil na direção desejada. Sob esse aspecto, a hipótese que serviu de diretriz a esse trabalho é a de que as condições materiais para a emergência do “economista-rei” passaram a existir apenas depois de instalados os novos governos autoritários. Em suma, o processo de despolitização da sociedade brasileira teria que cumprir o seu curso para que o tecnocrata pudesse emergir como um ator político de pleno direito. O segundo problema tem relação direta com o anterior. Está ligado ao papel e à função dos técnicos estruturalistas no sistema político brasileiro – em sua condição de membros de uma escola de pensamento: como produtores de ideologia. O termo *ideologia* é usado aqui em um sentido preciso privilegiado pelos técnicos em pauta, ou seja, como um sistema articulado de proposições e de valores que servem de fundamento para a interpretação e a transformação da realidade.

A abordagem histórica e sociológica no embrião do pensamento desenvolvimentista e na política da construção de um sistema estatal de um aparelho burocrático e tecnocrático dirigista serve de alicerce para que no final do governo Vargas a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) seja criada como a instituição até então mais bem elaborada de suporte ao ainda incipiente mercado financeiro e formação. A SUMOC é criada em 1945 no apagar das luzes do primeiro ciclo Vargas e corresponde as transformações ocorridas a partir do acordo de Bretton Woods do referencial padrão ouro-dólar de 1944 e da criação das instituições financeiras multilaterais internacionais guiadas pelo Fundo Monetário Internacional sob a tutela do banco BIS de 1930.

A criação de um sistema amplo e integrado no âmbito do mercado financeiro internacional capitaneado pelos EUA exigia a construção de instituições modernas do mercado financeiro também nos países dependentes. As elites tecnocráticas foram ocupando espaços no poder nas instituições estatais e orbitando em torno de interesses que permeavam o setor público, as disputas no interior dos aparelhos de Estado e entre os políticos profissionais, além do setor privado doméstico e em muitos casos externo como fruto do avanço do desenvolvimento do capitalismo monopolista na vertente fordista keynesiana.

No contexto das disputas políticas e econômicas do desenvolvimentismo brasileiro as ideologias procuravam se alinhar nos seus respectivos “campos” de atuação e nos “subcampos” específicos onde os “capitais” estão dispostos as conquistas em múltiplas janelas de oportunidade oferecidas pela conjuntura do legado autoritário do primeiro ciclo desenvolvimentista de Vargas assim como a abertura de novos espaços dados pelo desenvolvimento da infraestrutura estatal em termos de órgãos e empre-

sas públicas e demais instituições econômicas em ascensão. Existem alguns aspectos importantes para compreender o papel dos sujeitos diante da ordem dominante e que envolvem os detentores dos meios de produção e circulação de capital, os administradores ou executivos empresariais e os tecnocratas à frente das instituições públicas como formas de organização do capitalismo contemporâneo.

De acordo com Bernardo (1998, p. 51-52):

Se o capitalismo pressupõe a concorrência diretamente na produção, e se esta se realiza mediante a conjugação das Unidades de Produção particularizadas com as Condições Gerais da Produção, então existe sempre no capitalismo um aspecto integrador e um aspecto particularista. Não se trata de uma característica accidental, ou limitada no tempo, mas de um traço estrutural. Defino a burguesia em função do funcionamento particularizado da economia, e defino os gestores em função do funcionamento integrado da economia. Isto não significa que os gestores existam especialmente no aparelho de Estado central e a burguesia nas empresas privadas. Tanto as instituições econômicas do Estado Restrito como as empresas privadas enquanto elementos componentes do Estado amplo, possuem uma vertente de integração econômica e uma vertente de particularismo. Estes dois aspectos repercutem-se na esfera da propriedade e na esfera da distribuição da mais-valia. Se entendermos a propriedade capitalista como um título que dá direito a participar na distribuição da mais-valia, então a propriedade burguesa é de caráter individual, vitalício e transmissível. Os gestores, pelo contrário, participam coletivamente na apropriação, a medida em que exercem funções em corpos dirigentes da burocracia política e econômica, pública ou privada. São estes corpos dirigentes que se apropriam da mais-valia, e repartem-na entre os seus membros não porque estes tenham qualquer direito próprio, mas apenas pelos cargos que ocupam. Os postos preenchidos pelos gestores não possibilitam só o exercício do controle. No capitalismo, todo o controle acarreta uma apropriação de fato. Na medida em que decidem os investimentos a realizar com o capital da empresa e determinam o modo de aplicação dos lucros, os administradores da empresa detêm completamente esse capital, e não existe um outro critério de apropriação válido em termos econômicos.

A compreensão desse trabalho acadêmico passa necessariamente por alguns fatores estruturantes do capitalismo monopolista de Estado onde Bernardo aponta as características do Estado Restrito e do Estado Amplo como operando nessa ambivalência e dialética permanentes em que considera em um dado momento aspectos particularistas e gerais da estrutura do capitalismo na fase do imperialismo. As disposições entre as elites tecnocráticas, os políticos profissionais e a burguesia dos negócios privados formam um bloco onde frações de classe estão em associação e em outros momentos em disputas pelos espaços sociais onde, campos e subcampos, cada qual detém capitais específicos que se relacionam mutuamente ou em sentidos opostos. A luta de classes e a correlação de forças na sociedade impõem coerções

múltiplas na sociedade no capitalismo contemporâneo e no caso de nações dependentes como o Brasil as pressões recebem ainda contornos externos de pressão política e econômica.

A dinâmica do desenvolvimentismo no primeiro ciclo de Getúlio Vargas (1930-45) organizou as bases de aperfeiçoamento do sistema financeiro nacional pós segunda guerra sob a égide do imperialismo capitaneado pelos EUA após o acordo de Bretton Woods que ratificou o padrão ouro-dólar como alicerce do equilíbrio monetário e financeiro internacional. Mas, ainda durante a década de 1930 dois decretos em particular foram responsáveis para contribuir com as futuras normas, leis e procedimentos que seriam adotados na evolução dos sistemas financeiros nacionais pós segunda guerra, já na década de 1940.

De acordo com Andrezo e Lima (2002, p. 23):

Segundo VITAL, para entender o desenvolvimento do sistema financeiro nos anos anteriores a 1964, é preciso verificar dois decretos de 1933, que ficaram conhecidos como:

Lei da Usura (Decreto n. 22.626, de 7 de abril de 1933), que estabeleceu o teto máximo das taxas de juros em 12% ao ano. Embora o Decreto não mencionasse se se tratava de juros nominais ou reais, o entendimento predominante foi de que o limite se referia a juros nominais. Lei da Cláusula-Ouro (Decreto n. 23.501, de 27 de novembro de 1933), que vedou a celebração de contratos em outra moeda que não a nacional, impossibilitando qualquer mecanismo de correção monetária decorrente de variações cambiais ou do preço do ouro.

A economia brasileira até a crise de 1929 e a ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República era basicamente ou em grande medida restrita a de um país agrário exportador e com baixo nível de industrialização na época. Os mercados financeiros ainda eram incipientes nos países dependentes, e mesmo nos países mais industrializados esse processo ainda estava em transformação. Países como EUA e Inglaterra passaram recentemente por crises econômicas e por ainda não conseguirem integrar um sistema financeiro mais robusto e complexo naquele instante de intensa recessão econômica o denominado sistema financeiro era algo ainda muito recente.

Contudo, a partir do início da década de 1940 as transformações do mercado financeiro brasileiro se intensificaram e diversas mudanças em termos de decretos e leis foram ocorrendo desde então.

De acordo com Andrezo e Lima (2002, p. 24):

Esse período se caracterizou, basicamente, pela promulgação do Decreto-Lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, que dispõe sobre sociedades por ações, criação da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), continuação do processo de substituição de importações e regulação das finanças.

O Decreto-Lei n. 2.627 de 40 trouxe diversas regras aplicáveis às sociedades anônimas, também denominadas companhias, definindo-as como aquelas em que o capital é dividido em ações e a responsabilidade dos sócios é limitada ao valor das ações subscritas ou adquiridas. A companhia podia emitir ações ordinárias ou comuns, preferenciais e de gozo e fruição, além de partes beneficiárias, no entanto, as ações preferenciais não podiam representar mais da metade do capital da companhia, e suas preferências podiam consistir em:

- a) prioridade no reembolso de capital;
- b) prioridade na distribuição de dividendos;
- c) acumulação das vantagens acima.

As transformações do capitalismo brasileiro e do sistema financeiro foram se aprofundando a partir do início da década de 1940 com a criação de decretos e de leis que começaram a regulamentar e ampliar o mercado de ações e possibilitar a participação ainda maior quanto a prioridade de reembolso de capitais, distribuição de dividendos e acumulação de vantagens como descritos acima comprovando que essas medidas abririam espaços no mercado de capitais. A própria criação da SUMOC passou por uma lei que garantiria alguns anos mais tarde a institucionalização a prática dessa Superintendência que contribuiria para regulação do sistema financeiro ainda em formação.

Ao final do primeiro ciclo desenvolvimentista já no término do primeiro governo Vargas o debate sobre os rumos da economia brasileira seguia intenso com diversas divergências entre correntes de pensamento, onde “*cepalinos*” (corrente da Cepal – Comissão Econômica para a América Latina), desenvolvimentistas, liberais e socialistas travavam a batalha das ideias e onde o saber técnico e científico era valorizado também pelo seu aspecto político e ideológico dentro desse debate e no que tange ao seu papel na burocracia e na tecnocracia estatal.

Segundo Solla (1998, p. 65):

Em fins de 1944, o papel do Estado na economia brasileira (e no mundo) foi objeto de um debate nos círculos oficiais conhecido como “controvérsia sobre o planejamento”. Foi na forma de pareceres e relatórios *técnicos* que se explicitaram as duas posições alternativas típicas – o neoliberalismo e o dirigismo. Ambas constituíram a matriz ideológica dos debates sucessivos sobre os rumos da política econômica que ocuparam a cena nacional até 1956. Vale a pena reconstituí-la brevemente.

Os principais protagonistas foram os economistas Eugenio Gudín e Roberto Simonsen. O primeiro era o principal relator da Comissão de Planejamento Econômico (COE), órgão recém-criado por Vargas e subordinado ao Conselho de Segurança Nacional. Além de catedrático da Faculdade de Economia

da Universidade do Rio de Janeiro, Simonsen, empresário e historiador paulista, era presidente fundados da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e relator do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (Cnpic) criado em 1943 e diretamente subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Essas considerações de Solla acerca do debate teórico envolvendo as duas correntes políticas e ideológicas representadas por dois dos mais importantes representantes da classe dominante no período nos remetem a discutir algumas questões importantes no que diz respeito ao período desenvolvimentista, a construção de um ainda embrionário sistema financeiro nacional em consonância com os ditames do imperialismo sob a égide da dominação dos EUA, o aperfeiçoamento das instituições tecnocráticas com suas elites de técnicos com sua formação acadêmica e em alguns casos com capital político adquirido na estreita relação com políticos profissionais e dirigentes empresariais.

A criação da SUMOC na prática em 1945 marca a primeira fase da construção de um sistema financeiro mais elaborado no Brasil e efetivamente mais condizente com o processo de intermediação do fluxo de capitais naquele período.

De acordo com Motta (1994, p. 90-91):

As transformações político-institucionais que nos anos 30 e 40 resultaram no fortalecimento do papel do Estado brasileiro na área econômica não foram geradas apenas pela necessidade de proteger a economia do impacto da depressão mundial. A implementação de uma política industrial, a mobilização para a guerra e a estrutura corporativa do Estado Novo demandaram igualmente a montagem de um aparelho burocrático-administrativo de intervenção, regulação e controle. Impulsionado pela busca da racionalização e da modernização, esse aparato estatal visava não apenas permitir a recuperação econômica como também garantir o ingresso do país nos “novos tempos”. Tempos marcados pela busca da especialização e da eficiência, pela necessidade de competência administrativa e pela elaboração de um planejamento racional – condições indispensáveis à construção de uma economia capaz de resistir às crises. A ampliação da ação-estatal na esfera econômica se refletiu não apenas na expansão quantitativa do Estado, através da diversificação de agências especializadas, como também no crescimento do seu potencial regulatório. Nesse contexto, deu-se o processo de renovação das elites dirigentes, renovação esta que gerou um setor marcado por uma nova competência política calçada na qualificação técnico profissional. A entrada desses atores – os “técnicos” em assuntos econômicos – foi comandada pelo Estado que, a partir de 1930, esteve numa posição privilegiada para regular o acesso de novos competidores à arena política.

Para compreender com maior clareza o contexto da criação de instituições estatais com o papel regulador do mercado financeiro ainda incipiente em termos da sua dinâmica e complexidade frente aos desafios e exigências da arena global no

momento do pós guerra a década de 1930 tornou-se um divisor de águas nesse quadro do desenvolvimento econômico brasileiro com seu aparato burocrático-administrativo, suas ações relativamente controladas por parte do Estado sobre grupos opostos a partir do Estado Novo, a ascensão das elites tecnocráticas com um campo profissional recente como o dos economistas e suas escolas de pensamento.

Esse campo acadêmico e profissional dos economistas disputou espaços de poder na arena política e ideológica com ainda mais retumbância já no final do primeiro ciclo de Vargas a partir dos debates travados entre os neoliberais comandados por Gudin e os dirigistas guiados pelo Estado desenvolvimentista representados pela retórica e atuação política de Simonsen. Na dinâmica desse contexto o campo dos economistas é importante até o presente devido ao nível de especialização nessa área de conhecimento utilizada como defesa acadêmica e profissional no sentido de uma espécie de “filtro”, um campo restrito principalmente para os novos presidentes do Banco Central que assumiram suas funções em especial a partir da construção do Plano Real na gestão de Itamar Franco na presidência em 1992.

Cabe ressaltar que antes mesmo da criação do Banco Central do Brasil em 1964 as instituições econômicas e financeiras já haviam aderido as exigências do campo acadêmico e profissional dos economistas, tanto que, seja no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal e demais instituições, inclusive não estritamente econômicas tinham em conta, que não apenas a competência técnica como também o status e o prestígio dos economistas estavam em alta e serviam como uma certa distinção social tecnocrática.

Segundo Motta (1994, p. 103-104):

Os depoimentos de Octávio Gouvêa de Bulhões, redator do decreto-lei que criou a Sumoc e seu diretor-executivo por duas vezes (1954-55 e 1961-62), e de Lucas Lopes, presidente do BNDE quando da execução do Plano de Metas (1956-58), revelaram como as duas agências decisórias tornaram-se lugares estratégicos dentro do governo, onde a nova elite burocrática pôde desenvolver suas carreiras e exercer sua influência sobre a política. A respeito da Sumoc, declara Bulhões:

“A Sumoc estava preparando as bases de uma política para se transformar em banco central, mas precisava principalmente treinar pessoal, porque um banco central, mas precisava principalmente treinar pessoal, porque um banco central sem pessoal competente não pode funcionar direito. E podemos dizer que tivemos bom êxito a esse respeito, porque os funcionários do Banco do Brasil que foram para a Sumoc já eram pessoas experientes, já tinham estudado economia, e com isso conseguiu-se preparar um corpo de pessoas capazes de enfrentar os problemas de um banco central”. Já Lucas Lopes, em suas “Memórias do desenvolvimento, ressalta o importante papel do BNDE na formulação e execução do programa desenvolvimentista: “Desde os primeiros meses de trabalho conseguimos montar uma equipe de

economistas que foram sendo trazidos da Sumoc, da Cacex (...) Eram rapazes de formação executiva, que contribuíram muito para a definição mais específica de cada estágio do Programa de Metas”.

O papel dos economistas não apenas enquanto campo acadêmico e profissional *strictu sensu*, mas principalmente como campo de poder político e ideológico pavimentou os debates políticos e deu contornos a ideologia de pensamentos econômicos distintos e que contribuiu para a construção de estratégias de políticas públicas e principalmente políticas econômicas em defesa do Estado capitalista em desenvolvimento, num período de implementação de uma visão predominantemente keynesiana, mesmo com uma série de pressões contrárias a adoção desse tipo de política econômica na esfera da economia política imperialista.

O segundo ciclo desenvolvimentista que incorpora a Era Vargas no seu segundo mandato, também o presidente Juscelino Kubistchek, entre meados e o final da década de 1960, consegue desenvolver empresas como a Petrobrás, Vale do Rio Doce e também o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) ainda no governo Vargas e a Superintendência de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (Sudene) na gestão de Juscelino.

Entre 1940 e 1964 nasce o embrião da mais importante instituição econômica e financeira brasileira e a fase que compreende o segundo ciclo desenvolvimentista reflete uma série de debates e de disputas políticas que irão desembocar no golpe civil-militar-empresarial no Brasil.

Segundo Mantega (1987, p. 63):

Vimos que a ideologia nacional-desenvolvimentista, forjada ao longo dos anos 50, gestou-se inicialmente nos escritórios da CEPAL, ainda na virada da década anterior; foi incrementada pelos especialistas estrangeiros, como Ragnar Nurkse e Gunnar Myrdal, e, finalmente, aprimorada pelos teóricos do ISEB. Assim, na segunda metade dos anos 50 essa ideologia fornecia um projeto político de desenvolvimento que, mal ou bem, argamassava a sociedade civil brasileira e fornecia ao Estado sua base de legitimação.

Apesar de Mantega recortar esse período como sendo aquele onde a ideologia desenvolvimentista toma forma de um projeto mais robusto para o país em termos da criação de empresas, instituições, bancos de fomento como o BNDE, além da formação de uma de uma tecnocracia vigorosa. Apesar do segundo ciclo desenvolvimentista ser considerado mais elaborado devido a condução vigorosa de Vargas na implementação de projetos e a criação de empresas estatais e mistas, mas foi ainda na primeira fase do governo Vargas que a transição na construção do aparato estatal

e institucional ocorreu e com maior intensidade a partir do Estado Novo (1937-45). A própria criação da SUMOC já na transição do governo Vargas para o de Dutra em 1945 reflete esse momento de efervescências em termos da necessidade da criação de uma instituição financeira responsável pela regulação desse mercado. A influência do acordo de Bretton Woods em 1944 acelerou a implementação prática dessa instituição, mas cabe recordar que a lei que cria a SUMOC já havia ocorrido em 1940.

Para que o leitor acompanhe melhor essa discussão muitas instituições financeiras importantes no Brasil já existiam como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal que remontam entre a entrada e meados do século XIX, além da própria Casa da Moeda que não se trata de uma instituição financeira, mas serviu como apêndice necessário para o funcionamento do circuito monetário e da construção de um sistema financeiro. Ainda na década de 1920 e mesmo logo na entrada do governo Vargas no seu primeiro ciclo algumas tentativas de se criar uma instituição financeira reguladora da moeda e do crédito ocorreram, mas não prosperaram e somente com a SUMOC esse projeto saíria do papel.

De acordo com Corazza (2006, p. 3-4):

Bulhões (1990) sugere que o primeiro embrião do Banco Central do Brasil foi a recriação da Carteira de Redesconto (Cared) do Banco do Brasil em 1930. Entretanto, é certo que houve pelo menos duas tentativas concretas anteriores; a primeira aconteceu em 1923, no período do presidente Bernardes; e a segunda resultou da Missão Niemeyer, chefiada por este diretor do Banco da Inglaterra, em 1931, que sugeriu a transformação do Banco do Brasil em banco central. Mas o passo mais avançado foi, sem dúvida, a criação da Sumoc, em 2 de abril de 1945, através do Decreto Lei n. 7.293 do presidente Dutra. A materialização desse ato se deveu aos esforços de um grupo de economistas liderados por Eugênio Gudin e Octávio Gouvêa de Bulhões e à nova ordem internacional, representada no Acordo de Bretton-Woods. Devido às resistências existentes no Banco do Brasil e no Congresso, a Sumoc representou apenas um órgão intermediário, que, mesmo assim, só se viabilizou através da legislação autoritária deixada por Vargas. Em seu artigo primeiro, estava expresso o objetivo de “preparar a organização do Banco Central”. Foi uma primeira etapa difícil, que ainda tinha pela frente um longo e conflituoso percurso. Como afirma o *Jornal do Brasil*, na época, o argumento contrário era de que o Banco do Brasil já vinha desempenhando a contento as funções de Banco Central. A própria história de atuação da Sumoc foi uma história de conflitos com o Banco do Brasil, pois este, não tendo podido impedir a criação do novo órgão, procurou outras formas de controlar-lhe as ações. Prova disso é que os principais instrumentos de ação da Sumoc, como a Carteira de Redesconto e a Carteira de Mobilização Bancária (Camob), bem como a Caixa de Depósito das reservas bancárias, não ficaram com a Sumoc, mas passaram a fazer parte da estrutura do Banco do Brasil. “Era uma maneira de retirar certas atribuições do Banco do Brasil, sem retirá-las propriamente, já que a Sumoc funcionaria no Banco do Brasil.” (Bulhões, 1990, p.89).

O autor traz o depoimento de Bulhões para explicar que a criação da Sumoc trouxe à tona uma disputa política e tecnocrática no interior dos aparelhos de Estado a despeito das necessidades e pressões políticas para a construção de um sistema financeiro regulado em termos de emissão monetária, fiscalização bancária e demais operações a partir dessa instituição. Como não havia uma autoridade monetária específica até então, o Banco do Brasil tornou-se o responsável por diversas atribuições relacionadas a várias operações de intermediação financeira entre os bancos.

Com a chegada de Vargas à presidência na transição da revolução burguesa o aparato estatal se desenvolveu assim como a necessidade de aperfeiçoamento da máquina pública administrativa e isso demandou uma base técnica de especialistas para atuar nessas diversas instituições e órgãos estatais. De acordo com esse desenvolvimento institucional o corpo tecnocrático se fortaleceu e certamente o Banco do Brasil elevou-se em termos de poder econômico-político institucional perante o governo, o setor privado e o próprio Estado já que o desenvolvimentismo estava em alta conta.

Apesar da Sumoc ter se viabilizado na prática somente no início do governo Dutra foi somente no governo democrático de Vargas no seu segundo mandato que a Sumoc passa a exercer funções de uma instituição financeira como uma autoridade monetária legítima; praticamente exercendo funções como um banco central de fato. A criação do BNDE em 1953 como uma instituição de fomento e investimento fortaleceu ainda mais os papéis de uma autoridade monetária com atribuições reguladoras como passa a ter a Sumoc, apesar dos conflitos políticos e das disputas tecnocráticas com o próprio Banco do Brasil.

Podemos afirmar certamente que apesar dos anos a 1930 terem sido o embrião do desenvolvimentismo brasileiro os anos de 1950 a partir do segundo mandato de Vargas correspondem a um ciclo de mudanças profundas na economia brasileira. O debate ideológico e político interno a tecnocracia, também entre os políticos profissionais em diversos setores impulsionou as disputas pelo controle dos aparelhos de Estado e da inserção do país na modernização capitalista. O suicídio de Vargas em 1954 e a disputa política que terminou pela vitória de Juscelino Kubistchek configuraria a transição da década de 1950 para a de 60 em termos de arrefecimento das disputas políticas brasileiras, mas concomitante a isso e dentro dessa mesma perspectiva de disputas os debates em torno do desenvolvimentismo continuariam.

Segundo Solla (1998, p. 137-38):

O denominador ideológico comum aos técnicos de que se trata aqui era, em resumo, um nacionalismo moderado cuja materialização dependia de um processo de reconcentração de poderes em mãos do Estado, bem como de reforma econômica e social. A intervenção do Estado na economia, combinada com a racionalização de suas estruturas, teria na planificação seu instrumento principal. O “credo mínimo” nacionalista da década de 1950, contudo, deitava raízes não só em uma tradição firmada no pensamento brasileiro como também em um ambiente ideológico preexistente nas burocracias em que se delinearam os primeiros esboços de intervenção planejada.

Entre o final dos anos de 1950 e início dos anos 60 como dissemos os conflitos políticos se acirraram, não apenas devido as eleições presidenciais que se aproximavam, mas como um processo de longa duração entre neoliberais e dirigistas desde o final do primeiro governo Vargas com maior intensidade e que nortearia os rumos das políticas econômicas a serem adotadas diante dos impasses do desenvolvimentismo capitaneado pelo Plano de Metas do final do governo Juscelino. A classe dominante brasileira ao mesmo tempo em que recebia as benesses do desenvolvimentismo também orbitava em torno de interesses relacionados ao neoliberalismo ligado aos interesses do imperialismo comandado pelos EUA onde Roberto Campos tinha trâmites políticos alinhados com as corporações multinacionais.

Esse era o panorama do período onde disputas ideológicas e políticas em torno do projeto desenvolvimentista com suas políticas econômicas, o debate ideológico no interior da tecnocracia que se fortalecia enquanto corpo funcional técnico e administrativo, a ascensão do campo profissional e acadêmico dos economistas enquanto atores importantes nos aparelhos decisórios em empresas e instituições econômicas e financeiras e a construção do sistema financeiro nacional na sua fase ainda embrionária, porém em ascensão no que diz respeito a sua crescente importância enquanto alicerce do mercado financeiro nacional com suas conexões com o capitalismo internacional.

A Sumoc no decorrer da década de 1950 se fortalece ao assumir atribuições que antes estavam nas mãos do Banco do Brasil enquanto instituição bancária e ao mesmo tempo responsável por processos de intermediação financeira em muitos dos seus aspectos. O desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro apesar das suas distorções e contradições continuou vigoroso durante o segundo ciclo desenvolvimentista dos anos de 1950 e as necessidades de aperfeiçoamento do sistema financeiro por razões das demandas internas e da crescente articulação com o capital externo a partir do avanço das corporações estrangeiras e do próprio desenvolvimento do sistema financeiro internacional.

Segundo Souza (2008, p. 31-32):

Mas foi, certamente, sob seu governo que se iniciou a escalada do capital estrangeiro no país. A expressão maior desse processo foi o amplo incentivo à utilização da instrução n. 113. Sob a forma de investimentos direto (incluindo reinvestimento), a entrada anual de capital aumentou de US\$ 65 milhões no período 1950-55 para US\$ 148 milhões no período 1956-61. Além disso, no primeiro período, a remessa de lucros para o exterior superou os investimentos diretos, dando, portanto, um investimento líquido negativo, ao contrário do que ocorreu no período seguinte. Sob a forma de empréstimos e financiamentos, houve um aumento sistemático a cada ano (com exceção de 1960), passando de US\$ 231 milhões em 1956 para US\$ 529 milhões em 1961. Cerca de 70% desses capitais, nas duas modalidades, entraram sob a forma de máquinas e equipamentos, compostos basicamente de fábricas usadas, obsoletas nos EUA, mas “modernas” aqui, voltadas para a produção de bens de consumo “de luxo”, destacando-se a indústria automobilística. Os investimentos nessa indústria, em consequência, aumentaram 764% entre 1954-55 e 1958-59. Começava a implantação do setor IIb da economia. O Brasil passara a ser um campo de inversão privilegiado para o capital estrangeiro. Além disso, o investimento estrangeiro no país passou a se dirigir crescentemente para a indústria. O fato de que o capital estrangeiro tenha priorizado o Brasil a partir da segunda metade dos anos de 1950 tem a ver com a atração em nosso país passou a exercer desde então. Além dos benefícios da instrução n. 113, o Brasil apresentava uma série de outras vantagens para as transnacionais. O Brasil era o país de maior desenvolvimento relativo na América Latina. Assim, em primeiro lugar, podia proporcionar ao capital estrangeiro uma série de “economias externas” em um volume tal que lhe permitia economizar enormes investimentos em capital fixo. Grande parte dessa infraestrutura já existia desde antes, como é o caso da siderurgia implantada desde a Segunda Guerra por Getúlio Vargas. Porém, foi significativamente ampliada durante o *Plano de metas* de JK.

Diante dessa apreciação de Souza encontramos um momento importante para discutirmos algumas das razões pelas quais a construção de um sistema financeiro mais robusto era imprescindível diante das exigências do desenvolvimento econômico e financeiro brasileiro e a abertura intensa com o setor externo. As remessas de lucros, as transferências financeiras entre as empresas brasileiras e as estrangeiras, entre matrizes e filiais das corporações multinacionais e a mobilidade de capital na forma de remunerações com títulos fizeram a própria Sumoc assumir funções que no início estavam restringidas e que também por questões de disputas políticas diversas e no interior da tecnocracia estavam na responsabilidade do Banco do Brasil.

Com a chegada de Jânio Quadros à presidência na entrada da década de 1960 a instabilidade política e econômica gerou uma forte crise que já estava anunciada a partir das disputas entre nacionalistas e cosmopolitas no bojo do desenvolvimento brasileiro. A política de arrocho salarial, de baixos investimentos e de agravamento da crise com a renúncia de Jango ainda no início do governo Goulart precipitou a forte cisão existente entre os grupos políticos e as forças econômicas balizadas

em grande medida pelas imposições do imperialismo em plena “guerra fria”. Nesse contexto o capital financeiro expandia seus negócios e exigia mudanças que pudessem responder a contento as demandas pelos serviços financeiros dentro e fora do país e desta maneira a Sumoc passa a ter uma relevância ainda maior e por isso suas atribuições se elevam. As disputas políticas e no seio da tecnocracia continuaram a existir mesmo após o desenvolvimento das atribuições da Sumoc na década de 1950 devido a uma série de necessidades institucionais demandadas pelo projeto nacional desenvolvimentista e pelo sistema econômico e financeiro.

Ainda de acordo com Corazza (2006, p. 4-5):

Devido a essas resistências, foi só na segunda metade da década de 50, que a Sumoc se fortaleceu nas suas funções específicas e conseguiu estabelecer uma divisão clara das atribuições de modo que a organização monetária passou a operar com certa eficácia, apesar de seu papel relativamente secundário. “Formalmente, não havia ambiguidade na definição de funções.” (Orenstein e Sochaczewski, 1990, p. 185). A política econômica, especialmente a de moeda e crédito, era gerenciada pela Sumoc, pelo Banco do Brasil e pelo Tesouro. A Sumoc, como órgão controlador e formulador da política da moeda e do crédito, passou a exercer, nessa segunda fase, algumas funções típicas de um verdadeiro banco central, tais como a fixação dos juros do redesconto e do percentual dos depósitos compulsórios dos bancos, a fiscalização dos bancos comerciais e do registro de capitais estrangeiros; era ainda responsável pela política cambial e de mercado aberto. O Banco do Brasil, enquanto banco central e órgão executor da política, operava a Carteira de Redesconto, para crédito seletivo e de liquidez, a Caixa de Mobilização Bancária, como prestador de última instância, e a Carteira de Câmbio e de Comércio Exterior (Cacex). Como agente financeiro do Tesouro, recebia e antecipava receitas e realizava pagamentos, concedendo também empréstimos ao Tesouro. Além disso, o Banco do Brasil fazia a compensação de cheques e era depositário das reservas voluntárias dos bancos comerciais. O Tesouro, por sua vez, era responsável pela emissão e pela amortização de papel-moeda, operações que executava através da sua Caixa de Amortização (Camor). O Conselho da Sumoc, na cúpula do sistema, dava a orientação geral da política econômica. A questão problemática desse sistema dizia respeito à emissão do papel-moeda, pois havia dois vazamentos: o primeiro dava-se através das famosas “encampações” periódicas do papel-moeda emitido mediante os artifícios contábeis de emissão e de cancelamento de créditos entre Banco do Brasil, a Cared e o Tesouro. O segundo vazamento da política monetária ocorria através da combinação das outras duas funções do Banco do Brasil: a de ser depositário das reservas bancárias e a de ser banco comercial. O limite imposto à criação de moeda bancária, através da exigência de reservas aos demais bancos comerciais, era anulado justamente porque essas reservas aumentavam o potencial de criação monetária do Banco do Brasil. “Assim, tanto pelo lado do papel-moeda como pelo lado da moeda escritural, a posição privilegiada do Banco do Brasil permitia sua expansão sem limites.” (Orenstein e Sochaczewski, 1990, p. 187). Apesar da divisão de funções existente entre o Tesouro, o Banco do Brasil e a Sumoc, esse sistema monetário embutia um processo perverso de criação de moeda concentrado no Banco do Brasil, que mesclava três atribuições consideradas incompatíveis com a política monetária: ser agente financeiro do Tesouro, autorizado a realizar operações de crédito; ser o depositário das reservas voluntárias dos bancos comerciais; e, ainda, ser o maior banco comercial do

país e o único banco rural. Essas três funções do Banco do Brasil combinavam-se funcionalmente no sentido de inviabilizar qualquer controle sobre a emissão dos meios de pagamento. Era sobre essa estrutura que recaíam as críticas e se concentravam os esforços para a criação de um banco central que fosse independente de todo esse mecanismo perverso de criação monetária.

A despeito do debate técnico no que tange as atribuições de cada instituição o que estas razões políticas e estratégicas da tecnocracia financeira em disputa são evidentes em torno das instituições onde o Banco do Brasil; talvez pela sua tradição e a sua posição política há muito conquistada permaneça com algumas das principais atribuições no sentido de determinadas autonomias do processo decisório no que diz respeito a emissão monetária e ainda continuar com o privilégio de ser um banco comercial e ainda responsável pelo financiamento agrícola que desde sempre teve uma participação muito relevante e privilegiada no comércio internacional do país.

O campo do mercado financeiro passava nesse momento por uma expansão global onde o Brasil detinha um papel estratégico devido a sua posição econômica adquirida de ser o país economicamente mais desenvolvido da América Latina e peça chave na geopolítica internacional nas Américas. Nesse contexto as atribuições das principais instituições financeiras brasileiras eram divididas, mas havia uma disputa de poder político dentro e fora da tecnocracia estatal entre o Banco do Brasil ainda a principal e mais fortalecida, o Tesouro Nacional e a recém-criada Sumoc com funções quase que integral a de um banco central.

Foi a partir desse período que as elites financeiras tecnocráticas se fortaleceram no país e o campo acadêmico e profissional dos economistas ganhou prestígio, poder e notoriedade sendo que todos os presidentes do Banco Central a partir do Plano Real são economistas de formação acadêmica e muitos com títulos de doutorado até mesmo no exterior. Feito esse parêntese importante e que retomaremos adiante cabe explicar o objeto de pesquisa nessa abordagem contextualizada do desenvolvimentismo com seus aspectos políticos, econômicos e ideológicos como antecessores do que seria o sistema financeiro nacional e a própria criação do Banco Central do Brasil já no primeiro ano do golpe civil-militar-empresarial do Brasil de 1964.

A crise que se acentuava no início da década de 1960 com a renúncia de Jânio Quadros, a tentativa de golpe parlamentar na transição e os resultados do plebiscito a favor do presidencialismo em conjunto com a campanha da legalidade articulada pelo então governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola ascendeu o turbi-

lhão de disputas políticas e nesse cenário a economia brasileira experimentava incertezas e impulsionava exigências por parte da classe dominante nacional e das corporações multinacionais alicerçadas pelo imperialismo enquanto sistema hegemônico de dominação política e econômica principalmente com a consolidação da vitória dos EUA pós-segunda guerra e a concertação de um modelo keynesiano de capitalismo monopolista de Estado.

Essa pressão demasiada para que um novo padrão de acumulação e reprodução capitalista ocorresse guiado pelo capital externo e pela dominação das grandes corporações estrangeiras em conluio com a classe dominante nacional alicerçada pelos partidos políticos da ordem burguesa conjuntamente com as oligarquias agrárias já tradicionais apoiados pelos militares gerou coerções políticas e múltiplos constrangimentos e entraves para que Jango prosseguisse, até certo ponto ao modelo desenvolvimentista de cunho nacionalista. Desta forma João Goulart ou o conhecido Jango assume a presidência da República praticamente na metade do que seria o governo de Jânio Quadros e já está inserido em meio a uma crise econômica e política acumulada nessa transição nada harmoniosa, ao contrário; repleta de barreiras fortes pressões políticas internas e externas.

De acordo com Souza (2005, p. 90):

No entanto, nem bem Jango assume de fato, com o retorno do presidencialismo, e as contradições que antes vinham se desenvolvendo mergulham o país em profunda crise econômica. A taxa de crescimento do PIB, que fora de 5,3% em 1962, só avançou 1,6% em 1963, levando à queda do PIB per capita. O recrudescimento da inflação já vinha desde fins dos anos 50, determinado, como vimos, pelas próprias contradições da forma como vinha se desenvolvendo o capitalismo no Brasil. Porém, é a partir de 1962, com a forte queda do ritmo da atividade econômica, que a expansão efetivamente se converte em crise. A crise pode ter sido precipitada pela efemeridade do governo Jânio e o cerceamento inicial do poder de Jango, que impediram a manutenção dos investimentos públicos no nível sustentado por JK, os quais haviam puxado o crescimento econômico no período anterior, mas expressava, no essencial, a contradição fundamental do modo como vinha se desenvolvendo a economia brasileira: a contradição entre um padrão de reprodução que vinha de antes, e que se baseava no controle nacional da economia nacional, na expansão do mercado interno, no desenvolvimento do setor IIa e parcialmente do setor I, em importantes concessões aos setores populares, um Estado nacional-democrático, em suma, num desenvolvimento capitalista independente, e, por outro lado, um novo padrão de reprodução baseado na desnacionalização e monopolização da economia nacional, no desenvolvimento do setor IIb, na superexploração do trabalho, na manutenção do atraso na agricultura e na exigência de um Estado antinacional, com forte conteúdo autoritário. O período que se abre com a morte de Getúlio em 1954 e se encerra com o golpe militar em 1964 é marcado por uma luta a morte entre o antigo e os novos padrões de reprodução do capital. Ao mesmo tempo que o padrão independente buscava resistir e avançar, a economia dependente o minava

por dentro, penetrava em suas entranhas, favorecido pela expansão do imperialismo estadunidense no mundo.

Esse contexto de crise econômica e política em um país ainda atrasado e dependente gerou ainda mais instabilidades até desembocar no golpe civil-militar-empresarial em abril de 1964. Mas cabe examinarmos com maior critério que os dez últimos anos antes do golpe o país atravessava por inúmeras contradições engendradas no modelo da economia política de característica imperialista sob a égide dos EUA. Entre o final da denominada Era Vargas e o desenvolvimentismo de Juscelino guiado pelo *Plano de Metas* o país desenvolveu um capitalismo no interior de contradições que dizem respeito a modernização conservadora dependente na raiz da própria gênese do desenvolvimentismo. Esse período que completa o segundo ciclo desenvolvimentista proporcionou um crescimento bastante relevante da economia brasileira com graus elaborados de desenvolvimento, mesmo que dentro dos padrões e limitações impostas pela geoeconomia política na esfera do imperialismo.

As disputas políticas em torno dos desdobramentos do projeto nacional desenvolvimentista a partir da criação de grandes empresas estatais como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce e mesmo o BNDE impulsionaram o desenvolvimento econômico brasileiro sob o controle do Estado geraram uma série de embates e de tentativas de golpes de Estado; primeiro com Vargas e segundo com Juscelino, mesmo antes de tomar posse em 1956 e até durante o seu mandato ameaçado algumas vezes. O suicídio de Vargas gerou uma comoção social e uma efervescência política a ponto de um golpe ter sido abortado já em 1954. A própria Sumoc enquanto se beneficiou do momento desenvolvimentista e conseguiu avançar no sentido do desenvolvimento e do aperfeiçoamento das atribuições conquistadas desde a sua criação uma década antes. O tripé do incipiente sistema financeiro nacional funcionava com as três principais instituições econômicas e financeiras como já vimos o Banco do Brasil, o Tesouro Nacional e a Sumoc e com as exigências do desenvolvimentismo e da abertura para as empresas estrangeiras em âmbito maior durante o governo Juscelino as atribuições da Sumoc foram expandidas e todo um setor bancário comercial se beneficiou desse aumento no nível de desenvolvimento puxado por uma intensa demanda na base de uma industrialização crescente e com um padrão mais elaborado. Com a crise política e econômica mais intensa quando assume Jango em 1963 uma saída arriscada, mas coerente sob o ponto de vista do nacional desenvolvimentismo de cunho mais demo-

crático e popular foi de elaborar junto com a frente de Mobilização Popular um programa denominado de Reformas de Base. Seguindo essa trilha entre 1963-64 a apresentação desse projeto gerou uma insatisfação ainda maior na burguesia nacional articulada com o imperialismo e demarcou uma fase de transição que determinou os rumos da economia e da política brasileira por mais de duas décadas.

De acordo com Souza (2008, p. 54-55):

Em 1963, constituiu-se a Frente de Mobilização Popular, formada pela CGT, a Frente Parlamentar Nacionalista, a União Nacional dos estudantes, entre outras organizações. O programa da frente eram as Reformas de Base. Derrotada a tentativa de conciliação entre os dois caminhos, Goulart decidiu deflagrar as Reformas de Base, isto é, a busca de superação da crise mediante a realização de reformas que viessem fortalecer o caminho nacional desenvolvimentista. As medidas adotadas no contexto das Reformas de Base foram as seguintes: *Em 1964, foi regulamentada a Lei de Remessa de Lucros aprovada em 1962; Através da instrução n. 242, da Sumoc, o governo acabou com os privilégios da Instrução n. 113, que permitiria ao capital estrangeiro trazer máquinas obsoletas sem cobertura cambial, favorecendo assim, a indústria nacional de bens de capital; Proibiu-se o registro de financiamento estrangeiro para a importação de máquinas e equipamentos que a indústria nacional pudesse fabricar; Foi instalada a Eletrobrás para incorporar todo o setor de eletricidade; Foram sancionadas duas leis que instituíam o Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel) e a Comissão Nacional de energia Nuclear, que garantia o domínio estatal nas áreas de “pesquisa, lavra de jazidas e comércio de minérios nucleares, bem como dos materiais fisséis e férteis, dos radioisótopos artificiais e substâncias radiativas das três séries naturais e subprodutos”;* Na área social, decretou-se um aumento de 100% do salário mínimo, estenderam-se os direitos trabalhistas e a Previdência social no campo através do Estatuto do Trabalhador Rural e instituiu-se o 13 salário e a escala móvel de vencimentos para os funcionários públicos. No começo de 1964, João Goulart enviou mensagem ao Congresso Nacional, intitulada “Caminho Brasileiro”, em que apresentou seu programa de reformas e, a 13 de março, em comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, organizado pela Frente de Mobilização Popular, anunciou o envio ao Congresso de vários decretos sobre as Reformas de Base. Naquele dia, assinou dois decretos: um que desapropriava as terras ociosas das margens das rodovias e açudes federais, isto é, as terras valorizadas por investimentos públicos, e outro que encampava as refinarias particulares de petróleo.

Com essa ofensiva nacionalista popular de Goulart que modificava muitas das leis que privilegiavam a remessa de lucros e o livre fluxo de capitais sem contrapartida, além da importação de máquinas e equipamentos obsoletos com garantias de financiamento e sem a devida cobertura cambial o empresariado estrangeiro foi atingido, já que também impedia o registro de financiamento para a importação de máquinas, equipamentos, utensílios e outros que a indústria nacional podia fabricar. Cabe justamente ressaltar que as instruções normativas a serem introduzidas ou modificadas

diziam respeito a Sumoc e mexiam com o mercado financeiro no sentido de não permitir desvantagens a indústria nacional, também propunham um maior controle de capitais.

A proposta de dobrar o salário-mínimo e estender benefícios aos trabalhadores com o décimo terceiro e a extensão da previdência social foram políticas importantes a serem introduzidas pela Frente de Mobilização Popular ao conjunto dos trabalhadores, além das políticas nacionalistas de defesa das refinarias de petróleo brasileiras, assim como a desapropriação de terras ociosas em certos trechos das rodovias.

Esse cenário de confrontação com a burguesia nacional e com o próprio imperialismo foi o estopim para o golpe civil-militar-empresarial e para toda uma gama enorme de transformações nas futuras políticas econômicas e no próprio modelo de desenvolvimento da sociedade brasileira a partir das reformas da ditadura já no seu início em 1964. Tanto que já na sua abordagem reformista introdutória um sistema financeiro nacional amplo seria colocado em prática com um banco central como uma das instituições chave da política econômica brasileira e do processo de intermediação entre o mercado financeiro nacional e internacional, além das mediações, regulações e demais interações entre o setor real da economia (bens e serviços) e o setor financeiro nacional e estrangeiro.

2.2 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E BANCO CENTRAL NO REGIME AUTORITÁRIO NA TRANSIÇÃO DA DEPENDENCIA DO CAPITAL FINANCEIRO

O Banco Central do Brasil finalmente foi criado no apagar das luzes do ano de 1964 já no regime civil-militar-empresarial em meio as turbulências políticas e a instabilidade econômica gerada no bojo das disputas ideológicas e políticas deflagradas durante a década de 1950 no auge do segundo ciclo desenvolvimentista entre o trágico final do governo Vargas e a ascensão de Juscelino à frente da presidência da república. O crescimento e o desenvolvimento da economia brasileira combinado com a abertura ao capital externo representada pela indústria automobilística de maior vigor, além do capital financeiro permitiram um grau maior de exigência por parte do processo de intermediação financeira com a participação das instituições tecnocráticas financeiras responsáveis pela gestão da moeda e do crédito como a tríade Banco

do Brasil, Tesouro Nacional e Sumoc conjuntamente como os banqueiros nacionais em ascensão e as corporações transnacionais empresariais e financeiras.

Com a chegada de Jânio Quadros à frente da presidência e sua precoce renúncia poucos meses depois uma forte instabilidade política se instaurou combinado com o impedimento de João Goulart de assumir o poder por parte de uma manobra legislativa até a conclusão do plebiscito que decidiria pela continuidade do presidencialismo como forma de governo e a subsequente posse de Jango à presidência. A manutenção de uma política econômica recessiva de Jânio pelo legislativo aumentou substancialmente a instabilidade econômica do país e após o anúncio das reformas de base por parte de Jango gerou a efervescência política onde o bloco de poder da classe dominante associada ao capital estrangeiro resolve organizar as bases do golpe civil-militar-empresarial de 1964 com a retórica de combate ao comunismo no bojo da guerra fria.

O golpe foi o instrumento necessário para o rearranjo da organização das forças produtivas inserido sob uma lógica imperialista ainda mais agressiva no sentido de privilegiar ainda mais as corporações multinacionais e o capital externo. Nesse sentido as imposições do sistema financeiro internacional foram viabilizadas já no início do regime militar que sustentava a coalizão do bloco do poder das classes dominantes domésticas e externas materializadas pela ampla reforma do sistema financeiro internacional que reorganiza as instituições tecnocráticas financeiras reguladoras e mediadoras do capitalismo financeiro brasileiro. Para compreendermos a lógica do imperialismo torna-se necessário aprofundarmos as formas pelas quais o bloco do poder se apropria do discurso ideológico, das disputas políticas e das estratégias econômicas sempre em conluio com setores dominantes do capital estrangeiro. O imperialismo abarca todas as instituições pertencentes ao Estado Amplo a partir das nações centrais do sistema à periferia e partimos desse princípio para compreender a lógica de acumulação, reprodução e ampliação do capitalismo em escalas extraordinárias e que de certa maneira conduz a crises cada vez mais frequentes exigindo sempre a intensificação das transformações do sistema e os impactos dessas atingindo os países periféricos ou dependentes como o Brasil.

Segundo Fontes (2010, p. 152):

Insisto sobre a importância do capital imperialismo com a pretensão de sublinhar que não se trata apenas de uma “política”, mas de uma totalidade que somente pode existir em processo permanente de expansão, e que, tendo ultrapassado um determinado patamar de concentração, se converte em

forma de extração de mais-valor dentro e fora de fronteiras nacionais. Inaugura-se um novo espaço para a historicidade, correspondente à socialização efetiva das forças produtivas e à circulação de capitais, ao mesmo tempo que se aperfeiçoam mecanismos para sua contração, com o enrijecimento da forma Estado e sua contenção das lutas populares. Essa contração estatal foi obrigada a incorporar uma contrapartida, a generalização de regimes políticos formalmente democráticos, o que representa uma conquista. Limitada, porém, ao interior das fronteiras estatais, exasperam-se suas contradições. O capital-imperialismo é devastador, mas envolve na atualidade o conjunto da existência humana. Decerto, políticas diversas – militares, econômicas, sociais – voltadas para as relações internacionais, culturais, etc., são conscientemente formuladas para assegurá-lo, seja nas grandes empresas, seja no país preponderantemente, os Estados Unidos, seja ainda em outros copartícipes do capital-imperialismo, em seu âmbito interno ou seu impulso externo.

O imperialismo assume diversas formas de exercer a sua hegemonia combinando estratégias de poder e dominação tanto em regimes democráticos quanto e autoritários impostos a países dependentes como o Brasil por exemplo. O capital imperialismo assume por características de necessidade de acumulação e expansão dentro da conformidade do capitalismo monopolista de Estado formas reacionárias de conter as forças populares contrárias as manobras políticas que viabilizam o avanço da superexploração do trabalho e da extração de mais-valor.

As formas reacionárias se expressam pelo uso do monopólio da violência internamente e externamente exercido pelas potências hegemônicas do imperialismo e podem em muitas ocasiões conter elementos de violência estatal pela via de implantação de regimes autoritários ditatoriais. No caso brasileiro como país dependente de ponta no sentido estratégico para o imperialismo o controle político externo seria peça chave para os projetos de expansão e dominação do hemisfério sul na disputa geopolítica e hegemônica. O golpe de 1964 foi o projeto piloto mais audacioso para o controle e dominação da América Latina, em particular na região do chamado cone sul e ocorreu em meio à crise política e econômica deflagrada com maior intensidade a partir da renúncia de Jango no segundo semestre de 1961. Com a posse de Jango e um certo vacilo em construir uma política de combate a crise econômica setores mais conservadores e liberais trataram de organizar em conjunto com o imperialismo um ataque estratégico a democracia popular no intuito de impulsionar a dinâmica expansionista do capital internacional.

De acordo com Souza (2005, p. 98-100):

“Estados fortes” para viabilizar-se, ou seja, já não haveria espaço para o desenvolvimento independente, baseado em Estados nacionais democráticos. Ora, não há dúvida de que a afirmação do projeto nacional se enfrentaria, naquele momento, com condições internacionais adversas, considerando

que o imperialismo estava em franca ascensão, com a consolidação do imperialismo estadunidense no campo capitalista, o qual, além do mais, como vimos, passara a praticar uma política externa claramente intervencionista. Mas, na verdade, não há fatalidade alguma no golpe de 64 e na trajetória que seguiria a economia brasileira a partir dali. O golpe tornou-se possível porque as vacilações iniciais do governo Goulart, na medida em que retardaram a implementação das reformas estruturais indispensáveis, favoreceram o prolongamento dos efeitos desorganizadores da crise, provocando descontentamentos e divisões no seio das forças nacionais e criando, assim, o clima “psicossocial”, como diria o general Golbery do Couto e Silva, propício ao golpe. Esse clima foi largamente aproveitado pela propaganda do imperialismo, aqui dirigida pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), liderado pelo general Golbery, e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), financiado pelos EUA para formar um bloco parlamentar de oposição ao governo. O objetivo de ambos era gerar confusão entre as forças nacionais. Os conspiradores, entre os quais se destacavam os governadores Magalhães Pinto (MG), Carlos Lacerda (GB) e Adhemar de Barros (SP), chegaram inclusive a armar milícias no campo e na cidade. Contaram em seu intento golpista, com o processo que vinha desde os anos 50, de doutrinação das Forças Armadas nos conceitos da “Doutrina de Segurança Nacional”, réplica da doutrina de contra insurgência elaborada na academia estadunidense de West Point, que, em essência, se traduzia no alinhamento automático com os EUA.

As forças de repressão do imperialismo entraram em campo através dos militares brasileiros que investiram na reorganização do jogo político ao tomarem o poder em favor do rearranjo produtivo e financeiro onde a burguesia se apresentou na forma das oligarquias fundiárias, do empresariado nacional em conluio com as corporações multinacionais, das facções da igreja mais conservadoras, do sistema financeiro e de parte da sociedade civil que deram o salvo-conduto necessário ao comando dos militares. Diante desse contexto o capitalismo dependente brasileiro passa por diversas transformações sendo que uma das mais importantes reside na reformulação do sistema financeiro nacional sob a tutela do imperialismo capitaneado pelos EUA. A criação do Sistema Financeiro Nacional e do Banco Central do Brasil entre o final de 1964 e início de 1965 foi a principal transformação econômica e financeira do regime civil-militar-empresarial na década de 1960.

De acordo com Pinheiro (2009, p. 53-54):

A origem do Sistema Financeiro Brasileiro está na criação em 1808, por alvará de D. João VI, Príncipe Regente, do primeiro banco, denominado Banco do Brasil. Como única instituição do gênero no país, ele passou a acumular, a partir de 1809, as funções de banco de depósitos, descontos e emissão, gozando ainda do privilégio da venda dos produtos comercializados pela coroa. Ao final dos anos 20, foi criada a Inspetoria Geral de Bancos, que, junto à Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, serviram de base para a criação, em 1945 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). Essa inspetoria seria a responsável pela regulação e fiscalização das entidades bancárias. O período que se seguiu foi marcado pela expansão da rede bancária. A Segunda Guerra Mundial, além de criar estímulos ao processo industrial brasileiro, trouxe também como consequência a nítida consciência de

que um organismo como um Banco Central era extremamente necessário. Assim, em 1945, constituiu-se a SUMOC. No período de 1959 a 1961, proliferaram os bancos comerciais e o controle das operações tornava-se cada dia mais deficitário. Em 1965, [e aprovado o projeto que criou o BANCO CENTRAL DO BRASIL, órgão coordenador do Sistema Financeiro Nacional. A evolução do Sistema Financeiro Nacional pode ser dividida em duas grandes fases: antes e depois da Lei n. 4.595, de 31-12-1964, dispondo sobre a política monetária e as instituições financeiras. A lei n. 4.595 de 64, após 20 anos de debates parlamentares, introduziu as diretrizes para a reestruturação, o disciplinamento e o posterior desenvolvimento do Sistema Financeiro nacional, prevalecendo a tese de especialização das instituições por atuação, tanto na captação como na aplicação de recursos; isso possibilitou ganhos de escala e redução dos custos operacionais para que se criasse oferta de empréstimos a menores taxas. A partir de 1967, a evolução do sistema foi caracterizada pela concentração das instituições financeiras, por meio de fusões e incorporações bancárias e de incentivos à capitalização das empresas. Durante esse processo, no qual os bancos foram incentivados pelos ganhos de escala, menores custos e menores taxas de juros, o sistema bancário adquiriu maior segurança e o governo pôde implantar sua estratégia de internacionalização.

Esse divisor de águas do mercado financeiro concebido pela ascensão da ditadura com o aval do imperialismo possibilitou impulsionar e dinamizar principalmente o capital financeiro nacional e estrangeiro. A criação do Sistema Financeiro Internacional foi como dissemos a principal transformação institucional e prática do mercado financeiro, também do setor privado produtivo em favor das grandes corporações com base no imperialismo e alguns outros setores importantes do país que tiveram acesso a capitalização e a mobilidade de capital externo. A fusão bancária que ocorre a partir de então denota um forte incentivo aos banqueiros com maior poder político e econômico como estratégia de privilegiamento no processo de concentração do poder econômico.

Os “capitais” como em Bourdieu estão em poder desses grandes grupos econômicos estrangeiros e fortes oligarquias familiares detentoras de instituições bancárias e demais corporações empresariais. Com a criação de um forte aparato tecnocrático estatal financeiro como salvaguarda e intermediador do capital financeiro a exigência de uma formação técnica do quadro funcional encontrou no campo dos economistas em especial a capacitação necessária para assumir as funções nas instituições do Estado e no setor financeiro essa demanda foi ainda maior nesse período de instauração do sistema financeiro nacional.

De acordo com Motta (1994, p. 111-12):

Gostaríamos de nos referir, ainda que breve e superficialmente, ao período posterior a 1964, quando os economistas invadiram espaços políticos importantes e a economia se tornou um saber de “salvação nacional”. Queremos

ressaltar, no entanto, que essa posição de preeminência não derivou unicamente da inclinação ‘tecnoburocrática’ dos governos militares implantados no país pós 64. Decorreu, antes, do processo anterior de construção na burocracia estatal de áreas de poder e de saber progressivamente monopolizadas pelos economistas. Depoimentos biográficos de figuras chaves na condução da política econômica do país – Lucas Lopes, Octávio Gouvêa de Bulhões, Roberto Campos, dentre outras – são, nesse sentido, uma fonte muito rica para se entender a ascensão dessa nova elite técnica que, suficientemente equipada com os “complexos” conhecimentos da moderna ciência econômica, credenciou-se, ao longo dos anos 50, a arcar com o peso de importantes decisões políticas. Em vez de assessores ou conselheiros, era chegada a hora de profissionais da economia ocuparem o primeiro plano da cena nacional. A década de 60 abriu-se sintomaticamente com uma discussão sobre o possível esgotamento do modelo de ensino da economia herdado dos anos 40. A reestruturação do currículo de ciências econômicas, em 1963, com a introdução de disciplinas como “análise macroeconômica”, “história econômica geral e formação econômica do Brasil”, “contabilidade nacional”, “política e programação econômica”, indicava já a preocupação em formar um especialista envolvido nas “questões nacionais”. Ao lado disso, o novo regime instituído em 1964 caracterizou-se por uma acentuada valorização dos cargos econômicos. A coesão da equipe econômica do governo Castelo Branco, com uma marcante presença da FGV e da FNCE – Bulhões (na Fazenda), Roberto Campos (no Planejamento), Dênio Nogueira (na Sumoc), Garrido Torres (no BNDE), Casimiro Ribeiro (na Carteira de Redescontos), Aldo Franco (na Cacex) -, bem como o peso e o alcance de sua atuação, indicava uma nova composição da elite burocrática em que os economistas teriam uma inserção privilegiada. A maior centralização do poder nas mãos do Executivo e seu crescente controle sobre a economia, assim como a necessidade de legitimação política pela racionalidade e eficiência econômica, fizeram aumentar o número de postos do governo reservados aos economistas.

Várias etapas desde o início do desenvolvimentismo foram sendo lapidadas no campo da tecnocracia brasileira desde mesmo antes do início da década de 1940 quando a Sumoc foi criada enquanto instituição financeira pertencente ao controle do aparato estatal. Durante o início do governo Vargas, em particular com maior ênfase no denominado Estado Novo o embrião de uma tecnoburocracia estava sendo gestado com a criação de diversos órgãos, secretarias e demais empresas do setor público. Mas, foi sobretudo entre o final do primeiro mandato autoritário de Vargas e o início do seu segundo mandato democrático, agora nos anos de 1950 que as grandes empresas brasileiras e demais instituições estatais se desenvolveram e geraram em torno delas um corpo de técnicos e especialistas nas mais variadas áreas do setor público.

O desenvolvimento econômico brasileiro vigoroso durante o segundo ciclo desenvolvimentista durante os governos de Vargas e Juscelino impulsionaram também o setor financeiro gerando uma demanda ainda maior por técnicos, na grande maioria de especialistas nas áreas como contábeis, administração e economia e a formação

acadêmica passou a ser cada vez mais requisitada para assumir funções em empresas, mas principalmente na tecnocracia estatal. A importância da Sumoc em termos estratégicos para o incipiente mercado financeiro assume um patamar mais elevado quando a economia brasileira avança no seu grau de desenvolvimento, principalmente impulsionada pela criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE ainda no governo Vargas. Desta forma, as conexões entre o imperialismo, a formação do Estado nacional desenvolvimentista com o aporte do setor financeiro e suas elites tecnocráticas estratégicas estão inseridas na lógica de acumulação e expansão do capitalismo na sua fase monopolista. A combinação entre instituições chave do aparato estatal e elites tecnocráticas faz parte da estratégia do poder decisório das ações estatais levando em consideração interesses econômicos e políticos no âmbito da lógica do imperialismo na dinâmica do capitalismo monopolista de Estado.

A partir do regime civil-militar-empresarial essa coesão em termos empresariais e institucionais controlados pelo Estado por parte do poder decisório aumentou substancialmente, assim como o poder dos tecnocratas nas principais instituições estratégicas estatais e uma prevalência de um corpo técnico constituído no campo acadêmico e profissional dos economistas, e, em alguns casos detentores de diversos “capitais” herdados e adquiridos ao longo das suas trajetórias individuais e coletivas. Essa perspectiva analítica recai sobre a nosso objeto que discute se alguns indivíduos que assumiram postos chave nas instituições pertencem a uma elite ou também a uma certa classe dominante posicional em diversos campos da vida social. Outra questão importante se refere ao nível da instituição que esse quadro de tecnocratas comanda, isto é, o grau da relativa autonomização na sua capacidade de poder decisórios por parte desses agentes inseridos em determinadas instituições estatais. Desta forma cabe destacar algumas características importantes a serem observadas nesse sentido.

De acordo com a coletânea de monografias dos cadernos do IPEA (1979, p. 148-49):

Designaremos perfunctoriamente por “Poder Decisório” das empresas estatais o conjunto de capacidade que tenham elas de levar a cabo políticas comerciais, de produção, tecnológicas, financeiras, administrativas, de investimentos, etc., com respaldo em seus próprios recursos e sem a necessidade de aprovações e autorizações superiores. Em suma, o “Poder Decisório”

mede o grau de independência de cada empresa estatal em relação ao Estado (no sentido amplo) e, mais especificamente, à assim chamada Administração Central, ou Governo, ou Executivo.

Para conceituar esse “Poder Decisório”, propomos o seguinte esquema explicativo, que constitui mero detalhamento, abrangendo:

- a) a capacidade financeira, a qual depende do regime de preços e tarifas, dos mecanismos de capitalização e financiamento, da carga fiscal incidente;
- b) a subordinação administrativa “real” ou “de fato”, que envolve o relacionamento entre a empresa estatal “industrial” ou “executiva” e o ente normativo ou ministerial específico;
- c) a “eficiência” e “racionalidade”, ou, em suma, a “qualidade” do gerenciamento, a qual é função da cúpula ou diretoria e dos “quadros” ou do *establishment*;
- d) o grau de controle do mercado.

No caso do recém criado sistema financeiro nacional e sua maior instituição o Banco Central do Brasil, apesar do grau do controle do mercado ser definido pela macroestrutura dinâmica e ampla do sistema financeiro internacional sob a égide do imperialismo, a confiança nos tecnocratas de altos escalões reside nos seus históricos de subserviência e aderência ao sistema econômico e político dominante, onde as suas trajetórias repletas de “capitais” sinalizam para o mercado financeiro privado e o poder político do Estado. A inserção desse grupo privilegiado de indivíduos já está ratificada pela posição social ocupada no campo específico no caso, o mercado financeiro com seu subcampo Banco Central. Insistimos em procurar investigar e analisar as relações estreitas do poder a partir da simbiose entre a criação e o desenvolvimento das instituições com seus atores centrais responsáveis por colocar em prática e administrar o capitalismo a partir do Estado. No caso específico dessa pesquisa procuramos encontrar uma explicação sociológica relevante a partir da teoria marxista e bourdiesiana que de conta de discutir a tecnocracia financeira a partir dos presidentes do Banco Central do Brasil que tomam suas decisões de política econômica através da perspectiva dos interesses do capital financeiro nacional e internacional na égide do imperialismo.

Essa análise leva em consideração os presidentes do Banco Central desde a sua criação e desenvolvimento a partir do início da ditadura civil-militar-empresarial no Brasil em 1964 quando criou por lei o Sistema Financeiro Nacional e o próprio Banco Central que viabilizou na prática esse sistema regulador e intermediador financeiro e a própria instituição a partir de 1965. A primeira fase da pesquisa sobre os presidentes do BC ocorrerá pela análise das trajetórias dos presidentes do Banco Central entre 1965 e 1992 quando o governo de Fernando Collor de Mello encerra um ciclo de políticas fracassadas de controle hiperinflacionário. Com o fim antecipado do seu próprio mandato ocorre uma transição para o mandato do presidente Itamar

Franco e o início da construção do Plano Real como forma de balizar a política econômica e financeira no Brasil desde então. Essa análise biográfica e prosopográfica das trajetórias através de acervos documentais de instituições, jornais, revistas e suas próprias entrevistas concedidas contribui para explicar que essas elites financeiras estratégicas tecnocráticas do Banco Central são sustentáculos do poder econômico em nome de uma classe dominante nacional e estrangeira, onde inclusive, muitos desses indivíduos estão inseridos e pertencem há tempos.

Essa análise será construída no capítulo dois como preâmbulo da nossa discussão maior sobre a classe dominante brasileira na forma de elites estratégicas financeiras tecnocráticas do Banco Central a partir do Plano Real até o presente momento no governo de Jair Bolsonaro com um Banco Central recentemente independente na forma da legalização institucional. Nesse capítulo especial o método investigativo genealógico será utilizado como mapeamento da classe dominante na organização dos seus capitais através das estratégias familiares seculares no Brasil inserido no contexto das políticas econômicas e financeiras da globalização neoliberal que o plano econômico Real baliza através da instituição econômica mais importante do Brasil contemporâneo. Partimos da hipótese de que as elites financeiras estratégicas na sua esmagadora maioria fazem parte de uma classe dominante, seja ela tradicional ou emergente que surgiu no país há séculos e no pós-segunda guerra pra cá respectivamente.

Desde o golpe de Estado no Brasil nos moldes da ditadura o Banco Central vem se aperfeiçoando em termos de procedimentos, funções e práticas institucionais de políticas econômicas adequadas ao desenvolvimento do capitalismo no modelo de reprodução do capital no mercado financeiro internacional. A tecnocracia financeira representada pelos presidentes do Banco Central desenvolveu uma racionalidade técnica operacional e práticas políticas que habilitaram esses indivíduos a representar em grande medida os interesses da classe dominante no que tange a privilegiar os potentados detentores do capital nacional e estrangeiro. Muitos desses tecnocratas também pertencem a classe dominante e sua posição de classe social privilegiada permitem que esse campo e subcampo político e econômico institucional do Banco Central seja capturado pelos interesses da classe dominante nacional e do imperialismo. E no caso brasileiro a criação do sistema financeiro nacional e do Banco Central a partir do golpe de 1964 possibilitou o desenvolvimento do mercado financeiro brasileiro.

Portanto, o maior divisor de águas da política e da economia mundial e brasileira ocorreu no último terço do século XX em diante com a ruptura do pacto fordista e keynesiano nos países imperialistas e pelas reformas econômicas e institucionais da ditadura civil-militar-empresarial no país em 1964. Após quase sessenta anos do golpe no Brasil a atual conjuntura internacional e novamente golpista nacional de 2016 estes movimentos estão umbilicalmente relacionados com os eventos de 1964 e suas imbricações com a crise estrutural do capitalismo na fase do imperialismo atual com suas disputas geopolíticas e estratégicas com o consórcio sino-russo.

Nesse aspecto nosso objeto sociológico converge com uma análise mais macro estruturante da economia política com ênfase na estreita relação instituições do poder econômico e político e a classe dominante brasileira com seus capitais e posicionamentos nos seus respectivos campos e subcampos de inserção e ação social, política, econômica e cultural. A metodologia que propomos nesse trabalho utiliza-se das biografias e da prosopografia como elemento sociológico de análise sócio-histórica onde os capitais e os campos e subcampos aparecem com maior nitidez sociológica. Esse ponto de partida que envolve a introdução do sistema financeiro nacional com a criação do Banco Central merece um destaque inserido na lógica do mercado financeiro internacional sob a égide do imperialismo tutelado pelos EUA. Uma incursão sobre a organização desse novo sistema financeiro nacional e sobre a participação do Banco Central diante do cenário econômico e político brasileiro e internacional se faz necessário para construirmos o objeto de pesquisa com sua relevância na conjuntura atual do capitalismo brasileiro e sua inserção em relação a dependência externa.

2.3 CONFIGURACAO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E A INSERCAO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL NO CAPITALISMO INTERNACIONAL

Após a criação do sistema financeiro nacional e do Banco Central a nova configuração da reforma do sistema financeiro nacional organizou-se conforme a legislação específica para o setor a partir de 1964. Mas antes mesmo de discutirmos a configuração desse sistema financeiro a partir de 1964 precisamos definir o conceito desse sistema.

Segundo Pinheiro (2009, p. 34):

Define-se o sistema financeiro de um país como um conjunto de instituições, instrumentos e mercados agrupados de forma harmônica, com a finalidade de canalizar a poupança das unidades superavitárias até o investimento demandado pelas deficitárias.

O sistema financeiro pode ser visto como uma rede de mercados e instituições que tem por função transferir os fundos disponíveis dos poupadores, ou seja, aqueles cuja renda é maior do que seus gastos, para investidores, ou seja, aqueles cujas oportunidades de gastos são maiores do que sua renda. Podemos entender, também, o sistema financeiro como a soma das unidades operacionais que o compõem e dos responsáveis pelas políticas monetárias, creditícia, cambial e fiscal, que regulam seu funcionamento, bem como os fluxos monetários, entre os que dispõem de recursos financeiros e os que deles careçam, para suas atividades de produção ou de consumo.

Essa definição formal sobre o sistema financeiro nacional explica a ideia da atuação institucional e até muitas de suas práticas tecnocráticas mas evidentemente não explica na sua essência como ocorreu a imposição do imperialismo a partir do sistema financeiro internacional para que os países aderissem a essas formas institucionais no papel de intermediadoras e reguladoras financeiras com o objetivo de administrar o fluxo de capitais na direção da acumulação e reprodução do capital financeiro global. Com o desenvolvimento do capitalismo mundial, principalmente a partir do modelo da globalização neoliberal o sistema financeiro se aperfeiçoou impondo aos Estados nacionais formas de gestão monetária, fiscal e cambial que permitissem administrar o orçamento estatal a partir do controle dessas políticas econômicas.

Ainda segundo Pinheiro (2009, p. 37-38):

O entendimento do sistema financeiro internacional inicia-se pela compreensão da ordem monetária internacional. Essa ordem pode ser definida como o conjunto de convenções, acordos e regras - explícitas ou não - estabelecido entre países interdependentes. Este arcabouço de regulamentos deve servir de base para ações que envolvem dois ou mais países. Como as transações econômicas entre os países contemplam uma dimensão monetária, uma ordem monetária internacional deve estabelecer os instrumentos de pagamento a serem utilizados, bem como o relacionamento entre as diversas moedas dos países que aderirem a essa determinada ordem.

As ações internacionais efetivas levadas a cabo pelos vários agentes econômicos dos países pertencentes a determinada ordem monetária fazem parte do sistema financeiro internacional, que poderá refletir as condições estabelecidas pela primeira ou refutar as determinações preestabelecidas. Se o sistema financeiro internacional passar a distanciar-se do conjunto de regulamentos existentes, então deverá ocorrer transformação da ordem monetária internacional vigente.

A grande transição da economia mundial para um modelo pactuado keynesiano com uma nova configuração monetária inserida no arcabouço do sistema financeiro internacional ocorreu no final da segunda guerra mundial no acordo de Bretton Woods que definiu o padrão ouro-dólar como padrão monetário internacional no lastro

institucional do banco BIS e do FMI. Outras instituições financeiras internacionais multilaterais foram sendo criadas no conjunto dos ordenamentos também diplomáticos da ONU (Organização das Nações Unidas) sob a égide do imperialismo capitaneado pelos EUA.

A tensão das disputas geopolíticas no bojo da guerra fria acelerou algumas pressões também por mudanças nas formas de intervenção econômica junto aos países dependentes. O golpe civil-militar-empresarial no país mais importante da América Latina ocorreu como uma salvaguarda geopolítica servindo de base para os demais golpes que foram sendo estrategicamente organizados e realizados nas décadas seguintes. A necessidade do imperialismo de impor reformas estruturantes no mercado financeiro e nas políticas econômicas possibilitou o avanço da exploração sobre os países dependentes e a partir disso perpetuar o processo de acumulação e reprodução de capital. Com o golpe de 1964 uma ampla reforma econômica e financeira foi arquitetada no Brasil e com isso um novo arcabouço institucional do sistema financeiro nacional foi configurado.

De acordo com Andrezo e Lima (2002, p. 56):

Percebe-se que a Lei n. 4.595 de 64 procurou criar condições para dar maior eficiência à administração monetária federal e, ao mesmo tempo, preservar a capacidade financeira do Banco do Brasil. Assim, conclui-se que essa lei disciplinou o mercado financeiro. Ao criar entidades governamentais fiscalizadoras e administrativas que atuassem no mercado financeiro, a lei impediu qualquer atividade bancária sem controle estatal. Em relação ao mercado de capitais, essa lei já estabeleceu algumas regras, mas somente com as Leis números 4.728 de 65, 6.385 de 76 e 6.404 de 76, que serão apresentadas posteriormente, esse mercado sofreu mais regulamentação.

A nova configuração do sistema financeiro nacional norteou e regulamentou as instituições financeiras públicas e privadas no Brasil a partir de 1964 e com a criação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central (BCB, BC ou Bacen) essa configuração passa a se enquadrar nos ordenamentos do sistema financeiro internacional. Desta maneira teremos o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central como os pilares institucionais do novo modelo financeiro onde as instituições financeiras públicas e privadas estão sujeitas as diversas normas e regulamentações sobre o seu funcionamento. Entre as instituições financeiras públicas que respondem aos ordenamentos e regulamentações do CMN e do BCB estão o Banco do Brasil, o ainda Banco de desenvolvimento Econômico (BNDE), o Banco Nacional da Habitação (BNH), a Caixa Econômica Federal, os Bancos Estaduais e demais bancos de crédito

e de fomento públicos. Em relação as instituições financeiras privadas estão os diversos bancos comerciais, as sociedades de crédito imobiliário, as cooperativas de crédito, as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização, as sociedades corretoras, os bancos de investimento e as bolsas de valores. Essa configuração do sistema financeiro nacional correspondia aquela de 1964 onde o Banco Central desenvolveu suas atividades de regulamentação, fiscalização e intermediação financeira nasceu em conformidade às exigências do mercado financeiro internacional e algumas das suas funções primordiais nasceram nesse enquadramento. O CMN e o BACEN dividiram com isso algumas atribuições diante dessa configuração.

Ainda de acordo com Andrezo e Lima (2002, p. 57-58):

O CMN passou a ter competência para fixar normas gerais sobre; Organização, disciplina, funcionamento e fiscalização das atribuições e atividades das bolsas de valores, das sociedades corretoras membros das Bolsas e dos corretores de câmbio; Subscrição para revenda, distribuição ou intermediação na colocação, no mercado, de títulos ou valores mobiliários; Operações das instituições financeiras autorizadas a operar em aceite ou cobrança em títulos cambiais a serem distribuídos no mercado; Registro, no BACEN, de sociedades anônimas e de emissão de títulos e valores mobiliários, incluindo informações a serem fornecidas para a obtenção do registro e divulgadas periodicamente. O BACEN, por sua vez, passou a ter competência para autorizar o funcionamento das bolsas de valores, das sociedades corretoras e das sociedades de investimento, bem como para fiscalizar o funcionamento das bolsas de valores. As sociedades emissoras também eram fiscalizadas pelo BACEN, que procurava verificar a observância da legislação no que se referia à publicidade da situação econômica e financeira da sociedade, de sua administração e aplicação dos seus resultados, além dos aspectos referentes à proteção dos investidores. Ao BACEN também competia autorizar o funcionamento e fiscalizar as operações das instituições financeiras, sociedades ou firmas individuais que tinham por objeto a subscrição para revenda e a distribuição ou colocação de títulos ou valores mobiliários. Além disso, toda emissão de títulos ou valores mobiliários devia estar registrada no BACEN, a fim de que pudesse ser lançada, oferecida publicamente ou iniciada sua distribuição no mercado. O CMN estabelecia normas gerais sobre as informações a serem fornecidas no pedido de registro e divulgadas periodicamente. Essa lei também previa que as informações divulgadas deviam ser auditadas por auditores independentes registrados no BACEN.

Desta maneira o CMN e o BACEN tornaram-se os principais pilares do sistema financeiro nacional a partir dos governos militares onde umas séries de atribuições passaram a ser administradas e executadas pelo conselho monetário e sua principal instituição financeira – o Banco Central. A partir de então o Banco Central passou a ser uma instituição chave do capital financeiro nacional com fortes conexões com o capital externo. As ações nas bolsas de valores, os títulos públicos, a fiscalização, regulação e intermediação bancária e do mercado de capitais estariam sob a supervisão e coordenação do Banco Central concentrando assim muito poder político inserido

na lógica do capitalismo contemporâneo. Nosso objeto de pesquisa não trata da forma como os instrumentos de fiscalização e administração tecnocrática funcionam nas suas particularidades técnicas específicas, mas sim de que maneira o Banco Central opera política e economicamente no sentido macro estruturante das suas ações de cunho geral e relacional entre o contexto da economia política na lógica do imperialismo e seus ordenamentos em torno da política econômica adotada na ordem da globalização neoliberal em particular no capítulo três desse trabalho acadêmico.

Outro aspecto relevante no que tange a nossa argumentação explicativa sobre as interações metodológicas diz respeito a conexão existente entre a lógica da economia política na fase imperialista, onde o Brasil se situa enquanto nação dependente numa situação subserviente nesse processo geopolítico de dominação. Nosso eixo explicativo passa por essa abordagem macro estruturante inserindo a instituição econômica mais importante com seus processos decisórios e práticas de políticas econômicas e financeiras conduzidas pelos seus atores mais importantes, isto é, os presidentes do Banco Central com seus capitais sociais, econômicos, políticos e culturais, herdados, adquiridos e lapidados ao longo das suas carreiras e trajetórias que contemplam suas biografias.

A partir dessa perspectiva metodológica holística adotamos a economia política, a sociologia histórica e a sociologia política como eixos norteadores de conhecimentos amplos da seguinte maneira: a economia política como eixo explicativo do contexto macro estruturante do capitalismo na fase do imperialismo onde o Brasil se posiciona estrategicamente na globalização econômica e financeira como país dependente com suas instituições tecnocráticas mais importantes a serviço dos ditames do capitalismo expansivo de dominação do grande capital. A sociologia histórica como um processo de continuidades múltiplas de apropriação do Estado nacional historicamente, onde a correlação entre economia política e sociologia histórica é fundamental para a melhor compreensão do objeto sociológico que aborda o contexto social, político e econômico da construção do capitalismo monopolista de Estado entre o final do século XIX e início do século XX como ferramenta explicativa a partir da formação histórica do capitalismo contemporâneo na sua fase de expansão e crise estrutural imperialista com sua forma de construção conservadora e dependente no caso brasileiro.

A sociologia política como forma de analisar os processos de dominação da classe dominante por uma perspectiva crítica e analítica utilizando a posição social

privilegiada dos indivíduos historicamente ao longo das gerações de muitos dos seus potentados como também de indivíduos recentemente bem-posicionados que em seus respectivos campos e subcampos de inserção constroem suas estratégias de poder em contextos sócio-históricos mais diversos. A discussão entre as elites estratégicas e a classe dominante assume relevância para a sociologia política na construção desse objeto de pesquisa onde o Banco Central tornou-se instituição chave da política econômica e financeira brasileira.

Ao longo desse trabalho em determinadas ocasiões preferimos adotar uma posição metodológica onde a todo momento aparecem explicações acerca da maneira como pretendemos conjugar a abordagem teórica e conceitual com a verificação analítica a partir dos documentos e entrevistas que comprovam o itinerário biográfico dos indivíduos à frente do BACEN historicamente. De qualquer maneira ainda nesse primeiro capítulo pretendemos apresentar o Banco Central no contexto histórico entre a ditadura civil-militar-empresarial e a abertura política na redemocratização como um panorama amplo dos principais aspectos que compõem essa conjuntura de transformações profundas na economia internacional.

A partir do início das atividades do Banco Central em abril de 1965 várias mudanças começaram a ocorrer na economia brasileira que são importantes para compreender a natureza da instituição com suas conexões internacionais na transição do pacto fordista keynesiano para a globalização neoliberal, com a ascensão ainda maior do capitalismo financeiro. Mas antes mesmo desse cenário neoliberal despontar por volta de meados da década de 1970 aqui no Brasil as políticas contracionistas foram implementadas já no início do ano do golpe como forma de conter o fenômeno inflacionário e executar políticas econômicas e financeiras adequadas as necessidades do fluxo de capitais internacional e a contenção dos salários com redução de custos e impostos para as grandes empresas.

Segundo Oliveira (2008, p. 93-94):

O regime político instaurado pelo movimento militar de marco de 1964 tem como programa econômico, expresso no Plano de Ação Econômico do Governo – PAEG -, a restauração do equilíbrio monetário, isto é, a contenção da inflação, como recriação do clima necessária à retomada dos investimentos públicos e privados. Nesse sentido, há uma enorme semelhança formal do PAEG com o Plano Trienal do Governo Goulart, formalismo aliás que abrange quase todos os planos de combate à inflação, em todas as latitudes. Qual é o primeiro resultado da execução do PAEG? Uma forte recessão, que se prolongará até o ano de 1967, e que é, em tudo e por tudo, bastante semelhante à breve recessão surgida logo após a tentativa de execução do Plano Trienal sob a batuta conjunta Santiago Dantas-Celso Furtado. A identidade do erro

deriva da identidade das supostas causas: a de que se estava em presença de uma inflação de demanda; o remédio era, num como noutro caso, a contenção dos meios de pagamento, o corte nos gastos governamentais, e o resultado foi, numa como noutra experiência, a recessão, breve a primeira e prolongada a segunda. Alguns preconceitos ideológicos, comuns entre os economistas, como a quase lei da escassez de capital nas chamadas economias subdesenvolvidas, constituem o pano de fundo das abstrações que lastreavam o instrumental de combate à inflação.

As reformas monetaristas do governo militar assim como outras tentativas do mesmo receituário terminaram por mergulhar o país numa recessão econômica como observa Oliveira no sentido de apontar além da política econômica uma propensão ideológica de aceitação de certas fórmulas econômicas por parte dos economistas também de outras vertentes de pensamento. O plano econômico adotado pelo governo militar foi na contramão do crescimento da economia no período de 1964-67 devido à contenção dos gastos públicos, dos meios de pagamento combinado com arrocho salarial do período e forte tributação regressiva. Sob a batuta de Roberto Campos esse modelo de ajuste econômico a partir do plano de ação e das reformas estruturais no sistema financeiro não possibilitou o crescimento econômico desejado e ainda causaram mais obstáculos para o próprio. Esse foi o contexto econômico do primeiro mandato do então presidente general Castelo Branco com seus economistas liberais monetaristas.

Contudo, ainda de acordo com Oliveira (2008, p. 94-95):

Foi somente quando começou a praticar-se uma política *seletiva* de combate à inflação, que se retomou a expansão do sistema: termo *seletiva* não deve ser confundido com outra quase lei de seletividade derivada de prioridades sociais. A política *seletiva implantada distingue, antes, seletividade de classes sociais e privilegia as necessidades da produção*. Assim, abandonou-se a perspectiva de contenção de crédito, a de contenção dos gastos governamentais, e a perspectiva global de contenção da demanda; a política implantada, *seletiva nesse sentido*, passou a ser contrária à anterior: aumento dos créditos, aumento dos gastos governamentais, estímulo à demanda. Foi preciso a recessão para que a situação de classe abrisse os olhos dos detentores do poder e forcasse o abandono da ideologia economicista do sr. Roberto Campos e seus continuadores. Os instrumentos dessa política foram uma reforma fiscal aparentemente progressiva mas de fundo realmente regressiva, em que os impostos indiretos crescem mais que os diretos, um controle salarial mais estrito, e uma estruturação do mercado de capitais que permitisse o ^descolamento^ - na feliz expressão de Maria da Conceição Tavares - do capital financeiro e que desse fluidez à circulação do excedente econômico contido no nível das famílias e das empresas e representativo da distribuição da renda que se gestara no período anterior. Em poucas palavras, a política de combate à inflação procura transferir às classes de renda baixas o ônus desse combate, buscando que as alterações no custo de reprodução da força de trabalho não se transmitam à produção, ao mesmo tempo que deixa galopar livremente a inflação que é adequada à realização da acumulação, através do instituto da correção monetária, a prática, já iniciada em períodos an-

teriores, de fuga aos limites estreitos da lei da usura. A circulação desse excedente compatibiliza os altos preços dos produtos industrializados com a realização de acumulação, propiciada por um mercado de altas rendas, concentrado nos estratos da burguesia e das classes médias altas.

A abordagem de Oliveira (2008) é representativa da essência da questão central que envolve a reestruturação da economia brasileira a partir dos planos de ação e das reformas estruturantes do sistema financeiro nacional e da política econômica alinhada aos interesses do imperialismo e da classe dominante nacional. O primeiro choque na transição para o regime autoritário ocorreu através da imposição de uma política econômica recessiva e de reconfiguração das estruturas econômicas e financeiras com a finalidade de adequar a economia política nacional no contexto da geopolítica global com uma reengenharia do maior fluxo de capitais para o capital externo, transferência do ônus inflacionário para a maioria da população e maiores ganhos de capital para a classe dominante e a classe média alta. Entre o governo Castelo Branco nessa primeira fase de implementação de uma política econômica contracionista e do alinhamento com o imperialismo e o segundo momento no governo Costa e Silva a partir de 1967 ocorreu uma simbiose entre políticas de abertura com favorecimento ao capital externo e o início de um processo de construção desenvolvimentista que será colocado em prática de fato em 1969 no governo Médici a partir do Plano Nacional de Desenvolvimento I (PND I).

De acordo com Souza (2005, p. 110-11):

O regime ditatorial não conseguiu consolidar-se imediatamente depois do golpe. A crise econômica e as lutas populares haviam demonstrado a impossibilidade de a economia a seguir se desenvolvendo pelo caminho que vinha trilhando, que se manifestava na tentativa imperialista de subjugar a economia independente. Só na medida em que lograsse vitória nesse campo, garantindo as condições para o reinício da expansão econômica, o novo regime poderia conquistar as condições para a sua consolidação. Isso implicava a adoção de várias medidas de curto e longo alcance. Como a opção era pelo ~modelo~ dependente, as medidas teriam que responder às suas necessidades. Entre as primeiras medidas, estavam as de combate à inflação (que havia chegado a quase 92% em 1964) e as de controle da ~temperatura política, a fim de recuperar a confiança dos empresários para investir, particularmente das empresas estrangeiras. Entre as segundas, estavam medidas destinadas a recuperar as condições de valorização do capital e a eliminar todos os obstáculos ao desenvolvimento do padrão dependente de reprodução do capital, obstáculos representados pelo antigo padrão de reprodução, baseado na independência econômica. O objetivo de tudo isso, como intuíram Francisco de Oliveira e Frederico Mazzuchelli, era realizar a preparação institucional da economia para o desempenho dos oligopólios~. Só faltou dizer que os ~oligopólios~ (disfarce para os monopólios que operam em regime de cartel) existentes no Brasil eram basicamente estrangeiros.

O grosso da nova política econômica ficou a cargo do Ministério do Planejamento, posto sob a responsabilidade de Roberto Campos, que, como embaixador do Brasil nos Estados Unidos antes do golpe, havia sido um de seus

principais articuladores. Ele coordenou a formulação de um plano de governo, denominado Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), para três anos, ao longo dos quais se promulgaram infindáveis de leis, decretos, regulamentos etc., nos quais se expressava a orientação do novo governo.

A passagem acima é reveladora à medida que consegue explicitar a natureza do golpe de Estado de 1964 com seu conluio de interesses com a classe dominante brasileira e os representantes do imperialismo. Na fase de transição para o golpe o foco era barrar os avanços democráticos da classe trabalhadora no campo e na cidade e bloquear o anseio por mudanças na sociedade brasileira. Com o regime autoritário posto em funcionamento as próximas etapas seriam a da reestruturação do sistema financeiro nacional criando o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central e todos seus ordenamentos alinhados aos bancos centrais internacionais e aos organismos financeiros multilaterais sob o guarda-chuva do imperialismo, também a criação de um plano de ação econômica como o PAEG que perduraria durante a gestão do então presidente Castelo Branco.

A reconfiguração do mercado financeiro nacional e a nova política econômica, que na verdade era a continuidade da já conhecida máxima clássica política econômica liberal monetarista de sempre. Esse rearranjo político, econômico e institucional foi necessário para limpar o terreno para o capital externo com objetivo de reforçar e ampliar o poder dos monopólios estrangeiros e restringir qualquer possibilidade ou forma de autonomia do capitalismo dependente. Para essa tarefa nada melhor do que um representante do golpe de Estado articulado com os Estados Unidos como o próprio ex-embaixador naquele país no governo democrático de João Goulart. Esse homem também conhecido como um economista liberal representante da classe dominante atuou no regime autoritário como Ministro do Planejamento do governo Castelo Branco e um tecnocrata confiável para a tarefa de levar a cabo o projeto de um país subserviente aos ditames do imperialismo. Roberto Campos poderia também ser o objeto da nossa tese de que um tecnocrata dessa envergadura em grande medida não pertence apenas a uma elite acadêmica e política como também está inserido no embrião da classe dominante de origem familiar historicamente consolidada e que também será representada no governo Bolsonaro com Roberto Campos Neto à frente da presidência do Banco Central.

Essa era a conjuntura política e econômica quando da criação do sistema financeiro nacional, onde o Banco Central estava inserido na sua gênese. A partir de então o Banco Central terá papel decisivo para a economia brasileira assumindo uma

função estratégica no processo de intermediação do capital. A ascensão dos tecnocratas nos aparelhos de Estado, principalmente desde o segundo mandato de Vargas a frente da presidência também marca a distinção da carreira acadêmica e profissional dos economistas que continuaram com seu prestígio e acúmulo de capitais no regime autoritário. Vale destacar o significado amplo de um técnico para que o sistema capitalista funcione adequadamente com objetivos de administrar e operacionalizar os instrumentos do capitalismo. Isso pode acontecer também na forma política, econômica e administrativa separada ou concomitante.

De acordo com Pereira (1981, p. 82):

Já deve estar claro neste momento que nosso conceito de técnico é amplo. São técnicos os indivíduos que procuram racionalizar os métodos de produção. São técnicos aqueles que possuem um conhecimento sistematizado e aprofundado a respeito de uma técnica qualquer e utilizam esse conhecimento de forma profissional. Esse conhecimento pode ter sido obtido exclusivamente através da experiência, mas em regra terá por base um processo de treinamento formal qualquer de nível universitário ou para-universitário. O conhecimento técnico deve, portanto, ter um nível de sofisticação razoavelmente elevado. Caso contrário, não teremos como distinguir o técnico de um operário.

A capacidade técnica e administrativa nas profissões de maior reconhecimento social que conferem status, prestígio e poder político também precisaram da formação acadêmica e profissional para legitimar suas ações e manter ou até expandir a coalizão de forças com os patrões e com o staff mais elevada do poder político. Diversas categorias desses profissionais foram se especializando e outros galgando espaços de inserção nos poderes do Estado.

Ainda segundo Pereira (1981, p. 83):

Há muito mais técnicos do que cientistas. Entre os técnicos não só se incluem os que são capazes de manipular máquinas e matérias-primas de forma mais eficiente (os engenheiros), mas também os que dirigem outros homens. Os administradores profissionais, os economistas e os militares profissionais incluem-se nessa categoria. Há uma tendência entre alguns analistas de não considerar tais profissões como técnicas. Mas um administrador profissional, por exemplo, é muito mais tipicamente um técnico do que um cientista, na medida em que sua preocupação fundamental é a eficiência. A legitimidade de um técnico lhe é conferida face ao seu suposto conhecimento técnico. Ora, principalmente entre os administradores civis ou militares, há muitos casos de incompetência, de conhecimento e capacidade administrativa insuficientes. Isso significa que eles deixam de ser técnicos> De forma alguma. Eles continuam técnicos na medida em que tem como objetivo a eficiência e como legitimação de seu cargo sua pretendida competência. Dentro da mesma linha de raciocínio, não importa que sua carreira não tenha sido feita exclusivamente em função de sua competência técnica. Outros critérios são adotados, os quais, desde que não se tornem, como regra, dominantes, não roubam ao administrador ou ao militar seu caráter de técnico.

Uma das questões relevantes levantadas pelo autor refere-se aos militares como agentes de poder importantes no aparato técnico e profissional do Estado e que para serem considerados técnicos não necessariamente a condição de terem habilidades e competência funcionam como um pré-requisito fundamental. Muitas vezes pode ser justamente ao contrário, a competência técnica é considerada irrelevante se comparada a sua capacidade enquanto agente confiável e legitimador do seu papel político e social quando sua posição de poder se torna peça-chave no aparato estatal. A legitimidade técnica e profissional passa muito mais pelo poder político e pelo reconhecimento social dos indivíduos pretendentes ou já detentores de cargos e funções no quadro tecno burocrático.

No regime autoritário comandado pelos militares os técnicos tinham uma relevância diferenciada na condição de agentes estratégicos da condução dos processos técnicos administrativos e na elaboração de políticas econômicas vitais para o regime na fase de ampliação de suas bases de infraestrutura. Claro que ainda hoje na sociedade capitalista, mesmo nos países dependentes, os tecnocratas têm uma grande relevância estratégica em relação aos papéis do Estado, mas no regime autoritário da década de 1960 e principalmente 70 o desenvolvimentismo retorna com ênfase em obras de infraestrutura e planejamento estatal integrado com o imperialismo.

No caso do Banco Central essa era na fase de implementação prática do sistema financeiro nacional a instituição estratégica do capitalismo dependente brasileiro desde seu nascedouro. Suas funções praticas rotineiras e de elaboração e condução de políticas econômicas serviu como um dos principais alicerces do capitalismo monopolista de Estado na sua forma de intermediador do capital financeiro articulado com grandes grupos bancários nacionais e internacionais, além das instituições multilaterais e das corporações multinacionais.

De acordo com Teixeira (2011, p. 103):

O período foi marcado pelo início do processo de forte monopolização do setor, exemplificado pela formação dos grandes monopólios UNIBANCO e Itaú. Minella chama a atenção para a participação direta de empresários financeiros e seus representantes em órgãos estratégicos do governo (como a presidência do próprio Banco Central, por exemplo), além do financiamento de campanhas eleitorais (Congresso Nacional e Presidência da República, especialmente) durante o período democrático. Esse processo também é apontado por Loureiro (Loureiro, 1997), que identifica o caminho normal da carreira de tais economistas como sendo a academia, o governo e as firmas privadas de consultoria.

Notamos que além da instituição estratégica Banco Central do Brasil existe concomitante a essa o papel dos tecnocratas como essencial no processo de interlocução dos projetos da classe dominante e do imperialismo. As instituições e as elites tecnocráticas que representam os interesses da classe dominante precisam estar bem-posicionadas nos campos de poder para garantir e executar as políticas econômicas necessárias na condução organizacional do sistema.

A partir da presidência do general Costa e Silva em 1967 começa a transição de um modelo econômico monetarista contracionista para uma política econômica de cunho menos ortodoxo de maior fluidez de liquidez impulsionando a demanda agregada e viabilizando também o aumento de capital externo para financiar as empresas residentes no país com a colaboração de uma política que permitisse uma maior evasão de divisas. Esse processo ocorreu sob a tutela do Banco Central e que a partir do Plano Nacional de Desenvolvimento⁴ (PND I) de aporte keynesiano viabilizado pelo aporte intenso de capital internacional e que só fez aumentar durante grande parte da década de 1970. O denominado Milagre Econômico brasileiro ocorreu em grande medida devido a enorme quantidade de capital externo aportado a baixas taxas de juros, porém em dólares, já no final do pacto monetário internacional do padrão ouro dólar convencionado em Bretton Woods ainda nos anos de 1940 no final da segunda grande guerra. O Plano Nacional de Desenvolvimento II⁵ (PND II) do início do governo Geisel continuou a política desenvolvimentista retomada por Médici em 1969 deixada de lado desde a Era Juscelino; mas, com a diferença de que nessa fase expansionista a gama enorme de recursos para as obras de infraestrutura os planos de desenvolvimento vinham do exterior. A relevância do Banco Central e de seus tecnocratas aumenta nesse período e o campo do setor financeiro ganha em prestígio e poder político tendo a formação acadêmica em Economia como um pilar de capital acadêmico.

⁴ De acordo com o dicionário de Economia do século XXI de Sandrini (2005, p. 654): Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I e II) foram “Programas de desenvolvimento econômico e social que vigoraram nos governos Médici e Geisel; abrangendo respectivamente os períodos 1972-74 e 1975-1979. Ambos foram eleitorados pelo Ministério do Planejamento. Baseado no binômio político e ideológico de segurança e desenvolvimento, o I PND representou a mais ampla formulação oficial do “modelo brasileiro de organizar o Estado e moldar as instituições” para, no espaço de uma geração, transformar o Brasil numa sociedade capitalista desenvolvida”.

⁵ No caso do PND II continuado por Geisel esse não obteve o mesmo êxito devido a problemas de exaustão do ciclo econômico mais pujante durante a gestão Médici, além de uma série de problemas de obras inacabadas como no caso da rodovia Transamazônica e as usinas nucleares de Angra.

O esgotamento do padrão fordista de acumulação capitalista com base no dirigismo keynesiano entra em crise entre o final dos anos sessenta e início dos setenta em nível internacional e é justamente nesse período que grande parte do capital acumulado durante a chamada Era de Ouro do capitalismo passa a ser alocado para os países periféricos ou dependentes, em especial para a América Latina e em particular para o Brasil com o intuito de buscar novas e diversificadas formas de acumulação de capital. O volume de capital externo nesse período foi extraordinário e com isso vários investimentos em infraestrutura foram realizados ou parcialmente realizados durante os primeiros anos da década de setenta.

Concomitante a essa crise ou em resposta a própria crise estrutural do capitalismo desse período, além da exportação de capital advinda dos países centrais ou imperialistas, o processo de liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros começaram a ocorrer no bojo do fim do acordo de Bretton Woods que extinguiu o padrão dólar lastreado em ouro. O fim do padrão ouro dólar ocorreu por uma decisão praticamente unilateral dos EUA que não aceitou mais a emissão de moeda, no caso o dólar com garantias em ouro. Outro elemento importante que permitiu impulsionar os negócios financeiros pelo mundo afora foi o desenvolvimento do aparato tecnológico através do avanço das telecomunicações e da informatização utilizada como intercâmbio comercial e informacional de papéis financeiros como títulos, ações e derivativos.

Com isso o papel do Banco Central passa a ser ainda mais importante no que tange ao aperfeiçoamento do processo de intermediação do mercado financeiro propiciando melhorar a fluidez do sistema numa fase de transição de uma economia mais regulada para formas mais liberais de mercado. Desta maneira o neoliberalismo passa paulatinamente a ser incorporado não apenas como uma retórica ideológica como também uma prática de política econômica em uma nova reengenharia da economia política global do imperialismo. Para os países de economia dependente ou atrasada a subserviência aos ditames do imperialismo aumentava conforme a exportação de capitais por parte dos países centrais em direção aos periféricos se intensificava no período da crise capitalista mundial. O regime autoritário sob a égide do imperialismo estadunidense conformou a burguesia nacional em uma coalizão na forma de ditadura civil-militar-empresarial, que apesar de uma organização desenvolvimentista de cunho organizativo nacionalista seguiu sua trajetória de dependência externa principalmente pela via ainda maior do endividamento estrangeiro organizado pelo capital financeiro.

Segundo Fatorelli (2013, p. 12-14):

A financeirização mundial corresponde à atual fase do capitalismo iniciada nos anos 70, marcada pelo modo de acumulação de riqueza baseado no excessivo poder do setor financeiro mundial. Esse poder se consolidou pela desmedida e inescrupulosa utilização de instrumentos financeiros gerados principalmente por dívidas sem a correspondente entrega de recursos, emissão de títulos, moeda e produtos financeiros sem respaldo, usualmente chamados tóxicos. Este modo de acumulação tem estreita relação com a utilização de endividamento público às avessas – retirando recursos em vez de os aportar – por intermédio de um verdadeiro Sistema da Dívida, que tem viabilizado um grande esquema de dominação mundial. Uma das principais engrenagens que alimenta esse esquema e aumenta cada vez mais o poder do setor financeiro é a dívida pública gerada sem contrapartida. Tal poder congrega grandes bancos privados e suas respectivas *holdings*, organismos financeiros internacionais – principalmente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial – agências qualificadoras de risco, bancos centrais e de desenvolvimento, entre outros agentes. Sua atuação é marcada por operações consideradas secretas, muitas vezes em paraísos fiscais, falta de transparência, proteção sob o escudo do sigilo bancário, modificação de normas contábeis para atender interesses, entre outros privilégios. Inúmeros estudos e investigações evidenciaram que, a partir dos anos 70, volumes exagerados de créditos foram oferecidos a países da América Latina, África e Ásia, por intermédio do sistema bancário – privado (ou comercial), bilateral e multilateral –, com a característica predominantemente de ausência de entrega efetiva dos respectivos recursos. Esses créditos se materializaram sob forma de empréstimos vinculados (nos quais não se transferiam os recursos financeiros de um país para o outro, mas financiava-se, com altos custos, a compra de produtos ou serviços dos próprios países concedentes dos créditos), destinados à implementação de megaprojetos superfaturados e desnecessários, com custos exorbitantes, ou à construção de infraestrutura que viabilizaria à extração de recursos naturais. Outra característica relevante desses créditos concedidos foi o financiamento de regimes militares e ou ditatoriais em diversos países, uma vez mais sem a entrega efetiva de recursos, uma vez que financiavam a compra de armamento e serviços de espionagem, contrária aos interesses soberanos do povo, o que denota o aspecto odioso destes créditos desde a sua origem. Estes créditos induziram um processo de autogeração de endividamento no qual o serviço da dívida (obrigação de amortizar o capital mais os juros incidentes sobre os créditos) passa a ser pago com novos empréstimos, cada vez mais onerosos, sem nenhum benefício para os países. A atuação do poder financeiro mundial pelo meio do sistema da Dívida está presente em todos os Continentes. A história tem mostrado que as sucessivas crises são provocadas por bancos e os prejuízos delas decorrentes terminam sendo transferidos para o setor público estatal através das diversas formas de salvamentos bancários, por exigência dos organismos financeiros internacionais.

Encontramos nessa abordagem um marco fundamental na transição da economia capitalista global marcada pela economia monopolista de Estado do assim chamado setor real (bens e serviços) de base fordista keynesiana para uma economia de base tecnológica toyotista desenvolvida concomitantemente junto ao processo de desregulamentação e liberalização dos mercados financeiros globais onde a acumulação do capital passa a se concentrar nos ganhos no setor financeiro. A mundialização

financeira é o resultado da contradição entre a crise estrutural do capitalismo combinada com o desenvolvimento de novas formas destruidoras de capital com sua elevada mobilidade do setor real para o setor financeiro da reprodução e ampliação dentística do capital. A fase imperialista na globalização econômica e financeira no modelo neoliberal pressupõe a concentração de capital por parte de grandes corporações empresariais multinacionais e transnacionais de matriz potencialmente advindas dos países centrais europeus, na América do norte a partir dos EUA e Canadá e do Japão nos anos setenta.

Grande parte das corporações empresariais oligopolistas contando os bancos e as instituições financeiras multilaterais globais acumularam riquezas concedendo empréstimos aos países periféricos e sendo parceiros nas remessas de divisas e demais negócios financeiros envolvendo ações, títulos públicos e privados, derivativos e outros potenciais instrumentos de transferências de recursos orçamentários das nações atrasadas para os países imperialistas centrais. Durante a década de 1970 no Brasil em particular a entrada de capitais externos ocorreu através de procedimentos financeiros fraudulentos onde diversos recursos não chegaram aos cofres públicos como deveriam e ao mesmo tempo o ônus dos tais empréstimos foram transferidos para o Estado brasileiro e conseqüentemente para o povo pela via do endividamento público e ao mesmo tempo na forma da ausência de políticas públicas necessárias ao desenvolvimento econômico e social da sociedade. A situação que envolve o aumento da pobreza e da desigualdade social no Brasil pode ser constatada através da comparação entre altos índices de crescimento econômico com aumento da riqueza da classe dominante brasileira de um lado e da degradação social do outro exacerbado pela explosão da dívida pública do final da década de 1970 combinada com um surto hiperinflacionário crônico.

Os bancos centrais nessa fase do capitalismo financeiro global tiveram um papel decisivo no processo de intermediação do fluxo de capital transferindo renda e recursos orçamentários do Estado para as classes dominantes domésticas e internacionais pelos diversos instrumentos da política econômica. O Banco Central brasileiro nasceu com o propósito de servir aos interesses do imperialismo na forma de capital financeiro e estabeleceram para isso um conluio com as classes dominantes nacionais nos países dependentes. A criação de uma maior infraestrutura nacional, o aparelhamento militar como forma de controle e salvaguarda de segurança interna contra as

insurgências democráticas e o financiamento e transferência de capital para as corporações internacionais em conluio com a cartelização bancária fizeram expandir a riqueza dos grupos dominantes e a explosão da desigualdade socioeconômica no país. As elites financeiras estratégicas do Estado na composição tecnocrática do Banco Central permitiram o acúmulo de capital dos bancos privados nacionais e internacionais e modificaram a estrutura da economia brasileira entre o regime autoritário e a redemocratização.

A reforma no sistema tributário ocorrida concomitante a reestruturação do sistema financeiro contribuiu também em grande medida para expandir de forma ainda mais acelerada os ganhos da classe dominante com incentivos fiscais para as corporações estrangeiras e de outro o empobrecimento da maioria da população que arcava com todos os ônus da política econômica e do modelo tributário, e, portanto, cabe uma consideração importante para que possamos compreender melhor o contexto da desigualdade brasileira.

Segundo Oliveira (1995, p. 34):

O sistema não fora estruturado para lançar o ônus tributário sobre as altas rendas e sobre o capital e menos ainda sobre determinados setores como o financeiro e o agrícola. Sua grande fonte de recursos assentava-se na classe assalariada e essa encontrava-se, reconhecidamente, esgotada. Impunha-se, diante de tal situação, a necessidade de estancar a criação de novos incentivos, embora se tenha procurado manter os programas existentes e, ao mesmo tempo, abrir novas frentes de captação de recursos. Impunha-se também a necessidade, mesmo porque as pressões eram crescentes, de adotar medidas que contribuíssem para aliviar as dificuldades financeiras das esferas da federação, dando-se alguns passos para descentralização das decisões sobre matéria de política tributária.

Assim, além de perder eficiência como ferramenta da acumulação já em meados da década de 70, o sistema fiscal apresentaria sérias distorções tanto no tocante à distribuição do ônus tributário entre os membros e setores da sociedade quanto no que diz respeito à distribuição dos recursos entre as esferas da federação, colocando estados e municípios em situação financeira extremamente delicada. Ademais, dada a orientação da política econômica em busca de crescimento acelerado, a estrutura dos gastos públicos adquiriria perfil bastante perverso, dado que predominantemente destinados para os setores de infraestrutura econômica, ainda por outro lado, dada a natureza do Estado, crescentemente para a área de defesa e segurança nacional.

Entre os planos nacionais de desenvolvimento I e II e contraditoriamente no auge do denominado milagre econômico brasileiro a economia brasileira apresentava uma série de distorções entre os Estados da federação, entre as classes sociais e evidentemente entre as prioridades dos gastos públicos em infraestrutura e em defesa nacional em detrimento de políticas públicas sociais. Nesse momento como havíamos dito o setor financeiro se expandia na direção do seu desenvolvimento no que tange

a sua relevância como intermediador do processo de acumulação de capital. Os bancos centrais tornam-se ainda mais estratégicos para os países desenvolvidos, também dependentes, onde a concentração bancária nesse período inicia sua trajetória de vigor oligopolista.

De acordo com Mendes (1993, p. 2-4):

O Sistema Financeiro Nacional possibilitou a geração de créditos internos em escala significativa ao longo dos períodos em que o ciclo econômico se mostrou ascendente. Por exemplo, durante o "milagre econômico", de 1966 a 1974, os empréstimos ao setor privado evoluíram mais de 600% em termos reais. No entanto, foi a entrada líquida de capitais externos até 1981, via empréstimos em moeda, a principal modalidade de financiamento de longo prazo encontrada pela economia brasileira. Nos anos 70, a entrada de recursos externos através da Lei 4.131 (captação direta no exterior) e da Resolução 63 (captação externa através da intermediação de um banco brasileiro) foi, em média, equivalente a duas vezes o total dos créditos gerados a partir de fontes internas tradicionais de financiamentos de longo prazo. Como o endividamento proporcionou ao país uma situação de liquidez extremamente folgada, nos anos 70, a poupança doméstica pôde ser direcionada para o financiamento do capital de giro das empresas. Já o atendimento da demanda de crédito para investimento foi transferido ao setor externo e, subsidiariamente, aos organismos oficiais internos de financiamento. A partir dos anos 80, com o estrangulamento de natureza externa e a inflexão do ciclo econômico, o crédito doméstico ao setor produtivo contraiu-se drasticamente. O montante das operações registradas ao final de 1980 representava apenas a metade, em termos reais, do nível alcançado em 1978. Enquanto isso, pelo lado dos haveres financeiros em circulação na economia, observava-se um significativo incremento da emissão de títulos governamentais. Na última década, o sistema financeiro, atado às necessidades crescentes de recursos para lastrear a dívida pública interna governamental, vivenciou um processo de sofisticação e, ao mesmo tempo, de descaracterização de suas principais funções. Ele deixou de intermediar recursos para as esferas produtivas e transformou-se no principal instrumento de rolagem da dívida mobiliária estatal.

A abordagem do autor corrobora com a descrita nesse contexto do início da década de 1970 em relação à natureza do endividamento externo seguido de um forte estrangulamento da economia brasileira já no início da década de 1980. O endividamento brasileiro migra de uma condição de devedor externo na década de 1980 para o de devedor da dívida pública interna na década de 1990 devido primeiramente à dependência do capital externo e segundo pela forma como financiou os recursos para o pagamento do passivo externo.

O autor demonstra com clareza o aumento bastante volumoso do capital financeiro nesse período e a dependência da economia brasileira via financiamento externo se tornou cada vez mais uma armadilha financeira. A reforma tributária regressiva, as disparidades entre os Estados da federação quanto ao recebimento dos recursos e os ganhos de investimento de capital evoluíram até o final do milagre eco-

nômico para uma situação de grande desigualdade socioeconômica, além do estrangulamento da economia brasileira que leva o país a recessão econômica da década de 1980.

De acordo com Souza (2005, p. 313):

A vitória do grupo de Geisel sobre a linha dura e a oposição nacional--democrática, no processo de escolha de seu sucessor, não foi uma vitória completa. Para reunir o apoio necessário à escolha do novo presidente, teve que fazer tantas concessões que terminou por optar por um nome, o do general Joao Baptista Figueiredo, ex-chefe do SNI, que não estava inteiramente comprometido com seu projeto, sobretudo o econômico, condensado no II PND, que, como vimos no capítulo anterior, visava o desenvolvimento autônomo do país. Ele não tinha a menor tradição de compromisso com as correntes nacionalistas das Forças armadas e por isso dificilmente conseguiria resistir às pressões para mudar a trajetória do II PND. Foi assim que, diante das primeiras dificuldades, seu governo terminou optando por um caminho oposto ao trilhado pelo II PND, o caminho do ajuste estrutural, isto é, o aumento da subordinação externa da nossa economia, que levou a uma brutal recessão de fins de 1980 ao começo de 1984 e inaugurou um longo período de estagnação da economia nacional, hoje conhecido como o período das décadas perdidas.

O projeto nacional desenvolvimentista na versão do regime ditatorial que começou no final da década de 1960 na presidência do general Médici com o PND I e com continuidade no governo Geisel pelo PND II foi abortado antecipadamente pelo general Figueiredo no final da década de 1970 na transição para o último governo dos militares. No mesmo ano da posse de Figueiredo duas abruptas situações adversas na economia mundial modificou o panorama da economia nacional. O segundo choque do petróleo de 1979 e o aumento brutal da taxa de juros estadunidense fez a economia brasileira se retrair aumentando os custos e ao mesmo tempo impactar na dívida externa brasileira fazendo com que ela fosse às alturas. Essas situações externas e ainda a não preferência pela continuidade do PND II com preferência pelo pagamento do passivo externo colocou o país de joelhos na recessão econômica em consonância com a escalada da hiperinflação inaugurando o fenômeno econômico denominado de estagflação.

Nesse ponto de imbricação devemos concentrar nossos esforços na direção da compreensão do desenvolvimento do capitalismo na crise estrutural do próprio capital no contexto da incipiente ordem da globalização econômica e financeira do imperialismo. A crise de acumulação capitalista levou os países centrais a desenvolveram uma política mais severa de abertura comercial, desregulamentação e liberalização financeira e expropriação dos países dependentes com acentuado grau de superexploração do trabalho internamente e principalmente externamente na dinâmica da

competição capitalista por mercados na economia política monopolista. O neoliberalismo passa ser construído como ideologia e retórica no novo enquadramento político e econômico internacional comandado pelos EUA do presidente Ronald Reagan e pela Inglaterra de Margareth Thatcher. No caso brasileiro o choque do petróleo realizado pelo cartel da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) as súbitas elevações da taxa de juros nos EUA e a mudança governamental no passar dos bastões do poder entre os generais no regime autoritário. Impulsionaram a crise econômica e fiscal brasileira, assim como em grande parte da América Latina.

De acordo com Afonso e Souza (1977, p.124-25):

Já vimos que uma das características básicas do presente estágio da acumulação capitalista no Brasil é que, por causa do baixo volume de poupança agregada interna, o sistema econômico tem que endividar-se com o capital multinacional para poder implementar o presente modelo de desenvolvimento. Por outro lado, como esse tipo de desenvolvimento não toma em conta a necessidade de otimizar a alocação de recursos de acordo com os interesses do sistema econômico como um todo, a integração funcional da economia nacional ao mercado mundial (com suas consequentes flutuações) é enfatizada, um fato que contribui ainda mais ao crescimento da dívida externa. Assim, o crescimento da produção interna como resultado dos fluxos massivos de capital externo não é necessariamente orientado à satisfação de necessidades internas básicas, mas sim à satisfação da demanda do mercado mundial.

A retomada do desenvolvimentismo brasileiro no regime autoritário entre o final da década de sessenta e o final de setenta, ao contrário de muitas abordagens que consideram a decisão dos militares brasileiros como sendo de ordem mais autônoma revela-se ainda mais dependente quando os seus investimentos dependem em grande medida do capital externo. Foram os deslocamentos de capital do setor real para o financeiro diante do aumento da crise estrutural do capitalismo que permitiu a absorção desse grande volume de recursos vindos do exterior para canalizar a alocação de capital em projetos de infraestrutura e aparato militar. Para implementar um projeto autônomo nacionalista necessitaria romper com o imperialismo, algo geopolítica e estrategicamente inviável na região sob a tutela dos EUA com sua órbita de influência, inserida no projeto de dominação. Devido a elevada dependência de capital externo o país não se tornou autônomo e com a súbita elevação dos juros nos EUA a dívida externa em dólares explodiu inaugurando a crise da dívida externa e a chegada da hiperinflação na década de 1980. Nesse momento o Banco Central passa a adotar os expedientes da emissão de títulos da dívida pública em larga escala e emitir moeda para pagar os empréstimos do exterior. Nesse momento de descrição do problema

estrutural do capitalismo preferimos dedicar uma atenção maior a essas abordagens de economia política e na compreensão das formas de transição da economia e da política brasileira do regime autoritário para a democracia liberal.

Os aspectos sociológicos encontrarão seus pontos de convergência analítico no segundo capítulo concomitantemente as abordagens da economia política desde o primeiro presidente do Banco Central até o último presidente do BACEN nomeado pelo presidente Fernando Collor de Mello, que primeiramente renunciou ao mandato e na sequência foi cassado pelo Congresso Nacional em 1992. A partir do governo de Itamar Franco começa a transição para a construção e implementação do Plano Real, objeto central da nossa tese que envolve a principal instituição brasileira contemporânea e seus atores estratégicos principais que atuam em conformidade aos interesses do imperialismo e da classe dominante nacional, onde muitos dos presidentes do BACEN estão inseridos.

A crise econômica e política brasileira que apontou para a anistia política de 1979 abriu espaços também para o acirramento da luta de classes no Brasil com as grandes greves do ABC paulista (1978-80), a fundação do PT - 1980 (Partido dos Trabalhadores), da CUT - 1983 (Central Única dos Trabalhadores) e do MST - 1984 (Movimento dos Sem-terra) tudo isso no bojo do projeto que demandava eleições diretas já para 1985 no contexto da redemocratização. Foi durante esse período que o Banco Central passa a obter um destaque cada vez maior em termos de poder para além da autoridade monetária institucional da moeda e avançar em termos de relevância política para dentro e para fora do Estado brasileiro e seus presidentes passam a acumular prestígio social e influência política. A partir do capítulo dois do presente trabalho de pesquisa iremos esmiuçar de forma mais específica institucional o Banco Central e seus presidentes no sentido sociológico da análise sociopolítica sempre contextualizando com os processos que envolvem a economia política do imperialismo e o papel de subserviência do Brasil enquanto nação dependente na esfera geopolítica internacional.

No caso do Banco Central na década de 1980 na transição para a redemocratização e no contexto da Constituição de 1988 várias mudanças, não apenas institucionais passam a ocorrer no aparato tecnocrático como também em termos de capacidade de decidir e praticar a política econômica brasileira na sua centralidade. Com a maior autonomia de emissão de títulos públicos o Banco central passa a alterar com

maior vigor as relações de intermediação do capital como também no sentido da administração da política econômica brasileira. As relações tecno burocrática entre o Banco do Brasil, o Tesouro Nacional e o Banco Central passam por uma reconfiguração a partir de meados da década de 1980 já no governo civil de José Sarney com a criação da secretaria do Tesouro Nacional, o fim da conta movimento entre o Banco do Brasil e o Banco Central ambas as mudanças em 1986 e claro uma mudança ainda maior a partir da promulgação da Constituição de 1988.

Segundo Corazza (2006, p. 8-9):

Iniciou-se, em 1985, um processo de reordenamento financeiro do setor público, visando tornar mais transparentes e controláveis suas contas. Foi na gestão do ministro Dornelles que as contas de caráter fiscal, embutidas no OM, passaram para o OF. Com isso, o OF começou a apresentar déficits que antes não apareciam. O passo seguinte foi dado pela equipe do ministro Fumero, através do congelamento da conta movimento do Banco do Brasil. Com essa medida, o mesmo perdeu sua função de autoridade monetária após uma luta quase secular para manter esse privilégio. Tal processo completou-se em 1987, com a unificação orçamentária. Criou-se o Orçamento Geral da União (OGU), que passou a englobar o OF, o OM e o Orçamento das Estatais. Redefiniram-se, também, as funções do Banco do Brasil, do Bacen e do Tesouro. Com o Plano Cruzado, criou-se a Secretaria do Tesouro Nacional, como caixa único de todas as despesas do Governo Federal. Em 1988, foi criado o Orçamento das Operações de Crédito, o qual, como parte integrante do OGU, passou a reunir todos os créditos antes embutidos no OM. Com a criação do Orçamento de Crédito, o Bacen perdeu sua função de fomento, embora continue como agente financeiro do Tesouro, mas sem o poder de adiantar, por conta do mesmo, recursos oficiais de crédito. O Bacen ficou, também, impedido de financiar diretamente o Tesouro, pois foi extinta a reserva monetária, que absorvia todas as pressões de gasto sobre o Executivo. A Lei Complementar no 12 foi revogada, e, com isso, o Bacen perdeu a faculdade de administrar a política de endividamento do Governo Federal. Ficou proibido, também, de emitir títulos, embora continuasse responsável pela sua colocação junto ao mercado, podendo ele definir, a seu critério, a quantidade dos mesmos em sua carteira, com vistas a poder controlar a liquidez. Com estas mudanças, o Banco Central do Brasil parece se aproximar, sob o ponto de vista institucional, do modelo de um banco central clássico. Entretanto, há uma questão remanescente dessas reformas que ainda impede a completa separação formal e a transparência das relações entre Bacen, Tesouro e sistema financeiro e dificulta ao primeiro manejar os instrumentos da política monetária. Trata-se do problema da zeragem automática. Em que consiste a zeragem automática? Já mencionamos que, pelos últimos aperfeiçoamentos institucionais, o Bacen ficou proibido de financiar o déficit do Tesouro e de comprar seus títulos no mercado primário. Entretanto, esta determinação vem sendo contornada, através do mecanismo da zeragem automática, que consiste numa operação triangular entre o Bacen, o Tesouro e o sistema financeiro, através da qual o Bacen, além de financiar o Tesouro e garantir aplicações sem risco ao sistema financeiro, inviabiliza sua própria política de controle da liquidez, através da elevação dos juros. Na prática, através desse mecanismo, “[...] o Tesouro tem um limite potencial infinito de saques sobre a autoridade monetária” (Pastore, 1990, p. 165).

A despeito das suas tecnicidades definidas no âmbito das suas mudanças legais, institucionais, operacionais e da ordem da administração da política econômica

por parte da sua principal autoridade monetária, isto é, o Banco Central do Brasil as transformações ocorridas no sistema financeiro envolvendo as três principais instituições tecnocráticas financeiras como a recém-criada secretaria do Tesouro Nacional, o Banco do Brasil e o próprio Bacen separaram umbilicalmente as relações operacionais entre o Banco do Brasil e o Banco Central e ao mesmo tempo fortaleceram ainda mais os laços de intermediação do capital com vinculações orçamentárias entre o Tesouro Nacional e o Banco Central até o momento, mesmo com a recém aprovada e sancionada independência do Banco Central no início de 2021. A criação legal-institucional do Orçamento Geral da União no marco constitucional de 1988 e a separação das atribuições entre o BACEN e o Tesouro em algumas operações também constitucionalmente não conseguiram barrar a emissão de títulos da dívida pública de maneira desenfreada e inconstitucional através de diversas artimanhas contábeis e técnicas. As emissões de títulos públicos federais e a remuneração desses mesmos títulos no mercado financeiro transformaram de vez a economia brasileira em um paraíso dos rentistas, principalmente a partir da década de 1990 na entrada do Plano Real (1994). Nos capítulos seguintes iremos explicar mais de perto como funcionam esses procedimentos sem querer entrar nos meandros técnicos, mas sempre contextualizando diante dos cenários políticos e econômicos que se apresentam e se desdobram em interfaces dinâmicas nas conjunturas nacionais e internacionais inseridas ainda na crise estrutural do imperialismo.

A partir do início da transição da globalização econômica e financeira neoliberal entre o final da década de 1970 e início de 1990 onde o setor industrial perde participação relativa na fatia do PIB mundial o setor financeiro avança rapidamente na conquista de novos e variados mercados no projeto de acumulação, reprodução e ampliação do capital com desenvolvimentos tecnológicos mais elaborados e que serão utilizados também como parte instrumental do processo de intensificação da mundialização financeira. Para os países dependentes como o Brasil o papel estratégico no Acordo de Basiléia e do Consenso de Washington do final da década de 1980 colocou o país na rota do principal porto seguro dos negócios financeiros no mundo a partir do Plano Real costurado diplomaticamente pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC – 1995-2002), onde o país sofreu uma das principais transformações no sentido da concentração bancária dos países importantes mesmo diante da lógica da dependência.

Desta forma, no capítulo dois iremos analisar sociologicamente as carreiras dos presidentes do Banco Central entre 1965 e 2021 contextualizando com os processos políticos, econômicos e sociais na órbita de influência do imperialismo e das disputas internas do poder do país atrasado e dependente. Brasileiro. Para os presidentes do Banco Central nesse período analisaremos as carreiras a partir de documentos e principalmente a partir dos depoimentos contidos nas entrevistas da coleção História Contada do Banco Central em parceria com o CPDOC da FGV concedidas e demais matérias jornalísticas e sobre os itinerários biográficos e para os presidentes do Banco Central a partir do Plano Real o nosso objeto mais específico iremos mapear as questões familiares a partir da genealogia no contexto das interpretações entre elites dirigentes e classe dominante inseridos em campos e subcampos com os capitais mais variados de cada um dos atores principais à frente do Banco Central entre 1993 e 2019 no capítulo final.

3 TRAJETÓRIAS DOS PRESIDENTES DO BANCO CENTRAL ENTRE 1965-1985: ANÁLISE SOCIOLÓGICA NO CONTEXTO POLÍTICO E ECONOMICO NO REGIME AUTORITÁRIO NA ÓRBITA DE INFLUÊNCIAS DOS CAMPOS, SUBCAMPOS E CAPITAIS DE INFLUÊNCIA E DOMINACAO

Neste capítulo trataremos de construir o objeto de pesquisa pela linha teórica expositiva que envolve a abordagem marxista da explicação sociológica das formas de controle e acumulação de poderes por parte da classe dominante e sua devida distinção com a visão dos espaços de poder ocupados pelas elites de forma geral, e, especificamente para esse trabalho das elites financeiras tecnocráticas que também podem adquirir alguns capitais relevantes de poder conforme Bourdieu. Se muitos dos capitais são adquiridos e acumulados pelas elites mais bem posicionadas nos campos e subcampos de poder mais importantes, como no caso do setor financeiro e da tecnocracia do Estado amplo, mesmo em países de economia dependentes como o Brasil, no caso da classe dominante muitos desses capitais são herdados historicamente e muitos desde os tempos coloniais no caso brasileiro.

Essa distinção entre elites e classe dominante remete a um importante debate teórico, lastreados academicamente em alguns casos em demonstrações empíricas, trazendo constatações reveladoras da existência dos poderes herdados e conquistados da classe dominante analisada em questão, apesar desses debates e discussões acadêmicas sempre estarem sujeitos a questionamentos epistemológicos dos mais variados.

Sendo assim, pretendemos nesses primeiros momentos fazer algumas considerações a esses aspectos relevantes, assim como a abordagem importante sobre o conceito de capitais diversos em Bourdieu, assim como a noção de campo e subcampo como espaço de poder onde as disputas aparecem, as distribuições de poder e suas variadas formas de compartilhamentos ou trocas simbólicas nas interações sociais interna e externamente ao campo e subcampo onde agentes estão em permanente movimento. Para o objeto Banco Central e seus presidentes nesse capítulo específico (1965-1985) procuramos explicar que a mais importante instituição econômica brasileira da atualidade na sua fase embrionária e de transição do regime autoritário para a democracia republicana conseguiu se tornar o maior exemplo de um objeto sociológico que explica a articulação entre uma instituição chave do Estado capitalista com suas elites tecnocráticas financeiras estratégicas que atuam dentro de

um campo e subcampo com diversos capitais a administrar no interior do espaço social de poder econômico, político e cultural.

Muitas dessas elites pertencem também à classe dominante seja tradicional ou emergente devido ao tamanho do seu poder de influência e dominação e sua permanência social consolidada com graus elevados de status, prestígio, *ethos* histórico, capacidade de alterar resultados com múltiplas conexões das mais diversificadas. Muitos desses indivíduos pertencentes a essas elites estratégicas e a própria classe dominante advém de famílias históricas⁶ da grande tradição colonial e outros são provenientes de grupos da grande imigração do final do século XIX e ainda do final do pós-segunda guerra mundial.

Esses elementos definem e se diferenciam sociologicamente no que tange a comparação analítica entre classe dominante e elite, que apesar de se diferenciar por alguma qualidade e virtude dentro de um campo e subcampo específico não garante a permanência nos espaços sociais que exigem a obtenção de um poder maior garantidor, como um passaporte para um clube ainda mais fechado e restrito onde somente uma determinada oligarquia ou plutocracia garante a permanência no controle e processo decisório que ratifica a conquista do poder de dominação, o que torna essa diferença entre elites e classe dominante mais nítida devido a uma profundidade e coesão social maior por parte desta última.

Para essa abordagem nesse capítulo iremos analisar a trajetória dos presidentes do Banco Central utilizando as entrevistas concedidas por eles próprios, algumas matérias de jornais e revistas, sites da internet e outros documentos dos arquivos da fundação Getúlio Vargas também conhecidos como arquivos dos CPDOCS. Para esse capítulo consideramos relevante apresentarmos esses atores do regime autoritário compreendendo que partimos da hipótese de que estão enquadrados como elites tecnocráticas financeiras estratégicas a serviço do imperialismo e da classe dominante nacional. Para o capítulo quatro e último deste trabalho utilizaremos o instru-

⁶ O núcleo duro e originário da classe dominante no Brasil passa necessariamente pelas famílias históricas onde o seu poder está lastreado sob a égide da posse da terra. De acordo com Oliveira (2000, p. 37): “O grupo social superior que tem direito às sesmarias em função de seus cabedais e escravos, passa a formar as estruturas elementares do poder político local no Brasil Colônia. Nos documentos antigos, é referido como “a nobreza da terra”, “as principais famílias da vila” ou detém o conceito de “homens bons”. Este grupo social de origem heterogênea era composto de diferentes matrizes sociais.

mental prosopográfico em uma perspectiva onde a genealogia irá verificar se os capitais de alguns desses presidentes foram herdados e estabelecidos a partir das famílias detentoras de mais e melhores capitais de dominação.

3.1 RECORTANDO O OBJETO DE PESQUISA: BANCO CENTRAL NA PERSPECTIVA INSTITUCIONAL DA ECONOMIA POLÍTICA NO LIMAR QUE ANTECEDE A ABORDAGEM SOCIOLÓGICA DOS PRESIDENTES DO BACEN (1965-1985)

Nesse capítulo apresentaremos uma discussão contextualizada que envolve a trajetória dos presidentes do Banco Central do Brasil desde o primeiro a tomar posse logo após o início da reestruturação do sistema financeiro nacional em abril de 1965 (um ano após o golpe civil-militar-empresarial de abril de 1964 até o início do governo civil na gestão do presidente José Sarney.

Desta forma, procuramos justificar a relevância desse trabalho de tese a partir de alguns eixos norteadores, como a importância institucional do Banco Central para o Estado brasileiro e o sistema financeiro nacional e também internacional já que o Brasil se tornou ao longo da história uma das nações mais importantes geopoliticamente, apesar do seu atraso e nível de dependência externa. Outro aspecto relevante diz respeito aos presidentes do Banco Central já que se trata de uma instituição chave estratégica do desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo do processo de intermediação do capitalismo financeiro nacional e estrangeiro e que dá sustentação a acumulação, reprodução e ampliação do capital em larga escala na fase imperialista sobre a administração do início do modelo neoliberal da globalização econômica e financeira.

Sendo assim, as elites responsáveis pela elaboração, controle, formulação e administração da política econômica brasileira precisam ser escolhidas pela classe dominante no interior do aparelho de Estado e em torno dele. Essas elites adquirem e acumulam capitais que permitem a elas ascenderem socialmente e passarem pelos filtros de acesso aos espaços do poder decisório como administradores do capitalismo de Estado. Sociologicamente esses capitais foram adquiridos pela herança familiar, pela ascensão acadêmica ou talvez política e em alguns outros casos pela inserção em atividades econômicas importantes que permitiram obter acesso a determinadas instituições e na interação social estabelecendo vínculos de acesso sociais.

Pretendemos buscar informações que permitam a identificação desses indivíduos ao longo das suas trajetórias, compreendendo a dinâmica de suas interações nos diversos espaços sociais, onde existem múltiplos ambientes acadêmicos e culturais, processos econômicos de interação, circuitos políticos institucionais. Os campos e subcampos na sociedade estão repletos de aspectos simbólicos onde disputas, conflitos e trocas se estabelecem e definem os agentes de interlocução de poder e as próprias classes sociais. Em que medida essas elites tecnocráticas que operam na intermediação financeira estão a serviço dos interesses do Estado ou da própria sociedade e como privilegiam seus próprios interesses e dos grupos dominantes internos e externos são questões importantes que a análise sociológica desses presidentes pode contribuir para elucidar. A elaboração e operacionalização técnica das atividades relacionadas à esfera do Banco Central e seus demais vínculos e interações são elementos constitutivos na identificação e análise dessas práticas institucionais.

Pretendemos nesse capítulo construirmos teoricamente o alicerce explicativo de uma série de conceitos e interpretações sociológicas lastreadas em grande medida junto a autores como Marx, Bourdieu e pesquisadores brasileiros como Gorender, Faoro, Oliveira, Souza, Bertaux, entre outros e que possam contribuir para sedimentar o terreno teórico e empírico para a apresentação dos presidentes do Banco Central entre 1965-1992 com a análise sociológica das suas trajetórias ao longo da história.

3.2 ABORDAGEM TEÓRICA E CONCEITUAL ENVOLVENDO CAMPO, SUBCAMPO E CAPITAIS DE DOMINACAO NA ANÁLISE SOCIOLÓGICA

Nesse caso forjo a expressão capitais de dominação como sendo todas as formas de capitais que os indivíduos das elites e da classe dominante possuem com o objetivo de controlar os recursos ao seu favor conforme os interesses em disputa. O poder econômico, político e social advém da concentração de diversos desses capitais nas mãos dos potentados indivíduos pertencentes as altas rodas das classes sociais mais abastadas. O capital econômico por exemplo ele advém em grande medida historicamente da exploração do trabalho, da concentração de terras e de recursos diversos, além do próprio controle dos aparelhos de Estado e que em grande medida se perpetuam por gerações em favor de famílias ricas e de prestígio social. A análise sociológica que envolve as relações de poder e dominação procura para esse objeto de estudo e pesquisa explicar como o Estado capitalista utiliza as instituições

e seu aparato tecnocrático com seus atores principais à frente das instituições. Algumas instituições são consideradas chaves do poder do Estado e servem como alicerces de um amplo sistema de dominância global na fase imperialista de acumulação de capital como é o caso do Banco Central. Desta forma, cabem importantes incursões teóricas e metodológicas acerca da construção desse trabalho acadêmico que tem por objetivo demonstrar o funcionamento da mais importante instituição econômica e financeira brasileira contemporânea.

Nesse capítulo iremos apresentar os principais atores à frente do Banco Central que são seus presidentes entre 1965-1985 com o objetivo de comprovar a hipótese de que a grande maioria desses atores que pertencem a uma elite tecnocrática financeira estratégica são potentados detentores de capitais dos mais variados segundo Bourdieu. Muitos deles, além de pertencerem a uma elite tecnocrática são em grande medida indivíduos membros de uma classe dominante que assume funções no Estado capitalista a serviço dos interesses dos mesmos grupos dominantes as quais pertencem e outros que orbitam em torno dos poderes de Estado, segmentos empresariais robustos e corporações multinacionais e transnacionais do setor real da economia (bens e serviços) e do mercado financeiro.

Entre esses capitais estão àqueles relacionados ao poder econômico, a capacidade de influenciar e decidir dentro de um determinado espaço sociopolítico, a inserção e permanência junto ao campo educacional, cultural e institucional acadêmico, inclusive por gerações repassando hereditariamente as suas posses materiais e simbólicas incorporadas pelo ethos de classe, adquiridas e lapidadas historicamente pelas suas carreiras, formações escolares e interações sociais em circuitos de altas rodas entre os mais privilegiados. O campo político atravessa os três poderes da república e muitas vezes se confunde também com o das forças armadas no caso brasileiro do regime autoritário entre esse período em que o Banco Central é criado e se desenvolve.

No caso brasileiro vale destacar, recordando Raimundo Faoro algumas características do Estado desde a sua formação colonial onde em alguns momentos constata-se que muitos desses potentados indivíduos além da posse da terra assumem funções nos aparelhos de Estado e se diferenciam de grande parte da sociedade por construírem carreiras duradouras nas instituições consolidando posições privilegiadas e repassando a muitos dos seus membros familiares a homologação de cargos prati-

camente hereditários. Apesar desses elementos estarem imbricados desde a fundação do Estado, ocorrem concomitantemente formações sociais dominantes a partir da exploração de negócios relacionados ao tráfico de escravos e a venda de matérias primas para as demais nações mercantilistas. Desta forma encontramos uma ordem estamental combinada com uma incipiente forma capitalista a partir do comércio na sua formação embrionária pré-capitalista.

Esse conceito de estamento também nos interessa para definimos algumas das principais características da classe dominante brasileira, em particular quando assumem o controle dos aparelhos de Estado mais importantes. No caso dos poderes de alguns indivíduos inseridos no interior dos aparelhos institucionais tecnocráticos os privilégios adquiridos e até compartilhados entre os membros de seu vínculo familiar e até nas suas formas de reciprocidade só podem ser compreendidos com maior profundidade quando mergulhamos em outros aspectos subjetivos da vida social além do econômico ou concomitante a este. Portanto, isso nos remete a algumas considerações importantes que podemos trazer para essa discussão que envolve as elites estratégicas do poder do estado e até a própria classe dominante, inclusive na sua gênese histórica.

Segundo Hirano (2002, p. 52-53):

Em todas as épocas, outro aspecto frequentemente decisivo, por meio do qual o estamento selecionava e seleciona seus componentes, foi a participação política, ou situação de classe. No momento em que escrevia, Weber já considerava que esta seria o fator predominante, pois, decerto, a possibilidade de um estilo de vida esperado para os membros de um estamento é, em geral, economicamente condicionada. Os privilégios e monopólios de bens e oportunidades ideais e materiais, no entender de Weber, são considerados *típicos*. É claro que os monopólios materiais proporcionam os motivos mais eficientes para a exclusividade de um estamento, embora, em si mesmos, eles raramente sejam suficientes, quase sempre exercem alguma influência. Mais adiante, acrescenta. Com o crescente fechamento do estamento as oportunidades preferenciais convencionais de emprego especial transformam-se num monopólio legal de cargos especiais para grupos limitados. Certos bens se tornam objeto de monopolização pelos estamentos. No que se refere às condições e efeitos econômicos da organização estamental, temos, de acordo com a análise weberiana, o seguinte: a) não-necessidade de qualificação das pessoas que se empregam como assalariadas em oposição ao princípio da distribuição de poder regulada exclusivamente por intermédio do mercado, b) estrangulamento do livre desenvolvimento, ocasionado pela monopolização dos bens, seja ela legal ou convencional. Em suma, chama-se estamento a um conjunto de homens que, dentro de uma associação, reclama de um modo efetivo uma condição estamental exclusiva – e eventualmente, também, um monopólio exclusivo de caráter estamental. E uma sociedade se chama estamental quando sua articulação social se realiza segundo estamentos.

Para o caso brasileiro esse objeto de estudo e pesquisa mesmo em 2021 reflete uma longa tradição dos poderes instituídos desde a Coroa portuguesa quando impõe a formação social brasileira desde o seu nascedouro a partir do seu patronato político ibérico do tipo português conquistador uma organização que combina formas híbridas entre o estamento duradouro e a ascensão do capitalismo comercial em constante movimento permitindo o desenvolvimento de uma sociedade de capitalismo dependente *sui generis*.

Se observarmos com o devido cuidado a tecnoburocracia brasileira dos aparelhos institucionais do Estado iremos compreender que os privilégios de classe estão presentes desde a formação histórica da classe dominante brasileira que está disposta no interior do Estado nos diversos dos seus poderes republicanos, assim como também nos seus negócios privados que de forma simbiótica se organizam em uma engenharia sociopolítica no sentido da manutenção, reprodução e ampliação de seus privilégios e poderes.

A distinção entre elites e classe dominante para o caso brasileiro encontra um desafio teórico talvez ainda maior devido à complexidade social desse país, onde a mobilidade social é restringida por obstáculos impostos pela ordem estamental com filtros para a ascensão social que obstaculizam ainda mais a entrada de grupos minoritários a espaços de inserção social. O capitalismo dependente brasileiro pode ser explicado também através da nossa formação social histórica onde os privilégios foram sendo hermeticamente fechados para grande parte da população que até pouco tempo era escravizada e muito empobrecida.

O capitalismo dependente brasileiro foi forjado nessa formação sócio-histórica onde a relação entre as elites e a classe dominante com suas frações de classe encontrou em grande medida uma forma organizacional pactual, mesmo diante dos eventuais conflitos e suas contradições. Para efeito desse trabalho faz-se necessário novamente levantar essa discussão teórica pertinente de como compreender as diferenças e simbioses entre as elites políticas e tecnocráticas e a classe dominante brasileira e em algum nível macro estruturante em conluio com o imperialismo. Esse debate que encontrou em campos opostos de abordagem, a teoria das elites e o marxismo contribui para explicar o fenômeno sociológico que abrange as relações de poder e dominação no Estado capitalista.

De acordo com Codato e Perissinotto (2008, p. 8-9):

Nicos Poulantzas (1982; 1986) atacou o despropósito teórico e político que consistia em trazer, para o interior do marxismo, a “problemática” das elites políticas. Os termos dessa recusa eram, resumidamente, os seguintes: (i) o funcionamento do Estado capitalista e o seu caráter de classe devem ser explicados a partir dos vínculos objetivos existentes entre essa estrutura específica e a sociedade capitalista; (ii) desse ponto de vista, os indivíduos que controlam os principais postos do aparelho estatal (a burocracia), independentemente de sua origem social, crenças coletivas e motivações subjetivas, estão destinados a reproduzir a “função objetiva” do Estado, que consiste em manter a coesão de uma formação social baseada na dominação de classe; (iii) conclui-se, então, que as questões centrais para o pesquisador de orientação marxista devem ser “que relações sociais o Estado reproduz?” e “com que fins?” e não “quem governa?”, “quem decide?”, “quem influencia?” etc., já que o que importa, na realidade, são os efeitos objetivos das decisões políticas e não as intenções subjetivas dos decisores. Por essa razão, Göran Therborn afirmava que uma teoria marxista da dominação deveria aplicar ao mundo da política a mesma problemática que Marx aplicara à estrutura econômica, isto é, a “problemática da reprodução”. O Estado, enfim, é definido e explicado por aquilo que ele reproduz e não pela natureza de seus ocupantes (THERBORN, 1989, p. 155-157). Mesmo que se aceite a afirmação segundo a qual os efeitos das decisões tomadas pela elite política não correspondem às intenções originais dos seus membros – e não é preciso ser adepto do marxismo estruturalista para acatar essa evidência –, ainda assim a natureza da elite (seus perfis sociais, atributos profissionais, valores mentais) pode vir a ser um fator importante para a explicação dos fenômenos políticos. Imagine-se, apenas a título de hipótese, uma elite política formada por indivíduos oriundos de um mesmo grupo social, socializados nas mesmas instituições escolares ou profissionais e que, portanto, partilham da mesma visão de mundo. Imagine-se ainda que os membros dessa elite controlem as principais posições no Estado e tenham de, a partir daí, tomar decisões com relação, por exemplo, à política industrial. Por fim, suponha-se que essas decisões acabem produzindo consequências objetivas que não correspondam aos propósitos iniciais dos “planejadores”. Ora, mesmo nesses casos seria prudente imaginar que os efeitos produzidos poderiam ter sido outros caso a decisão fosse diferente em função de serem diferentes os decisores. O fato de o resultado final não corresponder às intenções iniciais dos agentes não elimina a relação causal entre ambos os fenômenos. Admitindo hipoteticamente essa correlação, evitamos cair tanto no “voluntarismo”, que consiste em afirmar que as elites políticas modelam o mundo de acordo com suas intenções e concepções, como naquilo que Ralph Miliband chamou de “superdeterminismo estrutural” (MILIBAND, 1970, p. 238).

Encontramos nessas passagens elementos centrais do nosso objeto de estudo e pesquisa – o Banco Central do Brasil já que definimos de largada a explicação do fenômeno sociológico que estabelece um vínculo estreito entre agentes da tecnocracia estatal e as instituições as quais estão vinculados pela via teórica argumentativa marxista. No caso específico dessa estratégica instituição do Estado capitalista dependente as elites tecnocráticas formulam e administram esse aparato estatal a partir de decisões tomadas de conjunto e de acordo com a ideologia, valores e racionalidade técnica dessas elites e da própria classe dominante compartilhados entre si, já que são formados desde a base na concretude das suas relações sociais estabele-

cida pelas suas interações no interior do campo e do subcampo, onde são internalizados valores sociais, econômicos, políticos e culturais que balizam comportamentos e ações na ordem subjetiva e objetiva da vida social. Compreendemos a priori que se estabelecem interações sociais dentro desses espaços onde os campos e subcampos se localizam repletos de capitais em disputa e conciliação e que daí são forjados e lapidados os agentes interlocutores e administradores nas organizações privadas e nas instituições públicas e republicanas nos três poderes e nos seus diversos entes federados.

Para assumirem cargos de confiança nas principais esferas da administração pública, empresas privadas e instituições do Estado capitalista torna-se necessário passar pelos filtros sociais pelos quais as estruturas dominantes da sociedade controlam as suas formas organizacionais. No caso do Banco Central e outras instituições de grande porte e relevância no contexto e na dinâmica capitalista quem assume a administração e controle decisório não o faz de forma autônoma e em desacordo com os interesses da classe dominante e do capitalismo de conjunto. De forma estrutural o capitalismo necessita controlar o sistema político, econômico e social onde as elites políticas e tecnocráticas estão inseridas e carregadas de diversos capitais ao longo das suas formações, sejam estas acadêmicas, profissionais, culturais e gerenciais no campo dos negócios públicos, nos estamentos militares e jurídicos, assim como nas interlocuções políticas como representantes parlamentares junto aos interesses da burguesia nacional e estrangeira.

Partimos do ponto que existem duas formas gerais de compreendermos a construção das elites e da classe dominante. No que tange a primeira as elites estão limitadas pela sua incompletude no que diz respeito a posse dos capitais atribuídos a essas, já que em muitos aspectos as elites conquistaram seus capitais através da posse de atributos acadêmicos com portas de entrada junto a campos e subcampos abertos pelos já estabelecidos anteriormente ou junto a conexões estreitas através do grau de confiança que conquistaram por razões diversas, seja por qualificações técnicas específicas e politicamente bem distribuídas como também exercendo funções operacionais no aparato político. Cabe lembrar a questão importante levantada por Hirano a partir das leituras de Max Weber onde as posições privilegiadas na órbita do Estado são em grande medida conquistadas não pela competência técnica ou científica, mas sim pelo grau de inserção em campos e subcampos nas indicações políticas no interior de uma ordem estamental.

Para o caso das elites políticas ou tecnocráticas a soma e o grau elevado de conteúdo dos capitais geralmente não são suficientes para serem comparados a classe dominante, já que no caso dessa segunda forma os capitais não são apenas conquistados ao longo das suas trajetórias, mas sim herdados e garantidos na gênese do Estado brasileiro desde a colônia passando por gerações e vínculos familiares que desde o início assumem funções das mais importantes no Estado e detêm negócios privados geralmente estabelecidos pelas conexões que se acumulam e reproduzem em campos e subcampos com capitais de grau muito elevado, coesos e estabelecidos e compartilhados entre gerações.

De acordo com Bourdieu (2008, p. 79):

Seria possível construir um esquema semelhante para cada uma das espécies de capital possuído na origem e no momento de observação (capital econômico, cultural, social) e, em seguida, definir o universo dos casos possíveis da relação entre o capital de origem (definido no seu volume e estrutura) e o capital de chegada caracterizado do mesmo modo (assim, teríamos, por exemplo, os indivíduos que estão em declínio em relação a todas as espécies de capital ou em declínio em relação a uma só espécie e em, ascensão para as outras – reconversão, etc.) Basta apurar, suficientemente, a análise das espécies de capital (opondo, por exemplo, no interior do capital cultural, subespécies, tais como o capital literário, científico e jurídico-econômico) ou a análise dos níveis para encontrar, de novo, em toda a sua complexidade, assim como em sua multiplicidade quase infinita, cada um dos casos empiricamente constatados. Para conseguir o máximo de rigor, conviria levar em consideração, por um lado as mudanças estruturais, tais como a desvalorização dos diplomas nominais que pode ser observada nos períodos em que, à semelhança do que ocorre atualmente, intensifica-se a utilização do sistema escolar.

No caso específico para o Brasil, que desenvolveu sua estrutura capitalista dependente e desigual o capital acadêmico ainda remete a uma elite, principalmente se compararmos as disparidades entre as universidades públicas mais elitizadas em relação a maioria das demais do setor privado, somado ao fato de grande parte dessas elites estratégicas de Estado obterem seus diplomas de graduação e pós-graduação (mestrado, doutorado) em universidades qualificadas e de prestígio no país e no exterior, como é o caso particular dos indivíduos que ocupam cargos relevantes no Banco Central. O volume e a estrutura desses capitais devem ser analisados na sua origem e a maneira pela qual essas elites e a própria classe dominante conseguem reconverter capitais em sentido de declínio referentes a determinados campos e subcampos específicos. Para as elites os capitais são adquiridos ou conquistados com muito esforço e empenho não necessariamente no sentido meritocrático atribuído à

competência técnica ou científica, mas principalmente pela luta cotidiana para conseguirem se manter, e se possível, galgar posições nos espaços sociais.

As elites estratégicas para esse objeto de pesquisa específico sempre mantiveram um grau elevado de aderência aos projetos de interesse da classe dominante nacional e estrangeira e cabe responder a provocação importante de Codato e Perissinotto acerca da maneira pela qual as elites podem se desprender ou não dos interesses gerais ou específicos da classe dominante. Daí a nossa hipótese preliminar de que essas elites não se autonomizam ou desprendem da classe dominante, já que desde a raiz estão vinculadas por ordenamentos subjetivos e objetivos que os capitais nos seus conteúdos estruturantes já carregam no seu germe desde o instante que eles são incorporados numa gama enorme de processos constitutivos engendrados num amplo sistema de valores e ainda enquadrados especificamente de acordo com os respectivos campos e subcampos que atuam internamente aos espaços sociais nas instituições.

A classe dominante na sua origem se distingue através de aspectos relacionados a sua formação de base, antes mesmo da aquisição de determinados capitais específicos, geralmente a partir dos graus escolares obtidos ao longo das suas trajetórias e suas capacidades de reconversão ou não de acordo com mudanças estruturais ou adversidades conjunturais gerais ou específicas como no caso das elites no sentido geral. A classe dominante internaliza ou incorpora valores transmitidos geralmente através de gerações por vínculos familiares hereditários e que são históricos, muitos desses já seculares, e outros mais recentes, constituídos por grupos emergentes, e que geralmente ocorrem pela reconfiguração transitória entre regimes políticos ou revoluções burguesas que pelo menos parcialmente se opõe a formações oligárquicas mais tradicionais.

Tanto os agentes tecnocráticos do Estado brasileiro ao qual também denominamos para fins desse trabalho de elites estratégicas institucionais atingiram um estágio de poder, status, prestígio de acordo com o nível de capitais conquistados ao longo das suas trajetórias e carreiras específicas dentro e fora dos aparelhos de Estado quanto principalmente as classes dominantes já bem-posicionadas internalizaram costumes e práticas típicos de grupos privilegiados na sociedade brasileira.

Segundo Goulart (2014, p. 42): “Estes aspectos intrínsecos aos agentes, chamados por Bourdieu de *habitus*, conseguem manter suas posições e garantir, assim, os seus interesses no *jogo*, mesmo diante de situações políticas inesperadas”.

Para esse trabalho denominamos de elites um grupo específico de tecnocratas inseridos num dos principais aparelhos estratégicos do Estado brasileiro responsável pela política econômica e pelo processo de intermediação do capital financeiro no país e para fora dele. Esses presidentes do Banco Central são detentores de densos capitais e assim como algumas elites compostas por políticos profissionais conseguem adentrar e até pertencer às complexas estruturas da classe dominante ou no mínimo ser seus representantes próximos e de suporte a manutenção de seus interesses. Nesse sentido Goulart afirma a partir da leitura de Bourdieu que esses indivíduos assimilam um *habitus* de classe que lhe permitem interagir social e politicamente num jogo que conduz a conflitos e conciliações visando reproduzir objetivamente interesses dos grupos dominantes como suas elites representantes e dentro das contradições as frações da classe dominante que disputa espaços de inserção e poder político e econômico.

Reiteremos a nossa posição na análise sociológica de que existem vários estratos de elites, mas aquelas que nos interessam para o objetivo desse trabalho dizem respeito àquelas que se aproximam e se confundem com as próprias classes dominantes variando das mais tradicionais até as emergentes que assumem posições privilegiadas no jogo das disputas políticas e mantêm-se coesas na estrutura dinâmica da economia. Tanto as elites mais bem coesas e posicionadas quanto as classes dominantes disputam espaços de poder nos mais variados campos e subcampos e cada um deles possuem regras específicas nesse jogo de disputas e aproximações sucessivas e cada um desses membros das altas elites e das classes e frações da classe dominante estão munidas com seus respectivos capitais e instrumentos que possibilitam disputar os jogos de poder nos espaços sociais distintos.

Ainda segundo Goulart (2014, p. 43):

Este comportamento deve ser percebido pelo seu sentido ativo, pelo fato de que cada ação traz consigo o *habitus*, tornando o que era um ato individual em uma ação coletiva.

O aspecto social do *habitus* pode ser percebido através da análise do comportamento e da forma de articulação que os agentes produzem, pois revelam também a influência do *capital político* transferido pelo partido político, conforme, colocamos anteriormente.

A passagem de Goulart apesar de se referir ao *habitus* no sentido do capital político também pode ser compreendida no sentido das instituições do Estado, as corporações privadas e quaisquer outros segmentos onde os agentes interagem inseri-

dos nos seus respectivos campos e subcampos cada qual com seus atributos e capitais. Como afirmamos a pouco cada espaço social requer uma espécie de regra específica para o jogo das interações sociais no campo das disputas e reafirmações da sua posição de classe. Essas regras também carregam uma série de símbolos de representações sociais que alicerçam os graus de prestígio, status e demais elementos subjetivos e outros objetivos que denotam a composição do poder de cada indivíduo ou grupo inserido em campos e subcampos sociais e institucionais.

Entrementes para efeito desse trabalho e respondendo a última e não menos importante questão levantada por Codato e Perissinotto na passagem em que abordam a discussão que envolve elites e classe dominante é importante aqui ressaltar que somente a pesquisa acadêmica com fontes que possam demonstrar empiricamente que as elites não carregam densidade de capitais suficientes para de forma autônoma se desprender dos interesses da classe dominante ao tomarem decisões conforme suas posições de forma isolada e particular.

Essa pesquisa envolve as suas trajetórias e carreiras ou biografias dos presidentes do Banco Central a partir de 1965 no início dos trabalhos do Banco Central na prática enquanto instituição na ditadura civil-militar-empresarial de 1964 até o final do regime autoritário militar. Para esse capítulo aprofundaremos essa discussão a partir da busca das suas respectivas genealogias como forma de compreender a gênese estrutural do poder nas famílias históricas brasileiras ou da grande imigração do século XIX em diante.

Contudo, por enquanto, pretendemos recuperar as trajetórias dos presidentes do Banco Central entre 1965-1985 e já nessa abordagem preliminar desse trabalho contribuir empiricamente para demonstrar que as elites tecnocráticas estratégicas dessa instituição agem em consonância com os interesses da classe dominante nacional e internacional com autonomia restrita a defesa desses interesses e que podem ser constatados pelos capitais aos quais cada um dispõe nos seus respectivos campos e subcampos e com suas regras, códigos e símbolos compartilhados através de seus comportamentos e ações norteados pelos seus *habitus* de classe.

4 ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS TRAJETÓRIAS DOS PRESIDENTES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL ENTRE 1965-1985: PODER ECONOMICO E POLÍTICO NO REGIME AUTORITÁRIO REPRESENTADOS PELAS ELITES TECNOCRÁTICAS ESTRATÉGICAS DO ESTADO CAPITALISTA DEPENDENTE BRASILEIRO

Reiteramos a relevância de identificarmos e analisarmos sociologicamente as trajetórias dos presidentes do Banco Central como forma de contribuir para a discussão pertinente sobre como as elites tecnocráticas de Estado servem aos interesses do sistema capitalista doméstico e imperialista e ao mesmo tempo, muitas dessas elites; no caso desses cargos do alto escalão do poder executivo em instituições estratégicas também pertencem à classe dominante.

O Banco Central desde a sua gênese estabeleceu-se como uma instituição chave, não apenas do remodelado sistema financeiro nacional como também da política econômica brasileira ao longo do seu desenvolvimento de atribuições institucionais e da política estratégica de intermediação do capital financeiro entre a nação atrasada e dependente brasileira e o imperialismo. Atualmente o Banco Central tornou-se a principal instituição econômica nacional principalmente a partir do Plano Real de 1994 e responsável pelas principais transformações na economia política brasileira desde então.

Para esse capítulo apresentaremos as trajetórias desses presidentes desde o seu início ainda no começo do regime autoritário guiado pelos militares em 1965 até o último presidente do regime autoritário até o início de 1985.

Essa é a justificativa pela qual adotamos esse critério do período que compreende essa abordagem sócio-histórica na ditadura civil-militar-empresarial até o início de 1985, na transição democrática. O recorte que iremos adotar a partir de agora consiste em apresentar cada um desses presidentes através de documentos do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (FGV), jornais eletrônicos, sites diversos e as entrevistas cedidas para um livro de memórias do próprio Banco Central.

Desta forma procuramos um caminho metodológico que podemos elencar da seguinte maneira:

1 – Faremos uma análise sociológica de cada um dos presidentes do Banco Central do Brasil entre 1965 e 1985 levando em consideração as entrevistas concedidas aos entrevistadores do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (FGV) aos ex-presidentes dialogando com a teoria sociológica e os contextos que envolvem a economia

política e a sociologia histórica de cada período que os ex-presidentes participaram enquanto gestores do Banco Central.

2 – Alguns dos ex-presidentes e mesmo o atual presidente não estão na obra *Histórias Contadas do Banco Central do Brasil* que nasceu por intermédio dessa parceria entre o CPDOC da FGV e o próprio Banco Central. Nesse caso muitas dessas informações buscamos de jornais eletrônicos, revistas, periódicos e artigos que falam e discutem sobre a trajetória dos demais presidentes do Banco Central.

3 – Para complemento dessa pesquisa que versa sobre as biografias, carreiras ou trajetórias dos presidentes do Banco Central utilizamos em alguns casos buscas através de sites genealógicos especializados onde podemos encontrar muitas informações relevantes, onde a origem familiar está mais detalhada em relação a alguns parentes que estão conectados na chave explicativa do poder.

4.1 - BIOGRAFIAS DOS PRESIDENTES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL (1965-1985)

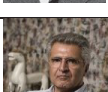
A galeria abaixo (Quadro 1) registra aqueles que foram presidentes titulares ou interinos, nomeados pela Presidência da República desde o início do regime militar de 1964. Quando ocorrem ausências do presidente titular por motivo de férias ou viagem ao exterior, há um rodízio entre os diretores para substituir o presidente. Esses períodos de substituição não estão contemplados aqui.

QUADRO 1 – Galeria de ex-presidentes do Banco Central do Brasil

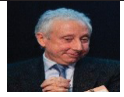
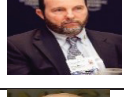
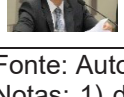
(Continua)

FOTO	PRESIDENTE BC	PERÍODO	PRESID. REPÚBLICA
	Dênio Chagas No-gueira	12/4/1965 a 21/3/1967	Humberto de Alencar Castelo Branco
	Ruy Aguiar da Silva Leme	31/3/1967 a 12/2/1968	Humberto de Alencar Castelo Branco
	Ary Burguer	8/2/1968 a 20/2/1968 (interino)	Artur da Costa e Silva
	Ernane Galvêas	21/2/1968 a 15/3/1974	Artur da Costa e Silva/ (*) Emilio Garastazu Médici
	Paulo Hortêncio Pereira Lira	15/3/1974 a 14/3/1979	Ernesto Geisel

(Continuação)

FOTO	PRESIDENTE BC	PERÍODO	PRESID. REPÚBLICA
	Carlos Brandão	15/3/1979 a 17/8/1979	Ernesto Geisel
	Ernane Galvão	17/8/1979 a 18/1/1980	Ernesto Geisel / João Batista Figueiredo
	Carlos Geraldo Langoni	18/1/1980 a 5/9/1983	João Batista Figueiredo
	Affonso Celso Pastore	5/9/1983 a 14/3/1985	João Batista Figueiredo
	Antônio Carlos Braga Lemgruber	15/3/1985 a 28/8/1985	José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney
	Fernão Carlos Botelho Bracher	28/8/1985 a 11/2/1987	José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney
	Francisco Roberto André Gros	11/2/1987 a 30/4/1987	José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney
	Lycio de Faria	30/4/1987 a 4/5/1987 (interino)	José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney
	Fernando Milliet de Oliveira	5/5/1987 a 9/3/1988	José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney
	Elmo de Araújo Camões	9/3/1988 a 22/6/1989	José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney
	Wadico Waldir Bucchi	25/10/1989 a 14/3/1990	José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney
	Ibrahim Eris	15/3/1990 a 17/5/1991	Fernando Affonso Collor de Mello
	Francisco Roberto André Gros	17/5/1991 a 16/11/1992	Fernando Affonso Collor de Mello
	Gustavo Jorge Laboisnière Loyola	13/11/1992 a 29/3/1993	Itamar Augusto Cautiero Franco
	Paulo Cesar Ximenes Alves Ferreira	26/3/1993 a 9/9/1993	Itamar Augusto Cautiero Franco
	Pedro Sampaio Malan	9/9/1993 a 31/12/1994	Itamar Augusto Cautiero Franco

(Conclusão)

FOTO	PRESIDENTE BC	PERÍODO	PRESID. REPÚBLICA
	Gustavo Henrique de Barroso Franco	31/12/1994 a 11/1/1995 (interino)	Itamar Augusto Cautiero Franco
	Pêrsio Arida	11/1/1995 a 13/6/1995	Fernando Henrique Cardoso
	Gustavo Jorge Laboisière Loyola	13/6/1995 a 20/8/1997	Fernando Henrique Cardoso
	Gustavo Henrique de Barroso Franco	20/8/1997 a 4/3/1999	Fernando Henrique Cardoso
	Armínio Fraga Neto	4/3/1999 a 1/1/2003	Fernando Henrique Cardoso
	Henrique de Campos Meirelles	1/1/2003 a 1/1/2011	Luiz Inácio Lula da Silva
	Alexandre Antônio Tombini	1/1/2011 a 8/6/2016	Dilma Rousseff
	Ilan Goldfajn	9/6/2016 a 27/2/2019	Michel Miguel Elias Temer Lulia
	Roberto Campos Neto	28/2/2019 atual	Jair Messias Bolsonaro

Fonte: Autor (2023).

Notas: 1) desenvolvido pelo autor com informações e ilustrações do site do Banco Central do Brasil [2019?] e da Fundação Getúlio Vargas [2019?]. 2) Foram consideradas as datas de publicação dos decretos no Diário Oficial da União

*31 de agosto 1969 a 30 de outubro de 1969 – Junta Governativa Provisória de 1969.

4.1.1 Dênio Chagas Nogueira (Presidente do Bacen 1965-1967)

A construção desse objeto de pesquisa conta com a combinação de uma teoria sociológica aliada a pesquisa empírica que envolve a documentação encontrada em sites de jornais e revistas, plataformas de pesquisa genealógicas e no caso desse capítulo com a história oral contada pelos presidentes do Banco Central ao longo da história, que pode ser gravada e registrada pelos profissionais pesquisadores do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com o Banco Central do Brasil que aceitou a publicação na forma de vários volumes encontradas na plataforma digital, de onde apreendemos as informações desses entrevistados para a análise nesse capítulo, que compreende a fase do regime autoritário militar.



Vamos destacar mais uma vez algumas considerações acerca das apresentações das trajetórias de vida e carreiras desses presidentes do Banco Central que compreendem o período da ditadura civil-militar-empresarial (1964-1985).

No caso do primeiro presidente do Banco Central Dênio Nogueira (1965-67) a partir da entrevista concedida aos pesquisadores do CPDOC – FGV conseguimos identificar muito explicitamente uma série de capitais possuídos desde a origem familiar, permitindo com isso analisarmos sociologicamente com maior nitidez a trajetória desse relevante ator político. Ao longo da análise dessas entrevistas concedidas aos pesquisadores do CPDOC – FGV iremos acrescentar algumas matérias jornalísticas e demais informações documentais que possam contribuir para balizar nossa análise sociológica, já que as entrevistas trazem algumas informações através dos depoimentos e da interlocução com os pesquisadores, mas não fazem as análises das histórias contadas, gravadas e transcritas pelos pesquisadores da FGV. A história oral contribui muito para a pesquisa biográfica e prosopográfica constituindo assim uma narrativa relevante para compreendermos a posição social do ator político no campo e sub-campo já identificado na delimitação desse objeto de pesquisa.

Consideramos relevante explicarmos como fez o documento do Banco Central intitulado ***História Contada do Banco Central do Brasil III*** como foi organizada especificamente a entrevista com o presidente do BACEN Dênio Nogueira, já que para cada entrevistado ocorreram dinâmicas de entrevistas diferenciadas.

De acordo com o documento do Banco Central do Brasil (2019, p. 21):

A entrevista com Dênio Nogueira foi feita em duas etapas e totalizou cerca de vinte horas de gravações. A primeira fase do depoimento, conduzida de setembro a novembro de 1989, pelos pesquisadores Maria Antonieta Leopoldi e Plínio de Abreu Ramos, pretendeu, por meio da história de vida do entrevistado, recuperar os momentos decisivos da criação do Banco Central, que então comemorava 25 anos de existência. Cabe destacar o papel da professora Maria Antonieta Leopoldi, que traçou as linhas básicas do roteiro da entrevista, possibilitando um diálogo, como o próprio entrevistado reconhece, “inteligente e provocador”. Com a decisão de transformar o depoimento em livro, foi feita uma segunda rodada de entrevistas, em maio de 1993, dessa vez conduzidas pela pesquisadora Marly Motta. A nova série não só aprofundou aspectos da formação e da carreira de Dênio Nogueira e abordou sua atuação após a saída do Banco Central, como, principalmente, levou-o a realizar um balanço da instituição que ajudou a criar. A edição do depoimento foi feita por Dora Rocha, e as notas foram elaboradas por Marly Motta, com auxílio da estagiária Maria Alice Mendes de Sousa, que enfrentou bibliotecas e coleções de jornais antigos em busca de decretos e dados esclarecedores.

Essa série de depoimentos marcaram no ano de 1990 os 25 anos do Banco Central do Brasil como a principal instituição econômica estatal brasileira como o alicerce da intermediação do capital financeiro e da política econômica nacional acooplada com os interesses do imperialismo no modelo neoliberal da globalização econômica e financeira internacional. Dênio Nogueira representou um papel importante como primeiro presidente do Banco Central com diversos capitais herdados, adquiridos e lapidados ao longo da sua trajetória biográfica moldada sempre aos interesses da ideologia hegemônica do imperialismo com sua economia política típica de nação dependente como o Brasil.

Desta maneira seguimos a descrever a biografia de Dênio Nogueira com a sua concomitante análise sociológica ao longo dessa longa entrevista realizada pelo CPDOC da FGV:

Dênio Chagas Nogueira – Informações preliminares como preâmbulo biográfico:

Nascimento: Rio de Janeiro em 1920

A) Origens familiares: oriundos do Rio Grande do Sul

Avô do Dênio: pai de 13 filhos e proprietário de fazenda onde compra gado para engordar no inverno (invernista) no século XIX. A fazenda era visível a partir do mapa do Rio Grande do Sul segundo o depoimento do ex-presidente do BACEN Dênio Nogueira e estava localizada na divisa entre os municípios de Santa Maria e São Gabriel –RS. A casa da cidade da família era em São Gabriel. A mãe de Dênio era Chagas e o pai era órfão criado pelo tio um comerciante de secos e molhados. O pai de Dênio nasceu em São Borja - RS município de Getúlio Vargas. Após trabalhar com o tio no

armazém se alistou ao exército para ser soldado na denominada Revolução Federalista.

Irmãos do Dênio: Waldo Chagas Nogueira e Túlio Chagas Nogueira seguiram carreiras militares como o pai que foi reformado como coronel do exército logo após a Revolução de 1930. O outro irmão Alcio Chagas Nogueira formou-se em economia atuando no Banco do Brasil e depois na Sumoc e a irmã Leila Nogueira Filpo atuou como bibliotecária também na Sumoc. Dos sete irmãos dois não foram citados na entrevista com Dênio Nogueira.

Pai do Dênio: Outubrinho Pinto Nogueira como dizíamos a pouco foi criado pelo tio trabalhando com ele no armazém de secos e molhados e depois se alistou no exército onde fez carreira até a sua aposentadoria logo após as disputas e transformações da denominada Revolução Burguesa de 1930. Mas essa trajetória dá uma guinada quando as relações de amizade e compadrio se fazem presentes tendo o tio do pai de Dênio como amigo do pai de Getúlio Vargas. Isso possibilitou apresentar o sobrinho como um militar em início de carreira. Logo em seguida o pai de Getúlio Vargas concedeu o cargo de ordenança ao pai de Dênio e isso fez com que a sua carreira fosse se pavimentando, principalmente a partir do momento que se matricula na Escola Militar do Rio Prado - RS⁷. O pai do Dênio foi primeiro lugar na missão francesa⁸ que chegou ao Rio Grande do Sul logo após a primeira guerra mundial e a partir desse

⁷A construção do prédio da Antiga Escola Militar iniciou em 1848 e foi concluída em 1882, para a Casa de Caridade de Rio Pardo - RS. IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
 Nome Atribuído: Antiga Escola Militar no Rio Grande do Sul
 Localização: R. Andrade Neves, nº 679 – Rio Pardo - RS. Localização: R. Andrade Neves, nº 679 – Rio Pardo - RS Número do Processo: 4991-22.00-SCDT/82. Portaria de Tombamento: 06/83, ratificada pela portaria 12/86 Livro Tombo Histórico: Inscr. Nº 16, de 07/02/1983
 Publicação no Diário Oficial: 05/01/1987. Uso Atual: Centro Regional de Cultura de Rio Pardo. Descrição: A construção do prédio iniciou em 1848 e foi concluída em 882, tendo como finalidade inicial abrigar a Casa de Caridade de Rio Pardo. O projeto original do prédio foi elaborado pelo engenheiro alemão Johann Martin Buff, radicado no Estado, que em 1829 havia feito o primeiro levantamento da cidade de Rio Pardo. Posteriormente a edificação foi transformada em Escola Militar, entre os anos de 1890 e 1911, possibilitando a formação de estudantes como Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra, que se destacariam no cenário nacional nos anos posteriores. Até 1928 o prédio foi utilizado pelo Sétimo Batalhão de Caçadores. Em 1930 foi vendido, instalando-se aí o Instituto Nossa Senhora Auxiliadora, escola de formação de jovens, até 1965. Desocupado e em péssimas condições, foi parcialmente interditado em 1976. Em 1991 foi criada a UNEAMA – União dos Ex-alunos Amigos do Auxiliadora – iniciando-se a mobilização para salvar o prédio. A restauração do imóvel através da LIC (Lei de Incentivo à Cultura Estadual) com patrocínio da REFAP (Refinaria Alberto Pasqualini), entre 2002 e 2005, transformou a edificação no Centro Regional de Cultura de Rio Pardo (IPHAE [201?]).

A Missão Militar Francesa, chefiada pelo general Maurice Gustave Gamelin, chegou ao Brasil em 1919, trazido pelo ministro da Guerra, general Alberto Cardoso de Aguiar, com o objetivo de aperfeiçoar a instrução militar no exército brasileiro (BCB, 2019).

momento se tornou um militar com maior prestígio na carreira ao longo de toda a década de 1920. A partir de então foi instrutor da Escola Militar – RJ e comandou a Escola de sargentos da Infantaria. Outra informação importante refere-se ao fato que seu cunhado, casado com a mãe do Dênio era médico militar. Ao longo da nossa descrição iremos compreender que no caso do presidente do BACEN - Dênio Chagas Nogueira os capitais de origem familiar herdados desde antes da primeira república, a partir do seu avô, um proprietário de grandes extensões de terras que marca a ascensão dos membros da família nas próximas gerações.

Interessante observar que durante a entrevista com Dênio Nogueira a mãe quase não é descrita no que diz respeito aos aspectos relacionados a trajetória de vida, a não ser pelo fato de ser mencionada pelo sobrenome Chagas proveniente do seu avô e antepassados que herdaram grandes propriedades de terras no Rio Grande Do Sul as quais mencionamos acima; a partir dos relatos do próprio Dênio. Nesse caso, pelo menos a princípio, compreendemos que, apesar do capital econômico ser proveniente do lado materno, é pela via da trajetória de vida do seu pai que ele descreve a herança familiar, assim como de outros membros da família masculinos. De qualquer maneira cabe ressaltar o peso das mulheres nas estratégias de casamento como possuidoras de capitais econômicos, políticos e sociais de variadas maneiras e que possibilitam a ascensão nas carreiras profissionais e de posições de prestígio social e reprodução econômica relevante.

Segundo Oliveira (2016, p. 14):

O papel social, cultural e político das mulheres na formação e reprodução das alianças entre os novos atores, novos homens e as velhas famílias é questão bastante interessante na investigação empírica da história das famílias de elite e suas genealogias no Brasil. Quem casa com quem em termos de capitais sociais e quais genealogias estabelecem matrimônios e alianças com quais novos valores emergentes? Continuamos a nossa Sociologia Política com pessoas e com famílias. O papel social das mulheres é essencial para a reprodução familiar. Os papéis da mulher na formação do *ethos* e dos *habitus* de classe acompanham a própria formação da linguagem, da personalidade e dos valores sociais das crianças. As construções sociais dos papéis sociais atribuídos às mulheres as colocam como centro de afetos, emoções, assentimentos e alianças dentro das famílias. As estratégias familiares e de classe passam em boa parte pelas ações sociais e políticas das mulheres das grandes famílias, em suas próprias políticas e estratégias, sejam elas muito antigas ou relativamente recentes.

As biografias dos relevantes atores das elites estratégicas do poder e da própria classe dominante estão repletas de trajetórias familiares seculares atravessadas por mulheres importantes no que tange a transmissibilidade de uma série de valores

sociais e princípios normativos de condutas, ações e comportamentos condizentes as necessidades da sociabilidade diante das distinções sociais hierarquicamente estabelecidas pelo berço familiar.

A trajetória do presidente do BACEN Dênio Chagas Nogueira é típica de um membro da classe dominante apesar das controvérsias acerca da delimitação do espaço social a qual pertence, já que a riqueza digna de um membro efetivo não lhe é garantida apenas pelos relatos familiares a princípio. As entrevistas provocativas de forma dialógica estabelecida entre os entrevistadores e o entrevistado permitem extrair informações e abrir novas perspectivas de diversas incursões sobre as contradições existentes entre os indivíduos e seus percursos de vida, muitos deles tortuosos e repletos de adversidades e conflitos. Algumas informações conseguidas previamente e lançadas ao diálogo nas entrevistas foram relevantes para conseguir extrair o máximo de informações possíveis do entrevistado.

Nosso trabalho de pesquisa procura ir ainda mais além, já que teremos que argumentar sociologicamente como um relevante ator político, de uma elite tecnocrática importante, consegue, além de herdar um capital familiar no tocante a base material, prestígio social e cabedal de influência política desde seus pais e avós, adquirir novos capitais e ainda aprimorá-los ao longo da sua vida. No caso de Dênio ele acumula e aperfeiçoa esses capitais a ponto de se tornar um membro da classe dominante consagrado logo após a sua passagem pela presidência do Banco Central como iremos demonstrar na sequência da nossa exposição. Na sequência iremos sintetizar a trajetória educacional e suas conexões profissionais, políticas e acadêmicas do senhor Dênio Nogueira.

B) Trajetórias educacionais e profissionais de Dênio Chagas Nogueira no contexto político do início da sua formação e carreira profissional até a chegada na presidência do Banco Central do Brasil na ditadura civil-militar-empresarial

Formação educacional: Colégio Militar e Escola Militar como tradição.

Dênio Chagas Nogueira frequentou o Colégio Militar secundário e ainda de forma complementar cursou dois anos no Colégio D. Pedro II para que fosse habilitado a fazer o concurso vestibular. Segundo os relatos de Dênio o Colégio Militar do Rio de Janeiro habilitava a transferência imediata para a Escola Militar, até o momento que, coincidentemente, a turma do Dênio não teve essa oportunidade devido a uma mudança nas regras promovida pelo então Ministro da Guerra o general Eurico Gaspar

Dutra⁹ onde institucionalmente os trâmites burocráticos e legais passaram a exigir exame de saúde e intelectual para ser admitido, interrompendo assim a transferência direta do Colégio Militar para a Escola Militar.

Devido ao trabalho durante o expediente diurno como auxiliar de escritório concursado no Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e depois como técnico estatístico também concursado no Ministério da Educação Dênio parte para os seus estudos no curso de Ciências Econômicas noturno, já que é um dos poucos cursos que eram ofertados no período noturno. O Colégio Militar já oferecia a possibilidade de conseguir a carteira de reservista, além do título de agrimensor no final do curso, mas devido aos horários do curso de Engenharia serem incompatíveis com os de trabalho Dênio resolveu prestar o vestibular para o curso de Ciências Econômicas noturno. Apesar dos seus anseios anteriores terem sido frustrados pelas adversidades, isto é, a carreira militar e o curso de Engenharia. O aluno de Ciências Econômicas prosseguiu com seus estudos nessa mesma área como trajetória técnica, acadêmica e profissional, mesmo após a sua aposentadoria na transição da ditadura civil-militar-empresarial entre meados e o final da década de 1980, quando passa a escrever livros na mesma área de economia.

Na graduação cursou então a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (FCEARJ) – depois Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, hoje Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro onde concluiu o curso em 1943. Ainda fez curso no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). Cursou uma especialização em moeda com bolsa de estudos do Instituto Brasil – EUA em Ann Arbor na Universidade de Michigan – EUA em 1949. Para efeito da descrição da trajetória biográfica do Dênio Chagas Nogueira no que tange a apresentação do itinerário formativo educacional cabe registrarmos na forma de citação parte da sua entrevista e a outra maior do seu depoimento entrará no campo específico dos anexos.

De acordo com o documento do Banco Central do Brasil (2019, p. 32):

⁹ DUTRA, Eurico Gaspar. Militar; comte. 1ª RM 1935-1936; min. Guerra 1936-1945; pres. Rep. 1946-1951. *Eurico Gaspar Dutra* nasceu em Cuiabá no dia 18 de maio de 1883, filho de José Florêncio Dutra e de Maria Justina Dutra. Desde que completou 19 anos de idade, e ao longo de toda a sua vida, constou — em registros e documentos oficiais, artigos e livros sobre sua pessoa — o ano de 1885 como o de seu nascimento, porque seu pai obteve uma certidão forjada a fim de possibilitar sua entrada no Exército. Modesto comerciante em Cuiabá, seu pai foi também veterano da Guerra do Paraguai e chegou a capitão honorário no governo de Floriano Peixoto (1891-1894). Seu irmão Ivan Dutra seguiu igualmente a carreira militar, tendo atingido o posto de brigadeiro na Aeronáutica (MALIN, 2017?).

No Ministério da Educação. Mesmo antes de iniciar o curso de Economia, fiz concurso para estatístico. Eram cerca de três mil candidatos e foram aprovados apenas 70 ou 80. Devo ter sido o número 40 ou 50 e fiquei na fila aguardando, pois só os primeiros foram nomeados. Nesse interregno, fiz outro concurso, para auxiliar de escritório, e passei entre os primeiros lugares. Fui imediatamente nomeado para o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, onde tive como chefe Jorge Oscar de Melo Flores, de quem me orgulho de ser amigo até hoje.⁴ Fiquei lá pouco tempo, não chegou nem a um ano, até sair a minha designação como estatístico do Ministério da Educação.

A passagem acima revela os primeiros empregos em funções estatais de Dênio assim como a sua disponibilidade e preferência pelo setor público desde o início da carreira antes mesmo de concluir o curso de Ciências Econômicas em 1943. Essa outra passagem da sua continuada formação educacional revela uma fase em que Dênio Nogueira inicia um novo ciclo acadêmico e profissional a partir da instituição universitária.

De acordo com o documento do Banco Central do Brasil (2019, p. 14):

Essa crença do primeiro presidente do Banco Central pode ser explicada, em larga medida, pela sua formação profissional. Membro da primeira geração de economistas formada no país, Dênio Nogueira concluiu o curso da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (FCEARJ) – depois Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, hoje Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro – em 1943, num momento em que crescia no país a demanda por quadros técnicos, especialmente em assuntos econômicos. No espaço aberto pelo surgimento de uma série de órgãos estatais – conselhos técnicos, comissões, missões, institutos, superintendências –, construiu-se o campo privilegiado de atuação de um novo tipo de profissional respaldado pela competência técnica, que por isso mesmo conquistou legitimidade frente a outros competidores na esfera decisória, principalmente os políticos.

Dênio Nogueira pertence a uma geração de economistas brasileiros que tiveram suas inspirações e indicações profissionais por intermédio de personalidades políticas importantes do poder tecno burocrático do Estado como Eugênio Gudin¹⁰, Roberto Simonsen⁵, Octávio Gouveia de Bulhões⁶, entre outros tantos atores políticos

¹⁰ Eugênio Gudin (1886-1986) formou-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1905. Nos anos 1920, tendo já acumulado experiência como engenheiro e diretor de empresa, começou a se interessar pelas questões econômicas e dedicou-se ao estudo dos clássicos ingleses e de autores contemporâneos americanos. O mais importante economista brasileiro a partir da década de 1930, participou da Comissão Mista de Reforma Econômica e Financeira (1935), do Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937) e da criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (1938), da qual foi professor por duas décadas. Delegado brasileiro na Conferência Monetária Internacional, em Bretton Woods (1944), criou em seguida o Núcleo de Economia da FGV, do qual se originaram o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), em 1951, que presidiu; e a Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE), em 1966. Autor de vários livros, entre eles o clássico *Princípios de Economia Monetária* (1943), teve sua carreira coroada com a nomeação para o Ministério da Fazenda no governo Café Filho (1954-1955). Ver GUDIN, Eugênio Gudin. *Depoimento* – 1979. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – História Oral; e BELOCH, Israel (coord.) e ABREU, Alzira Alves de (co-

do poder do Estado, do campo acadêmico do pensamento econômico e do mercado financeiro. No caso de Dênio o capital educacional o acompanha desde sempre na base familiar onde todos os irmãos têm acesso e terminam por ocupar cargos importantes principalmente no campo militar e nos aparelhos tecnocráticos.

Cabe ressaltar que Dênio e seus irmãos começam a ocupar cargos nas instituições de Estado antes mesmo de concluírem seus cursos universitários demonstrando que seus capitais escolares permitem que esses indivíduos ocupem espaços relevantes ao longo das suas carreiras e no caso de Dênio um posto chave e estratégico em uma instituição poderosa como o Banco Central. São, portanto, os capitais herdados da família que possibilitaram a ascensão dele e dos irmãos nas suas respectivas carreiras e no caso de Dênio compreendemos que a formação acadêmica de ciências econômicas em um período de crescimento e desenvolvimento das instituições e empresas estatais e da própria relevância do ensino e da profissão de economista, principalmente a partir de meados do século XX.

A denominada ideologia desenvolvimentista e o planejamento estatal impulsionaram o crescimento e o desenvolvimento do aparato estatal como alicerce estratégico do capitalismo monopolista em ascensão, do que muitos chamam de imperialismo. O Brasil desenvolveu suas estruturas dinâmicas inserido na lógica do capitalismo dependente e seus atores ou agentes estatais cumpriram um papel relevante na condução, elaboração e administração da política econômica brasileira na lógica

ord.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, Forense Universitária, Finep, 1984. 6 A FCEARJ foi criada em 19 de dezembro de 1938, graças à iniciativa de um grupo do qual faziam parte, além de Eugênio Gudín, Álvaro Porto Moitinho, Eduardo Lopes Rodrigues, Luís Dodsworth Martins e João Carlos Vital, entre outros. Em fevereiro de 1939, a faculdade abriu matrícula para o Curso Superior de Administração e Finanças que, em três anos, conferia aos alunos o título de bacharel em ciências econômicas. Em 1945, a FCEARJ foi incorporada à Universidade do Brasil e passou a se chamar Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (FNCE). Esta, por sua vez, nos anos 1960, transformou-se na atual Faculdade de Economia e Administração (FEA), da UFRJ. Ver CASTRO, Nivaldo José de. As origens da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro: FEA/UFRJ, 1989. Octavio Gouvêa de Bulhões (1906-1990) bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1930. Interessado desde jovem no estudo de Economia, fez carreira no Ministério da Fazenda, onde foi mentor da criação da Seção de Estudos Econômicos, implantada no início de gestão de Artur de Sousa Costa. Fez parte da delegação brasileira na Conferência de Bretton Woods em 1944 e, de volta ao Brasil, preparou o texto do Decreto-Lei 7.293, de 2 de fevereiro de 1945, que criou a Sumoc, da qual seria por duas vezes diretor-executivo (1954-1955 e 1961-1963). Ainda nos anos 1940, tornou-se professor da FNCE e ligou-se ao Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas, passando depois a vice-presidente do Ibpe. Foi membro do Conselho Nacional de Economia desde sua criação, em 1949, até assumir o Ministério da Fazenda no governo Castelo Branco (1964-1967). Ver História contada do Banco Central do Brasil, volume I: Octavio Gouvêa de Bulhões. Brasília-DF: Banco Central do Brasil, 2018 (BCB, 2019).

desse sistema capitalista pós-segunda guerra. Dênio Chagas Nogueira além de pertencer a uma classe social privilegiada de capitais sociais herdados no berço familiar, frequentou, além do Colégio e da Escola Militar uma instituição de educação superior distinta como a Universidade do Rio de Janeiro na Faculdade de Ciências Econômicas onde lecionavam nomes da classe dominante tradicional brasileira trazendo consigo uma visão de mundo elitizada a partir de uma ideologia de classe social distinta e um pensamento econômico de matriz liberal.

A formação acadêmica se completou numa universidade estadunidense entre o final da década de 1940 e início de 1950 no centro gravitacional do império capitalista. As ideias econômicas forjadas por essa concepção de mundo e por intermédio do grande debate sobre o desenvolvimento econômico brasileiro orientou muitas das políticas econômicas adotadas no Brasil pós-segunda guerra. A criação da Sumoc e o processo de redemocratização brasileiro do período entre o primeiro governo Vargas estendido, a transição para o governo de Eurico Gaspar Dutra e o retorno de Vargas pela via democrática conformou o processo de desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Segundo Sola (1998, p. 66-67):

É com esse pano de fundo que a industrialização e o planejamento se tornaram vitais de política econômica e objeto de conflito ultratecnocrático, que estão na raiz da polarização ideológica entre atores políticos que integravam as arenas decisórias relevantes: os técnicos, os militares, os empresários e os políticos profissionais. Há, no entanto, outras razões para privilegiar os termos em que se desenvolveu aquela controvérsia. Ela abre espaço para explorar outras questões, relacionadas as funções políticas do saber técnico. Até que ponto o conhecimento técnico e científico, quer na forma de teorias econômicas disponíveis, quer na dos diagnósticos e prescrições das missões estrangeiras de 1944 e 1948 – Cooke e Abbink –, foi instrumental para a mobilização dos recursos políticos por parte de cada um dos grupos em que se dividiam os formuladores de políticas econômicas⁴ Até que ponto convalida a hipótese aqui adotada, segundo a qual a teoria da Cepal não só veio preencher um vácuo analítico mas, sobretudo conferiu legitimidade científica a uma postura ideológica e a uma opção de política econômica previamente existentes⁵ A discussão dessas questões é pertinente por outra razão. Pode contribuir para introduzir a questão da emergência de um denominador comum observável durante ‘os anos de confiança’ (1956-1960) entre diferentes grupos de técnicos, integrantes de alianças políticas distintas e filiados a tradições teóricas que se apresentavam como rivais. Pois, como se verá, foi somente durante o governo de Juscelino Kubitschek, já sob os auspícios do Plano de Metas, que a industrialização e o planejamento adquiriram o caráter de tarefas unificadoras entre os responsáveis pela gestão da economia.

Diversos fatores concomitantes combinados na forma estrutural e conjuntural contribuíram para a construção de um cenário político e econômico favorável à efervescência da polarização ideológica entre os técnicos e acadêmicos dentro e fora da

tecnocracia. Dênio Nogueira participou desse processo e desde as suas primeiras incursões acadêmicas permaneceu ao lado do grupo de Eugênio Gudim e Octávio Bulhões como patronos da ideologia política liberal e da disputa política em torno da elaboração e condução das políticas econômicas na lógica do desenvolvimento capitalista dependente brasileiro que alcançou o seu auge na gestão política nacional de Juscelino Kubitschek.

A partir da década de 1950 logo após a chegada de Dênio da sua pós-graduação realizada nos EUA o capital cultural, educacional e político familiar herdado passam por uma reelaboração, conquista e acumulação de novos capitais através da sua inserção em novos campos e subcampos dos espaços sociais, econômicos, políticos e culturais educacionais, onde a tecnocracia dos aparatos decisórios da política econômica e a ideologia do desenvolvimentismo e do planejamento estiveram no centro do debate. Atores políticos e econômicos relevantes no contexto das disputas pelos espaços sociais dentro do campo e subcampo, inclusive na totalidade macroestruturante possuem uma série de capitais herdados, conquistados e acumulados durante suas trajetórias de vida e no caso de Dênio Chagas Nogueira não foi diferente, já que nasceu como um membro de uma elite privilegiada que ao longo do tempo se transformaria num membro da classe dominante.

Segundo Coradinni (1997, p. 428):

Como dissemos, os trabalhos de Bourdieu e sua equipe (sobretudo 1989, 1984a, pp. 61-88; Bourdieu e Saint Martin, 1987) revelam múltiplos princípios de legitimação e hierarquização dos campos acadêmico, escolar e científico. Porém, o eixo básico é sempre balizado por dois pólos. De um lado, determinantes associados mais diretamente ao capital escolar ou científico, com seu ethos e suas regras próprias, e correlações com origens e trajetórias sociais que predispõem a estratégias de investimentos orientadas nesse sentido. De outro, princípios de legitimação e hierarquização decorrentes não tanto do capital escolar, mas sobretudo da origem e posição social e respectivas relações com a cultura dominante e o poder (econômico, político, cultural etc.). As relações com o campo educacional pautam-se, aqui, por um uso instrumental de seus produtos, mais do que pela inserção em sua racionalidade e ethos próprios. No estudo da elite médica brasileira verifica-se que este segundo pólo, menos escolar e mais 'mundano', ou de consagração social, é parte estrutural do conjunto de princípios de legitimação que concorrem para as definições e a hierarquização do campo escolar e/ou científico. Os dois pólos que compõem o eixo básico do campo são interdependentes, mas, no caso em pauta, o que representa o ethos e as regras próprias da racionalidade escolar está ausente. Os produtos e títulos escolares são usados mais para a ocupação de posições em outras esferas de poder.

Adotamos a perspectiva crítica e reflexiva de Coradinni para explicar que no caso dos capitais educacionais e as heranças familiares das influências sociais transmitidas para Dênio são cruciais na forma de um ethos e também de uma racionalidade acionada e disputada dentro do campo da política econômica da economia política brasileira com sua influência estadunidense e no subcampo das instituições tecnocráticas do mercado financeiro ao contrário do campo da medicina descrito acima, onde o capital educacional não atua com uma racionalidade instrumental, mas sim na forma de status e prestígio social.

Os capitais herdados e adquiridos ao longo da trajetória de Dênio Nogueira vão se ampliando e aperfeiçoando no decorrer dos anos enquanto frequente partícipe em revistas acadêmicas de prestígio na área da ciência econômica como membro interlocutor relevante nos debates acerca das discussões em torno do desenvolvimentismo e das ideias econômicas em disputa, também como um tecnocrata da Sumoc, principalmente ao longo da década de 1950. Desta maneira cabe ressaltar as suas conquistas profissionais ao longo da década de 1950 até a transição do regime democrático pela via do golpe da ditadura civil-militar-empresarial de 1964.

C) Trajetória profissional e inserções a grupos políticos na caminhada de consolidação da carreira e ampliação e lapidação dos capitais de Dênio Chagas Nogueira na chegada a presidência do Bacen

O grande divisor de águas da carreira profissional e da expansão dos capitais de Dênio Nogueira que o insere como indivíduo pertencente à classe dominante ocorre a partir da década de 1950 na transição da fase desenvolvimentista de Vargas para Juscelino, principalmente com o fortalecimento da Sumoc, da criação do BNDE e da chegada das demais corporações industriais automobilísticas que oportunizaram a expansão do processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Nessa etapa da trajetória de Dênio prosseguiremos com a análise sociológica a partir da continuidade da entrevista entre os interlocutores historiadores do arquivo do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o depoente Dênio Chagas Nogueira como parte relevante da história contada sobre o Banco Central do Brasil desde a sua criação em 1965.

Para compreender melhor essa transição que envolve a biografia de Dênio Nogueira cabe recapitular que a partir do término da sua graduação em Ciências Econômicas em 1943 a sua trajetória profissional em instituições estatais coincide com a carreira do pai e dos próprios irmãos ao longo de suas vidas já que todos estavam

posicionados nos aparelhos de Estado corroborando com a tese de que os estudos sociológicos que envolvem a relevância das famílias e das instituições estatais como alicerce do posicionamento privilegiado da classe dominante são cruciais para compreendermos o fenômeno do poder.

A carreira militar do pai e de alguns dos irmãos, além das experiências profissionais dos demais no Banco do Brasil e na própria Sumoc revelam dois campos distintos, mas que também são parte estratégica do poder de Estado. O campo militar e o tecnocrático econômico e financeiro, principalmente nesse período de construção do Estado dirigista e intervencionista são estratégicos para o desenvolvimento do aparato desenvolvimentista e de seguridade circunscrita no espaço geopolítico e estratégico de influência do imperialismo capitaneado pelos EUA recém vencedor da segunda guerra mundial.

Vale destacar que o pai e principalmente um dos filhos o Túlio Chagas Nogueira alcança um estágio elevado nas forças armadas brasileiras ratificando a posição social elevada no campo militar expressando-se assim como um indivíduo privilegiado de uma elite militar inserindo-se como membro de uma classe dominante a partir da ocupação estratégica de um cargo na salvaguarda de defesa estatal. Túlio logo após a segunda guerra mundial assume o cargo de Chefe do Estado Maior do Exército, também como Ministro do Superior Tribunal Militar segundo o depoimento do próprio Dênio Nogueira na passagem a seguir.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 37):

Nessa época, meu irmão Tulio – que depois foi chefe do Estado-Maior do Exército e ministro do Superior Tribunal Militar – era recém-casado, servia no Rio Grande do Sul e estava sendo transferido para o Rio. E a transferência foi acelerada, porque ele era – e é até hoje – um excelente atleta. Haveria aqui um concurso de atletismo de militares, e ele viria representando a 3ª região, como era chamada na época – hoje é o III Exército.

Toda a trajetória de Dênio Chagas Nogueira é permeada não apenas por circunstâncias que o favoreceram como procura deixar claro em várias passagens da sua entrevista, mas sim por uma gama enorme de recursos herdados desde o nascimento onde esteve sempre muito bem-posicionado socialmente através dos capitais herdados do avô, tio e o próprio pai. Esses capitais herdados que o permitiram ascender socialmente, principalmente através do capital escolar em instituições de quali-

dade e prestígio como em Colégios Militares e mais a frente em universidades reconhecidas como é o caso da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro e depois nos EUA.

O capital escolar e acadêmico de Dênio se conecta com o grande salto de sua carreira profissional a partir do início da década de 1950 mediante suas diversas inserções institucionais como no caso da Sumoc e de seus primeiros acordos no Conselho Nacional de Economia (CNE). A partir desse momento ocorre um reencontro com Bulhões desde a Faculdade de Economia na Universidade do Rio de Janeiro e a aproximação com os círculos liberais e políticos profissionais dessa vertente torna-se frequente até se tornar um entusiasta teórico com preferências claras em relação a políticas econômicas mais ortodoxas e liberais.

Desta maneira o Conselho Nacional de Economia passou a ser um órgão chave para a discussão de uma série de ideias e propagar relatórios, pareceres e explicitar visões de mundo acerca de assuntos econômicos e servir de alicerce na defesa de interesses políticos no que tange as disputas do período. A passagem da entrevista com Dênio sobre as questões relacionadas ao CNE são relevantes para pensarmos sociologicamente o posicionamento dos principais atores políticos e a própria economia política do período.

Ainda Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 48-49):

No Conselho Nacional de Economia
Com que funções o senhor foi para o CNE?
O Conselho estava se organizando naquele momento, e estava-se criando o Departamento Econômico. Fui logo designado chefe da Divisão de Finanças do Departamento Econômico, desde o início, desde 1951. O CNE foi o sucessor do Conselho Federal do Comércio Exterior, criado em 1934 pelo Getúlio. Até o pessoal administrativo era o mesmo que vinha do Conselho Federal do Comércio Exterior. Quais eram as atividades do Conselho?
O CNE era um órgão constitucional, criado pela Constituição de 1946. Era um órgão de consulta, tanto do Poder Executivo quanto do Legislativo. Em 1951, Vargas voltou ao governo e, que eu me recorde, só consultou uma ou duas vezes o Conselho. O Congresso, sim, consultou-nos muitas vezes.
Quem mais estava no Departamento Econômico do CNE? Genival Santos, que era da FGV, depois foi diretor de Câmbio do Banco do Brasil e presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Os nomes mais conhecidos do Departamento Econômico fomos Genival e eu. Entre os conselheiros, havia o Sousa Costa, que foi ministro da Fazenda. Quando foi nomeado membro do Conselho, já tinha tido um derrame, de maneira que praticamente não funcionou. João Pinheiro Filho foi membro do Conselho, Edgar Teixeira Leite... o Teixeira Leite era um homem muito bem-intencionado, pertencia à oligarquia cafeeira do vale do Paraíba, seus avós, ou os pais dos seus avós, haviam sido grandes produtores de café na região de Vassouras.

Era um homem apaixonado pela agricultura, de modo que os assuntos ligados à agricultura, em regra, eram entregues a ele para dar parecer. Os assuntos mais econômicos, vamos dizer, da parte monetária ou fiscal, em geral iam para o Bulhões, e era eu quem preparava o estudo inicial. Em 1953, o doutor Bulhões apresentou, em nome do CNE, um parecer sobre energia elétrica, defendendo as empresas privadas e propondo a liberação de tarifas como solução para a grave crise de energia que afetava na época São Paulo e Rio de Janeiro. O senhor colaborou nesse parecer? Não. Havia no Departamento Econômico quatro divisões: Divisão de Finanças, que tratava de moeda e fisco; Divisão de Energia e Transportes; Divisão de Comércio Exterior; e Divisão de Produção. Certamente a base do parecer foi preparada na Divisão de Energia.

Os diversos conselhos e órgãos que elaboravam estudos, relatórios, pareceres e demais documentos refletem também um salto na criação de instituições burocráticas, empresas, órgãos, autarquias, secretarias, institutos de pesquisa, revistas acadêmicas e demais entidades representativas de classe como demonstrado no depoimento do próprio Dênio, onde relata a participação de representantes das oligarquias latifundiárias cafeeiras como partícipes dessa discussão e da elaboração de estudos e pareceres também como forma de propagação de uma ideologia econômica de maneira a procurar influenciar politicamente junto aos aparelhos decisórios governamentais ou como grupos de pressão política a favor dos interesses de grupos dominantes.

Durante a década de 1950 a Sumoc se fortalece enquanto instituição tecnocrática e as disputas ideológicas e políticas entre liberalismo e desenvolvimentismo se intensificaram; atravessando inclusive o governo de Juscelino Kubistchek em transição com a crise política gerada desde a renúncia de Jânio Quadros. A posição de Dênio é muito clara já frisada anteriormente no que tange ao pensamento econômico liberal monetarista, assim como em expoentes teóricos de vertente liberal como Eugênio Gudin e o próprio Bulhões. As premissas de não intervenção do Estado, a política fiscal e monetária ortodoxa e a livre concorrência se fortaleceram nas ideias econômicas de Dênio e que refletiram na sua política econômica adotada na presidência do BACEN em 1965.

O Conselho Nacional de Economia (CNE) e a revista acadêmica *Conjuntura Econômica* da Fundação Getúlio Vargas (FGV) tendo Dênio como um dos editores foram dois dos alicerces importantes da organização política e do pensamento liberal em grande medida a partir da década de 1950 no Brasil. A passagem que reflete esse momento também se encontra nos depoimentos do próprio Dênio.

De acordo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 54-57):

O senhor dividia seu tempo entre a Conjuntura Econômica e o CNE?

Sim. Quando fui para a Conjuntura, fiquei uns 5 ou 6 meses como redator, sobretudo da área de câmbio e, em seguida, passei a redator-chefe. Naquele tempo, o horário do serviço público era das 11h às 17h, de modo que eu dava a parte da manhã, até ir para o Conselho, na Conjuntura, e depois voltava no fim da tarde, não para dar horário, mas para me desincumbir de tudo aquilo que eu tinha que fazer. Era muita coisa, eu tinha que ler todos os artigos para poder aprová-los. Os artigos da Conjuntura Econômica antigamente não eram assinados. Quem os escrevia? Pessoas como Alexandre Kafka, Jorge Kingston, Jorge [Felipe] Kafuri, o próprio doutor Bulhões?

Quem escrevia os artigos era o corpo de redatores permanente da revista. Não significa que em um ou outro número, excepcionalmente, não pudesse sair matéria vinda de Botafogo, como chamávamos. A Conjuntura Econômica funcionava no centro da cidade, no Edifício Darke e, sempre que nos referíamos ao grupo da FGV, chamávamos de “Botafogo”. Lembro, por exemplo, que quando saiu o Plano Aranha, o Kafka escreveu um artigo analisando. Mas ele era diretor de pesquisas no Ibre e não tinha tempo para colaborar conosco. Os artigos publicados na Conjuntura passavam obrigatoriamente pelo redator-chefe que, ao aprová-los para publicação, assumia total responsabilidade. Na verdade, eu revia, e muitas vezes reescrevia, vários artigos que saíam mensalmente. Não havia uma rotina de reuniões do corpo editorial porque nem todos davam horário integral. Quando havia um assunto que dominasse o panorama econômico do país, uma medida que estivesse sendo estudada ou discutida no Congresso, eu determinava que o redator especializado naquela área fizesse a primeira redação de um artigo. Esse artigo passava por mim, e eu tinha carta branca para modificá-lo como quisesse.

Como eram recolhidos os dados referentes ao custo de vida divulgados na Conjuntura? Quando a gente pensa nas dificuldades de comunicação daquela época, nas dificuldades de processamento dos dados, parece uma tarefa impossível. O mundo inteiro funcionava com essas dificuldades e no Brasil era apenas pior. A Conjuntura Econômica havia sido criada pelo Richard Lewinsohn em 1947, e fui para lá em 1953, de modo que eles já tinham uma experiência acumulada de seis anos. Eu nem mexi nessa parte de coleta de dados, porque já estava funcionando bem, tanto que mensalmente saíam os índices. Sei que havia coleta externa de preços, feita por pessoas que trabalhavam para nós e só faziam isso. Mas eu não tinha contato direto com essas pessoas, havia um setor que tratava disso. Eu tinha problemas tão mais sérios para resolver que o que já estava funcionando automaticamente deixei continuar. Eu me preocupava muito com a revisão de fundo dos artigos. Havia também uma revisão de estilo, feita pelo Silveira. Ele redigia bem, e as modificações que fazia eram sempre muito boas. Qual era a formação desse grupo da Conjuntura? Eram quase todos autodidatas. Numa equipe de 10 ou 15, talvez 1 ou 2 fossem formados em Economia. Mas eram o que havia de melhor no Brasil naquela ocasião. Tinham um treinamento de anos na Conjuntura, fazendo o mesmo tipo de trabalho. Evidentemente, quando cheguei, já com uma formação mais adiantada, tive alguma dificuldade em convencê-los a rever certos pontos de vista que tinham, mas felizmente consegui. No expediente da Conjuntura Econômica de dezembro de 1953, seu nome aparece substituindo o de Tomás Pompeu Acióli Borges, 27 que até então figurava como redator-chefe interino, sucedendo por sua vez a Américo Barbosa de Oliveira. Américo Barbosa de Oliveira também foi meu chefe no Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, junto com Jorge Oscar de Melo Flores. Quando o senhor assumiu o posto de redator-chefe da Conjuntura Econômica, Acióli Borges foi dirigir a Conjuntura Social, uma seção grande da revista que acabou em 1958. Como o senhor, que era ligado dentro da FGV ao

grupo que foi chamado de monetarista, relacionou-se com o grupo da Conjuntura Social, mais identificado com a linha estruturalista? Eu tinha alguma dificuldade com a linha da Conjuntura Social, mas evidentemente não me envolvia. Quem tinha que decidir era o diretor da revista, Garrido Torres. O material da Conjuntura Social vinha para mim, e, quando havia algum ponto de que eu discordava, eu passava ao Garrido, que tomava a decisão ou de rever ou de conversar com o Acióli. Eu estava permanentemente com o Garrido, mas praticamente não me avistava com o Acióli, porque ele ficava em Botafogo, tínhamos lugares diferentes de trabalho. Quero dizer que eu tinha muita admiração pessoal pelo Acióli. Não concordava com as suas ideias, mas isso não diminuía em nada a minha admiração pessoal por ele. Não me recordo bem do que aconteceu, mas tenho a impressão de que os choques de pontos de vista foram se acumulando ao longo do tempo, e foi isso o que determinou o fim da Conjuntura Social. Que eu saiba, a FGV não manteve aquela equipe. Até quando o senhor permaneceu no CNE e na Conjuntura Econômica? No Conselho, até ir para a Sumoc, em abril de 1964. Nessa ocasião, quis deixar a Conjuntura, mas o Bulhões disse: “Não, você vai continuar. Põe lá um assessor e continua”. Na época da Sumoc e do Banco Central, eles me mandavam o material da revista, mas eu já tinha pouco tempo para me dedicar. Só deixei a FGV em 1972, quando fui morar em São Paulo. Gostaria de dizer que me orgulho muito de ter sido redator-chefe de uma das revistas mais sérias que este país já publicou. A Conjuntura era séria antes da minha ida para lá, foi séria durante a minha permanência e continua séria depois da minha saída. Considero que um dos galardões da minha vida profissional é ter sido seu redator-chefe.

A Revista Conjuntura Econômica apesar de certa ecleticidade iria marcar durante a década de 1950 a ascensão da ciência econômica e da profissão dos economistas como subcampo acadêmico e profissional relevante na conjuntura do período. A ciência econômica que até então estava longe de rivalizar com a tríade medicina, direito e engenharia, consideradas formações mais clássicas a partir da década de 1950 ganharia corpo em termos de prestígio e legitimidade. Ao longo da década de 1960 os monetaristas e liberais apesar das suas vitórias políticas durante o fortalecimento do regime autoritário ainda disputavam espaços ideológicos no pensamento econômico com os desenvolvimentistas. De qualquer maneira o pensamento econômico monetarista ainda se sobressaía devido a sua força política com o avanço do regime autoritário, apesar dos projetos desenvolvimentistas ao longo da década de 1970.

De um lado projetos de infraestrutura com aumento dos gastos públicos e subsídios, muitos desses, oriundos do capital externo e ao mesmo tempo foram implementadas políticas de concentração de renda e riqueza que aprofundaram a desigualdade social típicas de uma visão mais conservadora no que tange a política tributária regressiva e uma política fiscal para as políticas públicas de baixos recursos orçamentários. Essa política dual explica os altos índices de crescimento econômicos

com aumento da desigualdade social caracterizada por governos paradoxalmente liberais e conservadores. Mas o auge desse debate, disputa política, acadêmica e ideológica ocorreu ainda durante o governo Juscelino impulsionado pelo Conselho Nacional dos Economia (CNE) e a Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Segundo Bielschowsky (2000, p. 407):

Nos anos de auge do desenvolvimentismo, as correntes de pensamento tinham poucas características novas em relação à primeira metade dos anos 50. Os neoliberais continuavam fazendo suas críticas à falta de estabilidade monetária e ao crescimento da intervenção do governo. Seus veículos de divulgação não estavam, porém, imunes ao avanço ideológico do período. Na FGV, mantinham a *Revista Brasileira de Economia* como veículo aberto também ao pensamento acadêmico heterodoxo, mas, em compensação, carregavam a *Revista Conjuntura Econômica* de uma tônica antiinflacionária. A publicação que melhor acompanhava a apresentação de suas ideias era a revista *Carta Mensal*, que editava as conferências de Gudin e Bulhões no Conselho Acadêmico da CNC. O Conselho Nacional de Economia, que lentamente passava de uma composição conservadora a um quadro relativamente eclético, publicava sua revista com uma linha editorial igualmente eclética, refletindo, por exemplo, a convivência, no Departamento Econômico, do neoliberal Dênio Nogueira, à frente da Divisão de Finanças, e dos desenvolvimentistas Genival de Almeida Santos e Aníbal Vilela (à frente, respectivamente, das divisões de Comércio exterior e de Energia e Transporte). Por último, a revista *Digesto Econômico* – que, embora mantivesse certa inclinação neoliberal, desde os seus primórdios publicava artigos de diferentes correntes –, preservava a postura tradicional, mas deixava de ter a importância que alcançava nos tempos em que praticamente não tinha concorrentes no seu gênero.

Esse era o panorama dos debates em torno da economia política brasileira e suas principais estratégias de política econômica no auge do desenvolvimentismo por parte do grupo político que dava as diretrizes a partir do executivo. Essa efervescência toda era manifestada nas disputas políticas em torno do controle do Estado brasileiro, da ascensão dos profissionais técnicos da burocracia estatal, das instituições tecnocráticas dos setores econômicos e financeiros, das empresas estratégicas nacionais estatais e mistas, do subcampo acadêmico e profissional dos economistas enquanto saber técnico racional e também ideológico, além é claro, da transição e adaptação das oligarquias tradicionais aos novos ordenamentos do imperialismo capitaneado pelos EUA pós-segunda guerra.

A classe dominante brasileira tradicional encontra sua conformação e imbricação com a burguesia emergente em ascensão proveniente da grande imigração e

de setores provenientes da grande indústria e das finanças, incluindo uma gama seleta das elites tecnocráticas do setor público e um grupo de políticos profissionais, militares e juízes da alta corte.

No caso de Dênio Chagas Nogueira ele se torna um exemplo empírico de um indivíduo pertencente a uma elite tecnocrática com uma gama enorme de interações sociais históricas que o posicionaram em condições privilegiadas no espaço social. Desde o nascimento, como já havíamos mencionado os capitais herdados o colocaram em uma situação vantajosa ao longo da sua vida e nesse momento da sua trajetória já na década de 1950 com apenas trinta anos de idade ele assume diversas funções importantes. Dênio passa a assumir uma coluna como escritor e logo em seguida como um dos editores da Revista Conjuntura Econômica da FGV, passa também a participar do Conselho Nacional de Economia (CNE) e assume atribuições como um corpo técnico na Sumoc juntamente com seus apadrinhados acadêmicos e profissionais repletos de conexões políticas bastante relevantes, como nos casos de Gudin e Bulhões e que contribuíram de forma decisiva e estratégica na sua ascensão na carreira tecnocrática e mais tarde empresarial no setor financeiro, além do seu posicionamento de classe permitindo o fortalecimento e a ampliação dos seus capitais ainda mais coesos e diversificados.

O Conselho Nacional de Economia tinha um papel relevante como instituição com poderes de influenciar os grupos de pressão político e ideológico em torno das disputas estratégicas do Estado em termos do processo decisório das políticas econômicas e da própria discussão do pensamento econômico da economia política, mesmo que muitas das posições liberais contrárias ao desenvolvimentismo na prática não fossem adotadas. Isso já vinha ocorrendo há muito, inclusive no próprio governo nacionalista burguês de Vargas. Ao final precoce do segundo governo Vargas os liberais se fortalecem nas suas posições estratégicas dentro dos aparelhos de Estado e os embates políticos se acentuam.

Uma porta de entrada importante na carreira de Dênio Chagas ocorreu num momento trágico para o país após o suicídio de Vargas em agosto de 1954. O vice-presidente Café Filho assume nesse momento de transição e anuncia mudanças no quadro político e técnico em alguns ministérios importantes como na Fazenda, também na própria Sumoc nesse instante os liberais tornam-se os responsáveis pelo desenvolvimento de algumas políticas. Lembrando que o Conselho Nacional de Economia (CNE) foi uma das últimas criações do governo Dutra praticamente na entrada da

década de 1950 e que permitiu a ascensão de grupos políticos e ideias econômicas distintas daquelas do desenvolvimentismo continuado nas administrações de Vargas e Juscelino.

Ainda Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 59-61):

Como já disse, o Conselho foi uma das últimas providências do governo Dutra, e o que é mais importante, o próprio presidente Dutra nomeou todos os seus membros, que tinham mandatos de cinco anos. A impressão que nós tínhamos era de que havia, da parte do governo Vargas, certa animosidade contra o Conselho, tanto que recebíamos muito mais consultas do Legislativo do que do Executivo. Uma única ocasião em que me recordo – é possível que tenha havido outras, mas a mais importante foi esta – de termos sido consultados pelo governo foi uma questão aqui no Rio de Janeiro a propósito do Projeto 1.000, do prefeito João Carlos Vital, que enfrentou uma grande oposição na Câmara dos Vereadores. O Rio ainda era a capital federal, e a Câmara de Vereadores tinha mais prestígio do que tem hoje, quando a Assembleia Legislativa é mais importante. A minha impressão é que o presidente Vargas se inclinava a vetar esse projeto, mas, ao mesmo tempo, não queria fazê-lo, porque vinha do prefeito Vital, por quem ele tinha muita admiração. A ideia que eu tenho é que nessa ocasião o presidente Vargas ouviu o Conselho, porque já sabia que a nossa opinião era contrária, para ter como se apoiar, para não assumir a responsabilidade pelo veto ao projeto do prefeito Vital, que havia sido nomeado por ele. Quanto aos trabalhos da Assessoria Econômica do presidente Vargas, eram trabalhos absolutamente paralelos. O Conselho não se envolvia nessas questões. Tanto quanto eu me recordo, se havia alguma consulta ao Conselho, eram casos muito excepcionais, de modo que não chegava a haver conflito. No governo Café Filho, quando Eugênio Gudin foi ministro da Fazenda e Octávio Gouvêa de Bulhões foi diretor da Sumoc, o senhor lhes prestou alguma colaboração especial? Não. Tive uma participação muito pequena. Fui chamado uma ou duas vezes para fornecer dados que a Conjuntura possuía, apenas isso. Mas, no governo JK, o senhor foi chamado a colaborar num programa de estabilização monetária. Como foi essa sua participação? Participei, na verdade, de dois programas de estabilização apresentados ao presidente Kubitschek. O primeiro deles foi feito sob a liderança e a direção do Roberto Campos, que tinha sido nomeado superintendente do BNDE Roberto Campos reuniu um grupo de economistas, alguns ligados ao setor industrial e alguns à área econômica propriamente dita, financeira, monetária etc., e nós preparamos um plano de estabilização da economia para ser executado em um ano e meio ou em dois anos. Em seguida, então, seria iniciado o Plano de Metas. Evidentemente, o primeiro foi engavetado, e se começou pelo segundo. O resultado todos nós sabemos: a crise econômica que resultou dessa decisão veio a estourar, de fato, entre 1962 e 1963. Já nos últimos anos da década de 1950, nós tínhamos sinais iniludíveis de que a situação do país era péssima.

As instituições tecnoburocráticas criadas no Estado brasileiro foram também alvo de disputas políticas em torno das ideias econômicas durante toda a década de 1950 e início de 60 e atores políticos liberais relevantes como Eugênio Gudin, Octávio

ouvêa de Bulhões¹¹ e Roberto Campos¹² compunham o núcleo duro dos tecnocratas da classe dominante a serviço do imperialismo durante essa fase de acirramento das

¹¹ BULHÕES, Otávio Gouveia de - superint. Sumoc 1954-1955 e 1961-1962; min. Faz. 1964-1967. *Otávio Gouveia de Bulhões* nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 7 de janeiro de 1906, filho de Godofredo de Bulhões e de Otávia Gouveia de Bulhões. Seu tio-avô pelo lado paterno, Leopoldo Bulhões, foi ministro da Fazenda dos governos de Rodrigues Alves (1902-1906) e de Nilo Peçanha (1909-1910). Ingressou no Ministério da Fazenda em 1926, trabalhando na Diretoria Geral do Imposto de Renda. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1930. Concluiu o doutorado nessa mesma escola e fez um curso de especialização em economia em Washington. Em 1939 tornou-se chefe da seção de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda. Os problemas criados para a economia brasileira a partir da eclosão da Segunda Guerra Mundial determinaram a constituição, em 1942, da Coordenação da Mobilização Econômica. Em janeiro de 1943 tornou-se assessor técnico desse órgão, cujas funções incluíam desde o controle de preços até o da produção e venda de produtos. A amplitude das funções do novo órgão conferiu-lhe grande poder de intervenção e coordenação das atividades econômicas. Em 1943 foi realizado no Rio de Janeiro o I Congresso Brasileiro de Economia, que reuniu grande número de empresários, técnicos e funcionários do governo. Entre os participantes estavam Bulhões, Eugênio Gudin, Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), e Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). As conclusões do Congresso apontaram a necessidade de o Estado coordenar as decisões relativas à economia do país e implementar uma política sistemática de incremento à industrialização, através da participação nas indústrias básicas. Discordando dessas teses intervencionistas, integrou a oposição liberal, liderada por Gudin, às conclusões do encontro. Em julho do ano seguinte participou como delegado do Brasil da Conferência Monetária Internacional de Bretton Woods, nos Estados Unidos, quando foram criadas organizações econômicas internacionais: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que ficou conhecido como Banco Mundial. Em 1945 tornou-se membro da Comissão de Investimentos do Ministério da Fazenda, cargo que ocuparia até 1948, e em 1946 foi designado membro do conselho técnico do Departamento Nacional de Previdência Social. Nesse mesmo ano, participou como delegado do Brasil da sessão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) para a implantação do FMI. Suas relações com o FMI seriam estreitas: a partir de 1953 participaria sistematicamente das reuniões anuais da entidade, em 1954 seria seu vice-governador e em 1964, na qualidade de ministro, governador. Ainda em 1947 foi delegado do Brasil à Convenção de Estudos de Investimentos, em Nova Iorque (EUA). Em 1948, ao ser constituída a Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, com a finalidade de estudar questões relativas ao processo de desenvolvimento do país, foi escolhido para chefiar o grupo de técnicos brasileiros, enquanto John Abbink coordenava o grupo americano. A Missão Abbink, como se tornou conhecida, foi enviada ao Brasil com o objetivo de examinar os planos de empréstimos pleiteados pelo ministro da Fazenda, Pedro Luís Correia e Castro, ao governo americano. Seus trabalhos foram feitos por comissões especializadas que se encarregaram, entre outros, dos seguintes temas: comércio, desenvolvimento agropecuário, combustíveis, exploração mineral, desenvolvimento industrial, meios de transporte, eletrificação e mão-de-obra. Em 7 de fevereiro de 1949, a Missão Abbink apresentou ao ministro Correia e Castro o relatório de seus trabalhos, publicado em junho. Duas premissas básicas orientavam as sugestões da missão: primeiro, a de que toda a atividade econômica deveria basear-se na iniciativa privada; e, segundo; a de que o Estado só deveria intervir com o objetivo de coordenar os investimentos. O relatório tratava dos aspectos característicos da economia brasileira, acentuando sua dependência em relação a uns poucos produtos de exportação, o baixo nível de renda no país, as disparidades especiais e setoriais de seus níveis de produtividade e a deficiência dos setores de infraestrutura. Recomendava por fim o estímulo ao setor privado, que deveria criar no Brasil o “capitalismo industrial”, definido como “a prática de aplicar o capital em investimentos a longo prazo, com lucros módicos, através da grande expansão da produção, vendida a preços razoáveis”. Refletindo os pontos de vista de Bulhões e Abbink, o relatório considerava a estabilidade financeira como um fator fundamental para o desenvolvimento econômico e apregoava medidas ortodoxas, como a restrição do crédito. Recomendava ainda a participação do capital estrangeiro nos setores de combustíveis, energia e mineração. O relatório recebeu críticas da própria representação brasileira, especialmente por parte do grupo de jovens economistas ligados à CNI. Esse grupo criticava a política de contenção de crédito, por julgá-la contrária “ao objetivo do desenvolvimento econômico, que requer, antes, para um emprego mais produtivo dos fatores de produção,

disputas na economia política. O principal mentor da Escola de Sociologia e Política da década de 1930 e um dos grandes entusiastas do Estado dirigista Roberto Simonsen¹³ contrastava com o grupo dos liberais e monetaristas onde Dênio se posicionava. Dênio Nogueira conseguiu adentrar em diversos espaços de poder por intermédio da

uma expansão adequada do crédito”. Sugerindo uma interpretação alternativa que levasse em conta as especificidades de uma economia subdesenvolvida, o grupo concluiu sua apreciação afirmando que, no relatório, se preocuparam apenas com sintomas, e não com os problemas estruturais da economia brasileira. Replicou defendendo o relatório, pelo qual havia sido em grande parte responsável. Esse debate retomava a polêmica desenvolvida entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen, em meados da década de 1940, em torno da questão do planejamento econômico e da intervenção do Estado na economia. Gudin, defensor de uma política econômica liberal, opunha-se às propostas formuladas por Simonsen, que, representando os interesses do empresariado industrial, preconizava uma política econômica intervencionista que garantisse o desenvolvimento do processo de industrialização. Esse debate teria ampla repercussão ao longo da década de 1950, tornando-se Bulhões, ao lado de Gudin, um dos expoentes da chamada corrente monetarista no Brasil. As conclusões e medidas propostas pelo Relatório Abbink não teriam consequências práticas, uma vez que não foram feitos projetos ou liberados financiamentos para a sua implementação. Em 1950 passou a integrar, até 1954, o Conselho Nacional de Economia (CNE), criado no ano anterior para funcionar como órgão consultivo da Presidência da República, embora não estivesse subordinado a ela (BENJAMIN; KELLER, 2017?).

¹² Roberto Campos (1917-2001) formou-se em teologia e filosofia em seminários mineiros e, em 1939, prestou concurso para o Itamarati. Designado em 1942 para a seção comercial da embaixada brasileira em Washington e depois para a representação do Brasil na ONU, em Nova York, estudou Economia na Universidade George Washington e fez pós-graduação na Universidade de Columbia. Nesse período, em 1944, integrou a delegação brasileira na Conferência de Bretton Woods. De volta ao Brasil em 1949, fez parte da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953), foi o primeiro diretor econômico do BNDE (1952-1953) e participou da criação do Grupo Misto BNDE-Cepal. Voltou ao BNDE como superintendente em março de 1955 e foi seu presidente de junho de 1956 a junho de 1959. Foi ainda embaixador do Brasil nos Estados Unidos (1961-1964), ministro do Planejamento do governo Castelo Branco (1964-1967), embaixador em Londres (1974-1982) e senador por Mato Grosso (1983-1991). Em 1990, foi eleito deputado federal pelo PDS-RJ). Ver CAMPOS, Roberto. Depoimento - 1993. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC - História Oral; e BELOCH, Israel (coord.) e ABREU, Alzira Alves de (coord.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, Forense Universitária, Finep, 1984. Ainda durante a campanha de JK, sob a coordenação de Roberto Campos, que assina a nota introdutória datada de 10 de dezembro de 1955, foi elaborado um balanço da economia do país. Esse estudo baseava-se num relatório sobre a economia brasileira, preparado pelo economista Reynold Carlson para o Banco Mundial, e teve a colaboração de Evaldo Correia Lima, Sebastião de Santana e Silva e Juvenal Osório Gomes, do BNDE; Sidney Lattini, Ricardo Moura e Olindo Knust, da Sumoc; Dênio Nogueira, do CNE; Gerson Augusto da Silva, do Ministério da Fazenda; e Alexandre Kafka, da FGV. Essa mesma equipe básica teria sido responsável por outro trabalho, intitulado Programa Anti-Inflacionário para 1956, com recomendações relativas à restrição da expansão monetária e à correção do desequilíbrio orçamentário. Ambos os documentos estão no arquivo de Lucas Lopes, doado ao CPDOC/FGV. Ver também LOPES, Lucas. Memórias do desenvolvimento. Rio de Janeiro, Memória da Eletricidade, Programa de História Oral CPDOC/ FGV, 1991, cap. 7 (BCB, 2019).

¹³ SIMONSEN, Roberto - const. 1934; dep. fed. prof. 1935-1937; pres. CIB 1935-1936; pres. FIESP 1937-1945; sen. SP 1947-1948. *Roberto Cochrane Simonsen* nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 18 de fevereiro de 1889, filho de Sidnei Martin Simonsen, cidadão inglês radicado no Brasil aos 25 anos de idade, e de Robertina da Gama Cochrane. Sua mãe era carioca, descendente de antiga família escocesa e parente de lorde Cochrane, figura que obteve grande destaque nas guerras de independência de várias nações latino-americanas. Seu avô materno e padrinho, Inácio Wallace da Gama Cochrane, foi deputado à Assembleia Legislativa Provincial de 1870 a 1879, dirigiu um importante firma de exportação de café em Santos (SP) e integrou a diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Foi também o responsável pela fundação da Companhia Melhoramentos de Santos (The City of Santos Improvements) que, contando com a participação de capitais ingleses, organizou os serviços de bondes, luz e água dessa cidade (DIAS, 2017?).

influência desses representantes acadêmicos e tecnocratas da classe dominante como Bulhões e Eugênio Gudin. Foi dessa maneira que o futuro primeiro presidente do BACEN pavimentaria sua carreira e seu posicionamento social com maior ênfase a partir desse período crucial da história brasileira.

Durante toda a década de 1950 Dênio foi incorporando aos seus diversos capitais acadêmicos, profissionais e políticos um repertório de atribuições e de relações múltiplas entre diversos atores políticos e tecnocráticos consagrados como membros de uma elite econômica e financeira, também do campo acadêmico e subcampo dos economistas ainda em ascensão e cada vez mais indispensáveis enquanto saber técnico e do pensamento econômico também no espectro ideológico.

Mesmo sendo de um campo político e ideológico distinto dos governos Vargas e Kubistchek Dênio conseguiu galgar posições e lapidar muitos dos capitais já existentes como o acadêmico e o profissional ao longo da sua trajetória. O governo de Juscelino como ponte intermediária para marcar definitivamente sua posição ideológica e política prática enquanto ator relevante no espectro do liberalismo econômico foi estratégico, já que a partir do final do governo de Juscelino e a crise política e econômica que se avizinhava entre a transição do governo Jânio e João Goulart foram primordiais na sua trajetória, onde suas contribuições no campo da economia e da política consolidaram sua posição enquanto elite estratégica de confiança para o imperialismo em compasso afinado com os anseios da burguesia nacional.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 62-63):

O segundo plano de estabilização do governo Juscelino em que o senhor colaborou foi o de 1958, quando Lucas Lopes³⁵ assumiu o Ministério da Fazenda? Sim. E esse fui eu que iniciei. Quando o ministro Alkmin saiu, o ministro Lucas Lopes convidou Garrido Torres para diretor da Sumoc. Garrido e eu éramos muito unidos, muito amigos, trabalhávamos juntos na Conjuntura Econômica, e ele então me contou que teria pedido tempo ao Lucas Lopes, dizendo que aceitaria o convite, mas pretendia dar a resposta em 1 ou 2 dias. E disse a mim que tinha pedido esse tempo porque condicionava a sua aceitação a que eu fosse com ele para a Sumoc como consultor econômico. Na ocasião, eu estava prestes a completar dez anos em cargo de direção no CNE, o que me traria uma vantagem, pois eu adquiriria o direito de ter os vencimentos daquele cargo em comissão incorporados ao meu salário. Eu disse ao Garrido que não podia aceitar por causa disso, mas ele também era do Conselho e respondeu: “Não, nisso dá-se um jeito. Eu peço ao Conselho que ponha você à disposição da Sumoc, e você não perde o direito que está pleiteando”. Aceitei então, mas com uma condição: iniciarmos um projeto de estabilização. Porque o controle da situação econômica estava totalmente perdido, e era preciso tomar uma providência. Garrido concordou, conversou com Lucas Lopes, e iniciei então a preparação do Plano de Estabilização Monetária (PEM). À medida que o plano ia evoluindo, evidentemente, o círculo

de pessoas envolvidas ia aumentando. Recordo-me de que já estávamos nos reunindo com o ministro Lucas Lopes seguidas vezes, quando um dia aconteceu uma coisa engraçada. Estávamos todos em volta da mesa, o ministro Lucas Lopes, Roberto Campos, Garrido Torres, uma série de funcionários da Fazenda, o diretor do Dasp e eu, que era, talvez, o hierarquicamente menor naquela reunião, e só estava ali porque tinha sido o iniciador do Plano de Estabilização. Discutia-se o problema fiscal, e eu estava praticamente no extremo oposto da mesa em relação ao ministro. A certa altura, perguntei-lhe em voz alta, dada a distância que eu estava dele, se Brasília parava ou não. Ele me olhou como se eu estivesse dizendo um impropério e não me respondeu. Eu tinha, na época, menos de 40 anos, e nessas ocasiões a gente tem vontade de dizer coisas que, na minha idade, hoje, eu talvez não tivesse coragem de dizer. Pelo menos, iria pensar duas vezes antes. Mas insisti: “Ministro, nós estamos pedindo ao povo em geral que aperte o cinto. Ora, se o governo não dá o exemplo, como pode exigir que o povo o faça, sem nenhuma compensação?”. Ainda assim, ele não me respondeu, e a reunião continuou. Como foi uma reunião longa, numa outra oportunidade que se apresentou, voltei ao assunto, já de uma maneira um pouco mais incisiva, dizendo que se Brasília não reduzisse muito o ritmo da sua construção, o plano provavelmente não teria êxito. Ao que me respondeu o Lucas Lopes – diga-se de passagem, sou muito amigo dele, sou seu admirador até hoje –: “Olha aqui, menino. Vá você falar com o Juscelino para ver se ele para Brasília! Eu quero ver o que vai acontecer com você!”. Evidentemente, o plano foi um fracasso. Essas foram as duas ocasiões, antes de 1964, em que tomei parte em projetos de estabilização no Brasil. De todos os planos até hoje, o único que avançou mais foi o de 1964.

Nessa última passagem dessa parte do depoimento de Dênio Chagas torna-se clara a sua posição favorável ao governo autoritário de 1964, além é claro da sua consolidada posição liberal monetarista que tinha por princípio a defesa do livre mercado e da necessidade de implementação de planos de estabilização monetária como premissa do controle inflacionário e contenção de gastos públicos. As relações de amizade e proximidade abriram vínculos importantes entre atores políticos e técnicos como Lucas Lopes¹⁴, Garrido Torres¹⁵ e Roberto Campos no que tange a sua

¹⁴ Lucas Lopes (1911-1994) formou-se em Engenharia pela Escola de Engenharia de Belo Horizonte em 1932 e estudou Economia por conta própria. Foi secretário de Agricultura de Benedito [Ribeiro] Valadares em Minas (1942-1945) e, no governo estadual de Juscelino Kubitschek (1951-1955), criou e presidiu a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Presidente do BNDE e do Conselho do Desenvolvimento (1956-1958), participou da preparação e da execução do Plano de Metas do governo JK. Em junho de 1958, foi nomeado ministro da Fazenda em substituição a José Maria Alkmin, e exerceu o cargo até sofrer um enfarte em junho de 1959. Dedicou-se desde então à iniciativa privada, não mais voltando a exercer cargos públicos. Ver suas Memórias do desenvolvimento. Rio de Janeiro, Memória da Eletricidade, Programa de História Oral CPDOC/ FGV, 1991, cap. 7 (BCB, 2019).

¹⁵ TORRES, José Garrido - *superint. Sumoc 1958; pres. BNDE 1964-1967. *José Garrido Torres* nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 13 de janeiro de 1915, filho de José Garrido Torres e Olga Coelho Torres. Ainda estudante da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Nova Iorque, tornou-se assessor técnico da delegação brasileira à Conferência Internacional de Negócios, realizada em Rye, Nova Iorque, em 1944. Bacharel em ciências econômicas em 1945, obteve no ano seguinte a pós-graduação em economia na mesma universidade, sendo novamente assessor técnico da delegação brasileira à primeira sessão preparatória da Conferência de Comércio e Emprego da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Londres em 1946. Nesse mesmo ano foi ainda delegado suplente do Brasil no comitê de redação da Conferência de Comércio e Emprego, em Lake Success, Nova Iorque. Chefe do Escritório de Expansão Comercial do Brasil nessa cidade e adido comercial na embaixada brasileira em Washington de 1947 a 1952, representou o Brasil na

segunda sessão preparatória da Conferência de Comércio e Emprego da ONU, realizada em Genebra, Suíça, em 1947. Voltou a representar o Brasil na Conferência Plena de Comércio e Emprego da ONU, realizada em Havana, Cuba, no ano seguinte, sendo eleito presidente da subcomissão de investimentos e vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico. Assistente técnico da Carteira de Exportação e Importação (Cexim) do Banco do Brasil, foi delegado substituto do Brasil à Comissão de Economia e Emprego do Conselho Econômico e Social da ONU, em reunião realizada em 1948 em Lake Success. Ainda nesse ano representou o Brasil na Conferência do Conselho Interamericano de Comércio e Produção (Cicyp), realizada em Chicago. Em 1951 participou, como assessor técnico, da delegação brasileira à IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos e foi também conselheiro na IV Conferência do Conselho de Ministros Exteriores Interamericanos, realizada em Washington. Assessor técnico da delegação do Brasil à IV Reunião Plenária do Cicyp, realizada em Lima, Peru, em 1952, e à V Reunião da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) da ONU, realizada em Petrópolis (RJ) em 1953, foi ainda neste último ano conselheiro do quinto período de sessões da CEPAL, no Rio de Janeiro. Membro do Conselho Nacional de Economia (CNE) a partir de 1954, nesse mesmo ano foi consultor da delegação brasileira à Conferência de Ministros da Economia e Fazenda das Repúblicas Americanas, realizada em Petrópolis. Em 1955 diplomou-se pela Escola Superior de Guerra (ESG) e no ano seguinte tornou-se dirigente da sessão II (reforma cambial) do Fórum Econômico de Belo Horizonte. Ainda em 1956 foi delegado à primeira sessão da Comissão de Comércio da CEPAL, realizada em Santiago do Chile, onde presidiu o grupo de trabalho sobre o tema “Mercado comum e comércio de produtos tradicionais”. Nesse mesmo ano tornou-se consultor ad hoc da CEPAL para o estudo dos problemas de comércio e pagamento entre os países da América do Sul, como preparação para a primeira reunião do Comitê do Comércio Interamericano, realizada em Santiago do Chile. Nomeado pelo presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), exerceu o cargo de presidente do CNE de 1957 a 1958. Foi delegado substituto do Brasil no sétimo período de sessões da CEPAL, realizado em La Paz, Bolívia, em maio de 1957, ocasião em que presidiu o grupo de trabalho do Comitê I. Foi também, de agosto a setembro desse mesmo ano, delegado suplente à Conferência Econômica Interamericana da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada em Buenos Aires. À frente do CNE presidiu a comissão especial criada por esse órgão para estudar os problemas das exportações brasileiras e coordenou a exposição anual do CNE em 1957. Governador suplente do Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI) de 1958 a 1959, participou em 1958 da reunião dos bancos internacionais com essa instituição financeira, realizada em Nova Déli, na Índia. Nesse mesmo ano foi membro do grupo de peritos que se reuniu em Santiago do Chile, convocados pela CEPAL para estudar a criação de um mercado comum regional latino-americano, que daria origem, posteriormente, à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Ainda em 1958 chefiou a delegação brasileira à segunda reunião do grupo de trabalho de bancos centrais da CEPAL, realizada no Rio de Janeiro, e à quarta reunião operativa do Centro de Estudos Monetários Latino-Americano, na mesma cidade, tendo em ambas as ocasiões assumido a presidência da mesa. Além disso, em abril, representou também o Brasil na 37ª reunião da Comissão do Mercado Comum do Cicyp, realizada em São Paulo. Três meses depois foi nomeado para o lugar de José Joaquim Cardoso de Melo Neto à frente da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), antecessora do Banco Central, exercendo o cargo até agosto do ano seguinte, quando foi substituído por Marcos de Sousa Dantas. Em maio de 1959 foi subchefe da delegação brasileira ao segundo período de sessões do Comitê de Comércio e ao sétimo período de sessões da CEPAL, realizado no Panamá. Nesse mesmo ano participou novamente do grupo de peritos que estudavam a criação do mercado comum latino-americano. Integrou, juntamente com o ministro da Fazenda Lucas Lopes (1958-1959), o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Roberto Campos, e outros diretores de órgãos governamentais, a Consultoria Técnica (Consultec), empresa encarregada de elaborar projetos de investimentos que seus próprios participantes depois aprovariam. A Consultec apoiou e insistiu no plano de estabilização monetária proposto por Lucas Lopes e combatido pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), agremiação que apoiava o presidente Kubitschek. Consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 1960, chefiou em setembro desse ano a 39ª sessão da comissão executiva do Cicyp, realizada no México. Em abril do ano seguinte representou o Brasil na nona reunião plenária do Cicyp, realizada em Montevidéu. Presidente da comissão especial criada pelo CNE em 1961 para estudar a legislação relativa à repressão ao abuso do poder econômico, participou da delegação do Brasil à Conferência Econômica Extraordinária da OEA realizada em Punta del Este, no Uruguai. Durante o governo do presidente João Goulart (1961-1964), participou do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), organização de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo estruturada no decorrer de 1961 e fundada oficialmente em 2 de fevereiro de 1962, com o objetivo de “defender a liberdade pessoal e da empresa, ameaçadas pelo plano de socialização

ascensão ainda maior na carreira tornaram-se evidentes, principalmente onde o acúmulo de cargos no aparato estatal fortalecia os atores também no campo político. Até então, apesar dos capitais acumulados Dênio ainda está posicionado como membro de uma elite tecnocrática e não da classe dominante apesar dos seus privilégios de classe.

Para a grande maioria das elites tecnocráticas inseridas nas empresas públicas e instituições financeiras estratégicas do Estado capitalista dependente brasileiro a conexão com os círculos do poder econômico e político passavam pela universidade pública e algumas poucas privadas como a PUC e a FGV, principalmente após a segunda guerra mundial. As bolsas de pós-graduação no exterior, de preferência nos

dormente no seio do governo João Goulart”, através de um “aperfeiçoamento da consciência cívica e democrática do povo”. Após a vitória do movimento de 31 de março de 1964, de cuja preparação participaria ativamente, o IPÊS viria a reduzir suas atividades, desaparecendo completamente em 1972. Em 1962 José Garrido Torres tornou-se presidente das comissões especiais de Planejamento Econômico do CNE e da comissão criada por esse mesmo órgão para elaborar o anteprojeto de lei para a regulamentação das sociedades de crédito, financiamento e investimento. Em abril do mesmo ano representou o Brasil na 41ª reunião da comissão executiva do Cicyl realizada em Santiago do Chile, sendo também convidado especial à terceira reunião de governadores do BID, em Buenos Aires. De julho a agosto integrou o grupo de consultores convocado pela CEPAL que, também em Santiago, preparou o relatório intitulado *Hacia la coordinación de la política comercial de América Latina*. Em novembro de 1962, no Rio de Janeiro, foi delegado à VII Conferência Regional da Food and Agriculture Organization (FAO), órgão da ONU. No ano seguinte secretariou a mesa do I Congresso Brasileiro para a Definição das Reformas de Base, realizada em São Paulo, e foi relator do tema “Dinamização da ALALC”. Coordenador da exposição anual do CNE de 1963, foi convidado especial para a sétima reunião de técnicos dos bancos centrais do continente americano, realizada no Rio de Janeiro. Em 1964 deixou o CNE e ainda nesse ano, em julho, foi nomeado para o lugar de Genival de Almeida Santos (1963-1964) na presidência do BNDE, em ato do presidente Humberto Castelo Branco. Membro do Conselho Monetário Nacional de abril de 1965 a março de 1967, chefiou a delegação brasileira ao 11º período de sessões da CEPAL, realizado no México. Membro também do conselho técnico da Confederação Nacional do Comércio (CNC) em 1966, foi diretor do Centro de Análise da Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, e diretor da revista *Conjuntura Econômica* da FGV. Ainda em 1966, convidado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), participou do grupo de economistas que produziu um relatório sobre a expansão do comércio e a cooperação econômica entre os países em desenvolvimento. Em março de 1967 deixou a presidência do BNDE, sendo substituído por Jaime Magrassi de Sá (1967-1970). No início da década de 1970 foi vice-reitor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Foi ainda presidente da agência especial do BNDE para financiamento industrial, a Finame, diretor da Associação de Pecúlios dos Executivos (Aspe) e membro do conselho econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do conselho de administração da Companhia Vidraria Santa Marina e do conselho de desenvolvimento da Companhia Progresso do Estado da Guanabara (Copeg). Jornalista, foi co-diretor de *Cadernos Brasileiros*. Pertenceu à Royal Economic Society, de Londres, à American Economic Association e à Catholic Economic Association, dos Estados Unidos, à Sociedade Propagadora de Belas-Artes, à Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), ao Sindicato dos Economistas Profissionais do Rio de Janeiro e ao Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 6 de setembro de 1974. Era casado com Lucília Vieira Garrido Torres, com quem teve três filhos. Publicou diversos trabalhos sobre problemas econômicos do Brasil e seu comércio exterior, além das obras *Los pagos y el mercado regional en el comercio interlatinoamericano* (em colaboração com Eusébio Campos, 1956), *Por que um mercado regional latino-americano?* (1958), *Operação panamericana: uma política a formular* (1960), *A iniciativa particular e a Aliança para o Progresso* (1961), *Trade expansion and economic cooperation among developing countries* (1966) (FGV, 2017a).

EUA ofertadas através de processos seletivos e indicações políticas revelavam o caráter crucial da formação acadêmica atrelado ao saber técnico-científico como capital educacional relevante para a ascensão na carreira profissional como também na penetração em espaços estratégicos do poder político. Esse exemplo serve para o caso de Dênio Chagas Nogueira e de todos os citados em passagens na construção do desenvolvimento econômico brasileiro contemporâneo, em especial a partir da década de 1950 onde a formação acadêmica e a profissão de economista tornam-se relevantes como elementos do saber universitário e técnico estratégico no que tange a assumir posições chave nos aparelhos de Estado, onde a tecnocracia abriu espaços de inserção para a carreira dessas novas elites.

No Brasil atual existem ainda diversos exemplos de políticas de valorização da meritocracia ou aparente demonstração dessa, que ao longo do neoliberalismo justificam sua política ou tomada de decisão. Para a formação acadêmica e profissional do economista em postos chave da administração pública, principalmente nas instituições tecnocráticas financeiras como o Banco Central essa premissa ainda é muito válida enquanto posição estratégica assumida por uma gama muito seletiva de economistas, oriundos ou com fortes imbricações em universidades estadunidenses que contenham uma área de estudos e pesquisas na economia ortodoxa monetarista e liberal, como é a Escola de Chicago nos EUA e inserção em instituições financeiras nacionais e estrangeiras do setor privado.

Mas ao longo do século XX, em particular a partir da década de 1930 com a Revolução Burguesa capitaneada pelo governo Getúlio Vargas e ainda com mais força no seu segundo mandato no início dos anos 1950 o saber acadêmico além do prestígio e status social serviu como conhecimento técnico racional necessário para administrar as funções burocráticas do Estado e com maior precisão o saber específico na conduta e prática das tomadas de decisão das políticas econômicas e financeiras das empresas e instituições tecnocráticas do desenvolvimentismo brasileiro. Os principais atores tecnocráticos e políticos da época de Dênio Nogueira continuam fazendo seus sucessores através de indicações políticas para cargos no alto escalão das instituições tecnocráticas após passarem anos nas universidades e faculdades de Ciências Políticas e Econômicas a partir dos anos 1950 com maior ênfase.

Segundo Canêdo (2002, p. 122-124):

Em Minas, o crescimento dos técnicos políticos tornou-se mais evidente na administração de Israel Pinheiro (1965-1970), que inaugurou o “planejamento

científico” no Governo de Minas Gerais. Como seu pai, João Pinheiro – o positivista presidente de Minas dos anos 1906-1908 –, no afã de promover o desenvolvimento econômico do Estado, Israel convidou muitos técnicos para o governo. E muitos foram recrutados entre determinados filhos da oligarquia que, regularmente, desde o governo Valadares, passando pelo governo Kubitschek, vinham redefinindo o saber necessário à política dentro das secretarias e agências de governo. Para Hagopian (1986), essa peculiar gestão familiar do serviço público é o que explica por que, contrariamente ao acontecido em São Paulo, a transferência de poder nos cargos públicos em Minas gerais, dos políticos para os técnicos, foi menos abrupta. Em Minas, “em meados da década de 1970, as elites políticas tradicionais e os tecnocratas “compartilharam” o estado” (p. 192). Na verdade, até mesmo o mais importante posto político, o de governador de Estado, foi escolhido pelo governo militar dentro da oligarquia.

O fato pode nos dar uma ideia de como a virtuosidade política dada pelo grupo familiar de origem ou pela aprendizagem nas secretarias de Estado de Minas Gerais – que funcionavam também no modelo de organização familiar – pode se transformar em aprendizagem racional, sem que uma substitua a outra. Maria Armanda Arruda (1989) chama a atenção para esse aspecto contraditório quando compara o projeto de criação dos primeiros cursos superiores de ciências políticas e econômicas em Minas Gerais e em São Paulo. Lembra-se que a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Minas Gerais, em 1941, contou com a participação do empresariado financeiro mineiro e representantes das associações patronais (Federação das Indústrias e Comércio), tendo como figura central o banqueiro Ivon Leite de Magalhães Pinto, e um corpo de professores de nomes conhecidos nacionalmente. Em São Paulo, diferentemente, a iniciativa de se criar uma escola superior de economia se deu no quadro das orientações que presidiram o projeto da Universidade de São Paulo, isto é, voltada para a Faculdade de Filosofia e com ênfase na orientação jurídica e no caráter de complementação cultural (LIMONGI, 1988), passando a ser procurada por jovens sem, condição econômica para frequentar a prestigiosa escola de Direito do largo São Francisco ou a Politécnica, ambas da USP (LOUREIRO, 1997, P. 37). A própria Escola Livre de Sociologia e política de São Paulo, ligada a Roberto Simonsen, não tinha a economia nem o serviço do Estado como centro catalizador. Já na Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais, o objetivo era formar economistas voltados para a macroeconomia. Os formandos em Sociologia e Política e em administração Pública eram orientados “no sentido de assessorar o governo” (ARRUDA, 1989, p. 254). Esse programa, deslocado da realidade agrária da economia mineira, estava, entretanto, de acordo com os planos políticos de formação de um profissional que se tornava necessário no plano nacional numa época em que Getúlio consolidava as bases do Estado Nacional e os primeiros passos para um planejamento da economia.

A formação acadêmica e profissional tornou-se nesse período uma condição necessária para assumir cargos estratégicos no Estado capitalista. Funções diversificadas na burocracia estatal e nas instituições privadas, sejam estas, empresas do setor real da economia nas áreas de bens e serviços como em instituições financeiras e outros ramos de atividade, até mesmo em corporações multinacionais. O prestígio e a influência dos técnicos também junto aos políticos profissionais e a administração pública em diversas áreas, também junto às empresas privadas impulsionaram o crescimento das universidades e seu papel relevante na formação de profissionais e acadêmicos para o mercado de trabalho e para assumir atribuições tecnocráticas.

Ainda segundo Canêdo (2002, p.124):

Em Minas, tratava-se, positivamente, de formar profissionais bem adestrados, com intimidade com os problemas da gestão pública e privada. A montagem da estrutura arrojada da escola se completou com o sistema de bolsas de estudo, que contemplava os melhores alunos, selecionados após provas seletivas, e pela obtenção do tempo integral para os professores.

Com o passar do tempo a formação acadêmica se aperfeiçoou e construiu um filtro de acesso a postos chave da elite tecnocrática, com códigos próprios específicos muito bem demarcados como no caso muito bem definido do curso de Ciências Econômicas. Os economistas passaram desde os anos 1950 a serem requisitados em diversas áreas do setor público e em organizações privadas nacionais e estrangeiras, além do mercado financeiro e das próprias instituições tecnocráticas como é o caso clássico do Banco Central.

As elites tecnocráticas e os herdeiros da classe dominante passaram pelas Escolas mais bem prestigiadas e mais tarde pelas Faculdades dos recém-inaugurados cursos de formação técnica como Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Comércio Exterior e principalmente Ciências Econômicas como etapa da consolidação da formação acadêmica desses grupos seletos detentores de poder tradicional e emergente da classe dominante. Assim como a formação nas áreas do Direito, Medicina, Engenharia e Arquitetura eram consideradas nobres pelas famílias consagradas, nessa nova etapa de desenvolvimento do capitalismo brasileiro pós-segunda guerra as áreas técnicas da administração pública e empresarial privada passam a se destacar como relevantes, também de status e prestígio social. Os economistas tornaram-se entre meados do século passado até aproximadamente a transição democrática na década de 1980 uma profissão de prestígio e requisitada principalmente no setor público de maneira geral.

Para as elites financeiras tecnocráticas estratégicas e da classe dominante a profissão de economista, principalmente no mercado financeiro e na universidade até o presente momento se mantém como um subcampo acadêmico relevante no contexto da legitimidade que alcançou junto a globalização econômica e financeira neoliberal a partir da década de 1990, em especial com o advento do Plano Real. Nesse contexto cabe destacar e recuperar o contexto em que pesa o início da expansão das faculdades de Ciências Econômicas e sua capacidade legitimadora diante dos aparelhos tecnoburocráticos e do setor econômico e financeiro em um período de expansão

do capitalismo dependente sob a órbita de influência do imperialismo capitaneado pelos EUA.

Ainda de acordo com Canêdo (2002, p. 124-125):

Não é surpreendente constatar que Edmar Bacha tenha feito graduação nessa escola criada pelo pai de um futuro colega na PUC do Rio de Janeiro, o Prof. Francisco Lopes. Ambos, após terminarem o curso de economia, usufruíram um dos efeitos da modernização do país, que foi a instalação dos programas de pós-graduação no exterior, que passou a dar legitimidade política a alguns indivíduos que, como eles, com respaldo anterior em redes políticas brasileiras, puderam se inserir no circuito internacional dos diplomas para acesso ao campo político.

Esse foi o caso dos economistas citados acima e de um outro herdeiro, André Lara Rezende. Os três não eram herdeiros de um patrimônio eleitoral, mas de um estilo de político mineiro inaugurado em Minas pelo bisavô de Lara, João Pinheiro, seguido por Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro. O objetivo deles não era o trabalho parlamentar – nenhum desses três se sobressaiu nessa área – e sim atuar como planejadores e executores de políticas econômica-financeira de um Estado modernizador.

O ponto de encontro desses políticos-técnicos de Minas situava-se nas Secretarias de Benedito Valadares, nos anos 1930, e na Cia. do Vale do Rio Doce, nos anos 1940, de onde saíram as afinidades eletivas que vão também unir seus descendentes na PUC do Rio de Janeiro e em Harvard. As redes montadas pelos técnicos políticos de Minas, tanto no Brasil como no Exterior, nos anos 40 e 50, e as práticas adquiridas na participação nas Comissões Mistas Brasil-Estados Unidos durante o governo Getúlio Vargas, não passaram em branco para seus descendentes. Isso pode ser visto com a criação do departamento de Pós-graduação em Economia da PUC, grande parte sob a responsabilidade de Francisco Lopes e Edmar Bacha, cujo pai e tio já haviam participado da criação da faculdade de Economia de Minas. Não se pode esquecer, também, a desenvoltura com que Lara Rezende apresenta, com trinta e três anos de idade, o seu artigo brasileiro na reunião do Fundo Monetário Internacional, em 1984 (SARDEMBERG, 1987, p. 42-46). O respaldo dado pelos meios financeiros e acadêmicos internacionais a ele e aos planos elaborados por ele, seus professores, além de Pêrsio Arida, tiveram a ver com a competência do trabalho, mas a visibilidade na imprensa e a decorrente aplicação se devem a redes anteriormente estabelecidas e a autoridade e credibilidade interiorizada por esses herdeiros técnicos-políticos na explicitação de seu trabalho no circuito científico internacional, permitindo-lhes reforçar a diferença em relação a outros grupos políticos e econômicos. Assim, o efeito do diploma adquirido pelos herdeiros mineiros foi muito desigual e dependeu da posição de cada um deles nesse campo, mais precisamente, da distância ou proximidade com uma experiência política de gerações anteriores em assessorar o governo no plano nacional.

Já os diplomas de doutorado dos filhos mais novos de famílias de imigrantes enriquecidos na indústria, como Eduardo Matarazzo Suplicy, serviram para que eles agissem na política de maneira mais externa. A pós-graduação nos Estados Unidos foi útil para Suplicy adquirir espaço num partido político nascente, como o PT, aí se integrando como conselheiro, a partir de estudos realizados sobre controle de preços e salários.

Canêdo continua na sequência do seu trabalho de pesquisa a explicar o fenômeno do técnico-político como uma característica daqueles indivíduos privilegiados que conseguem a partir da formação acadêmica adentrar aos espaços da política e dos processos decisórios a frente de instituições financeiras, órgãos da administração

pública e empresas estatais e mistas, principalmente com o salto dado a partir do segundo mandato de Vargas nos anos de 1950. Outra consideração importante apontada por Canêdo são as reproduções familiares no interior das universidades através da criação de instituições e cursos superiores em Economia e com fortes laços entre cursos de pós-graduação no exterior, em especial nos EUA, também nos cursos técnicos acadêmicos com destaque para as ciências econômicas.

O exemplo do caso do Lara Rezende é típico de um indivíduo da classe dominante com vínculos familiares nas instituições de ensino superior e revistas acadêmicas de prestígio nacional. As universidades passam a se constituírem como instituições chave como instrumentos de articulação entre redes políticas e tecnocratas nos aparelhos de Estado com conexões entre os setores da burguesia nacional e imperialista, em particular no mercado financeiro. Os capitais herdados e incorporados no seio da família da classe dominante estão cada vez mais diversificados e complexos acompanhando as transformações na sociedade capitalista e suas especificidades no caso brasileiro. Os capitais acadêmicos, políticos e econômicos são o fruto das estratégias familiares de berço e muitas vezes conquistado através de portas de entrada por intermédio de oportunidades ofertadas e compartilhadas entre os membros de espaços sociais específicos dentro de cada campo e subcampo do espectro social.

Canêdo aponta para três grandes formas de penetração nos espaços da política. A primeira tem base em grande medida a partir do capital familiar com redes de nepotismo, também de compadrio seja em momentos autoritários como democráticos, o segundo pela via do corpo técnico-científico inseridos através do acúmulo de capitais acadêmicos e profissionais e o terceiro por intermédio da representatividade política nas instituições como entidades sociais e sindicatos onde forjam-se lideranças para atuar no campo das disputas políticas. Todas essas formas necessitam de capitais herdados e conquistados no interior dos seus respectivos campos e subcampos.

Ainda de acordo com Canêdo (2002, p. 126):

O que esta pesquisa deixou claro até agora como saldo é o sentido do trabalho coletivo do político articulado em redes. Pensar nessas redes implica um mergulho não só nas estratégias de educação, mas, principalmente, no significado de uma herança em política.

O caso de Lula é exemplar para uma discussão desse quilate. Não recebeu uma educação escolar e não foi socializado em uma tradição familiar de políticos. Sua possibilidade de arranque lhe veio de um capital político favorável às alianças e articulações, o mesmo momento aproveitado por Fernando Henrique junto à oposição liberal. Mas, diferentemente de um herdeiro como

Fernando Henrique, Lula, só dispoño de um capital político militante, articulou-se com outros militantes, seja de partidos de esquerda, sindicalistas ou universitários para criar o PT.

A política assim como o próprio poder econômico da classe dominante estão articulados em redes e conexões múltiplas e diversificadas, em muitos casos transmitidos via heranças familiares e interações que envolvem atores políticos distribuídos em campos variados da política. Quando esses capitais não são herdados ou conquistados por canais de interação junto a atores políticos relevantes da dominação capitalista eles podem ser alcançados através de redes de articulação oposicionistas estabelecidas por intermédio de instituições representativas dos trabalhadores e da sociedade civil. O caso de Lula e Fernando Henrique expostos por Canêdo demonstram como as redes e os diversos capitais herdados e conquistados atuam de formas distintas e em campos opostos, apesar da sua eficiência em garantir que os atores em questão atinjam objetivos na órbita da obtenção do poder.

Toda essa discussão contribui para pensar sobre o caso do Dênio Chagas Nogueira como um ator relevante no processo tecnocrático decisório brasileiro a partir do período do segundo ciclo desenvolvimentista dos anos 1950, apesar de ser um oposicionista liberal no campo da economia e da política. Dênio é um herdeiro da grande propriedade rural, também do estamento militar e que foi educado em escolas militares e universidades de prestígio dentro e fora do país. Teve irmãos que seguiram a carreira militar como o pai e outros foram sendo inseridos na administração pública e instituições financeiras do Estado através do Banco do Brasil e da própria Sumoc. Diante deste cenário foram incorporando e lapidando capitais as suas carreiras nos aparelhos de Estado como é o caso particular do próprio Dênio que conquistou capitais técnico-profissionais e políticos ao longo do período entre a democracia desenvolvimentista e o período autoritário com os militares no poder.

Mas antes mesmo de Dênio assumir a presidência do Banco Central em abril de 1965 os capitais desse relevante ator tecnoburocrático deram um salto ainda em meados do governo de Juscelino no ano de 1958 quando passa a se articular com maior intensidade com o capital privado bancário nacional e internacional através da sua participação como um representante em comissões para discutir questões relacionadas ao setor financeiro também no exterior.

As conexões políticas de interesse econômico abrem portas de acesso ao conteúdo de capitais políticos, sociais e econômicos ainda mais robustos para um

ainda representante da elite tecnocrática financeira. Apesar de todos esses capitais herdados e acumulados a partir da família a discussão se Dênio é um legítimo representante da classe dominante procede já que esse ator ainda galga posições de acesso no interior do campo do mercado financeiro em disputa e permanência no que tange a uma correlação de forças interna a cada campo e subcampo dos espaços econômicos.

Apesar das interações em redes entre atores com objetivos em comum as disputas no interior de cada campo e subcampo são incessantes. Assim como Lara Rezende o caso da trajetória de Dênio Nogueira se assemelha no que diz respeito as suas participações junto ao mercado financeiro internacional antes dos 40 anos de idade. Dênio ainda acumularia mais capitais em direção a conquistas de um legítimo representante da classe dominante em particular após deixar a presidência do Banco Central em 1967, mas cabe ressaltar sua participação nas comissões no exterior a partir de 1958.

De acordo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 65-66):

O senhor permaneceu como consultor econômico da Sumoc até o fim do governo Juscelino? Não. Talvez valha a pena contar como eu me orgulho de ter sido demitido. Depois de ter contribuído para a preparação do projeto de estabilização de 1958, fui incumbido pelo Garrido Torres de preparar para o Ministério da Fazenda um projeto de regulamentação do funcionamento das companhias de crédito, financiamento e investimento. Até então, havia dois decretos-leis antigos, se não me engano dos anos 1940, dizendo apenas que deveriam existir essas instituições no Brasil, e que o seu funcionamento seria regulamentado por uma portaria do ministro da Fazenda. Havia na Sumoc um órgão chamado Conselho Consultivo de Política Bancária, que tinha a participação de banqueiros. Era como um órgão de consultoria para o Conselho da Sumoc. Os banqueiros haviam sido nomeados ainda no tempo do Alkmin, mas até então, na minha opinião, aquilo tinha sido um mero título, porque eles nunca tinham feito nada. Tenho quase certeza de que o Garrido foi o primeiro a convocá-los para dar-lhes uma incumbência. Eu devia preparar a minuta de regulamentação para submeter a eles, que depois de a examinarem, levariam-na ao Conselho da Sumoc. No final, a minuta seria levada ao ministro Lucas Lopes. Quem deveria levar a minuta ao ministro era o próprio Garrido Torres. Mas ocorre que, na ocasião, houve uma reunião de bancos centrais fora do país, e o Garrido tinha que participar dessa reunião. Ele me pediu que fosse eu o portador. Era um assunto a respeito do qual ele já tinha conversado com o ministro. Eu mesmo levei a minuta, dei algumas explicações que o ministro me pediu, outras que achei conveniente dar, e ele me disse: "Olha, vou passar o fim de semana em Caxambu e logo que voltar ligo para você, você vem aqui, e tiramos o resto das dúvidas para darmos andamento a esse assunto". Lá Lucas Lopes teve um enfarte, e o assunto parou. Lembre-se de que, naquela ocasião, Juscelino estava cortando relações com o FMI. Num comício nos jardins do Catete, 41 chefiado por Luís Carlos Prestes, havia um slogan que dizia "Morra, Lucas Lopes!", e Lucas Lopes estava à morte, com um enfarte, e era consogro do Juscelino! Evidentemente, não entendo isso. Mas em função disso, foi nomeado outro ministro da Fazenda, Sebastião Pais de Almeida. Diziam, inclusive, que ele foi nomeado por engano, que Juscelino

queria o irmão dele, mas chamou pelo sobrenome e trouxeram o Sebastião. O novo ministro nomeou diretor-executivo da Sumoc o Marcos de Sousa Dantas, e nós todos fomos demitidos. Aliás, um dos crachás que eu gosto de usar é de ter sido demitido na defesa das minhas ideias, sem ter cedido. E ter sido demitido pelo Juscelino. Mas, passa-se o tempo, 1, 2, 3 meses, e sou convocado pelo Sousa Dantas para conversar sobre essa tal portaria, da qual ele tinha sabido que eu tinha sido o autor. Tive uma conversa com ele e, uma semana depois, a portaria estava publicada, tal como tinha sido apresentada ao Lucas Lopes, sem nenhuma modificação. É a chamada Portaria 309, que vigorou até uns 3 ou 4 anos atrás. E, se forem ver a regulamentação atual, é fundamentalmente a mesma coisa.

A comissão da qual Dênio participou na verdade era uma reunião no exterior com os representantes de alguns bancos centrais a pedido do então ministro da Fazenda Lucas Lopes. Entre conselhos consultivos de política bancária com banqueiros na Sumoc e reuniões no exterior com representantes dos bancos centrais internacionais a pedido do Ministério da Fazenda Dênio Nogueira acumula ainda mais capitais sociais e políticos no setor privado do mercado financeiro nacional e internacional. Sua relevância ultrapassou nesse momento seu capital técnico-profissional e a partir de então Dênio passa a ser visto como ator político de confiança da classe dominante e do imperialismo para além do ator tecno burocrático.

A carreira tecno burocrática de Dênio ultrapassa também as fronteiras do país e com isso seu capital político segue em expansão, principalmente a medida que esse ator técnico-político defende os interesses do liberalismo econômico como se fosse um embaixador do pensamento do livre mercado. Esse novo estágio de acumulação e expansão de capitais na carreira técnica e política de Dênio Chagas Nogueira ocorre entre o final do governo Juscelino até tomar posse na presidência do Bacen no primeiro semestre de 1965. Cabe considerar que grande parte desse capital político se deve; como já mencionamos a sua inserção como interlocutor no setor externo.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 70-71):

Em 1960, eu me encontrava no México, terminando um relatório sobre o tratamento do capital estrangeiro nos países signatários do tratado da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc). Eu era o relator do grupo encarregado desse estudo, do qual faziam parte também [Adalbert] Krieger Vasena, que depois foi ministro da Economia da Argentina; José Pinera, que foi presidente da Nacional Financeira, correspondente do BNDE do Chile, e depois embaixador do Chile nos Estados Unidos; e Merwin Bohan, um americano que tinha sido adido econômico em várias embaixadas dos Estados Unidos na América Latina.⁴⁸ Logo que cheguei à cidade do México, visitei oficialmente o embaixador do Brasil, dizendo em que condições estava ali, enfim, fiz uma visita meramente de cortesia. Poucos dias depois, fui surpreendido no hotel por um convite do ministro-conselheiro da embaixada para

uma conferência que ele ia fazer na Universidade do México sobre problemas econômicos do Brasil.

Dênio Chagas Nogueira sendo um relator de um importante encontro do livre comércio latino-americano e participe de associações e entidades defensoras do livre comércio junto com presidentes de instituições financeiras, ministros da economia e embaixadores de países sul-americanos nos EUA possibilitaram a esse representante das elites financeiras tecnocráticas acumular capitais a partir dessas conexões políticas de interesse econômico.

O início da década de 1960 foi promissora para Dênio ao contrário da situação econômica e política do Brasil nessa fase de crise acentuada. A posse de Jânio Quadros e sua precoce renúncia ainda em 1961 aprofundou a crise política e econômica brasileira, onde a penetração dos aparelhos de propaganda com influência política vindos dos EUA passou ainda ser mais frequente e incisivo no que diz respeito ao processo de construção ideológica a partir de então, com uma participação importante de Dênio comentada inclusive por ele em seu depoimento mais à frente.

Mas antes disso cabe trazer para esse debate o contexto da polarização política existente na sociedade brasileira entre o final do governo Juscelino até a interrupção autoritária do governo de João Goulart em 1964. As disputas políticas estavam até certo ponto represadas desde o suicídio de Vargas em 1954, mas com a saída de Juscelino e a posse de Jânio uma série de conflitos e disputas político partidárias representadas por diversos setores da sociedade e até evidentemente do imperialismo culminaram no golpe civil-militar-empresarial no Brasil em 1964.

A classe dominante brasileira em conluio com o imperialismo adota uma política mais austera na economia entre os governos de Jânio Quadros e o governo provisório parlamentar antes da posse definitiva de João Goulart já em meados do mandato dos eleitos. A cisão já era evidente antes mesmo da posse de Jânio e as disputas em torno dos interesses dos operários nas fábricas e dos trabalhadores rurais e demais estratos populares representados até em certa medida por partidos políticos mais nacionalistas e a esquerda do espectro político entraram em choque com os setores burgueses do latifúndio, grandes grupos empresariais nacionais, multinacionais e banqueiros, além é claro de tecnoburocratas como Dênio a serviço do imperialismo e do rentismo financeiro.

Segundo Souza (2005, p. 86-87):

Assim, pois, a intensificação do desenvolvimento capitalista no Brasil a partir da segunda metade dos anos 50 é simultaneamente o processo de aprofundamento da cisão entre dois caminhos distintos para o capitalismo em nosso país e a radicalização da luta política entre os defensores desses dois caminhos. Progressivamente, o conjunto da sociedade brasileira foi se polarizando entre esses dois projetos políticos, de um lado, um projeto que significava a vinculação crescente ao imperialismo estadunidense, definido pela UDN e parcelas do PSD (representando o capital estrangeiro, o latifúndio e parcelas da burguesia financeira), e, de outro, um projeto que propunha um desenvolvimento independente, patrocinado pela aliança PTB-PCB, incluindo parcelas do PSD e até da UDN (representando a burguesia nacional, a classe operária, o campesinato e importantes setores pequeno-burgueses). O avanço do capital estrangeiro no país tinha o condão de engrossar cada vez mais as fileiras da frente anti-imperialista, que se consolida no princípio dos anos 60 com a formação, em 1963, da Frente de Mobilização Popular, integrada pelo Comando geral dos Trabalhadores, que se formara um pouco antes, a Frente Parlamentar Nacionalista, a União Nacional dos Estudantes, entre outras forças. O nacionalismo de princípios dos anos 60 dá um salto adiante em relação ao da época de Vargas: antes, existia muito mais como um projeto de estado baseado em forças desorganizadas; agora, expressava uma aliança entre forças políticas organizadas. O acirramento da luta entre o caminho independente e o caminho dependente para o Brasil chegou a penetrar no interior do próprio Estado nacional. Vimos que, a partir do suicídio de Vargas, começou o assalto das forças pró-imperialistas ao aparato estatal, cujo exemplo maior, na fase inicial, foi a nomeação de Eugênio Gudin para o Ministério da Fazenda. Porém, o Estado não se adaptou de imediato ao domínio dessas forças. O governo de JK, como indicamos, expressava essa contradição. Ao mesmo tempo que mantinha o projeto nacional, abria espaço para o avanço do capital estrangeiro. O atendimento a esses interesses entrava em choque direto com a base de massa da aliança que levava JK ao poder, em grande parte representada pela presença do PTB no governo.

A passagem de Souza acima representa o acirramento da luta de classes no Brasil no início da década de 1960 e o papel das elites financeiras tecnocráticas liberais inseridas no Estado capitalista no momento mais acentuado da crise política e econômica era de estabelecer conexões de fortalecimento dos laços com o imperialismo no conluio entre a classe dominante brasileira e o capitalismo transnacional. Os partidos nacionalistas e de esquerda numa disputa com os partidos da ala da burguesia agrária, banqueiros e grandes corporações multinacionais, principalmente dos EUA marcaram o tom dos debates e das disputas entre o governo Juscelino e o início da década de 1960 até o golpe de Estado. Dênio Nogueira representa os interesses da economia política do liberalismo com uma política tributária regressiva, uma política monetária ortodoxa de arrochos salariais e redução de gastos públicos e abertura comercial com baixo nível de regulações econômicas e financeiras.

As contradições dentro do próprio governo Juscelino como explicitado por Souza na passagem acima revelam as dificuldades em prosseguir pela via do caminho desenvolvimentista independente. A penetração dos liberais no governo como no

exemplo de Eugênio Gudin; um dos padrinhos políticos de Dênio é a face mais nítida dessas contradições e disputas políticas.

O fortalecimento dos capitais políticos e tecnocráticos de Dênio passam pelas conexões com seus padrinhos acadêmicos e políticos como Bulhões e Gudin, entre outros e a porta de entrada mais incisiva com o imperialismo ocorre a partir do momento que esse ator político passa a representar os interesses dos banqueiros e do livre comércio no exterior junto a autoridades de muita influência e poder político como banqueiros internacionais, ministros e embaixadores de Estado. Com o acirramento das disputas políticas em um tom ainda mais elevado no governo de João Goulart o ator político e tecnocrático Dênio entra em cena também exercendo um papel importante junto a instituições estrangeiras patrocinadas pelo governo estadunidense atuando no Brasil.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 76-79):

Ipês-Rio × Ipês-São Paulo

Quais foram suas atividades no governo João Goulart?

Depois que recusei a Carteira de Câmbio em 1961, continuei na minha vida, trabalhando no Conselho Nacional de Economia e na Conjuntura Econômica até 1963, quando houve o plebiscito pelo parlamentarismo no governo Goulart – aliás, votei no parlamentarismo e continuo parlamentarista até hoje. Nessa ocasião, Garrido Torres tinha sido convidado para chefiar a assessoria econômica do Ipês e me chamou para trabalhar com ele.

E ele havia sido convidado por quem?

Não tenho certeza. Mas ele era muito ligado ao Jorge Oscar de Melo Flores e ao Haroldo Polland, que eram da direção-executiva do Ipês aqui no Rio. Talvez quem o tenha levado para lá tenha sido o Polland, mas não posso assegurar. O fato é que nós fomos para o Ipês para dar assessoria e preparar trabalhos sobre a parte econômica. Recebi muito bem o convite que o Garrido me fez, porque eu precisava de remuneração. Ainda estava com os problemas da compra do apartamento e teria mais uma fonte de renda. Fiquei muito satisfeito e me dediquei de maneira muito profunda ao trabalho.

A remuneração dos colaboradores do Ipês era por tarefa ou era mensal?

Tenho ideia de que era uma importância mensal que nós, colaboradores técnicos, recebíamos. O Ipês tornou-se mais ativo no final do governo Jango, e a lembrança que eu tenho é de que eu teria trabalhado lá cerca de 8, 9 meses. Acredito que menos de um ano. Logo que entrei, sugeri duas coisas, por intermédio do Garrido, à cúpula do Ipês aqui do Rio: que se fizesse um trabalho profundo sobre a reforma agrária e se publicasse também uma coletânea de ideias sobre as chamadas reformas de base do João Goulart. Porque o próprio presidente falava muito em reformas de base, mas não definia nenhuma delas. Ameaçava tirá-las na marra, era essa a expressão dele, do Congresso, mas sem defini-las. Eu, pelo menos, não conheço nenhum projeto que dissesse: são estas as reformas de base. Falava-se, assim, em termos muito gerais, em reforma bancária, em reforma agrária, mas não se dizia como se pretendia fazê-las. Então, preparamos uma série de reformas que nós do Ipês, pelo menos do Rio, achávamos que realmente deveriam ser feitas. Não preparamos os projetos, mas definimos cada uma delas e indicamos os pontos fundamentais que deveriam ser abordados e a maneira de resolvê-los.

Esse trabalho é que foi a origem do livro Reformas de base: posição do Ipes? Exatamente. É um folheto. Estão lá a reforma agrária, a reforma bancária ou monetária, como seria o nome mais correto, a reforma fiscal. Essas eram as principais, mas havia outras: reforma dos serviços públicos eram umas 12 ou 15, por aí. O trabalho foi feito por mim, e a redação foi revista pelo Rubem Fonseca, que era o redator das nossas ideias. Por isso saiu tão bem escrito. Vale a pena ler. Rubem Fonseca é um grande escritor e já era bom naquela época. No caso da reforma agrária, recorde que eu não conhecia o tema suficientemente e, por isso, ele foi tratado por outras pessoas. Paulo de Assis Ribeiro foi o principal redator, não só do capítulo sobre a reforma agrária desse folheto, como também de um trabalho maior que foi publicado, um livro de formato grande, de maior profundidade. Mas eu me recorde de que partiu de mim a sugestão, que depois viria a ser adotada no projeto do governo Castelo – o chamado Estatuto da Terra –, de usar o mecanismo do imposto territorial rural para fazer a reforma agrária. Aquilo foi sugestão minha, mas não era invenção minha. Num dos cursos que fiz no exterior, estudei a utilização da política fiscal para promover a reforma agrária, coisa que foi feita por sugestão do Banco Mundial em vários países do mundo. É um sistema muito inteligente, porque foge à questão da definição de terra produtiva e terra improdutiva, que é o ponto fraco de todo projeto de reforma agrária. Dizer o que é produtivo e o que não é produtivo é uma definição muito subjetiva, é uma discussão sem fim, como ficou comprovado agora, na Constituição de 1988. Para fugir a isso, sugeri que fosse adotado um mecanismo muito simples: a alíquota do imposto territorial rural deveria ser diretamente proporcional ao tamanho da propriedade. Ou seja, quanto maior a propriedade, não só o imposto seria maior, como a alíquota do imposto cresceria – portanto, o imposto aumentaria numa razão geométrica. Mas, ao mesmo tempo, a alíquota deveria ser inversamente proporcional ao grau de utilização da terra. Então, vamos dizer, um latifúndio que não fosse utilizado pagaria um imposto muito alto, porque teria tudo o que faz subir a alíquota e não teria nada que a faz regredir. Ao passo que um latifúndio produtivo pagaria um imposto razoável, já que a alíquota cresceria com o tamanho da propriedade, mas decresceria com o grau de utilização. Já uma terra pequena e improdutiva, deixada só para valorização, pagaria uma alíquota não tão alta, mas também punitiva, para forçar o indivíduo a vender ou então a utilizar a terra. Um dos problemas sérios quando se quer fazer a reforma agrária, especialmente nos países em que existe inflação, é que a terra faz as vezes de moeda como reserva de valor. Ocorre, então, o que se chama de comprar terra para fins especulativos; quer dizer, o indivíduo compra a terra para fazer um investimento que poderá crescer não só com a inflação, como também com o progresso da região e, com isso, ele espera ter um lucro futuro. A reforma agrária, para nós, significava a utilização da terra. Mas, ao mesmo tempo em que o Ipes aqui do Rio aprovava a nossa proposta e publicava os nossos trabalhos, o Ipes de São Paulo, que tinha uma posição extremamente reacionária, financiava a edição de um livro chamado Reforma agrária, questão de consciência. Era escrito por dois bispos de direita e era contra a reforma agrária! Distribuíam aquilo de graça, e eu nem quis receber, porque me fazia mal, dava coceira nas mãos. Estou chamando a atenção para isso porque, tempos depois, saiu publicado aquele livro do René [Armand] Dreyfus sobre o Ipes, e, ou ele não tem seriedade, ou não tem capacidade, porque se estava fazendo uma análise do que tinha sido o Ipes, e se essa análise fosse de boa-fé, no mínimo deveria ter comparado o Ipes do Rio ao Ipes de São Paulo. Porque, realmente, eram a água e o vinho. Sei muito bem disso porque, toda vez que nós fazíamos um trabalho desses, eu ia a São Paulo para discutir com o grupo lá. Eram realmente muito diferentes os dois braços do Ipes?

Muito. Havia dois Ipês, fundamentalmente distintos, e eu diria inclusive opostos. A doutrina do Ipes de São Paulo era de extremíssima direita. A nossa doutrina, no Rio, era de liberal para a esquerda.

A passagem do tecnocrata Dênio Nogueira a convite de Garrido Torres no IPES¹⁶ (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) do Rio de Janeiro revela nesse depoimento acima muito dos interesses da classe dominante brasileira e do papel importante do imperialismo estadunidense no investimento na formação política da classe trabalhadora e estudantes nesse período mais acirrado da democracia representativa antes do golpe de Estado de 1964. Acompanhando o depoimento acima compreendemos muito das ideias da elite financeira tecnocrática liberal brasileira naquele momento e seu papel de mobilização política e ideológica enquanto acadêmicos e técnicos a serviço da classe dominante e do imperialismo.

As contradições nessa passagem do depoimento de Dênio também revelam uma tentativa de separar radicalmente as posições políticas do IPES do Rio de Janeiro de Dênio do IPES de São Paulo como sendo diametralmente opostas em termos de

¹⁶ O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES - As articulações para a criação de uma entidade, nos moldes que veio a ter o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPÊS, começaram ainda em 1961. A renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto daquele ano, e a subsequente posse de João Goulart – visto com desconfiança pelo empresariado devido às suas ligações com o movimento sindical – deram uma nova dimensão aos encontros que vinham sendo mantidos. Preocupados com a inflação, com a falta de planejamento econômico do governo e, sobretudo, com a suposta influência de comunistas e o aumento da intervenção estatal, os empresários resolveram intensificar as ações visando à criação de uma organização que defendesse seus interesses. Fundado oficialmente em 2 de fevereiro de 1962, no Rio de Janeiro, o IPÊS resultou da fusão de grupos de empresários organizados no Rio e em São Paulo e rapidamente ganhou a adesão das classes produtoras das outras unidades da federação. O acirramento nos debates sobre as chamadas "reformas de base" – agrária, bancária, urbana, universitária e tributária, promovidas pelo governo Goulart – incitou nos membros do IPÊS a percepção de que o país marchava inexoravelmente para o comunismo e que cabia aos "homens bons" a interrupção desse processo. Dessa forma, o instituto promoveu intensa campanha anti-governamental. Associando as propostas do governo ao comunismo, a entidade utilizou os mais diversos meios de comunicação na defesa da "democracia" e da livre iniciativa. Publicou artigos nos principais jornais do país; produziu uma série de 14 filmes de "doutrinação democrática", apresentados em todo o país; financiou cursos, seminários, conferências públicas; publicou e distribuiu inúmeros livros, folhetos e panfletos anticomunistas, dentre os quais *UNE, instrumento de subversão*, de Sônia Segnanfredo, dirigido aos estudantes universitários, então tidos como um dos pilares da infiltração comunista. O IPÊS também atuou no financiamento de outras entidades contrárias ao governo Goulart, tais como os Círculos Operários carioca e paulista, a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) do Rio, a União Cívica Feminina de São Paulo, o Instituto Universitário do Livro, e o Movimento Universitário de Desfavelamento. O IPÊS-RJ auxiliava igualmente a Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra. Em maio de 1963, a Câmara dos Deputados instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), acusado de financiar candidatos oposicionistas na campanha eleitoral de 1962 com recursos indevidos. O IPÊS foi arrolado na CPI, mas acabou sendo absolvido, em dezembro de 1963. A participação do IPÊS na derrubada do governo Goulart, em 31 de março de 1964, pelos militares, foi preferencialmente resultado de um trabalho propagandístico. Todavia, isso não impediu que alguns de seus membros, individualmente, atuassem de maneira mais direta. O reconhecimento dos seus préstimos pelo regime militar, ocorreu em 7 de novembro de 1966, quando foi declarado "órgão de utilidade pública" por decreto presidencial. O IPÊS paulista foi completamente desativado em 1970, ao passo que o do Rio encerrou suas atividades em março de 1972 (FGV, 2017b).

ação política e até ideias. Algo que chamou a atenção também se refere à justificativa para a adesão ao trabalho no IPES no sentido da necessidade de remuneração para pagar o financiamento do seu apartamento, algo que soa a princípio estranho para um ator relevante no cenário tecnocrático brasileiro naquele momento.

Dênio Nogueira fez questão de frisar muito o seu trabalho em relação a crítica das reformas de base de João Goulart e por isso adotou uma visão no mínimo muito próxima aquela sugerida pelo Banco Mundial em relação a reforma agrária, bancária, tributária, entre outras. Muitos dos seus documentos elaborados a frente do IPES como colaborador serviram de parâmetro mais tarde para o governo Castelo Branco segundo o próprio Dênio. Com tantos capitais acumulados até então o tecnocrata Dênio Nogueira passou de um estágio ainda incipiente na tecnoburocracia de uma elite estratégica para um grau mais elevado de legitimidade junto a classe dominante.

Vamos lembrar que Dênio Nogueira ainda mantinha posições estratégicas no Conselho Nacional de Economia (CNE) e como redator chefe da revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas (FGV) ainda nos primeiros anos da década de 1960 e mais tarde já no governo João Goulart assumiu estrategicamente uma posição de colaborador do IPES do Rio de Janeiro contra as políticas de reforma de base de Jango. Isso lhe rendeu posições estratégicas relevantes no futuro governo do general Castelo Branco logo a frente.

As conexões entre as principais elites tecnocráticas e membros da classe dominante tornam-se claras pelas nomeações que se seguiram a partir da implementação do governo autoritário militar. A tese defendida nesse trabalho é de que a instituição chave da política econômica e do setor financeiro no Brasil a partir de 1965 (BACEN, BC ou BCB – Banco Central do Brasil) desde sempre tiveram presidentes pertencentes às elites financeiras tecnocráticas e também do setor financeiro privado, além de muitos desses também serem pertencentes a classe dominante tradicional ou emergente.

Em relação a formação de redes políticas e econômicas com políticos profissionais e técnicos especialistas a premissa adotada aqui é de que muitas haviam sido construídas ao longo da história secular brasileira e outras mais recentes na própria constituição do desenvolvimentismo através da formação de um Estado capitalista dependente mais complexo e robusto. Esse processo ocorreu tanto pela via das interações entre os vínculos familiares quanto através de laços profissionais e políticos

contemporâneos permeados pela tecnoburocracia e instituições universitárias. O depoimento de Dênio Nogueira revela-se mais uma vez ainda mais importante na passagem que recapitula a nomeação do alto escalão do governo Castelo Branco na composição das pastas e das instituições relacionadas ao Ministério da Economia, instituições financeiras e tecnocráticas estratégicas e para Dênio a recompensa foi a presidência do Banco Central.

De acordo com a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 76-79):

A ida para o governo Castelo Há quem diga que o Ipês, mesmo sem ter-se constituído num partido político, preparou o grupo que foi ocupar os cargos de chefia do governo Castelo Branco. O senhor concorda? Isso é o que diz o Dreifuss. Mas é interessante: além de terem ido o doutor Bulhões para o Ministério da Fazenda e Roberto Campos para o Ministério do Planejamento, o senhor foi para a Sumoc e depois para o BCB, Garrido Torres foi para o BNDE, Paulo de Assis Ribeiro para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Quer dizer, toda uma equipe ligada ao Ipês do Rio ocupou cargos importantes no governo Castelo Branco. Mas aí nós estamos diante daquela situação: quem vem primeiro, o ovo ou a galinha? Para começar, que eu saiba, nem Bulhões nem Roberto Campos participaram do Ipês. Depois, no início da década de 1960, o grupo profissionalmente preparado era ainda muito pequeno no Brasil. Esse grupo foi se formando na década de 1950, quando ainda não existia o Ipês. Antes de o Ipês surgir, esse grupo já pensava de determinada maneira, de modo que não se violentou o Ipês. Tanto no jornalzinho mensal que o Ibad publicava como no Ipês, nunca violentei uma sílaba das minhas ideias. Sempre aceitaram as minhas ideias tais como eu as propunha. Então, eu pergunto: se assim era, foi o Ipês que me levou ao BCB, o Garrido ao BNDE, ou foi o que eu já sabia antes do Ipês e que vendi ao Ipês, como profissional que era? Quando houve a revolução, Bulhões foi convidado para ser ministro da Fazenda. Garrido era companheiro do Bulhões, membro como ele do CNE e diretor da Conjuntura Econômica, sendo o Bulhões nesse caso, como vice-presidente do Ibpe, seu superior. Eu era chefe de uma divisão do CNE, a Divisão de Finanças, a mais próxima do Bulhões, que me tinha levado para lá muito antes de existir o Ipês. Eu também tinha sido levado para a FGV, pelo Garrido, em 1953. Quando foi convidado para ministro da Fazenda pelo presidente Castelo, o que fez o Bulhões? Chamou a mim, ao Garrido, ao Roberto Campos. Por causa do Ipês? Ou por que ele nos conhecia e trabalhávamos com ele? Eu não tenho dúvida em afirmar que o Ipês não tem nada a ver com isso. Acho, inclusive, que o Bulhões nem sabia da existência do Ipês, ou ao menos o que nós estávamos fazendo lá. Foi a proximidade com ele, não só na FGV como no CNE, que o levou a nos convidar. O senhor também já conhecia o presidente Castelo Branco? Sim. Conheci o Castelo Branco na Escola Superior de Guerra em 1958, quando fiz o curso lá.

Observamos nessa passagem do depoimento de Dênio Nogueira que o núcleo duro dos colaboradores do IPES-RJ passou a compor a equipe econômica do governo autoritário militar do general Castelo Branco. Os principais cargos em ministérios, bancos e instituições financeiras foram ocupados pelos políticos e tecnocratas liberais monetaristas que atuavam direta e indiretamente contra o governo João Goulart e historicamente a favor das ideias econômicas e ações políticas no sentido da

defesa da abertura econômica em parceria com o imperialismo estadunidense. As ligações de Dênio com os militares já vinha de algum tempo, desde o berço com seu pai e na convivência com seus dois irmãos militares de alta patente e ainda reforçado pela educação em escolas militares e por último na passagem que Dênio afirma que conheceu o presidente general Castelo Branco na Escola Superior de Guerra durante o governo Juscelino Kubitschek.

A construção da carreira profissional de Dênio passou por uma série de capitais herdados e conquistados durante a sua trajetória começando pela sociabilidade militar herdada pelo pai e pela educação em colégios e cursos militares, pela formação acadêmica e profissional no curso de Ciências Econômicas e pelo seu envolvimento técnico e político nas instituições tecnocráticas econômicas e financeiras exatamente no momento de crescimento e desenvolvimento do Estado capitalista dependente brasileiro da década de 1950.

A discussão entre elite e classe dominante permeia a trajetória de vida e carreira profissional de todos os presidentes do Banco central desde a sua fundação partindo desse objeto de pesquisa e análise sociológica. O caso de Dênio Chagas Nogueira é típico nesse sentido e para que possamos explicá-la sociologicamente melhor procurarmos recortar epistemologicamente as fases profissionais de Dênio e sua atuação política e econômica como ator relevante do setor econômico e financeiro brasileiro, principalmente no momento anterior e posterior a presidência do Banco Central do Brasil entre 1965-67. Dênio construiu seu capital educacional, técnico-profissional, social e político com maior envergadura pós-segunda guerra e atingiu um estágio superior a partir do momento que assume a presidência do Banco Central.

Dênio consolidou até esse momento sua posição como pertencente a uma elite tecnocrática estratégica na área econômica e financeira, mas sua posição de subordinação a um ordenamento político e econômico no interior das instituições passa a mudar no momento que esse ator relevante passa a atuar como um executivo de ponta no mercado financeiro ao longo da década de 1970 como veremos no próximo tópico. Ao assumir a presidência do Banco Central do Brasil em abril de 1965 Dênio consegue dar um salto na carreira profissional e consolidar a sua posição como elite tecnocrática, mas é a partir desse momento que seus capitais acumulados durante a sua trajetória vão lhe permitir acessar os códigos necessários a marcar sua posição como membro da classe dominante. Para isso cabem algumas considerações

teóricas importantes para discutirmos esses conceitos na última etapa da carreira e da trajetória de Dênio Chagas Nogueira.

D) Dênio Chagas Nogueira na presidência do Banco Central do Brasil: entre uma elite tecnocrática estratégica para uma posição de um executivo banqueiro elevado socialmente a membro emergente da classe dominante

A carreira e até mesmo a trajetória de vida do primeiro presidente do Banco Central Dênio Nogueira são demarcadas por um divisor de águas da história contemporânea brasileira que foi o golpe civil-militar-empresarial de 1964. O debate entre a abordagem teórica das elites e da classe dominante a partir do marxismo persiste atualmente e contribui para a compreensão do objeto de pesquisa que procura explicar a sociedade capitalista brasileira e dependente do imperialismo e quem são os “donos do poder” historicamente que conduzem o processo de dominação social, econômica, política e cultural. Compreender a razão da desigualdade social no Brasil passa imediatamente pela compreensão de quem são as elites e a própria classe dominante em conluio com o imperialismo que constrói o “modus operandi” da “rapinagem” estrutural dessa sociedade. Desta maneira algumas considerações no que tange a abordagem teórica e conceitual a respeito das elites e da classe dominante são relevantes para a compreensão desse fenômeno sociológico e político.

De acordo com Codato e Perissinotto (2015, p. 20-22):

De acordo com Wright Mills (1956), os membros da elite são aqueles que “ocupam as posições estratégicas de comando da estrutura social”. Essas posições, por sua vez, são estratégicas porque controlam “as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna”: o aparelho do Estado, as forças armadas e as grandes empresas capitalistas. Em que pese a tautologia embutida na definição de quem é a elite, dizemos que esta é uma definição “posicional”, uma vez que a elite é discriminada em função das posições de comando que ela ocupa. Essas posições são “institucionais”, isto é, para fazer parte da elite não é suficiente ocupar posições informais de mando, mas formais, nas principais instituições econômicas, políticas e militares de uma dada sociedade. Escreve Mills: “A riqueza não se centraliza na pessoa do rico. A celebridade não é inerente a toda e qualquer personalidade. Ser célebre, ser rico, ter poder, exige o acesso às principais instituições, pois [são] as posições institucionais [que] determinam em grande parte as oportunidades de ter e conservar essas experiências a que se atribui tanto valor” (MILLS, 1956 capítulo 1). Isso posto – a elite é aquele grupo social que ocupa, controla e comanda as principais instituições de uma comunidade –, poderíamos formular, a partir de Mills, seguindo os passos do seu livro, uma lista de procedimentos “metodológicos” para os estudiosos dos grupos dirigentes. Em primeiro lugar, é preciso se perguntar: quais são as instituições mais importantes de uma sociedade determinada? Sociedades são históricas, isto é, suas características variam ao longo do tempo (e também geograficamente, frise-se). Assim, não há “a” instituição ou “a” organização que concentra desde sempre todos os meios de poder. Em segundo lugar, uma vez determinada a

ou as instituições principais, é preciso descrever seus traços fundamentais: seu poder é abrangente ou não, ou seja, afeta muitas áreas da vida em comum ou da vida de indivíduos? essas instituições exercem o poder em regime de monopólio, oligopólio ou são concorrentes?

Em terceiro lugar, é preciso saber se as cúpulas dessas instituições, seus ocupantes, estão ou não ligados entre si formando aquilo que Mills chamou de uma “elite do poder”, e como é efetivamente essa ligação. As questões aqui são do seguinte tipo: há evidências de conexões entre os indivíduos que comandam as ordens institucionais principais? qual é a intensidade dessas conexões: forte, fraca? Em quarto lugar, é preciso saber que tipo de recurso social confere poder ao grupo ou aos grupos mais importantes. Aqueles que pertencem à elite possuem, segundo Mills, “uma parte maior que os demais nas coisas e nas experiências mais altamente valorizadas [pela sociedade]. Assim, a elite é simplesmente o grupo que tem o máximo que se pode ter de [...] dinheiro, poder e prestígio” (MILLS, 1956 capítulo 1). De onde vêm esse prestígio, esse poder e esse dinheiro? É precisamente devido à posição central “nas grandes instituições, que são a base necessária do poder, da riqueza e do prestígio, e ao mesmo tempo constituem os meios do exercício do poder, de adquirir e conservar riqueza, e de desfrutar as principais vantagens do prestígio” que a elite é, afinal, elite (MILLS, 1956 capítulo 1). Em quinto lugar, o controle dos recursos sociais mais valorizados por determinados indivíduos que circulam pelas diferentes posições de elite produz o que Wright Mills chama de o “tipo de pessoa” característico daqueles que dominam uma sociedade determinada. Essa noção é especialmente útil: o tipo de pessoa de “elite” que uma organização social produz, traz inscrito nela aquilo que essa comunidade mais valoriza. O sexto passo que podemos deduzir de A elite do poder é a necessidade de delimitar afinal qual o tamanho da elite que realmente manda. Há uma linha de corte acima da qual podemos dizer que um grupo de elite tem mais poder do que outro? Para Mills, fazem parte das altas rodas executivos, políticos e comandantes militares que tomam decisões de caráter nacional, capazes de afetar toda a comunidade. Por último, o sétimo procedimento metodológico para circunscrever e descrever “a elite do poder” exige que se delimite o tipo de unidade desse grupo. Esse atributo é bem mais exigente do que o descrito no terceiro passo (conexões eventuais entre os indivíduos da elite através das instituições que comandam). Um grupo de elite pode estar fechado em si mesmo graças à sua: i) unidade “psicológica”: nesse caso, o grupo partilha a mesma hierarquia de valores, as mesmas concepções de mundo, os mesmos princípios; ii) unidade com base em “interesses”: as relações entre os indivíduos que comandam as instituições-chave de uma sociedade pode gerar uma comunidade de interesses afins entre eles que devem ser perseguidos pelo grupo; e iii) unidade de “ação”: a proximidade entre os interesses perseguidos pelas cúpulas das instituições centrais de uma comunidade pode produzir uma ação coordenada entre elas a fim de atingirem mais facilmente seus fins (MILLS, 1956 capítulo 1). Essas etapas aqui descritas resumidamente foram pensadas por Wright Mills para analisar uma sociedade. Podemos, entretanto, adaptá-las para uma instituição em particular. Por exemplo, se estudamos o Parlamento de um determinado país, as mesmas questões se colocam. De saída: quem manda? ou por outra, quem é a elite do Legislativo nacional? Devemos assim buscar nas instituições formalmente descritas como sedes do poder essa resposta. Poderíamos dizer: o presidente e todos os indivíduos que ocupam a mesa diretora da Casa. A partir daí todos aqueles passos descritos acima precisariam ser dados: qual é tipo de poder desse grupo e como ele é exercido; saber se esses indivíduos formam um grupo coeso; que recursos eles conseguem mobilizar para chegarem e se manterem nessa posição de “elite da elite” política; quais são as características desses indivíduos; qual o seu tamanho e o que os mantém unidos.

Os autores acima referenciam adequadamente Mills no que tange a definição com as devidas categorizações posicionais de como pensar as elites do poder. Através dos autores Mills explica que a elite do poder está estrategicamente posicionada no campo militar a partir dos seus principais comandantes, dos políticos profissionais e das altas rodas do poder executivo como alicerces desse amplo sistema de poder e dominação. Dênio Nogueira atende a todos os sete pontos muito bem sintetizados por Codato e Perissinotto a partir da abordagem teórica descritiva de Mills. Dênio Nogueira pertence a uma elite tecnocrática financeira estratégica muito bem-posicionada nas altas rodas de confiança da burguesia brasileira e do imperialismo; um representante legítimo da classe dominante.

Pensando nos sete pontos elencados na passagem de Codato e Perissinotto acima em relação a abordagem de Mills de como podemos definir as elites do poder resumimos da seguinte maneira:

- a) Os indivíduos que pertencem a uma elite comandam instituições importantes ou atuam politicamente de forma decisiva no interior dessas instituições;
- b) Esses indivíduos têm capacidade de influenciar o processo decisório em instituições chave do poder e dominação;
- c) Os indivíduos constroem suas trajetórias acumulando capitais a ponto de deter poder, riqueza e prestígio na sociedade;
- d) Esses indivíduos controlam um ou mais tipos de recursos sociais com poder suficiente para influenciar e decidir sobre aspectos importantes da vida social no interior do campo, subcampo e além desses.
- e) Esses indivíduos no processo de interação nos espaços sociais de poder tem a capacidade de acumular e reproduzir capitais a ponto de forjar outros indivíduos no interior das instituições de poder;
- f) Esses indivíduos tomam decisões de caráter nacional e a sua permanência dentro do campo permite perpetuar a dominação estrutural da sociedade;
- g) Esses indivíduos contribuem para construir laços, conexões, redes de poder que englobam visões de mundo, hierarquia de valores com princípios basilares de dominação subjetiva e objetiva na sociedade.

Esses elementos que constituem a caracterização de um indivíduo pertencente a uma elite contribuem para compreender o fenômeno sociológico e político da

dominação estrutural da classe dominante. Esse objeto de pesquisa procura demonstrar a relação existente entre as instituições chave do Estado capitalista e seu corpo dirigente.

Os pontos acima elencados avançam a nossa discussão, porém o que difere um membro da elite do poder institucional de uma relevante corporação estatal ou privada reside na sua coesão e permanência como indivíduo poderoso e que tem relativa autonomia no processo decisório, capacidade de transformação do ambiente institucional e macroestrutural da sociedade, além de reproduzir, ampliar conexões e poder de grupos familiares e compadrios nos aparelhos de Estado e organizações privadas das mais variadas.

O poder político, a reprodução, acumulação e ampliação da riqueza com capitais sociais envolvendo status e prestígio são características da classe dominante com maior vigor histórico em relação a uma elite. A elite muitas vezes pode ser transitória, mas a classe dominante permanece historicamente e na maioria dos casos repercute por várias gerações. Existem algumas considerações a serem realizadas nessas abordagens que diz respeito as formas de dominação do capitalismo no sentido estrutural. Muitos dos autores da teoria das elites insistem em afirmar que o conceito de classe dominante remete a grupos com poder econômico que controlam todos os processos decisórios na sociedade capitalista não levando em conta que uma elite institucional poderá à revelia dos membros da classe dirigente tomar decisões contrárias ou incompatíveis com as exigências dos indivíduos detentores em grande medida do poder econômico.

Mesmo um teórico relevante como Wright Mills adota esse princípio de uma possibilidade de relativa autonomização de uma determinada elite institucional em relação a grupos com poder econômico relevante. Bourdieu considera que uma elite deveria ser compreendida a partir da sua posição social de classe, isto é, a quantidade de capitais sociais, econômicos, políticos e culturais herdados, conquistados, acumulados e lapidados ao longo das suas respectivas trajetórias de vida e que por essas razões externalizariam suas capacidades de status, prestígio, capacidade política decisória, poder econômico acumulado, reproduzido e ampliado e nível do conteúdo das suas disposições culturais e acadêmicas (grifo meu). Desta maneira cabe para efeito desse trabalho considerar esses aspectos relevantes para a discussão.

De acordo com Codato e Perissinotto (2009, p. 151-52):

Segundo Pierre Bourdieu (1989), a Sociologia deve promover uma ruptura com a visão “essencialista” encontrada em pesquisas influenciadas pela problemática elitista e pelos adeptos do método prosopográfico. Esses estudos, ainda segundo Bourdieu, começam em geral definindo uma dada “população” para, em seguida, estudar os atributos (em sua linguagem: o capital econômico, social, político, cultural etc.) dos agentes que a compõem. Ao procederem assim, os analistas estariam sujeitos a dois enganos. Primeiro, a teoria das elites tenderia a naturalizar as propriedades sociais distintivas dos grupos dominantes, como se fossem recursos inerentes à superioridade inata de seus membros. Esse primeiro pecado é, em geral, acompanhado por outro, que deriva da incapacidade desses pesquisadores adotarem uma perspectiva relacional dos grupos estudados. Se percebessem que “o real é relacional” (Bourdieu, 1989, p. 28), os investigadores em questão teriam também se dado conta que os atributos investigados como propriedades individuais são, na realidade, a expressão das propriedades derivadas das posições objetivas ocupadas pelos agentes no espaço social. Só faz sentido investigar os atributos dos agentes se esse inquérito servir ao objetivo último da Sociologia: captar a sociológica objetiva que rege o funcionamento de um campo. Fora desse registro, o estudo das elites e das propriedades sociais dos agentes sociais seria pouco mais que um passatempo erudito. Entretanto, como o próprio Bourdieu reconheceu, romper com a concepção essencialista é um tanto difícil, pois as propriedades (adscritas e adstritas) das posições sociais sempre se manifestam como atributos individuais. Nesse sentido, não há como evitar a constatação de que para reconstruir o sistema objetivo de posições no mundo social (ou num campo específico) é preciso sempre recorrer, inicialmente, ao inventário sociográfico dos predicados pessoais de uma dada “população”, conferindo a esses atributos um tratamento estatístico comum (BOURDIEU, 1989, p. 374). Como as informações sobre o mundo social estão associadas a indivíduos (ou inscritas neles), é a eles que devemos nos dirigir para indagar acerca das propriedades sociais que os constituem e os qualificam (BOURDIEU, 1989, p. 29). Feitas as contas, algumas proposições de Bourdieu sobre os grupos socialmente dominantes sugerem, todavia, o retorno sob nova roupagem terminológica da abordagem “posicional” à la Wright Mills (1981), com base num conceito não menos tradicional de poder (“capital”), i.e., o “poder como a posse de uma quantidade determinada de recursos”. O capital é um atributo de posição e, por conseguinte, o poder também deve sê-lo. Assim, se definimos “elite” como um grupo que detém poder, estamos, ao mesmo tempo, dizendo que a elite é um grupo que ocupa uma posição dominante (i.e., uma posição que fornece aos seus membros um quantum maior de capital). Ter (mais) pode significar ter (mais) recursos que a posição objetiva (dominante) coloca à disposição dos agentes (dominantes), valendo o inverso para os dominados. O passo seguinte é fazer uma “sociologia das posições institucionais” (MILLS, 1985, p. 63), vinculando os seus achados à teoria dos campos. Como se vê, os pressupostos teóricos da sociologia relacional de Pierre Bourdieu não são incompatíveis com aquilo que normalmente se faz nos estudos das elites sociais e políticas. Há, aliás, certo exagero por parte da Sociologia Política francesa contemporânea na crítica aos aspectos “naturalizantes” e “essencialistas” dos estudos “elitistas”. Temos dúvidas se o primeiro termo se aplica até mesmo a autores clássicos, como Mosca, em geral acusado do pecado oposto, isto é, de certo “sociologismo”. No que diz respeito ao segundo termo da crítica, é verdade que não há na maior parte das pesquisas sobre grupos de elite grande preocupação em sofisticar teórica e metodologicamente a visão relacional das análises sobre o poder. No entanto, é inegável que esse tipo de perspectiva está presente, ainda que de forma embrionária, em quase todos os inquéritos que têm como objeto de análise “as elites”. Basta lembrar aqui o conceito de elite com o qual a maioria dos estudiosos opera, isto é, “a elite como um grupo formado por indivíduos que, no seu campo de atividade, conseguem se apropriar em maior quantidade dos bens ali valorizados”. Ao mesmo tempo, reconhece-se que essa apropriação ocorre em detrimento da “não-elite”, definida como os

desprovidos desses bens ou como aqueles que os possuem em menor quantidade.

A partir desse debate entre a teoria das elites e a abordagem de Pierre Bourdieu que propõe uma análise que contempla a posição social dos indivíduos que detém ou não capital dos mais variados, a nossa questão ainda permanece aberta, já que Bourdieu, Mills e Souza insistem em afirmar que a análise marxista sobre a classe dominante carrega consigo um “vício” teórico em considerar a análise sociológica sobre as elites ainda com viés economicista. Desta forma consideramos relevante marcarmos uma posição a esse respeito, mas não sem antes trazer a discussão do “economicismo” para o centro do debate; sem nos alongarmos muito evidentemente.

Segundo Bourdieu (2003, p. 133):

A construção de uma teoria do espaço social implica uma série de rupturas com a teoria marxista. Ruptura com a tendência para privilegiar as substâncias – neste caso, os grupos reais, cujo número, cujos limites, cujos membros, etc. se pretende definir – em detrimento das relações e com a ilusão intelectualista que leva a considerar a classe teórica, construída pelo cientista, como uma classe real, um grupo efetivamente mobilizado; ruptura com o economicismo que leva a reduzir o campo social, espaço multidimensional, unicamente ao campo econômico, as relações de produção econômica constituídas assim em coordenadas da posição social; ruptura, por fim, com o objetivismo, que caminha lado a lado com o intelectualismo e que leva a ignorar as lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos e nas quais está em jogo a própria representação do mundo social e, sobretudo, a hierarquia no seio de cada um dos campos e entre os diferentes campos.

Essa passagem da obra “O poder simbólico” de Bourdieu contribui para explicitar a visão do sociólogo francês assim como do autor estadunidense Wright Mills no que diz respeito à crítica feita ao marxismo acerca da sua abordagem economicista da vida social. Apesar da abordagem de Mills ser distinta de Bourdieu eles deixam claro que a abordagem marxista leva a redução da análise de quem detém o poder para o econômico, não sendo, portanto, suficiente para uma crítica mais elaborada e aprofundada da teoria das elites.

Para Bourdieu a crítica tem outra natureza e se refere aos aspectos relacionados ao campo social, que por ser complexa e multidimensional ela não poderia estar restrita a uma análise puramente economicista onde; segundo o autor conduz a uma abordagem que não leva em consideração as lutas simbólicas travadas nos diferentes campos da sociedade.

Jessé Souza na obra “A elite do atraso” caminha na mesma direção sob o ponto de vista teórico de Bourdieu e Mills no sentido de tecer suas críticas no que

tange a abordagem economicista do marxismo, também do próprio liberalismo ao reduzir as questões de classe social aos aspectos meramente econômicos.

De acordo com Souza (2017, p. 84):

Para que percebamos, no entanto, os conflitos sociais e a dominação social ocultas, é necessário o acesso a uma perspectiva que se abra a ideia de classe social. Em um contexto em que a direita demonizou o marxismo e a noção de luta de classes, e que a esquerda, por outro lado, banalizou e simplificou o que já era simplista em Marx, a tarefa não é fácil.

Mas a tese que pretendo defender é que a dinâmica das classes, ou seja, seus interesses e suas lutas, é a chave para a compreensão de tudo que é realmente importante na sociedade. Isso se aplica sempre que não percebamos as classes como meras relações econômicas, como o fazem tanto o liberalismo dominante, quanto o marxismo.

Chamamos a atenção para dois aspectos nos argumentos de Souza nessa passagem. A primeira bastante contundente se refere à afirmação de que a esquerda no espectro político de conjunto e a abordagem marxista são simplistas no que tange a análise das classes sociais e a segunda que já havíamos mencionado diz respeito a visão meramente econômica dos marxistas para explicar sobre o mesmo fenômeno que são as classes sociais.

As duas considerações de Souza, assim como as de Mills e Bourdieu de conjunto em relação ao nosso olhar crítico carecem da compreensão mais aprofundada marxista e principalmente “strictu sensu” de Marx por não tratar essa abordagem segundo a perspectiva teórica do materialismo histórico e dialético como uma obra teórica e conceitual que leva em consideração uma visão de totalidade da sociedade capitalista nos seus termos macroestruturais onde as classes estão posicionadas.

De acordo com Bottomore (1988, p. 64):

A expressão “classe dominante” abrange duas noções, que Marx e Engels distinguiam, embora não as tivesse explicado sistematicamente. A primeira é de uma classe economicamente dominante que, em virtude de sua posição econômica, domina e controla todos os aspectos da vida social. Em *A ideologia alemã* (vol. I, IA2) essa ideia é expressa da seguinte maneira: “As ideias da classe dominante são, em qualquer época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força intelectual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material tem controle sobre os meios de produção intelectual”. A segunda noção é de que a classe dominante para manter e reproduzir o modo de produção e as formas de sociedade existentes, deve necessariamente exercer o poder de Estado, isto é, dominar politicamente. No *Manifesto comunista*, Marx e Engels disseram que “a burguesia, finalmente, desde o estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, conquistou para si, no moderno Estado representativo, o predomínio político exclusivo. A direção do Estado moderno é apenas um comitê de administração dos interesses comuns de toda a burguesia”.

Essa passagem do dicionário marxista contribui para explicar que ao mesmo tempo em que essa abordagem conduz a uma aparente visão meramente econômica da sociedade e das próprias classes sociais verifica-se que Marx, através da leitura de Bottomore compreende a sociedade capitalista de maneira mais complexa, já que a partir das condições materiais de existência as ideias e o poder político são aspectos que estão imbricados na vida social.

O controle político do Estado é necessário para manter o poder e as ideias dominantes correspondem as ideias produzidas e reproduzidas pelos detentores do domínio material dessas mesmas condições de existência. O Estado capitalista principalmente na fase do imperialismo do século XX e XXI se encontra na fase monopolista da concentração do poder econômico e da dominação política, social e cultural da sociedade contemporânea.

Para melhor esclarecer cabe segundo Marx e Engels (2002, p. 15):

O modo como os homens produzem os seus meios de vida depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir. Este modo de produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isso sim, de uma forma determinada da atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimirem a sua vida, de um determinado **modo de vida** dos mesmos. Como exprimem sua vida, assim os indivíduos são. Aquilo que eles são, coincide, portanto, com a sua produção, com o que produzem e também com o **como** produzem. Aquilo que os indivíduos são, depende, portanto, das condições materiais da sua produção.

Como dizem Marx e Engels na passagem acima da obra “A ideologia alemã” que o modo de produção não pode ser considerado um mero aspecto da reprodução da existência física dos indivíduos e assim, cabe a mesma interpretação no sentido das determinações das classes sociais, que apesar da necessidade de produção e das condições materiais da existência humana os indivíduos e sua organicidade social correspondem também a maneira como os homens produzem e interagem socialmente. E ainda (2002, p. 23):

Não tem história, não tem desenvolvimento, são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem esta sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência. No primeiro modo de consideração, parte-se da consciência como indivíduo vivo, no segundo, que corresponde á vida real, parte-se dos próprios indivíduos vivos reais e considerar-se a consciência apenas como a sua consciência.

Na ideologia alemã Marx e Engels numa abordagem materialista histórica e dialética explicam de que maneira ocorre a construção da sociedade, onde deixam clara a opção filosófica em demonstrar analiticamente que o suposto “economicismo” atribuído ao marxismo não é condizente com a análise que leva em consideração a “totalidade” dos processos sócio-históricos para esses dois últimos. A sociedade capitalista na sua fase do imperialismo do final do século XX para o início do XXI cada vez mais leva em consideração interações complexas e dinâmicas também entre os poderes políticos e econômicos e suas formas superestruturais no que tange ao mundo dos valores socioculturais.

As instituições tecnocráticas do Estado capitalista no Brasil a partir da década de 1950 demonstram empiricamente a partir de documentos e relatos dos seus principais protagonistas como o Estado está capturado pelas elites ou a própria classe dominante. A compreensão do fenômeno das classes sociais é fundamental para esse objeto de pesquisa que procura explicar que as trajetórias de cada um dos presidentes do Banco Central corroboram com o pressuposto de que são todos indivíduos privilegiados desde o nascimento por herdarem capitais educacionais e de condições materiais de existência que os conduzem a conquistarem outros capitais em maior quantidade, volume e variedade a ponto de alcançarem níveis de prestígio, status, poder político e econômico superiores a grande maioria da sociedade brasileira.

Adotamos uma parte considerada importante da teoria de Bourdieu para explicar que existem uma série de capitais em disputa nos respectivos campos e subcampos da vida social, mas ao mesmo tempo utilizamos nesse trabalho, de forma reiterada a teoria marxista da classe dominante, de modo a explicar que os indivíduos que assumem as condições de poder e dominação nas instituições pertencem desde a sua fase embrionária, gestacional, pela via familiar com seu núcleo duro de poder constituído historicamente; alguns mais tradicionais e outros de origem mais recente, onde o seu pertencimento posicional tem a capacidade de agir, planejar, construir, decidir e transformar a sociedade de forma relevante.

Uma elite poderá encobrir a natureza, a origem social dos indivíduos; caso consideremos que um professor ou pesquisador acadêmico; por exemplo; seja considerado de fato, um indivíduo pertencente a um grupo seletivo de pessoas, e também, de certa maneira uma elite acadêmica específica. A classe dominante demarca o terreno posicional dos indivíduos, diferente de uma determinada “elite” que pode ser

passageira ou efêmera sem dar continuidade através da reprodução familiar por gerações ou múltiplas conexões de compadrio ou interações de proximidade com outras famílias sócias de negócios ou parcerias dentro e fora do ambiente institucional estatal.

Uma determinada elite pode estar condicionada a uma instituição ou subcampo sem necessariamente abarcar uma dimensão ou estatura de poder mais relevante com capacidade decisória macroestrutural, portanto, se tornando para a interpretação desse objeto de pesquisa ainda limitada em termos de capacidade de poder e dominação em algumas situações, podendo causar confusões de interpretação caso possamos considerar como fizemos acima, que um doutor acadêmico possa ser considerado pertencente a uma elite, sem ao mesmo tempo ser considerado pela origem social um membro da classe dominante.

A partir dessas distinções consideradas para esse trabalho relevantes retomamos a trajetória do primeiro presidente do Banco Central Dênio Chagas Nogueira, que apesar dos seus privilégios herdados e dos seus capitais conquistados e acumulados ainda se mantinha em uma posição técnico-político no campo da tecnocracia econômica e a partir de 1964 também como representante maior no subcampo do Banco Central. Relembrando que entre 1965-1992 as análises biográficas das trajetórias dos presidentes do Banco Central são realizadas a partir dos depoimentos dos próprios presidentes ao livro **História Contada do Banco Central** em uma parceria entre o próprio Banco Central do Brasil e o CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (FGV), além de documentos, informações em sites da internet em jornais e revistas, entre outros devidamente referenciados.

Entre o regime parlamentarista e a posse do João Goulart na presidência a crise política e econômica se acirra devido a uma intensa luta política entre os setores da burguesia em conluio com o imperialismo e os setores mais nacionalistas que representavam os interesses do desenvolvimentismo brasileiro junto as camadas populares. Nesse tempo se articulavam politicamente representantes dos bancos e do mercado financeiro Internacional com intuito de planejar a criação de um sistema financeiro nacional e até mesmo de um banco central que pudesse dar conta das exigências do setor financeiro nacional e internacional no processo de intermediação do capital.

No governo João Goulart permaneceram no governo e em seu entorno tecnocratas reconhecidos, banqueiros e diplomatas ligados umbilicalmente ao liberalismo e

a ortodoxia monetarista como o próprio Dênio Chagas, Roberto Campos, Bulhões, Casimiro Ribeiro¹⁷ e o banqueiro Miguel Calmon¹⁸. Foi nesse período que Dênio Chagas ascende enquanto um indivíduo relevante da tecnocracia econômica e financeira

¹⁷ Casimiro Ribeiro - Quais são suas origens familiares? Onde e quando o senhor nasceu? Nasci em Joinville, Santa Catarina, em 19 de outubro de 1922. Com seis meses, fui levado para Porto Alegre, onde fui criado até a idade de 13 para 14 anos. Fui, então, trazido pela família para o Rio de Janeiro e aqui tenho vivido até hoje. Minha mãe era do Rio Grande do Sul; meu pai, de Santa Catarina. Eles eram da mesma família, eram primos, do lado português dos Ribeiro. Meu pai deixou Joinville com dezoito anos de idade, mas, quando se casou, voltou para lá por saudosismo e lá morou por um ano e pouco. Se não me tivessem dito que nasci em Joinville, eu diria que sou de Porto Alegre, pois foi onde me criei, fiz amizades de infância e onde nasceram meus irmãos mais novos – sou o mais velho de cinco irmãos. Sou um carioca naturalizado há muito tempo, mas tenho voltado esporadicamente ao Rio Grande do Sul. Por incrível que pareça, a Santa Catarina jamais voltei, embora viva planejando visitar aquela colônia alemã, que é muito interessante. Minha avó paterna era descendente de alemães. Aos dezoito anos, meu pai recebeu uma pequena herança de meu avô para que fosse estudar na Alemanha. Pouco antes da Primeira Guerra Mundial, creio que em 1912, foi para a Prússia, estudar Engenharia na famosa Universidade de Charlottenburg, e lá ficou uns cinco anos, passando as férias em Munique, na Baviera. Vale a pena chamar atenção para o fato de que Joinville, no final do século passado e no começo deste, não tinha escola brasileira, de modo que, ou a alfabetização era feita na Deutscheschulle, ou a família mandava a criança para outro lugar. Meu pai foi alfabetizado em alemão, o que explica ser fluente em alemão. Apesar de ter ido estudar na Prússia, meu pai teve uma formação democrática muito arraigada. Sempre foi antimilitarista e alertou-me quando Hitler começou a botar as manguinhas de fora. Eu, garoto em Porto Alegre, e ele chamava minha atenção para o desenvolvimento do nazismo. Recebia alemães e sentia também um certo movimento nazista aqui. Acompanhou a perseguição aos judeus, que achava uma injustiça tremenda. À parte o aspecto humano – terrivelmente trágico –, ele dizia que o judeu, na Alemanha, era alemão, era patriota. Não havia distinção, a não ser de religião. Conviveu com muitos amigos judeus alemães e nem se dava conta de que eram judeus. Até na aparência física não havia grande diferença. Dizia: “É uma ironia tremenda isso estar acontecendo dentro da Alemanha, porque se há um país onde o judeu se sente nacional é a Alemanha!”. Era amigo do Osvaldo [Euclides de Sousa] Aranha, então ministro das Relações Exteriores, e várias vezes foi falar com ele para facilitar a entrada de refugiados no Brasil. Tinha uma sensibilidade muito grande. O curioso é que ele tinha admiração pelos ingleses. Foi representante de firmas inglesas aqui e fez muitos amigos entre eles. Planejava para mim uma educação na Inglaterra. Dizia: “Mais do que a Alemanha, hoje em dia é a Inglaterra que forma o homem!”. Começou a separar dinheiro para pagar a minha educação em Oxford ou em Cambridge. Corresponderia-se com amigos de lá, mas, quando chegou a época, a Europa estava isolada pela guerra. Entrei para o Banco do Brasil, e a ida para o exterior não se consumou. Viajei somente muitos anos depois, em 1955, quando fui fazer um curso na London School of Economics. Seu pai se interessava por Economia? Não. Era engenheiro e depois dedicou-se à exportação de minérios. Homem de cultura geral, gostava muito de ler. Na juventude, tinha sido metido a literato e escrito alguma coisa (BCB, 2019).

¹⁸ CALMON, Miguel - *dep. fed. BA 1959-1962; min. Faz. 1962-1963. *Miguel Calmon du Pin e Almeida Sobrinho* nasceu no dia 2 de maio de 1912 em Salvador, filho do banqueiro Francisco Marques de Góis Calmon, governador da Bahia de 1924 a 1928, e de Julieta Maria de Góis Calmon. Era descendente de Miguel Calmon du Pin e Almeida (1794-1865), marquês de Abrantes, ministro da Fazenda e dos Estrangeiros no Império, senador e deputado federal; sobrinho-neto de Miguel Calmon du Pin e Almeida (1843-1886), desembargador e presidente da província do Rio Grande do Sul em 1886; sobrinho de Miguel Calmon du Pin e Almeida (1879-1935), deputado federal pela Bahia, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1906 a 1909 e ministro da Agricultura de 1922 a 1926, e primo de Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, reitor da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, de 1948 a 1966 e ministro da Educação de 1950 a 1951 e de 1959 a 1960. Miguel Calmon fez os cursos preparatórios em Salvador, ingressando depois na Escola Politécnica da Bahia, pela qual formou-se engenheiro em 1932. Tornou-se gerente da firma Christian Nielsen e em 1934 seguiu para Paris, onde fez um curso de especialização na École des Ponts et Chaussées e na École Centrale de Paris. Em 1935, no governo de Juraci Magalhães, Miguel Calmon foi nomeado diretor da Companhia de Melhoramentos Urbanos da Bahia e chefe da Divisão das Municipalidades, cargos em que permaneceria até 1938. Em 1936, estagiou no Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo. Logo depois

estratégica já que os primeiros passos para a criação do Banco Central estavam sendo dados.

prestou concurso para livre-docente da cadeira de materiais de construção da Escola Politécnica da Bahia, passando a regente em 1937 e a catedrático em 1940. Ainda em 1940, foi eleito diretor-presidente do Banco Econômico da Bahia, pertencente à família Calmon e que tinha seu pai como presidente. Permaneceria no cargo durante os 22 anos seguintes. Em 1944, eleito diretor da Associação Comercial da Bahia, a mais antiga associação patronal do Brasil, presidiu a delegação baiana à I Conferência das Classes Produtoras, realizada em Teresópolis (RJ). Tornou-se nesse ano diretor da empresa Buriti S.A. De 1948 a 1950, presidiu a Associação Comercial da Bahia. Neste último ano foi designado para organizar o setor de assistência técnica do Escritório Técnico de Coordenação de Projetos e Ajustes Administrativos do Ponto IV. Esse programa de cooperação técnica internacional entre os Estados Unidos e os países latino-americanos fora proposto pelo presidente Harry Truman e era considerado pelos críticos da política externa norte-americana como um instrumento de controle político e ideológico dos países subdesenvolvidos. O programa abrangia as áreas de economia, administração pública, finanças, agricultura, recursos minerais, energia nuclear, saúde, educação e outras. No Brasil, o Ponto IV foi estabelecido através da assinatura de dois acordos com o governo norte-americano: o Acordo Básico de Cooperação Técnica (19/12/1950) e o Acordo de Serviços Especiais (30/5/1953). Em 1952, tornou-se diretor da Aliança da Bahia Capitalização. De 1952 a 1958, representou o Brasil no Conselho Interamericano do Comércio e Produção. Em 1957, assumiu a presidência da Comissão de Planejamento Econômico, criada no mesmo ano pelo governador Antônio Balbino, acumulando em 1958 esse cargo com o de presidente da Companhia de Eletricidade da Bahia (Cotelba). Nas eleições de 3 de outubro de 1958, Miguel Calmon elegeu-se deputado federal na legenda do Partido Social Democrático (PSD), assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte. No ano seguinte, tornou-se diretor do Banco da Cidade do Rio de Janeiro. No dia 2 de setembro de 1961, em consequência de um acordo entre as diferentes forças políticas e militares, foi instituído no país o regime parlamentarista, permitindo que o vice-presidente João Goulart ocupasse a presidência da República, vaga com a renúncia do presidente Jânio Quadros. Em agosto de 1962, Miguel Calmon, já no final do seu mandato como deputado federal, foi convidado para o cargo de subsecretário do Ministério da Fazenda. Logo depois, no dia 14 de setembro, assumiu interinamente essa pasta, em substituição a Francisco de Paula Brochado da Rocha, também ministro interino, na ausência do titular Válder Moreira Sales. Quatro dias depois, Calmon foi efetivado no ministério provisório, presidido pelo primeiro-ministro Hermes Lima. Em sua curta permanência à frente do Ministério da Fazenda, Miguel Calmon anunciou um plano para a estabilização da moeda e a diminuição do déficit de caixa do Tesouro. Segundo Carlos Lessa, o programa por ele proposto não obteve êxito, principalmente devido à concessão do 13º salário aos trabalhadores urbanos no final do ano. Entretanto, ainda segundo Lessa, várias de suas teses foram retomadas pelo Plano Trienal, previsto para ser aplicado de 1963 a 1965, mas abandonado com a eclosão do movimento militar de 31 de março de 1964. Entre os decretos baixados por Calmon destacaram-se o de nº 1.880, de 14 de dezembro de 1962, que criou o Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental (Coleste), e o de nº 1.972-A, de 31 de dezembro de 1962, que estabeleceu medidas para a formação da Zona de Livre Comércio, instituído pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), organização nascida com o Tratado de Montevidéu, em 1960. A ALALC tinha por objetivo estabelecer gradualmente, até 1973, uma zona de livre comércio que se transformaria num mercado comum latino-americano, o que não se concretizou. No dia 6 de janeiro de 1963, um plebiscito determinou, por esmagadora maioria, a volta ao regime presidencialista. No dia 24 do mesmo mês, Goulart organizou um novo ministério, tendo Calmon transmitido a pasta da Fazenda a Francisco Clementino de San Tiago Dantas. De volta a Salvador, Miguel Calmon retomou suas atividades de diretor-superintendente do Banco Econômico e passou a lecionar finanças das empresas e organização das indústrias na Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia. No dia 1º de julho de 1964, foi designado pelo presidente da República reitor dessa universidade por um período de três anos. Sua administração, considerada modernizadora, procurou reformular a estrutura da universidade através da criação de várias comissões que buscavam uma maior articulação entre os corpos docente e discente. Miguel Calmon faleceu em Salvador no dia 7 de maio de 1967. Foi casado com Sílvia Pontes. Seu sobrinho Ângelo Calmon de Sá foi ministro da Indústria e Comércio de 1977 a 1979 (COUTINHO, 2017?).

De acordo com a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 94-95):

Qual é a história dos projetos de banco central enviados ao Congresso durante o governo João Goulart? Estamos todos lembrados de que, ainda no parlamentarismo, o presidente João Goulart levantou a bandeira das reformas de base e que entre elas estava a reforma bancária – o nome certo, aliás, seria reforma monetária, e não bancária. Na época, era ministro da Fazenda Miguel Calmon, banqueiro, dono do Banco Econômico, que interpretou a reforma bancária como a criação do BCB e convocou uma comissão de estudos para preparar um projeto. Fiz parte dessa comissão, indicado pelo CNE, que tinha sido convidado a participar. Todos os membros foram indicados não pessoalmente, mas pelas funções que tinham nos órgãos que foram convidados a enviar representantes. Havia também funcionários do Banco do Brasil colaborando, e estava lá o Casimiro Ribeiro, que chefiava a Divisão de Estudos Monetários da Sumoc. Nós estudamos juntos, preparamos um projeto que teve a aprovação unânime da comissão, o submetemos ao ministro Calmon e ele o encaminhou, por intermédio do primeiro-ministro, ao Congresso. Quer dizer, o projeto não passou, de fato, pelas mãos do presidente Goulart, porque estávamos ainda no parlamentarismo. Foi normalmente para o Congresso, sem a menor dificuldade, e lá também teve um andamento normal. Era uma época muito difícil politicamente, mas ainda assim ele andou. No entanto, pouco depois da remessa desse projeto, que eu chamo de projeto Miguel Calmon, veio o plebiscito e o retomo ao presidencialismo. Nessa ocasião, os funcionários do Banco do Brasil prepararam outro projeto de lei, que se tornou conhecido como projeto Nei Galvão – Nei Neves Galvão era, na época, o presidente do Banco do Brasil – e foi enviado pelo presidente João Goulart ao Congresso. Mas esse projeto não reformava nada, apenas ratificava a legislação já existente. Não havia nenhuma modificação. O Banco do Brasil continuava na mesma posição, a Sumoc também. Era apenas a consolidação de um sistema que nós já estávamos convencidos de que não funcionava. E, para esse projeto Nei Galvão, foi requerida urgência, poucos dias antes da revolução. Foi em face do andamento em regime de urgência desse projeto que o ministro Bulhões me chamou e pediu que eu fosse a Brasília.

Nesse contexto entre o parlamentarismo e o presidencialismo com João Goulart os projetos para a criação do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional foram abortados pela reforma bancária de Jango. Miguel Calmon e Dênio que atuaram na direção de uma reforma bancária que incluísse essas duas mudanças foram surpreendidos pelo retorno do presidencialismo com João Goulart à frente e com isso aquele projeto enviado ao congresso foi modificado por um novo projeto encabeçado pelo presidente do Banco do Brasil Ney Galvão.

As transformações mais contundentes apenas se tornariam viáveis com o governo do general Humberto de Alencar Castelo Branco pela via do golpe civil-militar-empresarial de 1964 no governo autoritário onde Dênio assumiria uma posição privilegiada na presidência do Bacen. Mas, as ligações de Dênio com os bancos ocorriam ainda no final do governo Juscelino quando estreita relações pelo intermédio do sindicato dos bancários; que na verdade estava repleto de representantes dos banqueiros na sua direção, como no caso dessa passagem no depoimento abaixo.

De acordo com a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 98-99):

Desde 1962, Jorge Oscar de Melo Flores era presidente do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro. É. Já contei aqui que, em 1959, quando Lucas Lopes teve um enfarte e saiu do Ministério da Fazenda, fui demitido da Sumoc. Nessa ocasião, era presidente do Sindicato dos Bancos do Rio o Lair Bessa, que me convidou para ser consultor econômico do sindicato. Continuei até a presidência do Jorge Oscar de Melo Flores, embora ele seja uma dessas pessoas que não precisam de consultor. Ele vive sozinho, especialmente por ser um grande negociador. Enquanto com o Lair Bessa eu intervinha na negociação com os bancários, com Jorge Oscar eu apenas assistia, porque era um espetáculo realmente extraordinário. Depois que ele ouvia os bancários apresentarem o pleito, escrevia uma equação complexa e mostrava ao presidente do sindicato deles: “É isto o que vocês estão pedindo”. Evidentemente, o presidente do Sindicato dos Bancários não entendia nada da equação, e ele, com isso, acabava ganhando a discussão. Jorge Flores, na verdade, não era banqueiro. Foi presidente de banco sem nunca ter sido banqueiro. É um homem de uma cultura extraordinária, um valor pessoal muito grande. E, graças ao apoio do Rui Carneiro, tinha um contato muito íntimo dentro do Congresso. Essas três pessoas que foram comigo para Brasília, convidadas por mim, foram escolhidas para me facilitar a entrada no Congresso, exclusivamente com esse propósito. Nenhum deles estava ali porque era banqueiro nem contribuiu em nada, absolutamente nada, para o projeto de lei do BCB. O projeto já existia, era o projeto Miguel Calmon, com algumas modificações que eu fiz, pessoalmente. Como se chamavam seus outros dois companheiros em Brasília? Orlandy Rubem Correia, 69 que era funcionário aposentado do Banco do Brasil, e na época diretor do Banco Português; e João Úrsulo Ribeiro Coutinho Filho, deputado da Paraíba e dono do Banco Aliança. Além desses três, havia também um funcionário da Sumoc chamado Hélio [Marques] Viana, que era da Inspeção de Bancos e foi depois diretor do BCB. Seu nome me foi indicado pelo Figueira, diretor-executivo interino da Sumoc. Eu não tinha assumido a Sumoc, só assumi depois que voltei do Congresso e deixei o projeto do Banco Central em andamento. Aí, sim, fui nomeado para a Sumoc. Casimiro Ribeiro já estava na Cared, todos os demais já estavam em seus postos, e apenas eu, que estava em Brasília, não tinha ainda sido nomeado. Vejam a dificuldade que eu enfrentei: tive que me apoiar em pessoas que tivessem projeção dentro do Congresso, porque eu não tinha nenhum cargo no governo naquele momento. Falava em nome do ministro da Fazenda, e as pessoas aceitavam que eu estivesse falando em nome dele porque acreditavam em mim. Eu não tinha nada além da ligação íntima, que todos conheciam, com o professor Bulhões, por meio do CNE e da FGV. Precisei de pessoas que me introduzissem no Congresso para que eu pudesse ter acesso aos deputados de maior importância para a questão do BCB. A escolha não teve nada a ver com banqueiros. Desse ponto de vista, até soa como político – “Ele se ligou aos banqueiros...”. Os banqueiros não queriam o BCB. É evidente que preferiam um órgão mais frágil como era a Sumoc. A Sumoc eles dominavam. Mas foram dominados pelo BCB. No meu tempo, isso eu garanto.

Nessa passagem do depoimento de Dênio as ligações entre os representantes dos interesses dos banqueiros tornam-se bastante evidente ainda que Dênio negasse que haveria alguma espécie de influência na proposição e encaminhamento de uma reforma bancária que implementasse um determinado conselho monetário nacional e o próprio Banco Central. A afirmação de que os banqueiros preferiam o papel regulador e intermediador da Sumoc contradiz a organização de uma comissão e de

um projeto de lei proposto ao congresso nacional encaminhado pelo banqueiro Calmon e pelo próprio Dênio Nogueira.

Por ter mergulhado a fundo na elaboração e implementação do Banco Central no formato que interessava os interesses do mercado financeiro e também ter atuado junto ao IPES-RJ Dênio assumiu a presidência do BCB e procurou costurar politicamente os papéis institucionais na nova configuração do Sistema Financeiro Nacional, onde os ministérios da Fazenda, Planejamento, o Conselho Monetário Nacional e o próprio Banco Central pudessem articular decisões que encontrassem respaldos nos interesses do mercado financeiro. Por trás dessa articulação Dênio sempre foi desde sempre o maior entusiasta de um Banco Central independente, que escapasse das interferências políticas habituais no mercado. Por ser ainda incipiente e num governo autoritário essa demanda se tornou inviável naquele instante, mas a tentativa inicial de fixar o mandato do presidente do BCB e da equipe diretora foi o primeiro esboço nesse sentido.

De acordo com a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 104):

Como foram escolhidos os primeiros diretores do BCB?

Todos nós já estávamos trabalhando. O Congresso decidiu – isso não estava no projeto inicial – que, 90 dias após a promulgação da Lei 4.595, o BCB seria instalado, mas, na verdade, o Banco já estava funcionando. Não formalmente, não oficialmente, mas estava. De modo que não houve modificação: as mesmas pessoas que estavam dirigindo os órgãos que foram incorporados ao BCB foram mantidas nos seus lugares. Os órgãos mais importantes que foram absorvidos foram a Sumoc, dirigida por mim; a Cared e a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, dirigidas respectivamente pelo Casimiro Ribeiro e pelo Luís Biolchini. Foi também absorvida a Caixa de Mobilização Bancária (Camob) e depois outros órgãos foram sendo incorporados paulatinamente, como a Caixa de Amortização do Tesouro Nacional, mas, nesses casos, não se formaram diretorias. A Cacex nunca foi incluída, pois não tem nada a ver com o BCB. Mas, a pedido do professor Bulhões, indicamos o nome de seu diretor, Aldo Batista Franco, para completar o quadro de quatro diretores do Banco. Os diretores não tinham qualificativo, eram apenas diretores, e lá dentro do Banco é que se decidia porque áreas eles seriam responsáveis. Como o Aldo Franco tinha um tempo muito grande a dar à Cacex, ficou apenas com a parte administrativa do BCB.

A composição da diretoria do BCB ainda tinha muita influência da instituição financeira tradicional do Banco do Brasil e da Sumoc na sua fase embrionária na prática, assim como da forte presença política de Bulhões nas indicações políticas pessoais. Além disso, os banqueiros estavam direta e indiretamente envolvidos com a política econômica e financeira por dentro das instituições tecnocráticas mais estraté-

gicas. O caso do BCB esteve permeado dessas influências por dentro do aparato decisório desde sempre comprovado através de documentos e do próprio depoimento de Dênio logo abaixo.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 105):

Quando se formou o Conselho Monetário, por que não se pensou em incluir trabalhadores? Foi uma grande crítica que se fez ao CMN. Porque o trabalhador não tem nada a ver com a política monetária. Como o industrial também não tem, o comerciante também não tem. Sim, mas o empresariado estava presente. Não. Em absoluto. Além dos três ministros, dos presidentes do Banco do Brasil e do BNDE e dos quatro diretores do BCB, havia dois membros do Conselho nomeados devido ao seu conhecimento em matéria econômica. Poderiam ser professores catedráticos, ou outras pessoas quaisquer, escolhidas não por sua função, ou cargo, ou representação, mas pelo seu notável conhecimento. Um dos nomes que se cogitou, na época, foi o do professor Gudín. Evidentemente, ele não era representante de nenhuma atividade econômica. Realmente, acabaram sendo escolhidos dois banqueiros: um representando o sistema bancário mineiro, e o outro, o sistema bancário paulista. Mas podiam não ter sido banqueiros, podiam ter sido dois professores de Economia, por exemplo.

Esse depoimento de Dênio Chagas procura questionar a presença dos trabalhadores no recém-criado Conselho Monetário Nacional e da presença dos representantes banqueiros do mercado financeiro apontando para a isenção pela via da “meritocracia” das indicações dos conselheiros.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 106):

Os que foram nomeados para o CMN não foram chamados por serem representantes de bancos, e sim porque eram pessoas de notável saber. Um deles era o Gastão Bueno Vidigal, superintendente do Banco Mercantil de São Paulo, por quem o professor Bulhões tinha grande admiração. Sei que existia essa admiração pela visão econômica, pela visão de empresário do Gastão Vidigal, porque, na minha função de redator-chefe da Conjuntura Econômica, quando havia uma questão mais difícil de ser discutida, o professor Bulhões me sugeria que fosse a São Paulo conversar com ele. Mesmo antes de se pensar em criar o BCB, 1 ou 2 vezes tive entrevistas com ele, marcadas pelo Bulhões, a respeito de artigos que eu tinha que escrever. Eu não era forçado a aceitar as ideias dele, era juiz de usá-las ou não, mas isso revela a admiração do Bulhões. O outro que foi indicado foi o Rui de Castro Magalhães, presidente do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, que nem existe mais, foi incorporado ao Banco Itaú. Era um banco sem grande prestígio, mas o Rui de Castro Magalhães era presidente do Sindicato dos Bancos de Minas, que era o estado que tinha o sistema bancário mais forte do país. Naquela época, os mais fortes eram Minas e São Paulo, nessa ordem. Depois foi que inverteu.

Os membros da classe dominante da fileira dos banqueiros estavam bem representados num órgão chave das decisões da política monetária nacional a despeito da justificativa de Dênio que atribuía essas indicações de Octávio Gouvêia de Bulhões

como sendo de ordem de saber meritocrático. Quanto a influência dos banqueiros no próprio BCB o depoimento deixa claro que para um presidente do Banco Central dizer que não sabia se existia influência ou não era um indicativo de que essas influências e pressões existiam.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 109):

As Comissões Consultivas criadas no CMN também foram “empurradas” para dentro da Lei do Banco Central? Teriam sido outra maneira de dar voz a interesses externos? Não. Não posso assegurar, mas acho que essa ideia foi minha. Eu sabia que teríamos que reformular totalmente a vida financeira do país: sistema de crédito rural, industrial, mercado de capitais, uma série de coisas deveria ser regulamentada. Não se precisa ter grande habilidade política para saber que, quanto mais se discutir entre as pessoas julgadas maiores conhecedoras de cada área, mais fácil será obter aprovação e boa receptividade para as medidas tomadas. Já que haveria CMN, também previ quatro Comissões Consultivas: de Bancos, de Mercado de Capitais, de Crédito Rural e de Crédito Industrial. Agora, em nenhum momento as ideias vinham dessas comissões. As minutas a serem discutidas eram preparadas dentro do BCB e só então submetidas a elas. Eu tinha liberdade para ouvi-las, registrar suas sugestões, mas não era obrigado a seguir nada. Fazia o que considerava melhor para o Sistema Financeiro Nacional (SFN). Não houve submissão do BCB. Sei que existe uma impressão em certos setores de que houve certa submissão do BCB aos banqueiros, mas posso afirmar que, no meu tempo, isso não existiu.

O Banco Central, assim como todo o Sistema Financeiro Nacional foram amplamente planejados e concebidos para servirem aos interesses do capitalismo financeiro nacional e internacional no que diz respeito não apenas as suas atribuições tecnocráticas institucionais, como principalmente em relação as decisões sobre as políticas econômicas e financeiras adotadas. Ao mesmo tempo, para que essas políticas fossem colocadas em prática as pessoas de confiança nas mais variadas formas devem estar posicionadas nos campos e subcampos estratégicos da dominação em amplo espectro, principalmente do poder econômico e político dos aparelhos decisórios mais relevantes.

As elites tecnocráticas econômicas e financeiras do Estado capitalista agem e se comportam conforme seus próprios interesses, mas, sobretudo em conluio com grupos dominantes nacionais e internacionais no capitalismo contemporâneo tanto em países periféricos dependentes quanto também nos de sociedade mais desenvolvidas. Segundo Mills nada pode garantir que essas elites políticas e técnicas-administrativas se desviem dos interesses de grupos dominantes mais robustos e coesos na sociedade atual, podendo eles mesmos exercerem suas funções, atribuições e demais interesses de forma emancipatória ou autônoma dos demais poderes, tanto político-institucionais quanto econômicos.

Nossa tese reforça as premissas marxistas de que, mesmo quando as elites exercem seus poderes de forma pretensamente autônoma as principais decisões no interior dos aparelhos estatais são determinadas pelos cargos políticos e tecnocráticos que envolvem nomeações dos três poderes de Estado. Posições autônomas por parte das elites políticas e tecnocráticas em grande medida nas principais pastas ministeriais, secretarias de Estado e instituições estão submetidas a uma gama enorme de filtros decisórios onde não conseguem escapar da macroestrutura capitalista.

As elites políticas e tecnocráticas em grande medida pertencem a classe social dominante no estado capitalista e quando não permanecem constrangidas por uma série de amarras institucionais e burocráticas de acordo com os ordenamentos do capital. De qualquer modo a denominação de “elites” contribui para pensar como os grupos dominantes na sociedade agem e se estabelecem, seja no interior dos aparelhos de Estado como nas grandes corporações nacionais e internacionais. O caso do Banco Central como estudo de caso e objeto de pesquisa representado pelas suas elites tecnocráticas é certamente algo corrente no Brasil e em outros países considerados como desenvolvidos como o caso da França por exemplo.

De acordo com Martin (2018, p. 2):

A tendência à continuidade, à coesão e à reprodução das elites administrativas, políticas e econômicas é bastante forte na França - sem dúvida mais forte do que em muitos outros países. O acesso aos grupos dirigentes é bastante fechado sobretudo em razão de um sistema de formação das elites organizado em torno de grandes écoles e de classes preparatórias (classes préparatoires³), e as reformas políticas, sociais, jurídicas ou econômicas em geral demoram bastante tempo até que seus efeitos sejam sentidos; as mudanças de governo, de política, o que se denomina «alternância», com frequência acarretam inflexões nas equipes no poder e em diretores de ministérios, mas não alteram em profundidade os equilíbrios estruturais. Por exemplo, a probabilidade de que um outsider pouco conhecido na classe política se torne, em pouco tempo, presidente da República é extremamente baixa.

A passagem da autora de origem francesa revela que as elites na França são treinadas no interior do sistema educacional hermeticamente fechado a quaisquer grupos que não sejam os dominantes. A distinção social ocorre primeiramente através do elitizado sistema escolar que privilegia as classes sociais mais abastadas no que tange a princípios elevados de qualidade, não permitindo, com raras exceções a entrada de “outsiders” nos campos da política, da alta cultura, das finanças e da tecnocracia estatal. No Brasil o capital educacional serviu de alicerce e porta de entrada para cargos estratégicos na tecnocracia como é o caso de Dênio Chagas, além é claro dos capitais de herança adquiridos no seio das famílias da classe dominante.

O exemplo de Dênio Chagas Nogueira nesse sentido demonstra que uma trajetória relevante em termos de influência política decisória e de parceria com grupos dominantes dentro e fora do país estão fundados nos capitais de herança e educacionais adquiridos e outros conquistados e lapidados historicamente. No auge da sua atuação no BCB e durante a gestão do general presidente Castelo Branco as suas posições políticas e ideológicas caminharam lado a lado na missão de incorporar valores e princípios liberais lastreados pelo regime autoritário, onde as contradições políticas do período também foram decisivas para a sua saída.

Dênio não apenas atuou à frente da presidência do BCB como esteve direta e indiretamente envolvido com os planos econômicos governamentais como o PAEG e a reforma tributária. Dênio sempre adepto a ortodoxia monetária, ajuste fiscal e liberalismo econômico não conseguiu resistir às pressões políticas na presidência do BCB logo após a saída do general Castelo Branco da presidência em 1967. Durante o período em que esteve à frente do BCB costurou muitas alianças com banqueiros e agentes do mercado financeiro como de costume na carreira de Dênio, sobretudo a partir do final da década de 1950. Mas foi na atuação junto ao Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central (BACEN, BCB ou BC) que a carreira de Dênio o coloca como representante legítimo da classe dominante como veremos adiante.

Desta maneira, o governo Castelo Branco permite a nova equipe econômica liberal planejar e reformar o sistema financeiro com Dênio à frente do Banco Central e com isso pode adotar políticas que coadunam com as posições econômicas e financeiras da classe dominante como o próprio Dênio no seu depoimento corroborar.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 109):

Todas essas medidas a que o senhor se referiu indicam realmente um processo de implantação institucional na economia brasileira. Parece ter sido essa a tônica do governo Castelo Branco.

Sim. Sou suspeito para falar, porque fui membro do governo, mas, quando se conversa com qualquer pessoa, a opinião mais ou menos geral é de que o governo Castelo foi um dos melhores que o Brasil já teve. Nós reformamos tudo. Liberamos o câmbio, eliminamos os obstáculos às importações, aumentamos as exportações, reformamos a Bolsa de Valores, criamos o mercado de capitais. Recordo que havia uma empresa em São Paulo que estava lançando ações no mercado e, como a lei exigia a revelação completa e a responsabilidade do emissor dos papéis junto ao público, consegui fechá-la, embora ela tivesse no seu conselho de administração um general, um brigadeiro e um almirante. Quando eles vieram me visitar, eu disse: "Os senhores vão encontrar a sua empresa lacrada, porque vai haver uma inspeção rigorosa". O mercado de capitais passou a ser sério, coisa que não era antes. Para mim,

as reformas feitas no país naquele período significam ainda mais que o sucesso da política econômica. Em três anos, o governo Castelo Branco reformulou toda a economia brasileira.

A política econômica liberal atendeu a uma série de interesses das grandes empresas e do mercado financeiro nacional e internacional e colocou definitivamente o primeiro presidente do Banco Central Dênio Chagas Nogueira como um ator relevante da elite tecnocrática econômica e financeira no plano nacional. A gestão de Dênio no Banco Central acompanhou o governo do general Castelo Branco no primeiro mandato político militar, assim como reformulou de forma crucial todo o sistema financeiro nacional. A reforma bancária já nesse período tinha o intuito de propiciar uma transição rumo a intensificação da concentração bancária e um controle mais rígido com maiores exigências aos bancos estaduais.

O próprio Dênio em partes do seu depoimento admite a sua preferência pela não existência ou extinção dos bancos estaduais. A preferência pela independência total do Banco Central já naquele período e essas outras posições mencionadas em seus depoimentos ratificam sua posição política e ideológica como sendo um agente tecnocrata liberal. A liquidação dos bancos estaduais e a independência do Banco Central não foram possíveis naquele momento devido a uma série de amarras políticas e institucionais entre os interesses acordados nas negociações levando em consideração governadores e o poder executivo centralizado nos militares.

Já no final do governo Castelo Branco por volta do final de 1966 uma série de acontecimentos que envolveram corrupção em relação a especulação financeira ocorreram, onde o próprio nome de Dênio passou a circular como corresponsável por essas fraudes relacionadas.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 71):

Aí o mundo desabou sobre nós, especialmente sobre o BCB, ou seja, sobre mim. Os jornais levantaram suspeitas de corrupção, de que nós – Bulhões, Campos e eu – teríamos especulado no câmbio. Lembro que o presidente Castelo pediu que fizéssemos um levantamento do mercado de câmbio, para provar que não tinha havido nenhuma anormalidade. Antônio de Abreu Coutinho, que substituiu o Biolchini como diretor da área de câmbio do BCB, mandou-me uma lista das operações no mercado livre – era livre mesmo, sem a identificação dos possíveis especuladores – que demonstrava ter havido uma única operação de valor muito alto na sexta-feira, de 50 ou 100 mil dólares, quantia essa que, na Quarta-Feira de Cinzas, retornou ao banco. Tenho a impressão de que o especulador deve ter emitido um “cheque voador”, para o qual não teria fundos. Mandeí essa informação ao presidente Castelo, e ele a mencionou numa entrevista que concedeu 2 ou 3 dias depois. Mas as acusações continuaram. A Câmara dos Deputados criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), e todos nós fomos citados. Costa e Silva tomou posse em 15 de março e submeteu o nome do Ruy Leme ao Senado, para

ocupar a presidência do Banco. Não tenho certeza, mas parece que o Senado teria devolvido a mensagem do presidente, alegando que o cargo estava ocupado. Solicitei então uma audiência ao Delfim, que já tinha assumido o Ministério da Fazenda, para, diante das circunstâncias, pedir-lhe que encaminhasse ao presidente Costa e Silva a minha carta de renúncia. Depois de 2 ou 3 dias de espera, sem que a audiência me fosse concedida, enviei-lhe uma carta pessoal a que anexei o meu pedido de renúncia, solicitando que o encaminhasse ao presidente.

Nesse momento de disputas políticas acirradas no seio da própria ditadura e de escândalos econômicos ocorridos no interior da gestão de Dênio Nogueira à frente do Banco Central até mesmo uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instaurada no modelo já bipartidário entre a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que já refletia uma situação atípica na política brasileira em termos de representatividade institucional. Os partidos haviam sido extintos logo a seguir com os desdobramentos do fechamento autoritário do regime político.

A reformulação liberal e a cartilha monetária ortodoxa haviam sido implementadas na gestão de Dênio a frente do BC durante a presidência do general Castelo Branco e com o evento envolvendo a corrupção em termos de especulação financeira a sua renúncia foi inevitável num momento em que Rui Leme já despontava como o novo presidente do Banco Central na futura administração do próximo general presidente Costa e Silva.

A sua transição entre o Banco Central e o setor privado no mercado financeiro já havia sido pavimentada através de uma série de capitais acumulados durante a sua trajetória de indivíduo da elite tecnocrática na área econômica e financeira, principalmente a partir da Sumoc nos anos 1950 e suas conexões políticas muito bem alinhadas no campo econômico-financeiro e no subcampo das instituições tecnocráticas estratégicas do Estado brasileiro. O que baliza o nosso estudo e pesquisa, mesmo na fase da análise de entrevistas ou depoimentos reside no fato de constataremos documentalmente como as elites conseguem; através da herança, conquista e aperfeiçoamento dos seus “capitais!” atingir níveis elevados de prestígio, status e poder político e econômico diante do processo decisório e de suas trajetórias pessoais ao longo da história, sendo que; evidentemente, alguns frequentadores das altas rodas mais do que os outros.

De acordo com Martin (2008, p. 50-51):

As diferentes pesquisas, conduzidas tanto pelos historiadores das elites do final do século 19 e início do século 20 quanto por sociólogos, evidenciam

o fato de que uma origem social elevada, a antiguidade do pertencimento à burguesia e a passagem por uma grande école facilitam amplamente o acesso aos grupos dirigentes (com especificidades para cada grupo: os PDG e os banqueiros são frequentemente, eles próprios, filhos de proprietários de indústria e do comércio, os altos funcionários, em geral, filhos de funcionários ou de membros das profissões liberais), havendo exceções (alguns PDG são filhos de professores ou oriundos de frações assalariadas das classes médias, alguns altos funcionários são filhos de proprietários de empresa). Na França, a seleção opera-se muito cedo e por toda a vida, diferentemente da Alemanha, por exemplo, onde, como analisa Hervé Joly, os diretores-presidentes em geral começaram sua vida profissional por baixo e progrediram na empresa. O peso da passagem pelas grandes écoles (Ecole nationale d'administration, Ecole Polytechnique, Ecole normale supérieure, Ecole des hautes études commerciales, Ecole centrale, etc.), às quais apenas uma pequena minoria de estudantes tem acesso, é igualmente sublinhado; ele é decisivo na França. O modelo francês das grandes écoles, baseado no ingresso via concurso, pretende-se meritocrático. No entanto, a legitimação escolar, o diploma de grande école, não exclui uma origem social elevada. Os diretores-presidentes das grandes empresas, os altos funcionários e, em menor medida, os homens políticos, frequentemente acumulam diferentes tipos de recursos (ou diferentes trunfos, para retomar a expressão de Michel Bauer e Bénédicte Bertin-Mourot, que sublinham aquilo que chamam de «tirania do diploma inicial»²⁴). Entre as elites políticas, em sentido amplo, a diferença é bastante grande entre os membros dos gabinetes ministeriais que passaram, em sua maioria, pelas grandes écoles, com frequência são membros dos grands corps e reúnem diferentes tipos de recursos, e os deputados, cujo recrutamento e formação são mais diversificados.

Chama a atenção essa passagem da autora de origem francesa em relação mais uma vez a maneira como as pesquisas identificaram os altos cargos na burocracia estatal, as atividades políticas profissionais, os banqueiros, industriais, diretores e presidentes de grandes corporações serem introduzidos a campos e subcampos de poder na sociedade através dos filtros educacionais. O capital educacional na França tem uma relevância crucial como elemento chave primordial para a conquista dos espaços sociais de prestígio e poder nesse modelo de sociedade. Segundo as pesquisas nos diversos campos de estudos da história e das ciências sociais desde o final do século XIX até a entrada do século XXI os indivíduos que frequentam as melhores escolas até a educação superior são filhos das elites nas gerações anteriores e serão esses que muito provavelmente irão assumir cargos e posições de mando e destaque na sociedade.

A autora destaca a diferença entre a França e a Alemanha nesse aspecto, que segundo esses estudos indica que na Alemanha os dirigentes das empresas comecem em degraus inferiores nas organizações até chegar ao topo, ao contrário da França onde os indivíduos já assumem papéis de destaque assim que saem das escolas de educação superior. Os capitais educacionais, sociais e políticos de herança

são aqueles que na largada possibilitam aos indivíduos a conquistarem e manter espaços privilegiados nos seus respectivos campos e subcampos. Em muitos casos também ocorrem a herança de capitais econômicos acumulados historicamente por indivíduos ao longo das gerações proporcionando vantagens ainda maiores sobre a grande maioria dos indivíduos na sociedade. Em um país como o Brasil está tese de que as elites e a classe dominante no poder se perpetuam através das gerações pelo seio da família com seu núcleo duro está documentada pelas pesquisas trazidas à baila por alguns pesquisadores brasileiros como Goulart, Cavassim, Oliveira entre outros não menos importantes autores que abordam as famílias do poder.

No caso de Dênio Chagas Nogueira a abordagem de Martin é válida, onde já podemos comprovar seguindo a trilha da sua trajetória contada através dos seus depoimentos e de passagens históricas documentadas e já referenciadas em outros livros e artigos da história política e econômica brasileira. Mas desde a sua origem familiar explorada durante seu itinerário observamos que os capitais herdados no seio familiar foram decisivos para a sua trajetória e ascensão na carreira e como membro de uma seleta elite econômica e financeira tecnocrática e acadêmica pela via da participação em revistas e artigos de prestígio em âmbito nacional. A sua última fase de consolidação ainda ocorrerá logo após a sua saída do Banco Central quando assume posições de alto nível como executivo dos banqueiros ainda no regime autoritário na sua fase de expansão. Essa será a sua passagem de um ator relevante da elite tecnocrática para a consolidação como membro de uma classe dominante de executivos dirigentes.

Após a saída de Dênio Nogueira do BCB o nome desse importante interlocutor político e econômico passa a ser requisitado por banqueiros e executivos dirigentes para assumir funções de administração em diversas corporações nacionais e internacionais, principalmente do setor financeiro. Algumas dessas passagens são importantes destacar em alguns de seus próprios depoimentos como veremos a seguir.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 176-78):

Deixando o BCB, como evoluiu sua atividade profissional?
O senhor sentiu alguma dificuldade em se adaptar à nova vida?
Inicialmente não. Poucos dias antes da minha renúncia, fui convidado pelo Gastão Vidigal para integrar a diretoria do Banco Mercantil de São Paulo. Agradei sua gentileza, ressaltando que considerava o convite uma homenagem, e expliquei que preferia continuar no Rio. Mais ou menos na mesma ocasião, fui sondado pelo Grupo Geraldo Correia, de Minas Gerais, que pretendia ampliar os seus negócios – até então, eles se limitavam a uma corretora na Bolsa de Belo Horizonte e a uma financeira –, com a obtenção no

BCB de uma carta-patente de banco de investimento e a aquisição de um banco comercial. Acenavam-me ainda com a possibilidade de o centro operacional do conglomerado financeiro que eles pretendiam criar ser instalados no Rio de Janeiro. Com exceção da corretora, tudo mais ficaria sob a minha direção. É claro que esse segundo convite era mais vantajoso para mim. Eu estava praticamente desempregado, pois o CNE tinha sido extinto. Restava-me a posição de redator-chefe da *Conjuntura Econômica* e meu cargo público como estatístico do Ministério da Fazenda, para onde fora transferido. Mas, com tudo o que ocorrera em relação ao BCB, eu não estava disposto a ser lotado no Acre. Faltavam-me 2 ou 3 anos para requerer a minha aposentadoria no serviço público federal e, em face disso, pedi ao Bulhões que me requisitasse para servir à FGV. Voltei então à *Conjuntura Econômica* em regime de tempo parcial e aos poucos fui assumindo a direção do Grupo Geraldo Correia. Enquanto aguardávamos a concessão da carta-patente do banco de investimento, iniciamos as negociações para comprar um banco comercial de grande tradição cujo detentor do controle acionário havia sofrido o terceiro enfarte. Era o Banco Moreira Gomes, que tinha sede em Belém do Pará e uma agência no Rio de Janeiro. Em seguida, sugeri ao Geraldo Correia que adquirisse a carta-patente de um pequeno banco do Rio, o Banco Monteiro de Castro, cujo principal acionista morrera num acidente de lancha no late Clube. O novo conglomerado chamou-se Banco Geral do Brasil, tendo como instituições afiliadas uma financeira e um banco de investimento. Também nessa ocasião o Merchant Bank inglês Rothschild and Sons, nosso antigo financiador desde o Império, convidou o professor Gudin para ser seu representante no Brasil. O meu antigo mestre recusou e sugeriu que eles me convidassem. O convite foi feito e aceito. Tudo corria bem, o Banco Geral do Brasil subia rapidamente no ranking do sistema bancário brasileiro, graças à equipe de pessoas sérias e competentes que consegui formar, quando, de repente, começaram a acontecer coisas estranhas, a despeito do meu excelente relacionamento com o meu sucessor no BCB. Sempre que o Ruy Leme reunia banqueiros para discutir linhas de ação, fazia questão de me convidar, embora o Banco Geral do Brasil ainda não tivesse atingido posição de destaque entre os bancos nacionais.

A passagem do depoimento de Dênio acima reflete o pensamento da elite e da classe dominante brasileira em relação às oportunidades que essa classe social privilegiada tem ao longo da sua trajetória. Mesmo após a sua saída da presidência do Banco Central Dênio ainda tinha a salvaguarda de um de seus primeiros cargos públicos, uma posição acadêmica respeitada na revista *Conjuntura Econômica* da FGV e uma série de convites para assumir relevantes posições de destaque profissional, inclusive num banco de origem inglesa de propriedade de uma família secular tradicional.

As elites e principalmente a classe dominante brasileira, quase na sua totalidade ocupa posições estratégicas nas instituições políticas e tecnocráticas, além de assumirem postos de confiança nas corporações capitalistas nacionais e internacionais. Chamo a atenção através das próprias palavras de Dênio no que tange a sua

participação no banco inglês na seguinte declaração: “o Merchant Bank inglês Rothschild¹⁹ and Sons, nosso antigo financiador desde o Império”, Os banqueiros da classe

¹⁹ Você não encontrará fotos ou menções a qualquer um dos membros da família Rothschild nas colunas sociais ou em matérias da revista Forbes. Essa família de banqueiros de origem judia-alemã é uma das mais ricas da história, mas, sua fortuna, hoje, está espalhada entre inúmeros herdeiros. Falando em tamanho de patrimônio, os cálculos mais modestos indicam que possuem cerca de 350 bilhões de dólares. Outros, menos conservadores, chegam a 1 trilhão de dólares. Seja como for, é muito, muito dinheiro. Para se ter uma ideia, o homem mais rico do Brasil, o banqueiro Joseph Saffra, possui uma fortuna de “apenas” 25 bilhões de dólares. Os Rothschild modernos vivem em diferentes países do mundo, e muitos deles se dedicam a atividades muito distantes dos negócios bancários: administram arquivos históricos em museus ou salvam as geleiras do aquecimento global, por exemplo. O Incrível.club decidiu pesquisar um pouco mais sobre essa verdadeira dinastia dos negócios. Apresentamos, também, alguns fatos pouco conhecidos sobre uma das mais lendárias famílias de bilionários da história. Séculos XVIII — XIX: As primeiras gerações dos Rothschild viviam em um imóvel em cuja porta havia uma inscrição que representava uma águia dourada diante de um escudo vermelho. Em alemão, “Rothschild” pode ser traduzido como algo como “escudo vermelho”. Foi a partir dessa palavra que se originou o sobrenome até hoje associado à fortuna e ao poder. No século XVIII, Amschel Mayer Rothschild conseguiu abrir um banco em uma das cidades da Alemanha e passou o negócio de família aos seus cinco filhos. Os jovens acabaram mostrando talento para a administração e desmembraram o que era apenas um banco em cinco, cada um em uma região da Europa. Fazendo parte de uma sociedade maior, esses bancos eram comparados aos cinco dedos de uma mão, tamanha a forma coordenada e harmoniosa com que atuavam, praticamente sem conflitos. Os Rothschild desenvolveram sua própria rede de correspondências, o que lhes permitia acompanhar, com extrema agilidade para os padrões da época, tudo o que estava acontecendo no mundo (ou nos países onde atuavam). Já naquele tempo, informação significava poder e agilidade na tomada de decisões e esse foi um de seus trunfos. A família usava, por exemplo, pombos-correio para trocar mensagens. E, dispondo de uma bem estruturada rede de informação, difundiam boatos em nome dos negócios. Isso ocorreu, por exemplo, durante a famosa batalha de Waterloo, entre França e Inglaterra (1815) e que terminou com uma derrota de Napoleão Bonaparte. Graças à rede de informação, os agentes da família ficaram sabendo que a Inglaterra estava vencendo e enviaram aos líderes um pombo-correio com a notícia. Astutamente, Nathan Rothschild, um dos líderes da família, passou, então, a vender ações na Bolsa de Valores de Londres, indicando, com isso, que o cenário era crítico para os ingleses e que a tendência era de queda nas ações. Seguindo as operações do banqueiro, outros detentores de ações começaram a vendê-las, fazendo com que o índice caísse abruptamente, o que permitiu a Rothschild comprar ações baratas para revendê-las depois com um enorme lucro, quando a informação de que a Inglaterra havia vencido finalmente chegou a Londres e o preço das ações se recuperou. No século XIX, o clã começou a ter seu próprio conjunto de regras que todos os membros da família deveriam seguir. Uma dessas normas, em particular, estabelecia que nenhum descendente pela linha feminina tinha o direito de administrar o capital. Essas prerrogativas só cabiam aos descendentes homens. Como costumava ocorrer nas famílias reais, na dinastia Rothschild, os casamentos eram cuidadosamente planejados pelo patriarca da família. Como regra geral, se casavam entre si os primos diretos e os de segundo grau. Isso, evidentemente, servia para garantir que o poder e a fortuna continuassem nas mãos da família. O resultado foi um curioso efeito sobre a árvore genealógica da dinastia. Enquanto uma pessoa comum tem dois pais, quatro avós, etc, Lionel Walter Rothschild, por exemplo, tinha somente um bisavô e uma bisavó. No fim do século XIX, o clã controlava praticamente a metade do mundo. Os Rothschild financiaram, com sua fortuna, o exército japonês durante a guerra russo-japonesa, investiram na criação de um trem na Europa, patrocinaram a construção do canal de Suez e muito mais. Desde então, o sobrenome Rothschild se transformou em sinônimo de riqueza. Sobre a influência da dinastia sobre os políticos mais poderosos do mundo, há uma história conhecida que se parece mais com um mito. Segundo o diário de um dos representantes da família, a rainha Victoria, da Inglaterra, visitava seguidamente a casa dos Rothschild. Em uma dessas visitas, a baronesa Alice Rothschild gritou à rainha: “Saia do jardim, você está pisoteando as flores!”, e Victoria, uma das mais conhecidas rainhas da história, obedeceu. Também há lendas sobre os princípios morais dos Rothschild. Em 1861, o governo russo se dirigiu à família para pedir um empréstimo e recebeu um não como resposta. O fato é que o empréstimo era necessário para reprimir algumas revoltas que estavam ocorrendo na Polônia. Os Rothschild teriam obtido enormes ganhos se financiassem os russos, mas, nesse caso, não que-

dominante secular europeia também atuam através das organizações familiares como estratégia de poder, e para uma elite financeira como Dênio Chagas Nogueira atuar frente aos negócios dessas famílias trata-se de um ator relevante em termos de posição social num campo das finanças onde o imperialismo atua em parceria com o capitalismo periférico e dependente brasileiro.

Há muito a classe dominante brasileira e suas elites representativas possuem parcerias com os grupos sociais dominantes e potências estrangeiras como o próprio Dênio mencionou na passagem do seu depoimento anterior. As famílias históricas seculares não são um produto brasileiro, mas como o resultado da construção de alianças estratégicas poderosas ao longo da história, antes mesmo da formação das

riam apoiar um regime que suprimisse os movimentos da libertação nacional. As famosas guerras napoleônicas também foram ganhas com a participação do clã. Os Rothschild investiram uma parte notável de sua fortuna no exército inglês, e também ajudaram a transportar metais caros para a fabricação de armas e proteção dos soldados. A celebração do 200º aniversário da dinastia. Da esquerda para a direita: Jacob Rothschild, Amschel Rothschild, Guy Rothschild e Edmond Rothschild. O maior colecionador de arte do clã Rothschild se chamava Ferdinand. Todos sabiam que, segundo seu testamento, ele deixaria ao Museu Britânico todos os seus objetos de arte. E, sem ter fundos para adquirir determinadas obras, os diretores do museu, espertamente colocavam Ferdinand em contato com os donos das pinturas e ele as adquiria. Um dado interessante é o fato de que quase todas as mulheres da família eram reconhecidas por seus contemporâneos como pessoas que apresentavam qualidades que a sociedade costumava atribuir aos homens, como a obstinação e a dureza. Walter Rothschild, também um colecionador, entrou para a história da ciência. No entanto, ele colecionava borboletas, chegando a juntar, em toda sua vida, em torno de 2,25 milhões de exemplares. Mas Walter não só colecionava insetos, como também organizava numerosas expedições aos mais variados e distantes lugares do Planeta. Graças a ele, foi possível descobrir e descrever novos tipos de animais: desde besouros até cangurus. Alguns deles foram batizados em sua homenagem: Alguns deles foram batizados em sua homenagem: a *Ornithoptera rothschildi* (uma borboleta), a girafa de Rothschild e o *Leucopsar rothschildi* (um estorninho com plumagem branca como a neve da ilha de Bali). Walter Rothschild montando uma tartaruga de Galápagos em sua fazenda Durante a Segunda Guerra Mundial, um dos Rothschild foi arrastado pelos soldados alemães e lhe foi oferecido o seguinte trato: ele seria liberado se entregasse sua fábrica de aço e pagasse uma boa quantidade de dinheiro (para os padrões de um Rothschild) à vista. Ele aceitou entregar a empresa, mas solicitou um pagamento por ela. Negociaram durante muito tempo e finalmente o comando alemão perdeu a paciência: fez o trato sob os termos do barão. Rothschild foi liberado, mas o acordo nunca foi efetivado: em poucos dias, as tropas alemãs haviam ocupado o território em que se encontrava a fábrica. E a necessidade de pagar por ela desapareceu sozinha. Ficou, no entanto, para a história, a “lenda” de mais um Rothschild com talento para negócios. Da esquerda para a direita, os Rothschild modernos: Jessica, Edward, Ondin e David A família possui vinícolas em todo o mundo, a mais famosa das quais o Château Lafite Rothschild. E, na etiqueta dos vinhos israelitas “Baron” há um retrato de Edmond de Rothschild. O atual presidente da França, Emmanuel Macron, começou sua carreira em uma das companhias dos Rothschild, e era tão bom em seu trabalho que o chamaram de Mozart das finanças. Em Cambridge, há um arquivo dos Rothschild. A história da família tem como depositária e guardiã Emma Rothschild, que é famosa por ser a estudante mais jovem da Universidade de Oxford: ela ingressou na instituição com apenas 15 anos. Emma também é professora de História e Economia em Cambridge e em Harvard. Um dos descendentes do antigo clã, David Rothschild, é dono da companhia Adventure Ecology. Está lutando ativamente pela salvação de nosso Planeta: em 2006, organizou uma expedição ao Ártico para estudar o gelo local; em 2007, viajou às florestas do Equador para protegê-las da contaminação e o desmatamento, e em 2010 construiu um barco com 12.500 garrafas de plástico e, nele, cruzou uma parte do Oceano Pacífico (INCRÍVEL, 202?).

próprias nações tais como a conhecemos hoje. Segue na sequência da entrevista com Dênio mais alguns elementos importantes para considerar que na sua última fase da carreira profissional Dênio tenha ampliado seus “capitais” de forma a consolidar-se como membro da classe dominante associado ao imperialismo.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 183-184):

O senhor continuou por muito tempo como representante do grupo Rothschild? Não. Os mesmos motivos que me fizeram sair dos meios financeiros nacionais levaram-me a sair também dos internacionais. Quando deixei de representar o grupo Rothschild, Antônio de Abreu Coutinho, antigo companheiro de diretoria do BCB, convidou-me para assumir a gerência-geral financeira de um grupo industrial paulista, cliente de um banco de São Paulo do qual ele era diretor superintendente. O grupo estava enfrentando dificuldades financeiras, e ele me perguntou se eu estava disposto a ajudá-los. Aceitei e mudei-me para São Paulo, onde residi cerca de três anos trabalhando para o grupo Vigorelli, que hoje não existe mais.

Foi nesse momento que o senhor se desligou da FGV?

Sim. Até então, eu mantinha minhas atividades lá, embora não em tempo integral. Creio que a liquidação do grupo Geraldo Correia coincidiu com a minha nomeação para editor da RBE, onde fiquei cerca de um ano. O meu escritório era na sala da Conjuntura Econômica. Sebastião Vidal, de quem fui padrinho para que me substituísse na Conjuntura como redator-chefe, ofereceu-me uma mesa na sala dele e lá eu trabalhava. Sou extremamente grato à FGV por ter feito meu nome profissional por meio da Conjuntura Econômica. Quando saí, fiz questão de me demitir, e não pedir para ser demitido, para receber indenização. Foi engraçado, porque tive que ir pessoalmente ao Sindicato dos Jornalistas para assinar uma declaração de que eu estava me demitindo por vontade própria, sem pressão superior. Eles achavam aquilo um absurdo. O especialista em joint-ventures. Como foi sua experiência em São Paulo? Assim que cheguei, senti que a Vigorelli tinha que melhorar o seu parque industrial, que estava com um equipamento muito antigo. Sua maior atividade era produzir uma máquina de costura que concorria com duas outras marcas muito conhecidas, a Singer e a Elgin. Ela precisava melhorar a sua qualidade para poder competir com as outras. Além disso, a Elgin já estava se associando a um grupo japonês. Na Vigorelli, eles também já estavam pensando nisso, conversaram comigo, e eu disse: “Sem dúvida, vocês têm que fazer a mesma coisa, porque as máquinas de costura japonesas são hoje consideradas as melhores. Os japoneses foram os primeiros a fazer máquinas de alumínio. As máquinas nacionais portáteis são pesadíssimas, e eles encontraram uma solução para dar estabilidade à máquina portátil, mesmo sendo de alumínio”.

A sua participação na direção e na presidência de grupos financeiros e econômicos da indústria, além de consultorias diversas permitiu a Dênio assegurar o seu lugar no campo das elites econômicas estrategicamente bem-posicionadas na classe social dominante. Na parte da entrevista a seguir Dênio comenta sobre a participação das famílias no empresariado nacional.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 185-186):

O senhor atribuiria esse traço do empresariado brasileiro a uma forte participação familiar? Em geral, essa é a razão fundamental. Na minha experiência, pude verificar que a empresa familiar começa com pais e filhos ou com irmãos. Quando chega à geração seguinte, já começam as divisões, porque há uma série de choques permanentes durante a primeira administração, e esses choques vão se refletir de maneira muito profunda na segunda ou na terceira geração. Em geral, na segunda já começa o choque. São os primos que querem posições superiores em relação uns aos outros, e é isso que cria a dificuldade maior. Infelizmente, quase toda empresa familiar tem essa característica. Eles até admitem o executivo não membro da família, mas a cúpula, cada um quer para si. Então, na segunda geração, há um choque que frequentemente leva à dissolução da empresa.

A partir desse depoimento de Dênio um traço das estratégias econômicas das famílias permanentes no poder não foi devidamente apreendido e carecem de explicações sociológicas mais profundas no que tange a maneira pela qual a classe dominante consegue herdar, acumular e reproduzir capitais familiares historicamente. Apesar de muitas famílias empresariais não conseguirem se ressignificarem para reproduzir capitais grande parte do núcleo duro da classe dominante permanece loteando os aparelhos de Estado e assumirem posições estratégicas em diversos campos da dominação política, econômica, social e cultural.

De acordo com Martin (2008, p. 65-66):

A importância das recomposições identitárias nos processos de reconversão é sublinhada. Em seu sentido mais forte, as reconversões supõem uma forma de ruptura com a herança, uma dissolução dos antigos recursos e uma recomposição destes recursos em bases diferentes, bem como uma reconstrução identitária. O estudo comparado das recomposições e das reconversões das elites em diferentes espaços nacionais permitiu analisar os processos de valorização, desvalorização ou de revalorização das diferentes espécies de recursos (patrimônio econômico, títulos escolares, tipo de saberes e de formação, experiência no exterior, redes de relações) detidos pelos membros das diferentes elites, antigas e novas, assim como os conflitos entre essas elites pela imposição de novos princípios de legitimação das elites. No período recente, marcado pela multiplicação das reconversões e pela liberalização da economia, a diversidade dos recursos parece um trunfo decisivo. Ainda mais do que o volume, é na realidade a composição dos recursos e o fato de deter recursos diversificados, entre os quais uma experiência no exterior e uma rede de relações (uma boa agenda de endereços), que facilitam as reconversões. A frequentação a instituições estrangeiras por períodos mais ou menos longos, seja no próprio país, seja, mais frequentemente, no exterior, nos Estados Unidos em especial, constitui uma prática em plena expansão que incita às reconversões. As reações e, eventualmente, as ações opostas dos outros grupos ou classes devem igualmente ser tomadas em conta para explicar as reconversões. Diversos estudos de caso (situações de ruptura aparente no recrutamento das elites econômicas na Rússia, situações de continuidade relativa no caso da pantouflage dos altos funcionários na França ou no caso dos antigos aristocratas que entraram na publicidade, no audiovisual, nas galerias de arte ou nas editoras, situação de intensa ruptura no caso dos antigos aristocratas que permaneceram na União Soviética ou se exilaram na França após a Revolução de 1917) têm sido realizados a fim de analisar e de comparar os processos e as modalidades dessas reconver-

sões . O desenvolvimento do mercado internacional e dos intercâmbios internacionais certamente não é uma novidade, mas sua amplitude, no entanto, é nova. O processo de internacionalização das carreiras dos dirigentes fornece frequentemente, em um primeiro momento, a oportunidade de ascensão ou de promoção de atores que não estavam entre os mais privilegiados; ele seguramente favoreceu reconversões que estão por ser estudadas. Novos grupos dirigentes se constituem, em especial nas diferentes instituições das Comunidades europeias, mas também nos numerosos organismos internacionais e nas grandes empresas multinacionais, nos escritórios de negócios ou de conselho internacionais.

A recomposição das elites e da própria classe dominante tomando como exemplo um país desenvolvido como a França e outro de característica mais arcaica como a Rússia nos leva a considerar que os desdobramentos do imperialismo na sua fase mais acentuada no modelo da globalização econômica e financeira impõem mudanças complexas e cada vez mais profundas no seio da classe dominante e das elites nacionais representativas nos seus mais variados campos e subcampos. A partir do exemplo de Dênio Nogueira consideramos que no caso brasileiro as reconversões de capitais ocorrem no momento de transição de um capitalismo de participação nacional desenvolvimentista para outro mais transnacional.

No caso brasileiro, típico da nossa organização e composição social específica e muito concentradora no que tange a apropriação de recursos econômicos e dispositivos de controle e dominação a partir das instituições jurídicas, militares e burocráticas estatais nas mãos ou sob o controle da classe dominante esse processo se reproduz historicamente a despeito das necessidades de múltiplas reconversões. O primeiro presidente do Banco central do Brasil que é forjado na ditadura civil-militar-empresarial do golpe de 1964 já é um exemplo de como ocorrem às reconversões das elites e da classe dominante onde o Estado permanece como estratégico como mantenedor da ordem social e político onde os grupos privilegiados herdaram, conquista, acumulam, lapidam, ampliam e reproduzem “capitais” de poder e dominação de longa duração no Brasil.

4.1.2 Ruy Aguiar da Silva Leme (Presidente do Bacen 1967-68)



31/3/1967 a 12/2/1968

Essa análise sociológica biográfica foi extraída a partir do depoimento do próprio autor em:

Banco Central do Brasil Ruy Leme / Banco Central do Brasil. – Brasília; Banco Central do Brasil, 2019 64 p.; 23 cm. – (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil; v. 5)

Banco Central do Brasil – História. II. Entrevista. III. Leme, Ruy. IV. Título. V. Coleção

a) **Origem Familiar:**

Nascimento: 7 de maio de 1925 em São Paulo

Ascendente estrangeiro: mais próximo em D. João VI em 1808 a partir do Brigadeiro Macedo.

Pai: possuía um escritório de advocacia, participou da revolução de 1932 e fazia parte do clube Piratininga²⁰ um espaço cultural elitizado de São Paulo. Também reconhecidamente separatista.

²⁰ Foi próximo ao bairro de Higienópolis, região nobre de São Paulo e endereço de expressivas famílias tradicionais da aristocracia paulistana, que o CLUBE PIRATININGA, fundado em 16/12/1934, instalou sua sede, tendo suas raízes num momento histórico da cidade de São Paulo antiga: “Revolução Constitucionalista de 32” - História e Tradição - M.M.D.C - O levante revolucionário paulista se tornou conhecido pela sigla M.M.D.C., iniciais dos nomes dos estudantes paulistas Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, mortos pelas tropas federais num confronto ocorrido em 23 de maio de 1932, que antecedeu e originou a Revolução Constitucionalista de 1932. Atualmente, os restos mortais dos estudantes estão sepultados no mausoléu do Obelisco do Ibirapuera, em São Paulo. Cartão-postal em homenagem ao MMDC, com as inscrições em latim: Dulce et decorum est pro pátria mori¹ (“é doce e honrado morrer pela pátria”), Pro brasiliana fiant eximia (“pelo Brasil faça-se o melhor”), Non ducor, duco (“não sou conduzido, conduzo”) e In Hoc Signo Vincas (“Com este sinal vencerás”). Grandes

Avô: era engenheiro, um dos construtores da estrada de ferro Bragantina. Nasceu também em Bragança e era genealogista. Foi o responsável pela genealogia paulista. A família da mãe de Ruy Leme era também do interior de São Paulo

Irmãos: são três a contar com Ruy, dois homens e uma mulher. O irmão mais novo de Ruy também se formou em engenharia. Plínio Aguiar da Silva Leme se formou em engenharia pela Escola Politécnica de São Paulo (USP) e foi aluno do seu irmão mais velho Ruy Leme quando esse foi professor nessa instituição. Plínio Aguiar foi também sócio do escritório de cálculo de concreto montado por Ruy composto por mais um membro e demais colaboradores.

A partir desse breve preâmbulo da origem familiar de Ruy Leme observamos que se trata de um membro da classe dominante tradicional proveniente de títulos honoríficos carregados pela proximidade com a família real portuguesa desde a chegada de D. João VI. A distinção social decorre do prestígio que a sua posição social lhe confere. Esse status social no caso da origem familiar de Ruy decorre do título honorífico hereditário, das condições privilegiadas de educação e de posse de bens ao longo da sua trajetória. Seu avô ainda no século XIX tem uma educação privilegiada que o conduz à profissão de engenheiro e de genealogista como atividade paralela. Na época, somente membros distintos da classe dominante estariam aptos à tarefa de construir a genealogia paulistana com legitimidade.

obras de arte como as telas da Revolução Constitucionalista, São Paulo Antigo e o painel histórico de 1988, em tinta à óleo, “1a. Missa da Fundação de São Paulo”, do artista plástico S. Migliaccio enriquecem o hall principal. Muitas outras pinturas, igualmente raras, estão distribuídas em todos os demais ambientes e salões para serem admiradas pelos muitos frequentadores do clube. O Clube Piratininga se destaca pelo ambiente acolhedor e familiar. Tradicionalmente conhecido pelos grandiosos bailes e festas que realiza em seus salões, nas noites de 5as, sábados e domingos, também reúne grupos para as tardes de jogos recreativos que promove. As piscinas, infantil e semi-olímpica, localizadas no último andar, permitem aos seus frequentadores uma visão panorâmica e privilegiada que merece destaque, oferecendo muito sol, conforto e lazer, num ambiente familiar e seguro. No Lobby Panorâmico, a mesa de Snooker profissional garante o lazer para os amantes de uma boa jogada, a qualquer hora! O Clube Piratininga disponibiliza para sócios e não sócios, um excelente Restaurante, um completo Centro de Estética e um grande acervo cultural e histórico no seu Espaço Cultural (Biblioteca – Espaço Arte). Venha conhecer!! O Clube Piratininga é membro da IFA – International Federation on Ageing – Federação Internacional da Terceira Idade. A IFA é uma organização não governamental sem fins lucrativos com status de representação nas Nações Unidas. Ela reúne organizações não governamentais do mundo com a missão de gerar mudanças positivas para as pessoas da Terceira Idade. Venha conhecer e fazer parte do seleto público de associados deste clube. Temos certeza de que você vai se surpreender! (CLUBE PIRATININGA [201?]). A Revista Paulistana, órgão oficial do Clube Piratininga, foi editada pelo Departamento de Cultura do Clube Piratininga de São Paulo entre os anos de 1939 a 1979 quando teve sua publicação definitivamente interrompida. O Clube Piratininga era conhecido por sua importância na vida social da cidade de São Paulo e teve como proposta, nessa publicação, assuntos referentes à cidade, arte, educação, temas nacionais e internacionais, com grande enfoque aos temas culturais e urbanísticos (silva [201?]).

Nossa tarefa nessa primeira parte dos presidentes do Banco Central não é exatamente traçar uma galeria genealógica mais robusta, mesmo porque nosso objeto central são os presidentes do BACEN na transição dos governos Collor e Itamar Franco para o começo do Plano Real até o presente momento, mas cabe salientar a necessidade de demonstrar desde o início da criação do BACEN como as elites tecnocráticas e a própria classe dominante estavam inseridas no controle e da administração da instituição estatal mais importante e estratégica da política econômica brasileira.

Independente da não adoção de uma apresentação mais aprofundada da análise sociológica a partir da genealogia dessa primeira fase da institucionalização do Banco Central com seus respectivos presidentes considero relevante essa abordagem de conseguirmos estabelecer um vínculo de continuidade na posição social desses atores no que tange a considerá-los de largada como elites estratégicas do poder institucional estatal. Reunindo o material documental e de depoimentos desses atores conseguimos estabelecer de início e afirmar que todos esses indivíduos pertencem a uma determinada elite tecnocrática do poder de Estado, por isso a relevância em demonstrar desde o início do BACEN todas essas trajetórias individuais de seus presidentes. A grande maioria desses atores é proveniente da classe dominante, seja tradicional ou mais recente e alguns outros ainda assim são indivíduos privilegiados que conseguiram conquistar “capitais” importantes para as suas carreiras e trajetórias de vida.

A nossa discussão passa por estabelecermos um fio condutor de análise utilizando a teoria de Bourdieu e de Marx como basilares para a construção desse objeto de pesquisa que entrelaça a instituição econômica mais importante da atualidade e seus presidentes como formuladores, executores, administradores da política econômica e representantes do Estado e da classe dominante brasileira em conexão profunda com o mercado financeiro internacional. Apesar desses dois autores confluírem no seu ponto central que envolve os “capitais” conquistados e acumulados das elites mais bem posicionadas do poder e dominação Marx adota uma posição mais incisiva ao explicar de uma maneira materialista histórica e dialética as relações macroestruturantes da classe dominante e seu lugar privilegiado na sociedade de classes.

Já afirmamos em alguns momentos que indivíduos pertencentes a determinadas elites nem sempre podem ser considerados estabelecidos enquanto classe domi-

nante devido a sua posição histórica familiar hereditária ou consolidada devido a herança e o acúmulo de capitais nos mais variados círculos sociais por mais que se posicionem em um campo ou subcampo mais estratégico de poder. Dênio Chagas Nogueira herdou capitais familiares educacionais, mas Ruy Aguiar Leme, além desse capital fundamental herdou títulos honoríficos de prestígio históricos de longa duração, posições de status com prestígio do avô e do pai.

A obra de Francisco Antonio Doria “Os herdeiros do poder” para além de uma construção genealógica da própria família é também um trabalho sociológico de peso da classe dominante tradicional brasileira a partir da investigação do núcleo duro social trazido pelo sobrenome familiar. A família Dória, Leme, Aguiar estão presentes na descrição e análise sociológica de Francisco Dória e é por isso que Ruy Aguiar da Silva Leme está presente na galeria dos indivíduos pertencentes à classe dominante brasileira.

Segundo Doria (1994, p. 64):

A inserção de uma família da elite na estrutura social é complicada. Dizemos que o clã é uma família da elite, ou da classe dominante, quando sucessivos dentre os seus membros, sem solução aparente de continuidade, ocupam posições naquela classe. Por exemplo, desde fins do século XVI e durante todo o século XVII, diversos membros do clã dos Dórias são vereadores em salvador: Braz da Silva de Menezes, marido de Clemência Dória *a moça*; Francisco de Abreu da Costa, casado com Francisca de Sá Dória e seus filhos Diogo Mendes da Costa, Fernão Vaz da Costa e Antonio de Sá Dória; Belchior da Fonseca, genro de Braz da Silva; Francisco Subtil de Siqueira, neto materno de Cristóvão da costa Dória, primeiro do nome; Antonio Moreira de Menezes, um outro seu neto; e Miguel Moniz Barreto (primeiro do nome), avô paterno de Manuel da Rocha Doria. Todos próximos parentes, e com um ascendente (ou afim ascendente) ou descendente entre os Dórias no máximo ao segundo grau. Por outro lado, Martim Afonso de Mendonça, outro neto materno do primeiro Cristóvão da Costa Doria, surge em 1672 entre os irmãos de maior condição da Santa Casa da Misericórdia da Bahia. Em números: no século XVI, das 10 câmaras municipais de Salvador cuja composição Afonso Ruy levantou (21), membros em primeiro e segundo grau do clã dos Dórias tomam parte em duas: Sebastião Ferreira, primeiro marido de Clemência Doria, é procurador da câmara em 1554, e Martim Afonso Moreira, sogro de Antônio Doria de Menezes, é juiz ordinário em 1591.

A partir do exemplo familiar dos “Dórias” podemos compreender melhor os processos constitutivos da classe dominante ao longo das gerações e como essas elites e a própria classe dominante articulam e ocupam posições de destaque nas instituições políticas, jurídicas e burocráticas descritas por Dória. Uma diferença importante no que diz respeito a compreensão entre elites e classe dominante reside exatamente nos processos de continuidade da trajetória familiar no controle dos cargos estatais e da posse de bens. As elites podem ocupar espaços de poder no campo

e subcampo específico nas instituições e na cadeia de comando das empresas, mas a classe dominante em grande medida permanece reproduzindo “capitais” ao longo das gerações, por mais que em algum dado momento algumas famílias possam perder esse fio condutor de continuidade por alguma razão.

O caso do clã dos Leme também é descrito por Francisco Dória na sua obra sobre os herdeiros do poder. Luiz Gonzaga da Silva Leme (1852-1919) na sua obra sobre a genealogia paulistana - avô do próprio Ruy Aguiar da Silva Leme construiu a trajetória das famílias paulistanas por gerações, assim como na obra monumental de Francisco Negrão “Genealogia paranaense”, também apresentada pelo então professor e pesquisador da UFPR Ricardo Costa de Oliveira que contribui muito para explicar a importância dessa família para a genealogia brasileira segundo seguem informações em seu artigo.

Segundo Oliveira (2000, p. 1):

A conquista e colonização do Brasil também foi o resultado de um longo processo de expansão espacial de famílias. Uma das principais famílias participantes da formação da Capitania de São Vicente, depois Capitania de São Paulo, foi a família Leme. Os Leme são originários de Flandres, sendo reconhecido como o primeiro membro desta família a Martin Lems, comerciante em Bruges por volta de 1400. A trajetória do ramo da família Leme que nos interessa parte de atividades relacionadas no comércio com Portugal, o que motivou a sua imigração e participação dos seus descendentes nas guerras e no esforço de formação do Império Marítimo Português. Estiveram na Ilha da Madeira em meados do século XV e foram pioneiros na colonização de São Paulo no século XVI. A estrutura inicial da família Leme já apontava alguns elementos típicos: Comércio e proximidade do poder político. Braz Teves e Leonor Leme, falecida em São Paulo em 1633, eram os proprietários do engenho São Jorge dos Erasmos em São Vicente por volta do fim do século XVI. Posteriormente se mudaram para São Paulo, onde Brás Teves participou da governança. Uma das netas de Brás Teves e de Leonor Leme foi Lucrecia Leme, filha de Pedro Leme com Helena do Prado. Lucrecia casou-se com Francisco Rodrigues da Guerra e foram os pais de Ana da Guerra, por sua vez casada com Domingos de Brito Peixoto, filho de Domingos de Brito Peixoto, natural do Minho, Portugal, casado com Sebastiana da Silva, natural de Santos. Domingos de Brito Peixoto foi morador em Santos e em São Paulo. Em 1676 organizou uma expedição com seus familiares, agregados e escravos para ocupar e fundar Laguna. Seu filho Francisco de Brito Peixoto foi o Capitão-Mor de Laguna e parece não ter se casado, mas teve vários filhos com índias da região. Participou de importantes expedições exploradoras e estabeleceu conexões econômicas na rota entre Laguna e os campos do nordeste do atual Rio Grande do Sul. Faleceu em 1733 em Laguna.

Na passagem acima Oliveira recupera a trajetória dos Leme que devido à longa duração histórica e de múltiplas imbricações desde Portugal através dos matrimônios se subdividiram em vários ramos familiares. Ao mesmo tempo encontramos em outros documentos no formato de jornais como no caso do Diário Bragança Jornal

numa matéria do jornalista José Carlos Chiaron de 2013 outra passagem importante que corrobora com a tese de que os extensos ramos familiares dos Leme são oriundos de famílias históricas da classe dominante desde a colônia.

Cabe considerar essas informações segundo a matéria do Bragança Jornal de 21 de abril de 2013. Entre as pessoas ilustres que muito trabalharam pelo desenvolvimento de nosso torrão natal queremos destacar hoje a pessoa do Coronel Luiz Manoel da Silva Leme, o qual, assim como seus descendentes muito fizeram em benefício de nossa cidade e se Bragança Paulista hoje tem projeção entre as melhores cidades paulistas deve em grande parte aos componentes do clã que teve início no nosso biografado. O Coronel Luiz Manoel da Silva Leme era filho do Sargento-Mor Antonio Leme da Silva, um dos moradores da recém-fundada Vila da Conceição do Jaguary e de sua mulher dona Rosa Maria de São José, tendo sido batizado em 15 de fevereiro de 1804. Jovem ainda, dedicou-se à lavoura do café em nosso município, sem a ambição de acumular grande fortuna. Limitou-se a desenvolver a sua lavoura até o ponto de assegurar-se dos recursos para a educação de seus filhos e para encaminhar aqueles que porventura quisessem seguir como plantadores de café. Seus escravos gozavam de todos os benefícios que estavam ao seu alcance proporcionar, e muitos deles aprenderam profissões que lhes renderiam algum dinheiro ou então seriam reconhecidos pelos trabalhos realizados a quem prestassem seus serviços. Tanto é verdade que um desses cativos, devoto de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora do Rosário, foi quem, espontaneamente construiu a Cruz de Pedra que durante muitos anos se manteve no frontispício da Igreja Matriz de Bragança Paulista. Na reforma da Igreja Matriz, efetuada entre os anos de 1915 e 1919, a referida Cruz de Pedra foi fixada no telhado nos fundos da Igreja, na parte voltada para a Praça José Bonifácio. Naquele local a Cruz permaneceu até o ano de 1965, sem nunca ter sido molestada, mesmo quando a Igreja Matriz se tornou a Catedral de Bragança, a partir de 18 de junho de 1927, com a posse do primeiro bispo diocesano. O Coronel Luiz Manoel da Silva Leme foi por alguns anos chefe do Partido Conservador em Bragança e ocupou o cargo de vereador à nossa Câmara Municipal no período entre 1857 e 1860, tendo depois deixado o cargo, abandonando a política partidária. Porém, a medida do possível, com sua larga experiência colaborou e muito para o progresso citadino. Em 6 de abril de 1872, de acordo com a Lei Provincial n.º 36, o Governo ajustou com um grupo de cidadãos, entre os quais o Coronel. Luiz Manoel da Silva Leme, a construção de uma linha férrea de bitola estreita. Partindo da Estrada de Ferro da Companhia Inglesa (S.P.R.), de um ponto situado além do túnel dessa mesma Estrada (local que veio a chamar-se Campo Limpo), passando na cidade de Bragança e depois até a divisa com a Província de Minas Gerais, concedendo o governo a permissão especial de uso por 90 anos O Coronel. Luiz Manoel da Silva Leme, deixou também gravado seu nome no setor de benemerência, tendo feito parte da primeira Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Bragança, eleita em 25 de outubro de 1874, que era constituída pelos seguintes membros: Provedor: Padre Simplicio Bueno de Siqueira, Tesoureiro: Coronel. Luiz Manoel da Silva Leme, Procurador: José Narciso Pinto, Secretário: José Guilherme Cristiano e Síndico: Joaquim Lopes Maciel. O Coronel Luiz Manoel da Silva Leme casou-se em 1831 com dona Constança Lina filha do Sargento-Mor Francisco da Cunha Ramos e de dona Maria Metildes de Mello. Tendo ficado viúvo, de cujo enlace não advieram filhos, casou-se novamente no ano de 1845 com dona Carolina Euphrasia de Moraes, com a qual constituiu uma prole de 13 filhos, dentre os quais destacamos os irmãos Coronel João Evangelista Gonzaga Leme, Coronel Ladisláo Gonzaga da Silva Leme, Coronel Olegário Ernesto da Silva Leme e Coronel Theophilo Francisco da Silva Leme. Os Irmãos Leme, como estes eram conhecidos, muito fizeram em benefício de nossa cidade e seus nomes ficaram perpetuados na história local. Outro de seus

filhos, o Dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme nascido em 3 de agosto de 1852 sobressaiu-se aos seus iguais, mercê sua capacidade intelectual e seu desempenho nas áreas em que teve destacada participação, como advogado, engenheiro civil e brilhante historiador. Luiz Gonzaga da Silva Leme foi incumbido, como engenheiro chefe, de acabar a construção da Estrada de Ferro Bragantina, tendo-a inaugurada em 06 de agosto de 1884 após o que foi nomeado inspetor geral desta estrada, permanecendo neste posto até 1898. O Coronel Luiz Manoel da Silva Leme, herdeiro do caráter austero e das tradições de seus antepassados, foi dedicado na formação do caráter moral de seus filhos, educando-os com a ajuda de sua esposa dona Euphrasia que foi o modelo das mães cristãs e dona das mais acrisoladas virtudes, tendo (Nhá Carolina) após o falecimento de seu marido, assumido a missão de seu esposo como cabeça do casal e passou a comandar a família tomando parte com mãos de ferro na vida social e política de seus filhos. Havia em sua casa uma mesa de debates onde os destinos da então Bragança tomavam novos alentos e impulsos construtivos. Seu falecimento deu-se em 24 de fevereiro de 1884, cercado do carinho de seus descendentes, dos amigos e de todos aqueles aos quais dedicou amizade e afeição. Por tudo isso, o Coronel Luiz Manoel da Silva Leme, que foi homenageado por seus conterrâneos, tendo seu nome sido dado a uma das ruas desta cidade, também faz parte da nossa história.



Coronel Luiz Manoel da Silva Leme

Bragança Jornal Cidade de Bragança Um pouco da nossa história: A importância e um pouco da vida do Coronel Luiz Manoel da Silva Leme (CHIARON, 2013).

O coronel Luiz Manoel da Silva Leme aparece como o patriarca da família Leme na entrada do século XIX como no início da matéria do jornal de Bragança acima. O Coronel era pai do avô de Ruy Aguiar da Silva Leme, portanto seu bisavô, herdeiro de uma linhagem secular desde a Europa que chegou ao Brasil através de

uma série de conexões com famílias ligadas a coroa portuguesa no itinerário das conquistas ibéricas.

O jornal recuperou a síntese de uma parte da longeva família Leme, mas a parte destacada com maior relevância para esse trabalho é a que se refere a ligação direta com a nossa personagem biografada – Ruy Aguiar da Silva Leme, O coronel personagem central do jornal de Bragança Paulista é o bisavô de Ruy e pai do advogado, engenheiro e historiador realizador da obra “genealogia paulistana” onde a própria família Leme aparece também com destaque relevante. Na sequência dessa abordagem sociológica considero relevante fazer algumas incursões sobre os estudos a partir da genealogia.

Segundo Oliveira (2012, p.5-52):

A estrutura social também é uma estrutura genealógica. A riqueza e a pobreza também podem ser formas sociais hereditárias, quando pensamos em termos de grandes agregados coletivos na longa duração. A genealogia é a ciência da história das famílias e fornece uma metodologia de pesquisa fundamental para a sociologia dos ricos e poderosos, revelando estruturas de parentesco e as relações de parentesco entre diferentes indivíduos e famílias ao longo do tempo. A genealogia consiste em uma estrutura social temporalmente organizada em termos reais, ou mesmo imaginários, de modo a conectar e estruturar vários indivíduos e grupos familiares em complexas redes de parentesco e de interesses unidas entre si, com referências nas pesquisas e livros de Ricardo Costa de Oliveira e de Francisco Antônio Doria. O estudo dos ricos no Brasil já possui uma série de pesquisas a participação de Marcelo Medeiros. A análise dos ricos e poderosos, a pesquisa sobre a classe dominante, deve ser qualificada cientificamente com muitas investigações sobre biografias individuais e biografias coletivas, com a operacionalização do método prosopográfico (STONE, 1971) e do método genealógico (OLIVEIRA, 2001). O resultado é uma análise coletiva de classe desse segmento como uma totalidade rica e viva de indivíduos, famílias e experiências, síntese de múltiplas determinações. O estudo dos ricos e poderosos é uma investigação histórica sobre famílias e estruturas de parentesco, como comprovamos em pesquisas anteriores (OLIVEIRA, 2001). As famílias superiores na classe dominante há várias gerações formam complexas redes sociais, redes políticas e redes de nepotismo (OLIVEIRA, 2009), profundamente inseridas no tempo e nos cargos do aparelho de Estado. Os novos ingressos na categoria dos ricos e poderosos tendem a ser absorvidos, assimilados e integrados nas antigas redes sociais, políticas e de nepotismo já existentes. Os novos ricos e os novos poderosos, se bem-sucedidos, terão estratégias sociais, matrimoniais, empresariais e políticas de aliança, convivência e cumplicidade e fusão com as velhas elites. Os privilégios continuam com as mudanças na sociedade, na economia e na política. A classe dominante brasileira se forma no período colonial, desde as origens da sociedade brasileira. Quem pertence aos 10% mais ricos pode ter tido antepassados pertencentes aos 10% mais ricos em 1900, 1800, 1700, por exemplo.

A pesquisa nessa tese passa pela articulação entre a instituição estratégica chave da economia política brasileira Banco Central e seus representantes principais na forma de presidentes. As elites estratégicas que historicamente assumiram esse

cargo desde o início pertencem a uma elite tecnocrática estratégica de um campo econômico-financeiro crucial para impulsionar e dinamizar a acumulação e reprodução capitalista no plano nacional e internacional. Essa fase que denominamos capitalismo monopolista de Estado, também conhecido como imperialismo a relação entre países centrais e dependentes se acentua em termos da exploração das riquezas através da intermediação econômico-financeira. Nesse atual estágio do imperialismo a globalização econômico-financeira neoliberal exige um padrão ainda maior de acumulação e reprodução e para uma instituição chave como o Banco Central os homens de confiança para o “mercado” advêm de círculos sociais muito fechados; portanto mais elitizados. Todos os presidentes do Banco Central são tecnocratas que estão inseridos nas universidades, organismos financeiros internacionais, grandes corporações privadas nacionais e multinacionais e demais “campos” e “subcampos” da vida social, econômica, política e cultural. Mas, ao mesmo tempo, indivíduos como Ruy Aguiar da Silva Leme são representantes legítimos do que Oliveira chamou acima de classe dominante histórica. As famílias históricas da classe dominante no Brasil começaram a se organizar ainda no início do processo de colonização como é o caso da família Leme.

A proposta dessa tese reside na construção dos itinerários dos presidentes do Banco Central, isto é, suas trajetórias, carreiras ou biografias que são analisadas em grande medida através da obra em vários volumes **“História Contada do Banco Central do Brasil”** entrevistando os ex-presidentes e algumas personalidades políticas e tecnocráticas relevantes na economia brasileira desde o início da construção institucional do Banco Central. Alguns dos seus presidentes nas suas entrevistas não apresentaram com clareza a sua gênese familiar enquanto outros já deram depoimentos e responderam perguntas onde podemos localizar melhor a formação familiar, mas sem um embasamento para um estudo genealógico com maior rigor e profundidade. Desta maneira, se fossemos mergulhar mais fundo na genealogia de cada um desses atores não conseguiríamos responder adequadamente o espaço de análise dessa tese. Preferimos adotar nesse trabalho de tese uma análise sociológica desses atores utilizando como parâmetro a série de entrevistas organizadas pelo CPDOC da FGV em parceria com o Banco Central como também outras buscas em jornais, revistas eletrônicas, sites especializados de genealogia, artigos científicos, entre outros, mas sem recuperarmos a genealogia familiar de gerações muito anteriores. Sendo assim,

em alguns casos, consideramos incorporar com informações sobre as famílias de alguns ex-presidentes por via de documentos e sites de genealogias e em outros casos apresentaremos suas carreiras através da obra **“História Contada do Banco Central do Brasil”**. Quando as entrevistas não contemplarem alguns dos presidentes iremos recuperar as suas trajetórias através de outras fontes de informações devidamente documentadas e referenciadas.

Para o caso de Ruy Leme entendemos a necessidade de outras fontes de informações como já mencionamos e identificamos. Mas, ao mesmo tempo adotamos incorporar as informações mais relevantes sem uma dedicação mais profunda em termos genealógicos de muitas gerações anteriores. Para recuperar a saga da família Ruy Leme foi necessário expor alguns documentos a partir da própria obra a “genealogia paulistana” de um importante membro dessa família histórica colonial. O avô de Ruy Leme era o advogado, engenheiro e historiador realizador da obra “genealogia paulistana” onde a própria família Leme aparece também com destaque relevante. E ainda de acordo com a árvore genealógica da família Leme em relação a trajetória a partir da genealogia paulistana do seu próprio avô:

10-5 Luiz Gonzaga da Silva Leme, autor desta obra, nascido em 3 de agosto de 1852 em Bragança, fez seu curso de preparatórios no seminário episcopal de S. Paulo; em 1872 matriculou-se na faculdade de direito desta cidade, onde bacharelou-se em 31 de outubro de 1876. Logo depois, seguindo para os Estados Unidos da América, começou o seu curso de engenharia no Instituto Politécnico de Rensselaer, em Troy, Estado de Nova Iorque, onde recebeu o grau de engenheiro civil em junho de 1880. Seguindo esta última carreira trabalhou (ainda como estudante do 4.º ano de engenharia) com os engenheiros do governo americano incumbidos dos melhoramentos do rio Missouri, na cidade de Omaha, E. de Nebraska; aí, como ajudante, ocupou lugar com o — Trânsito — na turma encarregada da triangulação e sondagens para o levantamento da carta hidrográfica do dito rio. Depois de formado, em 1880, ocupou o lugar de chefe de seção na construção da estrada de ferro de Jacksonville a Way-Cross, na Flórida. Voltando ao Brasil em 1881 ocupou, debaixo da chefia do distinto colega doutor Antonio Francisco de Paula Sousa, o lugar de ajudante e mais tarde o de chefe de seção na construção da estrada de ferro de Rio Claro a S. Carlos do Pinhal. Concluída esta, fez a exploração do prolongamento de S. Carlos a Araraquara em 1883²¹.

²¹ “Foi então incumbido, como engenheiro chefe, de acabar a construção da estrada de ferro bragantina, serviço que inaugurou em 6 de agosto de 1884; nomeado inspetor geral dessa estrada, permaneceu nesse posto até meio do ano de 1898. Desde então dedicou seu tempo à confecção desta obra genealógica, que foi começada em 1901, empregando ainda uma pequena parte na direção de obras de melhoramentos na capela de Pirapora, onde dirigiu a construção do Colégio de S. Norberto, e inaugurou o abastecimento de água. Foi agraciado pela Santa Sé com o título de cavaleiro de S. Gregorio Magno, e em 1900 com a cruz *pro ecclesia et pontifice*. É membro da Sociedade de Engenheiros de Rensselaer, em Troy, E. Unidos, e do Instituto Hist. e Geogr de S. Paulo. Foi então incumbido, como engenheiro chefe, de acabar a construção da estrada de ferro bragantina, serviço que inaugurou em 6 de agosto de 1884; nomeado inspetor geral dessa estrada, permaneceu nesse posto até meio do ano de 1898. Desde então dedicou seu tempo à confecção desta obra genealógica, que

Um olhar sociológico preambular para a breve síntese do itinerário biográfico do avô de Ruy Leme - o coronel Luiz Gonzaga da Silva Leme é suficiente, a priori, para que possamos compreender a distinção social e econômica para um homem brasileiro que tem a possibilidade de estudar engenharia nos Estados Unidos ainda no século XIX, ter se graduado em direito e ainda ter construído uma obra histórica e sociológica como a genealogia paulistana numa época em que ser basicamente letrado já era considerado muito acima da média da maioria dos homens brancos. Receber títulos honoríficos nos Estados Unidos, fazer parte como membro do Instituto

foi começada em 1901, empregando ainda uma pequena parte na direção de obras de melhoramentos na capela de Pirapora, onde dirigiu a construção do Colégio de S. Norberto, e inaugurou o abastecimento de água. Foi agraciado pela Santa Sé com o título de cavaleiro de S. Gregorio Magno, e em 1900 com a cruz *pro ecclesia et pontifice*. É membro da Sociedade de Engenheiros de Rensselaer, em Troy, E. Unidos, e do Instituto Hist. e Geogr. de S. Paulo. Casou-se em S. Paulo no dia 8 de setembro de 1883 na capela do seminário episcopal com Maria Fausta Macedo Leme, f.^a do falecido capitão do exército Francisco de Assis de Araujo Macedo e de Maria Antonia da Silva Macedo; n. p. do brigadeiro Francisco de Paula Macedo, natural de Portugal, e de Francisca Amalia de Araujo; n. m. de Joaquim Antonio do Amaral e Silva, de Atibaia, e de Joanna Nepomucena do Valle, natural de S. Paulo. V. 1.º pág. 469. Reside em S. Paulo, onde é proprietário, e tem de seu consórcio: 11-1 Maria Esther Leme, nascida em 2 de agosto de 1884 em S. Paulo, aí casou-se em 2 de fevereiro de 1901 com o dr. Theophilo Maciel, médico, residente em Itapira, f.º do barão e baronesa de Maciel, naturais de Baependi. Tem um f.º: 12-1 José Luiz Leme Maciel, nascido em S. Paulo em 2 de novembro de 1901. 11-2 Maria Adelaide Leme, nascida em 30 de março de 1886 em S. Paulo, casou-se em 24 de janeiro de 1903 nessa cidade com o dr. Raul Ortiz Monteiro, formado em direito. V 1.º pág. 521. Tem uma f.ª: 12-1 Maria José, nascida em 6 de fevereiro de 1904. 11-3 Maria de Lourdes Leme nascida a 16 de outubro de 1891 em S. Paulo” (GENEALOGIA PAULISTANA, 201?, p. 525). “11-4 José Hildebrando Leme nascido a 18 de abril de 1900. 11-5 José Sizenando Leme nascido a 10 de julho de 1901 em S. Paulo, além de outros falecidos na infância. 10-6 Tenente-coronel Olegario Ernesto da Silva Leme, fazendeiro em Bragança, casado em 1874 em S. José de Toledo, sul de Minas, com sua prima em 4.º grau Florinda Pereira de Araujo f.ª do tenente-coronel Fortunato Pereira de Araujo e de Luiza Dantas. Teve nascidos em Bragança: 11-1 Fortunado Leme, formado em farmácia, casado com Maria da Gloria Vasconcellos. Com f.ºs menores. 11-2 Luiz Manoel da Silva Leme, que abandonou o curso de engenharia em S. Paulo no 1.º ano para seguir a lavoura; é solteiro em 1904 e fazendeiro em Bragança. 11-3 Izaura casada com Raul Rodrigues de Siqueira f.º de Filipe Rodrigues de Siqueira e de Maria Joanna. Com geração. 11-4 Crispiniano da Silva Leme, fez estudos no colégio de Itu, e dedica-se à lavoura em Bragança. 11-5 Lincoln Leme, noviço da companhia de Jesus com o nome de Estanisláu Leme. 11-6 Eugenia Leme, no colégio do Bom Conselho em Taubaté em 1903. 11-7 Francisco de Assis 11-8 Maria Salomé 10-7 Coronel Theophilo Francisco da Silva Leme, fazendeiro e chefe do partido republicano de Bragança, casou em 1903 nessa cidade com Maria de Cerqueira Cesar f.ª de José Leite de Cerqueira Cesar e da sua 1.ª mulher. 11-2 Luiz Manoel da Silva Leme, que abandonou o curso de engenharia em S. Paulo no 1.º ano para seguir a lavoura; é solteiro em 1904 e fazendeiro em Bragança. 11-3 Izaura casada com Raul Rodrigues de Siqueira f.º de Filipe Rodrigues de Siqueira e de Maria Joanna. Com geração. 11-4 Crispiniano da Silva Leme, fez estudos no colégio de Itu, e dedica-se à lavoura em Bragança. 11-5 Lincoln Leme, noviço da companhia de Jesus com o nome de Estanisláu Leme. 11-6 Eugenia Leme, no colégio do Bom Conselho em Taubaté em 1903. 11-7 Francisco de Assis. 11-8 Maria Salomé. 10-7 Coronel Theophilo Francisco da Silva Leme, fazendeiro e chefe do partido republicano de Bragança, casou em 1903 nessa cidade com Maria de Cerqueira Cesar f.ª de José Leite de Cerqueira Cesar e da sua 1.ª mulher. 10-8 Bazilissa de Locio e Silva casou em 1876 em Bragança com seu primo irmão o tenente-coronel Jacintho Ozorio de 10-8 Bazilissa de Locio e Silva casou em 1876 em Bragança com seu primo irmão o tenente-coronel Jacintho Ozorio de Locio e Silva f.º do tenente-coronel do mesmo nome e de Anna Justina de Moraes. Sem geração. Tit. Dias. 10-9 Tenente-coronel João Evangelista Gonzaga Leme casado em Itatiba com Leopoldina de Aguiar f.ª de Paulino Bueno de Aguiar e de Idalina Carolina de Brito ††. V” (GENEALOGIA PAULISTANA, 201?, p. 526).

Histórico e Geográfico era ainda uma distinção social destacável mesmo para os “homens bons”.

O fato de ser neto de um sargento mor, ser filho de um coronel proprietário de fazenda, chefe do Partido Conservador e construtor ferroviário, ter irmãos coronéis e parentes abastados econômica e socialmente faz de Luiz Gonzaga da Silva Leme um membro legítimo da classe dominante e da própria família Leme uma das mais proeminentes famílias tradicionais seculares da classe dominante. As estratégias de continuidade do poder através da transmissão das heranças dos capitais econômicos, políticos, sociais e culturais chamam a atenção por parte dessa família ao longo de gerações por tantos séculos.

Notamos através da descrição acima das passagens selecionadas da genealogia paulistana de Luiz Gonzaga da Silva Leme que o casamento entre outras famílias importantes é comprovado como uma estratégia já internalizada socialmente, onde o matrimônio é legitimado como forma de transmissão social das linhagens carregado de uma série de “capitais” historicamente conquistados, acumulados, reproduzidos e continuamente lapidados secularmente; em particular no caso da enorme família Leme conforme esse trabalho de resgate genealógico.

Cabe ainda destacar o casamento entre parentes e no caso da transmissão hereditária para esse ramo da família Leme herdada por Ruy Leme outra importante família histórica relevante entre muitas – a família Macedo. Importante também destacar o casamento com indivíduos naturais de Portugal e repletos de títulos honoríficos que remontam uma categoria de distinção social como na passagem recuperada da própria citação acima do trecho da genealogia paulistana que confirma o depoimento do próprio Ruy Leme na obra “História Contada do Banco Central” no volume V onde ele é a personagem central da obra. O avô de Ruy carrega capitais familiares de longa duração através do casamento entre grupos genealógicos históricos relevantes. Veja abaixo os laços familiares que se estabelecem entre os grupos e reparem que o campo dos militares está sempre presente como indica o trecho da árvore genealógica na sequência:

Casou-se em S. Paulo no dia 8 de setembro de 1883 na capela do seminário episcopal com Maria Fausta Macedo Leme, f.^a do falecido capitão do exército Francisco de Assis de Araujo Macedo e de Maria Antonia da Silva Macedo; n. p. do brigadeiro Francisco de Paula Macedo, natural de Portugal, e de Francisca Amalia de Araujo; n. m. de Joaquim Antonio do Amaral e Silva, de Atibaia, e de Joanna Nepomucena do Valle, natural de S. Paulo. V. 1.º pág.

469. Reside em S. Paulo, onde é proprietário, e tem de seu consórcio (GENEALOGIA PAULISTANA, 201?, p. 496).

O coronel Luiz Gonzaga da Silva Leme realizador da obra genealogia paulistana e avô de Ruy Leme se casou com Maria Fausta Macedo Leme filha do capitão do exército e neta do Brigadeiro Francisco de Paula Macedo natural de Portugal reflete essa condição de homem privilegiado para o seu tempo histórico. Essa passagem corrobora com a nossa tese de que a família explica e importa parafraseando a obra organizada pelo professor e pesquisador Ricardo Costa de Oliveira intitulada “Família importa e explica: instituições políticas e parentesco no Brasil” onde cabe a passagem abaixo do próprio organizador e autor.

De acordo com Oliveira (2018, p. 30-31):

Boa parte dos “homens bons” e da “nobreza da terra” local do período colonial, da “nobreza imperial” e da “elite republicana” são originários dessas primeiras linhagens resultantes da união do português com a mulher indígena. Trazendo isso para a nossa atualidade: se colocarmos a questão que afinal a sociedade brasileira é uma das mais desiguais do mundo, devemos perceber que ela é extremamente desigual por ser uma sociedade com grandes inércias, com grandes continuidades. Todas as pesquisas, sejam elas de renda, patrimônio, status, benefícios educacionais, etc., seguem em boa parte a dimensão da reprodução familiar. É aquele tema dentro dessa discussão de família: só entenderemos a estrutura social brasileira se a compreendermos como uma estrutura genealógica.

Essa mesma dimensão familiar apontada por Oliveira permite que ainda na segunda década do século XXI a concentração de renda e riqueza se faça presente nas mãos dos potentados detentores do capital como dizia Marx em meados do século XIX. Essa estrutura de dominação que passa o bastão de pai para filho como propagado segundo o ditado popular é uma realidade muito presente na transmissão das heranças do arcaico ao moderno passando para a contemporaneidade.

A família Leme tornou-se ao longo da história secular brasileira uma das grandes organizações estratégicas detentoras do poder econômico, político e social; e que ainda permanece por gerações lapidando seus capitais herdados e conquistados por intermédio dos títulos honoríficos adquiridos, posições de destaque e prestígio social a partir das condições herdadas da posse da terra, dos cargos políticos e comandos militares que assumiu, além de fazer parte da construção da infraestrutura econômica brasileira, como no caso da construção e administração de uma estrada de ferro erigida no Estado de São Paulo no século XIX a partir do município de Bragança.

Em relação à família de Ruy Leme vale destacar a partir da sua árvore genealógica e do jornal de destaque acima o momento histórico, antes mesmo da chegada

da família real portuguesa que data ainda do final do século XVIII com seu trisavô o Sargento Mor Antônio Leme da Silva, pai do seu bisavô o coronel Luiz Manoel da Silva Leme nascido em 1804, detentor de lavoura de café em Bragança Paulista, detentor de vários escravos, chefe do partido conservador e vereador entre 1857-60 e um dos construtores da estrada de ferro de bitola estreita a partir da Companhia Inglesa localizada na região de Campo Limpo passando pela cidade de Bragança Paulista até a província de Minas Gerais concedida sua permissão especial de uso por 90 anos.

Ele também fazia parte da primeira mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Bragança em 1874. Casou-se com Constança Lima filha do Sargento Mor Francisco da Cunha Ramos em 1831 e após ficar viúvo casou-se novamente com Carolina Euphrasia de Moraes em 1846 e com ela teve 13 filhos dentre os quais ocuparam algumas posições de destaque o Coronel João Evangelista Gonzaga Leme, o Coronel Ladisláo Gonzaga da Silva Leme, o Coronel Olegário Ernesto da Silva Leme e o Coronel Theophilo Francisco da Silva Leme, além é claro, do avô de Ruy Leme, o também Coronel Luiz Gonzaga da Silva Leme engenheiro chefe da estrada de ferro contratada por intermédio de seu pai e concluída em 1884. O avô de Ruy Leme foi nomeado inspetor geral dessa mesma estrada de ferro Bragantina e permaneceu nesse cargo até 1898. Seu avô também se tornou advogado e um dos maiores genealogistas brasileiros.

O pai de Ruy Leme está na genealogia paulistana descrita pelo seu avô e se apresenta pelo trecho no site de genealogia denominado Genearc na página localizada na website que descreve a passagem dos pais de Ruy Leme e netos em²² diversas passagens.

A família de Ruy Leme apresenta uma trajetória secular com diversas ramificações antes mesmo das conquistas ibéricas advindas das navegações ultramarinas

²² 2.11. JOSÉ HILDEBRANDO DA SILVA LEME, nascido em 18 de abril de 1900 (batizado em 6 de maio de 1900). Casou-se com Sylvia de Aguiar. José foi advogado. Foram pais de: 3.1. RUY AGUIAR DA SILVA LEME, nascido em 1925. Casou-se com Maria Alice Vanzolini. Ruy faleceu em dezembro de 1997. Ruy foi engenheiro civil. Maria Alice foi psicóloga. Foram pais de: 4.1. MARIA TEREZA VANZOLINI DA SILVA LEME, casada com Afonso Carlos Correa Fleury, filho de Carlos Toledo Fleury e de Gilda Correa. Maria Tereza é socióloga e professora. Afonso é engenheiro e professor. Foram pais de: 5.1. ANDRÉ LEME FLEURY, casado com Alessandra Dahmer Zago, filha de M... Dahmer e de Maria Ilse Zago. André é professor. Foram pais de: 6.1. MARINA DAHMER FLEURY. 5.2. FERNANDO LEME FLEURY, casado com Ana Rachel Carlos de Almeida. Fernando é engenheiro e professor. Ana Rachel é economista. Foram pais de: 6.1. Leonardo Fleury. 5.3. Pedro Leme Fleury, casado com Isadora [...]. Foram pais de: 6.1. Gabriela Fleury. 4.2. Maria Cristina Vanzolini da Silva Leme. 4.3. Maria Isabel Vanzolini da Silva Leme. 4.4. Maria Carolina Vanzolini da Silva Leme. 4.5. José Hildebrando Vanzolini da Silva Leme (GENEARE, 2017).

na chegada às Américas. A carreira militar, as áreas da engenharia e do direito estão muito presentes nos capitais educacionais, nas heranças das posses de terras, nas carreiras profissionais e nas posições sociais de prestígio que envolvem as estreitas relações com a religião, principalmente a partir do século XIX. Ruy nasce no berço da classe dominante tradicional colonial por essas diversas descrições que fizemos desde a introdução na apresentação da biografia desse relevante ator político e tecnocrático.

A família da mãe de Ruy também pertence a classe dominante pelo lado dos Aguiar com fortes heranças na posse e administração de fazendas e que contribuiu desde cedo na sua formação educacional diferenciada, assim como dos seus irmãos que sempre navegaram nos privilégios na formação cultural e acadêmica. Cabe ressaltar uma passagem importante do depoimento de Ruy Leme no que tange a breve descrição que fez da sua vida social ao redor de famílias e amigos no livro “Histórias Contadas do Banco Central do Brasil” volume V.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 16):

Como era a vida de um jovem na São Paulo do seu tempo?
Diversão era cinema, passar férias em Valinhos. Valinhos tinha uma fonte radioativa, minha mãe fazia tratamento de águas, e todo mês de julho nós passávamos lá. Nos fins de ano, às vezes íamos para Santos. Em São Paulo, minha casa tinha um ringue de patinação atrás, e eu sempre trazia colegas para jogar hockey. Havia também os filhos de amigos de mamãe e papai que frequentavam a casa.

Analisando sociologicamente esse trecho do depoimento de Ruy Leme compreendemos a distinção social da família Aguiar da Silva Leme com férias em Valinhos, Santos, ringues de patinação na casa de sua família em São Paulo e diversas relações que envolvem o poder econômico e o status social diferenciado e ao mesmo tempo condizente com a condição de uma família tradicional da classe dominante. Alguns desses aspectos sociais e de aparato de dominação em diversos setores da sociedade foram sendo demonstrados ao longo da trajetória familiar secular desde o processo de colonização por parte da família Leme.

Cabe uma consideração importante no que tange as famílias da classe dominante que versa sua formação social, política, econômica e cultural onde o matrimônio passa a ser uma estratégia de permanência no controle das instituições e do próprio poder em todas as suas dimensões e aspectos.

De acordo com Engels (2002, p. 84-85):

E a todos os matrimônios de conveniência cai como uma luva a frase de Fourier. “Assim como em gramática duas negações equivalem a uma afirmação, de igual maneira na moral conjugal duas prostituições equivalem a uma virtude”. Nas relações com a mulher, o amor sexual só pode ser, de fato, uma regra entre as classes oprimidas, quer dizer, em nossos dias, o proletariado, estejam ou não autorizadas oficialmente as relações. Mas, desaparecem também, nesses casos, todos os fundamentos da monogamia clássica. Faltam aqui, por completo, os bens de fortuna, para cuja conservação e transmissão por herança foram instituídos, precisamente, a monogamia e o domínio do homem; e, por isso, aqui também falta todo o motivo para estabelecer a supremacia masculina. Mais ainda, faltam até os meios de consegui-lo: o direito burguês, que protege essa supremacia, só existe para as classes possuidoras e para regular as relações destas classes com os proletários. Neste caso, o papel decisivo cabe a outras relações pessoais e sociais.

O matrimônio para a classe dominante serve como uma estratégia no processo de transmissão das fortunas e heranças, não apenas no sentido econômico como também no que diz respeito a representatividade política e social, além dos potenciais educacionais e culturais reproduzidos e ampliados por gerações. Ruy Aguiar Leme segue a trajetória familiar a partir da sua herança adquirida historicamente pela transmissão de “capitais” de longa duração.

Como veremos na sequência da sua projeção como presidente do Banco Central no segundo mandato ditatorial a partir de 1967 - Ruy Leme já chega nessa posição como um representante legítimo da classe dominante pelos diversos capitais já incorporados desde as heranças seculares do berço familiar. Antes da chegada a presidência do BACEN os capitais educacionais moldaram a sua carreira e trajetória social e profissional e algumas dessas passagens conseguimos apreender a partir do próprio depoimento de Ruy Leme no segundo tópico dessa biografia a seguir.

B) Capitais culturais e educacionais na construção da carreira de Ruy Aguiar da Silva Leme

Ruy Leme frequentou o Ginásio Bandeirantes na Vila Mariana no mesmo bairro onde morava na sua infância e estudou numa escola particular com dona Minervina. Ruy era o primogênito entre os filhos e desde cedo tinha aulas de alemão e inglês junto com os irmãos através de uma professora particular na sua própria casa. Os primos e amigos também tinham aulas de alemão e mais tarde inglês comprovando a tese da distinção social nas interações sociais.

Com capitais culturais e educacionais tão privilegiados de largada a entrada na universidade seguiu um percurso alicerçado pelas condições econômicas e sociais

herdadas e acumuladas na origem familiar. Do ginásio até a transição do curso preparatório para a entrada na Universidade de São Paulo (USP) a sua dedicação foi absolutamente exclusiva. Ao contrário de Dênio Nogueira, que mesmo herdando alguns privilégios também advindos da herança familiar teve o trabalho como hábito desde cedo Ruy Leme se dedicou exclusivamente aos estudos até a entrada da universidade demonstrando de forma objetiva que o peso da classe dominante se mostrou evidente para esse último.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 16):

Antigamente, o ginásio era feito em cinco anos. Entre o ginásio e a universidade, havia um pré. Eram dois anos de pré-politécnico, pré-médico etc. Pré-politécnico era o curso preparatório para engenharia civil, feito na própria Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Fiz esse curso e depois fiz cinco anos de Engenharia, tanto que me formei em 1948.

Seu avô foi engenheiro e advogado, seu pai foi advogado e novamente o curso de engenharia chega até a família a partir de Ruy e na sequência seu irmão como base da formação acadêmica e profissional no legado da família Leme. Os cursos clássicos acadêmicos de maior prestígio eram o de medicina, engenharia civil e direito justamente os que marcaram a posição profissional e social da família Leme desde o século XIX. A formação acadêmica de Ruy que encerra um ciclo no término da sua graduação em 1948 caminha na mesma direção de um Brasil ainda em construção na fase do desenvolvimentismo e na ascensão das universidades brasileiras de meados do século XX.

Segundo Gomes (1994, p. 15):

As primeiras tentativas de modernização de um ensino bacharelesco no estilo e associado às forças armadas no aspecto institucional são todas posteriores a 1870 e relacionadas ao intenso debate intelectual que Roque Spencer Maciel de Barros vê deflagrar-se naquele ano entre as elites brasileiras. Em 1873, por exemplo, os cursos de engenharia são definitivamente separados da carreira militar com a criação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas, com a exceção dos novos títulos dos diplomas, pouca coisa foi alterada em termos didáticos. Nesse momento, o único projeto que chegou a envolver, a um só tempo, o apoio do Estado ao ensino técnico-científico e a inserção deste último em um processo de desenvolvimento econômico constituiu-se na Escola de Minas de Ouro Preto, criada em 1876.

Cabe ressaltar que esse período histórico datado na transição da formação dos cursos de engenharia no Brasil indica uma forte correlação entre a construção da infraestrutura nacional com a participação dos militares e a qualificação técnica na área da engenharia. Isso se refletiu na própria família Leme, onde grande parte dos

tios avós de Ruy e o próprio avô tinham formação militar e com formação em engenharia no caso desse último. Seu bisavô recebeu a permissão para ser o encarregado da construção da ferrovia na região de Bragança Paulista e o mesmo também pertencia a carreira militar com a patente de coronel.

Se considerarmos a correlação entre engenharia, arquitetura e grupos de militares recuamos ainda mais no tempo com a intenção de compreendermos com maior clareza a relevância da formação acadêmica nessas áreas técnicas desde o período da colonização.

De acordo com Fontana (2005, p. 44):

Enquanto Portugal perdia posições na Ásia e na África, sentia-se a necessidade de defender mais o Brasil. O traçado italiano que Miguel Arruda tinha importado da Itália é implantado em Salvador por Luis dias em 1549. No início de 1600, Salvador recebe fortificações projetadas pelos italianos Leonardo Turtiano e Tiburzio Spanocci, sendo este último Engenheiro-Mor da Espanha. Luis Frias em 1603 realizava o Forte do Mar em Salvador e projetava também o forte dos Reis Magos em Natal, seguindo o desenho pentagonal italiano. Um século depois, em 1713, o engenheiro francês Massé fortificava Salvador e Rio de Janeiro, esta última cidade sendo completada pelo francês d'Escol. Importantes fortalezas foram realizadas pelos italianos Leonardo Turtiano e Alessandro Massai na costa portuguesa durante as primeiras décadas de 1600 como os fortes de São Julião e de Sagres. Ao engenheiro militar napolitano, Alessandro Massai devemos também a elaboração do primeiro mapa da Capitania de São Paulo, no início do século XVII.

A sociologia histórica contribui muito para explicar a correlação existente entre a engenharia e a influência militar no primeiro momento na construção das fortificações no Brasil colônia e no segundo, já no período da instalação da família real portuguesa e na independência - a infraestrutura no Brasil entre o império e a primeira república. Num primeiro momento ainda sem instituições acadêmicas a participação de engenheiros e arquitetos europeus foi crucial na construção do aparato das salvaguardas militares e do legado deixado para as próximas gerações no Brasil entre o período colonial e imperial até desembocar nas primeiras escolas técnicas de engenharia quase na entrada do primeiro período republicano.

A sociologia política de análise da classe dominante no caso específico da família Leme nos mostra claramente a relação existente entre os vínculos dos militares com a engenharia, já que essa formação militar foi conduzida por gerações de “homens bons” também fazendeiros cafeicultores e com a engenharia, seja no exemplo dos irmãos Rebouças no Paraná como na família Leme em São Paulo - construtores de um país entre o arcaico e o moderno através do empreendimento empreiteiro ferroviário.

O objeto de pesquisa que envolve a análise sociológica geracional da classe dominante utiliza do expediente da teoria que envolve a sociologia histórica e política num contexto que cabe a economia política brasileira típica de um país atrasado e dependente imbricado na geopolítica do colonialismo de matriz hegemônica europeia até o início do século XX passando pela órbita de influência dos EUA entre a primeira e a segunda guerra mundial.

A classe dominante tradicional secular colonial representada pela família Leme continua seu legado através da nossa personagem central nessa abordagem específica com a biografia de Ruy Aguiar da Silva Leme que segue o itinerário de seu avô e bisavô como engenheiros entre o Brasil moderno e contemporâneo. Ruy Leme é um legítimo representante da classe dominante tradicional (CDT) e um dos precursores da engenharia de produção no coração do Brasil já em meados do século XX, com São Paulo à frente e com a Universidade de São Paulo (USP) como força motriz acadêmica no período do desenvolvimentismo brasileiro.

Os presidentes do Banco Central do Brasil na primeira fase entre a ditadura civil-militar-empresarial e o primeiro presidente eleito Fernando Collor de Mello são todos - o produto do avanço do desenvolvimentismo brasileiro e suas universidades ainda incipientes, porém já relevantes na construção de um país entre o moderno e o contemporâneo. Ruy Leme está inserido também no campo acadêmico, assim como quase todos os presidentes do Banco Central até a história recente inclusive. A formação acadêmica naquele momento em especial era uma condição *sine qua non* como um capital essencial preliminar que possibilitou acessar os quadros tecnocráticos chave do Estado brasileiro. A referência acadêmica e a cátedra universitária abriram as portas dos postos chave do Estado, principalmente para os indivíduos advindos das camadas elevadas da sociedade.

No caso de grande parte das elites tecnocráticas especificamente no Banco Central que ascendem a classe dominante ou já fazem parte desta desde o início das suas biografias a trajetória é muito similar, isto é, constroem seus capitais educacionais nas universidades de referência, principalmente na região sudeste do Brasil no eixo Rio-São Paulo, passam a atuarem como professores, pesquisadores, redatores em revistas acadêmicas, diretores de áreas acadêmicas-institucionais nas universidades, abrem seus próprios negócios ou assumem cargos relevantes em organizações privadas nacionais e em alguns casos estrangeiras, além é claro de atuarem como atores políticos e técnicos nas instituições estatais relevantes do Estado brasileiro.

Cabe verificar especificamente a trajetória de Ruy Leme na construção do seu capital educacional e profissional nesses momentos iniciais que irão pavimentar o seu caminho enquanto ator relevante da tecnocracia institucional. Algumas passagens são marcantes nas suas referências escolares e mais tarde acadêmicas como o curso ginásial no grupo educacional Bandeirantes, as aulas particulares de alemão e inglês na casa de seus pais, o curso preparatório para a entrada no curso de engenharia na Escola Politécnica da USP, a conclusão da sua graduação e sua permanência na sequência enquanto professor e referência acadêmica institucional.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 18-19):

Do cálculo à engenharia de produção

Para um engenheiro que se formava nos anos 1940 em São Paulo, qual era o horizonte profissional? Era o mundo público ou havia já um mercado privado capaz de atrair? Já havia um mercado privado. Eu, por exemplo, fui trabalhar em um escritório de concreto, um escritório grande, a Sociedade Comercial Produtora. Fui para lá por relações familiares e lá trabalhei durante cerca de dois anos. Depois tive um escritório de cálculo de concreto meu. Para montar escritório naquela época, não se precisava de dinheiro nenhum, era só conseguir uma sala. Meu pai tinha um escritório de advocacia e, quando faleceu, acho que era o proprietário, praticamente, da sala. Fiquei na sala dele e montei meu escritório. Na sala de espera, botei um desenhista e fiquei calculando lá. Seu irmão também era engenheiro? Meu irmão [Plínio Aguiar da Silva Leme] também é engenheiro, formado pela Politécnica. Quando ele entrou, eu já havia saído. Cheguei a ser professor dele. O pessoal dava risada quando eu o pegava olhando para a prova do vizinho: “Plínio...”. Todo mundo ria porque ele estava querendo colar. Depois ele trabalhou comigo. Éramos eu, ele e cheguei a contratar mais um engenheiro. Contratar não, porque era tudo na base da parceria, eu não pagava salário a ninguém. Nós pegávamos os serviços, dividíamos, e eu remunerava cada um pelo que tinha trabalhado. Quando larguei o cálculo, deixei o escritório para o meu irmão. Depois ele também largou e deixou para o outro sócio. Por que o senhor abandonou o cálculo? Existe uma piada que diz que o cálculo de concreto é como o crime: não compensa. A gente fica num entusiasmo logo que se forma porque cálculo de estruturas parece muito bonito, mas depois a vida profissional é de uma monotonia. Porque tudo é pilar, viga ou laje, não sai disso. Raramente a gente pegava uma obra diferente, um negócio interessante. Era muito monótono. Eu, como outros, saí então daquilo e fui para a Estatística, para a Economia. Outros largavam e ficavam na própria Engenharia, fazendo comércio na Engenharia. O cálculo mesmo, todo mundo parava. Fiquei como professor e consultor. Tive um período de consultoria muito intenso e muito bem-sucedido. Em 1958, por exemplo, fui chamado a ser assessor pela Bombril, onde introduzi o controle estatístico de qualidade. Por que razão esse pessoal da Bombril me procurou? Porque eu era o professor de estatística que tinha ensinado a eles, em aula, o que era controle de qualidade. Quando eles tiveram que fazer controle de qualidade, lembraram-se de mim.

O depoimento de Ruy Leme explica as incursões acadêmicas e profissionais, a relação entre o espaço público institucional e o mercado privado e as relações familiares nos trabalhos profissionais, além do capital econômico pavimentando um negócio próprio que incluía seu irmão - o próximo engenheiro da família Leme ao qual o

próprio Ruy foi professor na mesma USP. A influência familiar no trabalho profissional na área de cálculo de concreto realizado na empresa Sociedade Comercial Produtora, o escritório particular de cálculo de concreto que depois incluía seu irmão futuro engenheiro, o trabalho na empresa multinacional *Bom Bril*, as atividades profissionais enquanto professor, assessor e consultor nas áreas de cálculo, estatística e controle de qualidade o colocaram numa condição ainda mais privilegiada de um membro já pertencente e atuante da classe dominante. No final da década de 1950, já no segundo ciclo desenvolvimentista de Juscelino Kubistchek Ruy Leme tornou-se uma referência como técnico e ator de confiança do mundo dos negócios da classe dominante e nas rodas da política em âmbito tecno burocrático.

O caso de Ruy Leme contribui para explicar os conceitos de Bourdieu no que tange a herança, conquista, acúmulo, ampliação e lapidação dos diversos “capitais” ao longo das trajetórias dos membros das “elites” e principalmente da classe dominante ao longo dos processos históricos nos diversos campos e subcampos dos espaços públicos e privados da vida em sociedade. As estratégias de poder e dominação construídas pela classe dominante na interação entre o espaço institucional e as corporações privadas nacionais e estrangeiras passam pelos vínculos familiares nas interações institucionais estatais, empresariais e demais círculos sociais com seus respectivos “capitais” articulados nos diversos campos e subcampos da sociedade.

Segundo Bourdieu (2004, p. 93-94):

Mostrei, por exemplo, no trabalho que fiz, com Monique de Saint-Martin, sobre o patronato francês, que as afinidades ligadas à aliança estão na origem de certas solidariedades que unem essas encarnações por excelência do *homo economicus* que são os grandes empresários e que, em certas decisões econômicas da mais alta importância, como as fusões de firmas, o peso das relações de alianças – que sancionam, elas mesmas, afinidades de estilos de vida – pode prevalecer sobre o peso dos determinantes ou das razões puramente econômicas. E, em termos mais gerais, não há dúvida de que os grupos dominantes, e principalmente as grandes famílias – grandes, no duplo sentido do termo -, asseguram sua perpetuação à custa de estratégias – entre as quais incluem-se em primeiro lugar as estratégias educativas – que não são tão diferentes, na origem, daquelas que os camponeses cabilas ou bearneses realizam para perpetuar seu capital material ou simbólico.

As estratégias que envolvem a aquisição, acúmulo e reprodução dos capitais no interior de determinados campos e subcampos dependem em grande medida do estabelecimento de alianças onde nem sempre a conquista dos capitais econômicos fala mais alto em determinados momentos. Os códigos que balizam os estilos de vida nas interações sociais no interior de determinados campos e subcampos apresentam-

se muitas vezes como um capital social simbólico de grande relevância na composição e recomposição de estratégias de poder e dominação.

Até aqui a trajetória desses membros da classe dominante demonstram como essas interações sociais, os vínculos familiares, educacionais, culturais, institucionais e profissionais, além das rodas sociais nos clubes de prestígio são condições que articulam e engendram os poderes de dominação da classe dominante ao longo da história brasileira em conluio com as estruturas coercitivas do imperialismo capitaneado pelos EUA na atualidade, principalmente a partir do formato macro estruturante na globalização econômica e financeira neoliberal como modelo do capitalismo de Estado do século XXI.

A explicação sociológica política e histórica se articula com a economia política no que diz respeito a abordagem teórica-conceitual e empírica desse trabalho acadêmico quando da descrição sociológica analítica da trajetória de Ruy Leme contextualizada nas passagens econômicas e políticas da recente história brasileira que permeia as instituições tecnocráticas estratégicas de Estado como o Banco Central.

Mas antes mesmo de chegar a presidência do Banco Central Ruy Leme como inicialmente descrito começa a construir a sua trajetória profissional atuando no seu escritório próprio e também em outras instituições privadas, inclusive algumas multinacionais. Ruy Leme segue atuante em grupos empresariais como a Duratex, a Federação das Indústrias, o Instituto de Engenharia e ainda criou o curso de Engenharia da Produção na Escola Politécnica da USP.

Sua trajetória na USP como professor começa a partir do seu relacionamento acadêmico com o professor Vanzolini titular da cadeira das disciplinas de economia política, estatística aplicada e organizações administrativas da Escola Politécnica. Ruy Leme foi assistente e mais tarde sogro do professor Vanzolini onde mais tarde o substituiu após o falecimento desse. Logo em seguida fez o concurso de professor livre docente em 1954 e de cátedra em 1957 seguindo sua trajetória como docente e herdando as mesmas disciplinas do seu mestre e sogro.

Logo após o concurso de cátedra Ruy Leme assumiu a diretoria da Faculdade de Ciências Econômicas da USP que o colocou numa situação ainda mais vantajosa no que tange ao acúmulo de capitais acadêmicos e profissionais. Pertenceu ao círculo

de estudos de economia política no mesmo grupo de Delfim Neto²³ - futuro ministro da ditadura civil-militar-empresarial em diversas oportunidades.

Outro momento marcante na carreira acadêmica e profissional de Ruy Leme foi a criação da Fundação Carlos Vanzolini em 1967 – ano que assumiria a cadeira de presidente do Banco Central no segundo governo autoritário com os militares a frente. A fundação com o nome do seu mentor e sogro promovia palestras, e cursos na área de economia para industriais e para a Federação das Indústrias, acadêmicos que pertenciam ao departamento de Economia na USP e outros. A trajetória acadêmica e

²³ ANTONIO DELFIM NETO - *min. Faz. 1967-1974; emb. Bras. França 1975-1978; min. Agric. 1979; min.-ch. Seplan 1979-1985; const. 1987-1988; dep. fed. SP 1987-2007. *Antônio Delfim Neto* nasceu na cidade de São Paulo no dia 1º de maio de 1928, filho de José Delfim e de Maria Delfim, ambos de descendência italiana. Iniciou seus estudos no Liceu Siqueira Campos, em sua cidade natal. Órfão de pai muito cedo, começou a trabalhar como contínuo das indústrias Gessy Lever aos 14 anos, passando logo a desempenhar funções administrativas na empresa. Prosseguiu seus estudos na Escola Técnica de Comércio e, durante o curso, começou a escrever sobre economia para os jornais *Folha da Tarde* e *O Tempo*. Em 1948, ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (USP) e passou a trabalhar no Departamento de Estradas de Rodagem (DER), onde teve oportunidade de redigir diversos trabalhos na área de economia, como *Uma estimativa de custos de operação dos equipamentos rodoviários* e *alguns métodos estatísticos para cálculos de depreciação numa economia sujeita à inflação*. Presidiu o centro acadêmico de sua faculdade em 1951, último ano de seu curso superior, tornando-se, depois de formado, assistente do professor Luís Freitas Bueno, catedrático de econometria. Em 1953, ministrou um curso de análise matemática para economistas da Bolsa de Mercadorias de São Paulo. Foi aprovado no concurso para livre-docente de estatística econômica e, em 1958, defendeu com êxito a tese *O problema do café no Brasil*, tornando-se professor catedrático de economia brasileira da USP. No mesmo ano, foi eleito vice-presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo e tornou-se membro do conselho editorial da *Revista de Ciências Econômicas*. Junto com suas atividades acadêmicas, exerceu também funções de assessor econômico na Associação Comercial de São Paulo, sendo convidado em 1959 para integrar a equipe de planejamento do novo governo paulista chefiado por Carlos Alberto de Carvalho Pinto. Nos anos seguintes, foi diretor de pesquisa da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, membro do Conselho Universitário dessa instituição, do Serviço Estadual de Mão de Obra da Secretaria do Trabalho do governo estadual e do Conselho Técnico Consultivo da Assembleia Legislativa. Passou a atuar em nível federal a partir de 1965, quando ingressou no Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan), órgão de assessoria à política econômica do governo do general Humberto Castelo Branco (1964-1967), conduzida pelos ministros Roberto Campos, do Planejamento, e Otávio Gouveia de Bulhões, da Fazenda. Nos debates desse órgão, defendeu as propostas contidas no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), combatendo as críticas formuladas pelo economista Antônio Dias Leite, também integrante do conselho, que considerava a orientação expressa no plano incapaz de garantir a retomada do crescimento econômico do país. Por indicação de Roberto Campos, passou a integrar também o Conselho Nacional de Economia. Sua primeira nomeação para um posto executivo na área econômica ocorreu com a ascensão de Laudo Natel ao governo de São Paulo, logo após a cassação do mandato de Ademar de Barros em 5 de junho de 1966. Nessa ocasião, o governo federal assumiu para si a indicação de nomes para três cargos decisivos da administração paulista, a saber: a Secretaria de Segurança, ocupada pelo general Augusto Fragoso, o comando da Força Pública, entregue ao coronel João Batista Figueiredo, e a Secretaria da Fazenda, cuja chefia passou a Delfim Neto, mais uma vez indicado pelo ministro Roberto Campos. Em sua curta gestão, encerrada junto com o governo Natel em janeiro de 1967, empenhou-se em diminuir o déficit do estado, exercendo ainda influência direta na formação das Centrais Elétricas de São Paulo e na viabilização financeira do projeto hidrelétrico de ilha Solteira (MAYER; LEMOS; CORREIA, 2017?).

profissional de Ruy Leme passa pela aquisição de capitais que acumulados conseguem adentrar aos códigos de acesso a uma carreira sólida e robusta que o posicionam de maneira privilegiada na sociedade.

Algumas dessas atividades acadêmicas e profissionais correm concomitante aos demais empreendimentos de Ruy combinando-se e se mesclando-se como corpos que se atraem e orbitam em torno de campos e subcampos que produzem e reproduzem privilégios de classe que o possibilitam atingir os objetivos de caráter econômico e social na estrutura de classes. No tópico a seguir veremos como ocorre essa transição acadêmica e profissional do ator tecno burocrático burguês e empreendedor privado para a ascensão na carreira da instituição econômica e financeira mais estratégica desde a ditadura até o presente – o Banco Central.

C) Capitais em franca expansão e lapidação da carreira profissional de Ruy Aguiar da Silva Leme entre a ditadura civil-militar-empresarial e a redemocratização

Outra dimensão importante no que tange as conquistas de “capitais” por parte de Ruy Leme diz respeito as suas conexões políticas que possibilitaram abrir outras portas de acesso a novas expansões dos capitais de dominação²⁴.

A proximidade entre a Faculdade de Ciências Econômicas e Administração da USP sob a direção de Ruy Leme permitiu que esse se aproximasse tanto de instituições privadas, Federações do comércio, da Indústria e também do poder executivo nas três esferas de atuação a partir do final da década de 1950 nos anos JK. O então Instituto de Administração anexo a Faculdade tinha a incumbência de assessorar o governo estadual naquele período a partir de uma parceria firmada entre as partes. Isso aconteceu durante a gestão do governador Carvalho Pinto²⁵ no Estado de São Paulo.

²⁴ Denominamos capitais de dominação para fins desse trabalho de tese como todos os “capitais” no sentido de Bourdieu que são além de herdados, adquiridos e lapidados ao longo da trajetória das elites e da classe dominante utilizados no sentido de potencializar o poder de dominação sobre a sociedade a serviço do conjunto dos capitalistas domésticos e do imperialismo.

²⁵ Quando eleito governador de São Paulo, em 3 de outubro de 1958, Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto (1910-1985) lançou um ambicioso projeto de planejamento estadual, o Plano de Ação do Governo do Estado (Page), que daria origem a um extenso programa de investimentos nas áreas de produção de energia elétrica, produção agrícola, educação superior e fomento tecnológico. Esses investimentos seriam possíveis porque, segundo as análises do grupo de planejamento, que possuía um caráter técnico, a receita proveniente do imposto sobre vendas e consignações vinha apresentando, nos últimos anos, elevada taxa de crescimento, decorrente não só da elevação do nível de preços, mas também do ritmo de desenvolvimento econômico, especialmente do setor industrial. Ver ESTADO DE SÃO PAULO. II Plano de Ação do Governo 1963-1966. São Paulo: Imprensa Oficial do

A partir de então um grupo de técnicos provenientes da Faculdade de Economia e Administração da USP e outras instituições até mesmo no Rio de Janeiro passam a prestar assessoria para o planejamento estatal no governo de Carvalho Pinto. Era, portanto, um grupo de técnicos heterogêneos que compunham o corpo de suporte do planejamento da administração estadual de São Paulo.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 30):

O grupo de planejamento não era só vinculado à universidade. Eram oito pessoas. Éramos eu; Delfim; Diogo [Adolpho Nunes] Gaspar, que foi trazido do Rio de Janeiro; Sebastião Advíncula [da Cunha], também do Rio de Janeiro; a professora Celeste Ângela de Souza Andrade, que era diretora do Departamento de Estatística; Paulo Menezes Mendes da Rocha, também da Poli; Orestes Gonçalves; e Ruy Miller Paiva.

O capitalismo atrasado e dependente brasileiro na fase do desenvolvimentismo aderiu ao pacto entre o saber acadêmico com o aparato tecno burocrático pela via da intermediação dos políticos profissionais mais institucionalizados do pós-segunda guerra. Muitas dessas elites políticas advinham de famílias históricas da classe dominante ou eram representantes dessas na sua grande maioria, tal como ocorre atualmente em 2021. As elites acadêmicas e tecnocráticas, principalmente no seu mais elevado nível de representatividade institucional pertencem a classe dominante como comprovado pelas suas trajetórias de vida em ambos os casos, isto é, tanto para Dênio Chagas Nogueira e ainda mais proeminente no caso de Ruy Leme que de forma mais contundente herdou e acumulou capitais de maior relevo e densidade.

A classe dominante se notabilizou desde sempre no Brasil pela sua forma de organização dos seus privilégios, vultosos benefícios e amplos poderes, sempre em torno dos cargos públicos, dos títulos honoríficos de nobreza, da posse da terra e do comando nos mais altos postos militares na tradição secular, tal como a trajetória da família Leme.

Ao longo do século XX os novos cargos públicos no Brasil foram se ampliando e complexificando, principalmente em torno da tecnocracia com maior vigor a partir de meados desse mesmo século. A carreira militar, a magistratura, o parlamento tradicionalmente sempre foram os espaços de representatividade e poder da classe dominante e com o avanço do desenvolvimentismo iniciado por Vargas a tecnocracia passa a ser ocupada por uma elite tecnocrática estratégica, onde a classe dominante passa

Estado, 1962, p. 81. Banco Central do Brasil Ruy Leme / Banco Central do Brasil. – Brasília: Banco Central do Brasil, 2019 64 p.; 23 cm. – (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil; v. 5) p. 29.

a integrar ocupando os principais cargos do aparato institucional estatal. A expansão da universidade no Brasil deu suporte as exigências do aparato técnico científico e transformou muitas das profissões na transição entre o Brasil arcaico e o moderno e reposicionou a classe dominante conformando-a as exigências do capitalismo monopolista de Estado mesmo que atrasado e dependente na esteira do imperialismo.

De acordo com a Revista Científica Tomo (2009, p. 86):

As “profissões” para Larson (1997), são produtos da modernidade. Forjaram-se durante a “grande transformação” (em referência a Polany) que muda a estrutura e as características das sociedades europeias, e suas colônias. Essa transformação foi marcada pela reorganização da economia e sociedade em torno dos princípios de mercado. Os profissionais – enquanto categoria ocupacional – procuraram estabelecer um “monopólio” em torno de um mercado, regulando a competição. “Eu vejo profissionalização como um processo pelo qual produtores de serviços especiais buscam constituir e controlar um mercado para a sua expertise” (Larson, 1977; XVI).

O mercado profissional que surge no século XIX, inaugura uma nova forma de desigualdade: não é a desigualdade da patronagem aristocrática ou da desigualdade baseada na propriedade e identificada com o empreendimento capitalista. Seu núcleo é a hierarquia ocupacional, seu princípio de legitimidade realiza-se no reconhecimento da expertise, ou mais simplesmente, em um sistema de educação e credenciamento. Para essa autora há uma forte ligação entre o controle do mercado e a mobilidade social. Essa nova forma de desigualdade é legitimada pelo Estado, através da relação deste com as elites.

A classe dominante passa a ocupar diversos cargos na administração estatal, nas universidades de maior relevância e prestígio e se posicionar nos campos e subcampos dos empreendimentos no mundo dos negócios privados, nos meios de comunicação, nos aparelhos de publicidade e propaganda, nas profissões liberais, nas ocupações do alto escalão dos três poderes de Estado, nas universidades e instituições de pesquisa e mais recentemente nas estruturas tecnocráticas estratégicas de Estado como o caso do Banco Central. A desigualdade ocorre através da concentração de poderes pela via do controle das posições políticas, econômicas, culturais e sociais no interior de cada campo e subcampo no setor público e privado inserido na dinâmica da macroestrutura capitalista de Estado, onde a classe dominante controla os recursos e seus dispositivos.

A trajetória de Ruy Leme nesse momento da sua carreira o permite acumular e reproduzir mais capitais, já que conseguiu convergir em campos e subcampos diversificados assumindo posições privilegiadas de destaque e interagindo com atores também relevantes como é o caso de Delfim Neto, que apesar de ser um tecnocrata

e acadêmico ainda em ascensão consegue expressar de forma concreta a sua expertise a serviço dos interesses dos grupos econômicos dominantes pela via dos acessos políticos.

Esse ponto da carreira de ambos passa a ser decisivo na composição de capitais necessários a projeção desses atores acadêmicos e representantes do capital. A oportunidade que se abre com a proximidade entre o saber técnico científico e o planejamento público permite a conquista de mais espaços em outros campos e subcampos tanto no setor público quanto no privado. O depoimento de Ruy a seguir é revelador de muitos dos aspectos relacionados a essa discussão.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 30-33):

Quais foram os trabalhos mais importantes que o senhor julga terem saído do grupo de planejamento?

O grupo de planejamento criou uma série de fundos, como o Fundo de Expansão Agropecuária e o Fundo de Financiamento aos Bens de Produção. Tudo foi realizado com recursos que o governo do estado alocou junto ao Banco do Estado de São Paulo. Agora que estamos falando nisso, estou recordando qual era a minha atividade nesse tempo: fui deslocado para o Banespa para chefiar a assessoria econômica. Lá, então, era encarregado de administrar esses fundos, que foram os precursores do Programa de Financiamento à Produção e Comercialização de Máquinas e Equipamentos (Finame). Já o Fundo de Expansão Agropecuária, se foi precursor de alguma coisa, foi do Badesp. Criamos no Banespa uma carteira, a Carteira de Expansão Econômica, que deveria gerir esses fundos e que foi a precursora do Badesp. A administração desses fundos era puramente profissional ou o senhor se recorda de influências políticas?

Não tinha política não, a administração era bastante técnica. Era preciso, primeiro, fazer conhecer os fundos. Havia, então, muitas incursões ao interior, onde nós fazíamos palestras divulgando os fundos, dizendo para que serviam, como eram e tudo mais. Aí recebíamos os pedidos e tínhamos que julgar esses pedidos e decidir se concedíamos ou não os recursos.

E como os pedidos eram julgados?

Pelo pessoal do banco ou pela assessoria econômica? Pela assessoria, que era toda subordinada a mim. O Banespa não tomava parte. Éramos um órgão praticamente externo ao Banco. Administrei esses fundos durante o governo Carvalho Pinto. Posteriormente, fui diretor da Carteira de Expansão Econômica do Banco, também para administrar esses fundos.

Durante o governo Carvalho Pinto, foram realizados também investimentos importantes na área de educação e de pesquisa. Foram criadas a Universidade de Campinas, a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto, foram instituídos o Fundo de Construção da Cidade Universitária, o Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

O senhor estava ligado a isso também?

Estava, vamos dizer, na etapa de planejamento. Tudo isso resultou, de alguma forma, de resoluções nossas. Por exemplo, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) foi criada com recursos do governo. Nós fomos encarregados de dizer como dividir da melhor forma possível aquele bolo de dinheiro que não estava sendo utilizado. Eu me lembro de que nós tínhamos qualquer coisa como NCR\$100 milhões (100 milhões de cruzeiros novos). Havia uma quantia livre bastante grande, e foi daí que nasceram todas essas obras do Carvalho Pinto que vocês citaram.

Antes de ser seu colega no grupo de planejamento do governo Carvalho Pinto, Delfim Netto já convivia com o senhor na Faculdade de Economia. Que perfil o senhor traçaria dele?

Delfim foi um jovem extremamente brilhante. Eu me lembro de que ele, naquele grupo em que fazíamos seminários, chamou nossa atenção porque era o mais moço e um dos mais vivos para fazer perguntas. Ele era formado pela própria FEA [Faculdade de Economia e Administração]. A faculdade, na época em que o Delfim se formou, estava numa crise violenta, não tinha muitos professores bons, mas, apesar disso, ele conseguiu se tornar muito bom economista. Ficamos amigos já na própria faculdade, mas lá eu era o diretor e ele era assistente. Ele era um dos que eu procurava para conversar. Ele me aconselhava, ele e um grupinho lá dentro com quem eu me dava muito bem. Éramos muito amigos.

Ruy Leme revela no seu depoimento conexões importantes a partir da formação e consolidação do grupo de planejamento em torno da administração de Carvalho Pinto no governo do Estado de São Paulo. A administração orçamentária do volume de recursos estatal envolvendo bancos, políticas públicas, universidades e a gerência direta e indireta de alguns fundos públicos elevaram o grau de confiança e os códigos de acesso aos capitais políticos e sociais do grupo de planejamento comandado por Ruy Leme.

A proximidade da relação entre Ruy Leme e Delfim Netto se torna chave como aliança estratégica que em vários momentos os posicionam como atores relevantes no processo decisório tecnocrático, inclusive adiante na ditadura civil-militar-empresarial a partir de 1964. Muitos desses atores políticos e tecnocráticos participam direta ou indiretamente no golpe civil-militar-empresarial ou no mínimo apoiam as investidas dos militares. Entre eles se encontra Ruy Leme a partir dos seu próprio depoimento.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 35-36):

Como o senhor viu a participação de Carvalho Pinto no ministério de João [Belchior Marques] Goulart, após deixar o governo de São Paulo no início de 1963? Acho que vi com má vontade, não simpatizei. Nem me lembrava de que ele tinha participado.

São Paulo participou muito dos preparativos da Revolução de 1964. Qual foi sua posição nesse período?

Eu era a favor da revolução. Eu me lembro de que era frontalmente contra o Jango. Fiquei satisfeítssimo com a revolução. A derrubada do Jango, para mim, foi uma grande coisa. Agora, o que eu fazia? Não lembro que fizesse nada, afora ser contra. Instalado o governo Castelo Branco, o senhor foi nomeado membro do Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan), não é isso? Sim. Roberto [de Oliveira] Campos nos convidou, a mim e ao Delfim. Havia uma reunião uma vez por semana. Mas não era só o Consplan. Havia também o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (Epea). O Epea, para mim, era mais uma assessoria, como as outras que eu tinha. Eu me lembro de que, uma vez por semana, eu saía às oito horas da manhã daqui de São Paulo, ia para o Rio de Janeiro, passava o dia inteirinho lá e voltava bem

tarde. Era o meu dia de Epea e Consplan. Depois, mais tarde, eu tinha também o Conselho Nacional de Economia. Minha atividade no Rio era de um dia por semana.

As conexões políticas e econômicas estabelecidas pela geração de Ruy Leme, Dênio Nogueira, entre outros com os economistas já estabelecidos como Bulhões, Gudiin, etc. com maior profundidade entre o final do governo Kubistchek e o conturbado governo de João Goulart foram cruciais para impulsionar a carreira e a trajetória desses atores tecnocráticos. Além dos vínculos políticos e interesses econômicos e profissionais as relações de proximidade são constituídas através de capitais sociais substanciais.

Segundo Higgins (2005, p. 29-30):

Na literatura sociológica, quem primeiro falou de capital social foi Pierre Bourdieu, em dois artigos breves: “Le capital sócia: notes provisoires” e “Les trois états du capital culture” (Bourdieu, 1979, 1980). Nestes trabalhos são identificadas três formas distintas de capital econômico, cultural e social, dando destaque a seus mecanismos de acumulação e conversão.

Esta análise questiona o interesse demasiado estreito da teoria econômica, a qual fixa sua atenção só no capital econômico convertível em dinheiro e institucionalizado em forma de direitos de propriedade. Desta perspectiva, o universo dos intercâmbios é reduzido à troca mercantil, em que os agentes econômicos procuram a maximização de seu interesse; as outras formas de troca, por não serem econômicas, fica fora do campo de análise. Como alternativa a essa redução, Bourdieu propõe o desenvolvimento de uma ciência geral da economia prática capaz de estudar o capital, entendido como poder, em todas suas formas. É por isso que também são identificados o capital cultural e o social.

A despeito da divergência ontológica existente entre a abordagem de Bourdieu e Marx no que tange a compreensão da sociedade na sua essência a teoria dos “capitais” desenvolvida por Bourdieu é útil para desenvolver uma abordagem teórica e conceitual sobre a dinâmica social, principalmente em sociedades urbanas contemporâneas mais complexas, mesmo que em países periféricos dependentes como o Brasil. Apesar de Pierre Bourdieu e Jesse Souza negligenciarem o materialismo histórico como base para a explicação da sociedade na sua complexidade como forma de compreender a totalidade segundo a abordagem marxiana Bourdieu contribui no que diz respeito a atribuir um grau de relevância considerável do capital social como elemento também estratégico para a aquisição, acumulação, ampliação, reprodução e reconversão dos capitais no interior dos mais diversos e complexos campos e subcampos da vida social.

Analisando sociologicamente a trajetória de Ruy Leme, em especial entre os momentos que antecedem o golpe civil-militar-empresarial de 1964 o ator em questão

demonstra a partir do seu próprio depoimento passagens que revelam as diversas interações sociais com os mais importantes indivíduos ligados ao liberalismo econômico do período desenvolvimentista no Brasil e que ao mesmo tempo participaram ativamente da articulação do golpe e depois trabalharam no interior do regime político autoritário. As relações de amizade, compadrio, afinidades políticas e ideológicas, interesses em comuns inseridos no interior da ordem global e nacional do imperialismo e da classe dominante, entre outras aparecem nas ações e comportamentos dessas elites políticas e tecnocráticas, onde alguns desses, como o próprio Ruy Leme aparecem como membros da classe dominante e as representa de fato, mesmo que procure minimizar a sua participação aos olhos da perspectiva democrática.

A declaração de apoio a “revolução” segundo o próprio Ruy e o aceite do convite para trabalhar no governo comandado pelos militares já no mandato Castelo Branco deixa clara a sua adesão e sua disponibilidade em atuar na administração do governo autoritário. O convite ocorreu por intermédio do tecnocrata diplomata Roberto de Oliveira Campos para ambos, no caso Ruy Aguiar e Delfim Neto que haviam acumulado capitais sociais importantes que serviram como códigos de acesso as instituições do Estado burguês dependente.

O Conselho Consultivo de Planejamento Econômico (Consplan) passou a ter dois membros considerados elementos estratégicos técnicos científicos Ruy Leme e Delfim Neto e politicamente alinhados com a ordem dominante. Ruy Leme ainda mantinha um compromisso profissional com o EPEA²⁶ (Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada) somado as atividades de consultoria técnica e ao Departamento da Faculdade de Economia e Administração da USP.

O EPEA fazia parte do Ministério do Planejamento na época e foi nesse escritório que foi criado o principal programa econômico do governo de Humberto de Alencar de Castelo Branco o PAEG (Programa de Ação Econômica Governamental) e nesse momento a economia brasileira passava por uma intensa transformação em

²⁶ O Epea, mais tarde transformado no Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), e um plano de ação imediata, o Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), constituíram instrumentos de coordenação econômica criados no início da gestão de Roberto Campos no Ministério do Planejamento do governo de Castelo Branco, em abril de 1964. Em outubro de 1964, o próprio presidente Castelo Branco anunciaria o coroamento dessa estrutura com a instalação do Consplan, composto por representantes do governo federal, das entidades de classe e dos órgãos estaduais de planejamento, e encarregado de produzir a peça básica de planejamento econômico do governo. Ver MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966). Rio de Janeiro: Documento Epea, nº1, 1964. (BCB, 2019).

relação a sua organização institucional em termos de reconfiguração do sistema financeiro nacional e da reforma tributária, além de uma série de normas, regras e leis econômicas em processo de adequação as exigências do imperialismo e da classe dominante brasileira. A política econômica também foi ajustada em vários pontos importantes e com uma voracidade bastante impressionante com intuito de reverter o modelo econômico como forma de executar o rearranjo econômico e financeiro no sentido do equilíbrio fiscal e de uma maior concentração de renda.

Segundo Souza (2005, p. 111-112):

O grosso da nova política econômica ficou a cargo do Ministério do Planejamento, posto sob a responsabilidade de Roberto Campos, que, como embaixador do Brasil nos estados Unidos antes do golpe, havia sido um de seus principais articuladores. Ele condenou a formulação de um Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), para três anos, ao longo dos quais se promulgaram afinidades de leis, decretos, regulamentos etc., nos quais se expressava a orientação do novo governo.

Na área de combate à inflação, destacam-se três tipos de medidas, todas supostamente destinadas a restringir a demanda, vista pela nova equipe econômica como responsável pela pressão dos preços. Na política fiscal, ao mesmo tempo que adotou medidas orientadas a elevar a receita pública, o governo atuou na contenção de seus gastos, o que resultou numa elevação, em termos reais, da receita pública em 25% em 1965 e na drástica redução do déficit público, que em 1963 havia sido de 5% do produto bruto. Na política creditícia, o governo, além de limitar o crédito do Banco do Brasil, que representava, em média, mais da terça parte do total de créditos do sistema bancário ao setor privado, observou um controle estrito da expansão primária de meios de pagamento, resultando de ambas medidas uma contração dos créditos concedidos ao conjunto dos setores produtivos. A outra importante frente de “combate à inflação” consistiu na contenção salarial. Para esse fim, depois de derrotar politicamente ao movimento operário e popular com o golpe de 64, o regime ditatorial tratava de derrotá-lo em todos os demais terrenos, em particular naquele onde se dava a luta econômica, isto é, buscava desarticular seus mecanismos de defesa das suas condições de vida.

O ajuste macroeconômico orbitado em torno do PAEG propiciou gerar o equilíbrio fiscal necessário para a reconversão do capital econômico como forma de ajuste do modelo econômico da nova ordem burguesa com o apoio do imperialismo. As elites tecnocráticas responsáveis pela elaboração dos planos econômicos e das reformas financeiras, tributárias e administrativas a despeito de alguns pontos de divergência reconheciam a necessidade de reconfigurar o sistema financeiro e o setor produtivo.

Enquanto isso as elites tecnocráticas alçavam voos ocupando espaços em grupos financeiros privados e em bancos públicos, e com isso acumulando e ampliando capitais econômicos e sociais no campo do setor financeiro. Essa foi a trajetória

de Ruy a partir da ocupação dos cargos no governo Castelo Branco e foi exposto pelo próprio depoimento de Ruy Leme.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 35-36):

Os economistas de São Paulo não discutiam a reforma do sistema financeiro promovida pelo governo Castelo Branco?
Discutíamos, sim. Quando se criou o Finasa, por exemplo, eu me lembro de que muito do que fazíamos lá era discutir as coisas que o governo federal estava fazendo. Interessava muito aos banqueiros paulistas, ao Gastão [da Costa Carvalho] Vidigal, o que estava sendo realizado pelo governo federal. E nós realizávamos seminários sobre o que estava acontecendo no Rio. Nessa época, eu tive toda uma assessoria de mercado financeiro junto ao grupo Finasa. O Banco Mercantil estava querendo criar um banco de investimentos e me chamou. Lembro que o Gastão Vidigal, que era o dono do banco, frequentemente tomava parte nas nossas reuniões, de tão entusiasmado que era. Banco de investimentos era alguma coisa que estava para ser criada, todo mundo falava e ninguém sabia o que era. Foi uma corrida para ver quem criava um banco de investimentos, e o Finasa conseguiu ser o primeiro. E aí, uma vez criado, emergiu a pergunta: e agora, o que vamos fazer? Acho que o Delfim também estava nisso, foi chamado junto comigo para montar esse banco de investimentos que foi o Finasa. Saí de lá para ir para o Banco Central. O senhor voltou a colaborar com o governo de São Paulo após a cassação de Ademar de Barros? Houve um período curto com Laudo Natel e depois teve início o governo [Roberto Costa de] Abreu Sodré.¹⁶ Deixa eu localizar. Abreu Sodré foi em 1967. Eu estava como diretor da Carteira de Expansão Econômica do Banespa e possivelmente colaborava com o governo Abreu Sodré.

Essa passagem do depoimento de Ruy Leme deixa clara a ponte existente entre o setor público e o privado no mercado financeiro a partir da posição privilegiada que assumiram Delfim Neto e Ruy Leme após o golpe de 1964. As elites tecnocráticas estratégicas assumem cada vez mais posições de destaque junto a grupos empresariais e da área das finanças no Brasil administrado pelos militares. Ruy Leme que já estava posicionado como membro legítimo da classe dominante continua ampliando seus capitais até a chegada na presidência do Banco Central no início do governo Costa e Silva. A partir dos depoimentos de Ruy Leme em relação aos episódios que fizeram com que ele assumisse a presidência do Banco Central do Brasil torna-se explícita a relação de proximidade do detentor da principal instituição financeira estatal assim que Costa e Silva assume com o recém-empossado no mesmo governo no início de 1967 o ministro da Fazenda Delfim Neto. Delfim Neto acumulou estrategicamente muitos capitais e foi premiado com a pasta de maior poder político dentro do Estado brasileiro – o Ministério da Fazenda.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 38-39):

Presidente do Banco Central

No início do governo Costa e Silva, em 1967, o senhor se tornou presidente do Banco Central. Como aconteceu essa nomeação?

Delfim foi convidado para o Ministério da Fazenda. Ele tinha que ter alguém no Banco Central. Nós éramos, como dizia o Dênio, sócios. Trabalhávamos sempre juntos. Eu sempre o chamava para as minhas assessorias, ele me chamava para as assessorias dele, e então, quando ele foi para o Ministério da Fazenda, convidou-me para o Banco Central.

Parece que houve uma questão um pouco complicada. Dênio Nogueira teria que ter pedido demissão e não pediu, porque tinha um mandato. Poderia explicar como foi isso?

O Dênio tinha um mandato – quando o Banco Central foi criado, foram estabelecidos mandatos para a diretoria, que eram desencontrados do mandato do presidente da República. A ideia era que não houvesse substituição da diretoria do Banco Central quando fosse mudado o presidente da República. Então, o Dênio, que foi um dos que criaram o Banco Central, não queria de jeito nenhum sair. Queria, dentro da tese dele, continuar, porque o mandato dele talvez demorasse o tempo todo do Costa e Silva, mas houve pressão para o Dênio sair.

O senhor julgava acertada a existência de mandato para o Banco Central, ou essa era uma questão que lhe parecia menos importante?

Menos importante, não julgava tão importante, mas eu me dei bem com o Dênio, ficamos muito amigos, tivemos um bom relacionamento. Quando eu soube que ia ser presidente do Banco Central, passei quase um mês indo ao Rio de Janeiro, entrevistando os chefes de departamento do Banco Central para me inteirar dos assuntos. Em uma ocasião, entrevistei o Dênio. De início, ele teve uma reação negativa, porque não queria sair, mas depois nós nos entendemos muito bem. No dia 31 de março, quando ele deixou a diretoria e a entregou a mim, já estávamos com boas relações. Durante o meu tempo de Banco Central inteiro, muitas vezes tive ocasião de conversar com ele sobre problemas. Trocávamos ideias e tínhamos um relacionamento muito cordial.

As assessorias e consultorias no setor privado renderam parcerias entre Delfim Neto e Ruy Leme e também no interior das instituições tecnocráticas estratégicas como o Ministério do Planejamento e o próprio Banco Central a partir do governo Costa e Silva, mas para a conquista dos espaços estratégicos nos aparelhos de Estado e demais instituições privadas e outros campos e subcampos da vida social a aquisição de capitais sociais e econômicos percorre itinerários históricos, muitas vezes de longa duração, como no caso da família Leme pertencente a nobre e distinta classe dominante tradicional colonial (CDT).

No caso da família de Delfim Neto as famílias da grande imigração se estabelecem e reconvertem seus capitais trazidos da Europa e se adaptam aos códigos culturais e sociais (simbólicos) arcaicos do país periférico e dependente assimilado. As relações pessoais tradicionalmente sempre foram um alicerce fundamental como uma espécie de aporte de recursos que possibilitam os indivíduos a conquistarem capitais importantes na construção de carreiras e da ascensão política e econômica. A família

é o alicerce de entrada e as relações de amizade, compadrio e demais formas recíprocas de trocas de favores e estabelecimento de parcerias são estratégias essenciais na pavimentação de carreiras e trajetórias de vida bem-sucedidas.

De acordo com Marques (2000, p. 238):

As relações pessoais são fundamentais para a compreensão detalhada dos fenômenos sociais no Brasil. Como descrito por autores como Lanna (1995) e Nunes (1997), o processo de modernização característica da construção das estruturas estatais e da consolidação de procedimentos racionais burocráticos não substitui de maneira completa formas de relacionamento tradicionais baseadas na hierarquia e nas trocas recíprocas.

Os códigos de acesso aos campos e subcampos no interior das instituições são internalizados já no embrião da família Leme e assimilados por grupos da classe dominante emergente ou pelas elites políticas e tecnocráticas recentes pela via de acesso do capital educacional no saber técnico como no caso de Delfim Neto. A necessidade de adequação aos códigos no interior dos campos e subcampos para as novas elites requer uma percepção mais aguçada na mescla entre conhecimento e relacionamento interpessoal. A combinação entre o ethos internalizado pelos membros da família tradicional e a expertise técnica e social das novas elites políticas e tecnocráticas, também dos novos membros da classe dominante produzem formas de organização que possibilitam a ampliação e reprodução dos capitais para ambos os indivíduos.

Nessa altura Delfim Neto e Ruy Leme já eram reconhecidos também como assessores de bancos privados e tinham ambos o conhecimento de como viabilizar políticas de ajuste que beneficiavam banqueiros e os interesses do mercado financeiro como um todo. Ruy Leme em seu depoimento relata os momentos em que se tornou um prestigiado administrador e elaborador de políticas normativas e financeiras na presidência do Banco Central com medidas positivamente impactantes em favor dos bancos através de resoluções e normas específicas assim como em outros momentos passou a ser considerado um ator tecnocrático que caminhava na direção oposta dos interesses dos grupos financeiros. Essas medidas inclusive foram consideradas decisivas para a renúncia precoce da sua gestão à frente do Banco Central ainda no governo Costa e Silva.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil (2019, p. 42):

Os banqueiros concordavam que se limitasse o número de agências bancárias a serem abertas? Era proibidíssimo abrir uma agência. O problema era fechar. Que não se podia abrir era ponto pacífico, porque era opinião geral

de que o número de agências era excessivo. Lembro-me de que apresentei minha pesquisa mostrando o número ótimo de agências por praça em um congresso em Recife e que ela foi muito bem recebida pelos próprios banqueiros. Quem estava assistindo ao congresso eram apenas banqueiros, e meu relacionamento com eles era bom. Com o Setúbal, por exemplo, relacionávamo-nos otimamente. Havia banqueiros que falavam a mesma língua que nós. Estava lá eu, na frente, fazendo a minha exposição, e eles a apoiar, a discutir. Falávamos a mesma língua. Ainda com relação às agências, portanto, acho que havia esse acordo geral. A redução do número não foi algo que tenha causado atritos. Recordo que tanto a Resolução 72 como a 73, 74 e 75 foram discutidas no Congresso de Bancos de Recife. Lá me reuni com os banqueiros, e discutimos tudo o que poderia ser feito para reduzir os custos bancários. Tendo assessorado o Banco Mercantil, eu já tinha ideias de medidas que podiam ser implementadas nesse sentido. Essas resoluções permitiram reduzir em muito os custos dos bancos, e me tornaram muito popular. Nessa época, eu estava em lua de mel com os banqueiros. Eles realmente me colocaram no céu logo após esse congresso. Foi só depois das Resoluções 79, 80, 85 e 86 que o ambiente ficou desagradável, pois tive que colocar a taxa de juros mais baixa.

O relato de Ruy Leme sobre as sujas políticas adotadas enquanto presidente do Banco Central criaram perspectivas positivas por parte do mercado financeiro como também animosidades dentro e fora do governo Costa e Silva e que propiciou uma insatisfação incontornável no sentido da não permanência de Ruy a frente da presidência do Banco Central. O depoimento de Ruy demonstra claramente as altas rodas sociais que frequentou em meio a banqueiros, presidência da república e demais círculos sociais aos quais Ruy por “natureza” já está acostumado desde o berço.

A sociologia possibilita obtermos um olhar diferenciado em relação ao objeto de pesquisa biografado com nuances relevantes que tocam a sensibilidade do pesquisador quando se depara com as distinções sociais dos membros da classe dominante e que essas contribuem para explicar o fenômeno da concentração de renda, riqueza e demais dispositivos de dominação política e econômica que permitem que a classe dominante se perpetue numa condição de superioridade social. Em relação a reprodução da classe dominante podemos tecer algumas considerações acerca das questões geracionais ao longo da história. Aqui cabe uma colocação coloquial para expressar melhor o significado geracional para os membros da classe dominante em especial, isto é, o que podemos denominar de “passar o bastão” dos mais velhos aos mais novos membros da classe dominante e suas estratégias de reprodução e dominação da “cena” macropolítica e social.

De acordo com Goulart (2016, p. 126):

Mannheim é bastante direto ao assinalar que para se constituir uma geração não é necessário que seus membros tenham proximidade física concreta. Outro elemento fundamental na constituição de uma unidade de geração é a

situação de classe, que resulta numa condição socioeconômica que possibilita uma formação educacional semelhante a qual seus membros recebem o aparato teórico e social para a compreensão e interação do mundo, por exemplo. Para Mannheim a posição e a situação de classe estão interligadas e direcionam os indivíduos a conduzirem suas ações no processo histórico, além de uma proposta de intervenção comum ao grupo.

Em se tratando da transição geracional, Mannheim aponta que as experiências passadas são incorporadas à nova geração, tanto pelo convívio como pela observação. Nessa questão, outro dado importante é que a transição não ocorre de forma ostensiva, e sim por um processo contínuo, onde o novo se adapta às novas condições ideais para ambos os grupos interagirem e trocarem suas experiências, porque durante um tempo compartilham os mesmos aspectos, os mesmos momentos, o mesmo processo histórico e social, ou seja, partilham as mesmas experiências.

Durante séculos o Brasil experimenta o fenômeno sociológico que envolve as relações de parentesco, o patriarcalismo, o nepotismo, o coronelismo e o patrimonialismo e que atravessa gerações desde os primórdios da colonização ainda no início das conquistas ibéricas. As estratégias do casamento entre as famílias históricas da classe dominante e o compadrio são formas de manutenção e expansão do poder e da dominação nas diversas esferas da sociedade. A transmissão geracional pela via da cultura política, educação e as articulações entre o público e o privado são assimiladas nas trocas entre as muitas experiências durante a vida e entre distintas gerações. A continuidade das famílias no poder é notória em todas as instituições do Estado, nos denominados três poderes e entre os negócios da burguesia e os contratos públicos, além de múltiplas interações com o imperialismo. Esse é o caso, por exemplo do Banco Central que na figura dos seus presidentes representa os interesses entre a classe dominante doméstica e as corporações imperialistas por intermédio do capital financeiro com seus organismos multilaterais representativos, bancos, grupos de ações, seguradoras, financeiras, consultorias e instituições tecnocráticas estratégicas de Estado típicas do capital monopolista da Era do imperialismo contemporâneo.

A família Leme tem o seu nome registrado na galeria dos presidentes do Banco Central do Brasil através da figura representativa de Ruy Leme que poderá ou não “passar o bastão” do poder para as próximas gerações das famílias ricas e poderosas do Brasil do século XXI. Após a saída do Banco Central Ruy Aguiar da Silva Leme continuou a sua trajetória de professor da Universidade de São Paulo (USP), também em alguns momentos atuando como docente no exterior e seguiu com as suas consultorias para grandes empresas nacionais e do próprio setor financeiro

tendo se aposentado em 1992 e falecido em 1997 segundo o que consta na sua biografia. Alguns anexos das medidas tomadas por Ruy Leme estão disponibilizados em anexo no final desse trabalho.

4.1.3 Ernane Galvêas (Presidente do Bacen 1968-1974 E 1979-1980)



Banco Central do Brasil Ernane Galvêas / Banco Central do Brasil.

– Brasília: Banco Central do Brasil, 2019 198 p.; 23 cm.

– (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil; v. 6) I.

Banco Central do Brasil – História. II. Entrevista. III. Galvêas, Ernane. IV. Título. V. Coleção. CDU 336.711(81) (091)

A) Origem:

Observação: O nome do nosso biografado aparece de duas formas: Como Ernane Galvêas e em outros documentos como Ernani Galveias. Desta maneira decidimos assinalar que se trata da mesma pessoa ao longo desse texto.

O primeiro presidente do Banco Central que conseguiu atravessar administrativamente entre a transição de um mandato da presidência da república até o final de outro no período mais repressivo da ditadura civil-militar-empresarial (1968-74) é conhecido pela sua capacidade de adaptação as diversas conjunturas políticas. Foi novamente presidente do BACEN entre 1979 e 1980 no início da última administração ditatorial do então general presidente João Batista figueiredo.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil V. 6 (2019, p. 9): “Ernane Galvêas foi presidente do Banco Central do Brasil (BCB) em duas oportunidades: entre 1968 e 1974, na sequência da gestão de Ruy Leme; e entre agosto de 1979 e janeiro de 1980, após a saída de Carlos Brandão, antes de ser indicado ministro da Fazenda, durante a presidência do general João Batista de Oliveira Figueiredo”.

Ernane Galvêas nasceu no dia primeiro de outubro de 1922 em Cachoeira do Itapemirim no Estado do Espírito Santo. Filho de um dentista protético de formação de curta duração em dois anos no Rio de Janeiro - o senhor José Cardoso Galvêas e da sua mãe Maria de Oliveira Galvêas. Seu pai era oriundo de um lugarejo no Estado do Rio de Janeiro denominado Varre-Sai conhecido pela forte imigração de muitos portugueses pioneiros.

Ernane era um dos dez filhos do casal que a partir da recessão econômica causada pela crise de 1929 e que atingiu as exportações de café no Brasil tiveram que mudar de cidade e de Estado em busca de novas oportunidades profissionais e econômicas. Os relatos de Ernane revelam que seu pai precisou vender algumas das suas propriedades para se estabelecer economicamente, principalmente durante a fase mais agressiva da recessão econômica entre 1929-33.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil V. 6 (2019, p. 15-16):

Sou. Nasci no dia 1º de outubro de 1922, em Cachoeiro de Itapemirim, uma das cidades do Espírito Santo que despontavam em crescimento, em progresso, depois de Vitória. Meu pai, José Cardoso Galvêas, era oriundo de um lugarejo do Estado do Rio chamado Varre-Sai. O nome é bizarro, porém, mais bizarro do que o nome foi a motivação que teria levado alguns pioneiros portugueses a subir a serra e se implantar no topo de uma montanha de grande altitude, com um frio intenso nos meses de inverno e sem estradas. Essas famílias de portugueses fixaram-se inicialmente no Rio de Janeiro, mas depois se dirigiram para o interior do Estado do Rio, localizando-se em Varre-Sai. Lá meu pai conheceu minha mãe, Maria de Oliveira Galvêas, e se casaram. Ele se dedicou à Odontologia. Como naquele tempo não havia universidade de Odontologia, fez um curso e um estágio prático de dois anos no Rio de Janeiro, tornando-se dentista e protético. Voltou, então, para Varre-Sai, onde exerceu a profissão até 1921, quando, à procura de horizontes mais largos, mudou-se para Cachoeiro de Itapemirim. Em Cachoeiro, teve uma experiência de vida relativamente curta: dos dez filhos que surgiram na família, eu fui o único nascido lá. Cachoeiro do Itapemirim é a minha terra querida, que eu considero muito, mas que deixei muito cedo. Em fins de 1923, meu pai se mudou para Castelo, não muito distante. Castelo era uma zona agrícola que recebia as primeiras levadas de imigrantes italianos, onde abria-se um campo bastante bom para um profissional de Odontologia, naquela época, no interior. Lá ele fez uma grande clientela entre os colonos da região, sobretudo entre as famílias italianas. Ficamos seis anos em Castelo, até a grande recessão de 1929.

Nessa apresentação de Ernane Galvêas podemos a princípio destacar alguns aspectos relevantes para a discussão sobre as trajetórias de vida de alguns atores políticos. Família histórica oriunda de Portugal com algumas posses advindas de capitais herdados não especificados no preâmbulo dessa entrevista e não verificado pela pesquisa genealógica, já que não foi realizada a princípio. Pai de formação técnica e

profissional que conquistou algumas propriedades ao longo da sua vida e mudou-se diversas vezes de município como também de Estados entre o Espírito Santo e Rio de Janeiro precipitado pela crise econômica do início da década de 1930.

Com a morte do pai em 1934 os filhos foram sendo incorporados aos demais ramos familiares em cidades diferentes tendo que se adaptar as circunstâncias impostas. Nesse momento as questões da formação educacional e o processo de construção das suas respectivas educações e futuras carreiras passaram pelo divisor de águas do falecimento do pai de dez filhos contando com o jovem Ernane que tinha na época 11 anos.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil V. 6 (2019, p. 16-17):

Quais as suas lembranças mais marcantes desse período?

Eu era muito criança, mas ainda tenho alguma lembrança das dificuldades que levaram meu pai a se movimentar em busca de trabalho. Ele vendeu todas as propriedades que tinha em Castelo e transferiu-se para Mimoso do Sul, ainda no Espírito Santo. Mas não se deu bem, porque Mimoso também fazia parte da área de café afetada pela Grande Depressão, e cerca de um ano depois se mudou para Campos, no Estado do Rio. Moramos em Campos até 1931, quando fomos para Itaperuna, no mesmo estado, e ainda em meio à Grande Depressão. As minhas lembranças desse período de infância são os folguedos de rua, os banhos no rio Muriaé, os primeiros anos do curso primário, no Colégio 10 de maio, e as montanhas de café do Departamento Nacional do Café que se acumulavam nos depósitos escolhidos pelo governo para promover a queima do excedente da produção. Essas as primeiras lembranças da minha infância, que vêm, basicamente, de Castelo para Itaperuna. Éramos uma grande família: meu pai, José, conhecido como Juquinha; minha mãe, Maria, carinhosamente chamada de Nenzinha; e dez irmãos: Carlos, Iná, Iracema, Lincoln, Jeovah (que morreu antes de meu pai), Sócrates, Ernane, Clóvis, Jomar e Renato. E sua família fixou-se em Itaperuna?

Por um tempo. Meu pai morreu em Itaperuna, em 1934, quando eu tinha onze anos e pouco. Com a morte de meu pai, dentista relativamente modesto, deixando nove filhos, tivemos de procurar apoio em outros ramos familiares. Houve uma debandada: dois irmãos foram para Divisa, no Espírito Santo; outro, para Natividade, no Estado do Rio; um quarto veio para o Rio de Janeiro; o caçula ficou com minha mãe; outro, com minha irmã e meu cunhado, em Itaperuna; a outra irmã foi para a casa de uma tia, em Campos; e eu fui viver com uma irmã do meu pai, Isolina, e com meu tio, José Barbosa Martins, que era comprador de café, em Mimoso do Sul. Terminei o curso primário em Mimoso do Sul e fui fazer o ginasial no Colégio Bittencourt, em Campos, onde fiquei interno de 1935 a 1940. Nesse período, além dos estudos em tempo integral, com excelentes professores, adquiri um gosto especial pela prática de esportes, especialmente vôlei e futebol. Fiquei separado dos meus irmãos, mas dividia as férias entre meus tios, em Mimoso do Sul, e minha mãe, que continuou morando em Itaperuna.

No caso da cisão da família de Ernane devido a morte do pai muitos tios, tias e demais familiares assumiram as funções de guardiões dos dez filhos incluindo Ernane. A tia Isolina, irmã do pai de Ernane e seu tio José Barbosa Martins que era

comprador de café assumiram a função de responsáveis por Ernane, onde em Mimoso do Sul, local da nova moradia, concluiu os estudos primários; para mais tarde, já na cidade de Campos-RJ estudar e se formar no Colégio Bittencourt de tempo integral.

Vale destacar para fins dessa tese que nos dedicamos a analisar sociologicamente as entrevistas concedidas para a obra *História Contada do Banco Central* sem mergulharmos na profundidade de um trabalho genealógico mais exaustivo ou minucioso. A razão dessa escolha decorre da grande quantidade de presidentes do Banco Central desde a sua criação no apagar das luzes do ano de 1964²⁷ até o presente momento (2021-22). Onde não encontramos as entrevistas por não terem sido realizadas por algum motivo utilizamos consultas em outras fontes de informações como sites de jornais e revistas eletrônicas, sites de buscas genealógicas, artigos e outros meios documentais. Quando conseguimos recuperar informações que possam contribuir para o enriquecimento desse trabalho fizemos como o caso de Ruy Leme devido a sua família já estar documentada na genealogia paranaense de Francisco Negrão e do próprio avô de Ruy na construção da sua autoria sobre a genealogia paulistana.

Desta forma prosseguiremos com a análise sociológica da carreira e trajetória de vida de Ernane Galvêas enfatizando que em muitas de suas passagens no contexto do seu tempo coincidem com a dos seus dois antecessores em termos da conjuntura sócio-histórica que compartilharam até o momento as suas respectivas chegadas na cadeira de presidentes do Banco Central do Brasil.

B) Formação educacional e carreira profissional

Entre 1935 e 1940 a formação de Ernane Galvêas em nível escolar secundário ocorreu na cidade de Campos-RJ num colégio de tempo integral como já dissemos a partir do seu próprio relato na entrevista concedida aos entrevistadores do CPDOC – FGV em parceria com o Banco Central. Após o encerramento do curso secundário Ernane atuou como instrutor de ensino, também participou da formação dos chamados Tiros de Guerra (TG)²⁸. Influenciado pelo seu cunhado que era funcionário do

²⁷ Nesse caso cabe uma observação importante procurando reiterar o que já foi explicado anteriormente acerca da criação do Banco Central do Brasil. O decreto lei que criou no dia 31 de dezembro de 1964 o Banco Central não instituiu na prática o início das suas atividades, já que somente em abril de 1965 o seu primeiro presidente Dênio Nogueira junto com a sua primeira diretoria assumiria as suas respectivas funções técnicas e a viabilidade da instituição.

²⁸ De acordo com o site do Ministério da Defesa do Exército Brasileiro: “Os Tiros de Guerra (TG) são uma experiência bem-sucedida entre o Exército Brasileiro e a Sociedade Brasileira, representados pelo poder público municipal e pelos milhares de cidadãos brasileiros que ingressam nas fileiras do

Banco do Brasil e do pai do mesmo, que era gerente, resolveu seguir carreira no banco por intermédio de concurso público.

Ernane Galvêas entrou no Banco do Brasil por intermédio de concurso público em 1942 e desde o início já relatava que essa instituição detinha tanto prestígio que somente um funcionário do Itamaraty poderia ser comparado em termos de status e remuneração salarial. Nesse período ainda não havia a SUMOC (1945), BNDE (1953) e muito menos o BACEN (1964); por isso também o Banco do Brasil reinava quase que absoluto enquanto instituição tecnocrática financeira em nível nacional. A carreira de escriturário no Banco do Brasil era só o começo e com a formação em Ciências Contábeis alguns anos depois as oportunidades de trabalho foram se ampliando. Ernane graduou-se na faculdade Vera Cruz no Rio de Janeiro e a partir dessa formação em Ciências Contábeis passou a atuar como contador autônomo e abriu um escritório de contabilidade paralelo a sua atividade no Banco do Brasil como relata o próprio Ernane na entrevista concedida ao CPDOC-FGV. Desta maneira cabe a passagem abaixo:

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil V. 6 (2019, p. 19-20):

Nesse período em que já estava vinculado ao Banco do Brasil, o senhor deu continuidade aos estudos?

A primeira coisa que fiz foi sentir as perspectivas da carreira no banco. Evidentemente, eu não pensava em permanecer como escriturário. E a minha primeira observação, do ponto de vista profissional, foi que o conhecimento de contabilidade era um instrumento de trabalho muito importante para asfaltar a carreira do funcionário. Decidi, então, estudar Ciências Contábeis. Matriculei-me na Escola Vera Cruz, uma grande escola, com muitos alunos, localizada na Rua São Francisco Xavier, próximo ao Instituto Lafayette, pela qual me formei. A minha primeira formação profissional foi na área de contabilidade, pensando na carreira do Banco do Brasil. E me foi muito útil depois, porque, quando me casei, em 1947, pude complementar a remuneração de

Exército anualmente. Essa parceria perene e edificante, juridicamente celebrada por intermédio de convênios, está enraizada na história e na formação do povo brasileiro há mais de 110 anos e tem profundas ramificações na sociedade na qual está inserido. Esses jovens, ao serem matriculados com base na Lei do Serviço Militar (LSM), recebem a denominação de “ATIRADORES”, designação emblemática e histórica, oriunda das primeiras sociedades de Tiro ao Alvo no Brasil, com finalidades militares e de formação da reserva para o Exército, embrionárias dos atuais TG. Os Tiros de Guerra permitem, de forma criativa, inteligente e econômica, proporcionar a milhares de jovens brasileiros, principalmente os que residem em cidades do interior do país, a oportunidade de atenderem à Lei e de prestarem o Serviço Militar inicial. Mais que o caráter obrigatório, essa modalidade de Serviço Militar configura um direito do cidadão em dar sua contribuição, ainda que modesta, para a defesa da Pátria, conciliando sua vida cotidiana com sua rotina de trabalho, estudo e convívio familiar. Os Tiros de Guerra permitem, de forma criativa, inteligente e econômica, proporcionar a milhares de jovens brasileiros, principalmente os que residem em cidades do interior do país, a oportunidade de atenderem à Lei e de prestarem o Serviço Militar inicial. Mais que o caráter obrigatório, essa modalidade de Serviço Militar configura um direito do cidadão em dar sua contribuição, ainda que modesta, para a defesa da Pátria, conciliando sua vida cotidiana com sua rotina de trabalho, estudo e convívio familiar” (EXÉRCITO BRASILEIRO, 202?).

bancário com alguma atividade de contador. Fundei um pequeno escritório de contabilidade e, mais tarde, assumi a contabilidade de uma grande empresa importadora atacadista de tecidos e armarinhos, a José Vargas de Andrade – Rendas e Bordados. Quer dizer, o estudo de Contabilidade não só me ajudou no Banco do Brasil como me deu a possibilidade de entrar em outra área profissional. Já naquela época, a vida apresentava as suas dificuldades, e eu tinha o objetivo, mesmo estando recém-casado, de reunir a família no Rio de Janeiro. Era um projeto de todos os irmãos trazer a minha mãe e a família para o Rio de Janeiro. Alugamos uma boa casa no Méier, fomos morar lá e, pouco a pouco, conseguimos reagrupar os irmãos que haviam sido dispersados com a morte do meu pai.

O depoimento de Ernane mostra desde o início da sua trajetória a construção paulatina de uma carreira profissional a partir dos capitais familiares e educacionais de uma pessoa que cursou uma formação sólida desde o ensino primário, secundário até a sua graduação em Ciências Contábeis. A passagem pelo filtro do Banco do Brasil já mostra o quanto a questão educacional tem um componente crucial de projeção na sua carreira de bancário e na sequência de contador. A conquista de um espaço profissional possibilitou Ernane a aglutinar a família em torno de uma situação mais confortável economicamente e mostra um período da história onde a educação ainda exercia um fator muito relevante para quaisquer indivíduos, mesmo aqueles não pertencentes a classe dominante.

Apesar das limitações da história oral em muitos dos seus aspectos, no que tange a esse tipo de entrevista conseguimos captar o que mais nos interessa a respeito das posições dos atores no campo econômico e nos subcampos institucionais da tecnocracia com suas empresas estratégicas como o Banco do Brasil, SUMOC, BNDE (mais tarde BNDES), Caixa Econômica Federal, Banco Central e outras; em particular essas atreladas ao mercado financeiro. Procuramos ainda captar e compreender de que maneira a herança dos “capitais”, as suas conquistas e acúmulos estão intrinsicamente relacionadas com a origem familiar e inseridos na lógica da reprodução material e social da macroestrutura da sociedade capitalista em uma sociedade desigual e dependente na órbita do sistema capitalista mundial.

A estrutura social pode ser explicada através da origem familiar e suas vinculações institucionais de longa duração e inseridas no jogo presente das disposições e das disputas políticas dentro dos campos e subcampos da vida social. Mas essa explicação tem suas limitações quando se utiliza a história oral a partir das entrevistas que os atores protagonistas contam suas trajetórias a partir do seu olhar próprio e conforme seus interesses. Ao mesmo tempo cabe considerar aspectos que possibilitam ratificar a hipótese de que os “capitais” são fundamentais para a vida particular e

a de conjunto de um determinado agrupamento social privilegiado; seja na forma de uma elite tecnocrática estratégica e, ou, como membros de uma classe dominante bem estruturada histórica e socialmente ao longo do tempo.

Segundo Bourdieu (2007, p. 3):

No entanto, é preciso indagarmos em que medida as partes constitutivas de uma sociedade estratificada, classes ou grupos de status, formam uma estrutura, isto é, atendo-os a uma definição minimal, se e em que medida tais partes mantêm entre si outras relações além da mera justaposição e, por conseguinte, manifestam propriedades que resultam da sua dependência relativamente à totalidade. Mais precisamente, de sua posição no sistema completo das relações que determina o sentido de cada relação particular.

Levar a sério a noção de estrutura social supõe que cada classe social, pelo fato de ocupar uma posição numa estrutura social historicamente definida e por ser afetada pelas relações que as unem às outras partes constitutivas da estrutura, possui *propriedades* de posição relativamente independentes de propriedades intrínsecas como por exemplo um certo tipo de prática profissional ou de condições materiais de existência.

Nessa passagem de Bourdieu podemos compreender de uma maneira mais nítida a discussão que propomos nesse trabalho de tese. Discutir os limites da história oral ou da história contada evidentemente nos remete a noção crítica da epistemologia no que concerne a necessária vigilância sociológica. No caso da coleção *História Contada do Banco Central do Brasil* com seus respectivos volumes incluindo as personagens entrevistadas podemos abstrair questões centrais que envolvem os conceitos de *habitus*, *campo*, *subcampo* e *capitais* de Bourdieu no contexto da macroestrutura da sociologia política, histórica e da economia política. Não se trata nesse objeto de pesquisa de analisarmos sociologicamente a vida particular com suas peculiaridades de cada um dos presidentes do BCB, mas sim, compreender o contexto dessas trajetórias num plano macroestrutural que contribua para explicar os fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais que envolvem o poder e a dominação da classe dominante no contexto brasileiro e suas vinculações com o imperialismo através das corporações estrangeiras e dos ditames políticos do imperialismo, como no caso do golpe civil-militar-empresarial de 1964.

Retomando a trajetória educacional e profissional de Ernane, outra particularidade do nosso biografado diz respeito a sua passagem no exército entre o momento que antecedeu a entrada no Banco do Brasil quando passou pelo Tiro de Guerra até

ser convocado no momento para servir no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR)²⁹, no Rio de Janeiro.

Notamos ao longo desse trabalho de tese que as trajetórias dos presidentes do BACEN passam por “capitais” educacionais e adentram em campos econômicos onde as instituições tecnocráticas são centrais como no caso dos subcampos Banco do Brasil, SUMOC e mais tarde BCB. Além disso, a passagem; mesmo que breve pelo exército ocorre em algum momento entre a formação educacional básica e a entrada nas instituições tecnocráticas e a passagem pelo ensino superior. Participar como professor universitário ou como escritor em revistas acadêmicas faz parte da conquista de espaços profissionais e acadêmicos que contribuem para lapidar suas carreiras na sequência das suas trajetórias. Estudar nos Estados Unidos ou ter uma vinculação acadêmica profissional no exterior também é típico da formação desses indivíduos e o fortalecimento das suas carreiras com conquistas e aprimoramentos dos seus “capitais” dentro dos campos e subcampos do jogo político, econômico e social, e com isso enriquecer o repertório para a ascensão nas suas carreiras.

No caso de Ernane Galvêas o que chama a atenção são também as interações profissionais que envolvem as relações pessoais no interior do campo econômico-financeiro e os subcampos. O convite para trabalhar na SUMOC quando completou dez anos de Banco do Brasil (1942-52) ocorreu por intermédio de relações interpessoais como relata em entrevista o próprio Ernane, assim como nos casos de Dênio Nogueira e Ruy Leme. As relações entre os subcampos Banco do Brasil e SUMOC aparecem em vários momentos das carreiras e trajetórias dos presidentes do BCB até então. Em vários momentos essa é a ponte entre a atuação profissional e a formação acadêmica que gera intercâmbios no exterior, em especial os estudos nos EUA. A partir do momento que Ernane Galvêas assume o posto de chefe adjunto do departamento econômico da SUMOC a sua carreira entra numa fase de ascensão, principalmente no momento que é designado para estudar no México no Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos se graduando em Economia no ano de 1956 e depois nos EUA na continuidade do seu aperfeiçoamento no Economic Institute, em

²⁹ Os CPOR e NPOR são estabelecimentos de ensino militar de formação de grau médio, da linha de ensino bélico, destinados a formar o aspirante a oficial da reserva de segunda classe, habilitando-o a ingressar no Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (CORE) e a contribuir para o desenvolvimento da doutrina militar na área de sua competência (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2019).

Wisconsin, nos Estados Unidos, transferindo-se em seguida para a Universidade de Yale, onde concluiu o mestrado em Economia.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil V. 6 (2019, p. 28):

Pode-se dizer então que, com a sua ida para a Sumoc, iniciou-se a sua formação em Economia?

Sim. Minhas perspectivas mudaram desde o momento em fui para a Sumoc. Verifiquei que o campo era outro e que, para tratar de taxa de juros, de desconto, de câmbio, de política monetária, era preciso estudar Economia. Então, comecei a fazer um curso de Economia na Escola Amaro Cavalcanti, que depois se transformou em Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nessa condição, fui fazer o curso do Cemla, no México, em 1954. Esse curso foi muito importante para mim por duas razões. Primeiro, porque tive muitos bons professores mexicanos ou professores do Banco Mundial e do Fundo Monetário, com uma orientação muito especializada em termos de política monetária, que era o campo de atuação da Sumoc. Isso me foi muito útil. E fizemos um curso também específico, intensivo, sobre teoria keynesiana, que também me valeu muito. Mas também foi importante o fato de que, anos depois, houve a escolha de dois alunos, entre os que fizeram o curso nos primeiros quatro anos do Centro Monetário, no México, de 1953 a 1956, para uma bolsa de estudos nos Estados Unidos. E eu fui escolhido. No final de 1957, recebi a informação de que havia sido premiado com uma bolsa de estudos em uma universidade dos Estados Unidos. Poderia ser Yale, Harvard, Stanford, eram 4 ou 5 indicações. Optei pela Universidade de Yale e, em 1958, utilizei essa bolsa de estudos que me foi dada em convênio com a Fundação Ford³⁰. Mas fui primeiro para a Universidade de Madison, onde passei três meses fazendo um curso brush up de inglês, e, em setembro de 1958, para a Yale.

As escolhas dos indivíduos para assumirem cargos de confiança passam pelos filtros no interior dos campos e subcampos das estruturas tecnocráticas onde o poder econômico e político estão vinculados a macroestrutura do capitalismo brasileiro e que estão em consonância com os ditames do imperialismo através de universidades estrangeiras, organismos financeiros internacionais, bancos e fundações como a Ford citada no depoimento do trecho acima da entrevista com Ernane Galvêas. Essa filtragem passa não apenas pela capacidade técnica evidentemente, mas

³⁰ Para o jornalista e crítico literário Dwight McDonald, funcionário e consultor da Fundação no início dos anos 1950, era notável que a então maior instituição filantrópica do mundo tenha surgido duas décadas antes, emergencialmente, praticamente do dia para a noite, como produto imediato das leis de impostos¹⁷. Henry Ford, o fundador da Ford Motor Company, era adversário do chamado “evangelho da riqueza”, o chamamento ao investimento das grandes fortunas na renovação e sustentação de políticas sociais que Andrew Carnegie e John D. Rockefeller haviam transformado, desde o início do século XX, em um movimento de grandes consequências. Seus projetos de assistência humanitária, reforma urbana e apoio às artes estavam na origem das primeiras grandes fundações norte-americanas. Para Henry Ford, a esfera das políticas sociais estava restrita à universalização dos benefícios de uma cultura de consumo de massa e ao melhoramento das relações trabalhistas, através do paternalismo patronal. Nesse campo das chamadas “reformas sociais”, sua aposta era no próprio “fordismo” ¹⁸ (CHAVES, 2015).

principalmente pela confiança, onde as hierarquias acima passam a determinar quem são os indivíduos que estão na fase de treinamento que podem assumir funções táticas estratégicas na condução dos interesses do capitalismo brasileiro dependente em consonância com os interesses do imperialismo representado pelas corporações estrangeiras multinacionais e transnacionais e suas famílias poderosas no controle.

O componente cultural e ideológico faz parte do “pacote” de cooptação de comportamentos e práticas que possibilitam ações na direção de viabilizar os negócios da burguesia nacional e estrangeira. As fundações e universidades são os instrumentos do controle e administração do poder e dominação do grande “capital”, esse no sentido marxista do termo. O próprio depoimento de Ernane Galvêas na passagem abaixo revela como o conteúdo dos cursos de Economia nas universidades estadunidenses forjam a cientificidade pela via do pensamento liberal e monetarista a despeito da fase keynesiana que proporcionou a expansão do capitalismo pós-segunda guerra.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil V. 6 (2019, p. 31):

E qual a influência dessa doutrina na formação do seu pensamento econômico, doutor Galvêas? Como todo jovem, em um país como o Brasil, cheio de problemas e com grandes disparidades de renda, eu tinha certa resistência em aceitar o sistema econômico de governo. Não digo que tivesse ideias socialistas, mas não nutria muita simpatia pelo sistema capitalista. A mim parecia que havia coisas erradas e que, embora oferecesse certa igualdade de oportunidades, era realmente um capitalismo selvagem, um sistema muito injusto, com graves imperfeições. O problema do desemprego, o apadrinhamento para acesso aos cargos mais elevados, todas essas coisas que existem no sistema me revoltavam um pouco. Mas, nesse ano de experiência nos Estados Unidos, pude ver a economia americana funcionando: a facilidade com que se desenvolvia a produção, com que o produto saía do interior das fábricas e chegava ao comércio; o padrão de vida da população, o padrão de consumo; as oportunidades de emprego, os altos salários; e os bens de consumo que estavam à disposição das grandes massas de trabalhadores. Aquilo mudou muito a minha concepção. Realmente, voltei muito impressionado com a possibilidade de o sistema funcionar no estilo americano, e não no estilo menos desenvolvido do capitalismo incipiente no Brasil.

No depoimento de Ernane Galvêas torna-se evidente a influência da ideologia liberal e monetarista das universidades estadunidenses que eram consideradas as melhores referências em termos de economia para o mundo ocidental. Uma outra abordagem curiosa de Galvêas se refere as características selvagens do capitalismo brasileiro como as disparidades de renda e o apadrinhamento; que segundo o depoente significam coisas muito injustas e deletérias. O mesmo apadrinhamento que é confirmado no interior do campo e subcampo econômico e financeiro que impulsionou

a carreira do próprio Ernane Galvêas em uma passagem bastante convincente do seu próprio depoimento.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil V. 6 (2019, p. 22):

O senhor se interessou particularmente ou foi convidado a ir para a Sumoc? Houve o seguinte: o Herculano Borges da Fonseca, um advogado do Banco do Brasil, mas também um autodidata em economia, foi nomeado assessor-técnico da Sumoc. Ele era filho do Homero Borges da Fonseca, tesoureiro-geral do banco, de quem o meu cunhado, Celso de Lima e Silva, era o braço direito. Ele estava precisando de um bom datilógrafo. Eu havia tido muita dificuldade com datilografia para entrar no Banco do Brasil, mas, depois, com a minha experiência em agência, passei muito tempo fazendo fichas de cobrança, transformei-me em um exímio datilógrafo. O meu cunhado, então, perguntou se eu queria ir para a Sumoc. Respondi: “Isso me interessa, talvez, tanto quanto uma carreira especializada no Banco do Brasil. Mas, como vou fazer?”. Ele me apresentou ao Herculano e fui para a Sumoc, mudando o curso da minha vida profissional.

Através dessa passagem do depoimento de Galvêas compreendemos o importante aspecto que envolve a história oral ou a história contada, já que ela revela objetivamente as interações que perpassam as tais competências técnicas ou “supostas” qualificações profissionais. Não atribuímos nessa análise sociológica valor em relação as competências técnicas, muito em razão de procurarmos um olhar sociológico distante dessas características, que para fins desse trabalho não respondem aos nossos anseios. O apadrinhamento e o compadrio estão bastante visíveis a partir do trecho da entrevista acima e corrobora com a hipótese de que o “capital social e o capital político” são relevantes na construção de carreiras ou trajetórias das elites e da própria classe dominante. Para a classe dominante de origem familiar o *habitus* de classe age como parte fundante e integrante da ideologia dominante e para as elites o processo de formação cultural e ideológica necessita ser completado pela formação acadêmica e de intercâmbio estrangeiro nas bases do imperialismo. O *habitus* é um componente de distinção social que está circunscrito ao meio de vida da classe dominante de origem familiar herdado já de longa duração e se divide no denominado *ethos* que corresponde aos valores interiorizados pelas condutas e comportamentos dos agentes e a *hexis* ligada a linguagem e aos gestos corpóreos onde o refinamento da classe dominante permite o compartilhamento dessas disposições culturais do *habitus*.

De acordo com Monteiro (2016, p. 197):

A forma de internalização – o processo de socialização e educação – assegura que essas disposições sejam duradouras e estáveis. É por meio do *habitus* que as pessoas desenvolvem uma espécie de lógica prática junto com um conjunto de crenças. Por meio dele o agente aceita as diferenças entre classes dominantes e dominadas dentro do campo social como um fenômeno natural.

Os responsáveis pela construção desse *habitus* são a família na origem e a escola desde a infância até a fase adulta como podemos verificar no caso da formação universitária da graduação até a pós-graduação no exterior no caso específico do senhor Ernane Galvêas. No caso da grande maioria dos presidentes do Banco Central da primeira fase da implantação do BACEN até o início da década de 1990 o papel da SUMOC foi o grande divisor de águas que possibilitou o salto na carreira desses tecnocratas estratégicos.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil V. 6 (2019, p. 25-26):

O Herculano teve uma visão muito ampla em relação ao que seria o trabalho da Sumoc e, à medida que os técnicos iam concluindo os seus cursos de Economia no Brasil, eram por ele estimulados e enviados para fazer cursos de extensão no exterior. Guilherme Pegurier e Sidney Latini foram para o Fundo Monetário Internacional (FMI) fazer um curso de balanço de pagamentos; Casimiro Ribeiro foi para a Inglaterra; Paulo Lira, Eduardo Gomes, Basílio Martins, Maurício Bacellar, José Luís Miranda, todos nós tivemos um treinamento, ou em universidades, ou em organismos internacionais. Foi nesse período que se formaram os quadros técnicos da Sumoc.

E foi nessa oportunidade que o senhor foi estudar no exterior?

Sim. Havia um curso de teoria e política monetária, no México, que muita gente ambicionava fazer. Era um curso de oito meses no Centro de Estudos Monetários Latino-Americano (Cemla), que começou a funcionar em princípios de 1953. Naturalmente, candidatei-me ao curso. O Herculano era muito amigo do Osvaldo Aranha, que era ministro da Fazenda, na época; e do Marcos de Sousa Dantas, que era presidente do Banco do Brasil. E, como eu era funcionário do Banco do Brasil cedido à Sumoc, a autorização para fazer o curso no México tinha que vir do Banco do Brasil, porque era o banco que pagava o nosso salário.

De acordo com essa passagem do depoimento de Galvêas encontramos momentos de transição importantes no contexto de mudanças na economia política e na conjuntura de imposições do imperialismo estadunidense no que tange a formação ideológica no plano econômico. Do Banco do Brasil para a SUMOC enquanto instituição estatal responsável pela interlocução com o mercado financeiro e pela condução da formação tecnocrática dos representantes institucionais. Essa formação se completava em universidades principalmente dos EUA, também organismos financeiros multilaterais internacionais sempre levando em consideração as disputas entre os atores políticos e tecnocráticos envolvidos onde nem sempre a “competência técnica” era

considerada como elemento de escolha de quem assumia cargos e funções ou estu-
dava no exterior.

Entre meados da década de 1950 e a transição para a conturbada década de 1960 as disputas se aceleraram, onde o campo econômico abrangia diversas institui-
ções e órgãos representativos da classe dominante e do imperialismo. A participação
de Galvêas se faz presente na passagem a seguir.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil V. 6 (2019,
p. 32):

Nessa época, já estava em plena deflagração o Programa de Metas de Jus-
celino Kubitschek.

Sua repercussão chegava até o senhor nos Estados Unidos?

Sim. E eu já havia participado desse trabalho. Ao assumir o governo, Jusce-
lino teve uma grande ajuda do Lucas Lopes e do Roberto Campos na elabo-
ração do Plano de Metas. E o Roberto Campos, desde o tempo do Departa-
mento Econômico do Itamarati, utilizava com frequência o pessoal da Sumoc
para a elaboração dos trabalhos técnicos. Havia uma integração entre o De-
partamento Econômico do Itamarati e o da Sumoc. Elaboramos, por exemplo,
todas as teses brasileiras apresentadas na IV Reunião Extraordinária do Con-
selho Interamericano Econômico e Social da OEA [Organização dos Estados
Americanos], da qual participariam ministros de todo o continente americano,
realizada em novembro de 1954 no hotel Quitandinha, em Petrópolis. A dele-
gação brasileira era chefiada pelo doutor Gudín, o então ministro da Fazenda
– por pouco tempo, mas tocou a ele ser o ministro da Fazenda naquela fa-
mosa reunião – e pelo Roberto Campos. Começamos a trabalhar muito en-
trosados, Sumoc, Banco do Brasil, em menor extensão, e Itamarati.

Chama a atenção nessa passagem é a participação entre as principais insti-
tuições tecnocráticas estratégicas como o Banco do Brasil, a SUMOC, o Ministério da
Fazenda, o Itamaraty e até mesmo a OEA (Organização dos Estados Americanos) um
organismo multilateral comandado pelo imperialismo estadunidense. As relações in-
ternacionais atravessavam os planos econômicos na América Latina e no Brasil em
particular. No que tange a esse aspecto o senhor Galvêas passa pelo crivo da classe
dominante como um ator relevante de uma elite tecnocrática estratégica em ascensão.
No bojo dessa discussão a partir do pós-guerra uma nova orientação das estratégias
de acumulação e reprodução do imperialismo se impõe através dos organismos finan-
ceiros, fundações e as próprias corporações estrangeiras com poder de persuasão
política institucional com formação cultural e ideológica. Os ditames do imperialismo
na nova ordem mundial exigem múltiplas formas de dominação.

De acordo com Fontes (2010, p. 164-165):

A extensão das multinacionais envolveu enorme diversidade de fenômenos
que de forma alguma se limitavam ao terreno econômico. A atuação dessas
empresas – as grandes sociedades anônimas – não foi apenas uma enorme

fonte de lucros e de produção, mas aprofundou a divisão internacional do trabalho, modificou a inserção mundial dos países imperialistas, e seu alcance nos demais alterou profundamente a relação entre o campo e a cidade em todo o mundo sob seu raio de ação, introduziu inovações comportamentais e culturais. Resultante não apenas das imposições econômicas do imperialismo, mas também das condições políticas da guerra Fria, como vimos anteriormente, se difundiriam em paralelo à enorme quantidade de agências e entidades internacionais que agiam como suportes diretos ou remotamente indiretos para seus interesses.

Foi a partir de meados da década de 1950 do pós-guerra que o imperialismo passa a exercer quase que hegemonia mundial tendo como suportes ou satélites de exploração do capital os países periféricos como o Brasil. E essa dominação econômica, política, cultural-ideológica somente poderia ter êxito naquele período se o imperialismo cooptasse as instituições políticas e tecnocráticas do Estado brasileiro. E, por conseguinte, as instituições necessitavam de representantes que pudessem levar a cabo as ações estratégicas da dominação capitalista, capturando as políticas de investimento público para que fossem canalizadas no sentido de viabilizar os negócios da burguesia nacional em conluio com o imperialismo.

Os principais tecnocratas do Estado brasileiro passam a exercer múltiplas funções, cargos, consultorias e atuam em diversas instituições relevantes. A autonomia das elites como sugere uma parte da literatura, muitas vezes não leva em consideração os filtros de passagem e as coerções das hierarquias estatais e do próprio capital representado pelas grandes corporações e organismos internacionais. Ernane Galvêas assumiria cargos e funções relevantes no Estado nacional entre o final da década de 1950 e durante a década de 1960 até chegar na presidência do Banco Central. Um importante momento de Galvêas foi assumir a assessoria do Ministério da Fazenda e a outra como diretor financeiro da Comissão de Marinha Mercante – Superintendência Nacional da Marinha Mercante (SUNAMAM) a pedido do então ministro da Viação e Obras Públicas.

Já apontamos alguns aspectos que envolvem a história oral e contada em termos de limitações no que tange a apreensão do objeto de pesquisa de maneira mais límpida com intuito de ao menos diluir os resíduos e ruídos de algumas inconformidades nos depoimentos dos atores políticos institucionais. Ao mesmo tempo, entendemos que alguns depoimentos são reveladores das trajetórias dos atores com suas visões de mundo, filiações políticas e institucionais. Galvêas se mostrou um técnico e político de cunho liberal monetarista, além de um entusiasta ou apoiador da versão de que João Goulart e as políticas desenvolvimentistas iam na direção oposta

ao “progresso do país” segundo a tradição anglo saxônica. O trabalho nas forças armadas como técnico especificamente na Marinha aproximou Galvêas ainda mais da concepção de um Estado forte em algumas áreas e liberal em outras conforme a necessidade de adequação dos caminhos rumo ao “progresso”. Vejamos o depoimento de Ernane Galvêas sobre o governo João Goulart e as suas visões sobre os sindicatos no período.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil V. 6 (2019, p. 44-45):

O senhor considera que a crise do governo João Goulart foi eminentemente política, ou ele havia feito promessas de incorporar parcelas da população numa conjuntura de não crescimento econômico, e a frustração decorrente teria levado a uma situação insustentável? É muito difícil fazer uma avaliação, mas, a meu ver, João Goulart era uma pessoa despreparada para exercer a presidência da República. Tinha uma grande vocação populista, uma formação sindicalista, havia aprendido algumas coisas com a experiência de Getúlio Vargas, mas não tinha a competência de um Getúlio Vargas para manobrar aquelas correntes e acabou se perdendo. Ele não era um comandante da política, de modo geral, porque cuidou pouco da educação, da saúde, da parte econômica, dedicando-se muito ao agrado da massa de trabalhadores dentro dos sindicatos, pela qual acabou sendo envolvido de tal maneira que foi tragado pelos acontecimentos. Hoje, pode-se ver, pelos comícios, pelos seus atos, como ele foi sendo envolvido por um sistema. Foi uma espécie de aprendiz de feiticeiro. Quis repetir a atuação de Getúlio Vargas, mas, sem a competência Ernane Galvêas 45 de Getúlio, acabou criando uma porção de monstros. O Pacheco, do Sindicato dos Estivadores, o Pellacani e não sei quantos outros o cercaram, e iam acabar fazendo uma república sindicalista no Brasil, com ou sem João Goulart. O processo foi num crescendo, ele foi perdendo o apoio dos empresários, dos políticos mais esclarecidos e até do Exército, e foi buscando o apoio dos sargentos, dos cabos, dos sindicatos. Foi descendo uma ladeira que culminou nos comícios da Central do Brasil e na Revolução de 31 de março.

A concepção de um governo mais próximo dos trabalhadores é vista como algo deletério e prejudicial a harmonia e ao desenvolvimento do país está bem clara nas palavras de Galvêas. A posição contrária a política de João Goulart de aproximação com a classe trabalhadora e seu repúdio a incompetência de Jango é perceptível. A visão do próprio conceito de “revolução” de 31 de março denota a ideologia reinante nos círculos do golpe civil-militar-empresarial de 1964.

Após o golpe militar-civil-empresarial de 1964 a política econômica governamental brasileira passou a ser mais ortodoxa em termos da vigência do monetarismo e da transição para o liberalismo econômico.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil V. 6 (2019, p. 46):

O predomínio da concepção liberal do pós-1964

A partir de 1964, o papel do capital privado, nacional e internacional, no desenvolvimento econômico adquiriu grande relevo, visando a uma redução da intervenção do Estado na organização da sociedade e dos setores econômicos. Como o senhor avalia a contradição que se verificou entre a concepção na sua origem e o resultado final, quando o Estado ampliou as suas funções, fazendo uso de uma série de instrumentos de intervenção nas instâncias econômico-financeiras e sociais?

Esse processo começou muito antes, não só no Brasil, mas em todo o mundo, de modo geral, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Alemanha, em toda a parte, houve uma participação muito importante do Estado no domínio econômico, transformando as empresas privadas em indústrias de guerra. Indústrias que produziam automóveis passaram a produzir tratores; outras, que produziam brinquedos, passaram a produzir canhões e metralhadoras. Diante da guerra, ou na iminência da guerra, os governos assumiram o comando de setores estratégicos, como a energia elétrica e os serviços públicos, e esse foi um movimento universal.

O capitalismo na fase imperialista pós segunda guerra, em especial nos países dependentes como o Brasil necessitou de implementar um conjunto de políticas de investimentos em infraestrutura onde o capital privado não tinha condições de executar e ainda construir um planejamento estatal que preparasse o terreno para o processo de acumulação e reprodução do capitalismo monopolista de Estado. Com a ascensão do governo militar-empresarial ocorre uma política econômica mais monetarista e de cunho neoclássico mantendo alguns investimentos em infraestrutura necessários para os empreendimentos do grande capital.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil V. 6 (2019, p. 49-50):

Mas esse processo não foi interrompido após 1964. A partir de 1964, houve uma mudança de orientação, de concepção, mas o processo de estatização prosseguiu. Por quê?

Primeiro, porque o governo e o setor privado não tinham recursos para investir. A solução foi a abertura para os mercados financeiros internacionais, promovida em 1966, com base na Lei 4.131, de 3 de setembro de 1962; e na Resolução 63, de 21 de agosto de 1967. Com isso, começamos a captar recursos abundantes no exterior, a princípio, para investimentos no setor privado, mas, depois, o fluxo desses capitais se orientou muito na direção das empresas estatais e dos governos estaduais e municipais. E, mesmo a partir de 1964, com a mudança de concepção para uma filosofia liberal, privatizante, o processo de estatização continuou muito intenso. A política do Banco do Brasil e do BID, de só emprestar aos governos e às empresas do Estado, muito contribuiu para expandir a estatização.

Talvez pelo fato de que, numa conjuntura em que os capitais privados continuavam escassos, o Estado era o único que tinha possibilidade de mobilizar os recursos. Esse problema tem que ser visto desde o início, para se fazer um exame dos dois aspectos da intervenção do Estado no sistema econômico. O primeiro é o investimento direto, que, na infraestrutura do pós-guerra, realizou-se por uma necessidade de encampar as empresas que os estrangeiros estavam abandonando ou relegando a segunda prioridade. O outro é o processo nacionalista, que ocorreu por influência política da UDN e do movimento de intenso nacionalismo esquerdista dos anos 1960. Ele encerra uma combinação de política econômica e de política ideológica. Por outro lado,

verificou-se também outro aspecto da intervenção, com o estabelecimento de uma estrutura de domínio, de conquista de poder, por meio da burocracia, da regulamentação, da imposição de regras, do controle, do comando das atividades privadas. Isso foi feito no Brasil, a princípio, sem que se percebesse bem o alcance e as consequências do processo. Mas, em determinado momento, o próprio setor privado reuniu os seus interesses a esses propósitos ou a essa tendência da burocracia nacional e começou a criar reservas de mercado, subsídios e uma série de limitações para as importações, como os processos de concorrência. E aí os interesses privados foram se entrosando com os interesses do governo, protegendo a indústria, de um lado, criando favores, benefícios e privilégios, e, de outro, aumentando o poder e a intervenção do Estado no domínio econômico, por meio da burocracia, da regulamentação. Esse quadro prevaleceu até há pouco tempo, ou por razões econômicas, ou por razões ideológicas.

As contradições do capitalismo subserviente brasileiro pós 1964 ampliou as contradições que combinavam investimentos estatais e abertura para as operações com o mercado financeiro e demais interesses privados. Tanto que no primeiro momento do regime político ditatorial ocorre até 1969 uma maior restrição orçamentária e uma ortodoxia monetária bastante forte. Uma certa limpeza no terreno para que o capital externo amplie sua influência e a classe dominante avance em seus empreendimentos e favorecimentos privados por intermédio de uma burocracia estatal associada. O controle inflacionário rígido, as leis que proibiam o direito de greve, a abertura comercial com vistas a expandir os interesses dos oligopólios estrangeiros e todo um conjunto de medidas liberais e contenções salariais foram implementados com intuito de propiciar um ambiente favorável a economia de mercado.

Ao mesmo tempo, a escola de economia que estavam vinculados Eugênio Gudin, Bulhões, Roberto Campos, Mario Henrique Simonsen e demais associados não poderia responder a contento a expansão necessária da economia brasileira, que na primeira fase (1964-68) optou pelo excessivo controle inflacionário através da política monetária contracionista e um ajuste na carga tributária com arrocho salarial. No primeiro momento a fórmula conservadora de estabilidade econômica foi importante para produzir as condições do avanço do grande capital monopolista, mas não o suficiente para criar as condições de impulsionar e dinamizar os investimentos dos capitalistas estrangeiros e demais setores da economia nacional mais robustos.

De acordo com Souza (2005, p. 139-140):

Certamente, teve papel decisivo nessa retomada do crescimento econômico a mudança de orientação na política econômica comandada pelo novo xerife da economia, Antonio delfim Netto. Diferentemente da troica que o antecedeu

no comando da economia (Bulhões, Campos e Simonsen³¹). Delfim propugnavam que a economia poderia crescer mesmo que com um certo nível de inflação. Além disso, diagnosticou que a pressão inflacionária teria passado a

³¹ SIMONSEN, Mário Henrique - *min. Faz. 1974-1979; min. Planej. 1979. *Mário Henrique Simonsen* nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 19 de fevereiro de 1935, filho de Mário Simonsen e de Carmen Roxo Simonsen. Realizou seus estudos primários e secundários no Colégio Santo Inácio, em sua cidade natal. Em 1957, graduou-se em engenharia civil, especializando-se também em engenharia econômica pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil. Ainda em 1957, começou a trabalhar como assessor técnico na Ecotec — Economia e Engenharia S.A., onde permaneceria durante dois anos. Iniciou suas atividades no ensino em 1958, como professor do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, e nesse mesmo ano foi contratado para lecionar no curso de engenharia econômica da Escola Nacional de Engenharia, na qual permaneceria até 1960. Entre 1959 e 1964, seria ainda professor do curso de análise econômica do Conselho Nacional de Economia. Em 1960 matriculou-se na Faculdade de Economia e Finanças da Universidade do Rio de Janeiro pela qual se graduaria em 1963. Ainda em 1960, tornou-se consultor da Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas (Consultec) — sociedade de estudos econômico-financeiros fundada no ano anterior por Jorge de Melo Flores, Mário Pinto, Lucas Lopes e Roberto Campos —, para a qual Simonsen entraria como sócio posteriormente. Em 1961, ainda estudante, foi contratado para exercer as funções de professor e consultor do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Nesse mesmo ano, juntamente com Júlio Bozano, fundou a firma de serviços financeiros Bozano, Simonsen & Cia. Ltda., posteriormente Banco Bozano, Simonsen, com sede no Rio de Janeiro. Foi ainda, entre 1961 e 1965, diretor do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e, em 1962 e 1963, diretor da Credisan — Crédito, Financiamento e Investimento S.A. Em 1964, a progressiva polarização política por que passava o país desembocou no movimento político-militar de 31 de março, que depôs o presidente João Goulart. A 9 de abril, foi promulgado o Ato Institucional nº 1 (AI-1) determinando que a eleição do novo presidente da República fosse feita pelo Congresso no prazo de dois dias. Escolhido para o cargo, o general Humberto de Alencar Castelo Branco assumiu a presidência no dia 15 de abril e confiou a formulação e execução da política econômica de seu governo a Otávio Gouveia de Bulhões, nomeado para a pasta da Fazenda, e Roberto Campos, que encabeçou o Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, criado por decreto em 11 de maio de 1964. Os dois ministros concluíram no mês de julho o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) para o triênio 1964-1966, que nortearia a política econômica do país tendo como objetivo principal a luta contra a inflação, situada desde o ano anterior em níveis muito elevados. O plano propunha, além de uma política de estabilização de curto prazo, a realização de reformas que visavam a sustentar o crescimento da economia. No diagnóstico das causas da inflação, o PAEG salientava três fatores: os déficits públicos, a expansão creditícia e as majorações de salários em proporção superior ao aumento da produtividade. Com a finalidade de reduzir o déficit público, foi implementada uma política de cortes nos gastos da União e instituídas as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs), títulos de dívida pública emitidos pelo Estado para financiar seu déficit de forma não-inflacionária. Pela mesma lei que instituiu as ORTN, foi também estabelecido o mecanismo da correção monetária, baseado em coeficientes trimestrais fixados pelo Conselho Nacional de Economia. Com relação à expansão creditícia, foi promovida de imediato uma política de contenção, através da restrição dos empréstimos do Banco do Brasil e do controle da expansão dos meios de pagamento. Como colaborador de Roberto Campos, Simonsen foi o autor da nova fórmula salarial instituída pelo PAEG, através da qual os salários passaram a ser calculados pela média dos dois anos anteriores, à qual eram somados os aumentos de produtividade e o resíduo inflacionário, correspondente à taxa de inflação prevista para os 12 meses seguintes. Setores oposicionistas e lideranças sindicais sustentaram sempre que a estimativa da inflação esteve permanentemente aquém dos índices efetivamente verificados, o que teria provocado uma acentuada deterioração dos salários reais ao longo do período. Trinta anos depois o próprio Simonsen, em depoimento a um suplemento especial do *Jornal do Brasil* dedicado a ele um ano antes de sua morte, confirmou que durante o duro ajuste da economia entre 1964 e 1967, os salários pagos na indústria tiveram uma perda real de 25%. A política econômica implementada pelo novo governo procurava também estimular a expansão do setor de construção civil, que deveria preencher funções cruciais na recuperação da economia em termos de geração de renda e de novos empregos, de disseminação da propriedade privada à classe média, além de contribuir para o equilíbrio das contas externas, dado tratar-se de um setor que pouco dependia de importações. Simonsen e José Luís Bulhões Pedreira foram os autores do projeto que, transformado na Lei nº 4.380, de agosto de 1964, criou o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o Banco Nacional da Habitação (BNH), além de

ser predominantemente de custos (pressão tributária e elevação dos custos financeiros). Por isso adotou um programa que visava estimular a demanda e ocupar a capacidade ociosa, revelando uma flexibilidade que Gudin e seus discípulos (Bulhões, Campos e Simonsen) jamais tiveram.

Diante desse contexto de disputas do modelo econômico que deveria ser adotado para transpor as barreiras do baixo investimento na economia nacional a visão mais desenvolvimentista de Delfim acabou prevalecendo. Não que Delfim fosse um desenvolvimentista nato, mas compreendeu que o modelo monetarista não poderia dar as respostas que a economia brasileira necessitava para impulsionar e dinamizar seus investimentos, inclusive em favor do próprio capital externo. Nessa escolha de itinerários favoráveis ao modelo mais dirigista desenvolvimentista que Delfim soube manejar a política econômica rumo a implementação do PND I de 1969 e II de 1975. É também nesse contexto de disputas entre modelos e atores que Ernane Galvêas assume a presidência do Banco Central substituindo Ruy Leme numa fase conturbada que antecedia a transição do governo Costa e Silva, junta militar e na sequência a sabatina de um duríssimo governo Médici.

Entre a transição de Ruy Leme para a de Ernane Galvêas na presidência do Banco Central alguns acontecimentos marcaram a trajetória dos atores tecnocráticos do Estado. Ernane era diretor da carteira de comércio exterior (CACEX) e aguardava a sua nomeação para assumir um cargo no BID³² em Washington (EUA) quando ocorreu uma divergência com o então presidente do BCB Ruy Aguiar da Silva Leme. Desta

instituições financeiras privadas e instrumentos específicos de mobilização de recursos para o sistema, como as letras imobiliárias e as cadernetas de poupança. Em novembro de 1965, Simonsen passou a integrar o conselho de administração do BNH, juntamente com Hélio Beltrão e Fernando Portela, tornando-se também ainda nesse ano o primeiro diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE), que acabava de ser criada na FGV. Com a substituição de Castelo Branco pelo marechal Artur da Costa e Silva na presidência da República em março de 1967, Bulhões e Campos deixaram os ministérios econômicos e Simonsen, paralelamente ao trabalho acadêmico, dedicou-se nos anos seguintes às atividades empresariais, integrando a partir daquele ano o conselho consultivo da Companhia Docas de Santos. A partir de 1968, passou a fazer parte também do conselho de administração da Mercedes-Benz do Brasil e do conselho consultivo da Companhia de Cigarros Sousa Cruz, funções que só deixaria em 1974. Em 1969, tornou-se vice-presidente do Banco Bozano, Simonsen de Investimento e das demais empresas do grupo Bozano. Em abril de 1970, já no governo do general Emílio Garrastazu Médici, Simonsen assumiu a presidência da recém-criada Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Na ocasião, segundo reportagem publicada pela revista *Veja* posteriormente, chegou a prever a erradicação do analfabetismo no Brasil em dez anos. Com o descrédito do Mobral uma década após a sua criação, o próprio Simonsen reconheceu que havia superestimado a eficiência da instituição (KELLER; GUIDO, 2017).

³² Criado em 1959, além de empréstimos e financiamentos, o BIB também oferece doações, presta assistência técnica, bem como realiza projetos e pesquisas junto a governos, empresas privadas e organizações não governamentais. O Banco é constituído por 48 países, entre eles 26 membros mutuários latino-americanos que têm participação majoritária na organização. Com sede em Washington, nos Estados Unidos, o BID possui representações em todos os países mutuários, além de um escritório regional em Tóquio e outro em Paris. Para atingir seus objetivos, o Banco concentra os seus

maneira cabe capturar o trecho da entrevista de Ernane Galvêas nessa situação que envolveu a demissão de Ruy e a nomeação de Ernane.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil V. 6 (2019, p. 49-50):

Presidente do Banco Central (1968-1974)

O senhor assumiu pela primeira vez a presidência do Banco Central ainda no início do governo Costa e Silva, em substituição ao Ruy Leme, que teria saído em razão de divergências com o ministro Delfim Netto. O que determinou, de fato, a saída do Ruy Leme?

Não houve divergências entre o Delfim e o Ruy Leme. Eles eram amicíssimos, vinham de um escritório de trabalhos técnicos e econômicos em São Paulo, cujo chefe era o Ruy. Evidentemente, Delfim, professor e genial como é, destacou-se mais, por sua capacidade, sua bagagem econômica. Mas o Ruy Leme foi para o Banco Central escolhido pelo Delfim e foi tirado do Banco Central pelo Costa e Silva, criando, inclusive, um grande constrangimento para o Delfim. Em 1968, com a mudança de governo, havia ficado vaga a diretoria do Brasil no BID. Como tinha grande vontade de fazer um estágio no exterior, candidatei-me ao lugar do Vítor da Silva, que estava saindo, e fui nomeado pelo Castelo Branco. Eu ia deixar a Cacex para ser diretor do BID, já havia até arranjado apartamento em Washington, quando o Ruy Leme compareceu a um programa de televisão. O Ruy não era muito bom articulista, nem estava preparado para esse tipo de apresentação. Então permaneceu durante toda a entrevista com um cachimbo apagado na boca e, embora fosse um engenheiro competente, bom matemático, conhecesse muita coisa, respondeu às perguntas um pouco desordenadamente. Ele se perdeu na entrevista, foi muito infeliz, sobretudo por aquele cachimbo apagado, que irritou profundamente o Costa e Silva. E, pelo que eu sei, o Costa e Silva telefonou para o Delfim e lhe disse para tirar o Ruy Leme do Banco Central. E tirar imediatamente! O Delfim ficou muito constrangido. Criou-se um problema sério para ele ter que chamar o Ruy e tirá-lo do Banco Central. Em uma de nossas reuniões matinais no ministério, o Delfim me disse que estava com esse problema. E disse mais o seguinte: “Acho que não tenho alternativa, vou ter que tirar o Ruy Leme. E também não tenho alternativa, vou pedir a você para desistir da ideia de ir para o Banco Interamericano, porque não vejo, dentro do quadro, outra pessoa para assumir o Banco Central senão você”. Eu fiquei bastante abalado com a conversa. Primeiro, pela frustração de não poder fazer a minha experiência no exterior, que eu esperava há muito tempo; e, depois, com a responsabilidade de assumir o Banco Central. Mas processou-se dessa maneira.

Ernane Galvêas assumiu o Banco Central no meio de uma transição carregada de desavenças e algumas compatibilidades com os interesses do mercado financeiro como já havíamos apontado em trechos analisados na biografia do próprio Ruy Leme que remetem a sua passagem final no BCB. A partir de então a carreira profissional de Ernane Galvêas caminhará lado a lado as transformações econômicas que o país passa a trilhar a partir do governo de Emilio Garrastazu Medici em 1969, já com a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I).

esforços em programas sociais, modernização do Estado, competitividade empresarial, integração regional e liberalização do comércio (OIS, 202?).

C) Ernane Galvêas na presidência do Banco Central do Brasil (1968-74 e 1979): crescimento e desenvolvimento periférico do capitalismo brasileiro e suas contradições

O capitalismo dependente brasileiro na segunda fase do regime autoritário após o Ato Institucional número 5 (AI-5) e na mudança de rumo da política econômica sob a batuta de Delfim Neto à frente do Ministério da Fazenda passa a adotar ações de cunho desenvolvimentistas diante da crise de estagnação devido em grande parte a política contracionista anti-inflacionária, também dos próprios entraves da economia mundial. No primeiro momento o imperialismo delegou a tarefa de “limpar o terreno” aos países periféricos que fizeram a sua “lição de casa” de impor a fórceps um modelo econômico que combinasse arrocho salarial brutal, uma política monetária restritiva anti-inflacionária e planos de ajuste de gastos públicos enxuto com um pacote de impostos que beneficiassem os grandes capitalistas, além de políticas de abertura comercial e financeira.

No segundo momento o imperialismo avalizou um modelo mais dirigista desenvolvimentista como forma de expandir os investimentos, principalmente a partir de aportes financeiros internacionais e demais políticas que absorvessem o capital externo na economia brasileira.

Segundo Souza (2005, p. 152-153):

Vimos que, imediatamente após o golpe de 1964, o novo governo ofereceu todas as garantias para to avanço imperialista no país. Os monopólios imperialistas, no entanto, não intensificaram seus investimentos e empréstimos no Brasil até 1968. Em primeiro lugar, esses monopólios estavam esperando que se consolidasse o novo regime, ou seja, que ele se revelasse capaz de realizar a “disciplina” da resistência nacional e popular; isto é, que as forças pró-imperialistas do regime “enquadrassem”, submetessem, as forças nacionais. Em segundo lugar, esperavam que se elevasse a taxa de lucro e se iniciasse a reanimação da economia. Como vimos, foram os elementos nacionais da economia, particularmente o investimento público, que alavancaram essa reanimação. Dadas essas condições a partir de 1968, os capitais imperialistas, impulsionados pela formação de capitais excedentes no centro, principalmente sob a forma de eurodólares, voltaram a invadir agressivamente a economia brasileira sob suas várias formas: sob a forma de investimento direto, elevaram-se de uma média anual de U\$54,2 milhões em 1962-66 para U\$106 milhões em 1967-70; sob a forma de empréstimos e financiamentos, cresceram de uma média anual de U\$318,8 milhões no primeiro período para uma de U\$714 milhões no segundo. Essa entrada maciça de capital estrangeiro, naturalmente, em um primeiro momento, contribuiu para elevar o potencial de acumulação da economia, mas, como veremos, a partir de determinado momento, não só começou a bloquear como também passou a deformar a economia brasileira.

Nesse contexto da economia política brasileira o Banco Central teve um papel bastante intenso de adequação as novas demandas do mercado financeiro, as preocupações com o controle inflacionário, o equilíbrio do déficit público e da dívida externa. Essa adequação também diz respeito a elevada entrada de capitais externos e a expansão do crédito internacional. O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I) e as novas diretrizes de expansão dos investimentos do setor público e da infraestrutura impuseram tarefas adicionais e diferentes em relação ao momento anterior (1964-68). As tarefas do Banco Central podem ser elencadas desde a transição da gestão de Ruy Leme para a de Ernane Galvêas entre os governos de Costa e Silva e Garrastazu Médici.

Se recuperarmos uma passagem da entrevista de Ernane Galvêas conseguiremos compreender melhor o que a própria literatura sobre a economia brasileira do período já abordava no que tange as transformações em alguns momentos distintos. O primeiro da década de 1950 mais estatista com a criação de empresas e instituições públicas, principalmente de suporte a infraestrutura econômica e financeira; o segundo da transição para o regime autoritário com maior abertura e liberalização econômica com ênfase nas empresas privadas entre 1964-68 e o terceiro momento que se inicia a partir de 1969 no governo Médici com o lançamento do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I).

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil V. 6 (2019, p. 76-78):

A gestão da economia de 1964 a 1969 Que avaliação, de caráter geral, poder-se-ia fazer sobre as diferenças que marcaram as políticas econômico-financeiras dos governos Castelo Branco e Costa e Silva? Em princípio, eu diria que houve uma continuidade na política econômica – até escrevi alguns trabalhos a esse respeito.¹⁰ É evidente que, no governo Castelo Branco, foi preciso promover a reconstrução de muitas coisas que, visivelmente, não estavam funcionando bem, ou que haviam sido destruídas nos períodos anteriores. Então, sob a liderança do doutor Bulhões, na Fazenda, e do Roberto Campos, no Planejamento, foi feito um trabalho de peso para a renovação dos institutos jurídicos. Surgiu um grande número de novas leis, de decretos, e fizeram-se várias reformas, para colocar os fundamentos de uma nova orientação na política econômica.¹¹ E isso se fez com um sentido bastante privatista e liberal, numa posição que confrontava com muitos aspectos da política anterior, em especial, mas não apenas a que foi desenvolvida por João Goulart. Desde 1950, vínhamos assistindo a um processo de maior ênfase na intervenção do Estado no domínio econômico, com a criação de muitas instituições públicas. A nova orientação do governo Castelo Branco visava deter a marcha desse processo de estatização, dar maior ênfase à privatização, à iniciativa privada, e abrir uma política liberal, de maior participação dos empresários e menor ingerência do governo nas atividades econômicas. E isso foi feito, muitas coisas foram consertadas. Em 1964, havia uma perspectiva de inflação de 120% ao ano, e o orçamento foi equilibrado por essas

medidas de austeridade na área do doutor Bulhões. No governo Costa e Silva, com o Delfim no Ministério da Fazenda, houve uma continuidade desse processo. Não se alteraram os rumos da política econômica, que achávamos muito consistente e que estava de acordo com as linhas da escola de pensamento dos novos administradores. Houve uma pequena mudança de comportamento e de atitude no que diz respeito à política de crédito, talvez, sobretudo à política de crédito agrícola. O Nestor Jost, na presidência do Banco do Brasil, era marcadamente um homem de fomento da agricultura; e o Delfim, por seu turno, tinha uma grande preocupação em produzir uma expansão substancial da safra agrícola, visando também às exportações. Isso imprimiu uma mudança no comportamento da administração. A administração anterior havia sido excessivamente austera em relação aos gastos públicos e à expansão monetária, tendo chegado a uma recessão, em 1966 e 1967, que foi de certa forma importada, porque havia um declínio das atividades econômicas na área internacional. Nesses dois anos, com a dureza no mercado interno e a recessão na área externa, a economia brasileira sofreu um declínio na sua taxa de expansão. E o Delfim entrou com o ânimo de “fazer chover nas cabeceiras”, irrigar o interior do Brasil com maior expansão de crédito, no sentido de ativar a agricultura. Isso produziu, realmente, alguns resultados, mas talvez tenha produzido também um prazo mais prolongado para o processo de estabilização monetária. De qualquer forma, essa mudança de atitude não interrompeu a visão do governo em relação à inflação: havia que combater a inflação, havia que jogar a inflação para um patamar suportável pela sociedade brasileira e que não pusesse em risco as taxas de investimento e o processo de desenvolvimento econômico. E isso foi feito com base na mesma concepção, na mesma filosofia e segundo as mesmas regras liberais, mantendo-se as políticas monetária e fiscal. A política cambial foi modificada, com a introdução, em 1968, do programa das minidesvalorizações. Mas, desenvolvendo-se mais ou menos a mesma política, conseguiu-se reduzir a taxa de inflação, que já no período Bulhões-Campos vinha caindo. De uma perspectiva de 120%, a inflação caiu para 80%, depois para cerca de 50%, para 20% em 1972, e 15% no período 1973-1974. Foi um tremendo resultado! Pode-se dizer que as duas administrações foram bastante complementares.

Apesar do depoimento de Galvêas apontar os acertos do regime autoritário de uma maneira pouco distante, algumas das suas considerações contribuem para explicar os momentos distintos da economia brasileira entre meados da década de 1950 até a entrada da década de 1970 numa política que combina desregulamentações e liberalizações do mercado financeiro e do comércio com um dirigismo estatal através da criação de empresas e investimentos públicos a partir da tomada de crédito internacional em grande escala. E foi a partir dessas mudanças na organização da economia política brasileira que o Banco Central prepara o terreno para organizar a administração do déficit público e a própria dívida pública no interior de uma instituição tecnocrática financeira que se aperfeiçoa com a chegada do FED (Federal Reserv) dos EUA.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil V. 6 (2019, p. 84):

A equipe do Banco Central permaneceu a mesma? Nada mudou na equipe do Banco Central, com exceção do Carlos Brandão, que eu trouxe da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac). Era um homem do [Ignácio] Tosta Filho, que também foi diretor da Cacex, e muito organizado, muito disciplinado, muito criativo. Então, resolvi trazê-lo, mesmo não sendo economista, porque havia vários economistas no Banco Central, mas nenhum com o perfil que me parecia adequado para reorganizar o problema da dívida pública. Achei que, embora ele não fosse economista, eu poderia prepará-lo e, com o tempo, ele acabaria aprendendo as coisas do mercado. Mas era um grande disciplinador, tinha um bom comando sobre os funcionários, e tudo isso eu vi nas diversas vezes em que nos encontramos nas visitas que fiz à Bahia, a Ilhéus, a Itabuna, onde ele trabalhava, cuidando de cacau. Bom, trouxe o Brandão para o Banco Central em princípios de 1969, e começamos a fazer uma reorganização. Organizamos a biblioteca de mercado aberto, preparamos os funcionários, demos cursos, trouxemos economistas do Fed dos Estados Unidos e do Banco da Inglaterra para fazer conferências no Banco Central. À medida que íamos preparando o pessoal, preparávamos também o Carlos Brandão, que estava vendo essas coisas pela primeira vez, mas mostrou uma grande capacidade de adaptação e enorme entusiasmo pelo trabalho. Começamos a fazer uma experiência com os dealers, nomeamos 30 dealers no mercado, corretoras, distribuidoras e bancos, para comprar os papéis públicos.

E ainda (BCB, 2019, p. 85):

Nós tínhamos de anunciar a colocação dos papéis com prazo decorrido e fornecer uma tabela de taxas de juros, para eles poderem comprar. Em muitos casos, garantíamos a recompra. Quer dizer, nós preparamos o mercado. De fato, começaram a surgir funcionários com maior conhecimento em matemática, foram aprendendo o mecanismo, e nós também ganhamos uma experiência suficiente para separar o mercado: o que era déficit público que precisava ser financiado com Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN), e o que era política monetária que deveríamos fazer com um papel diferente. Foi quando criamos as Letras do Tesouro Nacional (LTNs). Isso foi em 1969. Aí já começamos, dentro de uma teoria econômica de política monetária, a trabalhar com dois papéis: “Vamos financiar o déficit público vendendo ORTNs com correção cambial, e vamos realizar uma política de curto prazo de enxugar ou expandir os meios de pagamento com operações de open market [mercado aberto],

Essa passagem do depoimento de Ernane Galvêas explica de maneira clara a relação de proximidade entre o imperialismo estadunidense e britânico quando da chegada de tecnocratas vindos desses países para oferecer o treinamento em técnicas do mercado financeiro e lançar serviços mais sofisticados para esse mercado. Técnicos brasileiros em “mercado aberto” foram formados a partir dessa parceria com os bancos centrais dos EUA e da Inglaterra e aperfeiçoamentos de gestão na política monetária foram feitos.

As negociações com títulos públicos e letras do Tesouro Nacional como formas de financiar o déficit público e a própria administração da dívida pública foram conduzidas de uma maneira mais técnica a partir da década de 1970, principalmente num momento que a economia brasileira começava a experimentar a sua fase de

maior crescimento econômico; a despeito da austera política de arrocho salarial e da manutenção de enormes incentivos fiscais aos industriais e a classe dominante doméstica e transnacional. De um lado uma necessidade de aperfeiçoamento técnico por parte dos gestores da política econômica e de outro a continuidade dos mecanismos costumeiros da burocracia estatal autoritária com suas práticas e atores políticos preferidos.

De acordo com Oliveira (1995, p. 32-33):

A centralização do poder; o alijamento dos trabalhadores do cenário político, o esvaziamento do Legislativo e do Judiciário de seus poderes, toma concreta a possibilidade almejada pelos novos donos do poder de se realizar o espantalho entre o Estado, o capital multinacional e a burguesia nacional a ele associada e de se avançar em busca do crescimento a qualquer preço, um dos fortes componentes do corpo teórico da doutrina de segurança nacional. E são os representantes dessas classes e de suas frações que se instalam nos aparelhos do Estado e nos centros de decisão, delineando as diretrizes e as linhas de ação da política econômica e os rumos que a sociedade deveria trilhar.

Nesse pano de fundo que a participação dos tecnocratas como Galvêas passa a ter uma relevância ainda maior numa era de aperfeiçoamento da técnica e da atuação política dos escolhidos para a condução dessas políticas combinadas citadas acima nas considerações de Oliveira. A doutrina de segurança nacional e a forte burocracia autoritária com restrições a participação popular e institucional propiciou o impulsionamento de políticas que favoreceram a burguesia nacional e multinacional sem discussões ou alguma espécie de travamento por parte do poder legislativo ou judiciário. No depoimento de Galvêas a seguir o ator tecnocrático procura explicar que a questão política está dissociada da questão da técnica e da gestão da política econômica no interior das instituições, em particular o Banco Central. As contradições apresentadas possibilitam discutirmos que essa diferenciação na prática termina por ser muito improvável disso acontecer, ainda mais num governo de cunho autoritário ditatorial.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil V. 6 (2019, p. 120-121):

Mas estou falando em relação à sucessão dos governos. Em nenhum momento havia insegurança na equipe quanto à continuidade do trabalho? Não. Contávamos com três elementos muito importantes nesse processo: o ministro Mário Andreazza³³, o Nestor Jost e o Delfim. Todos eram muito pró-

³³ ANDREAZZA, Mário - *militar; min. Transp. 1967-1974; min. Interior 1979-1985. *Mário Davi Andreazza* nasceu em Caxias do Sul (RS) em 20 de agosto de 1918, filho de Atílio Andreazza e de Inês

ximos ao presidente Costa e Silva, embora o Delfim, até então, não conhecesse o presidente pessoalmente. Segundo consta, a sua indicação teria sido uma iniciativa do Roberto Campos. De secretário da Fazenda de São Paulo, tornou-se membro do Conselho do Desenvolvimento pelas mãos do Roberto Campos, e daí teria surgido a sua indicação para o Ministério da Fazenda. Mas tanto o Costa e Silva como o Médici delegaram a ele a formulação e a execução da política econômica. E o Delfim, com o Nestor e o Mário Andreazza, tinham um estreito contato com a Presidência da República, por meio desse relacionamento. E a parte política se desenvolvia por esses canais. De modo geral, o ministro não separa a atividade técnica da atividade política.

Esse seria também o elo, por exemplo, nas questões relativas ao controle da ação dos ministérios, quando da execução orçamentária?

Sim, tudo se resolvia com base nesse entendimento. Com a ida do Leitão de Abreu para o Gabinete Civil, o contato entre ele e o Delfim era permanente, então não havia descompasso entre a política e a política econômica. Mas nem no período em que transcorreu da doença do presidente Costa e Silva até à escolha do presidente Médici, quando o país viveu uma crise sucessória, a equipe econômica passou por momentos de expectativa?

Por pouco tempo, pouco tempo. Durou apenas dois meses até a nomeação do Médici. Não houve alteração maior. E politicamente, como eram encarados os acontecimentos, como eram discutidos?

Discutíamos as questões conscientes de que havia um regime de exceção, embora o Congresso estivesse funcionando. Havia certo controle na parte política, como havia na imprensa, na mídia. Nós vestíamos o uniforme do técnico: “Problema político não é conosco. A nós cabe exportar, importar, controlar a expansão monetária, financiar o déficit público e fazer o país crescer. Esse o nosso problema, o resto não é conosco”.

No primeiro trecho acima Galvêas afirma que o “ministro” não separa a política da política econômica e no trecho final faz questão de enfatizar que os técnicos vestem a roupagem de técnicos e não se envolvem na política. Mas, se levarmos em consideração que as interações entre os ministros e os tecnocratas no interior do aparelho de Estado para dentro e para fora dos subcampos institucionais, onde as regras

Corso Andreazza. Em abril de 1938 sentou praça no Exército, matriculando-se na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Em dezembro de 1940 saiu aspirante-a-oficial da arma de infantaria, em agosto de 1941 passou a segundo-tenente e em abril de 1943 a primeiro-tenente. Em dezembro de 1945 foi promovido a capitão e, nesse posto, tornou-se suplente do conselho fiscal do Clube Militar. Recebeu a patente de major em abril de 1953 e em dezembro de 1960 foi promovido a tenente-coronel. Em 1961, como adjunto do Conselho de Segurança Nacional (CSN), participou, ao lado dos coronéis Válder Pires e João Batista Figueiredo, sob o comando do coronel Golberi do Couto e Silva, dos trabalhos do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações, embrião do futuro Serviço Nacional de Informações (SNI), que funcionava junto à secretaria do CSN. Com o movimento político-militar de 31 de março de 1964 e a posse do general Castelo Branco na presidência da República em 15 de abril, foi nomeado oficial-de-gabinete do ministro da Guerra, general Costa e Silva. Em agosto de 1965 foi promovido a coronel. Logo após a decretação, em 27 de outubro, do Ato Institucional nº 2 (AI-2), que extinguiu os partidos e instaurou eleições indiretas para a presidência da República, marcando o pleito para 3 de outubro de 1966, deu início a uma intensa campanha em favor da candidatura de Costa e Silva. Em 30 de dezembro, ao lado do general Jaime Portela, lançou oficialmente essa candidatura e daí em diante empenhou-se em popularizá-la, apresentando o ministro da Guerra ao público como o “Seu Artur”, liberal e bonachão. Apoiado pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao regime militar criado em abril de 1966, Costa e Silva, candidato único, foi eleito pelo Congresso em outubro. Andreazza foi então convidado para o Ministério dos Transportes, no qual tomou posse em 15 de março de 1967, ao se iniciar o novo governo (FGV, 2017c).

do jogo necessariamente são políticas, então existem correlações de forças, interesses em disputa e múltiplos e diversificados atores que perpassam os respectivos subcampos institucionais. Portanto, é muito comum no discurso dos técnicos aparecerem falas que procurem separar o “mundo” dos técnicos ou tecnocratas dos políticos profissionais. Como se houvesse um distanciamento muito nítido entre os técnicos profissionais e os políticos profissionais diante de contextos econômicos, políticos, sociais e culturais. A ideologia tecnocrática e as práticas nas disputas no interior da burocracia estatal não são indissociáveis como querem ou pensam alguns desses atores. Consideramos relevante tecer algumas considerações em relação a essas questões.

Segundo M. Cobre (1983, p. 292-293):

Assim, a ideologia neocapitalista ou pós-liberal não é uma “nova” ideologia, mas a ideologia burguesa transfigurada para a etapa do capital monopolista. Ela tem uma interpretação para as modificações econômicas (processo de concentração econômica, divisão entre propriedade e controle da propriedade, ascensão da burocracia, etc) e para as modificações políticas (Estado intervencionista, a força do executivo, a crescente burocracia, etc.), de forma a criar formas legitimadoras do poder do grande Capital. A sua marca primeira está na ênfase da *técnica* (ou na *tecnificação da Razão*), como pretensa forma neutra, solucionadora dos problemas “coletivos”. É a reformulação do *racionalismo* presente na ideologia liberal, lá composto com o individualismo, em que cada homem carrega em si uma parcela da racionalidade universal. Essa ligação razão-indivíduo permite a concepção dos *direitos políticos*, além dos direitos civis, como forma de “construir” a ordem burguesa. O racionalismo no “novo” *ethos* unificador se despe desta ligação, pretendendo pairar acima e apesar dos homens, como uma força *ex-machina*.

Essa pretensa neutralidade da técnica esbarra justamente quando traçamos a linha das trajetórias ou biografias dos próprios atores políticos e tecnocratas. Para assumir cargos de relevância no Estado ou nas organizações privadas é preciso passar pelos filtros políticos e sociais como forma de comprovar e legitimar ações e condutas em consonância com a ideologia e as práticas da representatividade capitalista seja em espaços sociais locais, regionais, nacionais ou supranacionais. O propósito desse trabalho de tese como já mencionamos é relacionar as trajetórias dos presidentes do Banco Central com a instituição tecnocrática em si. A relação ator e instituição como objeto de pesquisa sociológico, onde cabem as incursões teóricas e conceituais no contexto sócio-histórico e da economia política mundial na etapa do imperialismo.

No caso dessa pesquisa é necessário destacar mais uma vez que não temos a intenção de mergulharmos nos aspectos técnicos da operacionalidade do Banco Central e nem tão pouco aprofundar a análise econômica *stricto sensu* de cada período específico abordado no contexto da trajetória de cada um dos presidentes do

BCB. Outra observação importante se refere a questão também já mencionada sobre a maneira como analisamos essa trajetória dos atores políticos e institucionais. Utilizamos a entrevista do grupo de pesquisa da história oral do CPDOC-FGV que serviu de base para o livro em vários volumes ***História Contada do Banco Central***. Cada volume dessa coleção tem a parceria do próprio Banco Central e traz a trajetória de cada um dos presidentes do BCB e outros importantes atores políticos da tecnocracia brasileira.

Também utilizamos o próprio arquivo eletrônico do CPDOC-FGV na própria página no site da instituição para complementar algumas das informações como também utilizá-la quando a entrevista com quaisquer dos presidentes não foi realizada por alguma razão. Também são utilizados programas e sites de genealogia, informações em jornais eletrônicos, páginas de busca, artigos científicos e demais documentos a disposição na internet.

De qualquer modo utilizamos o padrão das entrevistas do livro eletrônico ***História Contada do Banco Central*** e arquivos do CPDOC-FGV. Reconhecemos, entretanto, algumas limitações da história oral ou história contada através de entrevistas, mas no que tange a maioria das informações disponibilizadas através dos depoimentos desses presidentes é mais facilmente comprovada devido a eventos históricos serem documentados por jornais e revistas da época na sua grande maioria, assim como comparada por intermédio de outras entrevistas e relatos documentados envolvendo também outros atores envolvidos no mesmo contexto.

Devido a extensão do trabalho optamos nesse momento em não avançar a pesquisa sociológica utilizando o instrumental da genealogia mais bem elaborada; mas registramos que é de suma importância que se quisermos desvelar a relevância das famílias na construção da classe dominante brasileira o instrumental genealógico é indispensável para que consigamos compreender melhor o fenômeno sociológico que envolve os meandros da formação do poder e a raiz da dominação por parte da burguesia brasileira e suas conexões com o imperialismo em alguns casos.

Desta maneira, indubitavelmente devemos considerar a compreensão do fenômeno sociológico que envolve os meandros e a própria origem do poder através do instrumental genealógico como aponta Oliveira (2017, p. 31): “Todas as pesquisas, sejam elas de renda, patrimônio, status, benefícios educacionais, etc., seguem em boa parte a dimensão da reprodução familiar. É aquele tema dentro dessa discussão

de família: **só entenderemos a estrutura social brasileira se a compreendermos como uma estrutura genealógica.**

Como adotamos o critério das entrevistas e do acervo documental do CPDOC-FGV fizemos essa consideração acerca do instrumental genealógico como forma de explicar que se quisermos aprofundar a pesquisa como forma de aperfeiçoarmos a análise sociológica poderemos dar continuidade em outra oportunidade de trabalho, inclusive com o mesmo objeto ou os mesmos atores políticos tecnocráticos.

A partir do contexto em que Ernane Galvêas desenvolveu a sua trajetória profissional e pessoal, mais especificamente nesse subcapítulo que aborda a sua entrada no Banco Central tomamos a iniciativa de incluir algumas de suas atividades à frente não apenas do BCB como também em outras instituições estratégicas de Estado e demais corporações privadas assumindo várias funções.

Seguimos na análise sociológica pela via das biografias também devido ao escopo desse trabalho que procura traçar suas trajetórias individuais e não através da opção pela prosopografia; que, por outro lado seria muito bem-vinda, principalmente porque os atores envolvidos interagem direta e indiretamente por intermédio da política e das instituições de Estado.

A prosopografia é sem dúvida uma técnica de análise sociológica relevante para compreender o fenômeno das estratégias políticas dos atores em conjunto, interagindo entre si no interior dos campos econômico-financeiros, também dos subcampos, principalmente no que tange as trajetórias em comum desses atores dentro dos espaços políticos e tecnocráticos das empresas estatais, mistas e demais instituições de Estado. Devido à ausência de fôlego para essa pesquisa nos concentraremos nas biografias individuais e não coletivas (prosopografias), pelo menos no que diz respeito a esse trabalho de tese específico. Ao mesmo tempo é relevante fazermos algumas considerações acerca da prosopografia para efeito do conhecimento da sua relevância para a análise sociológica quando tratamos de biografias coletivas.

De acordo com Charle (2006, p. 41):

A prosopografia ou biografia coletiva é um método que, após ter sido inventado e praticado sobretudo em história antiga e medieval, muito se desenvolveu nos últimos 40 anos em história moderna e contemporânea. Seu princípio é simples: definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário e análise.

Nesse caso esse recorte “populacional” no método estatístico e prosopográfico está bem delimitado quando escolhemos os presidentes do Banco Central entre 1964 e 1992. Escolhemos esses presidentes desde o primeiro até o último empossado pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello devido a ser o período em que ainda não ocorreu a transição da construção da política econômica para o Plano Real em elaboração, já que a partir de Itamar Franco uma nova diretriz para a montagem do Plano Real modificaria até então a organização da economia política brasileira. Mas, devido ao volume desse trabalho de tese preferimos o caminho das biografias individuais e não coletivas deixando para as considerações finais elaborarmos de maneira ampla muitos dos aspectos em comum entre cada um desses atores políticos e tecnocráticos.

Desta forma, seguimos agora pelo caminho do acervo do CPDOC-FGV da trajetória de Ernane Galvêas.

As passagens anteriores onde destacamos a trajetória de Ernane Galvêas por intermédio das entrevistas do CPDOC-FGV em parceria com o próprio Banco Central na coleção **Histórias Contadas do Banco Central do Brasil** volume 6 – Ernane Galvêas percebemos pelos depoimentos do próprio Ernane que os contextos sócio-históricos, políticos e econômicos interagem com os dois anteriores atores políticos e tecnocráticos Dênio Nogueira e Ruy Leme. Cabe nessa incursão biográfica incluir a sua trajetória a partir da sua passagem como presidente do Banco Central durante o período mais duro da ditadura civil-militar-empresarial no Brasil.

Além de ter participado do momento mais agressivo do regime autoritário no governo Médici; o então presidente do BCB Ernane Galvêas vivenciou o período de maior crescimento da economia brasileira do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento – PND I (1969-74) impulsionado pela avalanche de empréstimos internacionais. Também passou pelas crises do final do acordo de Bretton Woods³⁴ (1944-71) e do

³⁴ *Quarenta e quatro países, inclusive o Brasil, participaram da reunião em New Hampshire (EUA): o mundo vivia a ressaca da crise de 1929, seguida da Segunda Guerra Mundial - Matéria do IPEA – Instituto de pesquisa econômica aplicada. Por **Pedro Henrique Barreto**, de Brasília. Recessão, escassez de crédito, produção em queda, reservas em risco em todo o mundo. Os sons disparados pelo alarme financeiro global nesse início de ano não são inéditos. A experiência anterior, a Grande Depressão de 1929, levou as principais potências a sentarem à mesa e rediscutirem a arquitetura financeira mundial. O encontro de Bretton Woods foi um marco que redesenhou o funcionamento do capitalismo. Hoje, mais uma vez, as principais nações se encontram para tentar ajustar os ventos da economia global. Conseguirá o G-20 desligar o alarme e trazer de volta o equilíbrio?* Em julho de 1944, o sistema financeiro internacional estava despedaçado. As maiores potências do mundo ainda estavam em guerra, mais preocupadas com avanços bélicos que econômicos. A Grande Depressão de 1929 resultou em diminuição drástica de produção, comércio e emprego e lançou toda

petróleo (1973) comandado pela OPEP³⁵ – Organização dos Países Exportadores de Petróleo e o início de uma transição da economia mundial do final do keynesianismo para o neoliberalismo ainda em gestação.

Segundo Carneiro (2010, p. 33):

A desregulação do sistema financeiro ocorrida após a crise do regime de Bretton Woods, nos anos de 1970, levou a uma crescente dominância das finanças na economia, restaurando um padrão característico de um capitalismo desregulado, a exemplo do ocorrido durante o padrão ouro. Esse regime, apesar do dinamismo – e circunscrito a determinadas áreas e países, comparativamente ao período anterior -, sempre foi mais propenso a crises que ocorreram principalmente na periferia do sistema.

No primeiro momento da criação do PND I o país começou a crescer de forma bastante vigorosa mesmo que no turbilhão dessas duas grandes crises mundiais, além da própria crise de acumulação integral do capital na fase do declínio do padrão fordista de produção. O Banco Central seguiu a trilha do turbilhão das desregulações e liberalizações do mercado financeiro de maneira combinada com as exigências do imperialismo. Segundo Fatorelli (2013, p. 18): “O fim da paridade dólar-ouro em 1971, quando a hegemonia do dólar estadunidense já se encontrava mundialmente consolidada, influenciou fortemente o excesso de liquidez internacional, que se transformou em créditos concedidos principalmente por bancos privados internacionais a diversos países latino-americanos administrados por ditaduras militares”.

a sorte de protecionismos: barreiras comerciais, controle de capitais, medidas de compensação cambial. A política que ficou conhecida como “beggar-thy-neighbor” (empobreça seu vizinho), disseminada nos anos 1930 e que primava pelo aumento de tarifas para reduzir déficits na balança de pagamento, era a cartilha dos governos. Foi nessa atmosfera que 730 delegados de 44 países, o Brasil entre eles, encontraram-se na cidade de Bretton Woods, estado de New Hampshire, nos Estados Unidos, para a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas. O objetivo era urgente: reconstruir o capitalismo mundial, a partir de um sistema de regras que regulasse a política econômica internacional (BARRETO, 2009).

³⁵ Como adiantamos, a sigla Opep significa Organização dos Países Exportadores de Petróleo, caracterizada como uma organização intergovernamental, criada no dia 14 de setembro de 1960, em Bagdá, com os cinco países fundadores. Em 1965, a sede passou a ser em Viena, na Áustria. Essa criação se deu devido à necessidade de os países produtores do petróleo se tornarem mais fortes perante as empresas que compravam o produto que, em sua maioria estavam nos Estados Unidos, Países Baixos e Inglaterra. As grandes empresas petrolíferas eram conhecidas como as sete irmãs, pois tinham o monopólio do petróleo desde a exploração até a comercialização. As grandes corporações eram as norte-americanas Texaco, Exxon, Amoco e Chevron; a britânica British Petroleum e a anglo-holandesa Royal Dutch Shell. Juntas, conseguiam controlar o mercado mundial petrolífero. Portanto, na época, os países produtores não se beneficiavam de forma proporcional com a exploração do produto. Isso porque a maior parte do lucro ficava nas mãos dessas grandes empresas estrangeiras, que eram responsáveis pela extração, refino, transporte e venda do petróleo. Além disso, eram elas quem definiam o percentual pelo direito à exportação do petróleo e o valor pago. Então surgiu a Opep como forma de barrar as sete irmãs, visando centralizar as políticas sobre a produção e a venda do petróleo nos países membros. Por outro lado, há controvérsias, já que alguns analistas políticos acreditam que ela seja um cartel para reduzir a concorrência no mercado, controlando, assim, a produção e o valor do petróleo a nível mundial (CAPITAL NOW, 2020).

É nesse pano de fundo que o Banco Central está inserido no cenário internacional sob a hegemonia dos EUA em um momento de crise do sistema capitalista. Ao mesmo tempo transformações importantes no mercado financeiro foram realizadas nesse período que coincide com a gestão de Galvêas a frente do Banco Central. Podemos destacar algumas dessas mudanças consideradas importantes.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil V. 6 (2019, p. 92-94):

A organização do sistema financeiro Uma das reformas institucionais que não foram concluídas na gestão Bulhões-Campos foi a do sistema financeiro. Como se deu a sua implementação no período que o senhor e o ministro Delfim Netto conduziram?

Que desafios específicos se ofereceram para a equipe econômica no primeiro momento? Para responder a essa questão, é necessário retroagir um pouco na história. A primeira década que se seguiu à Segunda Guerra Mundial encontrou o sistema financeiro brasileiro muito atrasado: os bancos comerciais praticamente só faziam desconto de borderôs de duplicata – o banqueiro se limitava a receber os borderôs com as duplicatas e descontá-los, fazia conta-corrente garantida –, havia um pouco de crédito agrícola no Banco do Brasil, e o resto era inexistente. Era realmente um sistema primário. E também muito fragmentado. Mas essa fragmentação não era muito importante, porque eram todos bancos comerciais, não havia outras instituições financeiras. As companhias de seguro financiavam a construção imobiliária, e bancos comerciais faziam o movimento mercantil. Mas o Brasil iniciou seu processo de industrialização, com a produção de automóveis, refrigeradores, fogões, e criou-se um mercado de consumo que começou a pressionar o sistema financeiro no sentido de uma mudança. Com a inflação e com essa pressão, os mecanismos foram sendo descobertos para atender à pressão da demanda. A primeira providência adotada para permitir o financiamento de bens de consumo ocorreu no tempo do ministro Mariani, quando o sistema passou a vender Letra de Câmbio com ágio. O Conselho da Sumoc foi permitindo o surgimento de instituições financeiras não bancárias, de sociedades financeiras de crédito, financiamento e investimento. Algumas se voltaram para os fundos de investimento, outras, para o crédito ao consumidor, e, na medida em que se faziam sentir as pressões do consumo, o sistema bancário ia se modelando em determinada direção, abrindo novos segmentos. E sem orientação estatal? Praticamente não houve qualquer orientação até 1964. Com isso, o número de instituições financeiras ampliou-se de maneira expressiva. Esse aspecto constituiu maior preocupação para o senhor ao se debruçar na reorganização do sistema bancário? Sem dúvida. Era necessário promover um processo de enxugamento, favorecendo as fusões e as associações, e ao mesmo tempo enfrentar o problema da fragilidade do sistema. O sistema havia crescido muito com a própria inflação, que estimulou a criação de agências para a captação de depósitos à vista, e estava muito pulverizado. Com o processo declinante da inflação, os bancos começaram a se ressentir dessa situação. Algumas instituições bancárias tiveram problemas de administração, outras de liquidez e insolvência, e passamos uma boa temporada tentando resolver esses problemas.

O sistema financeiro brasileiro ainda era rudimentar no momento da criação do Banco Central e com a avalanche financeira de liquidez internacional, a expansão dos investimentos públicos na infraestrutura e com o aumento da complexidade das

transações interbancárias e bancárias houve a necessidade de aperfeiçoamento do mercado financeiro onde o Banco Central era a engrenagem da intermediação dos negócios entre o capital produtivo e o mercado financeiro. O Banco Central passa também a cumprir as funções de saneamento do sistema financeiro e de maneira indireta termina por ser o responsável também pela concentração desse mesmo mercado.

Paralelo a isso a carreira de Galvêas segue acumulando e lapidando seus capitais sociais, políticos e econômicos interna e externamente ao setor público.

De acordo com Lopes (2017a), em verbete para o acervo eletrônico do CPDOC – FGV,

Posteriormente, por aproximadamente quatro anos, dedicou-se mais intensamente à área privada. Ainda em 1974, assumiu a vice-presidência da Aracruz Celulose, projeto no Espírito Santo reunindo capital nacional — privado e estatal — e estrangeiro. Em agosto do ano seguinte foi eleito membro do conselho consultivo da Intercontinental Empreendimentos — Engenharia, Indústria e Comércio, do Grupo Financeiro Intercontinental.

Em 1979, no início do governo João Figueiredo, voltou a ocupar cargos públicos. Em maio, assumiu a presidência do conselho diretor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec) e, em agosto, retornou à presidência do Banco Central, em substituição a Carlos Brandão, que se incompatibilizara com o ministro da Fazenda, Carlos Rischbieter, em torno das idéias de reforma do sistema financeiro e, principalmente, do *open market*. Nessa mesma ocasião, o ministro-chefe da Secretaria de Planejamento, Mário Henrique Simonsen, demitiu-se, sendo substituído por Delfim Neto, que ocupava a pasta da Agricultura.

Observemos nessa passagem que na continuidade da sua carreira profissional Ernane Galvêas assumiu três grandes cargos com suas respectivas funções no setor privado até retornar ao Banco Central novamente em 1979. Em 1974 assumiu a vice-presidência de uma grande companhia nacional como a Vera Cruz celulose e que tinha parcela de investimentos estatais e até do capital estrangeiro. Foi eleito membro do conselho consultivo da intercontinentais empreendimentos — engenharia, indústria e comércio, do grupo financeiro intercontinental; e ainda assumiu a presidência do conselho diretor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec) entre a saída do Banco Central em 1974 e seu retorno em 1979.

Entre uma personagem de carreira tecnocrática entre o início da década de 1940 a partir do Banco do Brasil até chegar à presidência do Banco Central quase trinta anos depois muitos “capitais” segundo Bourdieu foram conquistados, acumulados e lapidados durante essa trajetória. Podemos afirmar que esse ator tecnocrático também se tornou político para permanecer acumulando capitais no interior do

“campo” e do “subcampo econômico-financeiro nas instituições tecnocráticas estratégicas brasileiras.

Através do acúmulo desses capitais Galvêas conseguiu se transformar de um homem pertencente a elite tecnocrática a um membro da classe dominante inserido nos aparelhos de Estado e nas instituições capitalistas privadas nacionais e estrangeiras, participando como diretor, conselheiro e consultor. Não se trata apenas de um indivíduo empregado ou funcionário de grandes empresas ou instituições, mas sim de um ator político e tecnocrático, além disso, uma relevante personagem estratégica do capital agora no sentido marxista do termo.

Sendo assim, não trataremos Ernane Galvêas como uma elite nesse momento da carreira, mas sim de um alto executivo burguês do estado capitalista e da “iniciativa privada”. Sendo assim, considero apropriado posicioná-lo como ator estratégico da engrenagem do sistema capitalista e como membro de alto escalão da classe dominante e sua condição e posição social, econômica e política condiz com essa estatura, assim comprovada documentalmente na sua biografia.

Segundo Bertaux (1979, p. 77):

No seio da burguesia, a família burguesa marcha pela herança e pela mais-valia. Essa base econômica é exterior à família: o único vínculo visível entre a família e a sua base é a conta bancária e o tabelião. A família burguesa *consome*: esse consumo é totalmente improdutivo, já que os membros da família não trabalham (embora possam ser ocupados) e a fração da mais-valia consumida (a conta bancária pessoal é tirada da acumulação de capital.

A extração da mais-valia é obtida como sabemos pela exploração em alta intensidade sobre o trabalhador. Um alto executivo ou tecnocrata não é o proprietário direto dos meios de produção, mas no capitalismo contemporâneo na fase neoliberal do imperialismo os grandes gerentes ou administradores do capital são peças cruciais nessa engrenagem e assim como os patrões diretos produzem diversos mecanismos de construir empreendimentos e mobilizar recursos, em especial as aplicações em negócios do mercado financeiro. Ernane Galvêas não marcha segundo as heranças do grande capital no sentido marxista, mas lapidou seus “capitais” bourdieusianos na administração dos recursos diante do capitalismo monopolista de Estado, onde grandes milionários e bilionários fazem fortuna. A mais-valia é extraída pelos grandes negócios da burguesia nacional e internacional e seus executivos de alto escalão e relevância participam de uma fatia desses recursos advindos da exploração dos trabalhadores e dos recursos orçamentários do Estado.

Na segunda gestão de Ernane Galvêas à frente do Banco Central o governo era do general João Batista Figueiredo a partir de março de 1979 e nessa fase o ator político e tecnocrático também se firmava como grande executivo de corporações econômicas nacionais e estrangeiras, além do mercado financeiro.

De acordo com Lopes (2017a), em verbete para o acervo eletrônico do CPDOC – FGV,

A posse de Ernani Galveias no Banco Central ocorreu num momento em que se registrava uma expansão de 51,5% nos meios de pagamento. Logo que assumiu, referiu-se à meta de 30% de expansão para os meios de pagamento naquele ano, reafirmando-a como objetivo do governo, mas chamando a atenção para o cuidado de implementá-la sem o risco da recessão. Em setembro de 1979, anunciou o objetivo de eliminar a compra de papéis no *open market* com cheques administrativos, visando a reduzir os volumes transacionados no mercado. Convenceu o ministro da Fazenda, Carlos Rischbieter, a implementar, em dezembro, uma maxidesvalorização de 30% do câmbio. Deixou a presidência do Banco Central cinco meses depois, quando foi nomeado ministro da Fazenda e substituído no Banco Central por Carlos Geraldo Langoni. Galveias assumiu a pasta da Fazenda em janeiro de 1980, em substituição a Carlos Rischbieter, que pedira demissão devido a divergências com a orientação que vinha sendo imprimida pelo ministro do Planejamento, Delfim Neto. Na medida em que sua afinidade com Delfim Neto era notória, o fato de ter sido escolhido o novo ministro significou uma tentativa do governo de recompor o equilíbrio ministerial, tendo como eixo a pasta do Planejamento. No discurso de posse, Galveias definiu sua área de competência: “a administração do balanço de pagamentos e do orçamento monetário”, numa atuação “intimamente entrosada com a Secretaria de Planejamento e os demais ministérios da área econômica”. Em fevereiro de 1980, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), de orientação governista, criado após a reforma partidária de 29 de novembro de 1979, que revogou o bipartidarismo. Na ocasião, filiaram-se também o presidente do Banco do Brasil, Osvaldo Colin, o presidente da Caixa Econômica Federal, Gil Macieira, e o presidente do Banco Central, Carlos Langoni. Em março de 1980, acompanhou o ministro Delfim Neto aos Estados Unidos, numa viagem de contato com os meios financeiros. De volta ao Brasil, referiu-se publicamente à oportunidade daquela viagem, afirmando que a apresentação de uma “visão correta” das perspectivas da balança comercial e do balanço de pagamentos do país para aquele ano abria a possibilidade de novos empréstimos por parte dos banqueiros americanos, até então inseguros com os números projetados pelos relatórios anteriores. Apesar de ter assumido a pasta da Fazenda em perfeita harmonia com os demais ministérios e com os princípios da política econômica que o governo Figueiredo visava implementar, teve uma atuação controvertida, devido a atitudes tomadas ainda no primeiro ano de sua gestão. Em março de 1980, autorizou Langoni a vender no mercado grandes quantidades de ações de empresas estatais e a negociação de 150 milhões de ações da Companhia Vale do Rio Doce em quatro dias provocou um escândalo que chegou a ameaçar sua posição de ministro. Nessa ocasião, foi alvo de fortes críticas por parte da oposição no Congresso e teve que comparecer àquela casa para prestar esclarecimentos. Justificou a adoção da medida pela necessidade de suprir um problema da caixa do Tesouro, que precisava repassar recursos para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) a fim de atender ao Programa Nacional do Alcool (Proálcool), que se encontrava com defasagem de recursos. Em outubro, um outro fato repercutiu negativamente junto à opinião pública. Voltando de Nova Iorque, onde estivera em missão oficial, fez com que a rota do avião comercial em que viajava, e cujo destino era o Rio de Janeiro, fosse desviada para o pouso extra

em Brasília, uma vez que ele deveria acompanhar o presidente João Figueiredo numa viagem ao Chile e não havia tempo para conexões aéreas.

Quando retorna ao Banco Central no início do governo Figueiredo se enquadra rapidamente a equipe econômica reencontrando Delfim Neto no ministério do Planejamento e de maneira bastante confiável assume a pasta de ministro da Fazenda estabelecendo uma dobradinha com Delfim. Participa de diversas negociações nos EUA envolvendo a dívida externa brasileira e a hiperinflação, além de acordos para captar empréstimos junto ao FMI.

Figura polêmica nas suas ações frente ao enfrentamento das dificuldades econômicas brasileiras e em situações pontuais como no caso que envolveu o desvio da rota do avião que vinha dos EUA para o Rio de Janeiro. A pedido do ministro Galveias o avião teve que fazer uma parada em Brasília para que Galveias encontrasse o presidente Figueiredo. A força política do ministro Galveias pode ser comprovada através da sua credibilidade junto ao governo, onde tinha o aval para as suas ações econômicas e financeiras. Se filiou partidariamente em 1980 ao PDS – Partido Democrático Social, sigla que substituiu a ARENA – Aliança Renovadora Nacional (partido ligado diretamente aos militares) e conseguiu levar consigo boa parte da equipe governamental daquele período. Sua credibilidade política é comprovada pela sua atuação também nos bastidores como hábil articulador político, além de ser considerado um operador do mercado financeiro e de ações para o setor privado através da sua posição de destaque no governo. Tanto que a venda de um grande volume de ações de empresas estatais no mercado, entre elas a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) agradou o mercado financeiro a despeito das fortes críticas que sofreu dos opositores. Um ator político e tecnocrático dessa envergadura e com forte inserção no setor privado não pertence mais a uma determinada elite, mas sim, como membro da burguesia ou da classe dominante.

Outra questão chave da classe dominante reside na sua capacidade de transmissibilidade das heranças, não apenas na forma de propriedades e bens materiais, mas tão importante quanto pela via das interações que estabelecem relações de produção e de poder. Quanto a isso poderíamos verificar ou constatar se a questão familiar geracional se reproduz através das gerações, mas para isso teríamos que mergulhar na genealogia como técnica sociológica indispensável para esse propósito.

De acordo com Bertaux (1979, p. 79):

O que estabelece a instituição da herança é a transmissão de uma relação; ela é a relação de transmissão de uma relação. E como, além do mais, o capital é uma relação social e não uma coisa, a herança deve ser concebida como uma relação de transmissão de uma relação a uma relação. Mais ainda do que nas relações de produção, que pelo menos passam por formas físicas e introduzem práticas de apropriação real, tudo aqui são relações sociais instituídas, relações puramente jurídicas: é o reino silencioso do Direito.

Esse processo de transmissibilidade com sua capacidade de reproduzir essas ditas relações sociais instituídas podem ser empiricamente comprovadas pelas análises sociológicas levando em consideração pesquisas genealógicas da classe dominante de famílias de longa duração. No caso de Galveias podemos afirmar como dissemos anteriormente que a sua trajetória profissional e pessoal corresponde a de um membro da classe dominante, mesmo que a princípio não fosse o caso partindo da sua própria narrativa. Daí outro questionamento importante acerca da história oral e contada, isto é, até que ponto podemos considerar o depoimento de membros da elite ou da classe dominante como fidedigno a sua herança histórica familiar.

Por isso chamamos a necessidade da pesquisa genealógica como ferramenta indispensável para descortinarmos a origem familiar desses atores relevantes. Entretanto, a partir da constatação das suas limitações, a história oral ou contada contém elementos preambulares relevantes para que possamos iniciar a pesquisa biográfica, e assim encontrarmos fortes indícios comprobatórios dos elementos constitutivos que definem, a princípio, os indivíduos no espectro do pertencimento de uma determinada elite ou da própria classe dominante. Quanto a trajetória de Galveias terminamos por apresentar a sua passagem política e profissional até a transição para a redemocratização do país.

De acordo com Lopes (2017a), em verbete para o acervo eletrônico do CPDOC – FGV,

Em setembro de 1982, o México declarou a moratória das obrigações de sua dívida externa e os bancos credores responderam com o corte das linhas interbancárias e de comércio dos países devedores, agravando a vulnerabilidade desses. Esse episódio ficou conhecido como “setembro negro”. Nessa ocasião, liderou, com Delfim e Langoni, a equipe brasileira que promoveu, através de sucessivas reuniões no Brasil e no exterior, a renegociação da dívida externa do país, que já ultrapassava os 80 bilhões de dólares. O governo decidiu também recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para a obtenção de recursos considerados necessários à recuperação financeira. Medidas de contenção econômica de diversas ordens começaram então a ser implantadas em atenção às exigências do FMI. Em fevereiro de 1983 promoveu outra desvalorização cambial de 30% visando à recuperação do saldo na balança comercial e do equilíbrio no balanço de pagamentos. Em maio, admitiu a dificuldade para cumprir as metas trimestrais assumidas com o FMI

e o risco no atraso do saque de uma parcela do empréstimo feito pela instituição. Ainda em maio, viajou a Nova Iorque e foi agraciado com o título de “Homem do Ano” pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. Em julho de 1984, demonstrou entusiasmo com o cumprimento, nos dois primeiros trimestres, dos cinco principais programas acertados com o FMI. Tais programas estavam relacionados, na área externa, aos níveis de reserva e do endividamento e, na área interna, ao crédito líquido interno e ao déficit nominal e operacional do Tesouro. No entanto, admitiu a persistência inflacionária, descartando o uso de medidas drásticas para a sua redução ainda durante o governo João Figueiredo. Com a assunção de José Sarney à presidência da República, em março de 1985, deixou o Ministério da Fazenda, sendo substituído por Francisco Dornelles. Avaliando a política econômica da Nova República, criticou o plano de combate à inflação — o Plano Cruzado —, argumentando que o congelamento de preços implicaria o aumento do consumo, a escassez do abastecimento, ágios e filas e não seria uma medida sustentável a longo prazo, apenas mascarando a inflação e reduzindo a produção. Discordou frontalmente da opção da equipe econômica do governo de interromper os entendimentos com os credores da dívida externa, estabelecidos durante a sua gestão no Ministério da Fazenda, e declarar moratória. Em julho de 1987, argumentando que melhorias sociais estão necessariamente condicionadas ao progresso e ao desenvolvimento econômico, manifestou o seu desacordo com algumas propostas apresentadas na Assembleia Nacional Constituinte, especialmente as que propugnavam uma ampliação da ação do Estado na economia e a ampliação dos direitos dos trabalhadores “às expensas da liberdade de decisão empresarial”. Para Galveias, essas propostas representariam uma tendência ao sufocamento do sistema capitalista e a disposição de impor pela força as regras de um regime social comunista. Em janeiro de 1988, defendeu, como a saída para a diminuição do déficit público e da inflação, o aumento da arrecadação líquida do governo, com a redução de subsídios e outras transferências de recursos. Consultor econômico da Confederação Nacional de Comércio (CNC) a partir de 1991, cinco anos depois integrou um órgão consultivo do governo do Espírito Santo, criado pelo governador Vítor Buaiz (Partido dos Trabalhadores) para apresentar projetos estratégicos para o estado. Dedicou-se também ao magistério, tendo lecionado comércio internacional, na Faculdade de Ciências Econômicas da Guanabara, e moeda e crédito, na Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro. Foi acionista minoritário da Cobesa, empresa de consultoria e investimentos. Em 2008, tornou-se membro do conselho administrativo da Aracruz Celulose.

Nessa última parte da apresentação da biografia de Galveias podemos ratificar a nossa posição sobre o pertencimento do presidente do Banco Central e ministro do final da ditadura civil-militar-empresarial à classe dominante, mesmo que a priori, no início da sua carreira até a chegada à presidência do Banco Central pela primeira vez em 1968 enquadrá-lo como pertencente a uma elite política e tecnocrática. Se a sua origem não se enquadra a um membro da classe dominante e, se não conseguiu por alguma razão reproduzir a transmissão de uma relação a uma relação segundo Bertaux isso não implica afirmarmos que ele não está posicionado como membro da classe dominante.

Notem alguns de seus “capitais” adquiridos e lapidados nesse último período da sua carreira e constatamos sua inserção no círculo dos grandes atores políticos e

econômicos. Foi considerado o “Homem do Ano” pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. Em julho de 1984, consultor econômico da Confederação Nacional de Comércio (CNC) a partir de 1991; cinco anos depois integrou um órgão consultivo do governo do Espírito Santo, criado pelo governador Vítor Buaiz (Partido dos Trabalhadores - PT) para apresentar projetos estratégicos para o Estado. Também foi professor de economia e finanças em instituições de ensino superior no Rio de Janeiro, acionista minoritário da Cobesa, empresa de consultoria e investimentos e terminou sua trajetória como membro do conselho administrativo da Aracruz Celulose em 2008.

Mais um destaque na carreira de Galveias é o fato de também ter se tornado professor de ensino superior, consultor, acionista e conselheiro de grandes empresas ratificando com isso a sua posição no campo econômico e financeiro como ator relevante da classe dominante a despeito da sua capacidade de conseguir reproduzir seus capitais através das relações sociais no interior da família.

4.1.4 Paulo Hortêncio Pereira Lira – Presidente do Banco Central do Brasil (1974-79)

Apresentamos o quarto presidente do BCB que assumiu seu mandato no início do governo do general Ernesto Geisel, onde permaneceu durante toda a gestão presidencial.



A partir desse relevante ator político e tecnocrático iremos nos concentrar mais nos aspectos sociológicos das trajetórias dos presidentes do Banco Central não negligenciando evidentemente; claro, os processos sócio-históricos que necessitamos contextualizar em termos políticos, econômicos e sociais. Essa consideração refere-se ao fato de termos avançado de maneira bastante robusta nos capítulos anteriores

e nos próprios presidentes do BCB acerca da criação da instituição e também do contexto da sociologia histórica e política, além é claro da abordagem no que tange a economia política internacional e brasileira, apresentando um panorama geral macro estruturante.

A) Origem familiar

Os pais vieram da Paraíba para o Rio de Janeiro antes de 1930 e se estabeleceram na então capital da república. São eles José Pereira Lira e Beatriz de Almeida Pereira Lira. Paulo nasceu em 1930 filho de um advogado de notório prestígio, assim como um político constituinte em 1934 e chefe da câmara em 1937. Seu pai José Pereira Lima trouxe na bagagem capitais familiares que possibilitaram o “nobre” advogado e político de se destacar já na chegada ao Rio de Janeiro. O pai de Paulo também foi professor de direito civil na antiga Faculdade de Direito da Universidade Estadual da Guanabara (UEG), mais conhecida hoje como UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), tinha uma banca de advogados atuando junto a nomes renomados, trabalhou como chefe de polícia e chefe de gabinete na casa civil do então presidente Eurico Gaspar Dutra, além de ter sido ministro no Tribunal de Contas. Foi o responsável por levar o Tribunal de Contas para Brasília e depois ainda atuou como professor de direito civil na recém-criada Universidade de Brasília (UNB) na década de 1960. Partimos da síntese dos relatos de Paulo Lira na entrevista concedida ao CPDOC-FGV em parceria com o Banco Central na obra volume 7 **Histórias Contadas do Banco Central do Brasil** para elucidarmos de largada o berço a qual pertence o presidente do Banco Central Paulo Lira (1974-79). Não estamos utilizando nenhuma ferramenta de busca genealógica como já dissemos, mas a priori conseguimos identificar pelas inserções de seu pai em vários campos e subcampos sociais que se trata de uma família distinta em termos econômicos, políticos, sociais e culturais.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil VII. 6 (2019, p. 15):

Quando e onde o senhor nasceu? De onde é sua família? Nasci em janeiro de 1930, no Rio de Janeiro. Meus pais eram da Paraíba. Pouco antes de 1930, meu pai, que era advogado, transferira-se para o Rio, para fazer carreira aqui. Chamava-se José Pereira Lira. Durante certo tempo, ele também fez política. Foi constituinte em 1934 e, em 1937, quando houve o golpe do Getúlio, era o primeiro- -secretário da Câmara. Lembro até que, no dia do golpe, ele foi lá na Rua do Catete e teve uma conversa com Pedro Aleixo, que era o presidente da Câmara. É uma das coisas mais antigas de que me lembro. Enfim, depois disso, ele se encaminhou mais para a parte profissional, tinha uma banca de

advogado aqui no Rio. Trabalhou com Evandro Lins e Silva, com Antônio Gallotti e foi advogado da Light. Também era professor de direito civil na antiga Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual Uerj. Ensinou a vida toda. Em 1946, participou do governo [Eurico Gaspar] Dutra. Foi chefe de polícia aqui no Rio, que era uma posição, na época, muito importante. Depois foi para a Casa Civil e lá ficou até terminar o governo. Em seguida, foi para o Tribunal de Contas. Foi ele quem levou o Tribunal de Contas para Brasília. Lá se entrosou na Universidade de Brasília e continuou ensinando direito civil.

Outro aspecto importante no relato de Paulo Lira foi a atuação de seu pai como advogado de uma grande companhia multinacional de energia elétrica Light. Sua parceria com advogados e políticos de renome e prestígio, sua atuação no campo acadêmico o coloca em posição privilegiada em vários campos e subcampos estratégicos por intermédio de diversos capitais conquistados e ampliados ao longo de décadas como o trecho da entrevista com o Paulo mostrou objetivamente. Isso nos coloca uma questão primordial que desde o início dessa tese discutimos; o caráter do aprendizado e das formas de internalização de componentes psicossociais que os indivíduos assimilam no decorrer de suas trajetórias para que possam conquistar, acumular e ampliar “capitais” nos mais variados campos e subcampos sociais durante a vida. No caso de Paulo Lira o mesmo herdou muitos dos capitais familiares que o permitiram adquirir “capitais” estratégicos para o avanço da sua carreira e de seu projeto de vida. Essas estratégias de como disputar esses capitais diante de regras gerais e específicas no campo social permitem que determinados atores possam atingir seus objetivos de conquista de capitais relevantes e diferenciados no que tange ao alcance do poder e de certos privilégios ou vantagens sociais.

Segundo Lallement (2004, p. 181-182):

Da análise estrutural de Bourdieu vai herdar uma intuição fundamental: a da importância dos sistemas de relação (entre indivíduos, grupos e classes) para compreender os fenômenos sociais. Bourdieu critica e corrige apesar de tudo o método estruturalista de dois modos. Ele critica primeiramente essa análise pelo fato de ignorar o sentido que os agentes conferem a seus atos, sentido que, no entanto, orienta a sua prática. À noção de regra Bourdieu acrescenta, em segundo lugar, a de estratégia. Isto é importante, caso se queira considerar que os agentes sociais têm capacidade para enfrentar situações imprevistas sem cessar novas. Nos diversos terrenos da vida social, eles sabem como equilibrar meios e fins para conseguir bem escassos (capitais e legitimidade). Nesta perspectiva, Bourdieu Define a sociedade como um espaço pluridimensional em que se posicionam grupos sociais. O valor discriminante dessas posições relativas aparece no jogo diferenciado das práticas.

Essas considerações acima são importantes para destacarmos o caráter essencial das estratégias para adentrar e disputar os espaços sociais nos mais variados campos e subcampos. Antes mesmo de abrirmos essa citação dissemos que o campo

social tem regras gerais e específicas. O “campo” social é múltiplo, onde existem desde o econômico, político e o cultural no sentido geral. Esse enorme campo de lutas entre as classes sociais como Marx descortinou como sendo uma luta de classes diz respeito a uma disputa maior entre os trabalhadores mundiais e os povos oprimidos contra os patrões no modo de produção capitalista e agora o Estado que cada vez mais representa os interesses da classe dominante. Paralelo a isso existem vários “campos” em disputa também pelas elites e pela classe dominante. Para cada “campo” existe uma regra e uma ou até mais estratégias para disputar esse jogo. Os herdeiros do poder ou as elites privilegiadas recebem “capitais” ou adentram aos espaços onde ocorrem esses jogos em disputa em cada campo e subcampo com vantagens (cartas como a de um “coringa” nas mãos) e as utilizam ao longo desses jogos em disputa. Paulo Lira é herdeiro direto de uma família que tem um pai com um enorme conjunto de “capitais” que possibilita essa transferência de privilégios de largada rumo a uma trajetória bastante densa em termos desses “capitais” como veremos a seguir.

B) Cabedal intelectual na formação educacional e carreira profissional

Paulo Lyra inicia sua trajetória acadêmica no curso de Direito, mas logo em seguida por intermédio do seu pai passa uma temporada de um ano nos Estados Unidos estudando Lógica e outras áreas do conhecimento na Universidade de Columbia. Ao retornar conclui mais um ano de Direito, mas logo em seguida em 1951 entra para a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas que no início funcionava na Fundação Getúlio Vargas – FGV no Rio de Janeiro. Segundo o relato do próprio Paulo Lira o novo currículo de economia foi organizado pelos professores Eugênio Gudim e Octávio Gouvêa de Bulhões dois dos principais mentores intelectuais do liberalismo e do monetarismo econômico da época.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil VII. 6 (2019, p. 16):

Quando voltei, já estava com a ideia de mudar para o curso de Economia. Papai não gostou muito, mas eu dizia: “Vou fazer Economia e depois término Direito”. Por questões de data de vestibular, ainda fiz mais um ano de Direito e, só então, passei para Economia. No princípio, sempre prometendo a meu pai que ia terminar o curso de Direito. Nunca terminei, mas, afinal, fiz dois anos de Direito, o que me foi muito útil. Há uma crítica que se faz aos economistas de que eles não dão muita atenção à parte institucional, à parte jurídica. De fato, andaram fazendo barbaridades por aí, quando tinham algum poder na mão, e

deixaram a Justiça em palpos de aranha. Acho que essa formação jurídica que tive me foi muito útil profissionalmente, para me dar um enfoque dos aspectos jurídicos na solução dos problemas econômicos. Entrei para a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (FNCE) em 1951. No início, a faculdade ainda funcionava na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Depois, transferiu-se para a Rua Marquês de Olinda, para uma casa bonita, que tinha uma árvore grande na frente e, depois, para a Avenida Pasteur. Minha turma foi uma das primeiras a fazer o curso já com o currículo moderno. Foram o doutor [Eugênio] Gudín e o doutor [Octavio Gouvêa de] Bulhões, ao lado de outras pessoas, que montaram o novo currículo e transformaram o ensino de Economia no Brasil. Foi uma modificação muito grande. Antigamente, a Economia era ensinada na Faculdade de Direito ou na Faculdade de Engenharia – o próprio doutor Gudín era engenheiro, e o doutor Bulhões, advogado.

Ainda em meados da década de 1950 o curso de Ciências Econômicas era muito incipiente, tanto que os dois mais importantes professores de economia do país eram um engenheiro, caso de Gudín e um advogado, caso de Bulhões. As áreas acadêmicas nas chamadas Ciências Sociais Aplicadas como Administração e Economia ainda estavam em fase de construção e era muito comum professores de outras áreas de conhecimento ministrarem e coordenarem esses cursos.

Paulo Lira estabelece relações de cunho acadêmico com dois dos grandes atores políticos e tecnocráticos brasileiros pelo caminho da faculdade de Economia que naquele momento, apesar de jovem em termos de área de conhecimento, despontava como estratégica como campo acadêmico e profissional. Como grande parte da elite tecnocrática se tornava professor com Paulo Lira ocorreu o mesmo, além da atividade de funcionário do Banco do Brasil. Paulo concluiu o curso de Ciências Econômicas em 1954 pela Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (FNCE) e logo no ano seguinte trabalhou como assistente do professor Antônio dias Leite Jr (1955-64) concomitante a sua outra atividade laboral como funcionário do Banco do Brasil.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil VII. 6 (2019, p. 16-17):

Entre para a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (FNCE) em 1951. No início, a faculdade ainda funcionava na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Depois, transferiu-se para a Rua Marquês de Olinda, para uma casa bonita, que tinha uma árvore grande na frente e, depois, para a Avenida Pasteur. Minha turma foi uma das primeiras a fazer o curso já com o currículo moderno. Foram o doutor [Eugênio] Gudín e o doutor [Octavio Gouvêa de] Bulhões, ao lado de outras pessoas, que montaram o novo currículo e transformaram o ensino de Economia no Brasil. Foi uma modificação muito grande. Antigamente, a Economia era ensinada na Faculdade de Direito ou na Faculdade de Engenharia – o próprio doutor Gudín era engenheiro, e o doutor Bulhões, advogado. Já havia também umas escolas de Economia, mas, no sentido moderno, o ensino da Economia começou com a faculdade que foi incorporada à Universidade do Brasil (UB), a atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ).

Paulo Lira trilha pelo caminho do Banco do Brasil a partir de 1950 e entra na vida acadêmica em 1955 conseguindo galgar espaços estratégicos onde o campo acadêmico e o campo econômico-financeiro estão entre os mais importantes no sentido de adquirir e acumular capitais na carreira tecnocrática. Quando retorna de uma temporada de estudos nos EUA em 1950 Paulo Lira assume um cargo através de nomeação como fiscal da antiga Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (Cexim) que, mais tarde, transformou-se na Carteira de Comércio Exterior (Cacex). O subcampo Banco do Brasil que na época era uma das principais instituições tecnocráticas brasileiras foi a porta de entrada de grande parte dos tecnocratas do alto escalão e no setor que Paulo Lira assumiu existia um prestígio muito grande frente a relevância estratégica para o país.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil VII. (2019, p. 18-19):

O senhor, então, entrou para o Banco do Brasil quando retornou daquele período na Columbia University?

Exato. Quando voltei, em 1950, entrei para o Banco do Brasil. Fui nomeado para um cargo que existia naquela época de fiscal da antiga Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (Cexim) que, mais tarde, transformou-se na Carteira de Comércio Exterior (Cacex). Fui designado para trabalhar na assessoria técnica, que era o que me interessava, porque trabalhava com a parte econômica. O diretor da Cexim era [Luiz] Simões Lopes, e o chefe da assessoria técnica era Aldo Baptista Franco [da Silva Santos], que tinha muita ligação com a FGV. Entrei para a Cexim como funcionário nomeado, mas depois fiz concurso interno para fazer carreira no Banco do Brasil. A Cexim foi uma espécie de núcleo da tecnocracia no Brasil: também trabalharam lá Roberto Campos e Casimiro Ribeiro, por exemplo.

Sim, de certa forma. A Cexim era uma parte do Banco do Brasil que tratava, como o nome diz, de exportação e importação, e o pessoal que lidava com comércio exterior ficava concentrado lá. Fiquei na Cexim até 1953 e, então, fui requisitado pela Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). Naquela época, eles estavam estruturando, de uma forma mais completa, o Departamento Econômico da Sumoc, que era chefiado pelo Herculano Borges da Fonseca. Casimiro Ribeiro chefiava, acho, a Divisão Monetária, e recrutou algumas pessoas. A Sumoc tinha alguns funcionários diretos, mas todo o funcionalismo de certo nível era requisitado do Banco do Brasil: o próprio Casimiro, Eduardo Gomes, [Sidney Alberto] Lattini, [Guilherme Augusto] Pegourier, todo esse pessoal era do banco.

A Carteira de Comércio Exterior (Cacex) no interior do Banco do Brasil era o setor mais estratégico da instituição e ainda atuando ao lado de atores políticos e

tecnocráticos como Roberto Campos e Casimiro Ribeiro³⁶ que na época estavam estruturando o Departamento Econômico da Sumoc; instituição que Paulo Lira seria convidado para atuar na sequência da carreira profissional. A Sumoc criada em 1945 no apagar das luzes do governo de Getúlio Vargas na primeira fase do período autoritário (1930-45) passa ser ainda mais potencializada no decorrer da década de 1950 a partir de Vargas pela via do mandato democrático e percorreria itinerários de uma instituição chave para a política econômica brasileira, assim como o Banco do Brasil. O BNDE ainda era uma instituição incipiente nesse período e só receberia destaque algumas décadas mais tarde, principalmente no período da redemocratização onde passa a ser denominada BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

A chegada de Paulo Lira na Sumoc reforça ainda mais a posição do ator tecnocrático que passa a acumular “capitais” que pavimentam a sua carreira e possibilitam que Lira se consolide como uma elite tecnocrática de status e prestígio no campo econômico e financeiro. Na Sumoc teve a oportunidade por intermédio de uma bolsa da CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior) estudar nos EUA na universidade de Harvard e no MIT (Massachusetts Institute of Technology) onde fez cursos de desenvolvimento econômico e de economia monetária. Quando retorna dos EUA logo assume a chefia da divisão monetária da Sumoc, onde

³⁶ Casimiro Ribeiro nasceu em Santa Catarina, em 1922, e cresceu no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Considerou ser arquiteto e escritor, mas o trabalho no Banco do Brasil e a influência de Eugênio Gudin e Octavio Gouvêa de Bulhões o estimularam a estudar Economia. Tomou posse no Banco do Brasil em 1942, integrando o Departamento de Estudos Econômicos, o que lhe deu ampla visão do que se passava em termos econômicos, acesso à biblioteca e às estatísticas, quando esse conhecimento era muito escasso no país. Interessante notar o choque entre a juventude e a burocracia estabelecida no período. Após dez anos nesse Departamento, foi convidado a transferir-se para a Carteira de Exportação e Importação (Cexim), ainda no Banco do Brasil, para assessorar o doutor Luiz Simões Lopes, que tinha tradição em montar equipes competentes. Coursou algumas disciplinas na London School of Economics, para onde foi em 1955, patrocinado por Gudin e Bulhões, que já visavam à formação de técnicos mais qualificados para o futuro Banco Central. Concomitantemente, participou de um treinamento no Bank of England, elaborado para ele a pedido de seus padrinhos. Quando Walter Moreira Sales, diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), decidiu ampliar o Departamento Econômico, Casimiro foi convidado para trabalhar na assessoria técnica. A Sumoc fora criada para ser um embrião de Banco Central, mas suas atividades iniciais, na visão de Casimiro, eram essencialmente de órgão de fiscalização e de estudos econômicos, encarregado principalmente da autorização de cartas-patentes de bancos e instituições financeiras. A história profissional de Casimiro e sua participação na Sumoc desde sua implantação permitiram que se traçasse a trajetória dessa instituição até a formação do Banco Central, identificando-se as resistências, já na política de recursos humanos – que desestimulava a permanência de funcionários brilhantes no novo órgão –, até os obstáculos à constituição de instrumentos de política monetária – depósitos compulsórios, redesconto de documentos financeiros –, e de controles como o orçamento monetário e a programação monetária. Sua proximidade com os ministros da Fazenda permitiu atuação intensa e visão privilegiada das diversas correntes na discussão das políticas cambial e do café, bem como da política monetária nos anos 1950 e 1960 (BCB, 2019).

permanece até 1961 quando pede licença para trabalhar numa empresa de consultoria Ecotec junto com seu ex-professor na graduação Dias Leite.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil VII. 6 (2019, p. 20-21):

Que cursos exatamente o senhor fez em Harvard? Vários cursos. A Universidade de Harvard mantinha um entendimento com o Massachusetts Institute of Technology (MIT), e você podia fazer o que eles chamavam de cross registration, ou seja, estar registrado em Harvard e assistir a cursos no MIT. Lá tive a oportunidade de fazer um curso de desenvolvimento econômico com Paul Rosenstein-Rodan, que foi muito importante. Tive muita sorte com os professores. Em política monetária, tive John H. Williams, que era muito considerado nos Estados Unidos. Em teoria econômica, tive o [Wassily] Leontief, um professor muito bom. Também fiz um curso de verão muito interessante com o [Edward] Bernstein, que era o chefe do Departamento Econômico do Fundo Monetário Internacional (FMI).

No fim de um ano, voltei para o Departamento Econômico da Sumoc. Nessa época, Casimiro era o chefe do departamento. Eduardo Gomes era o chefe da Divisão Monetária e fui trabalhar com ele, como subchefe. Mais tarde, o Eduardo saiu, passei a chefe da divisão e fiquei nisso até 1961. Nesse ano, pedi uma licença para tratar de interesses particulares. Dias Leite e o professor Kafuri, que também era daquele grupo da modernização do ensino de Economia, tinham uma empresa de consultoria, a Ecotec, e fui trabalhar com eles. O ambiente lá na Sumoc era muito bom, mas era uma oportunidade que se apresentava de eu trabalhar na área de projetos.

A passagem acima revela uma trajetória bastante comum entre tecnocratas que atingem um alto nível de inserção nos aparelhos de Estado ou instituições tecnocráticas estratégicas. Formação acadêmica em universidades no Brasil e no exterior em cursos de economia; atuação profissional em instituições do campo econômico e financeiro como nos subcampos Banco do Brasil, Sumoc e mais tarde Banco Central, atuação profissional como professor de ensino superior; atuação em empresas privadas como funcionário de alto escalão em diretorias e consultorias e muitas vezes sócios proprietários de empresas privadas nacionais e estrangeiras e mais tarde até atuam como conselheiros. O caso de Lira se assemelha muito aos anteriores em relação as suas carreiras ou trajetórias, incluindo pessoas dos círculos de relacionamento interpessoal muito próximas. Outra característica se refere a vertente política e ideológica no campo do pensamento econômico. O liberalismo econômico formou esses tecnocratas durante as suas carreiras profissionais e inserções políticas. No trecho da entrevista abaixo verificamos que Paulo Lira também foi consultor da Confederação Nacional da Indústria (CNI) no final da década de 1950 corroborando com a nossa consideração quanto a participação desses atores em comum quanto as consultorias no setor privado.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil VII. 6 (2019, p. 20-21):

O senhor também foi consultor da Confederação Nacional da Indústria (CNI) no final dos anos 1950?

Fui. Isso foi uma coisa interessante. A CNI tinha uns grupos de trabalho para os quais convidava pessoas independentes, sem ligação com a indústria, para dar pareceres técnicos sobre os projetos que estavam tramitando no Legislativo. Você dava a sua opinião, e depois eles processavam aquilo, transformavam em posições que interessassem à indústria. Eu fazia parte de um grupo que era secretariado pelo Salvador Diniz que, posteriormente, tornou-se genro do presidente [Humberto de Alencar] Castelo Branco. Desse grupo, fazia parte o futuro presidente [Ernesto Beckmann] Geisel – na época era coronel, membro do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Foi lá que o conheci. Meu pai também conhecia o presidente Geisel da época em que foi secretário de Finanças do governo Getúlio [da Costa] Vargas, na Paraíba, nos anos 1930. Meu pai ajudou, inclusive, na parte jurídica da construção do porto de Cabedelo. Getúlio era um grande amigo de meu pai.

Essa passagem revela com maior nitidez as relações muito próximas entre o setor público e o privado, além de relações de amizade e demais afinidades entre governantes, militares, grupos privados e o próprio pai de Paulo Lira que havia trabalhado no governo da Paraíba com conexões de amizade, assim como também entre o futuro presidente Geisel e o pai de Paulo Lira. O pai de Paulo Lira havia sido secretário de finanças do governo da Paraíba e ainda atuou como consultor jurídico do porto de Cabedelo. Se tivéssemos mergulhado esse objeto de pesquisa em uma análise sociológica mais profunda utilizando o instrumental genealógico conseguiríamos muito provavelmente compreender o fenômeno sociológico com maior densidade. De acordo com Vianna (1987, p. 189): “O clã era então composto (e ainda o é) das famílias aparentadas, tanto as que se prendem pelos laços da *consaguinidade*, como pelos da afinidade”.

Essas ligações profissionais, acadêmicas e que envolvem laços pessoais desde o pai de Paulo Lira correspondem as estratégias das disputas no interior do campo e dos subcampos que o presente ator político e tecnocrático utiliza. A herança familiar em termos dos “capitais” herdados no seio da família de Paulo Lira a partir do seu pai permitiu desde cedo que esse ator tecnocrático se tornasse um membro de uma elite técnica, também da classe dominante, principalmente a partir do momento que Paulo Lira deixa a chefia da consultoria técnica do Banco do Brasil entre 1964-65 e parte para os EUA a convite para trabalhar no Banco Mundial. Com isso ele ratifica a sua posição de grande membro da elite tecnocrática e já consolidado como pertencente a burguesia, ou de alguma fração burguesa.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil VII. 6 (2019, p. 29-30):

O senhor continuou no Banco do Brasil depois de criado o Banco Central? Não. Fiquei na chefia da consultoria técnica de 1964 até 1965. Em meados de 1965, fui convidado a ir para Washington como membro da assessoria da presidência do Banco Mundial. O presidente do Banco Mundial na época, George [David] Woods, banqueiro americano, tinha como chefe do Departamento Econômico do banco Irving Friedman. O Friedman teve a ideia de formar uma assessoria composta por economistas que eu chamava de “economistas subdesenvolvidos”, o que significava que tinham uma visão um pouco diferente daquela dos economistas de formação anglo-saxã clássica. Éramos um francês, que conhecia muito a parte de *supplier's credit*, um indiano, um da Birmânia, um de Israel e eu pelo Brasil. Estava lá havia mais ou menos um ano e meio quando Alexandre Kafka³⁷ se tornou diretor do FMI, representando o Brasil e os outros países da chamada *constituency*. Conheci Kafka, que é uma figura realmente excepcional, tornei-me diretor-executivo adjunto dele e, em função disso, ficamos muito amigos. Fiquei em Washington até 1968 e, então, voltei para o Brasil.

Paulo Lyra trabalhou na assessoria técnica do Banco Mundial entre 1965-68 em Washington nos EUA. No período trabalhou com Alexandre Kafka outro brasileiro que se tornou um importante ator político e tecnocrático de referência. Kafka se tornou diretor do FMI e se aproximou de Paulo Lira o nomeando diretor executivo adjunto da instituição. Esse trecho do depoimento de Paulo Lyra corrobora com a nossa tese de que essas elites tecnocráticas do campo econômico e financeiro constroem as suas carreiras muito em função das afinidades constituídas nas trajetórias desses atores que se entrelaçam por intermédio de universidades, instituições tecnocráticas do Estado no campo econômico e financeiro, laços familiares e de amizade, como também, vínculos com organismos financeiros internacionais e corporações privadas nacionais e estrangeiras.

Segundo Oliveira (2012, p. 52):

Daniel Bertaux é um cientista social com importante contribuição para o estudo das biografias e sua relação com a mobilidade social e estrutura de classe (BERTAUX, 1979). A metodologia de pesquisa social denominada de *antroponomia* é baseada em histórias de vida e na reconstrução social de estudos de caso sobre famílias. A perspectiva de investigação atravessa as gerações e forma um conjunto de indivíduos relacionados entre si, com suas

³⁷ Alexandre Kafka, cidadão tcheco que adotou o Brasil como o país pelo qual se naturalizou, foi indicado pelo governo brasileiro para o cargo de diretor-executivo no FMI, em 1966, pelo então ministro da Fazenda, Octavio Gouvêa de Bulhões. Economista com larga experiência, tanto em questões relativas ao desenvolvimento nacional quanto em política econômica internacional, Kafka não só aceitou a indicação de representante do Brasil em Washington, como tem exercido a função ao longo de três décadas de forma irrepreensível, tornando sua atuação um marco exemplar para as diversas instâncias da sociedade brasileira que procuram romper com instabilidades e inconstâncias que têm caracterizado sua história (BCB, 2019).

biografias, datas, cronologias, locais e, principalmente, as suas profissões e o seu lugar na estrutura social.

Nos identificamos com essa abordagem metodológica enfatizada por Oliveira e procuramos costurar nosso objeto de pesquisa nessa tese estabelecendo essas conexões no decorrer da trajetória de cada um dos presidentes do BCB no regime ditatorial. Esse trabalho de pesquisa conforma esses indivíduos a partir de informações documentais e das entrevistas realizadas entre o CPDOC-FGV e o Banco Central, assim como também o próprio site do CPDOC-FGV e outros auxiliares na internet. Nesse pano de fundo que conseguimos analisar sociologicamente esses atores políticos e tecnocráticos e apresentar de forma preambular as biografias desses presidentes. A partir dessa pesquisa conseguimos explicar sociologicamente as relações entre instituições e indivíduos em diversos campos e subcampos da vida social, além de elucidar como a estrutura de classes abarca vários aspectos, onde os capitais familiares, educacionais, econômicos, políticos, sociais e culturais estão inseridos e compartilhados por gerações e demais vínculos políticos, de amizade e parentesco.

No caso de Paulo Lira a trajetória segue um itinerário bastante comum aos anteriores presidentes do Banco Central já abordados nessa pesquisa. O Banco Central que Lira irá assumir na sequência dessa apresentação representa um dos aspectos centrais dessa análise sociológica.

C) Paulo Lira na presidência do Banco Central do Brasil

⇒ Antes as abordagens preliminares de transição do contexto macroestruturante da economia política da ditadura civil-militar-empresarial entre o PND I E II

O contexto econômico e político que assumiu Paulo Lira à presidência do Banco Central no início do governo Geisel em 1974 era o momento da recente eclosão da crise do petróleo de 1973 e ainda havia a necessária adaptação do fim do padrão ouro-dólar decretado unilateralmente pelos EUA em 1971. O Brasil retoma o seu processo de investimentos em infraestrutura paralisado desde a década de 1950 procurando responder as demandas dos setores de energia elétrica, petróleo e demais fontes de combustíveis, além da indústria petroquímica. Outros setores de infraestrutura foram contemplados no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND II) e muitas empresas estatais e mistas foram criadas durante essa gestão governamental (1974-79). Segundo Codato (1997, p. 71):

O governo Geisel deve ser considerado o paradigma do poder “castellista”, marginalizado em parte dos *centros decisórios* principais do Estado desde 1967, após a posse de Costa e Silva na Presidência da República. Num certo sentido, pode-se dizer que o quarto governo do ciclo militar brasileiro resumiu, concentrou – procurando resolver – todas as contradições em curso (políticas, econômicas, ideológicas e burocráticas) que se vinham acumulando, progressivamente, desde 1964 e dificultando a consolidação de um “sistema político autoritário”.

Seus propósitos eram bastante claros. A força militar que recuperou controle do poder do Estado no início de 1974, tornando-se novamente dominante no interior da coalizão política, pretendia, em síntese, “promover o máximo de desenvolvimento possível, com o mínimo de segurança indispensável”, segundo a conhecida fórmula que consagrou o projeto do novo governo.

Coube a percepção e competência política administrativa do governo Geisel de reestabelecer o controle dos aparelhos de Estado através de uma centralização controlado do poder administrativo e militar combinada com uma relativa liberalização no diálogo com as demais forças políticas da sociedade e núcleos empresariais da classe dominante; algo que jamais pode ser concretizado em governos militares anteriores desde 1964 devido à instabilidade econômica do freio de acomodação desde o PAEG (Programa de Ação Econômica Governamental) do início do governo Castelo Branco passando pela autonomia política de alguns órgãos de repressão pós 1968. A coalizão formada entre o núcleo duro militar e a composição de forças políticas representativas da sociedade com uma liberalização pactuada da atividade política com disputas partidárias, como também uma retomada de ações planejadas da política econômica e da administração pública deram o tom do governo Geisel.

O Banco Central na administração Lira, um ator político e tecnocrático já conhecido de muito tempo pelo então presidente Geisel teve a incumbência de algumas mudanças e transformações que dizem respeito a necessária condução da política econômica adotada pelo novo governo. O Plano Nacional de Desenvolvimento I (PND I) de 1969 na entrada do governo Médici teve a responsabilidade de reerguer a cambaleante economia brasileira, sobretudo em relação a gestão mais restritiva da política econômica entre o governo Castelo Branco e Costa e Silva, onde o excessivo controle inflacionário e a reorganização do sistema financeiro nacional trouxe vantagens para a liberalização do capital e arrocho salarial para os trabalhadores com o resultado previsível de recessão econômica com ainda mais concentração de renda.

O PND I foi o responsável pelo início da retomada do crescimento econômico com um aporte de recursos notável advindos do exterior para obras de infraestrutura, o financiamento de programas que incentivavam as exportações de produtos agrícolas no centro oeste, o aumento do financiamento do capital de giro das empresas do

setor de bebidas, alimentos e mesmo o setor de petroquímica acabaram por promover o crescimento econômico, além de subsídios e incentivos fiscais para as empresas. Tudo isso combinado com a manutenção de muita concentração em um modelo de política econômica que tinha como estratégia a entrada de empresas estrangeiras e a superexploração do trabalho como alicerce da acumulação capitalista.

A gestão de Ernani Galveias à frente do Banco Central no período do governo Médici teve um papel bastante relevante quanto a política econômica adotada nessa administração. A entrada de capitais externos em grande volume possibilitou garantir os investimentos necessários para a expansão do setor produtivo e ao mesmo tempo delegou o papel de saneamento do mercado financeiro ao próprio Banco Central que garantiu o aumento da concentração bancária do período sob orientação do processo de monopolização do capital financeiro como exigência da acumulação e reprodução do capital na fase do imperialismo como podemos compreender a seguir:

De acordo com Souza (2005, p. 174-175):

Assim, o crédito privado, que até 1973 representava mais da metade do crédito interno total ao setor privado, praticamente não contribuiu para o investimento em capacidade produtiva no país, que é a base do processo de acumulação de capital. A origem desse processo está nos obstáculos à formação de capital financeiro no país. Entendemos por capital financeiro como o faziam Hilferding e Lenin, a fusão dos monopólios industriais como os monopólios bancários.

Pelo lado do capital bancário, ele experimentou, entre a segunda metade dos anos 60 e a primeira dos anos 70, um intenso processo de concentração/centralização. De 323 matrizes bancárias em 1965, houve uma redução para 115 em 1973. Se considerarmos apenas os bancos privados, houve uma redução de 142 em 1970 para 72 em 1974. Isso se deveu fundamentalmente a duas ordens de razões: 1) a própria euforia do mercado de capitais, com a diversificação e expansão de empresas financeiras, levou a uma forte competição e expansão de empresas financeiras, levou a uma forte competição por recursos e aplicadores, promovendo a elevação dos custos financeiros e a falência das empresas financeiras mais débeis, 2) esse processo foi acelerado pela política governamental, que buscou na fusão dos bancos não tanto a queda da taxa de juros (como insistentemente se divulgou), senão a tentativa de adequar o sistema financeiro ao novo padrão de reprodução do capital, o padrão baseado na monopolização da economia sob controle estrangeiro.

Nesse contexto do imperialismo os países subservientes aos ditames do capital como o Brasil adotaram uma política de adequação e adaptação as exigências da economia política internacional, também as necessidades de rearranjo da estrutura produtiva em conformação a monopolização bancária típica das contradições existentes no seio do próprio capitalismo e ao mesmo tempo da economia brasileira. De um lado a transição da acumulação do setor produtivo para o financeiro em nível mundial

e de outro a necessidade de completar a infraestrutura econômica brasileira como necessidade da construção das bases do desenvolvimento.

Um trecho importante do depoimento do presidente do Banco Central do período Ernani Galveias é importante recuperar para compreendermos o papel do BCB no processo de concentração bancária do período.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil VI. (2019, p. 101):

Mas na sua primeira gestão no Banco Central, em 1968, isso já constituía um problema.

Não! Nessa época, o problema era muito menor. O problema grave que houve, de 1968 até 1973, e que já mencionamos antes, foi com relação, sobretudo, às sociedades financeiras, que haviam crescido muito em número e não suportaram as transformações da conjuntura na época, e então foram fechadas, extintas, ou sofreram processos de fusão e absorção. Alguns bancos também apresentaram problemas, mas não tão graves quanto os dos bancos estaduais, que jamais deixaram de ser uma grande preocupação.

O processo de fusão e aquisição dos bancos e das financeiras nacionais e a tentativa de fechamento de alguns bancos estaduais se tornou uma política econômica delineada através do Banco Central no período da gestão de Galveias. A fase do denominado “milagre econômico” brasileiro no período da gestão governamental de Médici também perde fôlego já em 1973 e na transição para o governo Geisel esse será o maior desafio.

⇒ **O Período Geisel e a presidência de Paulo Lira No Banco Central do Brasil**

Na presidência de Paulo Lira o BCB passa por um momento de reconfiguração enquanto instituição, onde a sua gestão, assim como a de Ernani Galveias irá perdurar durante toda a gestão governamental. Esse relevante ator tecnocrático irá assumir essa cadeira com a legitimidade conferida as suas relações de proximidade com o então presidente Geisel, como já mencionamos, e toda a política econômica do governo será absorvida nos pontos centrais de incumbência pelo BCB, acompanhando também as transformações na economia política internacional.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil VII. (2019, p. 101):

Um dos primeiros episódios do governo Geisel foi a intervenção no grupo Halles. Como o senhor caracteriza, ao longo do período Geisel, a posição do governo na fiscalização do sistema financeiro?

De fato, a intervenção no grupo Halles marcou o início da atuação do governo em relação ao mercado financeiro e isso se deveu, basicamente, ao fato de

que o sistema vinha funcionando sob grande instabilidade, já que uma série de bancos importantes vivia o dia a dia sob a ameaça de problemas financeiros graves, inclusive com possibilidade de eventual desaparecimento. Isso ocorria porque, em uma fase anterior, haviam sido criados alguns bancos de investimentos devido àquele esquema que chamavam de 5 por 1: havendo cinco financeiras em dificuldades, estas eram agrupadas e criava-se um banco de investimentos. Alguns desses bancos criados começaram a “cair na boca do mercado”, como se dizia. Quando tomamos posse, circulavam listas de bancos que estavam na iminência de ter problemas, e o que era mais grave é que alguns dos mencionados nessas listas estavam entre os dez maiores do sistema financeiro do país. Em paralelo, praticamente no final do governo anterior, havia sido aprovada nova lei de intervenção no mercado de capitais: a Lei 6.024 [1974], que dava amplos poderes ao Banco Central para fazer intervenção no sistema. Mas existe uma característica, podemos dizer sociológica, no Brasil, que é a famosa situação das leis que “pegam” e das leis que “não pegam”. Não se imaginava, na verdade, que aquela lei, que era muito dura, que dava muitos poderes ao Banco Central como agente de saneamento do sistema financeiro, viesse realmente a ser empregada.

No começo do governo Geisel a referida lei 6.024 de 1974 que dava plenos poderes ao Banco Central entra em vigor na prática como forma de garantir a execução de uma política que começou no governo anterior de saneamento do sistema financeiro nacional. Na verdade, se trata de uma política de concentração de mercado apoiado pela nova ordem mundial de acordo com os ditames do imperialismo no início do processo de liberalização e desregulamentação financeira global como o “ponta pé inicial” do neoliberalismo. A economia global entrava em uma nova fase que cabe destacar à guisa de compreensão do contexto econômico político mundial. Essa crise pode ser explicada à priori pela perda de capacidade ou esgotamento de um padrão de acumulação e reprodução do capital alicerçado no modelo fordista de produção e na economia política keynesiana desde o pós segunda guerra, onde o equilíbrio do padrão monetário de Bretton Woods (ouro-dólar 1944-71) e as políticas dirigistas e intervencionistas de Estado chegaram ao esgotamento, como sendo um final de ciclo de expansão, que desembocou entre o final da década de 1960 e o início de 1970.

Segundo Carneiro (2002, p. 48):

A década de 1970, particularmente a segunda metade, marca o esgotamento de um longo ciclo de prosperidade do capitalismo sob a égide da ordem de Bretton Woods. Os principais indicadores econômicos revelam a exaustão do dinamismo desse padrão pela desaceleração do crescimento do produto nos principais países industrializados, pela consequente perda de dinamismo do comércio mundial e pelo aumento da inflação, simultaneamente à elevação das taxas de juros.

Esse era o cenário mundial quando o governo Geisel assumiu, assim como o presidente do Banco Central Paulo Lira. É nesse contexto que o Banco Central através da lei 6.024 de 1974 passa a concentrar mais poderes de uma instituição tecnocrática

estratégica. Após o fim do acordo de Bretton Woods em 1971 e o primeiro grande choque do petróleo de 1973 a recessão mundial chegou no ápice em meados da década como consequência de uma série de fatores combinados. Ao mesmo tempo as exigências do reconfigurado sistema financeiro internacional capitaneado pelos EUA exigia adequações na organização do sistema financeiro nacional enquanto a política econômica lastreada pelo PND II bancada ainda por uma avalanche de acordos e empréstimos internacionais deslanchava.

As obras faraônicas da construção da usina hidrelétrica de Itaipu e das usinas nucleares de Angra I, II e III como projeto, assim como outros empreendimentos procurava dar continuidade ao vigoroso crescimento econômico do início da década de 1970. A recessão econômica mundial e a perda de dinamismo da economia brasileira a despeito dos investimentos em obras públicas e demais programas de infraestrutura se fazia presente pela própria crise estrutural do capitalismo no interior da ordem global. De acordo Carneiro (2002, p. 55):

A resposta brasileira à crise da ordem internacional por meio do II PND despertou, à época, e mesmo durante a década seguinte, imensas controvérsias. O Plano consistia em um amplo programa de investimentos cujos objetivos eram transformar a estrutura produtiva e superar os desequilíbrios externos, conduzindo o Brasil a uma posição de potência intermediária no cenário internacional.

Porém, isso não aconteceu ou não foi possível devido a uma série de incongruências em relação a adequação a nova configuração do capitalismo global estrangulado pelo esgotamento do modelo de acumulação, que já dava sinais do término de ciclo expansionista no final da década de 1960. Uma interpretação relevante para esse cansaço do modelo de crescimento proposto pela via tradicional de impulsionamento de expansão econômica podemos encontrar em alguns autores citados pelo próprio Carneiro.

Ainda segundo Carneiro (2002, p. 59):

Como contribuição à análise crítica, Serra (1982) indica com propriedade dois problemas centrais do II PND. O primeiro se refere ao momento no qual foi realizado, quando a economia doméstica se desacelerava após o auge do ciclo e a conjuntura internacional era recessiva. O segundo é o fato de o Plano ter recorrido fundamentalmente ao financiamento externo em moeda, porque não podia contar com o aporte de capital de risco proveniente das empresas multinacionais, diante da falência da união de interesses que havia caracterizado os ciclos de investimentos precedentes.

Concomitante a tentativa do governo Geisel de recriar as condições favoráveis a retomada do ciclo de expansão; que no final da sua gestão desembocaria numa

enorme frustração em termos de resultados econômicos positivos no que tange aos seus objetivos de crescimento o Banco Central expandia suas atribuições e o seu poder de fortalecimento ao criar órgãos consultivos e comissões diretivas paralelas ao funcionamento do BCB.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil VII. (2019, p. 101):

A criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi uma decisão do governo ou uma exigência do crescimento do mercado? A criação da CVM foi produto de uma visão do próprio Banco Central. O Banco Central estava de acordo e colaborou muito porque não podia fazer tudo, já tinha uma plethora de obrigações. Historicamente, era um organismo cheio de atribuições e de funções muito fora, digamos assim, de um modelo clássico de banco central. Nossa ideia era realmente que a parte de mercado de capitais saísse do Banco Central e ficasse em um organismo separado. A CVM foi concebida dentro daquela visão da Security Exchange Commission (SEC) norte-americana, com a função de supervisionar e disciplinar o mercado de capitais, as aplicações e tudo o mais. E o Banco Central colaborou muito em termos de pessoal, em termos de estudos. Tivemos uma colaboração muito estreita com Roberto Teixeira da Costa, que foi o homem da CVM.

Identificamos nessa passagem da entrevista do Paulo Lira a contínua influência estratégica do modelo de organização da comissão aos moldes do sistema financeiro dos EUA com a incumbência de supervisionar e disciplinar o mercado de capitais. A força do imperialismo capitaneado pelos EUA no setor financeiro em termos de organização e imposição da dependência externa era cada vez maior, assim como a própria depreciação dos valores das commodities de maneira forçada somado ao segundo choque do petróleo de 1979 empurrou o Brasil para as garras de um excessivo endividamento externo. O II PND de Geisel foi uma tentativa como já dissemos de escapar da excessiva dependência externa em termos da necessidade da tomada de empréstimos internacionais como ocorreu no caso do PND I e também dos investimentos do capital privado que já haviam se esgotado. Os investimentos do setor público foram os principais responsáveis por ainda manterem taxas de crescimento mais robustas na economia brasileira a despeito da crise internacional e enquanto o Banco Central se adaptava as exigências de um sistema financeiro internacional cada vez mais integrado.

Segundo Souza (2005, p. 314-315):

De 1978 em diante, a taxa de juros internacional não parou de crescer: a taxa paga pela dívida brasileira subiu de 10,9% em 1978 para 13,3% em 1979, 15,5% em 1980, 19,6% em 1981 e 19,5% em 1982. Como consequência, o pagamento de juros, aumentou de US\$ 2,7 bilhões no primeiro ano para US\$ 10,5 bilhões no último ano. As relações de troca do Brasil com o resto do

mundo, que haviam atingido seu ponto máximo em 1977 – índice 100 –, daí em diante começaram a despencar, chegando a um índice de 54 em 1982, indicando uma queda de 46% no período. Isso não ocorreu não apenas em função da elevação do preço do petróleo, como se costuma alardear, mas também porque os países centrais conseguiram impor o aumento dos preços de seus produtos numa proporção muito superior ao dos produtos exportados pela periferia. Além disso, a partir de 1980 forçaram para baixo os preços das “comodities” que exportamos, que caíram 26% de 1980 para 1982. Demonstração de que o problema não estava principalmente no petróleo é o fato de que, excluindo esse produto, nossas relações de troca caíram 31% de 1977 a 1982. Uma consequência desse duplo choque de juros e de relações de troca, que foi agravado pela queda das exportações (13% entre 1981 e 1982) provocada pela recessão mundial, foi o violento aumento do déficit em conta-corrente do balanço de pagamentos, que pulou de US\$6,9 bilhões em 1978 para US\$16,3 bilhões em 1982. Isso sem contar a amortização de dívida, que subiu de US\$5,4 bilhões para US\$8,2 bilhões no mesmo período. O serviço da dívida, que representava 64% das exportações no primeiro ano, subiu para 97% no último. O brutal crescimento que a dívida externa experimentou no período, saindo de US\$31,6 bilhões (dívida líquida) para US\$66,4 bilhões, não se devem, portanto, à necessidade de financiamento interno, mas tão-somente à exigência de cobertura desse rombo nas contas externas provocado pela política imperialista, que elevou os juros e baixou nossos termos de troca.

Essa passagem com dados bastante esclarecedores das deteriorações dos termos de troca do Brasil em relação aos países centrais imperialistas, assim como um aumento brutal da dívida externa provocados pelas políticas de rebaixamento dos valores das commodities dos países periféricos combinado com o aumento dos juros no mercado financeiro internacional fizeram eclodir a hiperinflação no começo da década de 1980 e a recessão econômica. Diante desse cenário econômico que o Brasil entra em uma transição governamental do governo Geisel para o de João Figueiredo, assim como ocorre na passagem de Paulo Lira para novamente Ernani Galveias no Banco Central.

⇒ **Consolidação da carreira de Paulo Lira como ator político tecnocrático e membro da classe dominante: “capitais” lapidados do banco central ao setor privado**

A trajetória de Paulo Lira não se encerra na presidência do Banco Central, já que todos os atores tecnocráticos continuam suas carreiras em outros subcampos econômicos e financeiros tanto no setor público quanto no privado. A partir disso, cabe destacar algumas incursões de Paulo Lira ao longo da sua densa biografia documentada.

Segundo o acervo biográfico do CPDOC-FGV (2017d),

Governador-suplente do Brasil no conselho de governadores do FMI, por força do exercício da presidência do Banco Central, em março de 1979, ao findar o governo Geisel, passou o cargo a Carlos Brandão.

Entre 1979 e 1981 foi diretor financeiro de uma empresa do setor de fibras têxteis, em São Paulo. Posteriormente, tornou-se membro de diversos conselhos de administração ou consultivos de empresas privadas, atividades às quais se dedicou até 1999.

Membro do Conselho Nacional de Comércio Exterior, do conselho técnico do Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (Ipea), do Conselho Monetário Internacional, do Conselho Monetário Nacional e do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), exerceu ainda as funções de consultor da Confederação Nacional da Indústria (CNI), de suplente do ministro da Fazenda no chamado Comitê dos Vinte, constituído para estudar a reforma do sistema monetário internacional, e de economista *sênior* do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), participando da assessoria econômica do presidente dessa entidade em Washington.

Acrescentamos à carreira de Paulo Lira o documento do acervo biográfico do CPDOPC-FGV que completa a trajetória do presidente do BCB com a sua atuação bastante robusta também no setor privado corroborando com a nossa tese de que os atores políticos e tecnocráticos do campo econômico e financeiro a partir das instituições tecnocráticas estratégicas do Estado no período do desenvolvimentismo brasileiro de meados do século XX conquistam e acumulam “capitais” e expandem as suas carreiras por intermédio inclusive das relações de reciprocidade lapidadas pelas afinidades e proximidades de amizade e parentesco nos circuitos políticos e profissionais.

Logo após deixar a presidência do Banco Central ainda atuou como diretor financeiro de uma empresa do setor de fibras têxteis em São Paulo e ainda se tornou membro de diversos conselhos administrativos e consultorias em várias empresas privadas até o final da década de 1990.

Sintetizando a relação de instituições que atuou como conselheiro e consultor:

- a) Membro do Conselho Nacional de Comércio Exterior;
- b) membro do conselho técnico do Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA);
- c) membro do Conselho Monetário Internacional;
- d) Membro do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro);
- e) consultor da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- f) foi suplente do ministro da Fazenda o chamado Comitê dos Vinte (constituído para estudar a reforma do sistema monetário internacional);
- g) economista sênior do Banco Mundial responsável pela assessoria econômica do presidente dessa entidade em Washington.

Elencamos os cargos e funções do ator político e tecnocrático Paulo Lira e podemos constatar que os “capitais” acumulados do presidente do Banco Central vão além de um indivíduo pertencente a elite política e tecnocrática. Na soma desses atributos de enorme relevância e poder devemos incluir os capitais familiares herdados desde a origem a partir da estatura política e econômica de seu pai, que já trazia consigo “capitais” de distinção econômica, política e social desde a Paraíba passando pelo Rio de Janeiro. Para essas considerações aqui levantadas chamamos a atenção para uma passagem que consideramos elementar no momento de apresentarmos a descrição desses atores, mesmo se recorrermos como fizemos as entrevistas do CPDOC-FGV que serviram de base para o livro em vários volumes das **Histórias Contadas do Banco Central do Brasil** em parceria com o próprio BCB e recorrendo também ao arquivo documental do CPDOC-FGV no seu site na internet. Portanto, de acordo com Bourdieu (2004, p. 153): Os grupos que se devem construir para objetivar as posições que eles ocupam escondem essas posições, e então, por exemplo, o capítulo do *La distinction* consagrado às frações da classe dominante é lido como uma descrição dos diferentes estilos de vida dessas frações, em vez de serem ali posições nos espaços das posições de poder – que chamo de campo de poder.

O que podemos analisar sociologicamente dessas entrevistas e das biografias, mesmo que resumidas desses atores diz muito quem são esses atores políticos e tecnocráticos que passaram pela presidência do Banco Central em algum estágio de suas carreiras profissionais e políticas e como iremos ver logo adiante a partir do próximo presidente do BCB que não podemos dissociar o político do técnico quando se trata de altos postos na administração pública, nas grandes empresas e instituições estratégicas de Estado e também grandes corporações privadas nacionais e estrangeiras, em especial em cargos de enorme envergadura como esses apresentados por esses indivíduos pertencentes às elites tecnocráticas estratégicas e também as frações da classe dominante.



4.1.5 Carlos Brandão (Presidente do Banco Central (15/03/1979 A 17/08/ 1979))

O presidente do BCB Carlos Brandão assumiu a cadeira logo após a saída de Paulo Lira que cumpriu seu mandato durante o tempo que o general presidente Ernesto Geisel se manteve no poder entre 1974-79. Carlos Brandão teve uma curta passagem pelo Bacen entre março e agosto de 1979 ainda no início da gestão do general presidente João Batista Figueiredo, até ser substituído por Ernane Galvêas, que também permaneceu por pouco tempo na sua segunda passagem à frente do BCB, já que logo em seguida assume a pasta de Ministro da Fazenda; permanecendo até o final da gestão do presidente João Figueiredo.

De qualquer maneira a sua passagem merece destaque pelo contexto que experimentou à frente da presidência do BCB e pela sua trajetória sociológica repleta de “capitais” a serem identificados e analisados como um objeto de pesquisa relevante para os estudos nas ciências sociais, em especial para as explicações sociológicas sobre elites e classe dominante no contexto da sociologia política, histórica e da economia política.

A) Origem familiar

Carlos Brandão nasceu em 1928 em Passos no Estado de Minas Gerais, é filho de Antônio Brandão Filho e Maria José da Fonseca Brandão, são no total de 8 irmãos. Ao completar 5 anos de idade mudou-se para Barretos em São Paulo com a família. Seu pai era um afortunado dono de fazendas com criação de gado, curtume e charqueada. Devido à crise de crédito durante a segunda guerra alguns setores foram afetados economicamente, inclusive o setor da pecuária, onde o pai mantinha parte importante dos negócios.

Carlos Brandão se tornou dono de fazenda como o pai, tem um filho com mestrado (master) em Economia e doutorado em filosofia (PhD), mas resolveu montar uma empresa de informática. A leitura desde cedo se tornou um hábito que passou a cultivar ao construir uma biblioteca da área de humanas na sua fazenda. Notamos de largada que os “capitais” familiares de Carlos Brandão são fundamentais como eixo norteador da trajetória de vida do ainda incipiente personagem relacionado as origens profissionais bancárias, já que inicia a sua carreira num banco privado devido a relações de parentesco e afinidades. Outro aspecto importante encontramos quando abordamos a família Brandão, já que o próprio Carlos tem em sua fazenda a árvore genealógica da família. O capital educacional e cultural está presente no seio da família a partir dos relatos de Carlos Brandão que mantém o cultivo da leitura e de livros e o interesse pela história da família via árvore genealógica. O capital econômico familiar, as conexões políticas e de afinidades apareceram desde cedo na carreira de Carlos, já que foi através do parentesco e das relações de amizade que surgiu o primeiro emprego de Carlos; e logo num banco. Antes mesmo de seguir carreira no campo econômico e financeiro Brandão possui “capitais” que o habilitam a penetrar nos circuitos profissionais mais elitizados. Trabalhar nos negócios do seu pai por um tempo; logo após pedir demissão do banco não foi suficiente para que permanecesse em São Paulo e logo retorna ao Rio de Janeiro onde havia estudado e trabalhado.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil VIII. (2019, p. 15-17):

Poderia falar um pouco sobre suas origens? Nasci em Passos, nas terras da família, em 1928 – hoje sou proprietário de uma fazenda próxima; posso dizer que voltei às origens. Aos cinco anos de idade, meus pais, Antônio Brandão Filho e Maria José da Fonseca Brandão, transferiram-se para Barretos, no estado de São Paulo, onde permaneci até os dezessete anos. Meu pai era dono de fazendas, com muito gado, charqueada, curtume; era uma pessoa de fortuna. Mas a crise de crédito que se instalou durante a guerra afetou a pecuária, que se viu envolvida por uma moratória. Os prejuízos atingiram todo o interior, e ele não ficou imune. A crise me marcou muito. Na época, tinha uns quinze anos, estava em uma fase de transição e decidi cuidar da minha vida, sem depender de ninguém. É o meu caráter. Dos filhos, sempre fui o mais independente. Era uma família numerosa? Somos oito irmãos, mas, desde garoto, sempre tive uma característica de independência muito forte. Por isso, após fazer uma parte dos estudos em Barretos, fui para São Paulo e, depois, para o Rio de Janeiro, meu destino, segundo imaginava. E havia um aspecto curioso: muito jovem ainda, já gostava de filosofia. Aos treze anos, comecei a ler todos os teóricos, Nietzsche inclusive. Motivado por quê? Não sei. Em Barretos, existia um clube com uma biblioteca, e me caiu nas mãos, circunstancialmente, *As Meditações*, de Marco Aurélio. A partir daí, comecei a me interessar por coisas do pensamento e não parei mais. Minha formação humanística é muito ampla: li todos os grandes filósofos, desde a Grécia antiga. Não há nada que eu não tenha lido e relido. E anotado. Só leio

anotando. Fui acumulando livros e, hoje, possuo uma biblioteca filosófica extraordinária na fazenda. A filosofia é a minha paixão, e creio que isso influenciou meu filho. Ele tem o Master em Economia, mas decidiu cursar Filosofia, tornando-se PhD na matéria. No entanto, montou uma firma de informática, dedicando-se a outra área. A vida é complicada mesmo. Bom, após sair de Barretos, trabalhei e estudei durante algum tempo em São Paulo. E, como tinha um ponto de referência no Rio de Janeiro, um tio, resolvi visitá-lo – quem sabe ficaria por lá? Na época, não havia telefone. Nem a Rodovia Presidente Dutra era asfaltada. Viajei de trem e, apesar do gosto pela filosofia, a vontade de conhecer o mundo me levou a acalantar um objetivo diferente: ser oficial da Marinha. Acontece que, quando cheguei ao Rio, as inscrições na Marinha já estavam encerradas. O fato me deixou meio sem norte, mas, mesmo assim, decidi ficar e tentar arranjar um emprego. Meu tio era casado com uma Brandão Pessoa, mas de Ubá – o tronco dos Brandão é um só: na fazenda, tenho a árvore genealógica da família. E essa senhora, Haydé Pessoa Brandão tinha um tio deputado federal, que era amigo do presidente do Banco Hipotecário Agrícola e me assegurou um cargo no setor de correspondente do banco. Assim foi. Sua família concordou com sua permanência no Rio de Janeiro? Meu pai bem que tentou me atrair de volta a São Paulo, onde tinha uma série de negócios, acenando com a possibilidade de trabalharmos juntos. Pedi demissão do banco, fui até lá, mas, depois de apenas quinze dias, decidi: “Pai, sou muito novo, e o senhor já sabe o que quer. Então, continue tocando os seus negócios que vou voltar para o Rio, para ver o que fazer”. Ele não se opôs, mas ponderou que procurasse um emprego melhor: “Estudo, somente, não basta. Qual é o melhor emprego que há?”. Respondi: “A meu ver, a melhor colocação é no Banco do Brasil”. E voltei pensando em fazer esse concurso. Mas, ainda durante um ano, auxiliiei meu tio Joaquim Brandão a organizar a granja de seu sogro.

Relações com parentes políticos e amigos de banqueiros, proprietários de negócios com o pai e sogro e outras afinidades marcam o início da trajetória de Carlos Brandão, que assim como os anteriores presidentes do BCB herdaram algum ou mais tipos de “capitais” que os colocam em vantagem em relação a entrada no interior de campos e subcampos envolvendo os setores econômicos e financeiros e instituições estratégicas de Estado.

Segundo as considerações de Pereira (2017, p.105):

A família constitui-se como um meio privilegiado de transmissão seja de um nome, do sobrenome, do patrimônio, da educação, da cultura ou de uma profissão. O processo de transmissão na família é fundamental para a construção de si, isto é, para a formação da identidade do indivíduo. As gerações da família transmitem conteúdos que visam assegurar a sobrevivência do grupo familiar através do tempo. Por isso a história de cada sujeito inicia-se em uma pré-história que antecede o nascimento, em que é tecida uma trama de expectativas, fantasias e desejos dos ascendentes.

Por isso enfatizamos o conceito e a abordagem teórica que procura explicar a ascensão e permanência dos indivíduos nas altas rodas ou circuitos sociais de status, prestígio e legitimidade profissional e acadêmica como decorrentes às famílias de

origem da classe dominante³⁸ ou frações de classe da burguesia, já que no caso das elites não podemos dizer que essa posição privilegiada de destaque pode ser permanente. A permanência com grau elevado de conteúdo e densidade de capitais em cada campo e subcampo onde está inserido é uma característica da classe dominante que em muitos aspectos consegue se reproduzir historicamente através de relações matrimoniais entre famílias de destaque econômico, político e social, assim como através do compadrio e de outras incursões de afinidade e sociedades profissionais e de capitais econômicos; além das alianças políticas bem tramadas e conciliadas no espectro técnico e político.

Para Marx e Engels o controle do Estado burguês, dos meios de comunicação de massa, das instituições tecnocráticas e militares, além é claro do aparato produtivo e da reprodução e ampliação do capital financeiro. Na sequência iremos chamar a atenção para a teoria das elites que para esse trabalho é adequada enquanto os atores políticos e tecnocratas assumem postos e funções nas instituições de Estado e nas organizações privadas. Ao mesmo tempo adotamos uma posição crítica a essa visão, já que as posições dos agentes ou atores econômicos e políticos é estabelecida de modo geral no seio da família de classe social abastada de bens ou posses e de “capitais” dos mais variados ou adquirem por intermédio de vínculos de afinidade ou de oportunidades de entrada em espaços sociais que possibilitem entrar no jogo e quiçá se estabelecerem e alcançarem posições de destaque nos diversos campos e subcampos da vida social. A classe social possibilita alcançar ou atingir os cargos e posições sociais de destaque ou privilégios, onde determinadas elites nem sempre pertencem a classe social dominante.

No que tange a Carlos Brandão constatamos na passagem a seguir que a classe social de origem possibilita a entrada dos atores em um determinado campo já

³⁸ Para Bottomore (1988, p. 64), A expressão “classe dominante” abrange duas noções, que Marx e Engels distinguiam, embora não as tivessem explicado sistematicamente. A primeira é a de uma classe economicamente dominante que, em virtude de sua posição econômica, domina e controla todos os aspectos da vida social. Em *A ideologia alemã* (vol. I, IA2) essa ideia é expressa da seguinte maneira “As ideias da classe dominante são, em qualquer época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força intelectual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material tem controle sobre os meios da produção intelectual”. A segunda noção é a de que a classe dominante, para manter e reproduzir o modo de produção e as formas de sociedade existentes, deve necessariamente exercer o poder de Estado, isto é, dominar politicamente. No *Manifesto comunista*, Marx e Engels disseram que “a burguesia, finalmente, desde o estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, conquistou para si, no moderno Estado representativo, o predomínio político exclusivo. A direção do Estado moderno é apenas um comitê de administração dos interesses comuns de toda a burguesia”.

carregados de “capitais” familiares que o conduzem pela via pavimentada nos diversos espaços ou campos.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil VIII. (2019, p.17):

Depois dessa ótima experiência em organizar uma granja, fui trabalhar na agência carioca de um pequeno banco, cujos controladores eram proprietários da Fábrica de Cimento Itaú – localizada em uma cidade vizinha a Passos –, que deu origem ao atual Banco Itaú. Por sugestão de um contraparente, assumi o posto de investigador de cadastro – no sistema de investigação, a concessão de crédito às empresas dependia da análise do balanço. Aos 19 para 20 anos, mantinha o espírito muito aberto e logo me tornei um bom analista, adquirindo estrutura e sólido conhecimento da praça.

E deixou de lado os planos de carreira no Banco do Brasil?

Apenas temporariamente. Fiquei 2 ou 3 anos nesse Banco Itaú, mas afinal fiz concurso para o Banco do Brasil e passei. Fui designado para a agência da Praça da Bandeira, onde estava em torno de quinze dias, quando se deu a criação da Carteira de Comércio Exterior (Cacex).² Fui um dos vinte primeiros funcionários da Cacex e trabalhei como correspondente, durante dois anos, ao lado de José Carlos Moreira Alves, atual ministro do Supremo Tribunal Federal. Alves acabara de se formar em Direito, defendia suas primeiras teses e, como eu, estava começando a vida. Ficamos amicíssimos.

Percebemos claramente as relações de afinidade e reciprocidade envolvendo vínculos com parentes como forma de adentrar aos espaços sociais e os campos e subcampos econômicos típicos da trajetória dos presidentes do Banco Central até o momento, principalmente onde a classe social já é identificada na origem da própria entrevista. Instituições financeiras de peso são criadas no momento que Carlos Brandão inicia a sua carreira e o Banco Itaú aparece como o banco que possibilitou Carlos Brandão a migrar com mais experiência profissional ao Banco do Brasil e ver nascer departamentos que seriam estratégicos para a economia brasileira como a CACEX (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil), além da amizade, afinidade e percursos de interesse entre indivíduos no interior do Banco do Brasil como relata Carlos Brandão ao conhecer e se tornar amigo do futuro ministro do supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil VIII. (2019, p.17):

E deixou de lado os planos de carreira no Banco do Brasil? Apenas temporariamente. Fiquei 2 ou 3 anos nesse Banco Itaú, mas afinal fiz concurso para o Banco do Brasil e passei. Fui designado para a agência da Praça da Bandeira, onde estava em torno de quinze dias, quando se deu a criação da Carteira de Comércio Exterior (Cacex).² Fui um dos vinte primeiros funcionários da Cacex e trabalhei como correspondente, durante dois anos, ao lado de José Carlos Moreira Alves, atual ministro do Supremo Tribunal Federal. Alves acabara de se formar em Direito, defendia suas primeiras teses e, como eu, estava começando a vida. Ficamos amicíssimos.

São esses capitais sociais que fortalecem a carreira e a trajetória de Carlos Brandão e que a partir do momento que ele assume posições estratégicas no Banco do Brasil a sua capacidade de conquistar e acumular mais “capitais” passa por um novo estágio.

B) Carreira de Carlos Brandão até o ápice como presidente do Banco Central do Brasil no Governo Figueiredo

Após ter apenas três anos de carreira como escriturário do Banco do Brasil e com menos de 30 anos de idade Carlos Brandão foi convidado a assumir a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac; e esse convite irá gerar conflitos e animosidades dentro do Banco. A sua chegada ao Banco do Brasil ocorreu no ano de 1953 e logo no ano seguinte assume como assessor da diretoria de comércio exterior (CACEX). Em apenas dois anos na assessoria da diretoria de comércio exterior foi designado secretário-geral da Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira (Ceplac) em 1957. Conseguiu a partir de então organizar esse setor a ponto de ter criado, organizado e instalado diversos centros e departamentos como o Centro de Pesquisa do Cacau, o Departamento de Extensão, o Departamento de Crédito e Investimento na Infraestrutura, o Departamento Administrativo e a Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil VIII. (2019, p.20-21):

Ao aceitar a nomeação para a Ceplac o senhor se licenciou do Banco do Brasil?

Não foi necessário. O Decreto 40.987, de 20 de fevereiro de 1957, do presidente da República, criando a Ceplac, previa uma administração sob responsabilidade de funcionários do Banco do Brasil. Mediante convênio, o banco cedia pessoal qualificado à Ceplac. Tanto que os cargos da Ceplac eram equivalentes aos do Banco do Brasil, e nos mantínhamos como se estivéssemos em exercício das antigas funções, sem interrupção da contagem de tempo de serviço. Tinha 28 anos e estava há pouco mais de três anos no Banco do Brasil. Estava no início da carreira como escriturário – esse era o nome – e, por isso, a minha nomeação para cargo tão importante – o que era inédito no banco – causou indignação nos funcionários mais antigos, com 20 ou 30 anos de casa, então preteridos. Chegaram a levar tal indignação a Tosta Filho. Este, mesmo diante dessas objeções, manteve minha nomeação para cargo de tal responsabilidade e desafio profissional, criando perspectivas inesperadas para o meu futuro como administrador da coisa pública.

A criação do Centro de Pesquisas do Cacau Por que o governo federal decidiu apoiar a iniciativa da Ceplac e não encaminhou o processo de composição da dívida dos produtores por intermédio do Instituto do Cacau da Bahia (ICB)? Porque o ICB era de âmbito estadual. Sua criação, em 1931, foi iniciativa do próprio Tosta Filho, que o presidiu até 1937, após o que o ICB não conseguiu

dar continuidade ao cumprimento de seus objetivos. Em 1957, Tosta Filho, como diretor da Cacex, tinha força junto ao governo, aos produtores e às autoridades baianas para que levasse adiante a alternativa da Ceplac. E, como o Fundo de Ágios dispunha de um grande volume de recursos para a Ceplac, dele foi destacado a sacar Cr\$1 bilhão – em cruzeiros da época, o que era muito dinheiro – para sanear a dívida dos produtores de cacau. Todavia, dois anos depois, instalou-se nova crise, exigindo uma segunda composição: verificou-se grande queda da produção, devido ao excesso de doenças e a uma série de problemas estruturais, e os produtores não conseguiram honrar as vendas de cacau, em virtude da forte oscilação dos preços.

O grande salto de legitimidade política e técnica de Carlos Brandão ocorre na Ceplac, e a partir dela, as demais criações de centros de estudos e pesquisas, departamentos e escolas que foram criadas. Trabalhar com a questão que envolvia o cacau e a proximidade com o setor da agricultura possibilitou Carlos Brandão a participar em encontros internacionais não apenas sobre o cacau como também encontros de alimentação e agricultura. Nesse caminho Carlos Brandão acumulou “capitais” bastante densos e pode dar continuidade a sua carreira com a entrada em subcampos diferenciados e estratégicos na escalada institucional.

Cabe-se destacar que a ascensão dessas elites ocorre em primeiro plano através das condições sociais de origem, retomando o ponto da discussão entre o conceito e a teoria das elites em comparação a teoria marxiana e mesmo marxista de classe dominante. O exemplo de Carlos Brandão contribui para que possamos fazer algumas apreciações nesse sentido a partir da consideração de Saint Martin nesse aspecto.

Martin (2008, p. 49):

O uso da noção de elites não significa adesão à teoria das elites (Pareto, Michels, Mosca, etc.) que se constituía em oposição ao marxismo e que nega a diferença entre os regimes democráticos modernos e os regimes aristocráticos do passado. Ela sugere, pelo menos quando a noção é utilizada no plural, que a sociedade em que estas elites se inserem é diversificada e que o regime político é pluralista, por oposição a um conjunto social que seria relativamente homogêneo (notadamente no caso de uma ditadura).

Para o caso brasileiro compreendemos que as elites políticas e tecnocráticas de Estado nesse grau elevado de inserção nasceram a partir de uma origem privilegiada de berço ou de um acesso a partir de uma porta de entrada que foi acessada através de relações de afinidades e interesses recíprocos. Se olharmos a seguir para a carreira de Carlos Brandão a partir do momento que ele passa a dirigir uma instituição tecnocrática como a SEPLAC seus “capitais” políticos e sociais se expandem. Se

olharmos de perto seus capitais educacionais iremos encontrar um indivíduo bastante privilegiado de formação intelectual e acadêmica.

Após ter concluído seus estudos no nível fundamental e médio em São Paulo segue concluindo cursos técnicos de liderança executiva e de administração no Brasil e ainda parte aos EUA para concluir um curso de técnicas de controle monetário e para Dinamarca para concluir um curso de técnicas de elaboração e execução orçamentária. A educação em instituições estrangeiras marca um recorte social importante no que diz respeito a sua posição de classe.

O aporte econômico familiar o permite investir na sua carreira e possibilita que Carlos avance posições nas disputas no interior do campo econômico e financeiro e no subcampo das instituições de Estado, somando-se a isso a influência de parentes e afinidades em torno de amizades, também de vínculos profissionais e políticos.

Segundo Bourdieu (2007, p. 191):

Em termos metodológicos rigorosos a construção da lógica peculiar a cada um dos sistemas imbricados de relações relativamente autônomas (o campo do poder e o campo intelectual) constitui a condição prévia de construção da trajetória social como sistema dos traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias. O terceiro e último momento corresponde à construção do *habitus* como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinados no interior de um campo intelectual que, por sua vez, ocupa uma posição determinada na estrutura da classe dominante.

De acordo com Bourdieu a construção do *habitus* de classe só pode ser encontrado no seio da classe dominante como um sistema de disposições socialmente constituídas que gera, unifica e se reproduz também por gerações numa interpretação sociológica que ao nosso entendimento na distinção de uma determinada classe social, Reproduzir esse processo de maneira forjada sem pertencer a classe dominante apesar de possível ao longo da trajetória, porém, não tem e não adquire as mesmas características quando são internalizadas desde criança. Na trajetória de Carlos é notório a posse pela distinção desde a família não apenas do capital econômico como também o gosto pela cultura entre bibliotecas e árvores genealógicas, apesar de dizer na entrevista não saber de onde herdou esse interesse.

A trajetória tecnocrática escolhida por Carlos Brandão à frente da Ceplac abriu portas para que ele organizasse outras atividades e instituições, inclusive participando de eventos internacionais importantes.

Segundo Lopes (2017b), em verbete para o acervo biográfico do CPDOC-FGV,

À frente da Ceplac, coordenou o grupo de trabalho do Conselho Nacional de Comércio Exterior, que elaborou resolução sobre o sistema de padronização, classificação e inspeção sanitária para produtos destinados à exportação. Como delegado do Brasil, participou de conferências internacionais sobre a economia da lavoura cacaueteira, promovidas pela UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development), em Genebra, Suíça, entre 1967 e 1968. Também como representante do Brasil, esteve presente à II Conferência da Aliança dos Países Produtores de Cacau, realizada em Salvador, e a encontros internacionais promovidos pela Organização para a Alimentação e a Agricultura (Food and Agriculture Organization — FAO), que resultaram na elaboração do Acordo Internacional do Cacau. Em 1969, após 12 anos, deixou a direção da Ceplac, sendo substituído por José Haroldo Castro Vieira.

Essa experiência profissional, assim como seus contatos políticos o conduziram ao Banco Central na primeira gestão de Ernane Galvêas à frente da presidência do Banco Central no governo Médici. Segundo Rothkopf (2008, p. 106): “e herdamos redes de contatos e muitas vezes um sistema de apoio de equipe e ou ligações institucionais que podem ajudá-las e que, como parte do *establishment* partilham seu desejo de manter o *status quo*. É um sistema natural, e ajudou a produzir e a manter a estrutura de classes que dominou as hierarquias sociais desde o alvorecer da História”. Carlos assumiu a gerência da dívida pública sendo o principal artífice da criação do mercado aberto de títulos públicos (open market) como mecanismo de fortalecer o mercado de títulos públicos de maneira a administrar o déficit do Tesouro Nacional via emissão de títulos da dívida pública; sendo também um dos criadores das Letras do Tesouro Nacional (LTN). Nesse momento a fase de maior ruptura com a organização tradicional burocrática em termos de operação de uma instituição financeira regulatória e fiscalizatória estava quebrada; isto é, agora o Banco Central inaugurava uma fase mais agressiva de expansão e de intermediação do capital financeiro nacional e internacional. A partir de então a carreira de Carlos Brandão passa para outro patamar.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil VIII. (2019, p.35-36):

O senhor ainda estava na Ceplac quando foi convidado por Ernane Galvêas, presidente do Banco Central, para assumir a Gerência da Dívida Pública, a Gedip. Como foi esse contato?

Sem dúvida, minha história no Banco Central tem raízes no período em que fui secretário-geral da Ceplac. Foi nessa época que tive meu primeiro contato profissional com o Galvêas, que chefiava a assessoria bancária do Ministério da Fazenda, cujo titular era o Clemente Mariani. Ele me convocou para colaborar em um processo importante que estava sendo estudado e ficou muito

impressionado com a maneira pela qual resolvi o problema, ditando um parecer, na hora. Chegou a propor que trabalhasse com ele na assessoria bancária, o que recusei, pois, a economia cacaueira me absorvia demais – quem Galvêas convidou, em face de minha recusa, foi João Paulo dos Reis Velloso³⁹, que mais tarde foi ministro do Planejamento. Posteriormente, Galvêas foi convidado para ser diretor da Cacex. Sendo o cacau um produto de exportação, naturalmente o Colegiado da Ceplac era presidido pelo ministro da Fazenda, cabendo a vice-presidência ao diretor da Cacex. Nesse período, nossos contatos se multiplicaram: ele visitou a Ceplac oficialmente e o ajudei em alguns trabalhos de menor relevância, assim como colaborei com Benedito Fonseca Moreira, do então existente Conselho de Comércio Exterior. Nossa amizade já havia se estreitado, portanto, quando ele foi indicado para

³⁹ *João Paulo dos Reis Velloso* nasceu em Parnaíba (PI) no dia 12 de julho de 1931, filho de Francisco Augusto de Castro Velloso e de Maria Antonieta Torres Velloso. Seu pai era funcionário dos Correios e Telégrafos e sua mãe, costureira. Fez seus primeiros estudos em sua cidade natal, tendo cursado o secundário no Colégio São Luís Gonzaga. Também em Parnaíba fez o curso técnico de comércio na Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral. Entre os anos de 1947 e 1949 trabalhou na empresa Moraes e em 1950 exerceu o magistério. Nesse último ano participou no Piauí da campanha do brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da União Democrática Nacional (UDN) à presidência da República, derrotado por Getúlio Vargas nas eleições de outubro. Em março de 1951 transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, tornando-se secretário do deputado federal Jorge Lacerda, da UDN de Santa Catarina, função que exerceu até o ano seguinte. Ainda em 1952 foi admitido no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), como escriturário e oficial de administração. Durante sua breve carreira no IAPI, exerceu ainda cargos de confiança, primeiro como assistente e depois como secretário da presidência. Em 1955 deixou esse instituto, ingressando por concurso em outubro desse mesmo ano no Banco do Brasil, em São Paulo, também como escriturário. Ainda em São Paulo, iniciou o curso de economia na Fundação Álvares Penteado em 1957. No ano seguinte foi transferido para o Rio como assessor da presidência do Banco do Brasil, continuando o curso de economia na atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Em maio de 1960, logo após a inauguração da nova capital, transferiu-se para Brasília, ainda como assessor. Terminou o curso de economia no Rio nesse mesmo ano e deixou Brasília em janeiro de 1961. De volta ao Rio, já no governo de João Goulart, foi designado em setembro para servir no gabinete do ministro da Fazenda, Válder Moreira Sales. Realizou também cursos de pós-graduação em economia, o primeiro ainda em 1961 no Conselho Nacional de Economia, e o segundo em 1962 no Centro de Aperfeiçoamento de Economistas, atual Escola de Pós-Graduação em Economia, da Fundação Getúlio Vargas. Em setembro de 1962 foi para a Universidade de Yale, em New Haven (EUA), onde permaneceu até maio de 1964, obtendo o título de mestre em economia. De volta ao Brasil, em julho, já no governo do marechal Humberto Castelo Branco - instalado com o movimento político-militar de 31 de março de 1964, que depôs João Goulart -, foi incumbido pelo ministro do Planejamento Roberto Campos de organizar o Escritório de Pesquisa Econômica e Social Aplicada (EPEA) atual Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) -, exercendo a chefia da instituição até 1968. Em abril desse último ano, no governo do marechal Artur da Costa e Silva, quando Hélio Beltrão era ministro do Planejamento, Reis Velloso foi empossado no cargo, recentemente criado, de secretário-geral da pasta. De 1968 a 1969 integrou também o Conselho Federal de Educação (CFE) e o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). - Governo Médici (1969-1974) Em 30 de outubro de 1969 tomou posse na presidência da República o general Emílio Garrastazu Médici, sucedendo à junta militar - composta pelos ministros do Exército, general Aurélio de Lira Tavares, da Marinha, almirante Augusto Rademaker, e da Aeronáutica, brigadeiro Márcio de Sousa e Melo -, que, por sua vez, havia substituído o presidente Costa e Silva, afastado do cargo em agosto de 1969 por ter sido acometido de uma trombose. O ministro Hélio Beltrão encontrava-se demissionário e Reis Velloso foi então nomeado para substituí-lo, ainda em outubro. Na pasta da Fazenda, e com grande preeminência na direção da economia nacional, continuava Antônio Delfim Neto. No primeiro ano da gestão de Reis Velloso, realizou-se o Censo (1970), a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vinculado ao Ministério do Planejamento. Foi também criado o Fundo de Reorganização e Modernização Industrial, com recursos da ordem de novecentos milhões de cruzeiros, oriundos do Banco Nacional do desenvolvimento Econômico (BNDE). Além disso, o Ministério do Planejamento encarregou-se de coordenar a elaboração do Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo - documento no qual foram traçadas as diretrizes da política econômica para o triênio seguinte - lançado em outubro de 1970 (FGV, 2017e).

a presidência do Banco Central. No dia em que recebeu o convite, convidou-me para acompanhá-lo de carro até a sua casa e no percurso disse: “Vou levar você comigo para o Banco Central”.

O convite já era para a Gedip?

Não, para a Gerência de Mercado de Capitais. Ponderei que ainda estava muito assoberbado de trabalho, tentando estruturar a economia cacauêira, mas acabei confessando que o momento de sair talvez não estivesse distante. O tempo transcorreu, e Galvêas continuou insistindo. Quando já estava perto de completar doze anos à frente da Ceplac, tendo suportado acusações de autoritarismo, comissões de inquérito, Conselho de Segurança, decidi que já era hora de cuidar da minha vida profissional. Os frutos do meu trabalho estavam amadurecendo, criando novas esperanças para o futuro do cacau. Assim, podia dar por encerrada a missão de que me incumbira. Quem sabe a solução não seria aceitar o convite para assumir outro órgão governamental? Era hora de seguir um sábio conselho que Tosta Filho me deu no início de minha carreira profissional: “Saiba deixar, no momento certo, os cargos que vier a exercer; não se prenda a eles”.

Uma série de contatos se estabeleceram entre os diversos órgãos e instituições governamentais e entre vários atores políticos e tecnocratas que constroem laços de reciprocidade em termos políticos e profissionais. Os atores institucionais se cruzam e terminam por estabelecerem alianças de confiança mútua e interesse. Carlos Brandão a convite do então presidente do BCB Ernane Galvêas na gestão do general presidente Médici passa a constituir o mercado aberto (open market) na administração dos títulos públicos federais e a criar uma série de instrumentos financeiros e resgatar outros. O início da década de 1970 é marcado pelo processo de liberalização e desregulamentação do mercado financeiro internacional, onde o BCB passa a ser uma instituição de intermediação chave nesse processo. De acordo com Piqueras e Dierckxsens (2018, p. 60): “Os bancos centrais têm conduzido este esquema de pirâmide por meio da compra de títulos e bônus criados com divisas do nada, e, portanto, fomentaram a desigualdade econômica e social”.

Para um país periférico como o Brasil esse processo de intermediação tende a ser ainda mais desigual devido à ausência de poupança interna com um grau elevado de dependência de capitais externos para o financiamento dos investimentos em infraestrutura e demais programas de desenvolvimento socioeconômico. O imperialismo capitaneado pelos EUA e quase hegemônico no que tange a concentração da organização global do mercado financeiro procurava impor seus ditames através de regras, normas e modelos consultivos por intermédio de missões internacionais e acordos de coordenação e orientação do mercado financeiro.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil VIII. (2019, p.42-43):

Um mercado em formação

No processo de implantação do mercado aberto, o senhor contou com alguma assessoria externa? Logo que assumi a gerência, encontrava-se no Brasil, há cerca de três meses, um dos vice-presidentes do Federal Reserve Bank (Fed), mister Marshall, elaborando um estudo para implantar o mercado aberto em nosso país. Eu o recebi e fui bastante franco, dizendo que leria atentamente o seu relatório, como um documento de consulta. Ele queria indicar imediatamente as instituições financeiras *dealers* do Banco Central, tal qual no sistema norte-americano, mas sugeri, muito amavelmente, que esquecesse a ideia, pois, enquanto o mercado não se organizasse, nada seria implementado. O que caracterizava a atuação de um *dealer*?

Os *dealers*⁴⁰ são instituições financeiras que intermedeiam, com exclusividade, as operações de compra e venda de títulos do Tesouro Nacional, realizados pela Gedip, para fins de política monetária. Suponhamos que a arrecadação de tributos contribuísse para baixar demais o nível das reservas bancárias, enxugando a liquidez. Nesse caso, a Gedip escolhia um e outro *dealer*, aleatoriamente, e os autorizava a comprar títulos e repassá-los à Gedip, o que me permitia injetar recursos e regularizar a liquidez bancária e da economia. Quando as reservas eram em demasia, acontecia o mesmo; apenas a autorização se convertia em comando de venda de títulos da carteira da Gedip, enxugando reservas bancárias e evitando a expansão do crédito. Essas alternativas operacionais, simples, mas difíceis de dosar, nos permitiam evitar recessão por falta de crédito, ou inflação, por excesso. Evidentemente, a questão da ética em tais operações era o mais importante – a palavra de um *dealer* não podia ser mudada. Tudo se fazia oralmente, por telefone, e não honrar a palavra dada a um cliente podia significar o descredenciamento da instituição financeira para atuar como *dealer*. Um operador que fechasse um negócio com o Banco Central, ou com quem quer que fosse, e não honrasse a palavra dada, era alijado desse mercado, porque o fato acabaria caindo em domínio público. E, se uma instituição financeira deixasse de ser *dealer*, quebrava. Quem transgredisse a ética, tentasse especular, estaria liquidado. Essa regra, *impus*: a ética era fundamental. Nos Estados Unidos, também não há nada por escrito: a confiança é pessoal. É a única forma possível. Hoje – década de 1990 – a atividade dos *dealers* está regulamentada, só falta dar carta patente. Pergunto: “Será que enlouqueceram?”. Como podem regular os negócios de um parceiro informal que só se mantém nessa condição enquanto demonstra uma performance à altura?

Na prática a atuação dos *dealers* foi regulamentada na década de 1990, principalmente com a ascensão do Plano Real (1994) que impulsionou a participação das instituições financeiras na aquisição de títulos da dívida pública que frequentemente

⁴⁰ Dealer - 1. Instituição financeira que compra e vende valores mobiliários para sua carteira própria. 2. instituição financeira selecionada pelo banco central, que intervém no mercado para participar de leilões informais de câmbio e títulos públicos e regular a liquidez no mercado. o *dealer* mantém uma carteira de títulos expressiva, alocando recursos específicos e permanentes, nivelando as operações de *open market*. é escolhida entre os bancos mais ativos no mercado e tem a responsabilidade de informar os demais bancos sobre o leilão, sob pena de descredenciamento. as instituições credenciadas classificam-se em dois grupos: a) *dealers* primários: direcionados para as colocações primárias de títulos públicos federais; b) *dealers* especialistas: direcionados para a negociação no mercado secundário desses títulos. Relativamente às instituições integrantes de um mesmo conglomerado financeiro, a participação de uma delas em determinado grupo exclui a possibilidade de credenciamento das demais para aquele grupo. constituem pré-requisitos para o credenciamento da instituição: patrimônio de referência de, pelo menos, 50% do valor mínimo fixado para instituições financeiras com carteira comercial; elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro; inexistência de restrição que, a critério do banco central e da secretaria do tesouro nacional, desaconselhe o credenciamento (ENCICLOPÉDIA DE FINANÇAS, 202?).

remunera o capital financeiro através dos desvios de recursos orçamentários do Tesouro Nacional para o pagamento de juros da dívida pública. Isso faz com que a dívida seja explosiva, inclusive a médio prazo.

De acordo com Marcelino e Lindesay (2022, p 1):

Ao mesmo tempo, o pagamento de juros e amortizações da dívida pública aos rentistas nacionais e internacionais – em especial aqueles aplicadores em “investimentos” do mercado financeiro são salvaguardados pelas instituições de Estado, em particular o Banco Central. Esses mesmos rentistas – donos da dívida pública – são os mais vorazes aplicadores financeiros e detêm imensas vantagens comparativas em detrimento da maioria do povo brasileiro; como no caso dos grandes bancos e corporações estreitamente imbricadas com instituições financeiras globais (**“os donos da dívida pública”**) que já possuem cadeira cativa nas mesas de aquisições dos títulos públicos federais junto ao Banco Central.

Apesar da passagem acima se referir a uma abordagem atual ela condiz com as práticas iniciadas a mais de cinquenta anos quando o mercado aberto foi implementado no Brasil através da instituição chave da política monetária – o Banco Central. Essa política liberalizante condiz com as exigências do sistema financeiro internacional como *modus operandi* do imperialismo. Mas para que se adequasse as normas internacionais e a própria operacionalização do sistema de forma integrada o processo de informatização precisava entrar em funcionamento. A partir de então entra em vigor o sistema de liquidação e custódia que procurava normatizar o pagamento dos juros relacionados aos títulos públicos federais a partir de uma determinada taxa de referência.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil VIII. (2019, p.51-52):

Os bancos já dispunham de sistemas informatizados?
Não! Ninguém tinha absolutamente nada. Minha proposta era que os bancos pagassem o custo de instalação do projeto, inclusive a equipe que operaria os equipamentos, deixando a administração por conta do Banco Central. Afinal, elaborou-se um convênio entre a Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (Andima),⁴ o Banco Central e os bancos envolvidos, acertando-se que o preço do input proveria o sistema. Esse convênio só foi assinado por mim uma semana antes da minha saída da Gedip, durante uma solenidade realizada em um restaurante situado no Edifício Avenida Central, no Rio de Janeiro, estando presentes o presidente do Banco Central; o presidente do Bradesco, Amador Aguiar; e todos os grandes banqueiros. Coube à Andima a responsabilidade de receber dos bancos e ressarcir à Burroughs todo o custo do desenvolvimento do projeto e também dos computadores, terminais e das reformas do prédio. O Banco Central passou a administrar o

Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic)⁴¹, que nascia naquele momento. Mais tarde, em 1984, quando eu era presidente da Andima, o convênio foi revisto, mas o processo ainda prevalece até hoje. Na ocasião, tratou-se de um avanço inédito. O que introduzimos não existia em lugar nenhum do mundo. Mesmo considerando que, de início, não operávamos a liquidação financeira o que, do ponto de vista da programação seria meio complicado na época. Mas a simples custódia já resolvia todos os problemas de segurança. Para os que se interessarem por detalhes sobre a organização do mercado aberto e seus objetivos como instrumento de política monetária, sugiro consultar o Relatório da Gedip de 1972, por mim elaborado, e que foi posteriormente reproduzido, na íntegra, em livro da Andima, publicado no Rio de Janeiro em 1985, como parte da Coleção Mercado Aberto, que contém vários outros trabalhos de minha autoria relacionados com o assunto.

O Brasil se tornou ao longo das últimas décadas um dos países mais desenvolvidos do mundo em relação aos sistemas operacionais do Banco Central e de todo o sistema financeiro nacional o que contrasta enormemente em relação as disparidades em termos de renda e riqueza na sociedade brasileira. As elites tecnocráticas, em especial do Banco Central continuam aperfeiçoando os procedimentos, normas e a operacionalidade do sistema enquanto a dívida pública continua aumentando exponencialmente no Brasil de 2022. São as mesmas elites tecnocráticas e políticas que assumem funções concomitantes no setor privado e se tornam sócias do capitalismo financeiro brasileiro em conluio com o imperialismo. E isso se verifica não apenas em termos de adequação ao sistema quanto seus atores tecnocráticos principais como no próprio depoimento de Carlos Brandão quando decide fazer um curso nos EUA no banco central mais importante do mundo.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil VIII. (2019, p.73-74):

Estágio no Federal Reserve System O senhor mencionou que viajou aos Estados Unidos para se reunir com representantes do Fed. Em que momento isso se deu?

Em fins de 1972, com o mercado funcionando – embora alguns detalhes para seu aperfeiçoamento ainda estivessem sendo implementados –, fomos enviados pelo governo brasileiro, João Ary de Lima Barros, gerente-adjunto da Gedip, e eu, para estudar o Fed dos Estados Unidos e verificar como se fazia a política monetária e como operava o Comitê de Mercado Aberto, em Washington. Em missão oficial, tínhamos acesso a quase tudo. Por exemplo: os

⁴¹ A Selic é a taxa básica de juros da economia. É o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) para controlar a inflação. Ela influencia todas as taxas de juros do país, como as taxas de juros dos empréstimos, dos financiamentos e das aplicações financeiras. A taxa Selic refere-se à taxa de juros apurada nas operações de empréstimos de um dia entre as instituições financeiras que utilizam títulos públicos federais como garantia. O BC opera no mercado de títulos públicos para que a taxa Selic efetiva esteja em linha com a meta da Selic definida na reunião do Comitê de Política Monetária do BC (Copom). Origem do nome "Selic" - O nome da taxa Selic vem da sigla do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia. Tal sistema é uma infraestrutura do mercado financeiro administrada pelo BC. Nele são transacionados títulos públicos federais. A taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados nesse sistema corresponde à taxa Selic (BCB, 202?).

Estados Unidos mantêm um Comitê de Pesquisa e Estatística, na sede do Fed⁴², em Washington, que, a cada 20 dias, produz análises da economia norte-americana e em escala mundial – incluindo, portanto, do Brasil –, as quais são reunidas em um green book e em um red book: só me deixaram ler o índice de um deles. Durante dois dias, consultei um sem-número de relatórios e pude ver que todos os aspectos, inclusive os políticos, eram verificados e projetados nas referidas análises. Uma estrutura impressionante e absolutamente confidencial! Poucos conhecem esse trabalho tão meticuloso. Saí de lá convencido de que ninguém pode com esse país, onde tudo é programado, onde nada se faz de improviso. Creio mesmo que eles facilitam o crescimento da economia norte-americana, ou adotam medidas recessivas, sempre visando preservar a estabilidade dos preços internos e o poder de compra do dólar. E cheguei à conclusão de que só era banco central, mesmo, o Federal Reserve de Nova Iorque; o restante funciona como delegacias espalhadas por 6 ou 7 pontos do país. O Fed tem um vice-presidente exclusivamente encarregado de recepcionar os visitantes e, quando chegamos, quis nos conduzir por um roteiro habitual. Perdi um tempo enorme para convencê-lo de que estava ciente do processo e só queria tirar dúvidas. Mas, depois disso, quando eu chegava ao setor de projeções, ou ao Central Money Desk, os técnicos me recebiam e sentava-me com eles. Era uma delícia! No final, quando viemos embora, ofereceram-nos um coquetel no qual o tal vice-presidente discursou, salientando que nosso conhecimento do mercado monetário e do funcionamento e objetivos do mercado aberto superava o de 98% do seu pessoal. Respondi que aceitava as suas palavras como um elogio e que, sem dúvida, a viagem fora proveitosa. De fato, foi fantástica! Ao longo de dois meses, tirei todas as dúvidas sobre a melhor forma de organizar o mercado aberto, quer fosse na Gedip, quer fosse em relação ao mercado, cujos resultados podem ser comprovados pelo êxito dessas operações no Brasil, na minha gestão e na de João Ary, naquela gerência. À noite, quando voltávamos para o hotel, eu ditava tudo o que vira para o João Ary ir anotando. E essas anotações conjuntas, num texto quase coloquial, resultaram em um relatório que ainda guardo, por ser uma espécie de roteiro sobre atitudes certas e equivocadas, o que se devia fazer e não fazer na condução do mercado aberto, na dívida pública e na política monetária.

O depoimento de Carlos Brandão explica como o sistema financeiro internacional está integrado pelos respectivos bancos centrais do país e como a coordenação

⁴² O que é o FED, o Federal Reserve System. Em poucas palavras, o FED é o banco central dos Estados Unidos – e tem papel de definir e regular medidas relacionadas à economia do país. Considerando que a economia dos Estados Unidos é a maior do mundo, o FED se torna uma instituição importante: qualquer mudança na economia norte-americana terá impacto nos demais países do mundo e suas respectivas economias. O que o FED faz? As cinco principais “funções” do FED são: Definir e conduzir a política monetária e cambial dos Estados Unidos; Fiscaliza a atuação dos bancos centrais de cada distrito americano; garantir a estabilidade do sistema financeiro do país; gerir o sistema de pagamentos; regular e supervisionar as instituições financeiras; promover o desenvolvimento sustentável da economia. Tal como o Banco Central do Brasil, portanto, o FED define a taxa de juros básica dos Estados Unidos, controla a quantidade de moeda em circulação e também é responsável por definir e garantir o cumprimento da política monetária do país, entre outras funções. Entender o que é o FED traz mais clareza sobre como suas medidas impactam as demais economias mundiais. Como o FED atua? É importante comentar sobre a independência do FED em relação ao governo norte-americano e às outras instituições políticas do país: ele tem a liberdade de aplicar políticas econômicas sem a necessidade de aprovação do governo, assim como de intervir na economia – como fez na crise de 2008. Além disso, existem algumas diferenças entre o banco central brasileiro e o FED, sendo a principal delas a presença de instituições financeiras privadas em sua governança. Isso significa que bancos privados também participam das decisões do FED. Outra diferença importante é em relação à compra e venda de títulos: no caso do FED, ela acontece em uma instituição separada, o FOMC, sigla para Federal Open Market Committee – em português, Comitê de Mercado Aberto (NUBANK, 2020).

do imperialismo rege esse sistema global. A política monetária termina sendo a forma da centralização da política econômica dos países, em especial no último quarto do século XX tendo o Banco Central como a instituição estratégica do processo de intermediação financeira, assim como a instituição responsável pela acumulação e reprodução do capital.

De acordo com Afonso e Souza (1977, p. 27):

O processo de internacionalização radical do subsistema nacional é a principal realização política do regime militar brasileiro a partir de 1964. Resumidamente, o desenvolvimento atual do capitalismo no Brasil se apresenta como o resultado da associação entre três agentes fundamentais.

1. O capital multinacional que controla:
 - a. setores dinâmicos e estratégicos da indústria, agroindústria e seus respectivos mecanismos de exportação;
 - b. setores fundamentais da exploração de recursos naturais;
 - c. setores mais dinâmicos das novas fronteiras agrícolas (de que o projeto Jari na Amazônia é um bom exemplo);
 - d. mecanismos básicos do capital financeiro internacional operando no Brasil, assim como mecanismos internos de captação de recursos estatais.
2. O capital nacional associado ao capital mundial, que se integra no setor internacionalizado da economia basicamente como elemento complementar e subsidiário do processo produtivo, da rede de comercialização e de serviços.
3. O Estado brasileiro, atuando como agente disciplinador interno, negociador externo e responsável pela implementação da infraestrutura industrial e de serviços requerida pelo setor internacionalizado da economia.

As contradições da economia brasileira não dizem respeito apenas a dependência externa, ao mesmo tempo que o Estado dirigista da ditadura civil-militar-empresarial procura estimular a economia atrasada com investimentos em infraestrutura advindos do capital externo em grande quantidade. Enquanto a economia brasileira é conduzida pelos programas do PND I e II o mercado financeiro internacional exige uma remuneração cada vez maior pela via do aumento dos juros dos títulos da dívida externa. O excessivo arrocho salarial não caminha lado a lado com o crescimento econômico do “milagre brasileiro”. Essa era a síntese da economia brasileira e seus desdobramentos sociais em termos de pobreza e concentração de renda durante a década de 1970. O Banco Central durante esse período se adequou as normatizações do sistema financeiro internacional e seu principal interlocutor além do então presidente do BCB Ernane Galvêas tinha seu braço direito operacional Carlos Brandão, que ao longo do governo Médici organiza os processos técnicos na direção de monopolizar o mercado financeiro e bancário. Os serviços prestados por Carlos Brandão também renderam a ele um retorno ao Banco do Brasil num cargo de diretor comercial.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil VIII. (2019, p.95-96):

E em que circunstâncias se deu a sua ida para a diretoria financeira do Banco do Brasil?

Primeiramente recebi um convite do Paulo Lira, diretor da área de câmbio do Banco Central, para que permanecesse na equipe e assumisse a Diretoria de Mercado de Capitais. Mas houve um problema envolvendo outro diretor da Instituição, que, ao que tudo indicava, já havia sido convidado e ficou enciumado ante a possibilidade de eu ocupar o cargo. Ficamos, Paulo Lira e eu no restaurante Nino's, em Copacabana, Rio de Janeiro, até as duas horas da manhã, e ele me garantiu que iria a Brasília contornar o impasse. Não teve jeito, e ele acabou optando pelo Sérgio Ribeiro Ciente do ocorrido, Ângelo Calmon de Sá, com a anuência do Mário Henrique Simonsen, convidou-me para uma diretoria do Banco do Brasil. Conhecemo-nos ainda jovens, e ele vinha acompanhando o meu trabalho desde a Ceplac. Quando dos nossos primeiros contatos, ele tinha pouco mais de vinte anos, estava recém-formado e havia comprado uma pequena fazenda de cacau na Bahia. Vindo a tornar-se, vinte anos depois, o maior produtor do estado. Banqueiro, logo nos primórdios do mercado aberto, eu o advertira que sem caixa centralizado o Banco Econômico teria poucas condições de sobrevivência, dada a sofisticação e a concorrência do mercado financeiro de então. Mas sugeri que contratasse uma equipe de profissionais da área, com especialização em aplicações no mercado aberto, o que acabou fazendo, e esse fato o ajudou a modernizar sua instituição financeira. Por isso, ficara muito grato a mim. Bom, afinal ficou acertado que eu ocuparia a Diretoria Comercial, responsável pelas operações do Banco do Brasil nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, onde permaneci cerca de nove meses, ajudando a elaborar o projeto de reestruturação do Banco, no bojo do qual se criou a Diretoria de Finanças, Planejamento, Orçamento e Controle. Fui seu primeiro diretor.

Essa passagem da entrevista de Brandão é reveladora no que tange as relações de afinidade e interesses políticos e econômicos atravessando instituições públicas e corporações privadas, além de negócios pessoais. Brandão afirma que o sócio proprietário do Banco Econômico Ângelo Calmon convidou Carlos Brandão para a diretoria do Banco do Brasil com a anuência de Mário Henrique Simonsen, muito em razão do conselho profissional dado por Brandão a Ângelo e pelas afinidades desde a Ceplac quando o banqueiro Ângelo adquire uma fazenda de cacau na Bahia. Consolidamos a posição anterior de que as relações interpessoais, os interesses políticos e econômicos entre atores e instituições refletem as disputas e os acordos entre as elites e a classe dominante brasileira. No caso do ator político, tecnocrático e banqueiro Ângelo Calmon de Sá⁴³ as relações que poderiam gerar conflito de interesse

⁴³ SÁ, Ângelo Calmon de * pres. Bco. Bras. 1974-1977; min. Ind. e Com. 1977-1979; min. Desen. Regional 1992. *Ângelo Calmon de Sá* nasceu em Salvador no dia 1º de novembro de 1935, filho de Francisco de Sá e de Maria dos Prazeres Calmon de Sá. Seu avô materno, Francisco Marques de Góis Calmon, foi governador da Bahia de 1924 a 1928 e seu tio, Miguel Calmon du Pin e Almeida Sobrinho, foi deputado federal pela Bahia e ministro da Fazenda de 1962 a 1963 na presidência de João Goulart. Os dois também exerceram cargos no Banco Econômico. Realizou os estudos superiores na Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, diplomando-se em engenharia civil e

terminam por serem consideradas “comuns”, mesmo que Ângelo fosse ao mesmo tempo presidente do Banco do Brasil (1974-77) e acionista do Banco Econômico, além de outros negócios.

Segundo Oliveira: (2012, p. 125):

A ação social e econômica dos dominantes fundamenta-se em torno do aparelho de Estado, como forma direta e indireta de controle do fluxo de informações, capitais e privilégios essenciais para a reprodução ampliada da classe dominante. Os ricos e poderosos somente constroem posições privilegiadas e vantajosas com a participação do Estado. Toda a forma de grande riqueza. Grande patrimônio e grande poder político é fundamentada em relações privilegiadas nos diferentes espaços de poder centrados no Estado.

A fórmula entre relações interpessoais e instituições repete o “sucesso” da construção de trajetórias que pavimentam riquezas, privilégios e poder no Brasil, onde a classe dominante tem cadeira cativa. Os “capitais” herdados, conquistados e acumulados muitos foram trazidos da longa duração, outros através de conquistas recentes, mas todos obedecem a regras que se estabelecem no interior de cada campo e subcampo nas instituições públicas e privadas nacionais e algumas estrangeiras. O

engenharia de petróleo. Coursou também a Escola de Administração dessa mesma universidade, formando-se em administração financeira. Diretor da Construtora Norberto Odebrecht, onde havia ingressado como apontador de obras, iniciou sua vida pública na Bahia, durante o governo de Antônio Lomanto Júnior (1962-1967), quando foi superintendente do recém-implantado Centro Industrial de Aratu (CIA). Em 1966 foi convidado pelo novo governador baiano, Luís Viana Filho (1967-1971), para assumir a Secretaria de Indústria e Comércio, à frente da qual permaneceu até março de 1971, tendo acumulado nos últimos meses desse governo a Secretaria da Fazenda. Neste mesmo ano, foi chamado para sanear, administrativamente, o Banco Econômico, primeira casa bancária do país, fundada em 1834, do qual era um pequeno acionista. Realizou curso de liderança, nos Estados Unidos, e logo assumiu a função de diretor-superintendente do banco e das empresas do grupo. Começou a ganhar evidência nacional em junho de 1973, ao sustentar com o então governador baiano, Antônio Carlos Magalhães (1971-1975), posição contrária à venda do controle acionário do Banco da Bahia ao Bradesco que, no entanto, acabou se concretizando. No episódio, a imprensa revelou que Calmon de Sá, sem o conhecimento de Clemente Mariani, do Banco da Bahia, a quem tratava respeitosamente de tio, comprou ações da empresa visando ao seu controle. Ao tomar ciência da operação, Mariani iniciou uma acirrada disputa pelas ações em mãos de investidores minoritários, gerando grande valorização especulativa das mesmas. Ao final, Calmon vendeu a parte do grupo Econômico ao Bradesco que ficou em posição favorável para incorporar o banco até então pertencente à família Mariani. Em 1973, integrou, como representante dos empresários brasileiros, a missão teuto-brasileira à Mesa-Redonda e Seminários sobre Investimentos Estrangeiros na América Latina, realizados em Caracas, na Venezuela, participando também, em maio desse mesmo ano, da reunião do Comitê Coordenador sobre Investimentos Privados na América Latina. Diretor da Federação Nacional de Bancos e presidente da Associação de Bancos do Estado da Bahia, foi nomeado em março de 1974 presidente do Banco do Brasil, em substituição a Nestor Jost. Logo que assumiu o cargo, no início do governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), adotou uma política de expansão do comércio exterior, com a criação de filiais no Oriente Médio, nas Bahamas e na Europa. Em maio desse mesmo ano tornou-se administrador da Companhia Árabe e Internacional de Investimentos e, em junho seguinte, do European Brazilian Bank. A partir de outubro passou também a integrar o comitê executivo do Euro-Latin-American Bank. Em maio de 1975 assumiu a direção da Kuwait Pacific Finance Company e chefiou a delegação econômica do governo brasileiro ao Irã, tornando-se, em junho do mesmo ano, presidente do conselho de administração do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec) (sá; cechine, 202?).

caso de Calmon de Sá descortina essas relações e torna “natural” a tomada de posições simultâneas nos domínios públicos e privados, independente do conflito de interesses. Por mais que Carlos Brandão não seja um empresário declarado como Ângelo Calmon sua posição ainda é privilegiada e sabe que pode navegar com legitimidade também na “iniciativa” privada como já fez e ainda fará na transição da sua posição de destaque na presidência do Banco Central do Brasil no início do governo do general Figueiredo.

C) Carlos Brandão na presidência do Banco Central do Brasil e conexões privadas muito às claras

Carlos Brandão substituiria Paulo Lira na presidência do BCB em março de 1979, já na entrada do novo governo. Sua permanência foi curta, ao contrário dos seus dois antecessores, mas podemos destacar alguns aspectos relevantes. O segundo choque do petróleo de 1979 mais uma vez patrocinado pela OPEP e o choque externo dos juros capitaneado pelos EUA colocaram a América Latina e o Brasil em particular em xeque. A gestão de Carlos Brandão no BCB propôs uma política austera em termos da expansão dos meios de pagamento, além disso, um aumento de 50% dos depósitos compulsórios sobre os empréstimos externos e essa não era a política que a maioria dos ministros pretendia levar a cabo. A pressão dos ministros Delfim Neto, Mário Andreazza e outros para flexibilizar essa política foi muito grande e insustentável, principalmente devido as pressões políticas regionais.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil VIII. (2019, p.118-119)

A mudança de orientação e o veto às medidas de ajuste.

Quais as primeiras medidas do seu programa de ajuste? Nossas reservas em moedas estrangeiras – constituídas, pela primeira vez na história do Brasil, no período da década de 1970 – totalizavam US\$12 bilhões quando assumi a presidência do Banco Central. Naquela conjuntura, parecia-me suficiente, e eu insistia com os ministros do Planejamento e da Fazenda que incrementá-las iria nos obrigar a emitir moeda ou títulos, aumentando a dívida interna. Uma das primeiras medidas que adotei foi impor um depósito compulsório de 50% sobre os empréstimos externos de qualquer natureza, e sem remuneração. Os Estados cogitavam obter tais empréstimos e usar os fundos de programas, com recursos do Banco Central, para cobrir seus déficits fiscais e para atender a seus investimentos. Recebi no meu gabinete o secretário da Fazenda do Estado de São Paulo do governo Paulo Maluf, Afonso Celso Pastore, que me disse ter estado com o Delfim, então ministro da Agricultura, e recebido dele a recomendação de ministrar a mim o purgante mais forte que existisse, porque eu engolira a chave do cofre. Examinei as suas contas e mandei-o de volta a São Paulo com o seguinte recado para o governador: sem ajuste não haveria recursos, nem mesmo de empréstimos do exterior. Isso se generalizou: passados 3 a 4 meses, as pressões se desencadearam

de todos os lados. Afinal, Delfim e Mário Andreazza, ministro dos Transportes, fizeram um conluio para criar caso comigo em torno de créditos que o Ministério dos Transportes pretendia obter via Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB). O objetivo deles era puxar o tapete sobre o qual estávamos, Simonsen e eu, e bloquear a política realmente dura que vínhamos implementando e que estava unindo todos contra nós dois – o próprio Simonsen chegou a dar uma entrevista ao Jornal do Brasil a esse respeito. Adotamos uma série de medidas tendentes a frear a economia, dando-lhe uma margem de segurança. Foi isso que motivou tanta oposição: afetava tudo e todos.

Em termos numéricos, a que corresponderia essa “política dura”?

Até agosto, segundo o último dado consolidado, a expansão dos meios de pagamento não chegara a 18%, e minha ideia era mantê-la abaixo de 30% até o fim de 1979 – no ano anterior, o índice atingira 45% e, depois que saí, com Delfim abrindo as burras, saltou para algo próximo dos 70%. Já em abril, os prazos de financiamento de bens de consumo haviam sido limitados de 18 para 12 meses e, no caso dos automóveis, de 12 para 9. Eu queria que a taxa de crescimento econômico, que havia sido de 7,8% a.a. em 1978, caísse para, no máximo, 2,5% a.a.

O final do ciclo de expansão do PND II da era Geisel chegava ao final e a crise da dívida externa batia à porta, não permitindo Carlos Brandão procurou adotar uma política de ajuste e não conseguiu sustentar sua gestão devido as inúmeras pressões políticas e o clima econômico desfavorável. A colocação desenfreada de títulos da dívida pública no mercado em plena necessidade de pagar parte da dívida externa impulsionou a dívida pública interna terminando por fazer o jogo de interesse dos rentistas, algo já discutido no momento de instauração do denominado mercado aberto (*open market*).

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil VIII. (2019, p.121):

E quanto ao serviço da dívida? Pela Lei Complementar 12,10 essa despesa havia sido transferida do orçamento monetário para o orçamento fiscal. Revogaram a lei ou o senhor desistiu? A Lei Complementar 12 deixava a critério do CMN incluir o juro, ou não, no orçamento fiscal. O giro da dívida pública era neutro, em termos de receita e despesa, graças à compra e venda dos títulos. Mas havia a despesa de juros que, anualmente, exigia a colocação de novos títulos, fazendo crescer o bolo. Era um negócio maluco! Colocavam-se títulos às toneladas para apurar recursos para o orçamento fiscal e para os investimentos. E, como tudo era escriturado no Banco Central, o país se endividava, e a dívida não constava nas contas gerais da União. Promover o endividamento da União com esse objetivo! Na minha opinião, isso tinha que ser proibido. Só se poderia utilizar esse expediente para cobrir o déficit fiscal e investimentos específicos.

Mesmo com a apresentação de um anteprojeto de lei favorável a independência do Banco Central que certamente agradaria ao mercado financeiro nacional e internacional a animosidade criada devido a aplicação de uma política austera por parte de Carlos Brandão e as disputas políticas entre; de um lado Delfim e Andreazza e de

outro Simonsen e Brandão eclodiram na inevitabilidade da permanência de Brandão à frente do BCB de acordo com os depoimentos para o livro do Banco Central.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil VIII. (2019, p.127-128):

O anteprojeto de lei que elaborou, dando autonomia ao Banco Central, influenciou na escolha de seu nome para presidi-lo?

Sem dúvida. Foi decisivo. Mas a guerra contra a política econômica de Simonsen e minha foi tão intensa nos primeiros meses do governo Figueiredo que não deixou de fora a criação de obstáculos, os mais variados possíveis, para que o presidente não enviasse o citado anteprojeto ao Congresso. O curioso é que, depois, Galvêas na Fazenda e Delfim no Planejamento atribuíram a Maílson da Nóbrega, então secretário-geral da Fazenda, a coordenação de um grupo de trabalho para elaborar anteprojeto de lei com os mesmos objetivos. Como se sabe, não deu em nada. Agora, 1999, a polêmica sobre o assunto é a mesma. Consequência: continua o Brasil a improvisar na administração de sua moeda. O preço pago até agora por isso tem sido insuportável. A saída do Banco Central. A repercussão da demissão do ministro Simonsen foi muito forte. Causou profundo abalo dentro do governo, pois se tratava de desmontar a política de ajuste que vinha sendo encaminhada. O incidente gerador do fato aconteceu pouco antes de uma reunião do CMN. Estávamos na antessala do Ministério do Planejamento, todos os membros do governo e alguns representantes do setor privado, quando Andreazza se referiu a uma verba de que o BNB necessitava. Pedi que me desculpasse, mas eu não consideraria recursos extra pauta nem brincando. Enfim, que me enviasse a solicitação para estudo. E falei diante de todos os presentes. Era de hierarquia inferior, mas não ia me desviar um milímetro do programa traçado. O ministro Andreazza ficou lívido, esbravejou, e me dei conta de que a situação assumira tamanha gravidade que poderia redundar na minha saída do governo. Num instante, tomei a decisão de romper o impasse e declarei que autorizava – “assino e autorizo”, afirmei – mas sem passar pelo CMN. Foi preciso coragem, pois não havia outra saída. A partir daí, começou a “fritura” do Simonsen e minha. Delfim, ministro da Agricultura, conseguiu atrair para o seu lado o Rischbieter, que passou a não me receber. O ambiente azedou! A meu ver, foi armação do Delfim. Um dia, Rischbieter me convocou para dizer que iam tabelar os juros. Ele sabia o que estava fazendo! O assunto foi levado ao CDE, para onde Delfim desviava todas as questões de cunho político. Era um jogo de cartas marcadas: a aprovação da medida significaria nosso pedido de demissão. Na reunião do CDE, Delfim fez um pronunciamento em tom professoral, e todos os presentes manifestaram o seu apoio, até que o Simonsen, dirigindo-se ao presidente Figueiredo, declarou só para este ouvir: “Vou embora, me demito”. Isso bastou para que o presidente da República retirasse o assunto em pauta de deliberação.

As disputas políticas no interior do núcleo duro do governo no campo econômico e financeiro refletem o que habitualmente ocorre nas instituições políticas e tecnocráticas de Estado, com suas regras próprias do jogo social. Isso perpassa também os interesses do mercado financeiro em um dado momento que viram o projeto de autonomia do BCB não seguir em frente. A sociedade é um campo de luta incessante e nem sempre se estabelecem coalizões para a aprovação de projetos que beneficiam as elites e a própria classe dominante. As contradições e cisões políticas são comuns

no interior das disputas e devem ser levadas em conta, principalmente no momento da redemocratização em pleno final do regime autoritário já pactuado com a anistia de 1979.

Segundo Souza (2005, p. 317):

Na luta contra Simonsen, Delfim Neto havia se aliado ao ministro da Fazenda Carlos Rischbieter, o qual era adversário político de Simonsen, já que defendia a “distensão”. E, do ponto de vista econômico, defendia a implementação de uma política econômica de controle rígido das importações, coisa que se chocava com a ideologia simonseniana de “abertura” para o capital e a produção estrangeiros. Com essa aliança, Delfim conseguiu isolar Simonsen, ocupando seu lugar em agosto de 1979. A partir daí, foi progressivamente eliminando os obstáculos de seu caminho e assumindo a direção do conjunto da política econômica do governo.

A disputa ministerial já havia ocorrido de maneira intensa na transição do governo Médici em 1969 envolvendo Roberto Campos, Simonsen e Bulhões contra a visão mais desenvolvimentista de Delfim Neto naquela oportunidade. A visão vencedora havia permanecido com Delfim e o PND I pode ser executado aos moldes da política econômica adotada por Delfim. Carlos Brandão participou desse fogo cruzado entre os ministros, também saiu em agosto de 1979 da presidência do Banco Central; sendo substituído novamente por Ernane Galvêas. Brandão caiu do Banco Central também pela política econômica adotada em termos de ajuste contracionista e não teve condições de sustentar os anseios de uma política monetária menos agressiva e ao mesmo tempo mais disposta em colocar títulos públicos no mercado financeiro.

Porém, a carreira de Brandão não encerra no final da sua gestão à frente do BCB, ao contrário, o ator tecnocrático já havia acumulado seus “capitais” ao longo da sua trajetória e cabe elencarmos algumas das suas participações no setor privado como forma de ratificarmos sua posição como uma elite tecnocrática estratégica e ao mesmo tempo membro da classe dominante nacional. Segundo o acervo biográfico do CPDOC-FGV (LOPES, 2017b).

Após deixar a presidência do Banco Central, incorporou-se à diretoria do Banco Econômico. Em março de 1982 assumiu a presidência da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA). Neste posto, criticou a forma sigilosa como foram encaminhadas as negociações entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI), defendeu a desvinculação da correção monetária do câmbio e advertiu sobre a importância do *open market* como instrumento regulador do fluxo de recursos internos. Em 1985 tornou-se membro do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Integrou os conselhos do IBMEC, de diretores do Instituto Brasileiro de Pesquisas Sociais (IBPS) e de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, foi diretor do Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Ja-

neiro e vice-presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras. Em 1987, como presidente da Associação Promotora de Estudos de Economia (Apec), criticou os empresários brasileiros por se omitirem na elaboração de propostas para municiar os constituintes conservadores na redação dos capítulos da nova Constituição que tratariam da ordem econômica e social. Em virtude dessa omissão, no seu entender, corria-se o risco de assistir à Assembléia Constituinte consolidar um regime político socialista e estatizante. Em setembro de 1988, afastado o perigo “socialista” que vislumbrava nos trabalhos constituintes, saudou como uma revolução nas finanças públicas a inclusão, na nova Constituição, da proibição ao Banco Central de emitir moeda. Essa medida, associada ao ordenamento das finanças públicas e à redução da presença do Estado na economia, permitiria o controle da inflação. Nesse mesmo ano foi convidado a assumir a diretoria financeira da ANDIMA, sendo, em seguida, eleito presidente desta entidade por quatro anos. Terminou o mandato, mas continuou na ANDIMA ocupando diversas funções. Em 2005, Carlos Brandão, juntamente com os demais ex-presidentes do Banco Central, participou da cerimônia de 40 anos da instituição no salão Otávio Bulhões, no Rio de Janeiro. Publicou, entre outras obras, trabalhos referentes à lavoura de cacau, lançados na década de 1960, e mais *Mercado monetário de capitais* (1970), *As operações de mercado aberto na execução da política monetária* (1971), *O Banco Central e a execução da política monetária do governo* (1979), *Estrutura funcional do sistema financeiro nacional* (1979), *O processo inflacionário brasileiro e a política monetária* (1979), *Perspectivas do comportamento da economia* (1982), *Um projeto de política econômica* (1983), *Como assegurar um adequado sistema monetário* (1982), *A crise mundial e seu ajustamento: reflexos sobre o comércio exterior* (1984) e *O processo de estatização da economia brasileira* (1985).

Assim como os presidentes do Banco Central anteriores Carlos Brandão ratifica de fato, através das fontes documentais a sua posição de uma elite tecnocrática e política de envergadura, mas em especial assume a posição como membro de uma fração da classe dominante pela sua inserção e permanência no campo econômico-financeiro e nos subcampos institucionais nos aparelhos de Estado e nas organizações privadas econômicas e financeiras nacionais e estrangeiras. Instituições nacionais de representatividade que podemos elencar:

- a) presidência da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA);
- b) membro do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional;
- c) Integrou os conselhos do IBMEC, de diretores do Instituto Brasileiro de Pesquisas Sociais (IBPS) e de Recursos do Sistema Financeiro Nacional;
- d) diretor do Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro e vice-presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras;
- e) membro da diretoria financeira da ANDIMA, sendo, em seguida, eleito presidente desta entidade por quatro anos. Terminou o mandato, mas continuou na ANDIMA ocupando diversas funções.
- f) escreveu diversos artigos para revistas especializadas

A biografia de Carlos Brandão segue uma trajetória muito próxima ou similar aos demais presidentes do Banco Central. O campo e os subcampos econômicos e financeiros, as organizações privadas, os congressos internacionais, a participação como escritor de artigos especializados e demais atributos e “capitais” em comum. Na sequência continuaremos com os dois próximos biografados dessa série de presidentes do BCB na ditadura civil-militar-empresarial no Brasil (1965-85).



4.1.6 Carlos Geraldo Langoni (Presidente do Banco Central 1980-1983)

A) Origem familiar:

Os capitais herdados de origem nesse objeto de pesquisa se mostraram bastante nítidos, mesmo sem levarmos em consideração o aprofundamento da análise sociológica através do instrumental genealógico. As entrevistas realizadas com os presidentes do Banco Central através da parceria entre o CPDOC-FGV e o Banco Central permitiram elucidar muitos aspectos da vida social, econômica e política envolvendo os atores, as instituições e o cenário econômico e político do país, mesmo levando em consideração as posições ideológicas liberais e em alguns casos bastante incisivos contra o socialismo ou comunismo. No caso de Langoni podemos já iniciarmos a nossa incursão biográfica pela sua origem de nascimento que aponta para a cidade de Nova Friburgo no Rio de Janeiro. Filho de italianos, mas foi criado pela mãe e pelos avós e desde cedo conviveu com o jornalismo através da impressão do jornal na gráfica do seu avô. O avô sempre recebeu políticos de destaque do Rio de Janeiro em sua casa e onde a gráfica também funcionava.

Langoni nasceu em 1944 no apagar das luzes da segunda grande guerra e estudou no Colégio Nova Friburgo, portanto, pertencente a uma geração mais recente se compararmos os presidentes do BCB anteriores. Sua formação escolar e acadêmica merece uma distinção, apesar do seu depoimento ter revelado ser bolsista entre

o ensino intermediário e o superior, e ainda afirmado ser de classe média; como de praxe na maioria dos biografados.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil IX. (2019, p.15-16):

Podemos conversar sobre sua família e sua infância?

Nasci em Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro, em uma típica família de classe média. Friburgo foi a primeira cidade brasileira a receber imigrantes não portugueses; seus fundadores eram suíços, do cantão de Fribourg, metade francês e metade alemão; daí Nova Friburgo. Portanto, a cidade tem forte influência europeia não portuguesa e isso explica, de certa forma, o ambiente, não só econômico – em sua maioria, pequenas e médias indústrias – mas também intelectual, com muitos colégios importantes. Dois, pelo menos, marcaram muito a cidade: o Colégio Anchieta, jesuíta; e o Colégio Nova Friburgo (CNF) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o grande projeto educacional da Fundação. Seus pais eram descendentes de imigrantes?

Meu pai era filho de italianos, e minha mãe descendia de alemães, mas sua família já era brasileira de algumas gerações. Meus pais se separaram quando eu era criança. Meu pai, advogado, foi estabelecer-se em Teresópolis e constituiu nova família; praticamente não tive convívio pessoal com ele. Fui criado por minha mãe e meus avós maternos. Meu avô, Pedro Curio, teve grande influência em minha vida, além de minha mãe. Vovô possuía uma gráfica, de onde tirava o sustento. Mas publicava também um jornal chamado O Nova Friburgo, o que era muito interessante, porque nossa casa era a continuação da gráfica e do jornal. Vovô era um jornalista de grande destaque em Friburgo e O Nova Friburgo era um jornal independente e muito influente. Eu achava muito interessante a definição do jornal, escrita em letras garrafais na parede da gráfica: “Uma voz das montanhas que fala ao coração do Brasil”.

Quanto ao pertencimento da sua família a uma certa classe média pela descrição acima podemos observar com distanciamento epistemológico. Sua mãe era professora em diversos colégios da região em nível primário e secundário. Pela entrevista está claro que apesar da família não ter adquirido posses ou manter algum tipo de base econômica sólida, os capitais educacionais e culturais do núcleo familiar são diferenciados e distintos. Sua mãe professora de português, sua avó era poetiza e seu avô jornalista e participa da política. Esses capitais nesse período da história brasileira existiam em poucas famílias brasileiras e pode ser utilizado na ascensão de Carlos Langoni na sequência da sua trajetória. Segundo Bourdieu (2008, p. 82): “A família e a escola funcionam, inseparavelmente, como espaços em que se constituem, pelo próprio uso, as competências julgadas necessárias em determinado momento, assim como espaços em que se forma o valor de tais competências, ou seja, como mercados que, por suas sanções positivas ou negativas, controlam o desempenho,”.

Os capitais educacionais e culturais funcionam como um alicerce para a trajetória de Langoni, que lhe permite passar pelos filtros de cada campo e subcampo da vida social. A formação educacional de Langoni teve base em escolas e colégios de

reconhecida qualidade e que Carlos aproveitou as bolsas de estudos que conseguiu, inclusive com fundações, a própria FGV e instituições educacionais estrangeiras.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil IX. (2019, p.17-18):

Onde o senhor fez seus primeiros estudos?

Inicialmente em escola pública, onde mamãe dava aulas no curso primário,² o que era muito comum no interior. Lembro-me de que eu e ela íamos juntos, em sua bicicleta. A diretora dessa escola era dona Letícia. Depois, na terceira série do ensino primário, ganhei uma bolsa de estudos para o Colégio São José. A partir daí, toda a minha vida acadêmica foi realizada com bolsas de estudos. No quarto ano, fiz um concurso promovido pela prefeitura para duas vagas no Colégio Nova Friburgo, da FGV, que era um colégio muito caro. Depois, vim a saber que as bolsas de estudos eram custeadas pela prefeitura de Nova Friburgo e pelo próprio doutor Luís Simões Lopes, presidente da Fundação O Colégio Nova Friburgo foi considerado, desde sua fundação, um projeto revolucionário sob o ponto de vista curricular e metodológico. O senhor se adaptou facilmente?

Não. Foi um choque cultural tremendo. Garoto tímido do interior, de repente, comecei a conviver, em regime de tempo integral, com colegas do Brasil inteiro e muitos deles, inclusive, de nível social distinto. O início foi difícil: eu pegava o ônibus às sete horas da manhã, naquele frio tremendo de Friburgo, aquela neblina que cobria a cidade toda... uma imagem que nunca esqueci é a da chegada do ônibus ao colégio, cortando a neblina, porque o colégio ficava em uma colina e estava sempre ensolarado. Nós íamos pelo meio da neblina, por uma estrada perigosíssima e, na metade do caminho, era possível ver Friburgo coberta por um manto de névoa, de um lado, e o colégio já banhado pelo sol, do outro. Inesquecível. O Colégio Nova Friburgo foi um marco em minha vida, mudou completamente meu destino, porque me deu oportunidade de estudar em uma das escolas mais avançadas do Brasil na época. Só para dar uma ideia: o colégio já utilizava sistemas audiovisuais, professores de altíssimo nível em tempo integral, além de ser o primeiro no país a ter aulas de educação sexual. Foi uma revolução! Um jornal do Rio chegou a fazer uma matéria sobre a influência comunista no Colégio Nova Friburgo, porque um colégio tão avançado, tão liberal, só podia ser coisa de comunista. Havia estudos em grupo, pesquisas na biblioteca, leituras obrigatórias. Não apenas aprendíamos a estudar, a pesquisar, como tínhamos um horário da biblioteca. E o mais curioso é que, depois, descobri que toda a metodologia usada pelo colégio se originou da Lab. School da Universidade de Chicago, onde fui estudar mais tarde. Era uma high School mantida pela universidade – o próprio nome já diz, era uma escola-laboratório –, onde se adotava uma metodologia completamente inovadora. Esse sistema, de muita ênfase na pesquisa individual, não só na sala de aula, era reproduzido em sua grande maioria pela FGV no Colégio Nova Friburgo.

Nessa passagem compreendemos que Langoni conquista capitais educacionais importantes para a sua trajetória e que o posiciona em condições favoráveis para a colocação no ensino superior. Em 1963 ingressou na Faculdade Nacional de Economia no RJ, se graduou em 1966 e concluiu o doutorado em Economia na Universidade de Chicago nos EUA em 1970 a partir de uma bolsa na Fundação Ford⁴⁴.

⁴⁴ As fundações privadas sem fins lucrativos são entidades que se constituem por um conjunto de bens direcionados teoricamente para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência. No entanto, nessa tese demonstrou-se que essas entidades procuraram fabricar e institucionalizar modelos dominantes,

Algumas incursões na carreira acadêmica de Carlos Langoni chamam a atenção no que diz respeito às suas filiações ideológicas a partir do seu itinerário acadêmico. A bolsa de estudos no ensino secundário com o patrocínio da FGV; uma conservadora Faculdade Nacional de Economia e por fim um vínculo estreito entre a realização do curso de doutorado na Universidade de Chicago com uma bolsa de estudos da Fundação Ford está no cardápio das instituições bastante conservadoras e de espectro de formação liberal anticomunista.

Segundo Fontes (2010, p. 245): “Sabemos que a coerção teve importante papel (e mencionamos alguns de seus episódios): sabemos também que a coligação entre os aparelhos privados de hegemonia de base empresarial, sob o predomínio neoliberal, utilizou-se uma formidável máquina de propaganda, através de todos os meios de comunicação, atingindo inclusive os estudantes”.

A formação intelectual e acadêmica de Carlos Langoni coaduna com a posição dos liberais tecnocratas que já estavam inseridos nas instituições estratégicas do campo econômico e financeiro do período do desenvolvimentismo e a partir desse momento, entre a graduação no Rio de Janeiro e o seu doutorado na Universidade de Chicago a carreira de Langoni entra no circuito das elites políticas e tecnocráticas.

B) Carreira acadêmica e profissional de Carlos Langoni: entre o Banco Central e outras instituições

Os percursos relevantes e os capitais de Langoni cabem algumas incursões sociológicas relevantes, mas podemos destacar, que nesse caso, não conseguimos informações suficientes de berço familiar para apontarmos com maior clareza o seu pertencimento de início na classe dominante ou frações de classe burguesas. Devemos mencionar mais uma vez que precisaríamos de uma varredura genealógica mais

fomentando instituições estratégicas e formando lideranças acadêmicas. Essas fundações fazem certas imposições em relação aos projetos aprovados de forma indireta. Isso porque definem os parâmetros institucionais, profissionais e intelectuais dos seus beneficiários, e sugerem as agendas de pesquisa de acordo com seus interesses. Supõem-se que as parcerias estabelecidas entre fundações privadas e seus donatários envolveram articulações sociais, políticas, ideológicas e econômicas, pois essas entidades foram agentes dessas formulações para promover projetos de ordem social liberal. Nesse contexto, o objetivo desta tese é entender o relacionamento da Fundação Ford com instituições brasileiras, principalmente sua parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), instituição que se encontra entre as primeiras donatárias da Fundação Ford no Brasil. Por meio de análises teóricas e com o uso de metodologia quanti-qualitativa, procedeu-se a análise de diferentes dados de pesquisa, uma vez que a convergência de resultados advindos de fontes distintas ofereceu evidências sobre os convênios e acordos estabelecidos.

profunda para conseguirmos descortinar com maior nitidez a natureza sociológica de Carlos Langoni, algo que podemos indicar como tarefa para as próximas pesquisas.

Segundo o acervo biográfico do CPDOC-FGV (PRAÇA; LOPES, 201?),

Ao retornar ao Brasil, Langoni foi convidado por Affonso Celso Pastore e Antônio Carlos Rocca para trabalhar no Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (Fipe/USP), onde estruturou o programa de pós-graduação e a Revista de Estudos Econômicos. Sua tese de doutorado (1970) *“The Sources of Brazilian Economic Growth”*, publicada como livro em 1974 (As Causas do Crescimento Econômico do Brasil), iniciou um importante debate sobre a relação entre educação, crescimento e, mais tarde, distribuição de renda no Brasil com outro livro (Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil, 1973). Influenciado pelo trabalho de Theodore Schultz, seu professor em Chicago e orientador de sua tese, Langoni calculou o retorno do investimento em educação (capital humano), desenvolvendo uma estimativa a partir de dados sobre custos de educação nos níveis fundamental, médio e superior. Langoni esperava encontrar uma demanda muito significativa de mão-de-obra qualificada devido ao processo de crescimento da indústria brasileira. Seu trabalho constatou que a rentabilidade social da educação no Brasil era em média de cerca de 25%, enquanto no capital físico era de 12%. Duas outras conclusões foram que a diferença salarial daqueles que haviam completado o ensino fundamental em relação aos analfabetos era de cerca de 32% em 1969. E o ensino fundamental completo, comparado ao ensino médio completo, dava um retorno de quase 20%.

Os economistas Samuel Pessôa, William Sumerhill e Edmilson Varejão, em trabalho que dialoga com o de Langoni, mostraram que os gastos públicos em todos os níveis de educação representaram apenas cerca de 1% do PIB nos anos 30. Não ultrapassaram 2% até a década de 60. Suas simulações evidenciam que o PIB per capita do país teria crescido ao menos 25% a mais de 1933 a 1985, caso o valor investido a partir de 1933 em educação fosse apenas um ponto percentual maior por ano. Em resumo, os principais argumentos de Langoni elaborados durante seu período de doutoramento em Chicago foram que a educação é fundamental para o crescimento econômico e é, também, o ingrediente essencial para conciliar, a longo prazo, crescimento e distribuição de renda. A partir dos anos noventa, esses argumentos foram confirmados por pesquisadores internacionais e brasileiros, como Ricardo Paes de Barros e Marcelo Neri. Mas no início dos anos setenta instaurou-se um debate acirrado a partir, principalmente, de declarações do presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, em abril de 1972, criticando a desigualdade econômica no Brasil. Funcionários desta instituição assistiram uma apresentação do economista Albert Fishlow, da Universidade da Califórnia, na reunião anual da American Economic Association em dezembro de 1971 em New Orleans. O economista apresentou o artigo *“Brazilian size distribution of income”*, no qual defendia que a política salarial implementada pela ditadura nos anos sessenta, que conferia reajustes abaixo da inflação para os trabalhadores, havia contribuído para o aumento da desigualdade. O valor real do salário-mínimo – ou seja, já descontada a inflação – caíra 20% entre 1964 e 1967.

O trecho do acervo biográfico acima mostra uma carreira acadêmica sendo costurada a partir da confecção de artigos acadêmicos e discussões acerca das suas participações na organização da pós-graduação na FIPE e na condução da revista científica de Estudos econômicos. Os capitais educacionais para o caso de Langoni

se sobressaem mais no sentido da sua penetração no campo acadêmico, em particular nos subcampos institucionais nas revisas científicas e na educação superior.

Segundo Bourdieu (2005, p. 105):

O sistema de produção e circulação de bens simbólicos define-se como o sistema de relações objetivas entre diferentes instâncias definidas pela função que cumprem na divisão do trabalho de produção, de reprodução e de difusão de bens simbólicos. O campo de produção propriamente dito deriva sua estrutura específica da oposição – mais ou menos marcada conforme as esferas da vida intelectual e artística – que se estabelece entre, de um lado, o *campo de produção erudita* enquanto sistema que produz bens culturais.

O campo acadêmico ou universitário pode produzir bens simbólicos culturais como também produzir o saber técnico; inclusive todos repletos de processos que envolvem trocas, disputas e compartilhamentos de capitais. Os capitais herdados e adquiridos de cada indivíduo e agrupamento sociais específicos servem para se conectar e disputar espaços em cada campo e subcampo no interior do jogo. Se os capitais de cada um puderem também serem utilizados para abrir portas de outros em troca de interesses então ocorre uma reciprocidade, mesmo tratando-se de bens simbólicos. As universidades cumprem esse papel também cultural nas relações de troca sem deixar de abordar aspectos de ensino e pesquisa que interessam ao saber técnico do mundo do trabalho.

Langoni, ao contrário da maioria dos tecnocratas do campo econômico e financeiro se destaca como intelectual acadêmico inserido nas instituições de ensino superior e no interior de revistas acadêmicas. O domínio desse campo acadêmico fornecerá as bases ou os capitais educacionais para o campo econômico como poderemos ver a seguir.

Segundo o acervo biográfico do CPDOC-FGV, (PRAÇA; LOPES, 201?),

Após quase três anos na Fipe, Langoni foi convidado por Edmar Bacha, com o aval de Mário Henrique Simonsen, para lecionar na Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV EPGE). Tornou-se subdiretor técnico da Escola de 1972 a 1973 e diretor, aos 29 anos, entre 1973 e 1979. Um dos principais projetos que realizou como diretor da EPGE foi dar início, em 1975, ao primeiro programa de doutorado em Economia no país. Criou condições para que a FGV tivesse, pela primeira vez, um grupo de professores em tempo integral. Com a ida de Simonsen ao Ministério da Fazenda em 1974, o apoio oficial do governo tornou-se fundamental. Em agosto de 1979, Langoni assumiu, a convite de Ernane Galvêas, a Diretoria da Área Bancária do Banco Central. Nesse período, criou o Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), um dos primeiros sistemas no mundo a assegurar a liquidação virtual de transações com títulos públicos. Criaram-se os títulos públicos virtuais, com absoluta segurança, e sua liquidação contra reservas bancárias, acabando com uma fonte de incertezas e riscos (risco

zero de liquidação). A partir disso, surgiu a taxa Selic, formada nesse processo de liquidação de títulos e reservas bancárias.

Langoni tornou-se subdiretor técnico da Escola de economia da FGV após o convite do então economista Edmar Bacha com o aval de Mário Henrique Simonsen e cria em 1975 o primeiro curso ou programa de doutorado em economia do país. Entre 1973 e 1979 Langoni permaneceu atuando no campo acadêmico e se diferencia dos outros presidentes do BCB que antes de atuar na instituição já haviam assumido postos e funções no setor privado e nas empresas e instituições públicas. No caso de Langoni não podemos denominá-lo de membro da classe dominante devido a sua posição intermediária e incipiente na sociedade. Após a saída de Carlos Brandão da presidência do BCB Ernane Galvêas assume novamente o posto em agosto de 1979 e a convite desse Langoni assume a diretoria da área bancária inserindo-se pela primeira vez numa instituição estratégica do campo econômico e financeiro.

Segundo o acervo biográfico do CPDOC-FGV, (PRAÇA; LOPES, 201?),

Com a nomeação de Galvêas para o Ministério da Fazenda, em janeiro de 1980, Langoni assumiu a presidência do Banco Central do Brasil, permanecendo no cargo até setembro de 1983. Aos 35 anos, foi o mais jovem presidente da instituição na história. Como presidente do Banco Central, tornou-se membro do Conselho Monetário Nacional e do Conselho Nacional de Comércio Exterior (Concex) e, ainda, representante do Brasil, como governador suplente, no Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em sua gestão, após um início expansionista com a pré-fixação da correção monetária pelo Ministério do Planejamento, adotou-se uma política monetária ativa de taxa de juros reais, o que gerou um severo aperto de liquidez, com impacto sobre diversas instituições financeiras.

No contexto internacional, o BCB liderou complexas negociações relacionadas à dívida externa brasileira que envolviam o Fundo Monetário Internacional (FMI), bancos centrais, governos e bancos privados internacionais.

Em setembro de 1982, o México declarou moratória das obrigações de sua dívida externa e os bancos credores responderam com o corte das linhas interbancárias e de comércio dos países devedores, aumentando a vulnerabilidade dessas nações. Em dezembro, o Brasil suspendeu o pagamento dos juros da sua dívida e Langoni reuniu-se com o FMI e os bancos credores, para negociar um acordo e a liberação de quatro bilhões e quatrocentos mil dólares de recursos emergenciais. A maxidesvalorização da moeda nacional, ocorrida em fevereiro de 1983, foi a medida tomada para contornar a crise de estreitamento de liquidez que o país enfrentava desde junho de 1982, causada sobretudo pelas perdas sofridas pelas agências brasileiras no exterior no mercado interbancário e pela redução das linhas de crédito comercial.

Langoni rejeitou a moratória, alegando que teria as seguintes consequências: súbita redução das transações comerciais com o exterior e bloqueio a uma série de importações essenciais ao funcionamento da economia. Em julho de 1983, o Conselho Monetário Nacional estabeleceu o controle total do Banco Central sobre as operações de câmbio como meio de restringir ao máximo a remessa de recursos ao exterior e restabelecer uma indispensável liquidez que permitisse maior margem de manobra nas negociações da dívida.

Um mês depois, Langoni recusou-se a assinar a terceira carta de intenções ao FMI por considerar inexecutáveis o ritmo e a forma de cumprimento das

metas traçadas pelos ministros da Fazenda, Ernane Galvêas, e do Planejamento, Delfim Netto, especialmente no que se referia à redução da inflação e ao fim do déficit público. Na base do desentendimento com a equipe econômica estava a avaliação de que a crise da dívida era uma questão estrutural e não um problema passageiro de liquidez. Em virtude dessas discordâncias, demitiu-se da presidência do Banco Central, em setembro de 1983, sendo substituído por Affonso Celso Pastore. Antes de sua passagem pelo Banco Central, Langoni teve importante participação na reunião da Conferência Nacional das Classes Produtoras (Conclap) em 1977. Como coordenador técnico do evento - com a presença de Ernesto Geisel, João Paulo dos Reis Velloso e Mário Henrique Simonsen-, discutiu alguns assuntos importantes que resultariam, nos anos seguintes, em mudanças institucionais cruciais no Banco Central e no Banco do Brasil: o fim da “contramovimento” e da eliminação das áreas de fomento do Banco Central. A Conclap de 1977 sediou o primeiro debate sobre desenvolvimento econômico em que os empresários criticaram abertamente o intervencionismo estatal. Langoni afirmou, no encontro, que os incentivos fiscais e os subsídios creditícios que o governo fornecia, além das barreiras protecionistas exageradas, eram uma enorme distorção, pois privilegiavam a acumulação de capital físico em detrimento do capital humano. Defendia que os incentivos fiscais fossem concedidos para atividades como treinamento de mão-de-obra e mais investimento em educação. Mas a pressão política e de parte dos empresários para manter subsídios era, além de imensa, institucionalmente garantida. Havia a conta movimento que, na realidade, era uma conta de redesconto a custo zero do Banco do Brasil junto ao Banco Central. Isso significava, na prática, que o Banco do Brasil também era um banco emissor de moeda. A classe política via o Banco Central não como uma autoridade monetária, mas como um banco de fomento. Quando Langoni assumiu a presidência da instituição, verificou que havia dois “Bancos Centrais”: um formal, que atuava como autoridade monetária; e outro comercial, que atuava como banco de fomento. Esse foi o grande desafio, pois, para executar a política monetária, era preciso controlar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. O Banco Central tinha que lidar com uma área de financiamento à agricultura e com as “contas em aberto”, a conta-petróleo, a conta-trigo e a conta movimento do Banco do Brasil. Langoni iniciou a reorganização institucional da área monetária e encontrei resistências dentro e fora do Banco Central. Era preciso alocar recursos de acordo com a demanda, que era infinita, já que o crédito era subsidiado, com os juros bem menores do que os de mercado.

Após a passagem pelo Banco Central, Langoni foi convidado por Simonsen para voltar a dar aulas e ser o diretor de ensino da EPGE. Mas optou, com total apoio de Simonsen, por criar o Centro de Economia Mundial (CEM/FGV), totalmente financiado com recursos privados. O CEM foi o primeiro centro de debates sobre a abertura da economia brasileira e sobre as implicações do processo de globalização nas suas dimensões comerciais, tecnológicas e de investimentos. Na área privada, foi Chief Executive Officer (CEO) do grupo NM Rothschild no Brasil entre 1989 e 1997, participando ativamente do processo de privatizações realizado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, especialmente nas privatizações da Vale do Rio do Doce e Embraer. Tem três filhos de seu primeiro casamento com Vera Serfaty: Patricia, Eduardo e Bernardo e quatro netos. Casou-se com Cristiana Dutra em 2001 constituindo família com dois enteados: Pedro e Juliana.

Publicou, entre outras obras, *As Causas do Crescimento Econômico do Brasil* (1974), *A economia da transformação* (1978), *A política econômica do desenvolvimento* (1978), *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil* (1973), *A Crise do Desenvolvimento: uma estratégia para o futuro* (com prefácio de Paul Volcker) (1985), *Trade reform: lessons from eight countries* (1991), *A economia em transformação* (1994) e *Brasil: a retomada do desenvolvimento econômico* (1995).

A saída de Langoni da presidência do Banco Central abriu espaços em campos profissionais que antes de aceitar a incumbência de administrar o BCB não havia tido. Convidado para ser o diretor de ensino do EPGE pelo Mário Henrique Simonsen optou por criar o Centro de Economia mundial (CEM) que foi o primeiro centro de debates sobre a abertura da economia brasileira ainda na incipiente discussão da globalização neoliberal. Mas o maior avanço da carreira de Langoni ocorreu justamente no setor privado ao assumir a chefia do escritório executivo - *Chief Executive Officer* (CEO) do grupo NM Rothschild no Brasil entre 1989 e 1997, participando ativamente do processo de privatizações realizado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, especialmente nas privatizações da Vale do Rio do Doce e Embraer. Ao contrário dos demais presidentes do Banco Central Carlos Langoni somente conseguiu se consolidar no setor privado em uma empresa de referência somente após ter deixado a presidência do BCB em 1983. Até a sua chegada preferiu o campo acadêmico podendo organizar cursos, encontros de economia e instituições de ensino e pesquisa no ensino superior.

Mesmo no setor privado continuou a produzir diversos artigos acadêmicos para revistas e conseguiu consagrar-se quanto economista com destaques para a criação do primeiro curso de doutorado em economia em meados da década de 1970, à presidência do BCB entre 1980 e 83 e as atividades como CEO de um grande grupo internacional responsável pela organização das privatizações de grandes empresas estatais no período do governo FHC. Torna-se mais complexo sob o ponto de vista da análise sociológica não poder enquadrar Langoni como membro da classe dominante, pelo menos no final da sua carreira pelo fato de ter atuado num período de quase uma década como CEO nessa organização familiar tradicional.

Segundo Bernardo (1998, p. 51):

Se o capitalismo pressupõe a concorrência diretamente da produção, a problemática e se esta se realiza mediante a conjugação das Unidades de Produção Particularizadas com as Condições Gerais de Produção, então existe sempre no capitalismo um aspecto integrador e um aspecto particularista. Não se trata de uma característica acidental, ou limitada no tempo, mas de um traço estrutural. Defino a burguesia em função do funcionamento particularizado da economia, e defino os gestores em função do funcionamento integrado da economia. Isto não significa que os gestores existam especialmente no aparelho de Estado central e a burguesia nas empresas privadas. Tanto as instituições econômicas do Estado Restrito como as empresas privadas, enquanto elementos componentes do Estado Amplo, possuem uma vertente de integração econômica e uma vertente de particularismo.

Compreendendo a centralidade da questão marxista levantada por Bernardo e a partir disso endosso que os gestores capitalistas, em particular da caracterização de CEO's, assim como políticos tecnocratas da envergadura dos presidentes do Banco Central podem ser considerados atores estratégicos da burguesia em todos os sentidos, a partir do momento que esses controlam os processos produtivos e distribuem os ganhos da mais-valia quando exercem um elevado grau de autonomização, sendo em muitos casos os próprios acionistas no interior da organização capitalista, enquanto que os tecnocratas decidem o funcionamento da engrenagem do Estado e executam ações de políticas econômicas que conduzem e intermediam o processo produtivo ou da alocação do capital financeiro em nível nacional e internacional a partir das instituições tecnocráticas estratégicas de Estado como o próprio Banco Central do Brasil.

Para concluir essa abordagem de Langoni reservo uma consideração final a passagem desse à frente da presidência do BCB no começo da década de 1980. Tanto Brandão quanto Langoni presenciaram os momentos mais difíceis da economia brasileira nos últimos 20 anos, até um pouco antes da chegada do regime autoritário de 1964. Apesar das suas particularidades, cada qual experimentando seus conflitos políticos internos no seio dos aparelhos de Estado; cabe considerarmos a passagem do contexto do final do governo Geisel até a chegada do último general presidente João Batista Figueiredo no que diz respeito ao contexto da economia política.

Para compreender melhor esse contexto segundo Souza (2005, p. 318):

Supostamente garantida a expansão da economia, veio o arsenal de medidas de combate à inflação, no fundamental saídas do receituário monetário ortodoxo. O diagnóstico, como sempre era o de que a inflação era provocada pela pressão da demanda sobre a oferta. E, por isso, a terapia obviamente haveria de ser o corte da demanda. E, no centro de qualquer terapia de corte de demanda parida pelo receituário monetarista, sempre está o combate ao déficit público. Para eles, o déficit, ao representar um excesso de gastos sobre a arrecadação, será um dos principais fatores de pressão sobre a demanda.

Entre a saída da crise com estrangulamento externo e as políticas de aumento dos gastos públicos optou-se novamente por uma política econômica contracionista tanto do lado monetário quanto pela política fiscal que rapidamente deixou de ser expansionista, o inverso do que havia ocorrido nos governos de Médici com o PND I e de Geisel com o II; todos se pautaram pelo aumento dos investimentos públicos e dos programas de infraestrutura. Já a partir de 1979 o Banco Central teve papel protagonista ao praticar uma política de emissão de títulos da dívida pública com a pretensão

de salvar a explosão da dívida externa. E foi nessa fase de turbulência econômica que os presidentes Carlos Brandão e Carlos Langoni atuaram à frente do Banco Central e ainda no seio de disputas políticas entre ministros como já assinalamos.



4.1.7 Afonso Celso Pastore (Presidente do Banco Central 1983-85)

O último presidente do Banco Central nomeado pelos militares experimentará a fase de transição do regime ditatorial para a democracia republicana no Brasil após longos 21 anos de repressão política. A economia brasileira vivenciava altos índices inflacionários e administrava uma dívida externa explosiva, principalmente logo após a crise da moratória mexicana de 1982. Os países latino-americanos de uma maneira geral foram atraídos pelas facilidades de empréstimos em dólares entre o final da década de 1960 e início de 70; muitos com a intenção de canalizar esses recursos para investimentos públicos e programas de infraestrutura como forma de desenvolver as forças produtivas e impulsionar o crescimento econômico como através dos PND I e II dos governos Médici e Geisel respectivamente.

O fim da paridade ouro-dólar no término do acordo de Bretton Woods em 1971, as crises do petróleo de 1973 e 79 orquestradas pelo cartel da OPEP, a explosão dos juros nos EUA que atingiram o pagamento dos empréstimos internacionais em dólares, a crise estrutural e cíclica do capital dado o esgotamento do padrão fordista de produção lastreados sob a égide do fordismo e do keynesianismo do pacto da seguridade pós segunda guerra acarretaram a depressão da América Latina e do Brasil em particular. É nesse pano de fundo que o presidente do Banco Central (1983-85) Afonso Celso Pastore irá desenvolver suas capacidades administrativas na instituição central da política econômica brasileira – BCB; levando em conta ainda o processo de redemocratização após quase duas décadas de regime autoritário.

A) Origem

Afonso Celso Pastore até aqui o único a não apresentar a sua origem familiar na entrevista, tanto ao dicionário biográfico CPDOC-FGV no site oficial da instituição quanto nas entrevistas do mesmo CPDOC-FGV em parceria com o Banco Central que na sequência das séries geraram os volumes dos livros **Histórias Contadas do Banco Central do Brasil**. Podemos encontrar a entrevista com Pastore pela busca do volume 10 do livro do Banco Central na própria internet. Seu currículo apresentado na forma de entrevista, também através do próprio dicionário biográfico do CPDOC-FGV é bem mais sintético que os demais presidentes do BCB deste trabalho de tese, mas não menos importante para a compreensão do fenômeno sociológico que compreende as carreiras, trajetórias ou mesmo biografias. Devemos ressaltar para efeito de explicar a metodologia desse trabalho que ele se fundamenta na interpretação sociológica da síntese do biografado a partir da entrevista concedida, também do dicionário biográfico ambos organizados pelo CPDOC-FGV.

Devido ao volume de informações dos biografados e da quantidade de incursões teóricas e conceituais desse objeto de pesquisa procurando sempre contextualizar com os processos políticos, econômicos e sociais optamos por seguir essa metodologia, que apesar de apresentar informações preambulares sobre a vida e a trajetória dos presidentes do BCB carrega uma riqueza de conteúdo bastante relevante para o conhecimento sociológico e certamente servirá de base para aprofundar ainda mais a pesquisa se utilizarmos na sequência o instrumental da pesquisa genealógica para que possamos descortinar a família dessas elites tecnocráticas; e que em muitos casos pertencem a classe dominante, como podemos verificar já nessa pesquisa introdutória de apresentação dos atores do poder.

Afonso Celso Pastore nasceu na cidade de São Paulo no dia 19 de junho de 1939, filho de Francisco Pastore e de Aparecida Pastore. De todos os presidentes do BCB nessa fase da ditadura é o único que desde sempre seguiu carreira acadêmica, mesmo que em alguns momentos tenha assumido outras atividades paralelas ou ter se licenciado em algum momento para exercer outras funções. Formou-se pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administração FEA-USP entre 1961-62 (datas conflitantes) em Economia. Sua vida acadêmica até a maturidade e mesmo assumindo a função de presidente do BCB transcorreu no período da ditadura-civil-militar-empresarial

B) Entre a carreira acadêmica e a presidência do Banco Central

A trajetória de Afonso Celso Pastore pode ser resumida de uma maneira bastante curta se compararmos a dos demais presidentes dessa série de biografados no espectro do regime ditatorial. Isso porque o volume de material dos três primeiros é bastante denso e exigiu mais trabalho e atenção. Ao mesmo tempo cabe recuperarmos um trecho da entrevista com Pastore no que tange a sua apresentação que consta como sendo o seu início de carreira.

Segundo a Coleção História Contada do Banco Central do Brasil X. (2019, p.13):

Sobre sua trajetória pessoal, o senhor é paulistano e formou-se em São Paulo? Sou paulistano, vivi toda minha vida aqui, com uma breve interrupção, quando trabalhei no Rio de Janeiro. Minha vida profissional foi inteira na Universidade de São Paulo (USP), na qual construí minha carreira acadêmica desde a graduação até o doutorado, chegando a professor titular do Departamento de Economia. Foram breves os períodos que passei afastado da universidade. Estive no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), nos anos 1970, quando João Paulo dos Reis Velloso era o superintendente e o Delfim Netto, o ministro da Fazenda. Em 1976, mudei-me novamente para o Rio, para trabalhar na Fundação Centro de Estudos e Comércio Exterior (Funcex). De volta a São Paulo, tornei-me diretor da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP e, em 1979, fui convidado para ser secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, cargo que deixei em janeiro de 1983, com o fim do governo. Em setembro de 1983, fui para o Banco Central. Entre a Secretaria da Fazenda e o Banco, voltei à USP. É uma carreira simples, rapidamente consigo contar a trajetória inteira.

Pastore explica que além da USP como professor e pesquisador teve uma passagem pelo IPEA, também se mudou para o Rio de Janeiro na década de 1970 para trabalhar na Fundação Centro de Estudos e Comércio Exterior (Funcex). Quando retorna a São Paulo assume a diretoria da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP e no ano de 1979 assume como secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. O próprio Pastore assinala logo no final dessa parte da entrevista que a trajetória dele é simples. Mas o fato é que suas conexões políticas com governos estadual e federal são relevantes, principalmente pelos cargos que assume. No governo estadual a principal pasta e em âmbito federal uma das principais instituições tecnocráticas nacionais. Não há dúvida da capacidade do seu capital político para conseguir atingir seus objetivos políticos estratégicos.

De acordo com Bourdieu (2008, p. 426) “A história estruturada de um campo – tratando-se do campo das classes sociais ou de qualquer outro campo – periodiza a biografia dos agentes comprometidos com ele (de modo que a história individual de cada agente contém a história do grupo a que ele pertence)”.

Pastore constrói a sua carreira acadêmica sem perder de vista a possibilidade de inserção em outros campos e subcampos da área econômica, tanto que na continuidade de sua trajetória é notório o seu envolvimento com o setor privado, inclusive com associações com os EUA.

Segundo o acervo biográfico do CPDOC-FGV (LOPES; CRUZ, 201?),

Iniciou sua vida pública em 1966, durante a gestão do governador Laudo Naret, tornando-se assessor do secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Antônio Delfim Neto, seu ex-professor na FEA. No ano seguinte, com a nomeação de Delfim Neto para o cargo de ministro da Fazenda, integrou-se à equipe de assessores do novo ministro. No mesmo ano, assessorou a delegação do governo brasileiro participante do Country Review — Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP) —, em Washington. Entre 1967 e 1973, participou da assessoria conjunta dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, com sede no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ligado ao Ministério do Planejamento. Em 1968, integrou a delegação do governo brasileiro na reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), realizada em Washington.

A entrevista concedida por Pastore ao CPDOC-FGV no livro do Banco Central procura no primeiro trecho afirmar que ela não teria muito mais além do que uma trajetória acadêmica voltada a USP. Se observarmos o dicionário biográfico, apesar da sua sinteticidade irá revelar um outro profissional não apenas acadêmico, mas bastante engajado nas interações políticas como no caso das assessorias na pasta da Fazenda do Estado de São Paulo, antes mesmo de assumir a secretaria mais de dez anos depois. Com seu ex-professor na USP integrou-se na equipe de assessores agora no ministério da Fazenda, e ainda no mesmo período assessorou a delegação do governo brasileiro no Comitê Interamericano na Aliança para o Progresso em Washington – EUA. Ainda nessa passagem participou da assessoria conjunta dos ministérios da Fazenda e do Planejamento na sede do IPEA, como também integrou a delegação do governo brasileiro em reunião no Fundo Monetário Internacional – FMI.

Um olhar sociológico atento conseguirá compreender que nessa passagem biográfica de Pastore estão contidos elementos que proporcionam as bases que legitimam os atores a consolidar a sua posição no campo econômico e financeiro e em muitos subcampos estratégicos. No trecho biográfico abaixo seguem novas inserções do ator tecnocrático em outros subcampos.

Segundo o acervo biográfico do CPDOC-FGV (LOPES; CRUZ, 201?),

Entre 1973 e 1976, participou de atividades ligadas ao National Bureau of Economic Research (NBER), tendo sido membro do Comitê Organizador de Seminários na América Latina. Nesse período, foi diretor de pesquisas da

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). De 1974 a 1976, a convite do governo uruguaio e da United States Agency for International Development (USAID), assessorou o Uruguai em projetos de políticas de estabilização e balanço de pagamentos. Em 1975 e 1976, integrou-se ao board of trustees do International Research Institute (IFRI), tendo participado dos comitês executivo e de programas.

Nesse trecho biográfico do CPDOC-FGV identificamos a sua participação em atividades e assessorias estrangeiras com o NBER e com a USAID tais quais descritas acima, sendo que uma delas visava assessorar projetos de estabilização e balanço de pagamentos e ainda integrou o board of trustees participando de comitês executivos. O professor Pastore está muito mais inserido na galeria dos tecnocratas do que da própria atividade acadêmica que pode ser salvaguardada através de concurso público aprovado em 1976 e ainda no mesmo período ocupou o cargo de superintendente de estudos e pesquisas da Fundação de centros de estudos do comércio exterior.

Segundo o acervo biográfico do CPDOC-FGV (LOPES; CRUZ, 201?),

Em 1976, foi aprovado em concurso e tornou-se professor adjunto de econometria da FEA-USP. Ocupou também o cargo de superintendente de estudos e pesquisas da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. No ano seguinte, foi consultor do Comitê Empresarial Brasil-Estados Unidos. Em 1978, foi promovido a professor titular e diretor da FEA-USP.

E o acúmulo de “capitais” segue abaixo:

Em março de 1979, durante a gestão do governador José Maria Marin, assumiu o cargo de secretário dos Negócios da Fazenda de São Paulo. Integrou o conselho técnico do Instituto de Economia Gastão Vidigal, em 1980, e, no ano seguinte, foi membro do conselho consultivo da Associação Brasileira das Indústrias Elétricas e Eletrônicas (LOPES; CRUZ, 201?).

Nessas passagens a aproximação com as relações com o imperialismo estadunidense estão bem delimitadas, já que foi consultor no comitê empresarial Brasil – EUA, participou como superintendente de Estudos de Comércio Exterior. E ainda, integrou o conselho técnico do Instituto de Economia Gastão Vidigal em 1980 e foi membro do conselho consultivo da Associação Brasileira das Indústrias elétricas e eletrônicas.

Quando Pastore assume a presidência do Banco Central em 1983 a moratória mexicana acabara de ocorrer menos de um ano antes (1982) e a crise da hiperinflação e da dívida externa brasileira estrangulava a economia nacional. As exigências do FMI impediam que uma política econômica anticíclica fosse ativada com intuito de melhorar o desenvolvimento da economia.

Segundo o acervo biográfico do CPDOC-FGV (LOPES; CRUZ, 201?),

A convite do ministro da Fazenda, Ernâni Galveias, assumiu a presidência do Banco Central, em agosto de 1983, em substituição a Carlos Langoni. Ao tomar posse, rejeitou medidas de choque, afirmou a disposição de seguir as diretrizes dos compromissos firmados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e fez projeções de crescimento negativo do Produto Interno Bruto (PIB) para os anos seguintes. Propugnou medidas de controle do processo inflacionário, considerando a redução do déficit público ponto fundamental para a solução dos problemas da economia nacional. Pastore assumiu a função em meio à crise da dívida externa, resultado da opção de crescimento com endividamento, feita na década anterior, e agravada pelo segundo choque do petróleo, em 1979, que reduziu a liquidez internacional. O Brasil teve seu acesso a financiamentos externos praticamente eliminado, além das dificuldades criadas pelo aumento excessivo dos juros internacionais. O governo, no entanto, já havia estabelecido uma série de medidas: plano de pagamento, ainda em 1982, que previa o reescalonamento da dívida a vencer em 1983; novos financiamentos desembolsáveis em quatro parcelas; rolagem das linhas de crédito comercial de curto prazo; e rolagem dos depósitos interbancários dos bancos comerciais estrangeiros nas agências de bancos brasileiros no exterior. Pastore defendia uma nova ordem econômica mundial, na qual a renegociação da dívida contasse com a colaboração dos países ricos e do sistema financeiro internacional, com vistas ao crescimento do comércio exterior, à redução das taxas de juros e à suplementação dos recursos financeiros derivados do FMI e dos bancos centrais das nações industrializadas. No seu entender, essa seria a fórmula para o Brasil superar os problemas decorrentes de sua dívida externa. Em setembro de 1984, declarou-se perplexo com a persistência do processo inflacionário brasileiro frente às medidas de controle da política monetária e de redução do déficit público. Apesar de identificar na política cambial de consecutivas desvalorizações da moeda nacional o principal fator estimulador do processo inflacionário, considerou impossível alterar a correção cambial, pelo risco de agravar o processo recessivo e causar uma desindustrialização da economia. Defensor de um programa gradualista, projetou uma recuperação econômica e uma retomada de investimentos capitaneadas pela agricultura e pelas exportações. O segundo passo seria a reativação da construção civil e do setor de bens de consumo. Em um terceiro momento — após três anos — haveria a queda de juros e a retomada de investimentos no país. Em fins de 1984, articulou, junto aos credores internacionais, a renegociação de parte da dívida externa brasileira sob a forma de um acordo de reescalonamento plurianual do pagamento dos serviços da dívida. A condição de presidente do Banco Central lhe valeu a participação no Conselho Monetário Nacional (CMN) e no conselho de administração do Banco do Brasil S.A., bem como a representação do Brasil junto a várias instituições internacionais, tais como o FMI, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) e o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD). Esteve em todas essas representações na qualidade de governador suplente. Deixou a presidência do Banco Central em março de 1985, tendo sido o último presidente da instituição do regime militar vigente no país desde abril de 1964.

A gestão de Pastore à frente da presidência do Banco Central seguiu uma linha na sua centralidade em termos ortodoxos quando preferiu seguir ações de controle monetário com a política de enxugar liquidez, baixa emissão monetária e corte de gastos públicos e investimentos. A tentativa de induzir as exportações pela via da agricultura e mais tarde a partir de outros setores não poderia dar conta da retomada

do crescimento econômico devido as restrições de investimento. A condição de presidente do Banco Central conferiu a Pastore a participação em diversos conselhos nacionais. A representação do presidente do BCB junto a organismos econômicos e financeiros internacionais e instituições multilaterais é uma credencial que é garantida ao tecnocrata responsável. O espaço acadêmico que Pastore garantiu enquanto professor concursado não corresponde a um cargo de dedicação exclusiva, já que pela biografia documentada é comprovada a sua participação em várias instituições e órgãos consultivos e deliberativos, compatíveis com um ator dessa envergadura com tantos “capitais” acumulados. Na “iniciativa privada” sua participação ganha ainda mais fôlego e mostra o vigor desse agente tecnocrático como segue.

Segundo o acervo biográfico do CPDOC-FGV (LOPES; CRUZ, 201?),

Pastore montou, então, na capital paulista, o escritório de consultoria Pastore & Associados, para atender grandes empresários. Em novembro de 1985, tornou-se conselheiro consultivo da Caterpillar do Brasil. Filiado ao Partido Democrático Social (PDS), foi crítico contumaz das medidas econômicas ditas heterodoxas implementadas durante o governo do presidente José Sarney, por não combaterem o déficit público. Condenou o plano de estabilização econômica — batizado de Plano Cruzado — apresentado pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, em fevereiro de 1986. Discordava da caracterização da inflação como estritamente inercial e não acreditava na possibilidade de o governo sustentar o congelamento de preços, impedir a correção automática de salários e ampliar a oferta monetária com juros baixos, medidas que levariam ao aumento nocivo da demanda por bens e serviços, causando a saturação da capacidade produtiva da indústria nacional. Considerou a moratória unilateral, apresentada pelo governo brasileiro, uma demonstração de incapacidade de negociar a dívida externa e rejeitou a justificativa de que um acordo com o FMI implicaria recessão para a economia brasileira.

A empresa de consultoria de Pastore e novas participações como consultor e conselheiro em empresas e órgãos privados, além de começar a lecionar na FGV e no instituto IBMEC garantem a esse ator político tecnocrático a legitimidade de um membro da classe dominante atuando em diversos campos e subcampos do mercado financeiro, das empresas privadas, instituições de ensino superior público e privado e aparelhos de Estado tecnocráticos. Preferimos citar o texto abaixo não nas íntegra, mesmo porque ele se encontra no site do CPDOC-FGV.

Segundo o acervo biográfico do CPDOC-FGV (LOPES; CRUZ, 201?),

Pastore afirmou que uma recessão no segundo semestre de 1987 seria a única alternativa para recuperar o controle sobre a economia nacional. Insistiu sempre na necessidade de combater o déficit público, cuja existência atribuiu a desarranjos decorrentes da presença do Estado na economia e à desordem financeira dos bancos estaduais. Nesse sentido, afirmou que o cres-

cimento econômico do Brasil estava condicionado à privatização das empresas estatais e à concretização de um novo acordo com os credores internacionais. Outra medida fundamental era a recuperação da poupança do setor público, mediante o corte de gastos públicos e a ampliação da receita tributária, por meio da elevação de alguns impostos. Defensor veemente da necessidade de contenção monetária, qualificou de abstrações as propostas da Assembleia Nacional Constituinte para a área econômica, especialmente a aprovação do tabelamento da taxa de juros, por limitar a flexibilidade da economia nacional. Em janeiro de 1989, novo plano de estabilização econômica, chamado de Plano Verão, foi apresentado por Mailson da Nóbrega, sucessor de Bresser Pereira na pasta da Fazenda. Pastore considerou arriscada a política monetária proposta devido à falta de credibilidade dos ativos financeiros frente aos investidores. Essa realidade seria consequência das alterações nas regras econômicas decorrentes dos sucessivos choques econômicos e da expectativa de possíveis mudanças com a eleição de novo presidente da República naquele ano. Para reverter a expansão monetária, propôs a elevação das taxas nominais de juros e a emissão de Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs). Insistiu também na urgência de um “superajuste fiscal” como a única salvação para o plano do governo. Crítico dos planos de estabilização dos governos de José Sarney e Fernando Collor, Pastore aprovou o Plano Real, apresentado pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, no governo de Itamar Franco. Saudou as medidas, apesar de heterodoxas, pela capacidade de reduzir a inflação sem gerar um choque econômico e por garantir a estabilidade da nova moeda. Mas enfatizou o equívoco de identificar o fim da inflação com melhor distribuição de renda. Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência da República, em outubro de 1994, Pastore demonstrou apreensão com a gestão da política cambial e de juros. Em 1999, passou a atuar como professor titular da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas e no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBEMEC). Em 2002, tornou-se membro do Conselho de Administração do Grupo Gerdau. A partir de 2006, dedicou-se ao seu escritório, o A. C. Pastore & Associados, especializado em análises macroeconômicas aplicadas e passou a escrever eventualmente em jornais e revistas especializadas no ramo da macroeconomia.

Casou-se com Maria Cristina Pinott, com quem teve três filhos.

Publicou, entre outros trabalhos, *Aspectos gerais da receita pública no Brasil* (coautoria, 1962), *Alguns aspectos da inflação brasileira* (coautoria, 1965), *Agricultura e desenvolvimento no Brasil* (coautoria, 1966), *Inflação e política monetária no Brasil* (1969), *A oferta de produtos agrícolas no Brasil* (1971), *Análise financeira do Programa de Integração Social — PIS* (coautoria, 1971), *O Programa de Integração Social e a mobilização de recursos para o desenvolvimento* (1972), *A oferta de moeda no Brasil* (1973), *A política monetária no Programa Brasileiro de Estabilização* (1973), *A agricultura e a política comercial brasileira* (coautoria, 1976) e *Exportações agrícolas e desenvolvimento econômico* (1979).

A filiação política de Pastore segue a coerência de um membro colaborador da ARENA no período ditatorial e que passa ser filiado ao PDS no momento da redemocratização. Todos os presidentes do BCB adotaram ideologias e práticas políticas liberais, além de monetaristas como concepção teórico e prática de política econômica. Vale destacar que em 2002 ainda se tornou membro do Conselho de Administração do Grupo Gerdau. Portanto, um membro da classe dominante brasileira.

Cabe considerarmos relevante apresentarmos sinteticamente os 7 presidentes do BCB no quadro abaixo, seguido de algumas considerações para finalizar este trabalho de tese.

QUADRO 2 – Sete presidentes do Banco Central do Brasil

FOTO	PRESIDENTE BC	CAPITAIS FAMILIARES	PERÍODO	PRESID. REPÚBLICA
	Dênio Chagas Nogueira	Seu avô foi latifundiário	12/4/1965 a 21/3/1967	Humberto de Alencar Castelo Branco
	Ruy Aguiar da Silva Leme	Seu avô foi historiador, engenheiro, construtor ferroviário, escreveu a genealogia paulistana. É herdeiro da família Colonial das conquistas Ibéricas.	31/3/1967 a 12/2/1968	Humberto de Alencar Castelo Branco
	Ernane Galvão	Seu pai foi dentista e protético, e dono de propriedades no interior do Rio de Janeiro.	21/2/1968 a 15/3/1974	Artur da Costa e Silva/ (*) Emilio Garrastazu Médici
	Paulo Hortêncio Pereira Lira	Seu pai foi advogado de prestígio no Estado da Paraíba, ele próprio foi político constituinte pelo Estado de São Paulo, foi chefe da Casa Civil do Governo Dutra, foi Ministro do Tribunal de Contas da União e foi uma pessoa próxima do presidente Geisel.	15/3/1974 a 14/3/1979	Ernesto Geisel
	Carlos Brandão	Seu pai, latifundiário	15/3/1979 a 17/8/1979	Ernesto Geisel
	Ernane Galvão	Seu pai foi dentista e protético, e dono de propriedades no interior do Rio de Janeiro.	17/8/1979 a 18/1/1980	Ernesto Geisel / João Batista Figueiredo
	Carlos Geraldo Langoni	Sua mãe foi professora, e seu avô foi gráfico e ator político.	18/1/1980 a 5/9/1983	João Batista Figuei- redo
	Affonso Celso Pastore	Não informado	5/9/1983 a 14/3/1985	João Batista Figuei- redo

Fonte: Autor (2023).

Notas: 1) desenvolvido pelo autor com informações e ilustrações do site do Banco Central do Brasil [2019?] e da Fundação Getúlio Vargas [2019?].

Notamos, a partir desse quadro, os sete atores políticos e tecnocráticos na presidência do Banco Central do Brasil, onde excluímos o presidente interino Ary Bur-

ger devido ao pouquíssimo tempo à frente da instituição e novamente aparece o presidente Ernane Galvêas em 1979 no seu segundo mandato breve até a transição para assumir a pasta de ministro da Fazenda até o final do mandato do general presidente João Figueiredo e, por conseguinte o final do regime civil-militar-empresarial.

No quadro acima podemos visualizar melhor e compreender que todos os sete presidentes do BCB possuem capitais familiares, onde as vinculações aparecem em destaque. Preferimos adotar o critério de inserir alguns familiares que nos chamaram mais a atenção no que tange a preponderância de alguns desses capitais. Ruy Aguiar da Silva Leme com seu avô genealogista, engenheiro e coronel, onde o histórico familiar antecede a própria conquista ibérica; os casos de Dênio Nogueira e Carlos Brandão com avô e pai proprietários de fazenda respectivamente; Carlos Langoni com mãe professora e avô gráfico com forte atuação política; Paulo Lira com pai advogado de prestígio e político constituinte, chefe da casa civil, ministro e próximo ao presidente Geisel. Ernane Galvêas oriundo de família imigrante portuguesa de pai dentista e protético que acumulou algumas propriedades; também herdou capitais familiares importantes quando foi morar com um tio negociante de café. Affonso Celso Pastore não comentou sobre a sua herança familiar e por isso destacamos a necessidade das buscas pela ferramenta e metodologia genealógica para recuperar os capitais familiares que não aparecem, mesmo que superficialmente quando as personagens procuram ocultar a história da família por quaisquer razões ou mesmo porque a análise sociológica biográfica precisa ser aprofundada para que compreendamos melhor a formação social de origem dos atores e que podem explicar muito sobre o universo dos indivíduos que compõe a classe dominante brasileira

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desse trabalho de tese procurou contemplar abordagens macro estruturantes envolvendo a economia política, a sociologia histórica e a sociologia política, além da história econômica brasileira entre o desenvolvimentismo e a ditadura civil-militar-empresarial no Brasil. Decidimos pelo recorte de tempo que envolveu o regime autoritário com os 7 presidentes do Banco Central (excluímos o presidente Ary Burger por ser interino com menos de um mês no cargo) por ser o momento de construção do novo sistema financeiro nacional e a criação do próprio Banco Central no dia 31 de dezembro de 1964. Mas, somente em abril de 1965 o primeiro presidente da instituição Dênio Chagas Nogueira assume o BCB e as transformações da instituição acompanham as exigências do mercado financeiro internacional na fase de transição da economia política keynesiana para o neoliberalismo. O objeto de pesquisa procura identificar e analisar esses presidentes do BCB no contexto do regime autoritário e do imperialismo no interior da instituição tecnocrática estratégica mais importante do campo econômico e financeiro brasileiro atualmente.

Uma instituição de relevância estratégica necessita de atores políticos e tecnocráticos confiáveis para exercer as funções de administração do capitalismo financeiro no seu processo de intermediação entre o setor real da economia (bens e serviços) e a sua relação de interdependência (subserviência) e mediação junto ao capitalismo global em expansão. Essas elites políticas e tecnocráticas desenvolvem um papel de gerenciamento e articulação econômica e política entre atores institucionais do setor público e privado em âmbito nacional e estrangeiro. O capitalismo brasileiro foi se desenvolvendo ao longo dos séculos desde a colonização, tramitando por fórmulas híbridas entre algumas heranças do tipo feudal, mas certamente já com uma vocação da acumulação e reprodução do capital mesmo na sua fase ainda embrionária colonial. Sua herança feudal também está marcada pela sua formação sócio-histórica com sua cultura típica da distinção social pela via consanguínea e através da estratégia familiar com os casamentos entre os clãs mais bem posicionados social e economicamente, pelo compadrio e demais afinidades compartilhadas entre indivíduos nos campos e subcampos da organização política e administrativa do Estado e dos demais empreendimento mercantis e financeiros.

Ao longo da história econômica e política brasileira a classe dominante se consolidou; primeiro pela posse da terra e das ocupações estratégicas nos aparelhos

de estado e depois pela sociedade nos empreendimentos capitalistas voltados a economia agroexportadora. Com a transição de uma economia primária e ainda industrialmente muito incipiente desde o final do século XIX até 1930 para um nível de desenvolvimento industrial tutelado pelo Estado o padrão econômico e social se transformou de maneira bastante acelerada. As classes sociais se complexificaram desde então e a burguesia nacional passou por uma metamorfose que implicou em uma engenharia social adaptativa a nova ordem econômica mundial e brasileira na conjuntura da denominada “revolução burguesa brasileira”. As elites econômicas institucionais tecnocráticas do Estado e das corporações privadas foram aperfeiçoando seus “capitais” educacionais, políticos e profissionais e se transformaram em gestores do capital de grande envergadura na economia e na política, sobretudo a partir da década de 1950 na fase pujante do desenvolvimentismo nacional.

Os 7 presidentes do Banco Central do Brasil apresentados nessa tese na forma de biografias (trajetórias e carreiras) procuram explicar que os caminhos desses indivíduos percorrem o itinerário das instituições tecnocráticas, em especial o BCB e do próprio desenvolvimento econômico brasileiro, com suas mazelas econômicas e sociais de um lado e de outro a riqueza concentrada nas mãos dos potentados detentores do capital em nível nacional e estrangeiro comandando as grandes corporações privadas com o alicerce do Estado, assim como administrando econômica e politicamente as principais instituições tecnocráticas nacionais, em particular aquelas inseridas no campo econômico e financeiro.

Esses seletos indivíduos tecnocráticos herdaram capitais de origem familiar (cultura, educação, posição econômica, status) na sua grande maioria e adquiriram capitais educacionais mais elevados, adentraram em campos profissionais do setor econômico-financeiro, educacional superior e no setor público. As elites tecnocráticas estratégicas são homens do começo até o presente no Banco Central do Brasil em 2022, isto é, em quase 7 décadas dessa instituição chave da política econômica e da própria economia política brasileira, principalmente na contemporaneidade. Nesse caso específico dos presidentes do BCB não se trata apenas de uma elite *strico sensu*, de um grupo fechado e seletivo, apesar de verdadeiro; mas de uma classe social que domina, que controla; não os meios de produção em si, mas todo o arcabouço do processo decisório da economia política brasileira. Os gestores do capital são tão primordiais para o conjunto do funcionamento do sistema que certamente Marx estaria ávido por examinar esse processo ainda mais de perto nas suas análises célebres da

crítica da economia política no século XXI, onde o papel dos administradores do capital e dos tecnocratas das instituições “chave” e estratégicas tem pesos cada vez mais relevantes para o imperialismo da globalização econômica e financeira neoliberal.

Desta forma procuramos construir dialeticamente essa interação entre instituição/indivíduos (BCB e elites tecnocráticas) e explicar sociologicamente que por trás dessas elites existem classes sociais. Nessa complexa teia que envolve as classes sociais compreendemos à luz desse trabalho que esses presidentes do BCB são membros da classe dominante em grande medida; alguns como Ruy Aguiar da Silva Leme por nascimento e descendente de uma família histórica colonial e outro como Carlos Langoni que a princípio construiu sua carreira pela via do capital educacional dos avós e da mãe e acumulou capitais profissionais e políticos ao longo da trajetória.

Se fizéssemos uma prosopografia desses presidentes conseguiríamos elucidar com ainda maior clareza esse objeto de pesquisa. A análise sociológica a partir dessas biografias realizadas através de uma série de entrevistas do CPDOC-FGV em parceria com o próprio Banco Central do Brasil produziu uma série com vários volumes contemplados na História Contada do Banco Central onde cada um dos presidentes foi contemplado em volumes específicos.

Dessas entrevistas nasceram interpretações e análises sociológicas das suas carreiras, origem familiar, educacional, vinculações políticas, afinidades de amizade, interações profissionais e a própria história institucional do BCB, além de parte importante da história do Brasil contemporâneo, entre o desenvolvimentismo e o final do regime autoritário. Aderimos também ao acervo do dicionário biográfico do CPDOC-FGV disponível na internet como documentação acessória de peso na construção dessa análise sociológica. Alguns sites genealógicos da internet, assim como jornais e revistas eletrônicas foram utilizados, como também outros sites e artigos que contém informações explicativas como conceitos e explicações de significados que estão contemplados nas notas de rodapé e em outros espaços desse texto.

Apesar das limitações da história oral ou de certos acervos biográficos procuramos pesquisar fontes das mais seguras e examinamos essas entrevistas também comparando com muitas das documentações encontradas em jornais e revistas da época como estão referenciados no próprio livro e no acervo do CPDOC-FGV. Coube analisarmos sociologicamente essas trajetórias no contexto econômico, político e social como já havíamos mencionado no preâmbulo deste trabalho de tese.

Podemos afirmar a partir das entrevistas e dos documentos disponibilizados que três instituições “chave” do campo econômico e financeiro do setor público foram estratégicas também para a carreira dos sete presidentes. O Banco do Brasil, a SUMOC e por último o Banco Central foram as instituições que quase todos aportaram. Os atores políticos e tecnocráticos foram em grande medida professores, pesquisadores e responsáveis pela chefia de revistas acadêmicas em universidades de prestígio e a pós-graduação, além de muitos cursos foram realizados no exterior, principalmente nos EUA. Concomitante ou já no final da carreira no setor público em instituições tecnocráticas esses presidentes atuaram como consultores e conselheiros em grandes empresas nacionais, algumas estatais, mistas e do setor privado. Também encontramos durante a trajetória desses presidentes forte atuação em empresas e bancos estrangeiros como diretores, CEO's, sócios e consultores.

Por todas essas características ratificamos a nossa posição sociológica interpretativa de que não podemos tratar esses presidentes como sendo apenas elites tecnocráticas estratégicas, mas sim, como membros legítimos da classe dominante pela sua posição social privilegiada e poder político institucional; dominando o campo econômico-financeiro em conluio com outros atores no cenário nacional e do imperialismo capitaneado pelos EUA.

Essa tese de doutorado procurou contribuir com uma parte relevante da sociologia e das ciências sociais e humanas que provoca discutir como a classe dominante controla e domina a economia, a política, a cultura e o pensamento social nos vários campos e subcampos dos espaços sociais. A importância que o capital de origem familiar tem na reprodução social da classe dirigente, a relevância do capital educacional, político e social na formação desses atores políticos e tecnocráticos e da própria classe dominante contribui para explicar sociologicamente a concentração de poderes, de riqueza e por outro lado da pobreza e da desigualdade econômica e social. As pesquisas que envolvem a ferramenta genealógica e as incursões prosopográficas são ainda mais relevantes em termos de aperfeiçoamento metodológico, mas que deixaremos para os próximos pesquisadores aprofundarem esses estudos e até mesmo as próximas edições na continuidade desse trabalho num próximo tempo histórico.

REFERÊNCIAS

- A Empresa Pública no Brasil: **Uma abordagem multidisciplinar; coletânea de monografias**. Brasília, IPEA/SEMOR, 1980.
- AFONSO, Carlos A.; SOUZA, Herbert. **O Estado e o Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. Rio de Janeiro, editora Paz e Terra, 1977.
- ANDREZO, Andrea Fernandes; LIMA, Iran Siqueira. **Mercado financeiro – aspectos históricos e conceituais**. São Paulo: Pioneira, 2002.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**. São Paulo: Helvética, 1978.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **Casimiro Ribeiro**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019 (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil; v. 4).
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **Casimiro Ribeiro**. volume IV. Brasília-DF: Banco Central do Brasil, 2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **Denio Nogueira**. Volume III. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/historiacontada/publicacoes/hc_bc_volume_3_denio_nogueira.pdf. Acesso em: 11 jan. 2022.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **História**. II. Entrevista. III. Ribeiro, Casimiro. IV. Título. V., 2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **Octavio Gouvêa de Bulhões**. volume I. Brasília-DF: Banco Central do Brasil, 2018.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **Taxa Selic**. 202?. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>. Acesso em: 12 jan. 2022.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **História**. II. Entrevista. III. Ribeiro, Casimiro. IV. Título. V. Coleção. Disponível em: <file:///E:/HISTORIA%20DO%20BANCO%20CENTRAL%20ENTREVISTAS/HISTORIA%20CONTADA%20BANCO%20CENTRAL%204.pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **Alexandre Kafka**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019. (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil; v. 2) I.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **Casimiro Ribeiro**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019 (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil; v. 4) I.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **Denio Nogueira**. 2019. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/historiacontada/publicacoes/hc_bc_volume_3_denio_nogueira.pdf. Acesso em: 06 out. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **História. II. Entrevista. III. Kafka, Alexandre. IV. Título. V. Coleção.** Disponível em: <file:///E:/HISTORIA%20DO%20BANCO%20CENTRAL%20ENTREVISTAS/HISTORIA%20CONTADA%20BANCO%20CENTRAL%202.pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **História. II. Entrevista. III. Nogueira, Dênio.** Brasília: Brasília: Banco Central do Brasil, 2019. IV. Título. V. Coleção - História Contada do Banco Central do Brasil; v. 3.

BARBOSA, A. de S. **Empresariado fabril e desenvolvimento econômico:** empreendedores, ideologia e capital na indústria do calçado. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BARRETO, Pedro Henrique. **Hisória – Bretton Woods.** IPEA – Desafios do desenvolvimento. 2009, ano 6. Edição 50, 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2247:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 12 jan. 2022.

BATISTA, Paulo Nogueira. **A economia como ela é.** São Paulo, Boitempo, 3ª ed. 2002.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Brasil e a economia internacional:** recuperação e defesa da autonomia nacional. Rio de Janeiro, Campus/ Elsevier, 2005.

BENJAMIN, Cid; KELLER, Vilma. **Bulhões.** Otavio Gouveia de. Fundação Getúlio Vargas – FGV. 2017. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bulhoes-otavio-gouveia-de>. Acesso em: 11 jan. 2022.

BEREND, Ivan T. (org.). **A transição para a economia de mercado.** São Paulo: Hucitec, 1998.

BERNARDO, João. **Economia dos Conflitos Sociais.** São Paulo: Cortez Editora, 1991.

BERNARDO, João. **Estado A Silenciosa multiplicação do poder.** São Paulo: ed. Escrituras, 1998.

BERTAUX, Daniel. **Destinos pessoais e estrutura de classe:** para uma crítica da antroponomia política. Rio de Janeiro: Zara Editores, 1979.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **O pensamento econômico brasileiro:** o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 4ª. Ed. 2000.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade. Para uma teoria geral da política.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto. **O Marxismo e o Estado.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil:** Os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

BORON, Atílio Alberto. **Império e Imperialismo**: Uma Leitura crítica de Michael Hardt e Antônio Negri. Buenos Aires: Clacso, 1º. ed. 2002.

BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983.

BOURDIEU, P. A. **Distinção: Crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **A profissão de sociólogo**. Preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Tradução Daniela Kern; Guilherme. F. Teixeira. M. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 6. ed. 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A Teoria do Campo Social e seu uso nos Estudos Organizacionais**. Disponível em: <https://nuevoblog.com/2020/06/08/pierre-bourdieu-a-teoria-do-campo-social-e-seu-uso-nos-estudos-organizacionais/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª ed. 2003.

BRAGA, Lisandro. **Classe em Farrapos**: acumulação integral e Expansão do lumpemproletariado. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

BRESSER-PEREIRA. **Globalização e competição**: porque alguns países emergentes têm sucesso e outros não. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CAPITAL NOW. **O que é Opep**: Conheça a Organização dos Países Exportadores de Petróleo. 2020. Disponível em: <https://www.capitalresearch.com.br/blog/investimentos/o-que-e-opep/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Políticas e Desenvolvimento em sociedades dependentes**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1. Ed. 1971.

CARDOSO, José Álvaro. **Golpe de Estado e imposição da política de guerra no Brasil**. Florianópolis: Isadora Bernardo Cardoso, 2018.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE – UNICAMP, 2002.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova Direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular. 1 ed, 2018.

CHAVES, Wanderson. A Fundação Ford e o Departamento de Estado Norte-Americano: a montagem de um modelo de operações no pós-guerra. **Revista Crítica Histórica** Ano VI, nº 11, julho/2015 ISSN 2177-9961. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/2977/pdf>. Acesso em: 11 jan. 2022.

CHIARON, José Carlos. **Cidade de Bragança**. Um pouco da nossa história: a importância e um pouco sobre a vida do Coronel Luiz Manoel da Silva Leme. Bragança – Jornal Diário, 2013. Disponível em: https://web.archive.org/web/20171118222229/http://bjd.com.br/site/imprime.not.php?id_editoria=16&id_noticia=10517. Acesso em: 11 jan. 2022.

CHOMSKY, Noam. **O governo no futuro**. Rio de Janeiro: Record. 2007.

CHOMSKY, Noam. **Quem manda no mundo?** São Paulo: Planeta, 1. Ed. 2017.

CLUBE PIRATININGA. **Sobre nós**. 201?. Disponível em: <https://www.clubepiratiniga.com.br/sobre-nos>. Acesso em: 11 jan. 2022.

CODATO, Adriano. **Sistema estatal e política econômica no Brasil pós – 64**. Revista Economia e Planejamento. São Paulo: Editora HUCITEC ANPOCS, 1997.

COSTA, Edmilson. **A globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular. 2008.

COUTINHO, Amélia. **Calmon, Miguel**. Fundação Getúlio Vargas – FGV. 201?. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miguel-calmon-du-pin-e-almeida-sobrinho>. Acesso em: 22 jan. 2022.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático 1964- 1981**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

CROCETTI, Zeno Soares. **A crise do capital e o uso do território**. Curitiba, Letra das Artes, 2019.

CUNHA FILHO, Valter Fernandes da. **Cidade e Sociedade**: a gênese do urbanismo moderno em Curitiba. Curitiba: Dissertação de Mestrado, DEHIS / SCHLA / UFPR. 2004.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo editorial, 2006.

DIAS, Sonia. **Simonsen, Roberto**. Fundação Getúlio Vargas – FGV. 201?. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-cocharane-simonsen>. Acesso em: 12 jan. 2022.

DORIA, Francisco Antonio. **Os herdeiros do poder**. Rio de Janeiro: Revista ampliada, 1995.

DOWBOR, Ladislau. **A Formação do Capitalismo Dependente no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ENCICLOPÉDIA DE FINANÇAS. **Dealer**. 202?. Disponível em: <https://enfin.com.br/termo/dealer-ojw5jabw>. Acesso em: 12 jan. 2022.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Os CPOR e NPOR**. 2019. Disponível em: <http://www.de-cex.eb.mil.br/progmecenas/57-noticias/277-os-cpor-e-npor>. Acesso em: 11 jan. 2022.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Serviço Militar**. 202?. Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/ingresso/servico-militar/-/asset_publisher/yHiw1SWkLQY6/content/tiro-de-guerra?inheritRedirect=false. Acesso em: 11 jan. 2022.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 3ª ed. 2001.

FARIAS; Flávio Bezerra de. **O Imperialismo global**. São Paulo: Cortez, 2013.

FATTORELLI, Maria Lucia. (Org.). **Auditoria Cidadã da Dívida Pública Experiências e Métodos**. Brasília: Inove Editora, 2013.

FATTORELLI, Maria Lucia. **Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados** – Brasília: Inove Editora, 2013.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Difusão Editorial S.A. 3ª Ed. 1979.

FERREIRA, Assuéro. **Limites da acumulação capitalista: Um estudo da economia política de Michael Kalecki**. São Paulo: Hucitec, 2004.

FIORI, José Luís. **O Poder Global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

FORTUNA, E. **Mercado Financeiro, Produtos e Serviços**. Rio de Janeiro: Qualimark Editora, 10ª edição, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES**. 2017b. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais. Acesso em: 12 jan. 2022.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **João Paulo dos Reis Veloso**. Verbete. 201?e. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-hortensio-pereira-lira>. Acesso em: 12 jan. 2022.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Mario Davi Andreazza**. Verbete. 201?c. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mario-davi-andreazza>. Acesso em: 12 jan. 2022.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Paulo Hortensio Pereira Lima**. Verbete. 201?d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-hortensio-pereira-lira>. Acesso em: 12 jan. 2022.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Torres**, José Garrio. Verbete. 201?a. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/torres-jose-garrido>. Acesso em: 11 jan. 2022.

GENEALOGIA PAULISTANA. **Luiz Gonzaga da Silva Leme**. 201?. Disponível em: http://www.arvore.net.br/Paulistana/Lemes_8.htm.> Acessado em 11 de janeiro de 2022.

GENEARE. **Coronel Luíz Manoel da Silva Leme**. 201?. Disponível em: <https://www.genearc.net/in-dex.php?op=ZGV0YWxoZVBlc3NvYS5waHA=&id=NjEwNQ>. Acesso em: 11 jan. 2022.

GOMES, Ângela Castro de. (coord.) **Engenheiros e Economistas**: Novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **A Dança das Cadeiras**: Análise do Jogo Político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930), 2014.

GUIDO, Vilma; KELLER, Maria Cristina. **Simonsen, Mario Henrique**. Fundação Getúlio Vargas – FGV. 201?. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/simonsen-mario-henrique>. Acesso em: 11 jan. 2022.

HARVEY, David. **A Loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. Trad. Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2010.

HEINZ, Flávio M. (org.). **Por uma outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Chapecó: Argos Ed. Universitária, 2005.

HIRANO, Sedi. **Castas, estamentos e classes sociais**: introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber. Campinas: Editora da Unicamp, 1973.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil. Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 26. Ed. 1995.

HOMEM, Anísio Garcez. L. R. F. **Uma lei anti-social**. Curitiba: Editora Gráfica 2005.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

INCRÍVEL. **A história da família Rothschild** (eles têm tanto dinheiro que é impossível contar. 202?). Disponível em: <https://incrivel.club/admiracion-curiosidades/la-historia-de-la-familia-rothschild-la-cual-tiene-tanto-dinero-que-nadie-puede-contarlo-872010/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO – IPHAE. **Rio Pardo – Antiga Escola Militar**. 201?. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/rio-pardo-antiga-escola-militar/#!/map=38329&loc=-29.9843639999999985,-52.375516,17>. Acesso em: 11 jan. 2022.

JARDIM, Maria A. Chaves. **Entre a Solidariedade e o Risco**: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula. São Paulo: Anna Blume/FAPESP, 2009.

KRUGMAN, Paul. **Um basta à depressão econômica**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2012.

LALLEMENT, Michel. **História das ideias sociológicas**: Das Origens a Max Weber. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LALLEMENT, Michel. **História das ideias sociológicas**: de Parsons aos contemporâneos. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2004.

LEAL, Victor Nunes Leal. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LENIN, V. I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, ED. 3, 2005.

LEWIS, Michael. Pânico: **A História da insanidade financeira moderna**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LIMA, Gerson. **Povo Rico País Rico**. Curitiba: Netpar 2002.

LOPES, Gustavo. **Brandão, Carlos**. 201?b. Fundação Getúlio Vargas – FGV. 201?. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/brandao-carlos>. Acesso em: 12 jan. 2022.

LOPES, Gustavo. **Gaileias, Ernani**. 201?a. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ernani-galveias>. Acesso em: 12 jan. 2022.

LOPES, Gustavo; CRUZ, Ednílson. **Patrore, Afonso Celso**. 201?b. Fundação Getúlio Vargas – FGV. 201?. Disponível em: <http://fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pastore-afonso-celso>. Acesso em: 12 jan. 2022.

LOPES, Lucas. **Memórias do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Memória da Eletricidade, Programa de História Oral CPDOC/ FGV, 1991.

MALIN, Mauro. **Dutra**. Eurico Gaspar. Fundação Getúlio Vargas – FGV. 201?. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dutra-eurico-gaspar>. Acesso em: 11 jan. 2022.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. São Paulo / Petrópolis, Polis / Vozes, 4 ed. 1984.

MARCOLINO, Luiz Cláudio; Carneiro Ricardo. **Sistema financeiro e desenvolvimento no Brasil**: do Plano Real à crise financeira. São Paulo: Atitude, 2010.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. **Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.

MARQUES, Eduardo Cesar. **Estado e Redes Sociais**: Permeabilidade e Coesão nas Políticas Urbanas no Rio de Janeiro. São Paulo: Revan FAPESP, 2000.

MARQUES, Eduardo. **Notas críticas a literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos**. BIB – Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais, 1997.

MARQUES, Pedro. **Dependência e superexploração no capitalismo contemporâneo**. Brasília: ABET – IPEA, 2013.

MARTINS, Carlos Estevam. **Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

MARX, Karl. **A ideologia Alemã**. 1º capítulo: seguido das teses sobre Feuerbach/ Karl Marx, Friedrich Engels; (tradução Silvio Donizete Chagas). São Paulo: Centauro, 2002.

MARX, Karl. **Sociedade e Mudanças Sociais**: Lisboa: Ed. 70, 1972.

MATIAS PEREIRA, J. **Finanças públicas**: a política orçamentária no Brasil. São Paulo: Atlas, 3.ed., 2006.

MAURO, Gilmar; PERICÁS, Luiz Bernardo. **Capitalismo e luta política no Brasil na virada do milênio**. São Paulo: Xamã, 2001.

MAYER, Jorge Miguel; LEMOS, Renato; CORREIA, Maria Letícia. **Antônio Delfim Neto**. Fundação Getúlio Vargas – FGV. 201?. Disponível

em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-delfim-neto>. Acesso em: 11 jan. 2022.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Sociologia política Marxista**. São Paulo: Cortez, 1995.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÍCHIN, S. S. **Processo de concentração de capital no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1973

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: Hucitec, 2 ed. 2004.

MILIBAND, Ralph. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro. Zahar. 1972.

MILLS, Charles Wright. **A Elite do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MILLS, Charles Wright. **Os Marxistas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MILLS, Charles Wright. **Poder e Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

MILLS, W. C. **A nova classe média: White Collor**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MIROW, Kurt R. **A ditadura dos cartéis (anatomia de um subdesenvolvimento)**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 9ª. ed. 1978.

NETO, José Paulo. **Curso Livre Marx-Engels: a criação destruidora / organização José Paulo Neto**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 1. Ed, 2015.

NUBANK. **O que é o FED dos Estados Unidos**. 2020. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/o-que-e-o-fed-dos-estados-unidos/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SEBRAE – OIS. **Bid – Banco Interamericano de Desenvolvimento**. 202?. Disponível em: <https://ois.sebrae.com.br/comunidades/bid-banco-interamericano-para-o-desenvolvimento/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Autoritarismo e crise fiscal no Brasil (1964 – 1984)**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista o ornitorrinco**. São Paulo: Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org). **Análise dos parlamentares na entrada do século XXI**. Curitiba: APUFPR, Sind. 2002.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). **Família importa e explica**: Instituições. São Paulo: LiberArs, 2018.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (organizador). **Nepotismo, Parentesco e mulheres**. Curitiba: Editora Urbi et Orbi, 2016.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na teia do nepotismo**: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Editora Insight, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio dos Vencedores**: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho de Verbo, 2001.

PEREIRA, L. C. B. **A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PETRAS, James. **Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina**. São Paulo: Xamã, 1999.

PETRAS, James; GORENDER, Jacob; LOWY, Michael; KATZ, Claudio; COGGIOLA, Osvaldo. (org.). **Marxismo hoje**. São Paulo: Xamã VM Editora e Gráfica Ltda., 1994.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais-fundamentos e técnicas**. 5a.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

PIQUERAS, Andrès; DIERCKXSENS, Win. (org). **O Capital frente ao seu declínio**. São Paulo: Expressão popular, 1. ed, 2018.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRAÇA, Sérgio; LOPES, Gustavo. **Langoni, Carlos Geraldo**. 201?. Fundação Getúlio Vargas – FGV. 201?. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/langoni-carlos-geraldo>. Acesso em: 12 jan. 2022.

PRZEWORSKI, Adam. **Estudo e Economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

ROBIANA, Roberto; GRANJA, Sergio. (coord.). **Economia e Dialética**: Seleção de textos marxistas. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2011.

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e reforma no Brasil**. Um desafio histórico-político. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

ROMERO, Daniel. (org.). **MARX sobre as crises econômicas do capitalismo**. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sunderman, 2009.

ROTHKOPF, David. **Superclasse**: a elite que influencia a vida de milhões de pessoas ao redor do mundo. Rio de Janeiro: Agir, 2ª. ed. 2008.

ROUBINI, N.; MIHM, S. **A economia das crises**: um curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

SÁ, Ana Cristina; CECHINE, Sinclair. **SÁ, Ângelo Calmon de**. Fundação Getúlio Vargas – FGV. 2017?. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sa-angelo-calmon-de>. Acesso em: 12 jan. 2022.

SAES, Décio. **O Conceito de Estado Burguês**. UNICAMP. 1992.

SAMARA, de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense S. A., 1983.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 23ª. ed. rev. e ampl. 2010.

SILVA, Christian Luiz da. (org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**: Instrumentos e proposição legal para o Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVA, Ivanei. **Revolução de 32 além das armas**. Poiesis: Organização social de Cultura. Casa Guilherme de Almeida, 2017?. Disponível em: <https://www.casaguilhermedealmeida.org.br/museu/revolucao-de-32-alem-das-armas.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2022

SOLA, Lourdes. **Ideias econômicas, decisões políticas**: desenvolvimento, estabilidade e populismo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1998.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**: Da Escravidão à Lava Jato. São Paulo: Editora Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, Jessé. **A subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

SOUZA, Jessé; Valim, Rafael; et al. **Resgatar o Brasil**. São Paulo: Editora Contracorrente/Boitempo, 2018.

SOUZA, Nilson Araújo de. **A longa agonia da dependência** – economia brasileira contemporânea (JK/FH). São Paulo: Alfa Ômega, 2004.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia Brasileira Contemporânea**: de Getúlio a Lula. São Paulo: Atlas, 2. ed. 2008.

TAVARES, Conceição Maria da; David, Mauricio Dias. **A Economia política da crise**: Problemas e impasses da política econômica brasileira. Rio de Janeiro: Coedição IERJ, Vozes/Achiamé, 1982.

VANALI, Ana Christina. (org.). **Teoria Social**, Curitiba: Edições NEP, 2016.

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas Brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Tradução de H.H. Gerth e C. Wright Mills. Rio de Janeiro: Oxford. 2002.

ANEXO DA CRIAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

COLEÇÃO HISTÓRIA CONTADA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Banco Central do Brasil Dênio Nogueira / Banco Central do Brasil. – Brasília: Banco Central do Brasil, 2019 244 p.; 23 cm. – (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil; v. 3)

I. Banco Central do Brasil – História. II. Entrevista. III. Nogueira, Dênio. IV. Título. V. Coleção.

(Páginas 205- 234)

Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I Do Sistema Financeiro Nacional;

Art. 1º O sistema Financeiro Nacional, estruturado e regulado pela presente Lei, será constituído:

I - Do Conselho Monetário Nacional;

II - Do Banco Central da República do Brasil;

III - Do Banco do Brasil S. A.;

IV - Do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

V - Das demais instituições financeiras públicas e privadas.

Capítulo II Do Conselho Monetário Nacional

Art. 2º Fica extinto o Conselho da atual Superintendência da Moeda e do Crédito, e criado em substituição, o Conselho Monetário Nacional, com a finalidade de formular a política da moeda e do crédito como previsto nesta lei, objetivando o progresso econômico e social do País.

Art. 3º A política do Conselho Monetário Nacional objetivará:

I - Adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento;

II - Regular o valor interno da moeda, para tanto prevenindo ou corrigindo os surtos inflacionários ou deflacionários de origem interna ou externa, as depressões econômicas e outros desequilíbrios oriundos de fenômenos conjunturais;

III - Regular o valor externo da moeda e o equilíbrio no balanço de pagamento do País, tendo em vista a melhor utilização dos recursos em moeda estrangeira;

IV - Orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras, quer públicas, quer privadas; tendo em vista propiciar, nas diferentes regiões do País, condições favoráveis ao desenvolvimento harmônico da economia nacional;

V - Propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos;

VI - Zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras;

VII - Coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa.

Art 4º Compete privativamente ao Conselho Monetário Nacional:

I - Autorizar as emissões de papel-moeda (Vetado) as quais ficarão na prévia dependência de autorização legislativa quando se destinarem ao financiamento direto pelo Banco Central da República do Brasil, das operações de crédito com o Tesouro Nacional, nos termos do artigo 49 desta Lei.

O Conselho Monetário Nacional pode ainda autorizar o Banco Central da República do Brasil a emitir, anualmente, até o limite de 10% (dez por cento) dos meios de pagamentos existentes a 31 de dezembro do ano anterior, para atender as exigências das atividades produtivas e da circulação da riqueza do País, devendo, porém, solicitar autorização do Poder Legislativo, mediante Mensagem do Presidente da República, para as emissões que, justificadamente, se tornarem necessárias além daquele limite.

Quando necessidades urgentes e imprevistas para o financiamento dessas atividades o determinarem, pode o Conselho Monetário Nacional autorizar as emissões que se fizerem indispensáveis, solicitando imediatamente, através de Mensagem do Presidente da República, homologação do Poder Legislativo para as emissões assim realizadas:

II - Estabelecer condições para que o Banco Central da República do Brasil emita moeda-papel (Vetado) de curso forçado, nos termos e limites decorrentes desta Lei, bem como as normas reguladoras do meio circulante;

III - Aprovar os orçamentos monetários, preparados pelo Banco Central da República do Brasil, por meio dos quais se estimarão as necessidades globais de moeda e crédito;

IV - Determinar as características gerais (Vetado) das cédulas e das moedas;

V - Fixar as diretrizes e normas (Vetado) da política cambial, inclusive compra e venda de ouro e quaisquer operações em moeda estrangeira;

V - Fixar as diretrizes e normas da política cambial, inclusive quanto a compra e venda de ouro e quaisquer operações em Direitos Especiais de Saque e em moeda estrangeira;

VI - Disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas, inclusive aceites, avais e prestações de quaisquer garantias por parte das instituições financeiras;

VII - Coordenar a política de que trata o art. 3º desta Lei com a de investimentos do Governo Federal;

VIII - Regular a constituição, funcionamento e fiscalização dos que exercerem atividades subordinadas a esta lei, bem como a aplicação das penalidades previstas;

IX - Limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros, inclusive os prestados pelo Banco Central da República do Brasil, assegurando taxas favorecidas aos financiamentos que se destinem a promover:

- Recuperação e fertilização do solo; - reflorestamento; - combate a epizootias e pragas, nas atividades rurais; - eletrificação rural; - mecanização; - irrigação; - investimento indispensáveis às atividades agropecuárias;

X - Determinar a percentagem máxima dos recursos que as instituições financeiras poderão emprestar a um mesmo cliente ou grupo de empresas;

XI - Estipular índices e outras condições técnicas sobre encaixes, mobilizações e outras relações patrimoniais a serem observadas pelas instituições financeiras;

XII - Expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras;

XIII - Delimitar, com periodicidade não inferior a dois anos o capital mínimo das instituições financeiras privadas, levando em conta sua natureza, bem como a localização de suas sedes e agências ou filiais;

XIV - Determinar recolhimento (Vetado) de até 25% (vinte e cinco por cento) do total dos depósitos das instituições financeiras, seja na forma de subscrição de letras ou obrigações do Tesouro Nacional ou compra de títulos da Dívida Pública Federal, até 50% do montante global devido, seja através de recolhimento em espécie, em ambos os casos entregues ao Banco Central da República do Brasil, na forma e condições que o Conselho Monetário Nacional determinar podendo este:

a) adotar percentagens diferentes em função: das regiões geoeconômicas; das prioridades que atribuir às aplicações; da natureza das instituições financeiras; b) (Vetado).
c) determinar percentuais que não serão recolhidos, desde que tenham sido reaplicados em financiamentos à agricultura, sob juros favorecidos e outras condições fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

XV - Estabelecer para as instituições financeiras públicas, a dedução dos depósitos de pessoas jurídicas de direito público que lhes detenham o controle acionário, bem como dos das respectivas autarquias e sociedades de economia mista, no cálculo a que se refere o inciso anterior;

XVI - Enviar obrigatoriamente ao Congresso Nacional, até o último dia do mês subsequente, relatório e mapas demonstrativos da aplicação dos recolhimentos compulsórios, (Vetado).

XVII - Regulamentar, fixando limites, prazos e outras condições, as operações de redesconto e de empréstimo, efetuadas com quaisquer instituições financeiras públicas e privadas de natureza bancária;

XVIII - Outorgar ao Banco Central da República do Brasil o monopólio das operações de câmbio quando ocorrer grave desequilíbrio no balanço de pagamentos ou houver sérias razões para prever a iminência de tal situação;

XIX - Estabelecer normas a serem observadas pelo Banco Central da República do Brasil em suas transações com títulos públicos e de entidades de que participe o Estado;

XX - Autoriza o Banco Central da República do Brasil e as instituições financeiras públicas federais a efetuar a subscrição, compra e venda de ações e outros papéis emitidos ou de responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas do Estado;

XXI - Disciplinar as atividades das Bolsas de Valores e dos corretores de fundos públicos;

XXII - Estatuir normas para as operações das instituições financeiras públicas, para preservar sua solidez e adequar seu funcionamento aos objetivos desta lei;

XXIII - Fixar, até quinze (15) vezes a soma do capital realizado e reservas livres, o limite além do qual os excedentes dos depósitos das instituições financeiras serão recolhidos ao Banco Central da República do Brasil ou aplicados de acordo com as normas que o Conselho estabelecer;

XXIV - Decidir de sua própria organização; elaborando seu regimento interno no prazo máximo de trinta (30) dias;

XXV - Decidir da estrutura técnica e administrativa do Banco Central da República do Brasil e fixar seu quadro de pessoal, bem como estabelecer os vencimentos e vantagens de seus funcionários, servidores e diretores, cabendo ao Presidente deste apresentar as respectivas propostas;

XXVI - Conhecer dos recursos de decisões do Banco Central da República do Brasil;

XXVII - Aprovar o regimento interno e as contas do Banco Central da República do Brasil, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

XXVII - aprovar o regimento interno e as contas do Banco Central do Brasil e decidir sobre seu orçamento e sobre seus sistemas de contabilidade, bem como sobre a forma e prazo de transferência de seus resultados para o Tesouro Nacional, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

XXVIII - Aplicar aos bancos estrangeiros que funcionem no País as mesmas vedações ou restrições equivalentes, que vigorem nas praças de suas matrizes, em relação a bancos brasileiros ali instalados ou que nelas desejem estabelecer - se;

XXIX - Colaborar com o Senado Federal, na instrução dos processos de empréstimos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para cumprimento do disposto no art. 63, nº II, da Constituição Federal;

XXX - Expedir normas e regulamentação para as designações e demais efeitos do art. 7º, desta lei;

XXXI - Baixar normas que regulem as operações de câmbio, inclusive swaps, fixando limites, taxas, prazos e outras condições.

XXXII - ***.

§ 1º O Conselho Monetário Nacional, no exercício das atribuições previstas no inciso VIII deste artigo, poderá determinar que o Banco Central da República do Brasil recuse autorização para o funcionamento de novas instituições financeiras, em função de conveniências de ordem geral.

§ 2º Competirá ao Banco Central da República do Brasil acompanhar a execução dos orçamentos monetários e relatar a matéria ao Conselho Monetário Nacional, apresentando as sugestões que considerar convenientes.

§ 3º As emissões de moeda metálica serão feitas sempre contra recolhimento (Vetado) de igual montante em cédulas.

§ 4º O Conselho Monetário nacional poderá convidar autoridades, pessoas ou entidades para prestar esclarecimentos considerados necessários.

§ 5º Nas hipóteses do art. 4º, inciso I, e do § 6º, do art. 49, desta lei, se o Congresso Nacional negar homologação à emissão extraordinária efetuada, as autoridades responsáveis serão responsabilizadas nos termos da Lei nº 1059, de 10/04/1950.

§ 6º O Conselho Monetário Nacional encaminhará ao Congresso Nacional, até 31 de março de cada ano, relatório da evolução da situação monetária e creditícia do País no ano anterior, no qual descreverá, minudentemente as providências adotadas para cumprimento dos objetivos estabelecidos nesta lei, justificando destacadamente os montantes das emissões de papel-moeda que tenham sido feitas para atendimento das atividades produtivas.

§ 7º O Banco Nacional da Habitação é o principal instrumento de execução da política habitacional do Governo Federal e integra o sistema financeiro nacional, juntamente com as sociedades de crédito imobiliário, sob orientação, autorização, coordenação e fiscalização do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central da República do Brasil, quanto à execução, nos termos desta lei, revogadas as disposições especiais em contrário.

Art. 5º As deliberações do Conselho Monetário Nacional entendem-se de responsabilidade de seu Presidente para os efeitos do art. 104, nº I, letra “b”, da Constituição Federal e obrigarão também os órgãos oficiais, inclusive autarquias e sociedades de economia mista, nas atividades que afetem o mercado financeiro e o de capitais.

Art 6º O Conselho Monetário Nacional será integrado pelos seguintes membros:

I - Ministro da Fazenda, que será o Presidente;

II - Presidente do Banco do Brasil S.A;

III - Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

IV - Seis (6) membros nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros, com mandato de seis (6) anos podendo ser reconduzidos.

§ 1º O Conselho Monetário Nacional deliberará por maioria de votos, com a presença, no mínimo, de 6 (seis) membros, cabendo ao Presidente também o voto de qualidade.

§ 2º Poderão participar das reuniões do Conselho Monetário Nacional (VETADO) o Ministro da Indústria e do Comércio e o Ministro para Assuntos de Planejamento e Economia, cujos pronunciamentos constarão obrigatoriamente da ata das reuniões.

§ 3º Em suas faltas ou impedimentos, o Ministro da Fazenda será substituído, na Presidência do Conselho Monetário Nacional, pelo Ministro da Indústria e do Comércio, ou, na falta deste, pelo Ministro para Assuntos de Planejamento e Economia.

§ 4º Exclusivamente motivos relevantes, expostos em representação fundamentada do Conselho Monetário Nacional, poderão determinar a exoneração de seus membros referidos no inciso IV, deste artigo.

§ 5º Vagando-se cargo com mandato o substituto será nomeado com observância do disposto no inciso IV deste artigo, para completar o tempo do substituído.

§ 6º Os membros do Conselho Monetário Nacional, a que se refere o inciso IV deste artigo, devem ser escolhidos levando-se em atenção, o quanto possível, as diferentes regiões geoeconômicas do País.

Art. 7º Junto ao Conselho Monetário Nacional funcionarão as seguintes Comissões Consultivas:

I - Bancária, constituída de representantes:

1 - Do Conselho Nacional de Economia; 2 - do Banco Central da República do Brasil; 3 - do Banco do Brasil S.A.; 4 - do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; 5 - do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais; 6 - do Banco Nacional de Crédito Cooperativo; 7 - do Banco do Nordeste do Brasil S. 8 - Do Banco de Crédito da Amazônia S. A.; 9 - dos Bancos e Caixas Econômicas Estaduais; 10 - dos Bancos Privados; 11 - das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos; 12 - das Bolsas de Valores; 13 - do Comércio; 14 - da Indústria; 15 - da Agropecuária; 16 - das Cooperativas que operam em crédito.

II - De Mercado de Capitais, constituída de representantes:

1 - Do Ministério da Indústria e do Comércio; 2 - do Conselho Nacional da Economia. 3 - Do Banco Central da República do Brasil; 4 - do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; 5 - dos Bancos Privados; 6 - das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos; 7 - das Bolsas de Valores; 8 - das Companhias de Seguros Privados e Capitalização; 9 - da Caixa de Amortização;

III - de Crédito Rural, constituída de representantes:

1 - do Ministério da Agricultura; 2 - da Superintendência da Reforma Agrária; 3 - da Superintendência Nacional de Abastecimento; 4 - do Banco Central da República do Brasil; 5 - da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A.; 6 - da Carteira de Colonização de Banco do Brasil S.A.; 7 - do Banco Nacional de Crédito Cooperativo; 8 - do Banco do Nordeste do Brasil S.A.; 9 - do Banco de Crédito da

Amazônia S.A.; 10 - do Instituto Brasileiro do Café; 11 - do Instituto do Açúcar e do Alcool; 12 - dos Banco privados; 13 - da Confederação Rural Brasileira; 14 - das Instituições Financeiras Públicas Estaduais ou Municipais, que operem em crédito rural; 15 - das Cooperativas de Crédito Agrícola.

IV - (Vetado)

1 - (Vetado) 2 - (Vetado)

3 - (Vetado) 4 - (Vetado) 5 - (Vetado) 6 - (Vetado) 7 - (Vetado) 8 - (Vetado) 9 - (Vetado) 10 - (Vetado) 11 - (Vetado) 12 - (Vetado) 13 - (Vetado) 14 - (Vetado) 15 - (Vetado)

V - De Crédito Industrial, constituída de representantes:

1 - Do Ministério da Indústria e do Comércio; 2 - do Ministério Extraordinário para os Assuntos de Planejamento e Economia; 3 - do Banco Central da República do Brasil; 4 - do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; 5 - da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A.; 6 - dos Bancos privados; 7 - das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos; 8 - da Indústria.

§ 1º A organização e o funcionamento das Comissões Consultivas serão regulados pelo Conselho Monetário Nacional, inclusive prescrevendo normas que:

a) lhes concedam iniciativa própria junto ao MESMO CONSELHO; b) estabeleçam prazos para o obrigatório preenchimento dos cargos nas referidas Comissões; c) tornem obrigatória a audiência das Comissões Consultivas, pelo Conselho Monetário Nacional, no trato das matérias atinentes às finalidades específicas das referidas Comissões, ressalvado os casos em que se impuser sigilo.

§ 2º Os representantes a que se refere este artigo serão indicados pelas entidades nele referidas e designados pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, poderá ampliar a competência das Comissões Consultivas, bem como admitir a participação de representantes de entidades não mencionadas neste artigo, desde que tenham funções diretamente relacionadas com suas atribuições.

Capítulo III Do Banco Central da República do Brasil

Art. 8º A atual Superintendência da Moeda e do Crédito é transformada em autarquia federal, tendo sede e foro na Capital da República, sob a denominação de Banco Central da República do Brasil, com personalidade jurídica e patrimônio próprios este constituído dos bens, direitos e valores que lhe são transferidos na forma desta Lei e ainda da apropriação dos juros e rendas resultantes, na data da vigência desta lei, do

disposto no art. 9º do Decreto-Lei número 8495, de 28/12/1945, dispositivo que ora é expressamente revogado.

Parágrafo único. Os resultados obtidos pelo Banco Central da República do Brasil serão incorporados ao seu patrimônio.

Art. 9º Compete ao Banco Central da República do Brasil cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 10. Compete privativamente ao Banco Central da República do Brasil:

I - Emitir moeda-papel e moeda metálica, nas condições e limites autorizados pelo Conselho Monetário Nacional (Vetado)).

II - Executar os serviços do meio-circulante;

III - Receber os recolhimentos compulsórios de que trata o inciso XIV, do art. 4º, desta lei, e também os depósitos voluntários das instituições financeiras, nos termos do inciso III e § 2º do art. 19, desta lei;

IV - Realizar operações de redesconto e empréstimos a instituições financeiras bancárias e as referidas no Art. 4º, inciso XIV, letra “ b “, e no § 4º do Art. 49 desta lei;

V - Exercer o controle do crédito sob todas as suas formas;

VI - Efetuar o controle dos capitais estrangeiros, nos termos da lei;

VII - Ser depositário das reservas oficiais de ouro e moeda estrangeira;

VIII - Exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas;

IX - Conceder autorização às instituições financeiras, a fim de que possam:

a) funcionar no País;

b) instalar ou transferir suas sedes, ou dependências, inclusive no exterior;

c) ser transformadas, fundidas, incorporadas ou encampadas; d) praticar operações de câmbio, crédito real e venda habitual de títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal, ações Debêntures, letras hipotecárias e outros títulos de crédito ou mobiliários; e) ter prorrogados os prazos concedidos para funcionamento; f) alterar seus estatutos. g) alienar ou, por qualquer outra forma, transferir o seu controle acionário.

X - Estabelecer condições para a posse e para o exercício de quaisquer cargos de administração de instituições financeiras privadas, assim como para o exercício de quaisquer funções em órgãos consultivos, fiscais e semelhantes, segundo normas que forem expedidas pelo Conselho Monetário Nacional;

XI - Efetuar, como instrumento de política monetária, operações de compra e venda de títulos públicos federais;

XII - Determinar que as matrizes das instituições financeiras registrem os cadastros das firmas que operam com suas agências há mais de um ano.

§ 1º No exercício das atribuições a que se refere o inciso IX deste artigo, com base nas normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, o Banco Central da República do Brasil, estudará os pedidos que lhe sejam formulados e resolverá conceder ou recusar a autorização pleiteada, podendo (Vetado) incluir as cláusulas que reputar convenientes ao interesse público.

§ 2º Observado o disposto no parágrafo anterior, as instituições financeiras estrangeiras dependem de autorização do Poder Executivo, mediante decreto, para que possam funcionar no País (Vetado)

Art. 11. Compete ainda ao Banco Central da República do Brasil;

I - Entender-se, em nome do Governo Brasileiro, com as instituições financeiras estrangeiras e internacionais;

II - Promover, como agente do Governo Federal, a colocação de empréstimos internos ou externos, podendo, também, encarregar-se dos respectivos serviços;

III - Atuar no sentido do funcionamento regular do mercado cambial da estabilidade relativa das taxas de câmbio e do equilíbrio no balanço de pagamentos, podendo para esse fim comprar e vender ouro e moeda estrangeira, bem como realizar operações de crédito no exterior e reparar os mercados de câmbio financeiro e comercial;

III - Atuar no sentido do funcionamento regular do mercado cambial, da estabilidade relativa das taxas de câmbio e do equilíbrio no balanço de pagamentos, podendo para esse fim comprar e vender ouro e moeda estrangeira, bem como realizar operações de crédito no exterior, inclusive os referentes aos Direitos Especiais de Saque, e separar os mercados de câmbio financeiro e comercial; (Redação dada pelo Del nº 581, de 14/05/69)

IV - Efetuar compra e venda de títulos de sociedades de economia mista e empresas do Estado;

V - Emitir títulos de responsabilidade própria, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional;

VI - Regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis;

VII - Exercer permanente vigilância nos mercados financeiros e de capitais sobre empresas que, direta ou indiretamente, interfiram nesses mercados e em relação às modalidades ou processos operacionais que utilizem;

VIII - Prover, sob controle do Conselho Monetário Nacional, os serviços de sua Secretaria.

Parágrafo único. O Banco Central da República do Brasil instalará delegacias, com autorização do Conselho Monetário Nacional, nas diferentes regiões geoeconômicas do País, tendo em vista a descentralização administrativa para distribuição e recolhimento da moeda e o cumprimento das decisões adotadas pelo mesmo Conselho ou prescritas em Lei.

Art. 12. O Banco Central da República do Brasil operará exclusivamente com instituições financeiras públicas e privadas, vedadas operações bancárias de qualquer natureza com outras pessoas de direito público ou privado, salvo as expressamente autorizadas por lei.

Art. 13. A execução de encargos e serviços de competência do Banco Central da República do Brasil poderá ser contratada com o Banco do Brasil S.A. por determinação do Conselho Monetário Nacional, pelo prazo e nas condições por este fixados.

Parágrafo único. A execução de referidos encargos e serviços poderá também ser confiada a outras instituições financeiras em praças onde não houver agências do Banco do Brasil S.A., mediante contratação expressamente autorizada pelo Conselho Monetário Nacional, pelo prazo e nas condições por ele fixados.

Art. 14. O Banco Central da República do Brasil será administrado por uma Diretoria de 4 (quatro) membros, um dos quais será o Presidente, escolhidos pelo Conselho Monetário Nacional dentre seus membros mencionados no inciso IV, do artigo 6º, desta lei.

§ 1º O Presidente do Banco Central da República do Brasil será substituído pelo Diretor que o Conselho Monetário Nacional designar.

§ 2º O término do mandato, a renúncia ou a perda da qualidade Membro do Conselho Monetário Nacional determinam, igualmente, a perda da função de Diretor do Banco Central da República do Brasil.

Art. 15. O regimento interno do Banco Central da República do Brasil, a que se refere o inciso XXVII, do art. 4º, desta lei, prescreverá as atribuições do Presidente e dos Diretores e especificará os casos que dependerão de deliberação da Diretoria, a qual

será tomada por maioria de votos, presentes no mínimo o Presidente ou seu substituto eventual e dois outros Diretores, cabendo ao Presidente também o voto de qualidade.

Parágrafo único. A Diretoria se reunirá, ordinariamente, uma vez por semana, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Presidente ou a requerimento de, pelo menos, dois de seus membros.

Art. 16. Constituem receita do Banco Central da República do Brasil:

I - Juros de redescontos de empréstimos e de outras aplicações de seus recursos;

II - Resultado das operações de câmbio, de compra e venda de ouro e quaisquer outras operações;

III - produto da arrecadação da taxa de fiscalização, prevista nesta lei;

IV - Receitas eventuais, inclusive multa e mora, aplicadas por força do disposto na legislação em vigor.

§ 1º A partir do exercício de 1965, a taxa anual de fiscalização será devida semestralmente, devendo ser paga até 30 de abril e 31 de outubro de cada ano e passará a ser recolhida diretamente ao Banco Central da República do Brasil, pela forma que este estabelecer, e a ela ficam sujeitas todas as instituições financeiras referidas no art. 17 desta lei.

§ 2º A taxa de fiscalização será cobrada até 0,5/1.000 (meio por mil) sobre o montante global do passivo das instituições financeiras, exclusive o de compensação verificado no último balanço do ano anterior.

§ 3º Dentro do limite de que trata o parágrafo anterior, o Conselho Monetário Nacional fixará, anualmente, a taxa de fiscalização, tendo em vista cobrir, juntamente com as outras receitas previstas, a despesa do Banco Central da República do Brasil, levando em consideração a natureza das instituições financeiras.

Art. 16 Constituem receita do Banco Central da República do Brasil:

I - Juros de redescontos de empréstimos e de outras aplicações de seus recursos:

II - Resultado das operações de câmbio, de compra e venda de ouro e de quaisquer outras operações;

III - produto da taxa de fiscalização, prevista nesta Lei;

IV - Receitas eventuais, inclusive multa e mora aplicadas por força do disposto na legislação em vigor.

§ 1º A partir do exercício de 1965, a taxa anual de fiscalização será devida semestralmente, devendo ser paga até 30 de abril e 31 de outubro de cada ano e passará a ser recolhida diretamente ao Banco Central da República do Brasil pela forma que

este estabelecer, e a ela ficam sujeitas todas as instituições financeiras referidas no art. 17 desta Lei.

§ 2º A taxa de fiscalização será cobrada até 0,5/1000 (meio por mil) sobre o montante global do passivo das instituições financeiras, exclusive o de compensação verificado no último balanço do ano anterior:

§ 3º Dentro do limite de que trata o parágrafo anterior, o Conselho Monetário Nacional fixará, anualmente, a taxa de fiscalização, tendo em vista cobrir, juntamente com outras receitas previstas, a despesa do Banco Central da República do Brasil, levando em consideração a natureza das instituições financeiras.

Capítulo IV Das Instituições Financeiras

Seção I Da caracterização e subordinação

Art. 17. Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei e da legislação em vigor, equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer das atividades referidas neste artigo, de forma permanente ou eventual.

Art. 18. As instituições financeiras somente poderão funcionar no País mediante prévia autorização do Banco Central da República do Brasil ou decreto do Poder Executivo, quando forem estrangeiras.

§ 1º Além dos estabelecimentos bancários oficiais ou privados, das sociedades de crédito, financiamento e investimentos, das caixas econômicas e das cooperativas de crédito ou a seção de crédito das cooperativas que a tenham, também se subordinam às disposições e disciplina desta lei no que for aplicável, as bolsas de valores, companhias de seguros e de capitalização, as sociedades que efetuam distribuição de prêmios em imóveis, mercadorias ou dinheiro, mediante sorteio de títulos de sua emissão ou por qualquer forma, e as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam, por conta própria ou de terceiros, atividade relacionada com a compra e venda de ações e outros quaisquer títulos, realizando nos mercados financeiros e de capitais operações ou serviços de natureza dos executados pelas instituições financeiras.

§ 2º O Banco Central da República do Brasil, no exercício da fiscalização que lhe compete, regulará as condições de concorrência entre instituições financeiras, coibindo-lhes os abusos com a aplicação da pena (Vetado) nos termos desta lei.

§ 3º Dependerão de prévia autorização do Banco Central da República do Brasil as campanhas destinadas à coleta de recursos do público, praticadas por pessoas físicas ou jurídicas abrangidas neste artigo, salvo para subscrição pública de ações, nos termos da lei das sociedades por ações.

Seção II Do Banco do Brasil S. A.

Art. 19. Ao Banco do Brasil S. A. competirá precipuamente, sob a supervisão do Conselho Monetário Nacional e como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal:

I - na qualidade de Agente, Financeiro do Tesouro Nacional, sem prejuízo de outras funções que lhe venham a ser atribuídas e ressalvado o disposto no art. 8º, da Lei nº 1628, de 20 de junho de 1952:

a) receber, a crédito do Tesouro Nacional, as importâncias provenientes da arrecadação de tributos ou rendas federais e ainda o produto das operações de que trata o art. 49, desta lei; b) realizar os pagamentos e suprimentos necessários à execução do Orçamento Geral da União e leis complementares, de acordo com as autorizações que lhe forem transmitidas pelo Ministério da Fazenda, as quais não poderão exceder o montante global dos recursos a que se refere a letra anterior, vedada a concessão, pelo Banco, de créditos de qualquer natureza ao Tesouro Nacional; c) conceder aval, fiança e outras garantias, consoante expressa autorização legal; d) adquirir e financiar estoques de produção exportável; e) executar a política de preços mínimos dos produtos agropastoris; f) ser agente pagador e recebedor fora do País; g) executar o serviço da dívida pública consolidada;

II - como principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias, receber em depósito, com exclusividade, as disponibilidades de quaisquer entidades federais, compreendendo as repartições de todos os ministérios civis e militares, instituições de previdência e outras autarquias, comissões, departamentos, entidades em regime especial de administração e quaisquer pessoas físicas ou jurídicas responsáveis por adiantamentos, ressalvados o disposto no § 5º deste artigo, as exceções previstas em lei ou casos especiais, expressamente autorizados pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do Banco Central da República do Brasil;

III - arrecadar os depósitos voluntários das instituições financeiras de que trata o inciso III, do art. 10, desta lei, escriturando as respectivas contas;

IV - Executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis;

V - Receber, com exclusividade, os depósitos de que tratam os artigos 38, item 3º, do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, e 1º do Decreto-lei nº 5.956, de 01/11/43, ressalvado o disposto no art. 27, desta lei;

VI - Realizar, por conta própria, operações de compra e venda de moeda estrangeira e, por conta do Banco Central da República do Brasil, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional;

VII - realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central da República do Brasil, mediante contratação na forma do art. 13, desta lei;

VIII - dar execução à política de comércio exterior (Vetado).

IX - Financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural, nos termos da legislação que regular a matéria;

X - Financiar as atividades industriais e rurais, estas com o favorecimento referido no art. 4º, inciso IX, e art. 53, desta lei;

XI - difundir e orientar o crédito, inclusive às atividades comerciais suplementando a ação da rede bancária;

a) no financiamento das atividades econômicas, atendendo às necessidades creditícias das diferentes regiões do País; b) no financiamento das exportações e importações.

§ 1º - O Conselho Monetário Nacional assegurará recursos específicos que possibilitem ao Banco do Brasil S. A., sob adequada remuneração, o atendimento dos encargos previstos nesta lei.

§ 2º - Do montante global dos depósitos arrecadados, na forma do inciso III deste artigo o Banco do Brasil S. A. Colocará à disposição do Banco Central da República do Brasil, observadas as normas que forem estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, a parcela que exceder as necessidades normais de movimentação das contas respectivas, em função dos serviços aludidos no inciso IV deste artigo.

§ 3º - Os encargos referidos no inciso I, deste artigo, serão objeto de contratação entre o Banco do Brasil S. A. e a União Federal, está representada pelo Ministro da Fazenda.

§ 4º - O Banco do Brasil S. A. prestará ao Banco Central da República do Brasil todas as informações por estas julgadas necessárias para a exata execução desta lei.

§ 5º - Os depósitos de que trata o inciso II deste artigo, também poderão ser feitos nas Caixas econômicas Federais, nos limites e condições fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 20. O Banco do Brasil S. A. e o Banco Central da República do Brasil elaborarão, em conjunto, o programa global de aplicações e recursos do primeiro, para fins de inclusão nos orçamentos monetários de que trata o inciso III, do artigo 4º desta lei.

Art. 21. O Presidente e os Diretores do Banco do Brasil S. A. deverão ser pessoas de reputação ilibada e notória capacidade.

§ 1º A nomeação do Presidente do Banco do Brasil S. A. será feita pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal.

§ 2º As substituições eventuais do Presidente do Banco do Brasil S. A. não poderão exceder o prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, sem que o Presidente da República submeta ao Senado Federal o nome do substituto.

§ 3º (Vetado)

§ 4º (Vetado)

Seção III Das Instituições Financeiras Públicas

Art. 22. As instituições financeiras públicas são órgãos auxiliares da execução da política de crédito do Governo Federal.

§ 1º O Conselho Monetário Nacional regulará as atividades, capacidade e modalidade operacionais das instituições financeiras públicas federais, que deverão submeter à aprovação daquele órgão, com a prioridade por ele prescrita, seus programas de recursos e aplicações, de forma que se ajustem à política de crédito do Governo Federal.

§ 2º A escolha dos Diretores ou Administradores das instituições financeiras públicas federais e a nomeação dos respectivos Presidentes e designação dos substitutos observarão o disposto no art. 21, parágrafos 1º e 2º, desta lei.

§ 3º A atuação das instituições financeiras públicas será coordenada nos termos do art. 4º desta lei.

Art. 23. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico é o principal instrumento de execução de política de investimentos do Governo Federal, nos termos das Leis números 1628, de 20/06/1952 e 2973, de 26/11/1956.

Art. 24. As instituições financeiras públicas não federais ficam sujeitas às disposições relativas às instituições financeiras privadas, assegurada a forma de constituição das existentes na data da publicação desta lei.

Parágrafo único. As Caixas Econômicas Estaduais equiparam-se, no que couber, às Caixas Econômicas Federais, para os efeitos da legislação em vigor, estando isentas do recolhimento a que se refere o art. 4º, inciso XIV, e à taxa de fiscalização, mencionada no art. 16, desta lei.

Seção IV Das Instituições Financeiras Privadas

Art. 25. As instituições financeiras privadas, exceto as cooperativas de crédito, constituir-se-ão unicamente sob a forma de sociedade anônima, com a totalidade de seu capital representado por ações nominativas.

Art. 26. O capital inicial das instituições financeiras públicas e privadas será sempre realizado em moeda corrente.

Art. 27. Na subscrição do capital inicial e na de seus aumentos em moeda corrente, será exigida no ato a realização de, pelo menos 50% (cinquenta por cento) do montante subscrito.

§ 1º As quantias recebidas dos subscritores de ações serão recolhidas no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento, ao Banco Central da República do Brasil, permanecendo indisponíveis até a solução do respectivo processo.

§ 2º O remanescente do capital subscrito, inicial ou aumentado, em moeda corrente, deverá ser integralizado dentro de um ano da data da solução do respectivo processo.

Art. 28. Os aumentos de capital que não forem realizados em moeda corrente, poderão decorrer da incorporação de reservas, segundo normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, e da reavaliação da parcela dos bens do ativo imobilizado, representado por imóveis de uso e instalações, aplicados no caso, como limite máximo, os índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia.

Art. 29. As instituições financeiras privadas deverão aplicar, de preferência, não menos de 50% (cinquenta por cento) dos depósitos do público que recolherem, na respectiva Unidade Federada ou Território.

§ 1º O Conselho Monetário Nacional poderá, em casos especiais, admitir que o percentual referido neste artigo seja aplicado em cada Estado e Território isoladamente ou por grupos de Estados e Territórios componentes da mesma região geoeconômica.

§ 2º As agências ou filiais das instituições financeiras, sediadas em municípios que não o da matriz, publicarão, anualmente, no principal órgão da imprensa local, ou inexistindo esta, afixarão no edifício das mesmas boletins assinalando o volume dos depósitos e das aplicações localmente efetuadas.

Art. 30. As instituições financeiras de direito privado, exceto as de investimento, só poderão participar de capital de quaisquer sociedades com prévia autorização do Banco Central da República do Brasil, solicitada justificadamente e concedida expressamente, ressalvados os casos de garantia de subscrição, nas condições que forem estabelecidas, em caráter geral, pelo Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo único (Vetado)

Art. 31. As instituições financeiras levantarão balanços gerais a 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, obrigatoriamente, com observância das regras contábeis estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 32. As instituições financeiras públicas deverão comunicar ao Banco Central da República do Brasil a nomeação ou a eleição de diretores e membros de órgãos consultivos, fiscais e semelhantes, no prazo de 15 dias da data de sua ocorrência.

Art. 33. As instituições financeiras privadas deverão comunicar ao Banco Central da República do Brasil os atos relativos à eleição de diretores e membros de órgão consultivos, fiscais e semelhantes, no prazo de 15 dias de sua ocorrência, de acordo com o estabelecido no art. 10, inciso X, desta lei.

§ 1º O Banco Central da República do Brasil, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, decidirá aceitar ou recusar o nome do eleito, que não atender às condições a que se refere o artigo 10, inciso X, desta lei.

§ 2º A posse do eleito dependerá da aceitação a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3º Oferecida integralmente a documentação prevista nas normas referidas no art. 10, inciso X, desta lei, e decorrido, sem manifestação do Banco Central da República do Brasil, o prazo mencionado no § 1º deste artigo, entender-se-á não ter havido recusa a posse.

Art. 34. É vedado às instituições financeiras conceder empréstimos ou adiantamentos:

I - A seus diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges;

II - Aos parentes, até o 2º grau, das pessoas a que se refere o inciso anterior;

III - As pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10% (dez por cento), salvo autorização específica do Banco Central da República do Brasil, em cada caso, quando se tratar de operações lastreadas por efeitos comerciais resultantes de transações de compra e venda ou penhor de mercadorias, em limites que forem fixados pelo Conselho Monetário Nacional, em caráter geral;

IV - As pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10% (dez por cento);

V - Às pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento), quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o 2º grau.

§ 1º A infração ao disposto no inciso I, deste artigo, constitui crime e sujeitará os responsáveis pela transgressão à pena de reclusão de um a quatro anos, aplicando-se, no que couber, o Código Penal e o Código de Processo Penal.

§ 2º O disposto no inciso IV deste artigo não se aplica às instituições financeiras públicas.

Art. 35. É vedado ainda às instituições financeiras:

I - Emitir debêntures e partes beneficiárias;

II - Adquirir bens imóveis não destinados ao próprio uso, salvo os recebidos em liquidação de empréstimos de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverão vendê-los dentro do prazo de um (1) ano, a contar do recebimento, prorrogável até duas vezes, a critério do Banco Central da República do Brasil.

Parágrafo único. As instituições financeiras que não recebem depósitos, poderão emitir debêntures, desde que previamente autorizadas pelo Banco Central da República do Brasil, em cada caso.

Art. 36. As instituições financeiras não poderão manter aplicações em imóveis de uso próprio, que, somadas ao seu ativo em instalações, excedam o valor de seu capital realizado e reservas livres.

Art. 37. As instituições financeiras, entidades e pessoas referidas nos artigos 17 e 18 desta lei, bem como os corretores de fundos públicos, ficam obrigados a fornecer ao Banco Central da República do Brasil, na forma por ele determinada, os dados ou informes julgados necessários para o fiel desempenho de suas atribuições.

Art. 38. As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados.

§ 1º As informações e esclarecimentos ordenados pelo Poder Judiciário, prestados pelo Banco Central da República do Brasil ou pelas instituições financeiras, e a exibição de livros e documentos em Juízo, se revestirão sempre do mesmo caráter sigiloso, só podendo a eles ter acesso as partes legítimas na causa, que deles não poderão servir-se para fins estranhos à mesma.

§ 2º O Banco Central da República do Brasil e as instituições financeiras públicas prestarão informações ao Poder Legislativo, podendo, havendo relevantes motivos, solicitar sejam mantidas em reserva ou sigilo.

§ 3º As Comissões Parlamentares de Inquérito, no exercício da competência constitucional e legal de ampla investigação (art. 53 da Constituição Federal e Lei nº 1579, de 18 de março de 1952), obterão as informações que necessitarem das instituições financeiras, inclusive através do Banco Central da República do Brasil.

§ 4º Os pedidos de informações a que se referem os §§ 2º e 3º, deste artigo, deverão ser aprovados pelo Plenário da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e, quando se tratar de Comissão Parlamentar de Inquérito, pela maioria absoluta de seus membros.

§ 5º Os agentes fiscais tributários do Ministério da Fazenda e dos Estados somente poderão proceder a exames de documentos, livros e registros de contas de depósitos, quando houver processo instaurado e os mesmos forem considerados indispensáveis pela autoridade competente.

§ 6º O disposto no parágrafo anterior se aplica igualmente à prestação de esclarecimentos e informes pelas instituições financeiras às autoridades fiscais, devendo sempre estas e os exames serem conservados em sigilo, não podendo ser utilizados senão reservadamente.

§ 7º A quebra do sigilo de que trata este artigo constitui crime e sujeita os responsáveis à pena de reclusão, de um a quatro anos, aplicando-se, no que couber, o Código Penal e o Código de Processo Penal, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 39. Aplicam-se às instituições financeiras estrangeiras, em funcionamento ou que venham a se instalar no País, as disposições da presente lei, sem prejuízo das que se contém na legislação vigente.

Art. 40. As cooperativas de crédito não poderão conceder empréstimos se não a seus cooperados com mais de 30 dias de inscrição.

Parágrafo único. Aplica-se às seções de crédito das cooperativas de qualquer tipo o disposto neste artigo.

Art. 41. Não se consideram como sendo operações de seções de crédito as vendas a prazo realizadas pelas cooperativas agropastoris a seus associados de bens e produtos destinados às suas atividades econômicas.

Capítulo V Das Penalidades

Art. 42. O art. 2º, da Lei nº 1808, de 07 de janeiro de 1953, terá a seguinte redação: “Art. 2º Os diretores e gerentes das instituições financeiras respondem solidariamente pelas obrigações assumidas pelas mesmas durante sua gestão, até que elas se cumpram.

Parágrafo único. Havendo prejuízos, a responsabilidade solidária se circunscreverá ao respectivo montante.”

Art. 43. O responsável pela instituição financeira que autorizar a concessão de empréstimo ou adiantamento vedado nesta lei, se o fato não constituir crime, ficará sujeito, sem prejuízo das sanções administrativas ou civis cabíveis, à multa igual ao dobro do valor do empréstimo ou adiantamento concedido, cujo processamento obedecerá, no que couber, ao disposto no art. 44, desta lei.

Art. 44. As infrações aos dispositivos desta lei sujeitam as instituições financeiras, seus diretores, membros de conselhos administrativos, fiscais e semelhantes, e gerentes, às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras estabelecidas na legislação vigente:

I - Advertência.

II - Multa pecuniária variável.

III - Suspensão do exercício de cargos.

IV - Inabilitação temporária ou permanente para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições financeiras.

V - Cassação da autorização de funcionamento das instituições financeiras públicas, exceto as federais, ou privadas.

VI - Detenção, nos termos do § 7º, deste artigo.

VII - Reclusão, nos termos dos artigos 34 e 38, desta lei.

§ 1º A pena de advertência será aplicada pela inobservância das disposições constantes da legislação em vigor, ressalvadas as sanções nela previstas, sendo cabível também nos casos de fornecimento de informações inexatas, de escrituração mantida em atraso ou processada em desacordo com as normas expedidas de conformidade com o art. 4º, inciso XII, desta lei.

§ 2º As multas serão aplicadas até 200 (duzentas) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, sempre que as instituições financeiras, por negligência ou dolo:

a) advertidas por irregularidades que tenham sido praticadas, deixarem de saná-las no prazo que lhes for assinalado pelo Banco Central da República do Brasil; b) infringirem as disposições desta lei relativas ao capital, fundos de reserva, encaixe, recolhimentos compulsórios, taxa de fiscalização, serviços e operações, não atendimento ao disposto nos arts. 27 e 33, inclusive as vedadas nos arts. 34 (incisos II a V), 35 a 40 desta lei, e abusos de concorrência (art. 18, § 2º); c) opuserem embaraço à fiscalização do Banco Central da República do Brasil.

§ 3º As multas cominadas neste artigo serão pagas mediante recolhimento ao Banco Central da República do Brasil, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da respectiva notificação, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo e serão cobradas judicialmente, com o acréscimo da mora de 1% (um por cento) ao mês, contada da data da aplicação da multa, quando não forem liquidadas naquele prazo;

§ 4º As penas referidas nos incisos III e IV, deste artigo, serão aplicadas quando forem verificadas infrações graves na condução dos interesses da instituição financeira ou quando dá reincidência específica, devidamente caracterizada em transgressões anteriormente punidas com multa.

§ 5º As penas referidas nos incisos II, III e IV deste artigo serão aplicadas pelo Banco Central da República do Brasil admitido recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho Monetário Nacional, interposto dentro de 15 dias, contados do recebimento da notificação.

§ 6º É vedada qualquer participação em multas, as quais serão recolhidas integralmente ao Banco Central da República do Brasil.

§ 7º Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que atuem como instituição financeira, sem estar devidamente autorizadas pelo Banco Central da República do Brasil, ficam sujeitas à multa referida neste artigo e detenção de 1 a 2 anos, ficando a esta sujeitos, quando pessoa jurídica, seus diretores e administradores

§ 8º No exercício da fiscalização prevista no art. 10, inciso VIII, desta lei, o Banco Central da República do Brasil poderá exigir das instituições financeiras ou das pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as referidas no parágrafo anterior, a exibição a funcionários seus, expressamente credenciados, de documentos, papéis e livros de escrituração, considerando-se a negativa de atendimento como embaraço a fiscalização sujeito á pena de multa, prevista no § 2º deste artigo, sem prejuízo de outras medidas e sanções cabíveis.

§ 9º A pena de cassação, referida no inciso V, deste artigo, será aplicada pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do Banco Central da República do Brasil, nos casos de reincidência específica de infrações anteriormente punidas com as penas previstas nos incisos III e IV deste artigo.

Art. 45. As instituições financeiras públicas não federais e as privadas estão sujeitas, nos termos da legislação vigente, à intervenção efetuada pelo Banco Central da República do Brasil ou à liquidação extrajudicial.

Parágrafo único. A partir da vigência desta lei, as instituições de que trata este artigo não poderão impetrar concordata.

Capítulo VI Disposições Gerais

Art. 46. Ficam transferidas as atribuições legais e regulamentares do Ministério da Fazenda relativamente ao meio circulante inclusive as exercidas pela Caixa de Amortização para o Conselho Monetário Nacional, e (Vetado) para o Banco Central da República do Brasil.

Art. 47. Será transferida à responsabilidade do Tesouro Nacional, mediante encampação, sendo definitivamente incorporado ao meio circulante o montante das emissões feitas por solicitação da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S.A. e da Caixa de Mobilização Bancária.

§ 1º O valor correspondente à encampação será destinado à liquidação das responsabilidades financeiras do Tesouro Nacional no Banco do Brasil S. A., inclusive as decorrentes de operações de câmbio concluídas até a data da vigência desta lei, mediante aprovação especificado Poder Legislativo, ao qual será submetida a lista completa dos débitos assim amortizados.

§ 2º Para a liquidação do saldo remanescente das responsabilidades do Tesouro Nacional, após a encampação das emissões atuais por solicitação da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S.A. e da Caixa de Mobilização Bancária, o Poder Executivo submeterá ao Poder Legislativo proposta específica, indicando os recursos e os meios necessários a esse fim.

Art. 48. Concluídos os acertos financeiros previstos no artigo anterior, a responsabilidade da moeda em circulação passará a ser do Banco Central da República do Brasil.

Art. 49. As operações de crédito da União, por antecipação de receita orçamentaria ou a qualquer outro título, dentro dos limites legalmente autorizados, somente serão realizadas mediante colocação de obrigações, apólices ou letras do Tesouro Nacional.

§ 1º A lei de orçamento, nos termos do artigo 73, § 1º inciso II, da Constituição Federal, determinará quando for o caso, a parcela do déficit que poderá ser coberta pela venda de títulos do Tesouro Nacional diretamente ao Banco Central da República do Brasil.

§ 2º O Banco Central da República do Brasil mediante autorização do Conselho Monetário Nacional baseada na lei orçamentaria do exercício, poderá adquirir diretamente letras do Tesouro Nacional, com emissão de papel-moeda.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional decidirá, a seu exclusivo critério, a política de sustentação em bolsa da cotação dos títulos de emissão do Tesouro Nacional.

§ 4º No caso de despesas urgentes e inadiáveis do Governo Federal, a serem atendidas mediante créditos suplementares ou especiais, autorizados após a lei do orçamento, o Congresso Nacional determinará, especificamente, os recursos a serem utilizados na cobertura de tais despesas, estabelecendo, quando a situação do Tesouro Nacional for deficitária, a discriminação prevista neste artigo.

§ 5º Na ocorrência das hipóteses citadas no parágrafo único, do artigo 75, da Constituição Federal, o Presidente da República poderá determinar que o Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central da República do Brasil, faça a aquisição de letras do Tesouro Nacional com a emissão de papel-moeda até o montante do crédito extraordinário que tiver sido decretado.

§ 6º O Presidente da República fará acompanhar a determinação ao Conselho Monetário Nacional, mencionada no parágrafo anterior, de cópia da mensagem que deverá dirigir ao Congresso Nacional, indicando os motivos que tornaram indispensável a emissão e solicitando a sua homologação.

§ 7º As letras do Tesouro Nacional, colocadas por antecipação de receita, não poderão ter vencimentos posteriores a 120 (cento e vinte) dias do encerramento do exercício respectivo.

§ 8º Até 15 de março do ano seguinte, o Poder Executivo enviará mensagem ao Poder Legislativo, propondo a forma de liquidação das letras do Tesouro Nacional emitidas no exercício anterior e não resgatadas.

§ 9º É vedada a aquisição dos títulos mencionados neste artigo pelo Banco do Brasil S.A. e pelas instituições bancárias de que a União detenha a maioria das ações.

Art. 50. O Conselho Monetário Nacional, o Banco Central da República do Brasil, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, o Banco do Brasil S.A., O Banco do Nordeste do Brasil S.A. e o Banco de Crédito da Amazônia S. A. gozarão dos favores, isenções e privilégios, inclusive fiscais, que são próprios da Fazenda Nacional, ressalvado quanto aos três, últimos, o regime especial de tributação do Imposto de Renda a que estão sujeitos, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. São mantidos os favores, isenções e privilégios de que atualmente gozam as instituições financeiras.

Art. 51. Ficam abolidas, após 3 (três) meses da data da vigência desta Lei, as exigências de “visto” em “pedidos de licença” para efeitos de exportação, excetuadas os

referentes a armas, munições, entorpecentes, materiais estratégicos, objetos e obras de valor artístico, cultural ou histórico.

Parágrafo único. Quando o interesse nacional exigir, o Conselho Monetário Nacional, criará o “visto” ou exigência equivalente.

Art. 52. O quadro de pessoal do Banco Central da República do Brasil será constituído de:

I - Pessoal próprio, admitido mediante concurso público de provas ou de títulos e provas, sujeita à pena de nulidade a admissão que se processar com inobservância destas exigências;

II - Pessoal requisitado ao Banco do Brasil S. A. e a outras instituições financeiras federais, de comum acordo com as respectivas administrações;

III - Pessoal requisitado a outras instituições e que venham prestando serviços à Superintendência da Moeda e do Crédito há mais de 1 (um) ano, contado da data da publicação desta lei.

§ 1º O Banco Central da República do Brasil baixará dentro de 90 (noventa) dias da vigência desta lei, o Estatuto de seus funcionários e servidores, no qual serão garantidos os direitos legalmente atribuídos a seus atuais servidores e mantidos deveres e obrigações que lhes são inerentes.

§ 2º Aos funcionários e servidores requisitados, na forma deste artigo as instituições de origem lhes assegurarão os direitos e vantagens que lhes cabem ou lhes venham a ser atribuídos, como se em efetivo exercício nelas estivessem.

§ 3º Correrão por conta do Banco Central da República do Brasil todas as despesas decorrentes do cumprimento do disposto no parágrafo anterior, inclusive as de aposentadoria e pensão que sejam de responsabilidade das instituições de origem ali mencionadas, estas últimas rateadas proporcionalmente em função dos prazos de vigência da requisição.

§ 4º Os funcionários do quadro de pessoal próprio permanecerão com seus direitos e garantias regidos pela legislação de proteção ao trabalho e de previdência social, incluídos na categoria profissional de bancários.

§ 5º Durante o prazo de 10 (dez) anos, cotados da data da vigência desta lei, é facultado aos funcionários de que tratam os incisos II e III deste artigo, manifestarem opção para transferência para o Quadro do pessoal próprio do Banco Central da República do Brasil, desde que:

- a) tenham sido admitidos nas respectivas instituições de origem, consoante determina o inciso I, deste artigo;
- b) estejam em exercício (Vetado) há mais de dois anos;
- c) seja a opção aceita pela Diretoria do Banco Central da República do Brasil, que sobre ela deverá pronunciar-se conclusivamente no prazo máximo de três meses, contados da entrega do respectivo requerimento.

Art. 53. As operações de financiamento rural o pecuário, de valor até 50 (cinquenta) vezes e maior salário-mínimo vigente no País, ficam isentas de taxas, despesas de avaliação, imposto do selo e independem de registro cartorário.

Capítulo VII Disposições Transitórias

Art. 54. O Poder Executivo, com base em proposta do Conselho Monetário Nacional, que deverá ser apresentada dentro de 90 (noventa) dias de sua instalação, submeterá ao Poder Legislativo projeto de lei que institucionalize o crédito rural, regule seu campo específico e caracterize as modalidades de aplicação, indicando as respectivas fontes de recurso.

Parágrafo único. A Comissão Consultiva do Crédito Rural dará assessoramento ao Conselho Monetário Nacional, na elaboração da proposta que estabelecerá a coordenação das instituições existentes ou que venham a ser criadas, com o objetivo de garantir sua melhor utilização e da rede bancária privada na difusão do crédito rural, inclusive com redução de seu custo.

Art. 55. Ficam transferidas ao Banco Central da República do Brasil as atribuições cometidas por lei ao Ministério da Agricultura, no que concerne à autorização de funcionamento e fiscalização de cooperativas de crédito de qualquer tipo, bem assim da seção de crédito das cooperativas que a tenham.

Art. 56. Ficam extintas a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S. A. e a Caixa de Mobilização Bancária, incorporando-se seus bens direitos e obrigações ao Banco Central da República do Brasil. Vide Lei nº 6.419, de 1944

Parágrafo único. As atribuições e prerrogativas legais da Caixa de Mobilização Bancária passam a ser exercidas pelo Banco Central da República do Brasil, sem solução de continuidade.

Art. 57. Passam à competência do Conselho Monetário Nacional as atribuições de caráter normativo da legislação cambial vigente e as executivas ao Banco Central da República do Brasil e ao Banco do Brasil S. A., nos termos desta lei.

Parágrafo único. Fica extinta a Fiscalização Bancária do Banco do Brasil S. A., passando suas atribuições e prerrogativas legais ao Banco Central da República do Brasil.

Art. 58. Os prejuízos decorrentes das operações de câmbio concluídas e eventualmente não regularizadas nos termos desta lei bem como os das operações de câmbio contratadas e não concluídas até a data de vigência desta lei, pelo Banco do Brasil S.A., como mandatário do Governo Federal, serão na medida em que se efetivarem, transferidos ao Banco Central da República do Brasil, sendo neste registrados como responsabilidade do Tesouro Nacional.

§ 1º Os débitos do Tesouro Nacional perante o Banco Central da República do Brasil, provenientes das transferências de que trata este artigo serão regularizados com recursos orçamentários da União.

§ 2º O disposto neste artigo se aplica também aos prejuízos decorrentes de operações de câmbio que outras instituições financeiras federais, de natureza bancária, tenham realizado como mandatárias do Governo Federal.

Art. 59. É mantida, no Banco do Brasil S.A., a Carteira de Comércio Exterior, criada nos termos da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e regulamentada pelo Decreto nº 42.820, de 16 de dezembro de 1957, como órgão executor da política de comércio exterior, (Vetado)

Art. 60. O valor equivalente aos recursos financeiros que, nos termos desta lei, passarem a responsabilidade do Banco Central da República do Brasil, e estejam, na data de sua vigência em poder do Banco do Brasil S. A., será neste escriturado em conta em nome do primeiro, considerando-se como suprimento de recursos, nos termos do § 1º, do artigo 19, desta lei.

Art. 61. Para cumprir as disposições desta lei o Banco do Brasil S.A. tomará providências no sentido de que seja remodelada sua estrutura administrativa, a fim de que possa eficazmente exercer os encargos e executar os serviços que lhe estão reservados, como principal instrumento de execução da política de crédito do Governo Federal.

Art. 62. O Conselho Monetário Nacional determinará providências no sentido de que a transferência de atribuições dos órgãos existentes para o Banco Central da República do Brasil se processe sem solução de continuidade dos serviços atingidos por esta lei.

Art. 63. Os mandatos dos primeiros membros do Conselho Monetário Nacional, a que alude o inciso IV, do artigo 6º desta lei serão respectivamente de 6 (seis), 5 (cinco), 4 (quatro), 3 (três), 2 (dois) e 1 (um) anos.

Art. 64. O Conselho Monetário Nacional fixará prazo de até 1 (um) ano da vigência desta lei para a adaptação das instituições financeiras às disposições desta lei.

§ 1º Em casos excepcionais, o Conselho Monetário Nacional poderá prorrogar até mais 1 (um) ano o prazo para que seja complementada a adaptação a que se refere este artigo.

§ 2º Será de um ano, prorrogável, nos termos do parágrafo anterior, o prazo para cumprimento do estabelecido por força do art. 30 desta lei.

Art. 65. Esta lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELO BRANCO, Octavio Gouvêa de Bulhões, Daniel Farraco, Roberto de Oliveira Campos